



Análise do Desempenho 3T20

Este Relatório faz referências e declarações sobre expectativas, sinergias planejadas, estimativas de crescimento, projeções de resultado e estratégias futuras sobre o Conglomerado Banco do Brasil. Tais declarações baseiam-se nas atuais expectativas, estimativas e projeções da Administração sobre acontecimentos futuros e tendências financeiras que possam afetar os negócios do Conglomerado.

Essas referências e declarações não são garantia de desempenho futuro e envolvem riscos e incertezas que podem extrapolar o controle da Administração, podendo, desta forma, resultar em saldos e valores diferentes daqueles, aqui, antecipados e discutidos. As expectativas e projeções da Administração são vinculadas às condições do mercado (mudanças tecnológicas, pressões competitivas sobre produtos, preços, entre outros), do desempenho econômico geral do país (taxa de juros e câmbio, mudanças políticas e econômicas, inflação, mudanças na legislação tributária, entre outras) e dos mercados internacionais.

Expectativas futuras decorrentes da leitura deste relatório devem considerar os riscos e incertezas que envolvem os negócios do Conglomerado. O Banco do Brasil não se responsabiliza em atualizar qualquer estimativa contida em relatório publicado em períodos anteriores.

As tabelas e gráficos deste relatório apresentam, além dos saldos e valores contábeis, números financeiros e gerenciais. As taxas de variação relativa são apuradas antes do procedimento de arredondamento em R\$ milhões. O arredondamento utilizado segue as regras estabelecidas pela Resolução 886/66 da Fundação IBGE: caso o algarismo decimal seja igual ou superior a 0,5, aumenta-se em uma unidade; caso o algarismo decimal seja inferior a 0,5, não há acréscimo de uma unidade.

Índice

Apresentação	7
Destaques	7
Acesso on-line	7
Sumário do Resultado	8
1 – Informações Financeiras Resumidas	23
1.1. Balanço Patrimonial	23
1.2. Demonstração do Resultado com Realocações	24
1.2.1. Abertura das Realocações	26
1.2.2. Glossário das Realocações	28
1.2.3. Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários	28
2 – Resultado Financeiro	29
2.1. Margem Financeira Bruta	29
2.2. Receita Financeira com Operações de Crédito	30
2.3. Despesa Financeira de Captação	31
2.4. Despesa Financeira de Captação Institucional	32
2.5. Resultado de Tesouraria	32
2.6. Análise dos Ativos e Passivos	35
2.6.1. Análise dos Ativos	35
2.6.2. Análise dos Passivos	36
2.6.3. Análise Volume e Taxa	37
2.7. Margem Gerencial de Crédito	38
3 – Receitas com Prestação de Serviços	42
4 – Despesas Administrativas	44
4.1. Despesas de Pessoal	44
4.2. Outras Despesas Administrativas	45
4.2.1. Canais de Atendimento	46
4.3. Indicadores	47
5 – Outros Componentes do Resultado	49
5.1. Informações de Coligadas e Controladas	49
5.2. Outras Receitas e Despesas Operacionais	50
6 – Gestão de Capital	51
6.1. Estrutura de Capital	51
7 – Crédito	57
7.1. Carteira de Crédito Pessoa Física	68
7.1.1. Qualidade do Crédito Pessoa Física	71
7.2. Carteira de Crédito Pessoa Jurídica	73
7.2.1. Qualidade do Crédito Pessoa Jurídica	76
7.3. Carteira de Crédito Agronegócios	79
7.3.1. Qualidade do Crédito Agronegócios	82
8 – Captações	85
8.1. Captações Comerciais e Institucionais	85
9 – Assessoria em Investimentos	88
9.1. Estrutura para investimentos no Varejo	88
9.1.1. Foco no cliente, qualidade e sustentabilidade das ações	88
9.2. Pilares de atuação	89
9.2.1. Portfólio completo, acessível e competitivo	89
9.2.2. Assessoria Humana isenta e especializada	91
9.2.3. Assessoria e soluções digitais	92
9.3. BB Private	94
9.3.1. Gestão do Relacionamento	95
9.3.2. Sofisticação da oferta e aconselhamento	96
9.3.3. Megaprodutor Rural	96
9.3.4. <i>Wealth Management</i> : Clientes Ultra High Net Worth	97
9.3.5. Clientes sucessores (Programa Generations)	97
9.3.6. Gestão de portfólio	97
9.3.7. Investimentos sustentáveis e de impacto	98
9.3.8. Participação em Redes Sociais	98
9.4 – Mercado de Capitais	98
9.4.1 - Protagonismo do cliente varejo no mercado de capitais	98

10 – Serviços Financeiros	100
10.1. Meios de Pagamento	100
10.1.1. Base de Cartões e Faturamento.....	100
10.1.2. Resultado com Negócios de Cartões	101
10.1.3. Soluções Digitais	102
10.2. Gestão de Recursos de Terceiros	102
10.3. Mercado de Capitais	104
10.4. Seguros, Previdência e Capitalização	108
10.5. Consórcios	108
11 – Outras Informações.....	110
11.1. Ativo e Passivo Atuarial	110
11.1.1. Previ – Plano 1.....	110
11.1.2. Fundos de Destinação do <i>Superavit</i> Previ (Plano 1).....	111
11.1.3. Cassi	112
11.2. Negócios Internacionais.....	113
11.2.1. Banco Patagonia.....	114
Glossário	116

Índice de Tabelas

Tabela 1. Resultado – R\$ milhões.....	8
Tabela 2. Resultado Estrutural – R\$ milhões	9
Tabela 3. Margem Financeira Bruta e Spread – R\$ milhões.....	9
Tabela 4. PCLD Ampliada – R\$ milhões	11
Tabela 5. Receitas com Prestação de Serviços – R\$ milhões	11
Tabela 6. Cobertura por Segmento – %	16
Tabela 7. Balanço Patrimonial – Ativos, Passivos e Patrimônio Líquido – R\$ milhões	23
Tabela 8. Demonstração do Resultado com Realocações – Fluxo Trimestral – R\$ milhões	24
Tabela 9. Demonstração do Resultado com Realocações – Acumulado 9M – R\$ milhões	25
Tabela 10. Demonstrativo das Realocações e Itens Extraordinários – R\$ milhões.....	27
Tabela 11. Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários – R\$ milhões	28
Tabela 12. Principais Indicadores.....	29
Tabela 13. Composição da Margem Financeira Bruta – R\$ milhões	29
Tabela 14. Receita Financeira de Operação de Crédito – R\$ milhões	30
Tabela 15. Composição Sintética dos Ativos – R\$ milhões	31
Tabela 16. Resultado de Captação – R\$ milhões	31
Tabela 17. Captações vs. Taxa Selic – R\$ milhões	32
Tabela 18. Despesa de Captação Institucional – R\$ milhões	32
Tabela 19. Resultado de Tesouraria – R\$ milhões.....	33
Tabela 20. Resultado com Títulos e Valores Mobiliários – R\$ milhões.....	33
Tabela 21. Carteira de Títulos por Categoria – Valor de Mercado – R\$ milhões.....	34
Tabela 22. Carteira de Títulos por Prazo - Valor de Mercado – R\$ milhões	34
Tabela 23. Saldo da Liquidez – R\$ milhões	34
Tabela 24. Despesa de Captação no Mercado Aberto – R\$ milhões.....	34
Tabela 25. Outros Componentes de Tesouraria – R\$ milhões	35
Tabela 26. Saldos Médios e Taxa de Juros – Ativos Rentáveis (Anual) – R\$ milhões.....	35
Tabela 27. Saldos Médios e Taxa de Juros – Ativos Rentáveis (Trimestral) – R\$ milhões	35
Tabela 28. Saldos Médios e Taxa de Juros – Ativos Rentáveis (9 meses) – R\$ milhões	35
Tabela 29. Saldos Médios e Taxa de Juros – Passivos Onerosos (Anual) – R\$ milhões	36
Tabela 30. Saldos Médios e Taxa de Juros – Passivos Onerosos (Trimestral) – R\$ milhões.....	36
Tabela 31. Saldos Médios e Taxa de Juros – Passivos Onerosos (9 meses) – R\$ milhões	36
Tabela 32. Análise de Volume (Ativos Rentáveis) – R\$ milhões.....	37
Tabela 33. Margem Global – %	37
Tabela 34. Margem Líquida de Juros e Margem de Lucro – R\$ milhões.....	38
Tabela 35. Variação de Volume/Taxa – R\$ milhões	38
Tabela 36. Margem Gerencial ¹ – R\$ milhões	39
Tabela 37. Taxa por Carteira ¹ – %.....	39
Tabela 38. Balanço em Moedas Estrangeiras – R\$ milhões.....	40
Tabela 39. Descasamento por Vencimento – R\$ milhões.....	41
Tabela 40. Receitas com Prestação de Serviços – R\$ milhões	42
Tabela 41. Despesas Administrativas – R\$ milhões	44
Tabela 42. Despesas de Pessoal – R\$ milhões	44
Tabela 43. Perfil dos Colaboradores	45
Tabela 44. Outras Despesas Administrativas – R\$ milhões.....	45
Tabela 46. Agências Tradicionais, Digitais e Especializadas.....	46
Tabela 47. Índices de Cobertura Ajustados – R\$ milhões.....	47
Tabela 48. Índice de Eficiência Ajustado – R\$ milhões	48
Tabela 49. Outros Indicadores de Produtividade e Eficiência	48
Tabela 50. Participações Societárias – R\$ mil	49
Tabela 51. Outras Receitas e Despesas Operacionais – R\$ milhões.....	50
Tabela 52. Índice de Basileia – R\$ milhões.....	53
Tabela 53. PRMR Referente à Parcela do RWA _{OPAD} ¹ - R\$ milhões	54
Tabela 54. PRMR Referente à Parcela do RWA _{MPAD} ² - R\$ milhões	54
Tabela 55. PRMR Referente à Parcela do RWA _{CPAD} ³ - R\$ milhões	55
Tabela 56. RWA _{CPAD} segregada por Fator de Ponderação de Risco – FPR – R\$ milhões	56
Tabela 57. Carteira de Crédito Classificada e Ampliada – R\$ milhões.....	58
Tabela 58. 100 Maiores Clientes em Relação à Carteira de Crédito Classificada e PR – R\$ milhões	60
Tabela 59. Carteira de Crédito Renegociada – Banco Múltiplo ¹ – R\$ milhões	62

Tabela 60. Risco de Crédito – R\$ milhões	64
Tabela 61. Carteira de Crédito Pessoa Física – R\$ milhões	68
Tabela 62. Carteira de Crédito Pessoa Jurídica – R\$ milhões	73
Tabela 63. Carteira de Crédito MPME – R\$ milhões	75
Tabela 64. Macrossetor: Concentração da Carteira PJ e Agro PJ – R\$ milhões ¹	76
Tabela 65. Carteira de Crédito de Agronegócios ¹ – R\$ milhões	79
Tabela 66. Distribuição de Mitigadores no Custeio Agrícola – R\$ milhões	80
Tabela 67. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios por Região – %	81
Tabela 68. Operações Prorrogadas e Não Prorrogadas do Agronegócio – R\$ milhões	84
Tabela 69. Captações Comerciais – R\$ milhões	85
Tabela 70. Captações Institucionais – R\$ milhões	86
Tabela 71. Captações Comerciais no Exterior – Modalidade – US\$ milhões	86
Tabela 72. Captações Comerciais no Exterior – Produto – US\$ milhões	86
Tabela 73. Fontes e Usos – R\$ milhões	87
Tabela 74. Emissões Vigentes no Exterior	87
Tabela 75. Gestão de Fundos de Investimento com Características Socioambientais (R\$ Milhões) ..	89
Tabela 76. Base de Cartões – Uso Recorrente ^{1 2} – Milhões	101
Tabela 77. Resultado com Negócios de Cartões ¹ – R\$ milhões	102
Tabela 78. Fundos de Investimento e Carteiras Administradas por Segmento – R\$ milhões	103
Tabela 79. Fundos de Investimento e Carteiras Administradas por Classe Anbima ² – R\$ milhões ..	103
Tabela 80. <i>Private Equity</i> – Participação Indireta – R\$ milhões	107
Tabela 81. Consórcios - Cotas Ativas por Tipo	109
Tabela 82. Consórcios - <i>Ticket</i> Médio – R\$	109
Tabela 83. Consórcios – Prazo Médio e Taxa de Administração Média	109
Tabela 84. Composição dos Ativos – %	111
Tabela 85. Principais Premissas Atuariais – %	111
Tabela 86. Efeitos da Contabilização da Previ (Plano 1) –CVM nº 695/2012 – R\$ milhões	111
Tabela 87. Previ (Plano 1) - Fundo de Utilização – R\$ milhões	112
Tabela 88. Efeitos da Contabilização da Cassi – CVM nº 695/2012 – R\$ milhões	112
Tabela 89. Rede de Atendimento no Exterior	113
Tabela 90. Consolidado no Exterior – Itens Patrimoniais – R\$ milhões	113
Tabela 91. Consolidado no Exterior – Itens do Resultado – R\$ milhões	114
Tabela 92. Banco Patagonia – Destaques Patrimoniais – R\$ milhões	114
Tabela 93. Banco Patagonia – Captações – R\$ milhões	114
Tabela 94. Banco Patagonia – Principais Linhas do Resultado – R\$ milhões	114
Tabela 95. Banco Patagonia – Margem Financeira Bruta – Gerencial – R\$ milhões	115
Tabela 96. Banco Patagonia – Indicadores de Rentabilidade, Capital e Crédito – %	115

Índice de Figuras

Figura 1. Spread Gerencial por Segmento ¹ – %	10
Figura 2. Despesas Administrativas – R\$ milhões	13
Figura 3. Basileia – %	14
Figura 4. Carteira de Crédito Ampliada – R\$ milhões	15
Figura 5. Inad +90d – %	15
Figura 6. Cobertura ¹ – %	16
Figura 7. Composição da Carteira Prorrogada – R\$ bilhões	17
Figura 8. Linha do tempo do ASG (Ambiental, Social e Governança)	17
Figura 9. Carteira Sustentável	18
Figura 10. Clientes Nativos Digitais – milhões	19
Figura 11. Participação dos Canais de Atendimento nas Transações – %	19
Figura 12. Participação dos Canais Digitais nas Operações Bancárias – %	20
Figura 13. Investimentos em Tecnologia – R\$ bilhões	20
Figura 14. Distribuição das Receitas de Crédito – %	30
Figura 15. Distribuição da Carteira de Crédito Classificada – %	31
Figura 16. Carteira de Títulos e Valores Mobiliários por Indexador (Banco Múltiplo) – %	33
Figura 17. Distribuição dos Ativos Rentáveis – %	37
Figura 18. Ativos e Passivos por Indexador e Posição Líquida – R\$ bilhões	40
Figura 19. Terminais de Autoatendimento	47
Figura 20. Evolução do índice de Basileia - %	51
Figura 21. Composição do RWA por tipo de risco (%)	54
Figura 22. Evolução da Carteira de Crédito Interna e Participação de Mercado – R\$ milhões	57
Figura 23. Composição Percentual e Carteira de Crédito Ampliada – R\$ milhões	58
Figura 24. Negócios Varejo, Atacado PJ e Rural – R\$ milhões	59
Figura 25. Carteira de Crédito Interna BB (por Período de Contratação) – % e R\$ bilhões	59
Figura 26. Composição da Carteira Prorrogada – R\$ bilhões	60
Figura 27. Renovados – R\$ milhões	61
Figura 28. Créditos Renegociados por Atraso – Contratações no Banco Múltiplo ¹ – R\$ milhões	61
Figura 29. PCLD Ampliada – R\$ milhões	62
Figura 30. Carteira de Crédito Classificada por Nível de Risco – %	64
Figura 31. Provisão de Crédito – Carteira de Crédito Classificada – R\$ milhões	65
Figura 32. INAD +90 – em % da Carteira de Crédito Classificada	65
Figura 33. Índices de Cobertura da Carteira de Crédito Classificada ¹	66
Figura 34. New NPL – % da Carteira de Crédito Classificada	66
Figura 35. Taxa de Regularização de Crédito pelo Período de Cobrança - %	67
Figura 36. Cobrança e Regularização em Caixa antes do envio para Perdas ¹ - %	67
Figura 37. Recuperação Acumulada (R\$ bilhões) e Índice de Recuperação à Vista – %	68
Figura 38. Composição Percentual e Carteira de Crédito Interna Pessoa Física – R\$ milhões	69
Figura 39. Crédito Consignado – R\$ milhões	69
Figura 40. Financiamento Imobiliário – R\$ milhões	70
Figura 41. Cartão de Crédito – R\$ milhões	70
Figura 42. Carteira de Crédito Classificada PF por Nível de Risco – %	71
Figura 43. INAD +90d e Cobertura da Carteira Classificada PF – %	71
Figura 44. INAD +90d Carteira Classificada BB PF – em % por Linha de Crédito	72
Figura 45. New NPL – Carteira de Crédito Pessoa Física	72
Figura 46. Safra Anual – Crédito Pessoa Física	73
Figura 47. Carteira de Crédito Pessoa Jurídica – R\$ milhões	74
Figura 48. Segmentação da Carteira Pessoa Jurídica – R\$ milhões	74
Figura 49. Carteira de Crédito Classificada PJ por Nível de Risco – %	77
Figura 50. INAD +90d e Cobertura da Carteira Classificada PJ – %	77
Figura 51. INAD. +90d Carteira Classificada BB PJ – em % por Linha de Crédito	78
Figura 52. New NPL – Carteira de Crédito Pessoa Jurídica	78
Figura 53. Safra Anual – Carteira MPME	79
Figura 54. Desembolsos por Segmento do Crédito Rural – R\$ milhões	80
Figura 55. Participação do BB nos Agronegócios e no Crédito Rural – %	81
Figura 56. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios por Nível de Risco – %	82
Figura 57. INAD +90d e Cobertura da Carteira Classificada Agro – %	83
Figura 58. INAD. +90d Carteira Classificada Agronegócios – em % por Linha de Crédito	83

Figura 59. <i>New NPL</i> – Carteira de Crédito do Agronegócio	84
Figura 60. Participação de Mercado das Captações do BB – R\$ bilhões	85
Figura 61. Evolução do PL de fundos de ações e multimercados – Varejo e Estilo – Base 100	90
Figura 62. Histórico trimestral da quantidade de ordens no Home Broker BB – Base 100	90
Figura 63. Participação Geinv nos Ativos sob Gestão ¹ no Segmento Estilo – %	91
Figura 64. Quantidade de Atendimentos – Base 100	92
Figura 65. Volume contratado pelo Robô <i>Advisor</i> e Simulador de investimentos – R\$ milhões	93
Figura 66. Ação de educação financeira na rede social	94
Figura 67. Capilaridade BB Private no Brasil	95
Figura 68. Organograma Meios de Pagamento – Principais Empresas ¹	100
Figura 69. Faturamento dos Cartões BB – R\$ bilhões	101
Figura 70. Administração Fiduciária e Participação de Mercado – R\$ bilhões	102
Figura 71. Total de Ativos de Custódia Doméstica e Participação de Mercado – R\$ bilhões	104
Figura 72. Originação de Títulos de Renda Fixa – Mercados Doméstico e Internacional	106
Figura 73. Renda Variável Varejo - Mercado Secundário	107
Figura 74. Ouro – Custódia	108
Figura 75. Consórcios – Receitas com Prestação de Serviços e Cotas Ativas	109
Figura 76. Banco Patagonia – Lucro Líquido – R\$ milhões	115

Apresentação

O relatório Análise do Desempenho apresenta a situação econômico-financeira do Banco do Brasil (BB). Ele é destinado aos analistas de mercado, acionistas e investidores e tem periodicidade trimestral. O leitor encontrará tabelas com as séries históricas de até oito períodos do Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado com Realocações, além de informações sobre rentabilidade, produtividade, qualidade da carteira de crédito, estrutura de capital, mercado de capitais e dados estruturais.

Ao final do relatório, são apresentadas as Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas. Todos os documentos estão disponíveis no site de Relações com Investidores e Sustentabilidade (www.bb.com.br/ri).

Destaques

O Sumário traz nossa atuação durante a pandemia do Covid-19 e, nesse contexto, a composição e a qualidade da carteira prorrogada. Apresentamos ainda nossa atuação em sustentabilidade empresarial, a linha do tempo de nossas iniciativas e todas as informações de nossa estratégia digital, com dados que antes estavam no Capítulo 10.2

No Capítulo 1, alteramos a forma de apresentação do balanço patrimonial gerencial e da DRE com realocações que constam nos documentos gerenciais com o intuito de refletir as mudanças realizadas nas Demonstrações Contábeis do primeiro semestre de 2020.

Os critérios gerais de elaboração e divulgação de demonstrações contábeis foram alterados a partir de 01.01.2020, em cumprimento ao disposto na Resolução CMN n.º 4.720/2019, seus normativos complementares e na Circular Bacen n.º 3.959/2019.

A série anteriormente constituída continuará sendo apresentada até o 4T20 no documento de séries históricas e depois descontinuada, dado que a nova série histórica, com os ajustes por conta da resolução CMN n.º 4.720/2019, terá completado oito (8) períodos de recomposição.

No Capítulo 4 são apresentadas as informações de nossos canais atendimento, que estavam anteriormente no Capítulo 10.2.

O Capítulo 7 passa a trazer uma nova abertura, com a discussão das carteiras PF, PJ e Agro sendo realizadas em conjunto com sua respectiva qualidade e provisão. Muitas das informações que estavam em tabelas, estão agora apresentadas em gráficos. Todas as tabelas que compunham o capítulo continuarão a ser apresentadas em nossas séries históricas. Além disso, na carteira Ampliada Agro, foi incluído o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA), com recomposição da série histórica. Uma seção de Títulos do Agronegócio foi criada, apresentando a dinâmica e o cenário regulatório desses produtos.

Foi criado um capítulo novo, de Assessoria em Investimentos, que aborda a atuação do BB e do conglomerado nesse mercado.

No glossário, criamos um subtópico de Capital, com as nomenclaturas apresentadas.

Acesso on-line

O relatório Análise do Desempenho pode ser acessado no site de Relações com Investidores e Sustentabilidade do Banco do Brasil. No site também são disponibilizadas mais informações sobre a Empresa, como: informações estruturais, governança corporativa e sustentabilidade, fatos relevantes e comunicados ao mercado, apresentações, calendários de eventos, entre outros. Você pode consultar todos os documentos referentes às divulgações na Central de Resultados como baixá-las no Kit Investidor.

Sumário do Resultado

Lucro Líquido Ajustado

O Banco do Brasil registrou lucro líquido ajustado de R\$ 3,5 bilhões no 3T20, aumento de 5,2% frente ao 2T20 e decréscimo de 23,3% em relação ao 3T19. O RSPL no trimestre alcançou 12,0%.

Na comparação com o 2T20, o resultado foi influenciado, principalmente, pela redução de 6,8% da PCLD ampliada, pelo desempenho positivo das receitas com prestação de serviços que cresceram 4,5%, pelo controle de custos, com redução de 0,2% nas despesas administrativas, bem como a redução das despesas com risco legal.

Na comparação com o 3T19, o resultado foi impactado, pelo aumento da PCLD ampliada em 40,5%, devido, principalmente, à constituição de provisões prudenciais de forma preventiva. Trouxeram efeitos positivos a resiliência da margem financeira bruta (MFB) com crescimento de 3,4% e a diminuição de 58,2% das despesas com risco legal.

No comparativo em nove meses, o lucro líquido ajustado apresentou um decréscimo de 22,9%, totalizando R\$ 10,2 bilhões, influenciado, principalmente pelo aumento da PCLD ampliada em 47,9%. Destaques positivos no período para o aumento da margem financeira bruta em 7,1% e a queda do risco legal em 58,0%. O RSPL foi de 12,0%.

Tabela 1. Resultado – R\$ milhões

				Var. %				Var. %
	3T19	2T20	3T20	s/3T19	s/2T20	9M19	9M20	s/9M19
Margem Financeira Bruta	13.557	14.541	14.017	3,4	(3,6)	39.736	42.563	7,1
PCLD Ampliada	(3.920)	(5.907)	(5.508)	40,5	(6,8)	(11.459)	(16.953)	47,9
PCLD - Risco de Crédito	(5.037)	(5.943)	(6.575)	30,5	10,6	(14.944)	(18.994)	27,1
PCLD - Recuperação de Crédito	1.721	1.591	2.283	32,6	43,5	4.941	5.459	10,5
PCLD - Descontos Concedidos	(307)	(211)	(244)	(20,8)	15,5	(781)	(723)	(7,4)
PCLD - Perdas por Imparidade	(296)	(1.344)	(973)	-	(27,6)	(674)	(2.695)	-
Margem Financeira Líquida	9.637	8.634	8.509	(11,7)	(1,5)	28.277	25.609	(9,4)
Receitas com Prestação de Serviços	7.466	6.965	7.281	(2,5)	4,5	21.701	21.313	(1,8)
Margem de Contribuição	16.149	14.395	14.572	(9,8)	1,2	46.775	43.412	(7,2)
Despesas Administrativas	(7.710)	(7.850)	(7.835)	1,6	(0,2)	(22.925)	(23.456)	2,3
Resultado Comercial	8.322	6.420	6.607	(20,6)	2,9	23.475	19.588	(16,6)
Outros Componentes do Resultado	(33)	(514)	(486)	-	(5,4)	713	(1.486)	-
Risco Legal	(1.936)	(853)	(810)	(58,2)	(5,1)	(5.819)	(2.447)	(58,0)
Resultado Antes da Trib. s/ o Lucro	6.398	5.120	5.354	(16,3)	4,6	18.469	15.813	(14,4)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(850)	(967)	(992)	16,7	2,6	(2.272)	(3.116)	37,1
Participações Estatutárias no Lucro	(584)	(426)	(442)	(24,3)	3,7	(1.733)	(1.304)	(24,7)
Lucro Líquido Ajustado	4.543	3.311	3.482	(23,3)	5,2	13.222	10.189	(22,9)
Itens Extraordinários	(287)	(102)	(397)	38,6	287,9	(754)	(690)	(8,5)
Lucro Líquido	4.256	3.209	3.085	(27,5)	(3,9)	12.468	9.498	(23,8)
RSPL Mercado - %	18,0	11,9	12,0			17,5	12,0	
RSPL Ajustado - %	15,0	10,0	10,4			14,9	10,3	
RSPL Acionista - %	19,6	12,8	12,9			19,0	12,9	

O cálculo do RSPL anualizado (Retorno sobre o Patrimônio Líquido) de forma linear, isto é, a multiplicando-se o resultado trimestral resultado acumulado (em nove meses) por 4/3. por. Esta metodologia passou a ser utilizada a partir da publicação do relatório do 1T19.

Resultado Estrutural

A tabela a seguir apresenta o resultado estrutural, composto pelo produto bancário e pelas despesas operacionais totais.

Tanto na comparação com o 3T19, quanto com o 9M19, o crescimento do resultado estrutural deve-se, principalmente, ao desempenho positivo da Margem Financeira Bruta (MFB) e a redução do risco legal.

Na comparação com o 2T20, houve uma pequena redução, explicada, principalmente, pela compressão da MFB.

Na comparação 9M20/9M19, a elevação do resultado estrutural em 9,5% é explicada pelo crescimento de 7,1% da MFB e na redução de 58,0% nas despesas com risco legal.

Tabela 2. Resultado Estrutural – R\$ milhões

	3T19	2T20	3T20	Var. (%)		9M19	9M20	Var. (%)
				s/3T19	s/2T20			s/9M19
Receitas Operacionais Totais (Produto Bancário)	23.794	23.209	23.323	(2,0)	0,5	70.183	69.757	(0,6)
Receitas Operacionais	23.720	23.256	23.175	(2,3)	(0,3)	69.470	69.633	0,2
Margem Financeira Bruta	13.557	14.541	14.017	3,4	(3,6)	39.736	42.563	7,1
Receitas com Prestação de Serviços	7.466	6.965	7.281	(2,5)	4,5	21.701	21.313	(1,8)
Res. de Part. em Coligadas e Controladas	1.028	720	782	(23,9)	8,5	3.067	2.171	(29,2)
Outras Receitas Operacionais	1.670	1.029	1.096	(34,3)	6,5	4.967	3.587	(27,8)
Previ - Plano de Benefícios 1	(61)	(140)	(123)	101,5	(12,2)	111	(403)	0,0
Previ - Atualização de Fundo Utilização	134	94	271	101,6	189,1	602	527	(12,4)
Despesas Operacionais Totais	(13.521)	(12.250)	(12.504)	(7,5)	2,1	(40.355)	(37.149)	(7,9)
Despesas Administrativas	(7.710)	(7.850)	(7.835)	1,6	(0,2)	(22.925)	(23.456)	2,3
Despesas de Pessoal	(4.884)	(5.008)	(4.986)	2,1	(0,4)	(14.670)	(14.913)	1,7
Outras Despesas Administrativas	(2.827)	(2.842)	(2.849)	0,8	0,2	(8.255)	(8.542)	3,5
Risco Legal	(1.936)	(853)	(810)	(58,2)	(5,1)	(5.819)	(2.447)	(58,0)
Outras Despesas Tributárias	(117)	(125)	(129)	10,9	3,3	(375)	(369)	(1,6)
Despesas Tributárias s/ Faturamento	(954)	(1.204)	(1.217)	27,6	1,1	(3.202)	(3.510)	9,6
Outras Despesas Operacionais	(2.803)	(2.217)	(2.512)	(10,4)	13,3	(8.034)	(7.368)	(8,3)
Resultado Não Operacional	45	67	43	(3,6)	(36,2)	99	157	58,8
Resultado Estrutural	10.318	11.026	10.862	5,3	(1,5)	29.927	32.766	9,5

Margem Financeira Bruta

Os principais destaques da MFB no período (3T20/2T20) foram:

- I. Redução de 3,6% (-R\$ 524,3 milhões) na MFB em decorrência da redução de 6,0% (-R\$ 1.2 bilhão) no resultado de operações de crédito e tesouraria, suavizada pela redução de 11,3% (+R\$ 723,4 milhões) nas despesas de captação;
- II. Redução de 3,3% na receita financeira com operações de crédito, influenciada pela queda da TMS e pela alteração do *mix* nas carteiras PF e PJ, com crescimentos em linhas de menor risco;
- III. A despesa financeira de captação foi favorecida pelo movimento de redução do CDI/TMS. A variação de R\$ 633,7 milhões (-17,0%) no custo de captação no período pode ser explicado pelo efeito combinado da redução da taxa básica da economia, com o aumento dos saldos médios em depósitos de poupança (+7,2%), depósitos a prazo (+6,4%) e depósitos judiciais (+3,9%), além da maior quantidade de dias úteis;
- IV. Queda de R\$ 678,9 milhões no Resultado de Tesouraria, influenciada pela redução do resultado com títulos no Brasil, acompanhando o movimento de queda da taxa média Selic (-30,3%) no período.

No comparativo anual (3T20/3T19) e acumulado (9M20/9M19), os crescimentos de 3,4% (+R\$ 459,7 milhões) e 7,1% (+2.8 bilhões) respectivamente, tiveram como principal catalizador o efeito de redução da CDI/TMS sobre os ativos e passivos, com efeito mais rápido nas despesas de captação e tesouraria, e mais suave nas receitas com operações de crédito.

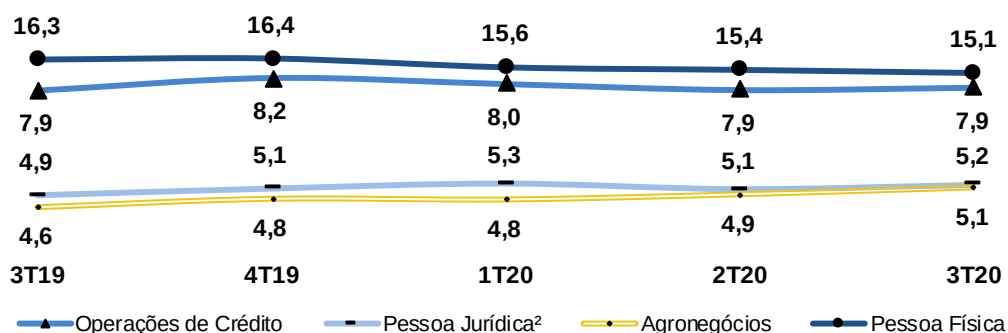
Tabela 3. Margem Financeira Bruta e Spread – R\$ milhões

	3T19	2T20	3T20	Var. %		9M19	9M20	Var. %
				s/3T19	s/2T20			s/9M19
Margem Financeira Bruta	13.557	14.541	14.017	3,4	(3,6)	39.736	42.563	7,1
Receita Financeira com Operações de Crédito	18.518	17.499	16.930	(8,6)	(3,3)	56.279	52.117	(7,4)
Despesa Financeira de Captação	(6.213)	(3.729)	(3.095)	(50,2)	(17,0)	(19.174)	(11.278)	(41,2)
Despesa Financeira de Captação Institucional ¹	(2.803)	(2.653)	(2.563)	(8,6)	(3,4)	(8.417)	(7.940)	(5,7)
Resultado de Tesouraria ²	4.055	3.424	2.745	(32,3)	(19,8)	11.048	9.664	(12,5)
Spread Global - %³	4,0	4,0	3,7					
Spread Ajustado pelo Risco - %	2,9	2,4	2,2					

(1) Inclui instrumentos de dívida sênior, dívida subordinada e IHCD no país e no exterior;

(2) Inclui o resultado com juros, hedge fiscal, derivativos e outros instrumentos financeiros que compensam os efeitos da variação cambial no resultado;

(3) Margem Financeira Bruta/Saldo Médio dos Ativos Rentáveis, anualizado.

Figura 1. Spread Gerencial por Segmento¹ – %

(1) Série revisada no 3T20;

(2) Não inclui operações com o Governo.

PCLD Ampliada

A PCLD Ampliada, composta pela despesa de PCLD líquida da recuperação de crédito, descontos concedidos e a imparidade, reduziram R\$ 398,8 milhões (-6,8%) frente ao 2T20, influenciada pelo aumento da recuperação de crédito (+R\$ 692,0 milhões e +43,5%) e redução das perdas por imparidade (-R\$ 371,4 milhões e -27,6%).

- I. Risco de Crédito¹: Crescimento de R\$ 631,8 milhões (+10,6%) frente ao 2T20. No trimestre, houve constituição de R\$ 2,0 bilhões em antecipações prudenciais de provisões. Destas R\$ 1,4 bilhão refere-se à antecipação de agravamentos de riscos de operações prorrogadas, sendo R\$ 894,2 milhões no segmento MPME e R\$ 542,3 milhões no segmento PF. No acumulado em 9 meses, houve um reforço prudencial de R\$ 6,1 bilhões sendo 34,8% na PF, 46,7% na PJ e 18,5% no Agro.
- II. Recuperação de Crédito²: Crescimento de R\$ 692,0 milhões (+43,5%) frente ao 2T20, influenciado pela cessão de carteira de créditos, majoritariamente em perdas, conforme Comunicado ao Mercado de julho/20.
- III. Descontos Concedidos³: Crescimento de R\$ 32,7 milhões (+15,5%) frente ao 2T20.
- IV. Perdas por Imparidade⁴: Redução de R\$ 371,4 milhões (-27,6%) frente ao 2T20. O trimestre anterior e o 3T20, em menor escala, foram impactados por operações do Large Corporate que já eram classificados como ativos problemáticos antes da pandemia.

O Banco do Brasil vem mantendo níveis de provisão aderentes aos riscos de crédito. Os movimentos prudenciais de incorporação de provisão na Carteira têm ocorrendo de forma gradual, sem volatilidade excessiva, evidenciando uma postura mais cautelosa quanto à alocação necessária de recursos para absorver os impactos relacionados aos efeitos adversos, e sem precedentes, gerados pela crise da pandemia.

As provisões prudenciais estão amparadas em metodologias e no acompanhamento da dinâmica da carteira. Elas são individualizadas por clientes e por segmentos e para construí-las temos um modelo proprietário de inteligência analítica que considera diversos fatores como a dinâmica de negócios ou de renda do cliente, perspectiva para o segmento no qual o cliente está inserido e nível de endividamento.

¹ Despesas com Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD), conforme a Res.2.682/99.

² Recuperação de Operações em Perdas

³ Descontos concedidos em renegociações de operações de crédito ou de outras operações com características de concessão de crédito decorrente de empréstimos.

⁴ Grupamento de contas que registram as perdas permanentes em títulos e valores mobiliários, as despesas com provisão por imparidade em títulos e valores mobiliários e o resultado negativo apurado em operações de venda ou de transferência de ativos financeiros que foram baixados pela instituição vendedora ou cedente.

Tabela 4. PCLD Ampliada – R\$ milhões

	3T19	2T20	3T20	Var. %		9M19	9M20	Var. % s/9M19
				s/3T19	s/2T20			
PCLD Ampliada	(3.920)	(5.907)	(5.508)	40,5	(6,8)	(11.459)	(16.953)	47,9
PCLD - Risco de Crédito	(5.037)	(5.943)	(6.575)	30,5	10,6	(14.944)	(18.994)	27,1
PCLD - Recuperação de Crédito	1.721	1.591	2.283	32,6	43,5	4.941	5.459	10,5
PCLD - Descontos Concedidos	(307)	(211)	(244)	(20,8)	15,5	(781)	(723)	(7,4)
PCLD - Perdas por Imparidade	(296)	(1.344)	(973)	-	(27,6)	(674)	(2.695)	-

Receitas com Prestação de Serviços

O decréscimo de 1,8% nas receitas com prestação de serviços no acumulado em nove meses é explicado, principalmente, pelos fatores listados a seguir:

- a) Estrutural – com a redução da taxa média Selic de 4,66% no 9M19 para 2,28% no 9M20, houve reprecificação de alguns produtos, em especial os fundos de investimentos; e
- b) Pandemia – os efeitos da pandemia sobre o cenário econômico implicaram na redução da demanda por produtos e serviços.

No médio prazo, as receitas com prestação de serviços apresentam desafios pelos próprios movimentos da indústria financeira, entretanto, a administração do Banco vem buscando constantemente aprimorar seu portfólio de produtos e serviços e novas formas de rentabilizar o relacionamento com seus clientes, seja pelo aumento de consumo de produtos e serviços ou pelo desenvolvimento de novos modelos de negócios.

Tabela 5. Receitas com Prestação de Serviços – R\$ milhões

	3T19	2T20	3T20	Var. %		9M19	9M20	Var. % s/9M19
				s/3T19	s/2T20			
Receitas com Prestação de Serviços	7.466	6.965	7.281	(2,5)	4,5	21.701	21.313	(1,8)
Conta Corrente	1.987	1.923	1.821	(8,4)	(5,3)	5.754	5.662	(1,6)
Administração de Fundos	1.733	1.675	1.699	(2,0)	1,4	4.870	5.095	4,6
Seguros, Previdência e Capitalização	970	891	1.078	11,2	21,0	2.740	2.939	7,3
Cartão de Crédito/Débito	499	519	528	5,6	1,6	1.559	1.532	(1,7)
Operações de Crédito e Garantias Prestadas	461	405	439	(4,8)	8,3	1.360	1.191	(12,4)
Cobrança	346	310	360	4,1	16,3	980	1.010	3,1
Consórcio	308	298	388	26,0	30,1	895	1.014	13,2
Arrecadações	276	224	235	(15,1)	4,9	834	721	(13,6)
Subsidiárias/Controladas no Exterior	143	179	187	30,3	4,1	474	528	11,5
Processamento de Convênios	132	147	150	13,4	2,0	457	463	1,4
Rendas do Mercado de Capitais	231	127	143	(38,2)	12,6	693	355	(48,8)
Tesouro Nacional e Adm. de Fundos Oficiais	110	97	94	(14,7)	(2,9)	313	290	(7,3)
Serviços de Comércio Exterior	92	73	67	(27,1)	(8,9)	278	225	(19,0)
Outros	177	96	93	(47,5)	(3,5)	494	287	(41,9)

Mesmo diante desse cenário, no acumulado em nove meses, os segmentos de administração de fundos, seguros, previdência e capitalização e consórcios apresentaram bom desempenho, conforme explicado a seguir.

Em relação às receitas com administração de fundos, o crescimento de 4,6% registrado, apesar da reprecificação dos fundos de investimento, foi devido ao aumento de 11,7% no saldo administrado.

O crescimento de 7,3% registrado na linha “Seguros, Previdência e Capitalização” é decorrente do bom desempenho comercial da BB Seguros nos seguros rural, prestamista e vida, bem como na arrecadação de títulos de capitalização. Adicionalmente, destaque para o montante de R\$ 371,3 milhões pelo recebimento de bônus de performance no 9M20, que representa um crescimento de 37,7% em relação ao total do mesmo período de 2019 (R\$ 269,7 milhões).

No segmento de consórcios, o crescimento de 13,2% é explicado pela venda de mais de 329 mil novas cotas de consórcio nos 9 primeiros meses de 2020, com volume de negócios de R\$ 10,4 bilhões, crescimento de 1,6% em relação ao mesmo período de 2019. Em relação às novas cotas comercializadas é importante destacar, que após um arrefecimento registrado no 2T20 (34,9 mil), a

quantidade comercializada no 3T20, 140,2 mil, praticamente voltou ao mesmo patamar registrado no primeiro trimestre de 2020 (154,5 mil).

Na comparação trimestral (3T20/2T20), destaque para as receitas com seguros, previdência e capitalização, com aumento de 21,0%, em especial, devido à boa performance nas vendas de produtos de previdência e capitalização, beneficiada pelas ações comerciais realizadas na rede BB, como a Semana Brasil e Semana do Cliente, além do lançamento do novo portfólio de produtos para pessoa física ocorrido em setembro.

Outros destaques na comparação trimestral foram as operações de consórcios, com crescimento de 30,1%, beneficiadas pelo aumento de 302,2% na comercialização de novas cotas, e nas operações com mercado de capitais, com crescimento de 12,6%, devido à retomada de ofertas públicas a partir do final de maio de 2020 e à reabertura do mercado de bonds, que permaneceu fechado até junho deste ano.

Na comparação com o mesmo trimestre de 2019 (3T20/3T19), destaque para as receitas com seguros, previdência e capitalização, com aumento de 11,2%, devido à evolução nas vendas do seguro rural, e crescimento do seguro prestamista, ajudado pela expansão do crédito. O segmento de consórcios também apresentou bom desempenho comercial na mesma comparação, registrando elevação em 26%.

Em relação às receitas com conta corrente, vale ressaltar que o BB possui um produto chamado “Clube de Benefícios”, onde o cliente paga uma mensalidade e tem acesso a serviços financeiros e não financeiros, além de diversos benefícios. Devido às características específicas deste produto, suas receitas são contabilizadas nas “Outras Receitas Operacionais”. Para efeito de comparação, no 3T20, o valor arrecadado com este produto foi de R\$ 123,1 milhões.

Despesas Administrativas e Índice de Eficiência

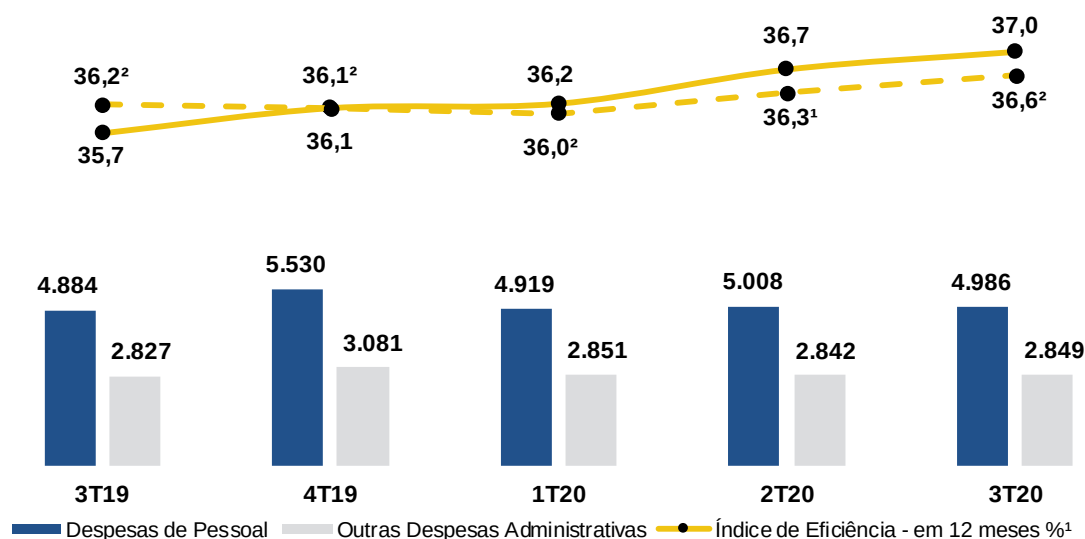
As despesas de pessoal apresentaram decréscimo de 0,4% na comparação trimestral. Vale ressaltar que no trimestre anterior (2T20) houve despesas residuais de R\$ 56,7 milhões, contabilizadas na linha “Benefícios”, fruto do acordo firmado entre Banco do Brasil e Cassi em 2019 (reforma estatutária). Desconsiderando este efeito, a variação trimestral seria positiva em 0,7%. Outro fator que contribuiu para o controle das despesas de pessoal na comparação trimestral foi o Programa Performa.

Na comparação em nove meses, destaque para o crescimento de 1,7%, abaixo da inflação acumulada em 12 meses (3,14%). Os fatores que contribuíram para este desempenho foram: (a) redução do quadro em 1.766 funcionários, por desligamento natural, e (b) as novas movimentações ocorridas desde 3 de fevereiro de 2020, data de lançamento do Programa Performa, com os respectivos salários alinhados ao novo modelo de remuneração dos funcionários.

As outras despesas administrativas se mantiveram praticamente estáveis (+0,2%) na comparação trimestral. Esse desempenho foi influenciado pelo decréscimo de 17,4% observado na linha de serviços de vigilância, segurança e transporte, fruto de dois motivos: (a) redução das despesas com transporte de numerário, em função da concentração do pagamento emergencial no 2T20 e (b) encerramento definitivo da parceria com os Correios em junho de 2020.

O crescimento de 0,8% na comparação com o mesmo período de 2019 (3T20/3T19) foi influenciado pela redução das despesas com campanhas publicitárias e pelo recuo das despesas com transporte de numerário.

Na comparação em 9M20/9M19, o crescimento de 3,5% é explicado, principalmente, pelos seguintes fatores: (a) aumento de R\$ 42,5 milhões com despesas de transporte de numerários em função dos eventos decorrentes da pandemia, (b) R\$ 92 milhões relacionados à aquisições de móveis, equipamentos e sistemas de processamento de dados, (c) acréscimo de R\$ 60 milhões devido à ampliação do público-alvo do programa Performa, que premia os funcionários com melhor performance, e (d) repasse extra de R\$ 30 milhões para a FBB para projetos de educação com crianças e jovens.

Figura 2. Despesas Administrativas – R\$ milhões

(1) Índice de Eficiência: Despesas Administrativas / Receitas Operacionais. Dados referentes à Demonstração do Resultado com Realocações.

(2) Considera a despesa relativa à reforma estatutária da Cassi.

O Banco acompanha muito de perto suas despesas, e o atual cenário acelerou os estudos para transformar a maneira de trabalhar e de servir os clientes.

Uma das principais inovações é o Flexy BB que vai otimizar a ocupação dos ambientes corporativos, trazendo um novo modelo de trabalho a partir das opções de home office, ao passo em que agrega eficiência imobiliária, como uso mais racional dos espaços.

Soma-se a esses movimentos, o novo Plano de Cargos e Salários e o novo modelo de premiação por desempenho (Performa), anunciados via Comunicado ao Mercado em 03/02/2020, que já começa a demonstrar ganhos de eficiência, conforme a rotatividade natural dos colaboradores e o reforço da cultura de alta performance ocorrem.

Além disso, estão previstas medidas de ecoeficiência energética como geração distribuída de energia, usinas fotovoltaicas e uso de Internet das Coisas (IoT) que, nos próximos cinco anos, serão fundamentais para reduzir os impactos de nossa operação no meio ambiente e ainda gerar eficiência ao nosso negócio.

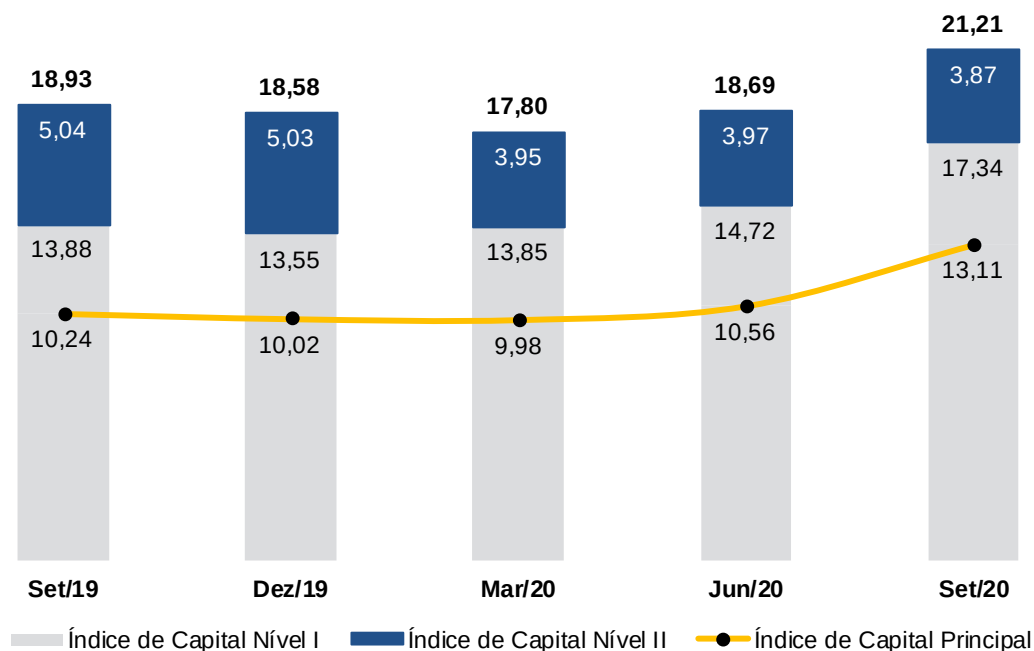
Inauguramos em março de 2020 nossa primeira usina de energia solar na modalidade de geração distribuída. Em outubro, a segunda usina foi inaugurada e outras 5 usinas estão previstas para os próximos meses. Os dois empreendimentos em operação têm capacidade conjunta instalada de 6 MW, gerando 15 GWh/ano e vão garantir fornecimento de energia renovável para 141 agências. Ambos os empreendimentos possibilitarão redução média de 45% na conta de energia de nossas agências e contribuirá com a diversificação da matriz energética renovável no Brasil. Quando todas as usinas estiverem em operação, 3.150 toneladas de dióxido de carbono deixarão de ser emitidas por ano, o que corresponde ao plantio de cerca de 21 mil árvores.

A soma das três ações de eficiência e sustentabilidade citadas trarão uma economia líquida de R\$ 3,3 bilhões até 2025.

Índice de Basileia

O BB possui Plano de Capital com visão prospectiva de três anos e considera (a) a Declaração de Appetite e Tolerância a Riscos, (b) a Estratégia Corporativa e (c) o Orçamento Corporativo.

Em setembro de 2020, o índice de Basileia foi de 21,21% e o índice de capital nível I de 17,34%, sendo 13,11% de capital principal. Na Declaração de Appetite e Tolerância a Riscos e no Plano de Capital está definido um Índice de Capital mínimo de 11% a partir de janeiro de 2022.

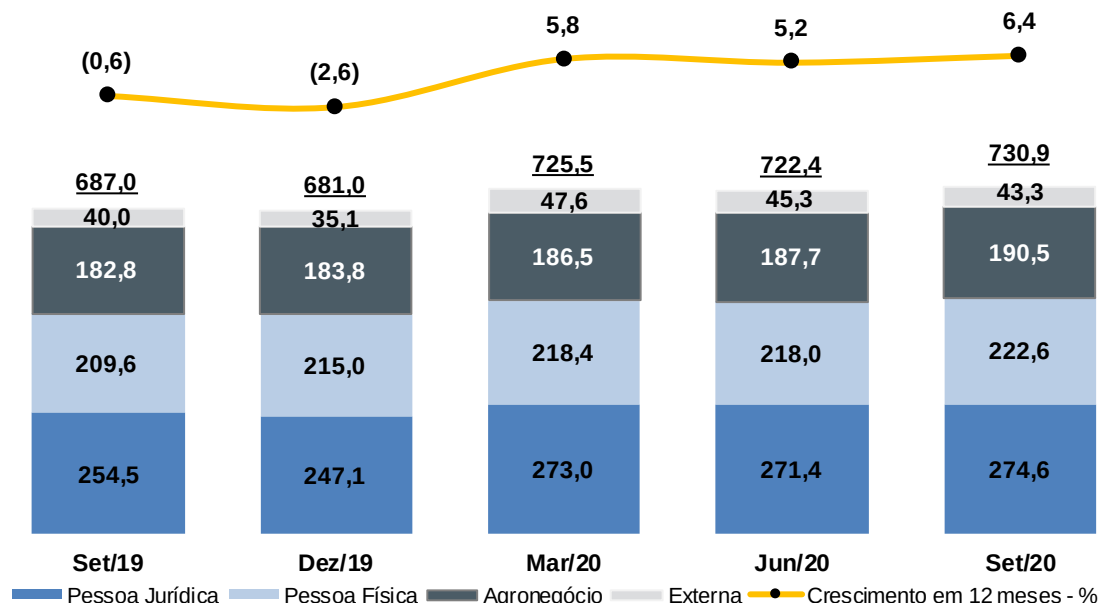
Figura 3. Basileia – %

Carteira de Crédito

Na comparação anual, houve crescimento de 6,4% da carteira de crédito ampliada, com destaque para as operações com o varejo e o agronegócio. Assim, a carteira Pessoa Física cresceu 6,2%, principalmente devido à performance positiva no crédito consignado (+15,2%). Na Pessoa Jurídica, destaque para as operações com as Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME) que cresceram 17,9%, justificadas, principalmente, pelos desembolsos de R\$ 6,2 bilhões na linha de crédito amparada pelo Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe). No agronegócio, destaque para o crédito rural (+5,3%).

No mesmo período de comparação, os segmentos de grandes empresas (-2,3%), crédito agroindustrial (-15,1%) e comercialização agropecuária (-46,3%) apresentaram redução. A redução na linha de comercialização pode ser explicada pela alta no preço dos produtos agropecuários, tornando a venda dos produtos mais atrativa para o mercado, em detrimento à armazenagem.

Na comparação com junho/20 (+1,2%), pode-se destacar o retorno do crescimento da linha de cartão de crédito PF (+13,0%) e o crescimento de capital de giro MPME (+24,1%) além do aumento de 1,8% na carteira rural.

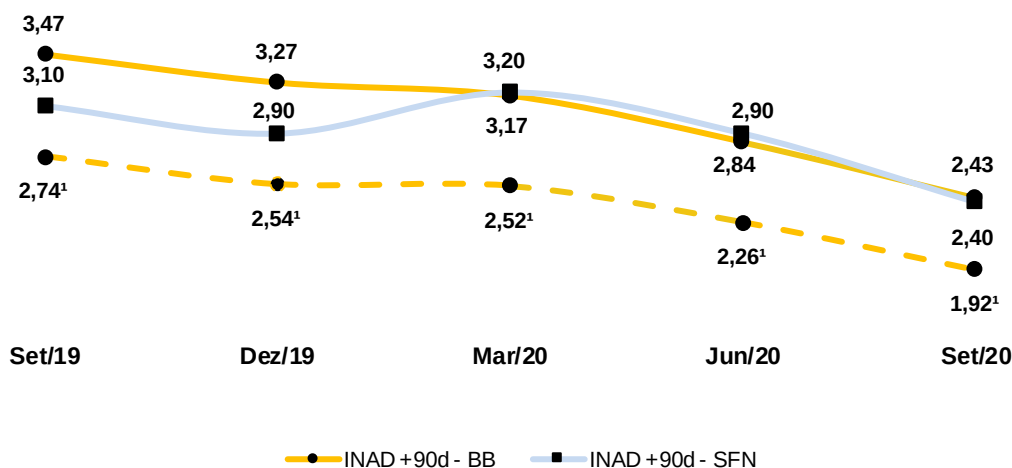
Figura 4. Carteira de Crédito Ampliada – R\$ milhões

1) A carteira de agronegócio ampliada foi reprocessada a partir de dezembro/18 de forma a incluir o saldo em carteira do (CDCA).

Qualidade do Crédito

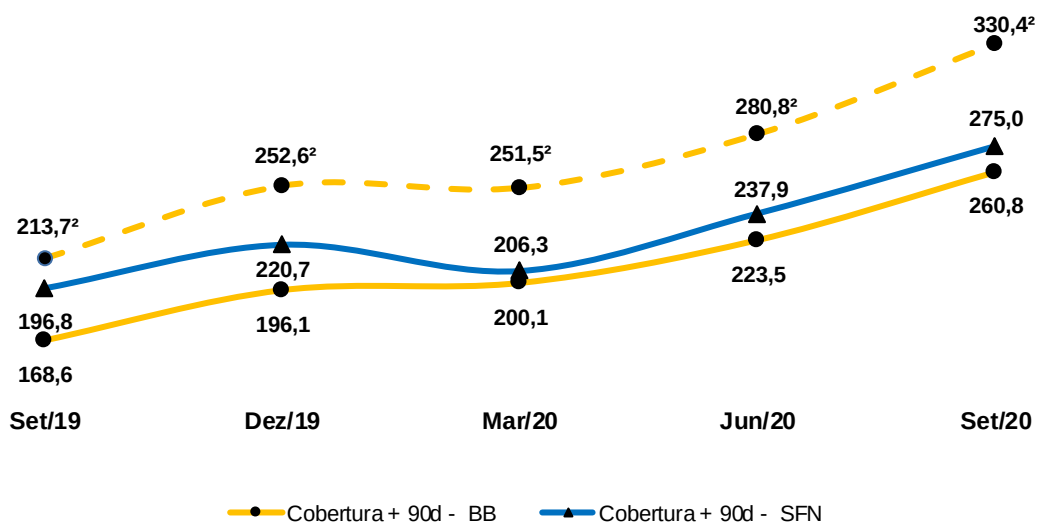
O índice de inadimplência INAD+90d (relação entre as operações vencidas há mais de 90 dias e o saldo da carteira de crédito classificada) mostrou redução frente a junho e alcançou 2,43% em setembro/20. Ao desconsiderar o efeito de caso específico o índice seria de 1,92%.

A redução da inadimplência no trimestre foi influenciada pelas ações que o BB implementou para apoiar os clientes no atual cenário a partir da readequação de seus compromissos financeiros com a realização de prorrogações.

Figura 5. Inad +90d – %

(1) Simulação excluindo caso específico.

O Banco mantém cobertura compatível com o perfil de risco de sua carteira. O índice de cobertura foi de 260,8% em setembro/20. Ao desconsiderar o efeito de caso específico o índice seria de 330,4%.

Figura 6. Cobertura¹ – %

(1) Relação entre o saldo total de provisão e o saldo das operações de crédito vencidas há mais de 90 dias.

(2) Simulação excluindo caso específico.

Tabela 6. Cobertura por Segmento – %

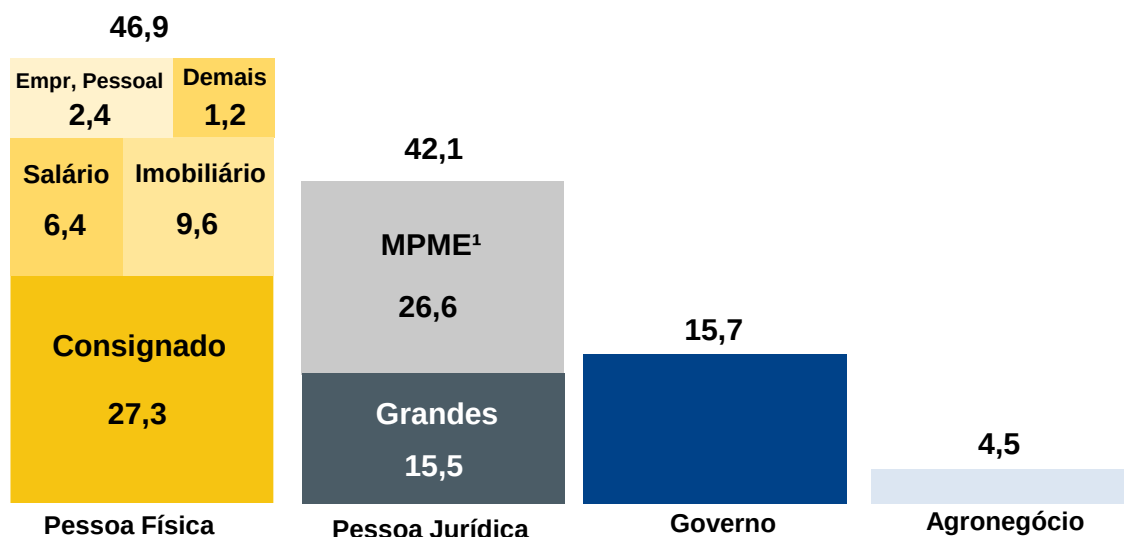
	Set/19	Dez/19	Mar/20	Jun/20	Set/20
Pessoa Física	177,8	199,4	199,2	209,4	250,0
Pessoa Jurídica	202,3	261,7	283,8	323,0	416,6
PJ ex-caso específico	259,5	354,1	372,3	397,7	483,0
Agronegócio	109,5	117,2	114,8	141,8	146,2
Agro ex-caso específico	210,6	215,9	201,9	277,9	312,8

Apoio aos clientes em tempos de pandemia

Diante do cenário de incertezas trazido pela pandemia do novo coronavírus (Covid-19), o Banco do Brasil tem atuado para prover suporte aos clientes com seriedade, rapidez e segurança, ao mesmo tempo em que fortalecemos o nosso compromisso com a sociedade, a partir de ações que visam apoiar o país a superar este momento de dificuldades.

Créditos Prorrogados

O saldo das operações de crédito prorrogadas totalizou R\$ 109,2 bilhões em setembro/20 o que representa 17,3% da carteira de crédito interna, em mais de 2,4 milhões de operações. Desse montante, 95,0% das operações possuem rating entre AA e C e 97,8% das transações não tinham histórico de atraso nos últimos 12 meses. Além disso, 64,6% estão atreladas a garantias e mitigadores. O tempo médio de relacionamento dos clientes que prorrogaram operações é de 17,4 anos.

Figura 7. Composição da Carteira Prorrogada – R\$ bilhões

(1) 81,4% do saldo com empresas de maior resiliência. Calculado a partir da Matriz de Resiliência, que conjuga a Visão Setorial com o Sensoriamento de Risco de Crédito.

Avaliamos e monitoramos os potenciais impactos na carteira de crédito, considerando as peculiaridades dos diversos segmentos e linhas de crédito e temos adotado medidas proativas para a gestão do risco e do capital. Trabalhamos para preservar a continuidade das nossas operações e a sustentabilidade de longo prazo de nossa empresa e do relacionamento com nossos clientes.

Sustentabilidade Empresarial

O tema sustentabilidade está na estratégia corporativa do BB há muitos anos. Destaca-se alguns grandes marcos tais como o início da Fundação BB em 1985 e adesão do Banco do Brasil ao protocolo verde ainda em 1995. O trabalho destes últimos 25 anos permitiu colocar a organização nos mais relevantes índices de sustentabilidade empresarial, além de vários reconhecimentos em nível global.

Figura 8. Linha do tempo do ASG (Ambiental, Social e Governança)

Plano de Sustentabilidade – Agenda 30 BB

Há 15 anos as nossas ações são orientadas pelo Plano de Sustentabilidade, que mais recentemente, passou a ser denominado Agenda 30 BB, em alinhamento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU). Atentos ao cenário internacional e aos rumos do setor financeiro, por meio desse instrumento temos contribuído com a agenda de desenvolvimento sustentável e com a perpetuidade dos nossos negócios.

Em sua sétima versão, o referido Plano possui 50 ações e 86 indicadores vinculados a 21 desafios, que impactam positivamente a agenda global do desenvolvimento sustentável. No momento estamos em processo de definição e priorização dos temas relevantes em sustentabilidade empresarial que irão orientar a gestão e o relato em sustentabilidade do BB nos próximos anos. Este processo é construído por meio de pesquisas junto aos públicos de relacionamento do Banco trazendo mais consistência ao processo.

Framework de Finanças Sustentáveis

Estruturamos nosso modelo de finanças sustentáveis, que permite ao Banco acessar o mercado de títulos de dívida categorizados como sustentáveis. O modelo é inédito no sistema financeiro brasileiro, pois foi desenhado prevendo além das categorias de financiamento com impacto ambiental (verde) e social, os padrões SLLP (*sustainable linked loan*) e SLBP (*sustainable linked bond*), que vinculam a remuneração sobre o capital devido ao desempenho positivo em indicadores ASG (ambiental, social e governança) pela instituição demandante. São alguns exemplos de indicadores: Diversidade na composição do conselho, quantidade de energia renovável utilizada pela instituição e metas de sustentabilidade para os próximos anos.

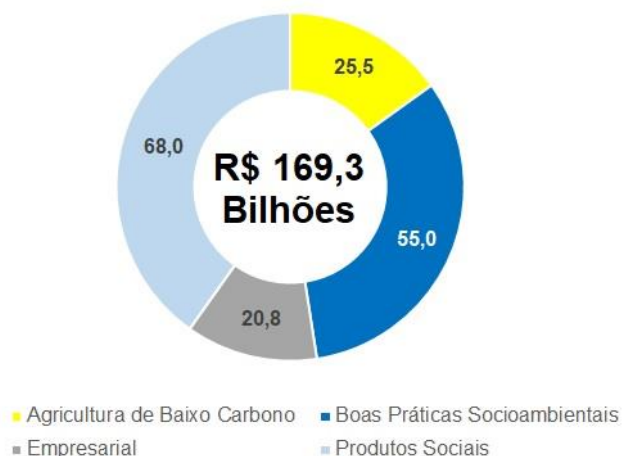
A construção deste modelo teve início com o Acordo de Cooperação Técnica e Financeira entre o Banco do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e contou com o apoio técnico da consultoria Sitawi Finanças do Bem. O modelo foi revisado pela Sustainalytics, uma das principais empresas independentes do mundo de Segunda Opinião (SPO), o que adiciona mais robustez ao modelo, seguindo um conjunto de padrões e diretrizes internacionais.

O modelo aprovado está amparado na ampla carteira sustentável do BB, em especial projetos que utilizam sistemas preconizados pela agricultura de baixo carbono como ativos elegíveis.

Carteira de Negócios Sustentáveis

Com base em metodologia desenvolvida pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban), que trata da mensuração e identificação de recursos alocados em setores da Economia Verde, a carteira de negócios sustentáveis do BB apresentou um saldo de R\$ 169,3 bilhões ao final de setembro de 2020. Ela é integrada por operações de crédito e empréstimos para os setores de energias renováveis, eficiência energética, construção, transporte e turismo sustentáveis, água, pesca, floresta, agricultura sustentável e gestão de resíduos. Além disso, para fomentar uma economia inclusiva, nessa carteira são consideradas áreas de cunho social, como: educação, saúde e desenvolvimento local e regional. O volume de recursos foi destinado aos clientes de todos os segmentos, como Pessoa Física (Varejo e Private), empresas de diferentes portes (MPE, Corporate, Atacado) e para o Setor Público.

Figura 9. Carteira Sustentável



Estratégia Digital

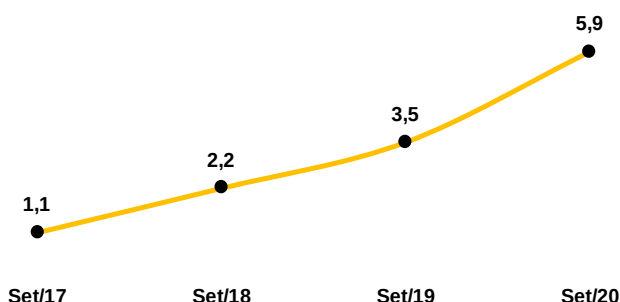
Nossos investimentos em tecnologia e o foco na transformação digital nos últimos anos se mostraram fundamentais no atual cenário. Aprovamos para os próximos três anos investimentos adicionais de R\$ 2,3 bilhões para tecnologia e *Analytics*, para oferecer aos clientes novas experiências com opções mais práticas, seguras e rápidas no mundo digital.

Acreditamos que estar presente e interligados em todos canais, físicos e digitais, auxilia o atendimento integral das demandas de nossos clientes. Por isso, a estratégia de otimização de canais digitais (*Opt-channel*) é fundamental na centralidade do cliente, levando o Banco ao cliente onde ele estiver, melhorando a nossa percepção de presença e proporcionando uma maior entrega de valor ao cliente.

Alcançamos 19,5 milhões de clientes digitais, enquanto as transações realizadas pelos canais de atendimento internet e mobile representaram 86,7% das transações realizadas pelos nossos clientes. O App BB permaneceu como um dos mais bem avaliados da indústria financeira com avaliação de 4,7 no Google play (a avaliação já foi feita por mais de 2,4 milhões de usuários) e 4,7 na Apple Store (sendo avaliado por mais de 1,8 milhão de usuários). A pontuação máxima é 5.

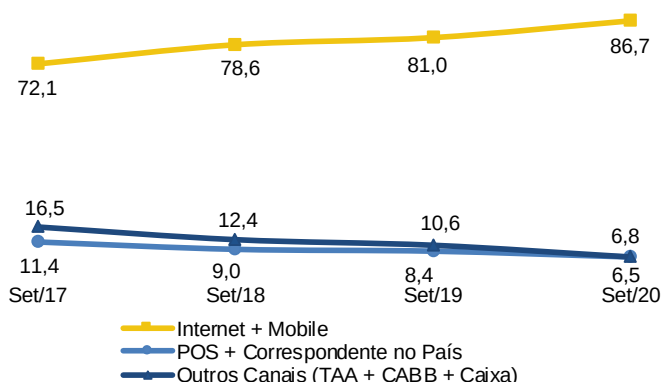
O número de clientes nativos digitais, ou seja, que começaram o relacionamento com o Banco, por meio de canais digitais, apresentou crescimento de 69,4% em doze meses e 14,4% no trimestre. Destes clientes, 80,7% tem até 40 anos.

Figura 10. Clientes Nativos Digitais – milhões

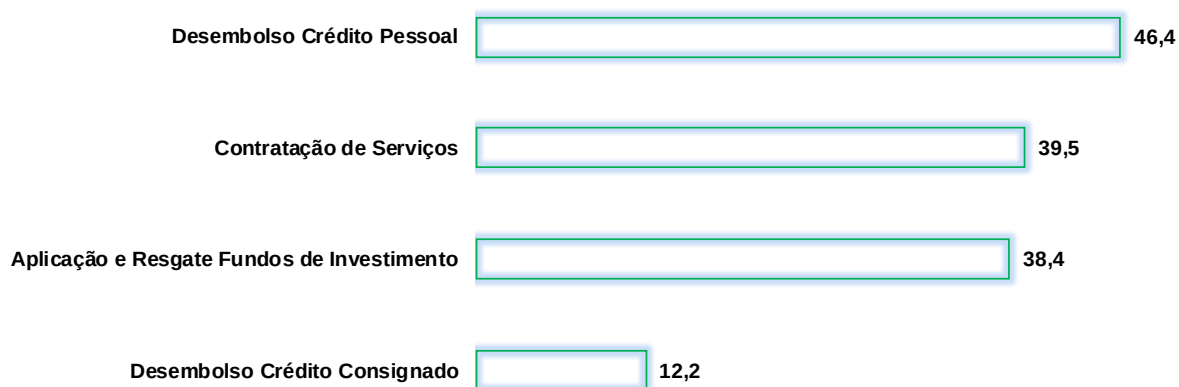


Em setembro/20, as transações realizadas pelos canais de atendimento internet e mobile representaram 86,7% das transações realizadas pelos nossos clientes.

Figura 11. Participação dos Canais de Atendimento nas Transações – %

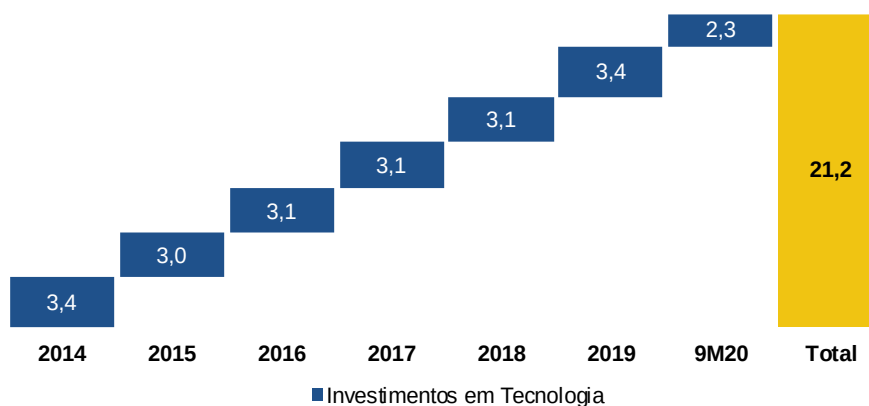


Os canais digitais (internet e mobile) representaram 46,4% do desembolso em crédito pessoal, 12,2% no crédito consignado, 38,4% das aplicações e resgates nos fundos de investimento e 39,5% na quantidade de operações em serviços (contas, pacotes de serviços, fundos de investimento, cartão, capitalização, seguros e consórcios).

Figura 12. Participação dos Canais Digitais nas Operações Bancárias – %

Investimentos em Tecnologia

O Banco do Brasil investe permanentemente em tecnologia com o objetivo de melhorar a eficiência operacional, reduzir as perdas operacionais, expandir os negócios e melhorar o atendimento ao cliente. Durante o período de 2014 ao 3T20 foi investido o montante de R\$ 21,2 bilhões. Na próxima figura pode-se observar a série anual do total investido.

Figura 13. Investimentos em Tecnologia – R\$ bilhões

Open Banking

Para além do atendimento às exigências regulatórias, que determinam o compartilhamento de dados, produtos e serviços, o Open Banking traz oportunidades de distribuição de produtos e serviços próprios em canais de terceiros, com foco na ampliação da capilaridade digital, e, também, de oferta de produtos e serviços de terceiros nos canais próprios, com foco na experiência do cliente. De modo geral, essa abertura amplia as fronteiras de atuação, trazendo mais competitividade, mas também permitindo ofertas de maior valor agregado. Para permitir melhor experiência e eficiência na conexão com o ecossistema digital, o BB ampliou nosso portfólio de APIs e criamos, no Portal do Desenvolvedor, ambiente para teste antes da contratação.

PIX

O Pix é um Sistema de Pagamentos Instantâneos criado pelo Banco Central do Brasil, em que as transferências e pagamentos são realizados em segundos, 24 horas por dia, 7 dias por semana. Com ele o Brasil vai reduzir a fabricação de papel-moeda, as emissões de boletos e os encargos das transferências. Ou seja, Pix é mais sustentável para você e para todo mundo. Somos o primeiro banco a atender as exigências do regulador.

Já para as empresas, o BB está preparado para as mudanças que serão trazidas com soluções que atenderão às necessidades dos clientes, como no sistema de cobrança, onde o fator de conciliação de pagamentos é fundamental e poderão estar conectados com a logística e distribuição no comércio eletrônico, por exemplo. O Banco tem desenvolvido ainda APIs de todos os produtos de *cash*

management para que as contas a pagar e a receber sejam adaptados ao sistema de pagamentos instantâneos, trazendo novas possibilidades de negócios e fidelização dos clientes.

Para o Setor Público, estamos desenvolvendo soluções de arrecadação que incorporam o uso do Pix no pagamento de impostos, multas e taxas diversas. Com a novidade, os gestores públicos poderão ampliar a oferta dos canais de arrecadação atualmente disponíveis, sem a necessidade de novos investimentos.

Estamos preparados para atender com toda segurança, rapidez e custo-benefício para nossos clientes. Veja mais em www.bb.com.br/pix.

LGPD – Privacidade e Proteção de Dados Pessoais

O Banco do Brasil acredita no respeito à privacidade e na garantia da proteção aos dados pessoais como um dos balizadores para o exercício das suas atividades e para o constante desenvolvimento do bem-estar da sociedade, nos permitindo gerar serviços de maior qualidade, relevância e com processos ainda mais transparentes. Esses fatores, na visão do BB, são protagonistas na atual dinâmica de crescimento dos negócios digitais, uma vez que as pessoas buscam priorizar empresas comprometidas com um relacionamento justo e sustentável.

Diante da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), vigente a partir de 18/09/20, um dos nossos desafios é fazer com que os clientes reconheçam seus direitos, proporcionando clareza quanto às políticas de uso das informações e de seu conteúdo. Nossa decisão foi por disponibilizar informações claras em uma interface amigável e acessível, inclusive nos aplicativos móveis, para que os titulares conheçam seus dados e possam exercer seus direitos. Tanto no App BB quanto no nosso Internet Banking, por meio da opção "minha privacidade", qualquer titular acessa seus dados pessoais, consulta sobre os tratamentos realizados por conta dos serviços do banco e solicita o documento para portabilidade de dados, por exemplo.

Prêmios e Reconhecimentos

Alcançar impactos positivos sociais e ambientais, associados à rentabilidade na gestão de atividades e negócios, faz parte da nossa atuação, e os reconhecimentos recebidos demonstram que estamos no caminho certo.

Em 2020, fomos reconhecidos, pelo segundo ano consecutivo, como uma das empresas financeiras mais sustentáveis do mundo pelo Ranking Global 100, da Corporate Knights, em anúncio realizado no Fórum Econômico Mundial em Davos, na Suíça. Fomos a única empresa financeira da América Latina a integrar o índice em 2020 e a empresa financeira mais sustentável do mundo em 2019. E, pela primeira vez, recebemos a classificação "AA" do Morgan Stanley Capital International (MSCI) ESG Rating, com destaque para os temas relacionados à gestão de talentos, segurança cibernética e gerenciamento de riscos.

Recebemos a premiação na Classe Ouro no The Sustainability Yearbook 2020, divulgado pela S&P Global e RobecoSAM AG. O The Sustainability Yearbook é uma das publicações mundiais mais abrangentes sobre sustentabilidade corporativa. O Banco do Brasil foi considerado, ainda, um Industry Mover, por ter apresentado um avanço significativo no seu desempenho, comparativamente ao ano anterior, o que demonstra o forte comprometimento do BB com o tema e a geração de valor para os acionistas no longo prazo.

Fazemos parte também de índices de sustentabilidade internacionais e nacionais, como o Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI) da Bolsa de Nova Iorque, o FTSE4 Good Index Series da Bolsa de Valores de Londres, e o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3. Em 2019, voltamos a integrar a carteira "World" do DJSI, alcançando a segunda posição no setor "Bancos". Ressaltamos ainda a manutenção de nosso compromisso com as ações estabelecidas em nosso Plano de Sustentabilidade e com os 10 Princípios do Pacto Global.

Recebemos, pelo segundo ano consecutivo, o prêmio de "Banco mais inovador da América Latina" da revista Global Finance, com a solução desenvolvida no Google Assistant. A premiação The Innovators 2020, oferecida pela revista, é um reconhecimento das mais inovadoras instituições financeiras mundiais.

Alcançamos o primeiro lugar pelo segundo ano consecutivo no Ranking Top 5 Anual-2019, do Banco Central, na categoria "IGP-M Médio Prazo Anual". E em segundo lugar na categoria "Taxa de Câmbio – Curto Prazo Anual".

Recebemos a Certificação Top Employers por estamos entre os melhores empregadores de empresas de 119 países, de acordo com o Top Employers Institute (TEI) que avalia as práticas e políticas de gestão de pessoas.

Sumário do Resultado

Fomos reconhecidos como o Melhor Banco no Brasil em 2020 pela revista Euromoney, uma das mais importantes premiações da indústria financeira internacional.

Fomos reconhecidos em várias categorias na premiação comemorativa de 50 anos do Top 1000 World Banks ranking - NEW performance ranking, pela revista The Banker (grupo Financial Times).

Fomos selecionados como uma das dez melhores iniciativas brasileiras no universo digital na categoria Bancos Digitais para o Prêmio iBest 2020, que é a premiação mais importante da internet do Brasil. O BB Digital é um conjunto de soluções oferecidas aos nossos clientes para atendimento não presencial.

Fomos destaque em duas categorias do Prêmio ClienteSA, principal reconhecimento às melhores práticas em gestão de clientes da América Latina. Nosso SAC foi o vencedor na categoria “Líder em Projeto Visionário” e nossa Ouvidoria Externa também foi premiada, na categoria “Projeto de Integração”, ao apresentar programas de capacitação e ferramentas de solução de conflitos utilizadas pelas agências e que fortalecem o papel dos funcionários no relacionamento e na confiança pelos clientes.

Pela quinta vez, fomos vencedores do Top of Mind de RH, premiação que reconhece as empresas mais lembradas pela comunidade de recursos humanos em votação espontânea. A Universidade Corporativa Banco do Brasil (UniBB) foi o destaque na categoria Educação Corporativa/e-Learning. Neste ano, completamos 55 anos de educação corporativa, sendo 18 anos de UniBB.

O Tribunal de Contas da União (TCU) conferiu ao BB nível de adequação geral de excelência após conclusão de trabalho relacionado à adequação das empresas estatais federais à Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais). A avaliação conduzida pelo TCU analisou dimensões consideradas estruturantes na Lei das Estatais: interesse público e função social da empresa; compliance e gestão de riscos; transparência e licitações e contratos; e governança corporativa. Foram avaliadas 20 estatais federais dentro de 4 classificações possíveis: excelência, superior, suficiente e insuficiente. O BB foi a única estatal do setor financeiro a atingir a classificação de adequação geral de excelência.

Fatos Relevantes e Comunicados ao Mercado

Nomeação do Presidente do Banco do Brasil

O Banco do Brasil comunicou por meio de Fato Relevante em 22 de setembro de 2020 a nomeação do Sr. André Guilherme Brandão para ocupar o cargo de presidente do Banco do Brasil.

André Guilherme Brandão, 55 anos, é graduado em Ciência da Computação pela Universidade Mackenzie (SP). André tem 34 anos de experiência no mercado financeiro. Trabalhou no HSBC por mais de 20 anos em diferentes funções, inclusive como chefe global do banco para as Américas e para a Europa. Também, nesse período, exerceu os cargos de presidente da corretora do HSBC nos EUA e de presidente do HSBC Brasil. Anteriormente, trabalhou no Citibank como chefe da área de estruturação de produtos.

Parceria BB e UBS

O Banco do Brasil comunicou por meio de Fato Relevante em 30 de setembro de 2020 que o BB-Banco de Investimento S.A. (“BB-BI”), sua subsidiária integral, e o UBS A.G. (“UBS”) formalizaram os documentos definitivos que estabelecem o início da parceria estratégica para atuação em atividades de banco de investimento e de corretora de valores mobiliários no segmento institucional no Brasil, Argentina, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai, após cumpridas todas as condições precedentes para o fechamento da transação (*closing*), sob os aspectos regulatórios e contratuais.

Projeções Corporativas 2020 estão suspensas

As projeções corporativas para o ano de 2020 permanecem suspensas em razão do ambiente de alta volatilidade e de incerteza decorrentes da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), que tem exigido atualizações frequentes de cenários e de premissas, dificultando a construção de estimativas acuradas.

1 – Informações Financeiras Resumidas

O Banco do Brasil alterou a forma de apresentação do seu balanço patrimonial gerencial e de sua DRE com realocações que constam nos documentos gerenciais com o intuito de refletir as mudanças realizadas nas Demonstrações Contábeis do primeiro semestre de 2020.

Os critérios gerais de elaboração e divulgação de demonstrações contábeis foram alterados a partir de 01.01.2020, em cumprimento ao disposto na Resolução CMN n.º 4.720/2019, seus normativos complementares e na Circular Bacen n.º 3.959/2019.

A série anteriormente constituída continuará sendo apresentada até o 4T20 no documento de séries históricas e depois descontinuada, dado que a nova série histórica, com os ajustes por conta da resolução CMN n.º 4.720/2019, terá completado oito (8) períodos de recomposição.

1.1. Balanço Patrimonial

Tabela 7. Balanço Patrimonial – Ativos, Passivos e Patrimônio Líquido – R\$ milhões

	Dez/19	Set/20	Var. (%) s/ Dez/19
Total do Ativo	1.481.095	1.769.923	19,5
Caixa e Equivalentes de Caixa	71.936	77.891	8,3
Ativos Financeiros	1.348.976	1.630.970	20,9
Depósitos Compulsórios em Bancos Centrais	65.124	62.217	(4,5)
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	367.713	537.422	46,2
Títulos e Valores Mobiliários	202.121	254.600	26,0
Instrumentos Financeiros Derivativos	821	5.179	–
Carteira de Crédito	621.345	668.036	7,5
Outros Ativos Financeiros	91.853	103.517	12,7
(Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito)	(41.995)	(44.935)	7,0
(Carteira de Crédito)	(39.800)	(42.350)	6,4
(Outros Ativos financeiros)	(2.195)	(2.585)	17,8
Ativos Fiscais	68.836	69.315	0,7
Correntes	9.373	9.205	(1,8)
Diferidos (Créditos Tributários)	59.463	60.109	1,1
Investimentos	14.959	15.489	3,5
Imobilizado de Uso	7.883	7.925	0,5
Intangível	5.921	6.366	7,5
Outros Ativos	4.580	6.901	50,7
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.481.095	1.769.923	19,5
Passivos Financeiros	1.286.177	1.568.688	22,0
Recursos de Clientes	485.002	569.872	17,5
Recursos de Instituições Financeiras	512.690	672.312	31,1
Recursos de Emissões de Títulos e Valores Mobiliários	206.331	215.588	4,5
Instrumentos Financeiros Derivativos	962	5.012	–
Outros Passivos Financeiros	81.192	105.904	30,4
Provisões	30.735	31.660	3,0
Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	25.480	26.240	3,0
Outras Provisões	5.255	5.420	3,2
Passivos Fiscais	12.571	13.663	8,7
Correntes	10.501	10.647	1,4
Diferidos	2.070	3.016	45,7
Outros Passivos	43.048	33.578	(22,0)
Patrimônio Líquido	108.565	122.334	12,7
Capital	67.000	90.000	34,3
Instrumento Elegível ao Capital Principal	8.100	8.100	–
Reservas de Capital	1.366	1.400	2,4
Reservas de Reavaliação	2	2	(5,2)
Reservas de Lucros	53.815	34.591	(35,7)
Outros Resultados Abrangentes	(23.282)	(16.932)	(27,3)
Lucros ou Prejuízos Acumulados	–	3.039	–
(Ações em Tesouraria)	(340)	(281)	(17,4)
Participação dos Não Controladores	1.904	2.415	26,9

1.2. Demonstração do Resultado com Realocações

Tabela 8. Demonstração do Resultado com Realocações – Fluxo Trimestral – R\$ milhões

	3T19	2T20	3T20	Var. (%) s/	
				3T19	2T20
Margem Financeira Bruta (1) (2) (3) (6) (9) (13) (14) (15) (22) (23) (24) (25) (26)	13.557	14.541	14.017	3,4	(3,6)
PCLD Ampliada	(3.920)	(5.907)	(5.508)	40,5	(6,8)
PCLD – Recuperação de Crédito (22) (23)	1.721	1.591	2.283	32,6	43,5
PCLD – Risco de Crédito	(5.037)	(5.943)	(6.575)	30,5	10,6
PCLD – Descontos Concedidos (24)	(307)	(211)	(244)	(20,8)	15,5
PCLD – Perdas por Imparidade (22) (25) (26)	(296)	(1.344)	(973)	–	(27,6)
Margem Financeira Líquida	9.637	8.634	8.509	(11,7)	(1,5)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(1.185)	(2.704)	(2.254)	90,1	(16,6)
Receitas de Prestação de Serviços	7.466	6.965	7.281	(2,5)	4,5
Despesas de Pessoal (20) (27)	(4.884)	(5.008)	(4.986)	2,1	(0,4)
Outras Despesas Administrativas (7) (8) (17)	(2.827)	(2.842)	(2.849)	0,8	0,2
Resultado de Participações em Controladas, Coligadas e JV	1.028	721	782	(23,9)	8,4
PREVI - Plano de Benefícios 1 (4)	(61)	(140)	(123)	–	(12,2)
PREVI - Atualização de Fundo Utilização (5)	134	94	271	–	–
Despesas Tributárias (2)	(1.071)	(1.329)	(1.347)	25,7	1,3
Outras Receitas/Despesas (4) (5) (6) (7) (8) (13) (14) (15) (21) (22) (24)	(971)	(1.165)	(1.282)	32,0	10,1
Provisões	(2.098)	(878)	(944)	(55,0)	7,5
Demandas Cíveis, Fiscais e Trabalhistas (10) (11) (12)	(2.167)	(774)	(810)	(62,6)	4,6
Outras	69	(103)	(134)	–	29,5
Resultado Operacional	6.353	5.052	5.311	(16,4)	5,1
Resultado Não Operacional (18)	45	67	43	(3,6)	(36,2)
Resultado Antes da Trib. s/ o Lucro	6.398	5.120	5.354	(16,3)	4,6
Imposto de Renda e Contribuição Social (3) (16) (22) (28)	(850)	(967)	(992)	16,7	2,6
Participações Estatutárias (29)	(584)	(426)	(442)	(24,3)	3,7
Participações Minoritárias (19)	(421)	(416)	(438)	4,2	5,4
Lucro Líquido Ajustado	4.543	3.311	3.482	(23,3)	5,2
Itens Extraordinários	(287)	(102)	(397)	38,6	–
Planos Econômicos (9) (10)	(993)	(198)	(579)	(41,7)	–
PDC Extraordinário (11)	11	0	2	(84,9)	–
Provisão Extr. p/ Demandas Legais (12)	–	–	–	–	–
Crédito Tributário s/ CSLL (16)	–	–	–	–	–
Alienação de participação - IRB-Brasil Resseguros S.A. (17) (18) (19)	2.733	–	–	–	–
PAQ - Programa de Adequação de Quadros (20)	(250)	–	–	–	–
Reavaliação de Ativo Intagível - VRN (21)	(983)	–	–	–	–
Provisão para Perdas com TVM (22)	(853)	–	–	–	–
Abono – Acordo Coletivo 2020-2021 (27)	–	–	(189)	–	–
Efeitos Fiscais e de PLR s/ Itens Extraordinários (28) (29)	49	95	370	–	–
Lucro Líquido	4.256	3.209	3.085	(27,5)	(3,9)

Cada índice apresentado nas linhas da tabela acima corresponde ao item do evento na tabela “Demonstrativo das Realocações e Itens Extraordinários”.

Tabela 9. Demonstração do Resultado com Realocações – Acumulado 9M – R\$ milhões

	9M19	9M20	Var. (%) s/ 9M19
Margem Financeira Bruta (1) (2) (3) (6) (9) (13) (14) (15) (22) (23) (24) (25) (26)	39.465	42.563	7,8
PCLD Ampliada	(11.459)	(16.953)	47,9
PCLD – Recuperação de Crédito (22) (23)	4.941	5.459	10,5
PCLD – Risco de Crédito	(14.944)	(18.994)	27,1
PCLD – Descontos Concedidos (24)	(781)	(723)	(7,4)
PCLD – Perdas por Imparidade (22) (25) (26)	(674)	(2.695)	–
Outros Ativos Financeiros (6)	–	–	–
Margem Financeira Líquida	28.006	25.609	(8,6)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(3.186)	(7.260)	–
Receitas de Prestação de Serviços	21.701	21.313	(1,8)
Despesas de Pessoal (20) (27)	(14.671)	(14.913)	1,7
Outras Despesas Administrativas (7) (8) (17)	(8.255)	(8.542)	3,5
Resultado de Participações em Controladas, Coligadas e JV	3.067	2.171	(29,2)
PREVI - Plano de Benefícios 1 (4)	111	(403)	–
PREVI - Atualização de Fundo Utilização (5)	602	527	(12,4)
Despesas Tributárias (2)	(3.577)	(3.878)	8,4
Outras Receitas/Despesas (4) (5) (6) (7) (8) (13) (14) (15) (21) (22) (24)	(2.164)	(3.534)	63,3
Provisões	(6.451)	(2.694)	(58,2)
Demandas Cíveis, Fiscais e Trabalhistas (10) (11) (12)	(6.512)	(2.447)	(62,4)
Outras	60	(247)	–
Resultado Operacional	18.369	15.655	(14,8)
Resultado Não Operacional (18)	99	157	58,8
Resultado Antes da Trib. s/ o Lucro	18.469	15.813	(14,4)
Imposto de Renda e Contribuição Social (3) (16) (22) (28)	(2.272)	(3.116)	37,1
Participações Estatutárias (29)	(1.733)	(1.304)	(24,7)
Participações Minoritárias (19)	(1.241)	(1.204)	(3,0)
Lucro Líquido Ajustado	13.222	10.189	(22,9)
Itens Extraordinários	(754)	(690)	(8,5)
Planos Econômicos (9) (10)	(2.004)	(1.127)	(43,7)
PDC Extraordinário (11)	34	3	(90,7)
Provisão Extr. p/ Demandas Legais (12)	(1.579)	–	–
Crédito Tributário s/ CSLL (16)	1.034	–	–
Alienação de participação - IRB-Brasil Resseguros S.A. (17) (18) (19)	2.733	–	–
PAQ - Programa de Adequação de Quadros (20)	(250)	–	–
Reavaliação de Ativo Intagível - VRN (21)	(983)	–	–
Provisão para Perdas com TVM (22)	(853)	–	–
Abono – Acordo Coletivo 2020-2021 (27)	–	(189)	–
Efeitos Fiscais e de PLR s/ Itens Extraordinários (28) (29)	1.114	623	(44,1)
Lucro Líquido	12.468	9.498	(23,8)

Cada índice apresentado nas linhas da tabela acima corresponde ao item do evento na tabela “Demonstrativo das Realocações e Itens Extraordinários”.

1.2.1. Abertura das Realocações

Neste capítulo são demonstrados os ajustes realizados na DRE Societária para a obtenção da DRE com Realocações. Tais ajustes têm por objetivo:

- a) segregar os itens extraordinários e apresentar o lucro líquido ajustado do período;
- b) alterar a disposição dos itens de receitas e despesas, para possibilitar um melhor entendimento do negócio e do desempenho da empresa;
- c) permitir que a Margem Financeira Bruta (MFB) registrada no período reflita, efetivamente, o ganho de todos os ativos rentáveis, na busca de informar ao mercado qual é o *spread* obtido pela divisão dessa margem pelo saldo médio dos ativos rentáveis. Para tal, foi necessário:
 - I. integrar na MFB as rendas com características de intermediação financeira contabilizadas em Outras Receitas Operacionais provenientes de ativos rentáveis registrados no grupamento de Outros Ativos Financeiros do Balanço Patrimonial;
 - II. identificar em item específico na MFB o ganho (perda) cambial sobre os ativos e passivos no exterior;
 - III. manter na MFB valores relativos a reajustes cambiais negativos e reversão de despesas que foram originalmente contabilizados em Outras Receitas Operacionais e/ou Outras Despesas Operacionais para evitar inversão de saldo de rubricas, cujas naturezas são de intermediação financeira;
 - IV. integrar na MFB todas as despesas de captação relativas à emissão de Dívidas Subordinadas e Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD).
- d) destacar os efeitos relacionados ao custo do crédito em PCLD Ampliada. Para tal, foi necessário integrar (em itens específicos dentro da PCLD Ampliada):
 - I. as despesas contabilizadas em Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito;
 - II. as receitas de recuperação de créditos baixados como prejuízo, originalmente contabilizadas em Resultado da Carteira de Crédito;
 - III. as perdas permanentes de ativos financeiros, os ganhos (perdas) na alienação e/ou transferência de ativos financeiros e os ganhos (perdas) na alienação de bens arrendados, sendo o primeiro originalmente contabilizado em Resultado de Operações com TVM e os demais em Resultado da Carteira de Crédito; e
 - IV. as despesas de descontos concedidos em renegociação, originalmente contabilizadas em Outras Despesas Operacionais.

A seguir, apresenta-se o demonstrativo de todas as realocações realizadas no período.

Tabela 10. Demonstrativo das Realocações e Itens Extraordinários – R\$ milhões

Item	De	Para	Evento	Fluxo Trimestral			Acumulado 9M	
				3T19	2T20	3T20	9M19	9M20
1	* Recursos de Instituições Financeiras	* Resultado Cambial s/ PL no Exterior	Ganho(Perda) Cambial s/ PL no Ext.	1.013	876	656	870	5.582
2	Despesas Tributárias	* Resultado do Hedge Fiscal	Hedge Fiscal	49	43	32	42	272
3	Imposto de Renda e Contribuição Social	* Resultado do Hedge Fiscal	Hedge Fiscal	709	752	563	608	4.542
4	Outras Receitas/Despesas	PREVI - Plano de Benefícios 1	Revisão dos Ativos e Passivos Atuariais da Previ	(61)	(140)	(123)	111	(403)
5	Outras Receitas/Despesas	PREVI - Atualização de Fundo Utilização	Revisão dos Ativos e Passivos Atuariais da Previ	134	94	271	602	527
6	Outros Ativos Financeiros	Outras Receitas/Despesas	PCLD sem Caract. de Intermediação Financeira	(119)	(118)	(142)	254	(384)
7	Outras Despesas Administrativas	Outras Receitas/Despesas	Despesa de Amortização de Ágio	(51)	(7)	(7)	(125)	(21)
8	Outras Despesas Administrativas	Outras Receitas/Despesas	Verba de Relacionamento Negocial	(319)	(335)	(364)	(992)	(1.055)
9	* Recursos de Instituições Financeiras	Planos Econômicos	Planos Econômicos	(1.033)	(280)	(468)	(2.267)	(1.081)
10	Demandas Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	Planos Econômicos	Planos Econômicos	40	82	(111)	263	(46)
11	Demandas Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	PDC Extraordinário	Provisão Extraordinária para Demandas Contingentes	11	0	2	34	3
12	Demandas Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	Provisão Extr. p/ Demandas Legais	Provisão Demandas Legais - Ajuste Parâm. Políticas de Acordos	-	-	-	(1.579)	-
13	Outras Receitas/Despesas	* Resultado de Operações com TVM	Rendimentos de Aplicações Financeiras	1	1	0	3	2
14	* Resultado de Operações com TVM	Outras Receitas/Despesas	Reversão de Provisões Operacionais	4	1	15	13	16
15	Outras Receitas/Despesas	* Resultado da Carteira de Crédito	Compensação de Receita de Agente Financeiro	-	-	-	(5)	-
16	Imposto de Renda e Contribuição Social	Crédito Tributário s/ CSLL	Ativação de Crédito Tributário em Reservas	-	-	-	1.034	-
17	Outras Despesas Administrativas	Alienação de participação - IRB-Brasil Resseguros S.A.	Alienação de participação - IRB-Brasil Resseguros S.A.	(8)	-	-	(8)	-
18	Resultado Não Operacional	Alienação de participação - IRB-Brasil Resseguros S.A.	Alienação de participação - IRB-Brasil Resseguros S.A.	3.519	-	-	3.519	-
19	Participações Minoritárias	Alienação de participação - IRB-Brasil Resseguros S.A.	Alienação de participação - IRB-Brasil Resseguros S.A.	(778)	-	-	(778)	-
20	Despesas de Pessoal	PAQ - Programa de Adequação de Quadros	PAQ - Programa de Adequação de Quadros	(250)	-	-	(250)	-
21	Outras Receitas/Despesas	Reavaliação de Ativo Intagível - VRN	Reavaliação de Ativo Intagível - VRN	(983)	-	-	(983)	-
22	PCLD – Perdas por Imparidade	Provisão para Perdas com TVM	Provisão para Perdas com TVM	(853)	-	-	(853)	-
23	* Resultado da Carteira de Crédito	PCLD – Recuperação de Crédito	PCLD Ampliada	1.721	1.591	2.283	4.941	5.459
24	Outras Receitas/Despesas	PCLD – Descontos Concedidos	PCLD Ampliada	(307)	(211)	(244)	(781)	(723)
25	* Resultado da Carteira de Crédito	PCLD – Perdas por Imparidade	PCLD Ampliada	(0)	(0)	(38)	(45)	(38)
26	* Resultado de Operações com TVM	PCLD – Perdas por Imparidade	PCLD Ampliada	(1.150)	(1.344)	(935)	(1.482)	(2.657)
27	Despesas de Pessoal	Abono – Acordo Coletivo 2020-2021	Abono – Acordo Coletivo 2020-2021	-	-	(189)	-	(189)
28	Imposto de Renda e Contribuição Social	Efeitos Fiscais e de PLR s/ Itens Extraordinários	Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários	16	84	325	985	546
29	Participações Estatutárias	Efeitos Fiscais e de PLR s/ Itens Extraordinários	Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários	32	12	45	129	78

(*) Contas que compõem a Margem Financeira Bruta (MFB). Informações adicionais no Capítulo 2.

1.2.2. Glossário das Realocações

- (1) Receitas (despesas) das variações cambiais sobre o investimento em subsidiárias e agências no exterior.
- (2) e (3) Efeitos de impostos incidentes sobre hedge para investimentos no exterior.
- (4) Receitas (despesas) financeiras da revisão dos ativos e passivos atuariais da Previ.
- (5) Receitas financeiras de atualização do Fundo Utilização da Previ.
- (6) Reversão ou despesas com PCLD para créditos sem característica de intermediação financeira.
- (7) Despesas de amortização de ágio de investimentos e intangível.
- (8) Amortização de aquisição de folha de pagamento.
- (9) e (10) Despesas com provisão oriundas de ações judiciais referentes aos planos econômicos.
- (11) e (12) Provisão extraordinária com demandas contingentes.
- (13) Receitas de aplicações financeiras de empresas não financeiras.
- (14) Reavaliação de cessão de direitos creditórios do BNC.
- (15) Compensação parcial de receita de agente financeiro em operações de crédito cuja liquidação ocorra antes do prazo contratado.
- (16) Ativação de crédito tributário em decorrência da majoração da alíquota de CSLL, de 15% para 20%, conforme Emenda Constitucional nº 103 de novembro de 2019.
- (17), (18) e (19) Receitas (despesas) na alienação de investimento no IRB-Brasil Resseguros S.A.
- (20) Despesas decorrentes do Programa de Adequação de Quadros - PAQ, conforme Fato Relevante divulgado em 29 de julho de 2019.
- (21) Perda por imparidade de ativo intangível relacionado à verba de relacionamento negocial.
- (22) Perda por imparidade em títulos e valores mobiliários (TVM).
- (23), (24), (25) e (26) Receitas (despesas) relacionadas ao custo do crédito contabilizadas em recuperação de créditos baixados como prejuízo, descontos concedidos em renegociação, perdas permanentes de ativos financeiros, alienação e/ou transferência de ativos financeiros e alienação de bens arrendados.
- (27) Despesas decorrentes do acordo trabalhista coletivo firmado em setembro/2020, Acordo Coletivo 2020-2021.
- (28) e (29) Segregação dos efeitos de itens extraordinários do período sobre a apuração de participações nos lucros e resultados (PLR) e a unificação dos efeitos desses itens sobre o imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL).

1.2.3. Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários

A tabela a seguir demonstra isoladamente os efeitos fiscais e de participação nos lucros e resultados ocorridos em cada item extraordinário.

Tabela 11. Efeitos Fiscais e de PLR sobre Itens Extraordinários – R\$ milhões

	Fluxo Trimestral			Fluxo 9 Meses	
	3T19	2T20	3T20	9M19	9M20
Planos Econômicos	435	95	279	885	533
Provisão Extraordinária com Demandas Contingentes	(5)	(0)	(1)	(15)	(1)
Provisão Demandas Legais - Ajuste de Parâmetros	–	–	–	691	–
Crédito Tributário s/ Períodos Anteriores	–	–	–	(65)	–
Alienação de Participação - IRB-Brasil Resseguros S.A.	(1.295)	–	–	(1.295)	–
Programa de Adequação de Quadros - PAQ	110	–	–	110	–
Imparidade de Ativo Intangível - VRN	430	–	–	430	–
Imparidade de TVM	374	–	–	374	–
Abono	–	–	91	–	91
Total	49	95	370	1.114	623

2 – Resultado Financeiro

Neste capítulo serão discutidos os principais componentes do resultado financeiro do Banco do Brasil.

2.1. Margem Financeira Bruta

A seguir apresentamos os principais indicadores econômicos que influenciam a performance da Margem Financeira Bruta (MFB).

Tabela 12. Principais Indicadores

				Var. (%)				Var. (%)
	3T19	2T20	3T20	3T19	2T20	9M19	9M20	9M19
CDI / TMS – %	1,54	0,73	0,51	(66,8)	(30,3)	4,66	2,28	(51,2)
TJLP – %	1,49	1,24	1,23	(17,5)	(0,6)	4,91	3,80	(22,7)
Câmbio – US\$	4,16	5,48	5,64	35,5	3,0	–	–	–
Dias úteis	66	61	65	(1,5)	6,6	189	188	(0,5)
Dias corridos	92	91	92	–	1,1	273	274	0,4

A composição da MFB é apresentada na tabela a seguir.

Tabela 13. Composição da Margem Financeira Bruta – R\$ milhões

				Var. (%)				Var. (%)
	3T19	2T20	3T20	3T19	2T20	9M19	9M20	9M19
Margem Financeira Bruta	13.557	14.541	14.017	3,4	(3,6)	39.736	42.563	7,1
Receita Financeira c/ Operações de Crédito	18.518	17.499	16.930	(8,6)	(3,3)	56.279	52.117	(7,4)
Despesa Financeira de Captação	(6.213)	(3.729)	(3.095)	(50,2)	(17,0)	(19.174)	(11.278)	(41,2)
Despesa Financeira de Captação Institucional ¹	(2.803)	(2.653)	(2.563)	(8,6)	(3,4)	(8.417)	(7.940)	(5,7)
Resultado de Tesouraria ²	4.055	3.424	2.745	(32,3)	(19,8)	11.048	9.664	(12,5)

(1) Inclui instrumentos de dívida sênior, dívida subordinada e IHCD no país e no exterior;

(2) Inclui o resultado com juros, *hedge* fiscal, derivativos e outros instrumentos financeiros que compensam os efeitos da variação cambial no resultado.

Os principais destaques da MFB no período (3T20/2T20) foram:

- I. Redução de 3,6% (-R\$ 524,3 milhões) na MFB em decorrência da redução de 6,0% (-R\$ 1,2 bilhão) no resultado de operações de crédito e tesouraria, suavizada pela redução de 11,3% (+R\$ 723,4 milhões) nas despesas de captação;
- II. Redução de 3,3% na receita financeira com operações de crédito, influenciada pela queda da TMS e pela alteração do *mix* nas carteiras PF e PJ, com crescimentos em linhas de menor risco;
- III. A despesa financeira de captação foi favorecida pelo movimento de redução do CDI/TMS. A variação de R\$ 633,7 milhões (-17,0%) no custo de captação no período pode ser explicado pelo efeito combinado da redução da taxa básica da economia, com o aumento dos saldos médios em depósitos de poupança (+7,2%), depósitos a prazo (+6,4%) e depósitos judiciais (+3,9%), além da maior quantidade de dias úteis;
- IV. Queda de R\$ 678,9 milhões no Resultado de Tesouraria, influenciada pela redução do resultado com títulos no Brasil, acompanhando o movimento de queda da taxa média Selic (-30,3%) no período.

No comparativo anual (3T20/3T19) e acumulado (9M20/9M19), os crescimentos de 3,4% (+R\$ 459,7 milhões) e 7,1% (+2,8 bilhões) respectivamente, tiveram como principal catalizador o efeito de redução da CDI/TMS sobre os ativos e passivos, com efeito mais rápido nas despesas de captação e tesouraria, e mais suave nas receitas com operações de crédito.

2.2. Receita Financeira com Operações de Crédito

Tabela 14. Receita Financeira de Operação de Crédito – R\$ milhões

	3T19	2T20	3T20	Var. (%)		9M19	9M20	Var. (%)
				3T19	2T20			9M19
Receita Financeira c/ Operações de Crédito	18.518	17.499	16.930	(8,6)	(3,3)	56.279	52.117	(7,4)
Operações de Crédito - PF	9.735	9.475	9.311	(4,4)	(1,7)	28.739	28.335	(1,4)
Operações de Crédito - PJ	4.130	3.791	3.567	(13,6)	(5,9)	13.207	11.340	(14,1)
Operações de Crédito - Agronegócio	3.567	3.204	3.107	(12,9)	(3,0)	10.994	9.538	(13,2)
Receita de Equalização	722	452	261	(63,9)	(42,2)	2.320	1.224	(47,2)
Operações de Crédito - Rede Externa	737	731	655	(11,2)	(10,5)	2.283	2.045	(10,4)
Op. de Venda ou de Transf. de Ativos Financeiros	121	88	93	(23,6)	5,3	391	259	(33,7)
Operações de Arrendamento Mercantil	10	7	7	(34,4)	(7,2)	34	22	(35,2)
Demais Operações de Crédito	218	203	191	(12,6)	(5,8)	631	578	(8,4)

A receita financeira de operação de crédito é negativamente impactada pela redução do CDI/TMS à medida que novos desembolsos, além de renovações/renegociações, vão se tornando mais relevantes em relação ao volume total da carteira. Nesse sentido, 32,6% da carteira de crédito (sem exterior) já contempla novas taxas pactuadas em 2020, sendo 24,3% apenas nos dois últimos trimestres, período em que se intensificou a redução da taxa básica de juros.

Operações de Crédito – PF: redução de R\$ 163,8 milhões (-1,7%) nas receitas financeiras do segmento no comparativo 3T20/2T20, afetada principalmente pelo efeito estrutural da queda da CDI/TMS e pela alteração do *mix*, com crescimento em linhas de menor risco, como por exemplo o crédito consignado (+R\$ 3,8 bilhões).

No comparativo anual (3T20/3T19) e acumulado (9M20/9M19), a linha também foi negativamente influenciada pela diminuição nas receitas com cheque especial – em decorrência do início da vigência da Resolução nº 4.765/19 em 2020, e pelos menores gastos das famílias durante o atual cenário de pandemia, principalmente no 1S20, com efeito sobre o volume de crédito rotativo no cartão de crédito.

Embora o faturamento e, conseqüentemente, o crédito rotativo, tenham sido impactados pelos efeitos da pandemia do Covid-19, especialmente nos meses de abril e maio, nota-se uma retomada no consumo a partir de junho, com evolução do faturamento (crédito e débito) que encerrou o trimestre em R\$ 78,4 bilhões, alta de 28,1% quando comparado ao trimestre anterior.

Operações de Crédito – PJ: redução de R\$ 223,4 milhões (-5,9%) nas receitas financeiras do segmento em relação ao trimestre anterior, impactado pelo efeito estrutural da queda da CDI/TMS e parcialmente compensado pela alta de 2,8% da carteira classificada. Destaque para o crescimento de R\$ 8,3 bilhões no capital de giro, sendo a maior parte relacionado ao Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), reforçando a estratégia de crescimento no segmento MPME em operações com mitigadores de risco de crédito.

Operações de Crédito – Agronegócio: redução de R\$ 97,5 milhões (-3,0%) nas receitas financeiras do segmento no trimestre (3T20/2T20), influenciada principalmente pela menor equalização de taxas, impactado pela queda da TMS.

A seguir é apresentada a distribuição das receitas de crédito por segmento.

Figura 14. Distribuição das Receitas de Crédito – %

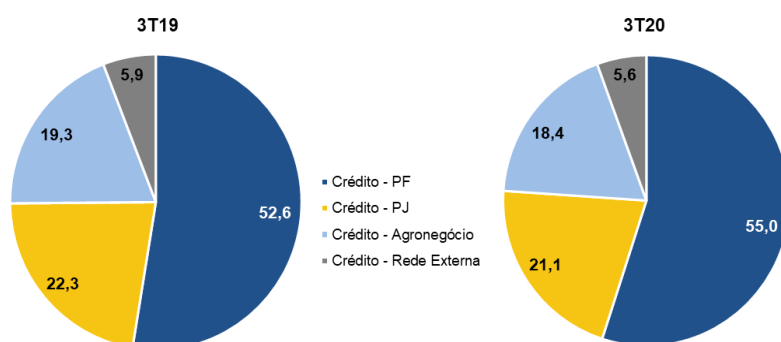
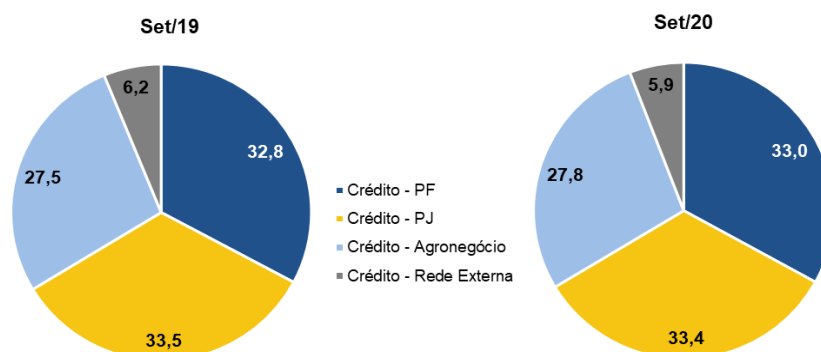


Figura 15. Distribuição da Carteira de Crédito Classificada – %

A carteira de crédito classificada cresceu 1,6% no último trimestre, com destaque para a alta de R\$ 15,7 bilhões no saldo das operações de crédito no varejo (PF, PJ e Crédito Rural). Os ativos de liquidez também cresceram 7,4%, influenciado pelo aumento no volume de R\$ 71,2 bilhões em aplicações interfinanceiras.

A seguir é apresentada a composição sintética dos ativos.

Tabela 15. Composição Sintética dos Ativos – R\$ milhões

	Saldos						Var. (%)	
	Set/19	Part. %	Jun/20	Part. %	Set/20	Part. %	Set/19	Jun/20
Ativo Total	1.513.163	100,0	1.710.234	100,0	1.769.923	100,0	17,0	3,5
Carteira de Crédito Classificada	626.090	41,4	657.212	38,4	668.036	37,7	6,7	1,6
Ativos de Liquidez	664.884	43,9	814.503	47,6	875.122	49,4	31,6	7,4
Demais	222.189	14,7	238.518	13,9	226.765	12,8	2,1	(4,9)

2.3. Despesa Financeira de Captação

As despesas financeiras de captação abrangem as operações realizadas com clientes, exceto as operações compromissadas com títulos privados realizadas com clientes PJ. Também fazem parte da composição das despesas com captação o resultado das aplicações compulsórias e a despesa com o FGC.

Tabela 16. Resultado de Captação – R\$ milhões

				Var. (%)					Var. (%)
	3T19	2T20	3T20	3T19	2T20	9M19	9M20	9M19	
Resultado de Captação	(6.213)	(3.729)	(3.095)	(50,2)	(17,0)	(19.174)	(11.278)	(41,2)	
Despesas de Captação com Depósitos	(5.428)	(3.393)	(2.857)	(47,4)	(15,8)	(16.655)	(10.271)	(38,3)	
Depósitos Judiciais	(2.340)	(1.227)	(890)	(61,9)	(27,5)	(7.438)	(3.731)	(49,8)	
Depósitos de Poupança	(1.964)	(1.373)	(1.118)	(43,1)	(18,5)	(5.926)	(4.029)	(32,0)	
Depósitos a Prazo	(1.124)	(793)	(849)	(24,5)	7,1	(3.291)	(2.511)	(23,7)	
Emissão de Títulos	(1.313)	(593)	(411)	(68,7)	(30,7)	(3.929)	(1.822)	(53,6)	
Letra de Crédito do Agronegócio - LCA	(1.124)	(502)	(350)	(68,9)	(30,3)	(3.347)	(1.532)	(54,2)	
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	(189)	(91)	(61)	(67,8)	(33,2)	(582)	(290)	(50,2)	
Resultado das Aplicações Compulsórias	641	379	304	(52,6)	(19,7)	1.749	1.183	(32,4)	
Fundo Garantidor Créditos - FGC	(114)	(122)	(131)	14,8	7,3	(339)	(368)	8,4	

A despesa financeira de captação foi favorecida pelo movimento de redução do CDI/TMS (-30,3%), com queda de R\$ 633,7 milhões (-17,0%) no trimestre (3T20/2T20). A variação observada em consequência da redução no indexador foi parcialmente atenuada pelo crescimento dos saldos médios em depósitos de poupança (+7,2%), em depósitos a prazo (+6,4%) e em depósitos judiciais (+3,9%), pela quantidade de dias úteis e pela elevação das despesas de captação de depósitos a prazo no Banco Patagonia (-R\$ 158,1 milhões).

A tabela abaixo mostra o custo de captação no BB em comparação à taxa média Selic do período.

Tabela 17. Captações vs. Taxa Selic – R\$ milhões

	3T19			2T20			3T20		
	Saldo Médio	Custo	% Selic	Saldo Médio	Custo	% Selic	Saldo Médio	Custo	% Selic
Depósitos Totais	603.367	(7.011)	75,4	649.873	(4.165)	87,2	678.368	(3.393)	97,7
Depósitos de Poupança	175.986	(1.964)	72,4	193.399	(1.373)	96,6	207.335	(1.118)	105,3
Depósitos a Prazo - Depósitos Judiciais	157.722	(2.340)	96,3	154.899	(1.227)	107,8	160.966	(890)	108,0
Depósitos a Prazo	72.331	(1.124)	100,9	103.078	(793)	104,6	109.663	(849)	151,1
Depósitos à Vista	67.467	–	–	78.575	–	–	85.863	–	–
Letras de Crédito do Agronegócio	82.463	(1.124)	88,4	74.059	(502)	92,2	73.260	(350)	93,3
Depósitos Interfinanceiros	32.060	(271)	54,8	32.151	(180)	76,0	28.501	(125)	85,4
Letras de Crédito Imobiliário	15.337	(189)	80,0	13.713	(91)	90,6	12.780	(61)	93,1

Apesar da queda na despesa absoluta com depósitos, o custo destas captações como percentual da Selic se elevou novamente em função da queda da TMS, uma vez que parte dos depósitos não está indexado à Selic. Vale ressaltar o crescimento “% Selic” dos depósitos de poupança e depósitos a prazo, o primeiro em decorrências do estoque investido pela regra da poupança antiga (0,5% a.m. + TR) que representa 17,8% do saldo de depósitos de poupança, e o segundo pela elevação das despesas de captação de depósitos a prazo no Banco Patagonia (-R\$ 158,1 milhões).

2.4. Despesa Financeira de Captação Institucional

A tabela a seguir apresenta a abertura das despesas de captação institucional, que são títulos corporativos emitidos pelo BB no Brasil e no exterior, cujos subscritores são investidores institucionais.

Tabela 18. Despesa de Captação Institucional – R\$ milhões

				Var. (%)					Var. (%)
	3T19	2T20	3T20	3T19	2T20	9M19	9M20	9M19	9M19
Despesa Financ. de Captação Institucional	(2.803)	(2.653)	(2.563)	(8,6)	(3,4)	(8.417)	(7.940)	(5,7)	
Op. de Emprést., Cessões e Repasses	(1.510)	(1.169)	(1.196)	(20,8)	2,3	(4.649)	(3.802)	(18,2)	
Despesas com IHCD	(515)	(687)	(685)	33,1	(0,2)	(1.512)	(1.951)	29,0	
Letras Financeiras	(243)	(87)	(76)	(68,8)	(12,8)	(795)	(313)	(60,6)	
TVM no Exterior	(367)	(481)	(379)	3,3	(21,2)	(962)	(1.226)	27,4	
Desp. com Dívida Subord. no Exterior	(170)	(230)	(228)	34,3	(0,7)	(498)	(648)	30,0	

As despesas financeiras de captação institucional reduziram 3,4% (+R\$ 89,7 milhões) no trimestre, positivamente impactadas pela redução das despesas de marcação a mercado de TVM em Londres (+R\$ 96,0 milhões) e pela redução das despesas de letras financeiras (+R\$ 11,1 milhões).

O Banco informou no dia 20 de outubro de 2020 que exerceu a opção de recompra total do título de dívida perpétuo emitido em 2009 (Banbra 8,5%), vigente sob as regras de Basiléia II. A recompra foi realizada por 100% do seu valor de face, acrescido dos juros contabilizado e não pagos até a data. A operação foi realizada com recursos provenientes do caixa do Banco e não trouxe impactos relevantes para os níveis de liquidez e de capital.

2.5. Resultado de Tesouraria

O resultado de tesouraria abrange o resultado com juros e variação cambial de atividades típicas de tesouraria, além de conter o resultado do *hedge* estrutural, da variação cambial incidente sobre receitas financeiras de operações de crédito e despesas de captação e captação institucional.

Tabela 19. Resultado de Tesouraria – R\$ milhões

	3T19	2T20	3T20	Var. (%)		9M19	9M20	Var. (%)
				3T19	2T20			
Resultado de Tesouraria	4.055	3.424	2.745	(32,3)	(19,8)	11.048	9.664	(12,5)
Res. Títulos e Valores Mobiliários	4.063	3.380	2.538	(37,5)	(24,9)	10.660	9.342	(12,4)
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	7.716	3.729	2.888	(62,6)	(22,5)	22.746	11.274	(50,4)
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(7.784)	(3.957)	(3.065)	(60,6)	(22,5)	(22.938)	(11.759)	(48,7)
Resultado com Inst. Financeiros Derivativos	(78)	55	(3)	(96,2)	–	(223)	(285)	27,5
Outros Componentes de Tesouraria ¹	138	217	387	180,8	78,2	802	1.091	36,1

(1) Contém itens não discriminados na abertura do resultado de tesouraria, inclusive variação cambial.

Resultado com TVM

Na tabela a seguir evidenciam-se os resultados das operações com Títulos e Valores Mobiliários, conforme a classificação do Banco Central.

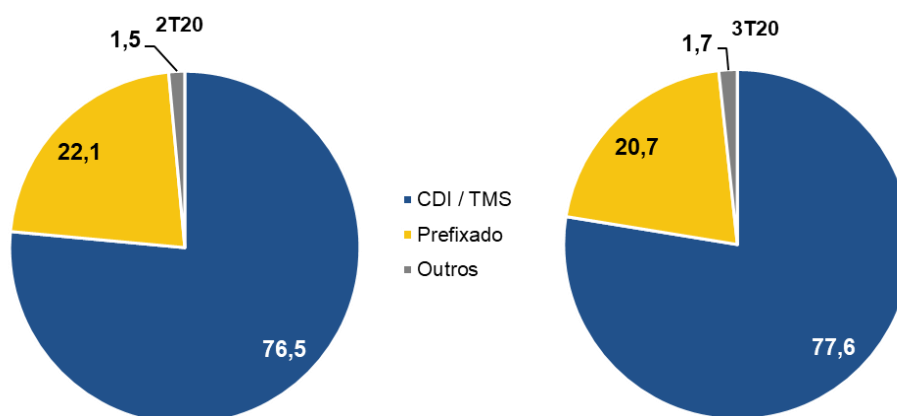
Tabela 20. Resultado com Títulos e Valores Mobiliários – R\$ milhões

	3T19	2T20	3T20	Var. (%)		9M19	9M20	Var. (%)
				3T19	2T20			
Res. Títulos e Valores Mobiliários	4.063	3.380	2.538	(37,5)	(24,9)	10.660	9.342	(12,4)
Res. Títulos de Renda Fixa	4.027	3.170	2.513	(37,6)	(20,7)	10.534	8.956	(15,0)
Reavaliação - Curva	3.381	2.918	2.610	(22,8)	(10,6)	9.440	8.238	(12,7)
Resultado das Negociações	653	109	225	(65,5)	106,2	1.089	939	(13,8)
Marcação a Mercado	(7)	143	(322)	–	–	5	(222)	–
Renda Variável	36	210	26	(28,8)	(87,7)	126	386	–

O resultado com Títulos e Valores Mobiliários caiu 24,9% (-R\$ 841,4 milhões) na comparação trimestral, influenciado pela queda de R\$ 308,2 milhões nas rendas dos títulos (reavaliação curva) e pela variação negativa de R\$ 464,8 milhões no resultado de marcação a mercado.

A redução no resultado de reavaliação curva no Banco Patagonia respondeu por 70,6% da queda no período (3T20/2T20), observada em títulos da dívida soberana emitidas pelo governo do país.

O resultado das negociações de títulos encerrou o 9M20 com queda de 13,8% (-R\$ 150,1 milhões) no comparativo 9M20/9M19, negativamente impactado por perdas na negociação de títulos no Banco Patagonia no 1S20. O resultado da linha sem o efeito do Banco Patagonia encerrou o período estável (+0,4%).

Figura 16. Carteira de Títulos e Valores Mobiliários por Indexador (Banco Múltiplo) – %

As tabelas a seguir demonstram a abertura da carteira de TVM.

Tabela 21. Carteira de Títulos por Categoria – Valor de Mercado – R\$ milhões

	Saldos						Var. (%)	
	Set/19	Part. %	Jun/20	Part. %	Set/20	Part. %	Set/19	Jun/20
Títulos e Valores Mobiliários	185.938	100,0	265.223	100,0	253.427	100,0	36,3	(4,4)
Títulos para Negociação	6.544	3,5	22.101	8,3	21.485	8,5	228,3	(2,8)
Títulos Disponíveis p/ Venda	160.614	86,4	218.813	82,5	210.145	82,9	30,8	(4,0)
Títulos Mantidos até o Vencimento	18.780	10,1	24.309	9,2	21.797	8,6	16,1	(10,3)
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.686	100,0	4.639	100,0	5.179	100,0	207,2	11,6

Tabela 22. Carteira de Títulos por Prazo - Valor de Mercado – R\$ milhões

Referência	Até 1 ano		1 a 5 anos		5 a 10 anos		Acima de 10 anos		Total
	Saldos	Part. %	Saldos	Part. %	Saldos	Part. %	Saldos	Part. %	
Dez/18	17.075	11,4%	91.761	61,1%	29.213	19,5%	12.073	8,0%	150.122
Mar/19	25.201	16,9%	81.891	54,8%	30.979	20,7%	11.296	7,6%	149.367
Jun/19	26.827	15,5%	83.019	48,1%	52.201	30,2%	10.568	6,1%	172.614
Set/19	38.145	20,5%	76.066	40,9%	59.865	32,2%	11.862	6,4%	185.938
Dez/19	35.098	17,4%	86.972	43,2%	65.055	32,3%	14.206	7,1%	201.332
Mar/20	39.020	20,9%	83.684	44,8%	50.815	27,2%	13.214	7,1%	186.734
Jun/20	40.754	15,4%	134.274	50,6%	76.124	28,7%	14.072	5,3%	265.223
Set/20	37.041	14,6%	151.192	59,7%	51.167	20,2%	14.027	5,5%	253.427

Captação no Mercado Aberto

A tabela seguinte apresenta o Saldo de Liquidez, diferença entre os Ativos e Passivos de Liquidez.

Tabela 23. Saldo da Liquidez – R\$ milhões

	Saldos						Var. (%)	
	Set/19	Part. %	Jun/20	Part. %	Set/20	Part. %	Set/19	Jun/20
Ativos de Liquidez (a)	664.884	100,0	814.503	100,0	875.122	100,0	31,6	7,4
Aplicações Interfinanceiras	463.728	69,7	524.694	64,4	595.932	68,1	28,5	13,6
TVM (exceto vincul. ao Bacen)	186.915	28,1	266.953	32,8	259.779	29,7	39,0	(2,7)
Disponibilidades	14.241	2,1	22.856	2,8	19.412	2,2	36,3	(15,1)
Passivos de Liquidez (b)	465.519	100,0	551.862	100,0	597.383	100,0	28,3	8,2
Captações no Mercado Aberto	433.007	93,0	521.351	94,5	569.103	95,3	31,4	9,2
Depósitos Interfinanceiros	32.512	7,0	30.511	5,5	28.280	4,7	(13,0)	(7,3)
Saldo da Liquidez (a - b)	199.365		262.641		277.739		39,3	5,7

As despesas de captação no Mercado Aberto constituem principalmente despesas incorridas com operações compromissadas lastreadas com títulos em carteira própria e de terceiros. No trimestre, as despesas de captação no mercado aberto caíram novamente em consequência da queda na TMS (-30,3%), parcialmente desacelerado pelo aumento no volume da carteira de terceiros (+14,4%).

Tabela 24. Despesa de Captação no Mercado Aberto – R\$ milhões

				Var. (%)					Var. (%)
	3T19	2T20	3T20	3T19	2T20	9M19	9M20	9M19	
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(7.784)	(3.957)	(3.065)	(60,6)	(22,5)	(22.938)	(11.759)	(48,7)	
Carteira de Terceiros	(6.728)	(3.356)	(2.646)	(60,7)	(21,2)	(19.913)	(9.994)	(49,8)	
Carteira Própria	(779)	(423)	(288)	(63,0)	(32,0)	(2.169)	(1.249)	(42,4)	
Depósitos Interfinanceiros	(271)	(180)	(125)	(54,0)	(30,6)	(836)	(506)	(39,5)	
Outras Operações de Captação no Mercado	(6)	3	(6)	8,2	–	(20)	(11)	(46,9)	

Outros Componentes de Tesouraria

O grupamento outros componentes de tesouraria contém, além dos resultados de ganho/perda cambial sobre o PL no exterior e *hedge* fiscal, a variação cambial incidente nas linhas de operação de crédito, captação e captação institucional entre outras, registradas na linha “demais”.

Tabela 25. Outros Componentes de Tesouraria – R\$ milhões

	3T19	2T20	3T20	Var. (%)		9M19	9M20	9M19
				3T19	2T20			
Outros Componentes de Tesouraria	138	217	387	180,8	78,2	802	1.091	36,1
Ganho (Perda) Cambial s/ PL no Ext.	1.013	876	656	(35,2)	(25,1)	870	5.582	541,9
Hedge Fiscal	758	795	595	(21,5)	(25,1)	650	4.815	640,2
Resultado de Operações de Câmbio	93	180	133	42,4	(26,2)	397	408	2,6
Demais	(1.727)	(1.634)	(998)	(42,2)	(38,9)	(1.115)	(9.713)	770,9

2.6. Análise dos Ativos e Passivos

2.6.1. Análise dos Ativos

Tabela 26. Saldos Médios e Taxa de Juros – Ativos Rentáveis (Anual) – R\$ milhões

	3T19			3T20		
	Saldo Médio ¹	Receitas ²	Taxa Anual (%) ³	Saldo Médio ¹	Receitas ²	Taxa Anual (%) ³
Ativos Rentáveis	1.361.485	23.295	6,7	1.547.948	19.823	5,1
Operações de Crédito + Leasing ⁴	618.558	18.518	11,9	660.991	16.930	10,3
TVM	685.385	4.063	2,3	829.598	2.538	1,2
Depósito Compulsório Rentável	48.921	641	5,1	47.649	304	2,5
Demais	8.621	72	3,2	9.709	50	2,0

(1) Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período;

(2) Calculado com efeito parcial da variação cambial;

(3) Taxa anualizada (dias úteis do trimestre dividido por 252);

(4) Inclui: Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Carteiras Adquiridas.

Tabela 27. Saldos Médios e Taxa de Juros – Ativos Rentáveis (Trimestral) – R\$ milhões

	2T20			3T20		
	Saldo Médio ¹	Receitas ²	Taxa Anual (%) ³	Saldo Médio ¹	Receitas ²	Taxa Anual (%) ³
Ativos Rentáveis	1.461.495	21.294	6,2	1.547.948	19.823	5,1
Operações de Crédito + Leasing ⁴	653.331	17.499	11,5	660.991	16.930	10,3
TVM	748.029	3.380	1,9	829.598	2.538	1,2
Depósito Compulsório Rentável	49.583	379	3,2	47.649	304	2,5
Demais	10.553	36	1,4	9.709	50	2,0

(1) Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período;

(2) Calculado com efeito parcial da variação cambial;

(3) Taxa anualizada (dias úteis do trimestre dividido por 252);

(4) Inclui: Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Carteiras Adquiridas.

Tabela 28. Saldos Médios e Taxa de Juros – Ativos Rentáveis (9 meses) – R\$ milhões

	9M19			9M20		
	Saldo Médio ¹	Receitas ²	Taxa Anual (%) ³	Saldo Médio ¹	Receitas ²	Taxa Anual (%) ³
Ativos Rentáveis	1.342.140	68.871	6,9	1.450.288	62.849	5,9
Operações de Crédito + Leasing ⁴	621.150	56.279	12,3	648.569	52.117	10,9
TVM	663.761	10.660	2,1	743.291	9.342	1,7
Depósito Compulsório Rentável	48.909	1.749	4,8	48.956	1.183	3,3
Demais	8.319	183	2,9	9.471	207	2,9

(1) Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período;

(2) Calculado com efeito parcial da variação cambial;

(3) Taxa anualizada (dias úteis do trimestre dividido por 252);

(4) Inclui: Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Carteiras Adquiridas.

2.6.2. Análise dos Passivos

Tabela 29. Saldos Médios e Taxa de Juros – Passivos Onerosos (Anual) – R\$ milhões

	3T19			3T20		
	Saldo Médio ¹	Despesas ⁴	Taxa Anual (%) ²	Saldo Médio ¹	Despesas ⁴	Taxa Anual (%) ²
Passivos Onerosos	1.223.787	(16.799)	5,3	1.369.160	(8.988)	2,6
Captações no Mercado Aberto	472.299	(7.513)	6,2	552.307	(2.941)	2,1
Depósitos a Prazo	230.054	(3.464)	5,9	270.629	(1.739)	2,5
Depósitos de Poupança	175.986	(1.964)	4,3	207.335	(1.118)	2,1
Obrig. por Emprest. e Repasses	80.904	(1.510)	7,3	75.010	(1.196)	6,3
Dívida Subordinada	81.874	(243)	1,1	85.456	(989)	4,6
Letras de Crédito do Agronegócio	82.463	(1.124)	5,3	73.260	(350)	1,9
Obrigações com T.V.M. no Exterior	31.099	(367)	4,6	41.940	(379)	3,5
Depósitos Interfinanceiros	32.060	(271)	3,3	28.501	(125)	1,7
Demais Letras Bancárias ³	20.653	(189)	3,5	13.402	(61)	1,8
Fundos Financ. e de Desenvolvimento	16.396	(155)	3,7	21.320	(91)	1,7

(1) Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período;

(2) Taxa anualizada (dias úteis do período dividido por 252);

(3) Inclui: Letras Financeiras, Debêntures, Letras de Crédito Imobiliário e Certificado de Recebíveis Imobiliário;

(4) Calculado com efeito parcial da variação cambial.

Tabela 30. Saldos Médios e Taxa de Juros – Passivos Onerosos (Trimestral) – R\$ milhões

	2T20			3T20		
	Saldo Médio ¹	Despesas ⁴	Taxa Anual (%) ²	Saldo Médio ¹	Despesas ⁴	Taxa Anual (%) ²
Passivos Onerosos	1.305.294	(10.660)	3,4	1.369.160	(8.988)	2,6
Captações no Mercado Aberto	506.691	(3.777)	3,1	552.307	(2.941)	2,1
Depósitos a Prazo	257.977	(2.020)	3,3	270.629	(1.739)	2,5
Depósitos de Poupança	193.399	(1.373)	3,0	207.335	(1.118)	2,1
Obrig. por Emprest. e Repasses	78.344	(1.169)	6,3	75.010	(1.196)	6,3
Dívida Subordinada	86.022	(1.003)	4,9	85.456	(989)	4,6
Letras de Crédito do Agronegócio	74.059	(502)	2,8	73.260	(350)	1,9
Obrigações com T.V.M. no Exterior	41.055	(481)	4,9	41.940	(379)	3,5
Depósitos Interfinanceiros	32.151	(180)	2,3	28.501	(125)	1,7
Demais Letras Bancárias ³	14.421	(91)	2,6	13.402	(61)	1,8
Fundos Financ. e de Desenvolvimento	21.177	(65)	1,3	21.320	(91)	1,7

(1) Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período;

(2) Taxa anualizada (dias úteis do período dividido por 252);

(3) Inclui: Letras Financeiras, Debêntures, Letras de Crédito Imobiliário e Certificado de Recebíveis Imobiliário;

(4) Calculado com efeito parcial da variação cambial.

Tabela 31. Saldos Médios e Taxa de Juros – Passivos Onerosos (9 meses) – R\$ milhões

	9M19			9M20		
	Saldo Médio ¹	Despesas ⁴	Taxa Anual (%) ²	Saldo Médio ¹	Despesas ⁴	Taxa Anual (%) ²
Passivos Onerosos	1.218.060	(51.762)	5,7	1.291.109	(32.117)	3,3
Captações no Mercado Aberto	471.830	(22.102)	6,3	503.438	(11.253)	3,0
Depósitos a Prazo	226.305	(10.729)	6,4	254.220	(6.242)	3,3
Depósitos de Poupança	174.723	(5.926)	4,5	193.425	(4.029)	2,8
Letras de Crédito do Agronegócio	82.239	(3.347)	5,5	73.599	(1.532)	2,8
Obrig. por Emprest. e Repasses	82.456	(4.649)	7,6	76.803	(3.802)	6,7
Dívida Subordinada	82.464	(2.121)	3,4	83.724	(2.912)	4,7
Obrigações com T.V.M. no Exterior	28.021	(962)	4,6	39.307	(1.226)	4,2
Demais Letras Bancárias ³	21.178	(582)	3,7	14.738	(290)	2,6
Depósitos Interfinanceiros	33.127	(836)	3,4	30.728	(506)	2,2
Fundos Financ. e de Desenvolvimento	15.717	(508)	4,3	21.128	(326)	2,1

(1) Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período;

(2) Taxa anualizada (dias úteis do período dividido por 252);

(3) Inclui: Letras Financeiras, Debêntures, Letras de Crédito Imobiliário e Certificado de Recebíveis Imobiliário;

(4) Calculado com efeito parcial da variação cambial.

2.6.3. Análise Volume e Taxa

O saldo médio de Ativos Rentáveis cresceu R\$ 86,5 bilhões (+5,9%) no comparativo 3T20/2T20, influenciado principalmente pelo crescimento no saldo médio de aplicações interfinanceiras. No mesmo período, a Margem Financeira Bruta reduziu R\$ 524,3 milhões (-3,6%).

Tabela 32. Análise de Volume (Ativos Rentáveis) – R\$ milhões

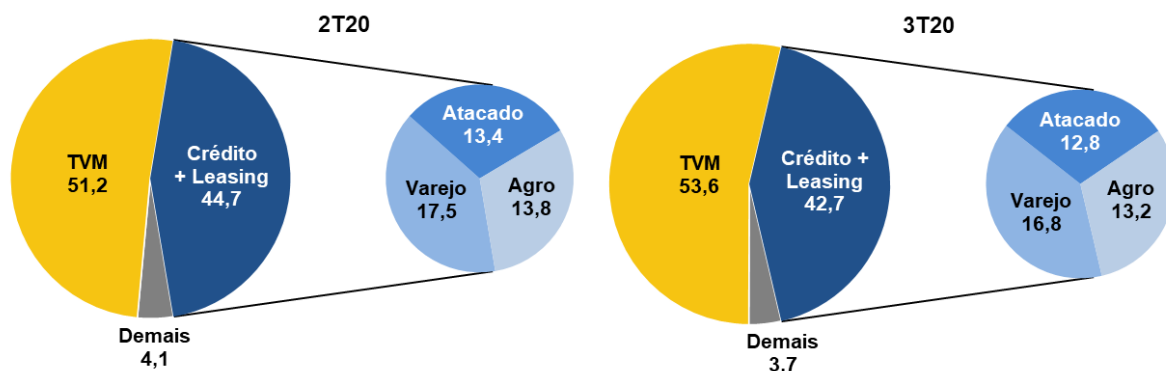
	Taxa Trimestral			Taxa Acumulada		
	2T20	3T20	Var. Abs.	9M19	9M20	Var. Abs.
Ativos Rentáveis (a) ¹	1.461.495	1.547.948	86.453	1.342.140	1.450.288	108.148
Margem Financeira Bruta (b)	14.541	14.017	(524)	39.736	42.563	2.827
Spread - % (b / a)	0,995	0,905	(0,089)	2,961	2,935	(0,026)
Ganho / (Perda) com Volume²			860			3.202
Ganho / (Perda) com Taxa³			(1.307,1)			(347,3)
Ganho / (Perda) com Volume e Taxa			(77,3)			(28,0)

(1) Média aritmética dos saldos finais dos meses que compõem o período;

(2) Ganho/(Perda) resultante da multiplicação entre o volume dos ativos rentáveis do período atual pelo *spread* do período anterior líq. da MFB anterior;

(3) Ganho/(Perda) resultante da multiplicação entre o volume dos ativos rentáveis do período anterior pelo *spread* do período atual líq. da MFB anterior.

Figura 17. Distribuição dos Ativos Rentáveis – %



No trimestre, o *spread global* apresentou queda de 37bps, influenciado pelo crescimento dos ativos de liquidez (7,4%) e pela queda do resultado de tesouraria (-19,8%), com efeito no aumento do numerado (saldo médio dos ativos rentáveis) e redução do denominador (margem financeira bruta).

Tabela 33. Margem Global – %

	4T18	1T19	2T19	3T19	4T19	1T20	2T20	3T20
Spread Global ¹	4,1	4,0	4,0	4,0	4,4	4,2	4,0	3,7
Spread Ajustado pelo risco ²	2,9	2,9	2,8	2,9	3,3	2,5	2,4	2,2

(1) Margem Financeira Bruta/Saldo Médio dos Ativos Rentáveis, anualizado;

(2) Margem Financeira Líquida (MFB – PCLD Ampliada)/Saldo Médio dos Ativos Rentáveis, anualizado.

Tabela 34. Margem Líquida de Juros e Margem de Lucro – R\$ milhões

	3T19	2T20	3T20	9M19	9M20
Saldo Médio dos Ativos Rentáveis – (a)	1.361.485	1.461.495	1.547.948	1.342.140	1.450.288
Saldo Médio dos Passivos Onerosos – (b)	1.223.787	1.305.294	1.369.160	1.218.060	1.291.109
Margem Financeira Bruta – (c)	13.557	14.541	14.017	39.736	42.563
Receita Líquida de Juros – (d)	6.496	10.633	10.835	17.109	30.731
Receitas de Juros – d.I	23.295	21.294	19.823	68.871	62.849
Despesas de Juros – d.II	(16.799)	(10.660)	(8.988)	(51.762)	(32.117)
Demais Componentes – (e) ¹	7.061	3.908	3.182	22.627	11.831
Passivos Onerosos / Ativos Rentáveis – (b / a) – %	89,9	89,3	88,5	90,8	89,0
Rentabilidade Média dos Ativos – (d.I / a) – % ^{2 4}	7,0	6,0	5,2	6,9	5,8
Custo Médio dos Passivos – (d.II / b) – % ^{2 4}	5,6	3,3	2,7	5,7	3,3
Margem de Lucro Líquida – % ^{2 3}	1,4	2,6	2,6	1,2	2,5
Margem Líquida de Juros – (d / a) – % ²	1,9	2,9	2,8	1,7	2,8
Spread Global – (c / a) – % ²	4,0	4,0	3,7	4,0	3,9

(1) Contém resultado de derivativos, contratos de assunção de dívidas, resultado de op. de câmbio, recuperação de cré. baixados como prejuízo, empréstimos de ouro, fundo garantidor de crédito, ganho/perda cambial no exterior e outras receitas com características de intermediação financeira;

(2) Taxas anualizadas;

(3) Diferença entre a taxa média dos ativos rentáveis e a taxa média dos passivos onerosos;

(4) Calculado com efeito parcial da variação cambial.

Os quadros a seguir apresentam as variações nas receitas e despesas de juros pela mudança no volume médio dos ativos rentáveis e dos passivos onerosos e pela variação da taxa média de juros sobre esses ativos e passivos, nos períodos em análise.

Tabela 35. Variação de Volume/Taxa – R\$ milhões

	3T20 / 2T20			3T20 / 3T19			9M20 / 9M19		
	Volume médio ²	Taxa média ²	Variação líquida ³	Volume médio ²	Taxa média ²	Variação líquida ³	Volume médio ²	Taxa média ²	Variação líquida ³
Ativos Rentáveis ⁴	1.107	(2.578)	(1.471)	2.388	(5.860)	(3.472)	4.687	(10.709)	(6.022)
TVM + Aplic. Interfinanceiras - Hedge	250	(1.091)	(841)	441	(1.966)	(1.525)	1.000	(2.318)	(1.318)
Operações de Crédito + Leasing	196	(765)	(569)	1.087	(2.675)	(1.588)	2.203	(6.365)	(4.162)
Depósito Compulsório Rentável	(12)	(62)	(75)	(8)	(329)	(337)	1	(568)	(567)
Demais	(4)	19	14	6	(27)	(22)	25	(1)	24
Passivos Onerosos ⁴	(419)	2.092	1.673	(954)	8.765	7.811	(1.817)	21.462	19.645
Depósitos de Poupança	(75)	330	254	(169)	1.015	845	(390)	2.287	1.897
Depósitos Interfinanceiros	16	39	55	16	131	146	40	291	330
Depósitos a Prazo	(81)	362	281	(261)	1.986	1.725	(685)	5.172	4.487
Captações no Mercado Aberto	(243)	1.079	836	(426)	4.998	4.572	(707)	11.555	10.849
Obrig. por Emprést. e Repasses	53	(80)	(27)	94	220	314	280	567	847
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(1)	(25)	(26)	(21)	86	65	(83)	266	183
Dívida Subordinada	7	8	14	(41)	(705)	(746)	(44)	(747)	(791)
Obrigações com T.V.M. no Exterior	(8)	110	102	(98)	86	(12)	(352)	89	(263)
Letras de Crédito do Agronegócio	4	148	152	44	730	774	180	1.635	1.815
Demais Letras Bancárias ⁵	5	26	30	33	95	128	127	165	292

(1) Variação Líquida – Taxa Média;

(2) Juros Período Atual / Saldo Período Atual) x (Saldo Período Anterior) – (Juros Período Anterior);

(3) Juros Período Atual – Juros do Período Anterior;

(4) Cálculo realizado de acordo com a mesma metodologia apresentada nas notas de rodapé 1, 2 e 3;

(5) Inclui: Letras Financeiras, Debêntures, Letras de Crédito Imobiliário e Certificado de Recebíveis Imobiliário.

2.7. Margem Gerencial de Crédito

A apuração da margem financeira gerencial é realizada considerando:

- Receitas financeiras, classificadas por tipos de carteiras;
- Custos de oportunidade definidos para cada uma das linhas que compõem as carteiras.

No caso de operações prefixadas, o *spread* gerencial considera o custo de captação no momento da contratação, não sendo impactado pelas variações da taxa Selic.

Em relação ao crédito destinado para PF e PJ, com recursos livres, o custo de oportunidade é a TMS (Taxa Média Selic) e/ou ETTJ (Estrutura a Termo de Taxa de Juros). No caso da carteira agrícola e outros recursos direcionados, o custo de oportunidade é calculado de acordo com a origem do *funding* e com a necessidade ou não de aplicação obrigatória de parte dessa fonte de recurso.

Tabela 36. Margem Gerencial¹ – R\$ milhões

	3T19	2T20	3T20	Var. (%)		9M19	9M20	9M19
				3T19	2T20			
Operações de Crédito	10.550	11.187	11.316	7,3	1,2	31.707	33.400	5,3
Pessoa Física	6.359	6.385	6.280	(1,2)	(1,6)	18.626	19.048	2,3
Pessoa Jurídica	2.188	2.612	2.759	26,1	5,6	6.882	7.769	12,9
Agronegócios	2.002	2.189	2.277	13,7	4,0	6.199	6.582	6,2

(1) Série revisada no 3T19.

Taxa Gerencial

O *spread* gerencial das operações de crédito – que não é impactado pela movimentação de ativos de liquidez – manteve-se estável no ano (3T20/3T19) e no trimestre (3T20/2T20), mesmo em um cenário de queda da taxa básica de juros (Selic), e pode ser compreendido pela alteração no *mix* das carteiras, conforme:

- › Pessoa Física: o *spread* gerencial PF apresentou queda de 121 bps no ano, impactado pelo início da vigência da Resolução nº 4.765/19, que definiu teto para a taxa do cheque especial. No trimestre, a queda de 28 bps se deve a alteração do *mix* da carteira, com crescimento em linhas de menor risco.
- › Pessoa Jurídica: o *spread* gerencial PJ apresentou alta de 31 bps no ano e 12 bps no trimestre, refletindo a maior participação do varejo na carteira PJ.
- › Agronegócios: o *spread* gerencial Agronegócios apresentou alta de 54 bps no ano e 19 bps no trimestre, em decorrência da melhoria do *mix* com queda da carteira agroindustrial e crescimento em linhas custeio e investimento no varejo.

A tabela seguinte apresenta o *spread* gerencial segmentado por tipo de operações. A taxa é o resultado da margem financeira gerencial dividida pelos respectivos saldos médios.

Tabela 37. Taxa por Carteira¹ – %

	4T18	1T19	2T19	3T19	4T19	1T20	2T20	3T20
Operações de Crédito	7,6	7,7	7,9	7,9	8,2	8,0	7,9	7,9
Pessoa Física	16,3	16,4	16,4	16,3	16,4	15,6	15,4	15,1
Pessoa Jurídica ²	4,7	4,9	5,0	4,9	5,1	5,3	5,1	5,2
Agronegócios	4,6	4,7	4,6	4,6	4,8	4,8	4,9	5,1

(1) Série revisada no 3T20.

(2) Não inclui operações com o Governo.

2.8. Exposição Cambial e Balanço por Indexador

Balanço em Moedas Estrangeiras

O Banco do Brasil utiliza a estratégia de *hedge fiscal* que tem como objetivo reduzir a volatilidade do resultado, após os efeitos tributários, haja vista que os ganhos com a variação cambial dos investimentos no exterior não são tributados e, similarmente, as perdas não geram dedução na base tributária.

A exposição cambial é gerenciada de forma a minimizar seus efeitos sobre o resultado do Consolidado. Apresenta-se, a seguir, o demonstrativo dos ativos, passivos e derivativos do BB Consolidado referenciados em moedas estrangeiras. A exposição cambial líquida, para 30 de setembro de 2020, é passiva no valor de US\$ 2.389,6 milhões, e representa 3,15% do Patrimônio de Referência (PR).

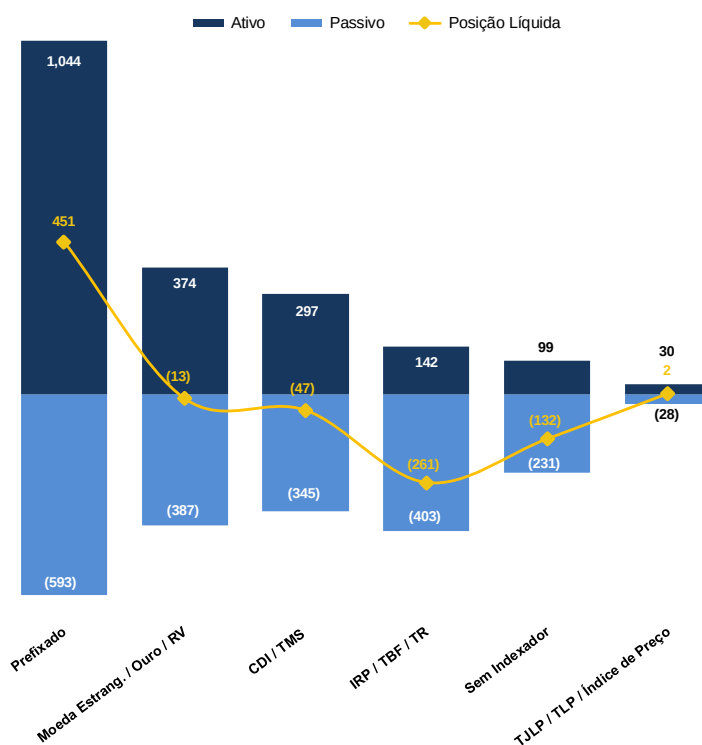
Tabela 38. Balanço em Moedas Estrangeiras – R\$ milhões

Moeda	Contas Patrimoniais		Derivativos		Total	
	Ativo	Passivo	Comprado	Vendido	Ativo + Comprado	Passivo + Vendido
Dólar dos EUA	211.107	242.020	63.079	45.379	274.186	287.399
Euro	19.307	18.851	3.869	4.922	23.176	23.773
Iene	4.110	2.236	1	2.642	4.111	4.878
Libra Esterlina	289	444	467	1.737	756	2.181
Franco Suíço	24	30	16	–	40	30
Ouro	30	–	1.857	–	1.887	–
Dólar Canadense	13	21	10	–	23	21
Demais	18.225	17.601	69.299	54.680	87.524	72.281
Total	253.105	281.203	14.619	–	267.724	281.203
Posição Líquida - Total		(28.098)	–			(13.479)
Posição Líquida Total - Em US\$ milhões						(2.390)

Balanço por Indexador

O gráfico a seguir apresenta a composição dos ativos e passivos, inclusive derivativos, do BB Consolidado, detalhada por indexador em 30 de setembro de 2020 e a posição líquida.

Figura 18. Ativos e Passivos por Indexador e Posição Líquida – R\$ bilhões



Perfil de Descasamento por Vencimento

Apresenta-se, a seguir, a tabela que contém o estoque de operações sensíveis às variações nas taxas de juros, alocados por prazo de vencimento do BB Consolidado.

Tabela 39. Descasamento por Vencimento – R\$ milhões

	< 1 Mês	1 > 3 Meses	3 > 6 Meses	6 > 12 Meses	1 > 3 Anos	> 3 Anos	Total
Ativos	773.773	51.913	85.606	155.953	324.711	495.594	1.887.551
Prefixado	652.548	34.235	45.115	45.318	140.644	126.493	1.044.353
CDI / TMS	44.687	(25.001)	7.310	57.066	104.306	108.909	297.277
TR / TBF / IRP	9.137	4.992	2.052	14.376	23.366	88.401	142.323
Índice de Preço	14	51	53	3.133	8.729	380	12.360
TJLP	127	323	273	500	1.679	8.007	10.909
TLP	126	254	348	606	1.652	3.744	6.730
US\$ / ME	67.135	37.058	30.456	34.955	44.336	159.660	373.598
Passivos	720.809	71.466	76.317	118.179	323.751	445.235	1.755.757
Prefixado ¹	457.006	8.048	12.911	17.212	62.348	35.945	593.471
CDI / TMS	150.311	30.049	15.057	46.053	98.264	4.900	344.634
TR / TBF / IRP	50.579	5.818	6.491	12.636	92.546	235.118	403.189
Índice de Preço	31	–	0	7	1.060	16	1.114
TJLP	124	384	415	733	2.603	22.383	26.642
TLP	–	–	–	–	–	–	–
US\$ / ME	62.758	27.167	41.443	41.538	66.929	146.872	386.707
Gap	52.965	(19.553)	9.289	37.775	960	50.359	131.794
Gap Acumulado	52.965	33.412	42.701	80.476	81.436	131.794	–
Gap Acum. como % Ativos	6,8	64,4	49,9	51,6	25,1	26,6	–

(1) Está considerada a totalidade dos depósitos em conta corrente (R\$ 65,2 bilhões) em passivos prefixados.

3 – Receitas com Prestação de Serviços

A tabela a seguir apresenta a composição das receitas com prestação de serviços, e deve ser avaliada considerando os efeitos de sazonalidade (volume de produtos e serviços comercializados e quantidade de dias úteis). Mais informações sobre os principais serviços financeiros prestados pelo Banco do Brasil estão disponíveis no Capítulo 10 deste relatório.

O decréscimo de 1,8% nas receitas com prestação de serviços no acumulado em nove meses é explicado, principalmente, pelos fatores listados a seguir:

- a) Estrutural – com a redução da taxa média Selic de 4,66% no 9M19 para 2,28% no 9M20, houve reprecificação de alguns produtos, em especial os fundos de investimentos; e
- b) Pandemia – os efeitos da pandemia sobre o cenário econômico implicaram na redução da demanda por produtos e serviços.

No médio prazo, as receitas com prestação de serviços apresentam desafios pelos próprios movimentos da indústria financeira, entretanto, a administração do Banco vem buscando constantemente aprimorar seu portfólio de produtos e serviços e novas formas de rentabilizar o relacionamento com seus clientes, seja pelo aumento de consumo de produtos e serviços ou pelo desenvolvimento de novos modelos de negócios.

Tabela 40. Receitas com Prestação de Serviços – R\$ milhões

				Var. (%)					Var. (%)
	3T19	2T20	3T20	3T19	2T20	9M19	9M20	9M19	
Receitas com Prestação de Serviços	7.466	6.965	7.281	(2,5)	4,5	21.701	21.313	(1,8)	
Conta-corrente	1.987	1.923	1.821	(8,4)	(5,3)	5.754	5.662	(1,6)	
Administração de Fundos	1.733	1.675	1.699	(2,0)	1,4	4.870	5.095	4,6	
Seguros, Previdência e Capitalização	970	891	1.078	11,2	21,0	2.740	2.939	7,3	
Cartão de Crédito/Débito	499	519	528	5,6	1,6	1.559	1.532	(1,7)	
Operações de Crédito e Garantias	461	405	439	(4,8)	8,3	1.360	1.191	(12,4)	
Consórcios	308	298	388	26,0	30,1	895	1.014	13,2	
Cobrança	346	310	360	4,1	16,3	980	1.010	3,1	
Arrecadações	276	224	235	(15,1)	4,9	834	721	(13,6)	
Subsidiárias/Controladas no Exterior	143	179	187	30,3	4,1	474	528	11,5	
Processamento de Convênios	132	147	150	13,4	2,0	457	463	1,4	
Rendas do Mercado de Capitais	231	127	143	(38,2)	12,6	693	355	(48,8)	
Tesouro Nacional e Adm. de Fundos Oficiais	110	97	94	(14,7)	(2,9)	313	290	(7,3)	
Serviços de Comércio Exterior	92	73	67	(27,1)	(8,9)	278	225	(19,0)	
Demais	177	96	93	(47,5)	(3,5)	494	287	(41,9)	
Dias Úteis	66	61	65			189	188		

Mesmo diante desse cenário, no acumulado em 9 meses, os segmentos de administração de fundos, seguros, previdência e capitalização e consórcios apresentaram bom desempenho, conforme explicado a seguir.

Em relação às receitas com administração de fundos, o crescimento de 4,6% registrado, apesar da reprecificação dos fundos de investimento, foi devido ao aumento de 11,7% no saldo administrado.

O crescimento de 7,3% registrado na linha “Seguros, Previdência e Capitalização” é decorrente do bom desempenho comercial da BB Seguros nos seguros rural, prestamista e vida, bem como na arrecadação de títulos de capitalização. Adicionalmente, destaque para o montante de R\$ 371,3 milhões pelo recebimento de bônus de performance no 9M20, que representa um crescimento de 37,7% em relação ao total do mesmo período de 2019 (R\$ 269,7 milhões).

No segmento de consórcios, o crescimento de 13,2% é explicado pela venda de mais de 329 mil novas cotas de consórcio nos nove primeiros meses de 2020, com volume de negócios de R\$ 10,4 bilhões, crescimento de 1,6% em relação ao mesmo período de 2019. Em relação às novas cotas comercializadas é importante destacar, que após um arrefecimento registrado no 2T20 (34,9 mil), a

quantidade comercializada no 3T20, 140,2 mil, praticamente voltou ao mesmo patamar registrado no primeiro trimestre de 2020 (154,5 mil).

Na comparação trimestral (3T20/2T20), destaque para as receitas com seguros, previdência e capitalização, com aumento de 21,0%, em especial, devido à boa performance nas vendas de produtos de previdência e capitalização, beneficiada pelas ações comerciais realizadas na rede BB, como a Semana Brasil e Semana do Cliente, além do lançamento do novo portfólio de produtos para pessoa física ocorrido em setembro.

Outros destaques na comparação trimestral foram as operações de consórcios, com crescimento de 30,1%, beneficiadas pelo aumento de 302,2% na comercialização de novas cotas, e nas operações com mercado de capitais, com crescimento de 12,6%, devido à retomada de ofertas públicas a partir do final de maio de 2020 e à reabertura do mercado de *bonds*, que permaneceu fechado até junho deste ano.

Na comparação com o mesmo trimestre de 2019 (3T20/3T19), destaque para as receitas com seguros, previdência e capitalização, com aumento de 11,2%, devido à evolução nas vendas do seguro rural, e crescimento do seguro prestamista, ajudado pela expansão do crédito. O segmento de consórcios também apresentou bom desempenho comercial na mesma comparação, registrando elevação em 26%.

Em relação às receitas com conta-corrente, vale ressaltar que o BB possui um produto chamado “Clube de Benefícios”, onde o cliente paga uma mensalidade e tem acesso a serviços financeiros e não financeiros, além de diversos benefícios. Devido às características específicas deste produto, suas receitas são contabilizadas nas “Outras Receitas Operacionais”. Para efeito de comparação, no 3T20, o valor arrecadado com este produto foi de R\$ 123,1 milhões.

4 – Despesas Administrativas

Neste capítulo, além do desempenho das despesas administrativas do BB, são apresentados os indicadores utilizados para análise da produtividade e de eficiência.

A tabela a seguir apresenta as despesas administrativas.

Tabela 41. Despesas Administrativas – R\$ milhões

	3T19	2T20	3T20	Var. (%)		9M19	9M20	Var. (%)
				3T19	2T20			
Despesas Administrativas	(7.710)	(7.850)	(7.835)	1,6	(0,2)	(22.926)	(23.456)	2,3
Despesas de Pessoal	(4.884)	(5.008)	(4.986)	2,1	(0,4)	(14.671)	(14.913)	1,7
Outras Despesas Administrativas	(2.827)	(2.842)	(2.849)	0,8	0,2	(8.255)	(8.542)	3,5

4.1. Despesas de Pessoal

As despesas de pessoal apresentaram decréscimo de 0,4% na comparação trimestral. Vale ressaltar que no trimestre anterior (2T20) houve despesas residuais de R\$ 56,7 milhões, contabilizadas na linha “Benefícios”, fruto do acordo firmado entre Banco do Brasil e Cassi em 2019 (reforma estatutária). Desconsiderando este efeito, a variação trimestral seria positiva em 0,7%. Outro fator que contribuiu para o controle das despesas de pessoal na comparação trimestral foi o Programa Performa.

Na comparação em nove meses, destaque para o crescimento de 1,7%, abaixo da inflação acumulada em 12 meses (3,14%). Os fatores que contribuíram para este desempenho foram: (a) redução do quadro em 1.766 funcionários, por desligamento natural, e (b) as novas movimentações ocorridas desde 3 de fevereiro de 2020, data de lançamento do Programa Performa, com os respectivos salários alinhados ao novo modelo de remuneração dos funcionários.

Tabela 42. Despesas de Pessoal – R\$ milhões

	3T19	2T20	3T20	Var. (%)		9M19	9M20	Var. (%)
				3T19	2T20			
Despesas de Pessoal	(4.884)	(5.008)	(4.986)	2,1	(0,4)	(14.671)	(14.913)	1,7
Proventos	(2.322)	(2.663)	(2.391)	3,0	(10,2)	(7.343)	(7.316)	(0,4)
Benefícios ²	(765)	(890)	(808)	5,6	(9,2)	(2.315)	(2.512)	8,5
Encargos Sociais	(774)	(775)	(772)	(0,2)	(0,4)	(2.329)	(2.297)	(1,4)
Provisões Administrativas de Pessoal	(792)	(449)	(791)	(0,0)	76,3	(2.001)	(2.095)	4,7
Previdência Complementar	(204)	(210)	(202)	(0,9)	(3,7)	(603)	(628)	4,1
Honorários de Diretores e Conselheiros ¹	(11)	(12)	(12)	14,0	(2,1)	(33)	(37)	12,2
Treinamento	(17)	(8)	(10)	(42,6)	15,1	(47)	(28)	(39,4)

(1) O aumento registrado na comparação 9M20/9M19 deve-se a maior quantidade de cargos ocupados.

(2) Considera a despesa relativa à reforma estatutária da Cassi apropriada ao longo de 2019.

Tabela 43. Perfil dos Colaboradores

	Set/19	Dez/19	Mar/20	Jun/20	Set/20
Funcionários	93.872	93.190	92.757	92.474	92.106
Gênero					
Feminino	39.273	39.122	38.969	38.881	38.757
Masculino	54.599	54.068	53.788	53.593	53.349
Escolaridade					
Ensino Médio	13.165	12.779	12.400	12.207	11.827
Graduação	35.600	34.606	33.955	33.381	32.602
Especialização, Mestrado e Doutorado	44.934	45.639	46.240	46.726	47.517
Demais	173	166	162	160	160
Cargo					
Gerencial	31.913	32.046	32.073	32.153	32.140
Técnico ¹	4.145	4.113	1.259	1.231	1.236
Assessoria ¹	7.499	7.510	10.394	10.388	10.376
Operacional	50.315	49.521	49.031	48.702	48.354
Índice de Rotatividade Trimestral (%)	2,4	1,0	0,5	0,3	0,5
Estagiários	2.195	2.041	2.008	1.876	1.752

(1) Os funcionários lotados como analistas de tecnologia, classificados como cargo técnico até o 4T19, foram reclassificados, a partir do 1T20, para cargos de assessoria, em função das novas dinâmicas de trabalho e da maior integração da tecnologia com as áreas de negócios.

4.2. Outras Despesas Administrativas

As outras despesas administrativas se mantiveram praticamente estáveis (+0,2%) na comparação trimestral. Esse desempenho foi influenciado pelo decréscimo de 17,4% observado na linha de serviços de vigilância, segurança e transporte, fruto de dois motivos: (a) redução das despesas com transporte de numerário, em função da concentração do pagamento emergencial no 2T20 e (b) encerramento definitivo da parceria com os Correios em junho de 2020.

O crescimento de 0,8% na comparação com o mesmo período de 2019 (3T20/3T19) foi influenciado pela redução das despesas com campanhas publicitárias e também pelo recuo das despesas com transporte de numerário.

Na comparação em 9M20/9M19, o crescimento de 3,5% é explicado, principalmente, pelos seguintes fatores: (a) aumento de R\$ 42,5 milhões com despesas de transporte de numerários em função dos eventos decorrentes da pandemia, (b) R\$ 92 milhões relacionados à aquisições de móveis, equipamentos e sistemas de processamento de dados, (c) acréscimo de R\$ 60 milhões devido à ampliação do público-alvo do programa Performa, que premia os funcionários com melhor performance, e (d) repasse extra de R\$ 30 milhões para a FBB para projetos de educação com crianças e jovens.

Tabela 44. Outras Despesas Administrativas – R\$ milhões

	3T19	2T20	3T20	Var. (%)		9M19	9M20	Var. (%)
				3T19	2T20			9M19
Outras Despesas Administrativas	(2.827)	(2.842)	(2.849)	0,8	0,2	(8.255)	(8.542)	3,5
Imóveis e Bens de Uso ¹	(646)	(663)	(642)	(0,6)	(3,2)	(1.986)	(1.975)	(0,6)
Serv. de Vigilância, Segurança e Transp.	(508)	(576)	(476)	(6,3)	(17,4)	(1.476)	(1.518)	2,9
Amortização e Depreciação	(378)	(416)	(437)	15,6	5,0	(1.165)	(1.262)	8,4
Serviços de Terceiros	(326)	(317)	(375)	15,0	18,5	(949)	(1.018)	7,3
Comunicação e Processamento de Dados	(308)	(273)	(293)	(4,9)	7,2	(897)	(885)	(1,4)
Publicidade e Relações Públicas	(195)	(133)	(105)	(46,1)	(20,9)	(419)	(364)	(13,1)
Demais Despesas Administrativas	(466)	(465)	(521)	11,8	12,2	(1.365)	(1.521)	11,5

(1) Inclui despesas com seguro patrimonial.

4.2.1. Canais de Atendimento

O Banco do Brasil encerrou o período com 61,1 mil pontos de atendimento entre rede própria, compartilhada e correspondentes, presente em 98,8% dos municípios brasileiros.

Com relação às ações adotadas para maior especialização da rede própria de atendimento, observamos redução geral de 227 pontos de atendimento (Agências + Postos de Atendimento) na comparação com o Setembro/19 com aumento de 56 unidades especializadas no período.

É válido ressaltar que a partir do dia 18/11/2020, a parceria com a CEF para utilização das lotéricas e TAAs compartilhados será encerrada, conforme divulgado em outubro de 2020. Uma das ações anunciadas pelo Banco do Brasil, na mesma data, para suprir as necessidades de atendimentos aos clientes, trata da ampliação da rede de correspondentes (Rede MaisBB) em municípios que atualmente contam exclusivamente com aqueles canais de atendimento. É possível verificar que em relação a Jun/20 houve crescimento de 1.119 correspondentes no país, aumento de 12,6%.

Tabela 45. Rede de Atendimento

	Set/19	Jun/20	Set/20	Var. (%)	
				Set/19	Jun/20
Rede de Atendimento	64.811	60.210	61.097	(5,7)	1,5
Rede Própria	13.460	13.200	12.453	(7,5)	(5,7)
Agências	4.303	4.367	4.370	1,6	0,1
Postos de Atendimento	2.089	1.815	1.795	(14,1)	(1,1)
Postos de Atendimento Eletrônico	7.068	7.018	6.288	(11,0)	(10,4)
Rede MaisBB	12.898	8.915	10.034	(22,2)	12,6
Correspondentes no País	9.060	8.915	10.034	10,8	12,6
Banco Postal	3.838	-	-	-	-
Rede Compartilhada	38.453	38.095	38.610	0,4	1,4
Lotéricas	12.977	12.969	12.976	(0,0)	0,1
Banco 24h	23.057	22.751	23.339	1,2	2,6
TAA: Bancos Parceiros	2.419	2.375	2.295	(5,1)	(3,4)

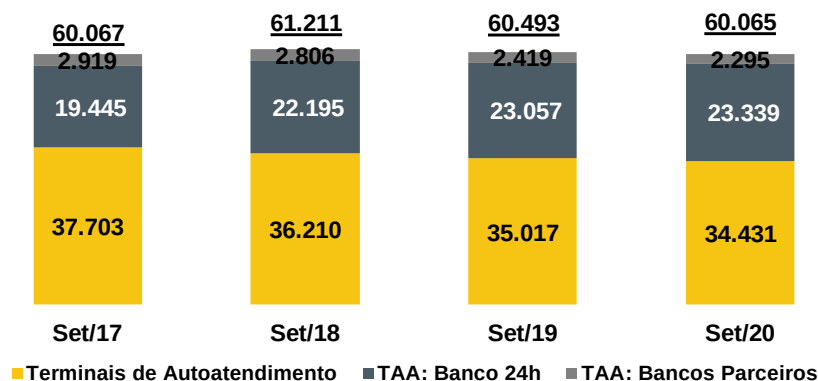
A tabela a seguir apresenta a rede de agências e escritórios do BB distribuídos por segmento de clientes, que oferece soluções, produtos e serviços específicos para cada perfil. Na comparação em 12 meses, destaque para o inauguração de 13 novos escritórios Private Banking, fruto do fortalecimento de atuação no segmento. Destaque também para o crescimento de 25,7% nas agências empresas.

Tabela 46. Agências Tradicionais, Digitais e Especializadas

	Set/19	Jun/20	Set/20	Var. (%)	
				Set/19	Jun/20
Total de Agências	4.303	4.367	4.370	1,6	0,1
Agências Tradicionais	3.684	3.694	3.695	0,3	0,0
Agências Digitais e Especializadas	619	673	675	9,0	0,3
Agências Estilo	246	248	248	0,8	-
Agências Empresa	171	215	215	25,7	-
Agências Governo	30	30	30	-	-
Private Banking	11	22	24	118,2	9,1
Escritórios Exclusivo	139	138	138	(0,7)	-
Escritórios Estilo	20	20	20	-	-
Escritórios MPE	2	-	-	-	-

Terminais de Autoatendimento

O Banco do Brasil disponibiliza aos seus clientes uma ampla rede de terminais de autoatendimento (TAA) no País. A figura a seguir apresenta a quantidade de terminais da rede própria, das parcerias com outros bancos e da rede Banco 24h.

Figura 19. Terminais de Autoatendimento

4.3. Indicadores

Na comparação com o mesmo período do ano anterior, os índices de cobertura acumulados em 12 meses decresceram, principalmente, em função da queda de 0,4% nas receitas com prestação de serviços e aumento de 4,0% das despesas administrativas, considerando o mesmo período comparativo (acumulado em 12 meses).

Tabela 47. Índices de Cobertura Ajustados – R\$ milhões

	3T19	4T19	1T20	2T20	3T20
Receitas com Prestação de Serviços (A)	7.466	7.508	7.067	6.965	7.281
Despesas Administrativas (B) = (C) + (D)	7.710	8.611	7.770	7.850	7.835
Despesas de Pessoal (C)	4.884	5.530	4.919	5.008	4.986
Outras Despesas Administrativas (D)	2.827	3.081	2.851	2.842	2.849
Cobertura das Despesas de Pessoal (A/C) - %	152,9	135,8	143,7	139,1	146,0
Cobertura das Despesas de Pessoal 12 meses - %	147,3	144,6	145,6	142,6	141,0
Cobertura das Desp. Pessoal 12 m (ajustado Cassi)¹ - %	144,5	144,6	146,5	144,8	144,1
Cobertura das Despesas Administrativas (A/B) - %	96,8	87,2	91,0	88,7	92,9
Cobertura das Despesas Administrativas 12 meses - %	93,8	92,6	92,9	90,8	89,9
Cobertura das Desp. Adm.12 m (ajustado Cassi)¹ - %	92,6	92,6	93,3	91,7	90,8

(1) Considera a despesa relativa à reforma estatutária da Cassi.

O índice de eficiência acumulado em 12 meses, que mede a relação entre as despesas administrativas e as receitas operacionais do Banco do Brasil, apresentou piora de 130 bps na comparação com o

mesmo período do ano anterior, influenciado pelo aumento das despesas com imparidade considerando o mesmo período comparativo (acumulado em 12 meses).

Tabela 48. Índice de Eficiência Ajustado – R\$ milhões

	3T19	4T19	1T20	2T20	3T20
Despesas Administrativas (A)	7.710	8.611	7.770	7.850	7.835
Despesas de Pessoal	4.884	5.530	4.919	5.008	4.986
Outras Despesas Administrativas	2.827	3.081	2.851	2.842	2.849
Receitas Operacionais (B)	22.034	22.446	21.502	21.074	21.732
Margem Financeira Bruta	13.557	14.263	14.005	14.541	14.017
Recuperação de Crédito	1.721	1.805	1.585	1.591	2.283
Descontos Concedidos	(307)	(287)	(269)	(211)	(244)
Imparidade	(296)	(239)	(378)	(1.344)	(973)
Receitas com Prestação de Serviços	7.466	7.508	7.067	6.965	7.281
Res. de Part. em Coligadas e Controladas	1.028	982	669	720	782
Outras Receitas Operacionais	1.670	1.588	1.461	1.029	1.096
Outras Despesas Operacionais	(2.803)	(3.175)	(2.639)	(2.217)	(2.509)
Índice de Eficiência (A/B) - %	35,0	38,4	36,1	37,2	36,1
Índice de Eficiência 12 meses - %	35,7	36,1	36,2	36,7	37,0
Índice de Eficiência 12 meses (ajustado Cassi)¹ - %	36,2	36,1	36,0	36,3	36,6

(1) Considera a despesa relativa à reforma estatutária da Cassi.

A tabela a seguir apresenta outros indicadores de produtividade e eficiência utilizados para análise.

Tabela 49. Outros Indicadores de Produtividade e Eficiência

	Set/19	Dez/19	Mar/20	Jun/20	Set/20
Contas Correntes/Rede Própria	2.774	2.836	2.885	2.902	3.120
Contas Correntes/Funcionários em Agências	633	647	662	666	679
Receitas com Prestação de Serviços/Rede Própria - R\$ mil	555	566	534	528	585
Cart. de Créd. Ampl./Rede Própria - R\$ milhões	51,0	51,3	54,8	54,7	58,7
Captação Comercial/Funcionários em Agências - R\$ milhões	10,5	10,7	10,9	11,9	12,2
Captação Fundos/Funcionários em Agências - R\$ milhões	17,8	18,2	18,3	18,9	20,5
Despesas de Pessoal por Funcionário (média trimestral) - R\$ mil	51,4	59,1	52,9	54,1	54,0
Funcionários em Agências/(Ag.+Postos de Atendimento)	9,2	9,3	9,3	9,3	9,3

5 – Outros Componentes do Resultado

5.1. Informações de Coligadas e Controladas

A tabela a seguir apresenta as participações societárias do Banco do Brasil S.A em suas empresas controladas e coligadas.

Tabela 50. Participações Societárias – R\$ mil

Participações Societárias	Atividade		Part. (%)	Saldo de Investimento		Result. de Particip.
			Set/20	Set/19	Set/20	3T20
Banco do Brasil - AG. Viena	Holding	(I)	100,00	928.488	1.301.345	(6.854)
Banco Patagonia S.A.	Banco Múltiplo	(I)	80,39	1.296.959	2.034.804	283.655
Banco Votorantim S.A.	Banco Múltiplo	(II)	50,00	5.067.565	5.321.652	141.272
BB Adm. de Cartões de Crédito S.A.	Serviços	(I)	100,00	44.374	43.559	6.205
BB Administradora de Consórcios S.A.	Consórcios	(I)	100,00	435.454	654.203	128.630
BB Americas	Banco Múltiplo	(I)	100,00	234.148	349.186	6.333
BB Banco de Investimento S.A. ⁵	Banco de Invest.	(I)	100,00	601.726	651.748	115.462
Ativos S.A. Securitizadora de Créd. Financ. ¹	Aquisição de Créd.	(I)	100,00	1.044.598	1.120.116	102.219
Kepler Weber S.A.	Indústria	(II)	17,45	79.696	81.579	0
Tecnologia Bancária S.A. – Tecban ²	Serviços	(II)	12,52	61.803	72.997	5.945
BB DTVM S.A.	Adm. de Ativos	(I)	100,00	499.461	1.095.710	378.518
BB Elo Cartões Participações S.A. ⁶	Holding	(I)	100,00	9.189.795	9.532.899	154.100
Elo Participações S.A.	Holding	(II)	49,99	1.411.166	1.443.940	101.116
CBSS - Alelo	Serviços	(II)	49,99	405.404	366.865	26.344
Elo Serviços	Serviços	(II)	28,48	174.311	252.802	46.020
Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. ³⁴	Serviços	(II)	50,08	3.654.931	3.640.803	24.067
Cielo S.A.	Serviços	(II)	28,69	3.093.675	3.248.777	(32.187)
BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil	Arrendamento	(I)	100,00	4.770.013	4.772.925	12.073
Banco do Brasil Securities LLC.	Corretora	(I)	100,00	329.558	471.172	12.682
BB Seguridade Participações S.A.	Holding	(I)	66,36	6.575.345	3.785.158	727.935
BB Corretora de Seg. e Adm. de Bens S.A.	Corretora	(I)	66,36	536.173	592.283	545.209
BB Seguros Participações S.A.	Holding	(I)	66,36	5.078.333	4.854.856	549.721
BB Mapfre SH1 Participações S.A.	Holding	(II)	49,76	1.343.880	1.097.078	261.782
Brasilcap Capitalização S.A.	Capitalização	(II)	44,24	305.434	301.910	28.715
Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A.	Serviços	(II)	49,77	14.728	14.283	3.427
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Seg./Previd.	(II)	49,77	2.348.774	2.394.049	263.897
BB Tecnologia e Serviços S.A. ⁷	Informática	(I)	99,99	302.065	192.260	(124.666)
BB USA Holding Company, Inc.	Holding	(I)	100,00	778	1.002	(29)
Besc DTVM S.A.	Adm. de Ativos	(I)	99,62	6.566	6.013	(167)
BB Cayman Islands Holding	Holding	(I)	100,00	1.852.882	1.652.987	46.982
BB Securities Asia Pte. Ltd.	Corretora	(I)	100,00	35.715	50.857	2.468
BB Securities Ltd.	Corretora	(I)	100,00	293.837	423.110	20.072

(I) Controladas, consolidadas integralmente.

(II) Coligadas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

(1) Participação indireta na Ativos S.A. de 75,71% pelo BB-BI e 24,29% pelo BB Cayman Islands Holding.

(2) Participação indireta na Tecban de 8,01% pelo BB-BI e direta de 4,51% pelo BB Banco Múltiplo, totalizando 12,52%.

(3) Participação direta na Cateno de 30,0% pelo BB Banco Múltiplo e indireta de 20,8% pelo BB-BI, totalizando 50,88%.

(4) Os valores apresentados (Saldo de Investimento e Resultado de Participação) da empresa Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. são equivalentes a 30% da participação direta pelo BB Banco Múltiplo.

(5) Alienação das participações nas empresas: Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação – SBCE em 05/2019, Neoenergia S.A. em 06/2019 e Companhia Brasileira de Securitização - Cibrasec em 07/2019.

(6) Incorporação da empresa Cielo S.A. em 06/2019.

(7) Resultado afetado por constituição de provisão para demandas cíveis.

5.2. Outras Receitas e Despesas Operacionais

A tabela a seguir apresenta as principais linhas nas outras receitas/despesas operacionais. É válido ressaltar que a linha “Demais” representa o somatório das subcontas de valores pouco relevantes individualmente e pulverizados.

Tabela 51. Outras Receitas e Despesas Operacionais – R\$ milhões

				Var. (%)				Var. (%)
	3T19	2T20	3T20	3T19	2T20	9M19	9M20	9M19
Outras Receitas Operacionais	1.595	1.028	1.083	(32,1)	5,4	4.849	3.462	(28,6)
Recuperação de Encargos e Despesas	533	481	427	(20,0)	(11,4)	1.586	1.401	(11,6)
Atualização de Depósitos em Garantia	489	308	230	(53,0)	(25,4)	1.498	864	(42,3)
Operações com Cartões	109	102	26	(76,1)	(74,7)	541	278	(48,7)
Receitas das Empresas Ligadas não Financeiras	36	14	15	(57,7)	9,3	143	51	(64,6)
Rendas de Títulos e Créditos a Receber	14	12	12	(15,5)	0,8	91	37	(59,2)
Outras Despesas Operacionais	(2.567)	(2.192)	(2.365)	(7,8)	7,9	(7.013)	(6.996)	(0,2)
Atualização das Obrigações Atuariais	(394)	(435)	(418)	6,2	(3,9)	(1.000)	(1.289)	28,9
Operações com Cartões	(485)	(461)	(398)	(17,9)	(13,6)	(1.306)	(1.233)	(5,6)
Verba de Relacionamento Negocial	(319)	(335)	(364)	14,3	8,6	(992)	(1.055)	6,4
Bônus de Relacionamento Negocial	(399)	(300)	(302)	(24,2)	0,9	(1.248)	(904)	(27,6)
Autoatendimento	(59)	(142)	(133)	125,4	(6,9)	(158)	(365)	132,0
Desp. das Empresas Ligadas não Financeiras	(131)	(73)	(115)	(12,1)	58,3	(357)	(333)	(6,9)
Convênio INSS	(58)	(62)	(61)	4,6	(1,9)	(171)	(187)	9,6
Prêmio de Seguro de Vida - CDC	(37)	(49)	(48)	32,4	(1,8)	(109)	(138)	27,1
Falhas/Fraudes e Outras Perdas	(34)	(24)	(40)	19,4	65,1	(99)	(102)	2,3
Amortização de Ágio em Investimentos	(51)	(7)	(7)	(86,5)	(7,8)	(125)	(21)	(82,9)
Bônus de Adimplência	(25)	(3)	(3)	(87,6)	13,6	(109)	(16)	(85,3)
Remuneração pelas Transações do Banco Postal	(39)	(3)	0	0,0	0,0	(113)	(18)	(84,5)
Demais¹	(122)	(187)	(101)	(17,8)	(46,2)	(236)	(504)	113,2

(1) Inclui despesas de recompra de IHCD efetuadas em abril/18

Na linha Demais são contabilizadas as receitas do Clube de Benefícios do BB que é um programa de benefícios e vantagens, integrante do Programa Ponto pra Você, que concede ao cliente benefícios exclusivos tanto em produtos e serviços do Banco quanto em empresas parceiras do BB. No trimestre, ela foi responsável por R\$ 123,1 milhões de receita no 3T20.

6 – Gestão de Capital

A gestão de riscos e de capital são fundamentais para a sustentabilidade do sistema bancário. Os métodos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos salvaguardam as instituições financeiras em momentos adversos e proporcionam suporte à geração de resultados positivos e recorrentes ao longo do tempo.

O gerenciamento de riscos no Banco do Brasil contempla os riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional. As atividades de gerenciamento são realizadas por estruturas especializadas, conforme objetivos, políticas, estratégias, processos e sistemas descritos em cada um desses riscos.

Para conhecer mais detalhes sobre o processo de gestão de riscos no Banco do Brasil, acesse o Relatório de Gerenciamento de Riscos – Pilar III no [website ri.bb.com.br](http://ri.bb.com.br), publicado trimestralmente.

6.1. Estrutura de Capital

O Índice de Basileia é apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência – PR e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido – PRMR em relação ao Ativo Ponderado pelo Risco – RWA, respectivamente. Os termos técnicos utilizados para regulação de capital estão disponíveis no glossário.

Covid19

Redução do Adicional de Conservação de Capital Principal dos bancos – Resolução CMN nº 4.783/2020

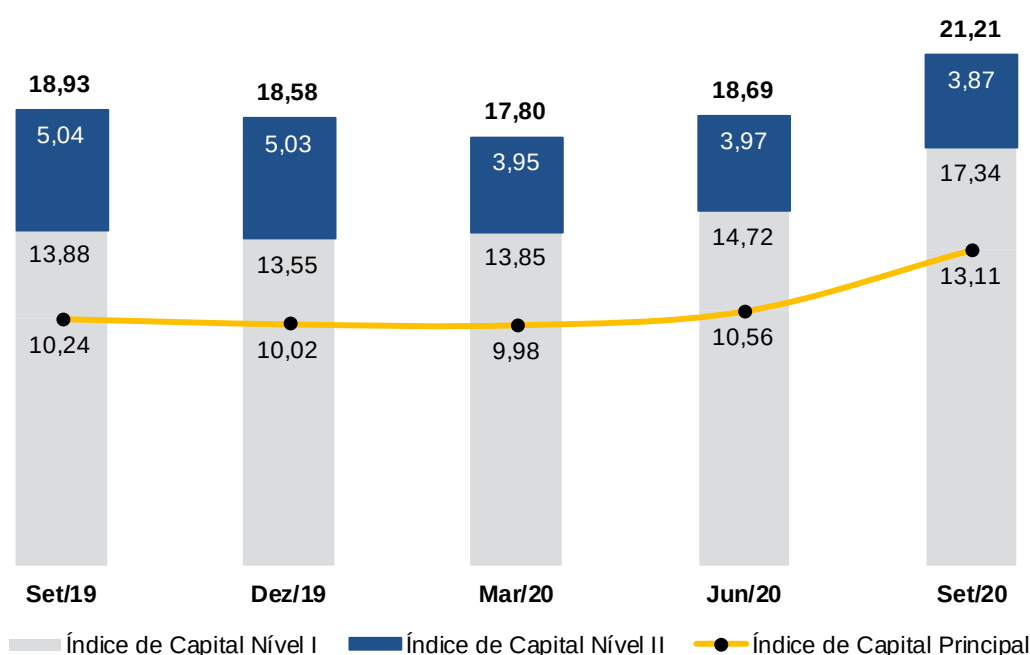
A alíquota do Adicional de Conservação de Capital Principal (ACCP) foi reduzida de 2,5% para 1,25% pelo prazo de um ano, com reversão gradual até março de 2022. Essa medida melhora as condições para realização de eventuais renegociações, além de ajudar as instituições financeiras a manter, ou mesmo ampliar, o fluxo de concessão de crédito. Mais informações podem ser obtidas na Nota 30.c.

Desempenho

O índice de Basileia atingiu 21,21% em setembro de 2020. O índice de capital nível I chegou a 17,34%, sendo 13,11% de capital principal. O Patrimônio de Referência, que considera os requisitos de apuração do capital regulamentar de Basileia III, atingiu o montante de R\$ 163,2 bilhões, enquanto o PRMR totalizou R\$ 61,6 bilhões.

As figuras a seguir apresentam a evolução do índice de Basileia e do capital principal do BB no 3T20.

Figura 20. Evolução do índice de Basileia - %



O Banco do Brasil possui metodologia de Teste de Estresse Integrado (TEI), Programa de Teste de Estresse e Plano de Contingência de Capital, com objetivo de avaliar os impactos sobre os negócios, o resultado e o capital do Banco e fornecer informações relevantes para formulação de sua estratégia corporativa. A metodologia é revisada no mínimo anualmente e aprovada pelo Comitê Executivo de Gestão de Riscos, Controles Internos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital. O Programa de Teste de Estresse e o Plano de Contingência de Capital são revisados anualmente e aprovados pelo Conselho de Administração.

A metodologia atual do TEI considera os riscos de crédito, concentração, mercado, IRRBB (risco da variação da taxa de juros da carteira bancária), liquidez, operacional, contágio e EFPPS (risco de Entidades Fechadas de Previdência Privada).

O exercício do TEI ocorre a partir dos cenários macroeconômicos produzidos pela área de economia do Banco, com choques prospectivos nas variáveis PIB, IPCA, Câmbio, Selic, Crescimento do Crédito SFN, risco país, dentre outras, em um período de 3 anos.

O TEI permite a mensuração dos efeitos de cenários de estresse na carteira de crédito, margem financeira bruta, despesas de PCLD, tarifas, despesas administrativas, resultado de equivalência patrimonial, lucro líquido e indicadores de capital e liquidez.

Dada a relevância para o processo decisório do Banco, os resultados do TEI são reportados periodicamente nos órgãos colegiados do BB e dão suporte à formulação da estratégia da Instituição e à gestão de capital.

Aplicação integral das regras de Basileia III

A implementação das regras de Basileia III no Brasil foi concluída em Jan/2019. Com efeito no BB, o cronograma de transição de Basileia III previu o aumento do multiplicador das parcelas de risco de mercado e operacional, que passou de 11,6 para 12,5 em 2019.

O BB possui Plano de Capital com visão prospectiva de três anos e considera (a) a Declaração de Appetite e Tolerância a Riscos, (b) a Estratégia Corporativa e (c) o Orçamento Corporativo.

O foco está na geração orgânica de capital e crescimento do crédito em linhas com melhor retorno versus risco. Na Declaração de Appetite e Tolerância a Riscos e no Plano de Capital está definido um Índice de Capital mínimo de 11% a partir de janeiro de 2022.

A tabela a seguir demonstra a apuração do valor do PR e RWA e seus principais componentes.

Tabela 52. Índice de Basileia – R\$ milhões

	Set/19	Dez/19	Mar/20	Jun/20	Set/20
Patrimônio de Referência - PR	134.283	132.150	139.118	142.668	163.255
Nível I	98.498	96.380	108.276	112.354	133.500
Capital Principal	72.645	71.289	78.020	80.608	100.868
Patrimônio Líquido	94.464	98.921	102.386	105.157	112.315
Instrumentos elegíveis a capital	8.100	8.100	8.100	8.100	8.100
Ajustes prudenciais	(29.919)	(35.732)	(32.466)	(32.650)	(19.547)
Investimentos e Crédito Tributário (dif. temporárias) excedentes a 15% do Capital Principal	(13.603)	(12.297)	(10.463)	(8.745)	(7.167)
Ativos intangíveis	(4.297)	(5.914)	(6.574)	(6.889)	(6.359)
Créd. tributários (dif. temporárias) excedentes a 10% do Capital Principal	(7.587)	(15.473)	(13.308)	(12.965)	(2.127)
Créd. tributários decorrentes de prej. fiscais e de base negativa de CSLL ¹	(1.824)	(1.733)	(1.732)	(1.733)	(1.735)
Investimentos excedentes a 10% do Capital Principal ²	(2.370)	-	-	(1.865)	(1.323)
Ativos atuariais rel. a F. Pensão de Benef. Definido Líquidos de passivo fiscal dif. a eles associados	(117)	(133)	(188)	(160)	(563)
Ágios pagos na aquisição de investimento com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	(48)	(43)	(50)	(47)	(43)
Participação de não controladores ³	(25)	(90)	(103)	(102)	(133)
Créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação	(45)	(41)	(39)	(37)	(36)
Investimentos excedentes a 10% do Capital Principal	(2.370)	-	-	(1.865)	(1.323)
Valor da diferença a menor entre o valor provisionado e o montante dos ajustes resultantes da avaliação prevista na Resolução 4.277/2013	(3)	(8)	(8)	(108)	(61)
Capital Complementar	25.853	25.091	30.256	31.746	32.632
IHCD autorizados em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013	22.384	21.665	27.943	29.434	30.319
IHCD autorizados segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013 ⁴	3.469	3.426	2.313	2.313	2.313
Nível II	35.786	35.770	30.842	30.314	29.755
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	35.805	35.796	30.884	30.314	29.755
Dívidas subordinadas autorizadas em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013 - Letras Financeiras	1.729	1.744	1.393	751	193
Dívidas subordinadas autorizadas segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013	34.076	34.053	29.491	29.563	29.563
Recursos captados no FCO ⁵	29.337	29.337	26.403	26.403	26.403
Recursos captados com Letras Financeiras e CDB ⁶	4.739	4.716	3.088	3.160	3.160
Dedução do Nível II	(19)	(26)	(42)	-	-
Instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras	(19)	(26)	(42)	-	-
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	709.536	711.402	781.507	763.410	769.680
Risco de Crédito (RWACPAD)	613.364	612.630	670.533	663.333	682.592
Risco de Mercado (RWAMPAD)	18.793	21.393	27.060	16.164	19.405
Risco Operacional (RWAOPAD)	77.380	77.380	83.914	83.914	67.683
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) ⁷	56.763	56.912	62.521	61.073	61.574
Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PR - PRMR)⁸	77.521	75.238	76.598	81.595	101.681
Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA) - (%)⁸	13,88	13,55	13,85	14,72	17,34
Índice de Capital Principal (CP / RWA) - (%)⁸	10,24	10,02	9,98	10,56	13,11
Índice de Basileia (PR / RWA) - (%)⁸	18,93	18,58	17,80	18,69	21,21

(1) Aplica-se o disposto no §13º, Artigo 5º da Resolução CMN n.º 4.192/2013, que determina a não dedução dos créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, decorrentes de posição vendida em moeda estrangeira realizada com o objetivo de proporcionar hedge para participação em investimentos no exterior, reconhecidos no período de 01.01.2018 a 31.12.2020.

(2) Refere-se a investimentos significativos em assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, em sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização, entidades abertas de previdência complementar e em instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, não consolidadas.

(3) A dedução da participação dos acionistas não controladores corresponde à aplicação do §1º, Artigo 9º da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(4) Em 30.09.2020, o Banco do Brasil aplicou o limitador de 20%, conforme estabelecido no artigo 28 Incisos I a X da Resolução CMN n.º 4.192/2013, sobre os instrumentos de dívida elegíveis ao capital Nível I, autorizados pelo Bacen a compor o PR de acordo com a Resolução CMN n.º 3.444/2007.

(5) Em cumprimento ao disposto no Artigo 29º-A da Resolução CMN n.º 4.192/2013, os saldos do FCO correspondem à aplicação do limitador de 90% ao montante computado no Nível II em 30.06.2018.

(6) Em 30.09.2020, considerou-se o saldo em 31.12.2012 dos instrumentos de Dívida Subordinada aplicando-se o limitador de 20%, conforme determina a Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(7) Em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.193/2013, corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a 8%.

(8) Valores oriundos do DLO (Demonstrativo de Limites Operacionais).

Em 28/08/2014, o Instrumento Híbrido de Capital e Dívida (IHCD) no valor de R\$ 8,1 bilhões foi autorizado pelo Banco Central do Brasil (Bacen) a integrar o Capital Principal, na condição de Elemento Patrimonial (EP).

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais é o Conglomerado Prudencial, definido na Resolução CMN nº 4.280/2013, em vigor desde 1º de janeiro de 2015.

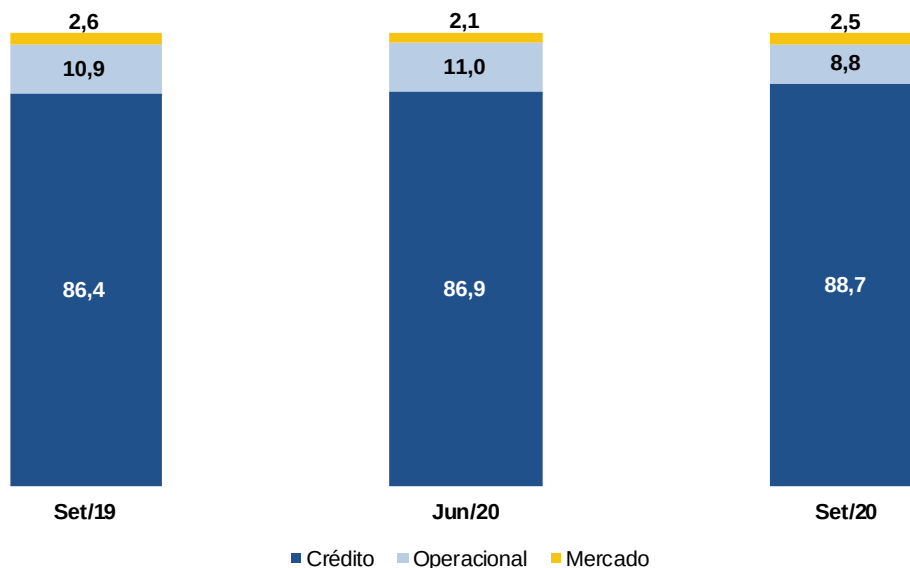
Nos termos do Plano Contábil das Instituições Financeiras (Cosif), o Conglomerado Prudencial abrange não só as instituições financeiras, como também administradoras de consórcios, instituições de pagamento, sociedades que realizem aquisição de operações ou assumam direta ou indiretamente risco de crédito, sobre as quais tenha controle direto e indireto e fundos de investimento nos quais o conglomerado retenha substancialmente riscos e benefícios.

A Resolução CMN nº 4.193/2013 estabeleceu o fator “F”, que representa o índice de Basileia a ser observado durante o processo de implementação dos requisitos de Basileia III.

O Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas (CGPE), definido pela Resolução CMN nº 4.838/2020, em vigor desde 22 de julho de 2020, foi ofertado em linha de crédito para o público MPME que enfrenta dificuldades com a pandemia do Covid-19. As linhas de CGPE oferecem benefício de redução do RWA de créditos tributários, conforme Medida Provisória nº 922/2020, além de apresentar melhor rentabilidade sobre o capital alocado.

A figura a seguir apresenta a composição do RWA por tipo de risco.

Figura 21. Composição do RWA por tipo de risco (%)



A seguir, apresentamos o PRMR referente às parcelas de RWA sujeitas aos riscos operacional, de mercado e de crédito, mediante abordagem padronizada. O fator “F” vigente é de 8,0%.

Tabela 53. PRMR Referente à Parcela do RWA_{OPAD}¹ - R\$ milhões

	Set/19				Jun/20				Set/20		
	RWA _{OPAD}	PRMR	%		RWA _{OPAD}	PRMR	%		RWA _{OPAD}	PRMR	%
TOTAL	77.380	6.190			83.914	6.713			67.683	5.415	
Comercial	30.681	2.454	39,6		31.220	2.498	37,2		32.453	2.596	47,9
Varejo	16.019	1.282	20,7		16.005	1.280	19,1		16.199	1.296	23,9
Negociação e Vendas	13.354	1.068	17,3		12.532	1.003	14,9		(4.818)	(385)	(7,1)
Pagamentos e Liquidações	9.776	782	12,6		8.185	655	9,8		7.555	604	11,2
Administração de Ativos	3.542	283	4,6		10.499	840	12,5		11.030	882	16,3
Serviços de Agente Financeiro	2.196	176	2,8		2.663	213	3,2		2.524	202	3,7
Finanças Corporativas	1.759	141	2,3		2.756	220	3,3		2.678	214	4,0
Corretagem de Varejo	53	4	0,1		54	4	0,1		64	5	0,1

(1) RWA_{OPAD}: ponderação relativa ao cálculo do capital requerido para o risco operacional mediante abordagem padronizada

Tabela 54. PRMR Referente à Parcela do RWA_{MPAD}² - R\$ milhões

	Set/19				Jun/20				Set/20		
	RWA _{MPAD}	PRMR	%		RWA _{MPAD}	PRMR	%		RWA _{MPAD}	PRMR	%
TOTAL	18.793	1.503			16.164	1.293			19.405	1.552	
Câmbio	13.758	1.101	73,2		10.479	838	64,8		13.320	1.066	68,6
Taxa de Juros	4.753	380	25,3		5.375	430	33,3		5.636	451	29,0
Ações	-	-	-		-	-	-		-	-	-
Commodities	283	23	1,5		310	25	0,0		449	36	2,3

(2) RWA_{MPAD}: ponderação relativa às exposições ao risco de mercado, sujeita ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada

Tabela 55. PRMR Referente à Parcela do RWA_{CPAD}³ – R\$ milhões

	Set/19		%	Jun/20		%	Set/20		%
	RWA _{CPAD}	PRMR		RWA _{CPAD}	PRMR		RWA _{CPAD}	PRMR	
TOTAL	613.364	49.069		663.333	53.067		682.592	54.607	
Operações de Crédito	379.978	30.398	61,9	394.773	31.582	59,5	394.873	31.590	57,8
Outros Direitos	46.607	3.729	7,6	46.024	3.682	6,9	48.095	3.848	7,0
Créditos Tributários	39.815	3.185	6,5	57.365	4.589	8,6	68.937	5.515	10,1
Permanente	28.590	2.287	4,7	29.383	2.351	4,4	33.934	2.715	5,0
TVM e Derivativos	42.951	3.436	7,0	52.550	4.204	7,9	52.600	4.208	7,7
Limites de Crédito e Créditos a Liberar	20.490	1.639	3,3	19.584	1.567	3,0	21.180	1.694	3,1
Garantias Prestadas	5.365	429	0,9	7.945	636	1,2	8.030	642	1,2
Participações em Fundos de Garantia de Clearings	59	5	0,0	149	12	0,0	188	15	0,0
Demais	49.510	3.961	8,1	55.560	4.445	8,4	54.755	4.380	8,0

(3) RWA_{CPAD}: ponderação relativa às exposições ao risco de crédito, sujeita ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada.

A tabela a seguir apresenta a composição do RWA_{CPAD} , considerando as principais exposições:

Tabela 56. RWA_{CPAD} segregada por Fator de Ponderação de Risco – FPR – R\$ milhões

	Set/20		
	FPR (%)	RWA_{CPAD}^1	PRMR ²
Total		682.592	54.607
Disponibilidades	20	363	29
	100	3.306	265
	150	2.779	222
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	20	2.086	167
	50	3.527	282
	85	7.281	582
	100	14.726	1.178
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	2	6	0
	50	1.415	113
	85	10.794	864
	100	40.385	3.231
Participação em Fundos de Garantia de Clearings	2	103	8
	100	85	7
Relações Interfinanceiras	20	505	40
	50	271	22
	85	1.511	121
	100	14	1
Operações de Crédito	20	1	0
	35	14.814	1.185
	50	1.462	117
	70	9.017	721
	75	180.454	14.436
	85	69.600	5.568
	100	119.526	9.562
Operações de Arrendamento Mercantil	150	1	0
	75	19	2
	85	31	2
	100	106	8
Outros Direitos	50	7.542	603
	75	20.083	1.607
	85	623	50
	100	19.846	1.588
Outros Valores e Bens	150	1	0
	100	1.162	93
Permanente	100	15.021	1.202
	250	18.913	1.513
Limite de Crédito não cancelável incondicional e unilateralmente pela Instituição	20	0	0
	50	569	46
	75	9.647	772
	85	4.004	320
	100	2.288	183
Créditos a Liberar	50	182	15
	75	870	70
	85	1.369	110
	100	2.249	180
Adiantamentos concedidos pela Instituição	75	211	17
	85	5.679	454
	100	6.154	492
Garantias Prestadas - avais, fianças e coobrigações	50	1	0
	75	171	14
	85	4.360	349
	100	3.498	280
Créditos Tributários	100	37.222	2.978
	250	18.913	1.513
	300	12.802	1.024
Operações a liquidar de compra de moeda estrangeira, de ouro ou de títulos e valores mobiliários no mercado à vista	20	2	0
	50	1	0
	85	1	0
	100	3	0
Operações a liquidar de venda de moeda estrangeira, de ouro ou de títulos e valores mobiliários no mercado à vista	20	4	0
	50	0	0
	85	1	0
	100	4	0
Ajuste para Derivativos Decorrente de Variação da Qualidade Creditícia da Contraparte (CVA)		5.009	401
Pronampe	12	-	-

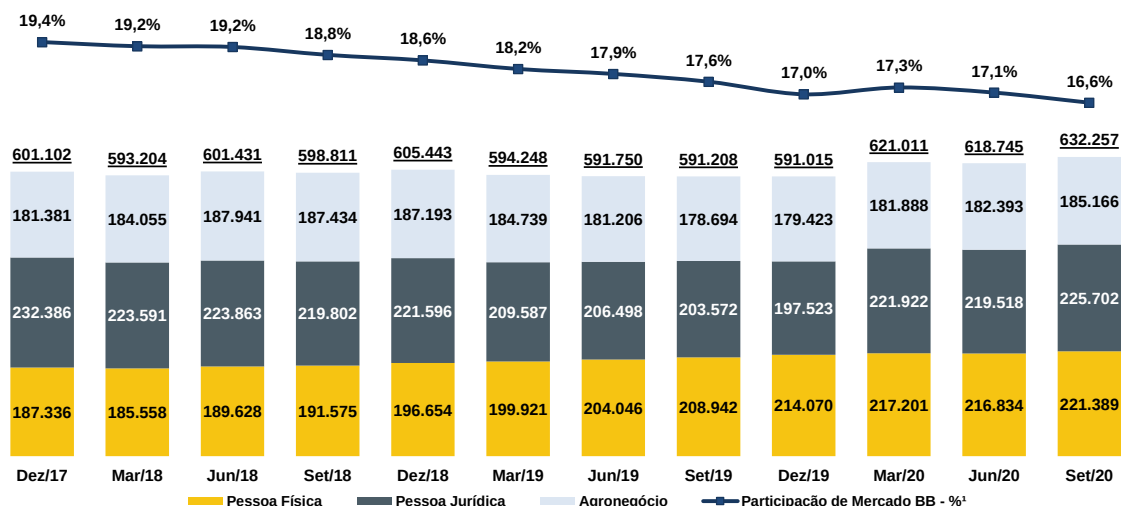
(1) Somatório dos produtos das exposições pelos respectivos Fatores de Ponderação de Risco, ajustados pelo Fator de Conversão.

(2) Exposição ponderada por Fator de Risco multiplicada por 8,0%.

7 – Crédito

A distribuição histórica média (no período de dezembro/17 a setembro/20) da carteira de crédito interna do BB é de 36,0% em PJ, 33,6% em PF e 30,4% em Agro, o que lhe confere um perfil único em relação ao sistema financeiro. Desde dezembro/17 houve uma redução gradual da participação da carteira PJ, principalmente pela redução da participação de grandes empresas que passaram a ser atendidas por meio de instrumentos de mercado de capitais e aumento da participação de negócios de varejo, PF e MPME (empresas com faturamento de até R\$ 200 milhões/ano). Neste período, o crescimento médio trimestral da carteira foi de 0,5% (+R\$ 2,8 bilhões), sendo que a carteira PJ reduziu 0,2% (-R\$ 607,6 milhões), carteira PF cresceu 1,5% (+R\$ 3,1 bilhões) e a carteira Agro cresceu 0,2% (+R\$ 344,1 milhões).

Figura 22. Evolução da Carteira de Crédito Interna e Participação de Mercado – R\$ milhões



(1) Participação do Mercado da Carteira de Crédito Interna em relação ao Sistema Financeiro Nacional.

Na comparação anual, houve crescimento da carteira de crédito ampliada (+R\$ 44,0 bilhões e +6,4%), com destaque para as operações com o varejo e o agronegócio. Assim, a carteira Pessoa Física (+R\$ 13,0 bilhões e +6,2%) cresceu, principalmente devido à performance positiva no crédito consignado (+R\$ 11,9 bilhões e +15,2%). Na Pessoa Jurídica, destaque para as operações com as Micro, Pequenas e Médias Empresas (+R\$ 11,2 bilhões e +17,9%), justificadas, principalmente, pelos desembolsos de R\$ 6,2 bilhões na linha de crédito amparada pelo Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe). No agronegócio, destaque para o crédito rural (+R\$ 8,6 bi e +5,3%).

No mesmo período de comparação, o segmento de grandes empresas (-R\$ 2,2 bilhões e -2,3%), o crédito agroindustrial (-R\$ 2,2 bilhões e -15,1%) e a comercialização agropecuária (-R\$ 4,1 bilhões e -46,3%) apresentaram redução. A redução na linha de comercialização pode ser explicada pela alta no preço dos produtos agropecuários, tornando a venda dos produtos mais atrativa para o mercado, em detrimento à armazenagem.

Na comparação com junho/20 (+R\$ 8,5 bilhões e +1,2%), pode-se destacar o retorno do crescimento da linha de cartão de crédito PF (+R\$ 3,3 bilhões e +13,0%) e o crescimento de capital de giro MPME (+R\$ 7,9 bilhões e +24,1%) além do aumento de 1,8% na carteira rural.

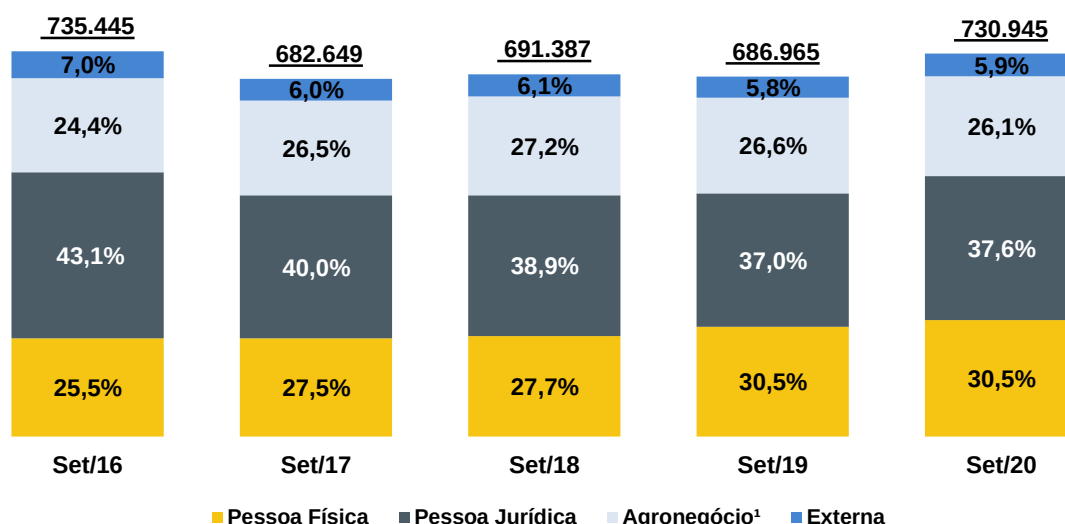
A carteira de agronegócio ampliada foi reprocessada a partir de dezembro/18 de forma a incluir o saldo em carteira do Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA), um título de crédito nominativo. Com começo de contratação em dezembro/18, a carteira de CDCA atingiu o montante de R\$ 867 milhões em setembro/20.

Tabela 57. Carteira de Crédito Classificada e Ampliada – R\$ milhões

	Set/19	Part. %	Jun/20	Part. %	Set/20	Part. %	Var. % s/	
							Set/19	Jun/20
Carteira de Crédito Classificada (a)	626.090	100,0	657.212	100,0	668.036	100,0	6,7	1,6
Interna	591.208	94,4	618.745	94,1	632.257	94,6	6,9	2,2
Pessoa Física	208.942	33,4	216.834	33,0	221.389	33,1	6,0	2,1
Pessoa Jurídica	203.572	32,5	219.518	33,4	225.702	33,8	10,9	2,8
Grandes	95.617	15,3	97.285	14,8	93.421	14,0	(2,3)	(4,0)
MPME	62.760	10,0	66.977	10,2	74.009	11,1	17,9	10,5
Governo	45.195	7,2	55.256	8,4	58.272	8,7	28,9	5,5
Agronegócio	178.694	28,5	182.393	27,8	185.166	27,7	3,6	1,5
Pessoa Física	151.119	24,1	159.206	24,2	163.301	24,4	8,1	2,6
Pessoa Jurídica	27.575	4,4	23.187	3,5	21.865	3,3	(20,7)	(5,7)
Exterior	34.882	5,6	38.467	5,9	35.778	5,4	2,6	(7,0)
TVM Privados e Garantias (b)	60.874		65.204		62.909		3,3	(3,5)
Carteira de Crédito Ampliada (a + b)	686.965	100,0	722.416	100,0	730.945	100,0	6,4	1,2
Interna	646.925	94,2	677.153	93,7	687.614	94,1	6,3	1,5
Pessoa Física	209.630	30,5	218.047	30,2	222.600	30,5	6,2	2,1
Pessoa Jurídica	254.463	37,0	271.416	37,6	274.561	37,6	7,9	1,2
Agronegócio ¹	182.832	26,6	187.689	26,0	190.453	26,1	4,2	1,5
Externa	40.040	5,8	45.264	6,3	43.331	5,9	8,2	(4,3)

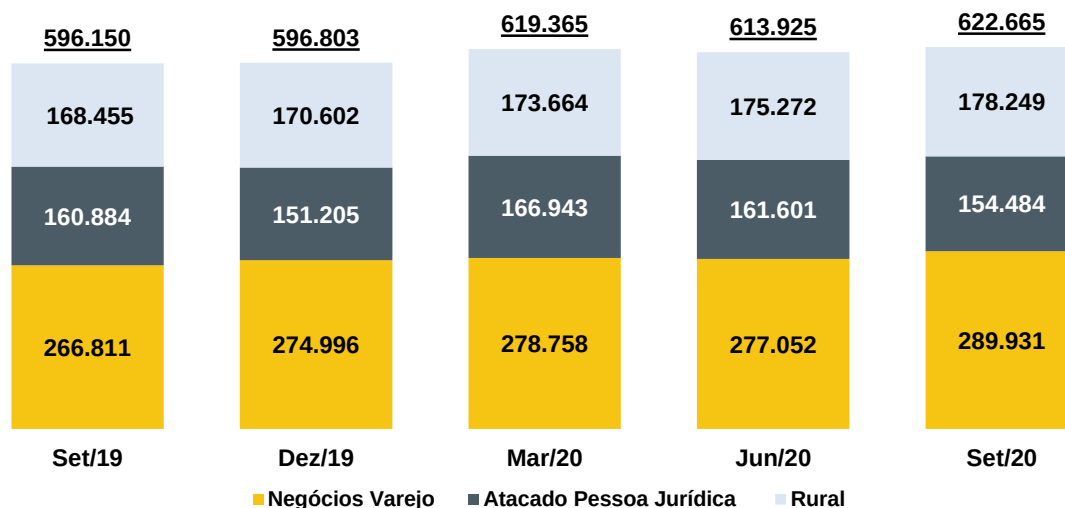
(1) A carteira de agronegócio ampliada foi reprocessada a partir de dezembro/18 de forma a incluir o saldo em carteira do (CDCA).

A figura a seguir apresenta a evolução da composição da carteira de crédito ampliada. Na comparação com setembro/16 observa-se a elevação da participação da carteira PF de 25,5% para 30,5% e Agro de 24,4% para 26,1% e a redução da carteira PJ de 43,1% para 37,6%.

Figura 23. Composição Percentual e Carteira de Crédito Ampliada – R\$ milhões

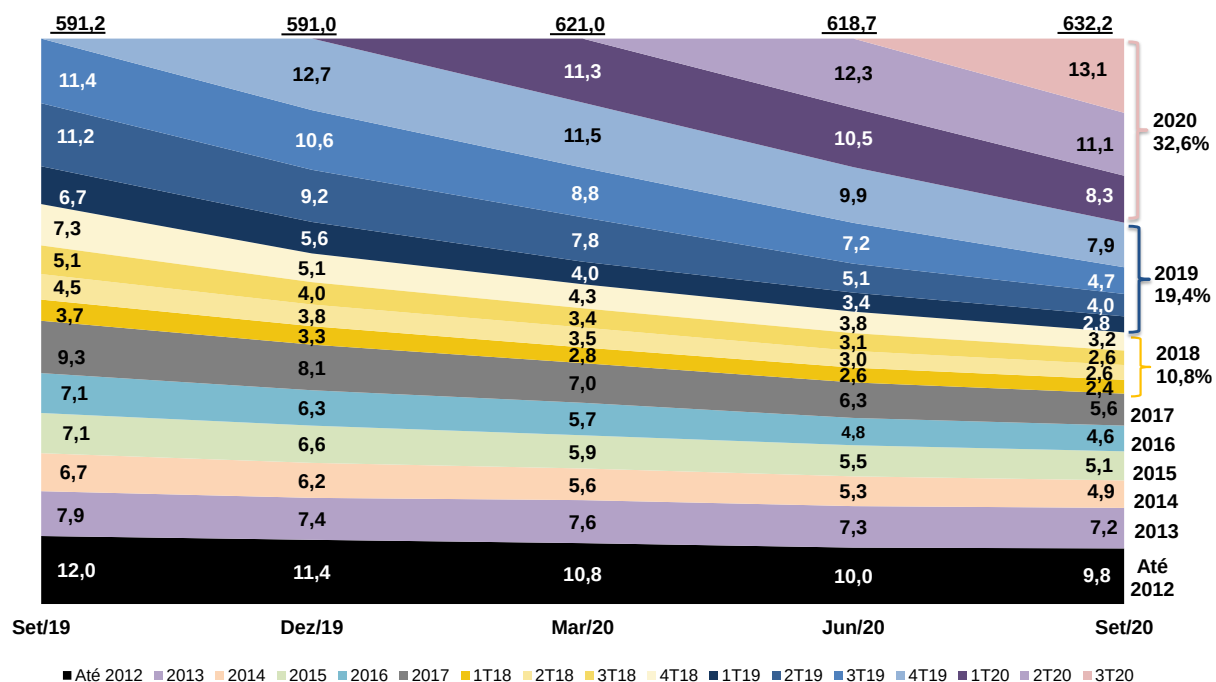
(1) A carteira de agronegócio ampliada foi reprocessada a partir de dezembro/18 de forma a incluir o saldo em carteira do (CDCA).

Apresentamos abaixo a visão da carteira ampliada de Negócios Varejo, Atacado PJ e Rural. Em 12 meses, enquanto as carteiras de Negócios Varejo e Rural cresceram 8,7% e 5,8% respectivamente, o Atacado PJ reduziu 4,0%, alinhado à estratégia de alteração do mix da carteira.

Figura 24. Negócios Varejo, Atacado PJ e Rural – R\$ milhões

A próxima figura apresenta a carteira de crédito classificada interna considerando o período de contratação. Em alguns casos existe a possibilidade do desembolso do crédito contratado ocorrer de forma parcelada. Nesses casos todas as parcelas são consideradas no período em que foram contratadas.

Considerando a carteira de setembro/20, 68,4% dos ativos foram contratados a partir de 2017. Os ativos gerados nos anos anteriores a 2014 representam 17,0%.

Figura 25. Carteira de Crédito Interna BB (por Período de Contratação) – % e R\$ bilhões

A tabela a seguir apresenta o nível de concentração dos clientes e grupos empresariais com os quais o Banco do Brasil se relaciona.

Tabela 58. 100 Maiores Clientes em Relação à Carteira de Crédito Classificada e PR – R\$ milhões

	Set/19	Jun/20	Set/20	Participação em Set/20 - %	
				Carteira ¹	PR ²
1º Cliente	12.178	13.297	13.806	2,1	8,5
2º ao 20º	68.750	74.308	73.647	11,0	45,1
21º ao 100º	49.063	51.032	48.844	7,3	29,9
100 maiores	129.990	138.636	136.297	20,4	83,5

(1) Carteira de Crédito Classificada.

(2) Patrimônio de Referência.

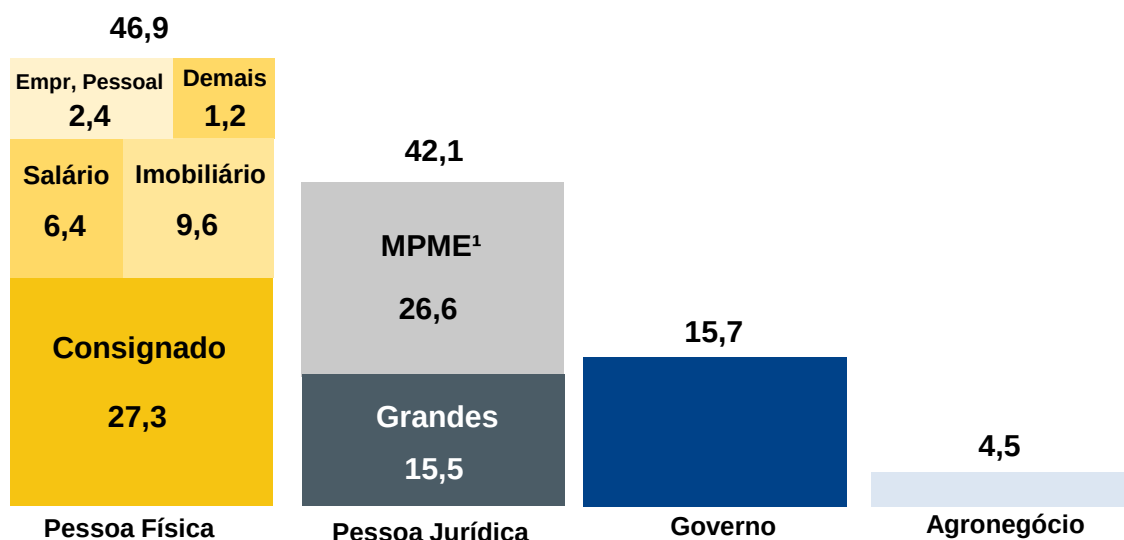
Apoio aos clientes em tempos de pandemia

Diante do cenário de incertezas trazido pela pandemia do novo coronavírus (Covid-19), o Banco do Brasil tem atuado para prover suporte aos clientes com seriedade, rapidez e segurança, ao mesmo tempo em que fortalecemos o nosso compromisso com a sociedade, a partir de ações que visam apoiar o país a superar este momento de dificuldades.

Créditos Prorrogados

O saldo das operações de crédito prorrogadas totalizou R\$ 109,2 bilhões em setembro/20 o que representa 17,3% da carteira de crédito interna, em mais de 2,4 milhões de operações. Desse montante, 95,0% das operações possuem rating entre AA e C e 97,8% das transações não tinham histórico de atraso nos últimos 12 meses. Além disso, 64,6% estão atreladas a garantias e mitigadores. O tempo médio de relacionamento dos clientes que prorrogaram operações é de 17,4 anos.

Figura 26. Composição da Carteira Prorrogada – R\$ bilhões



(1) 81,4% do saldo com empresas de maior resiliência. Calculado a partir da Matriz de Resiliência, que conjuga a Visão Setorial com o Sensoriamento de Risco de Crédito.

Avaliamos e monitoramos os potenciais impactos na carteira de crédito, considerando as peculiaridades dos diversos segmentos e linhas de crédito e temos adotado medidas proativas para a gestão do risco e do capital. Trabalhamos para preservar a continuidade das nossas operações e a sustentabilidade de longo prazo de nossa empresa e do relacionamento com nossos clientes.

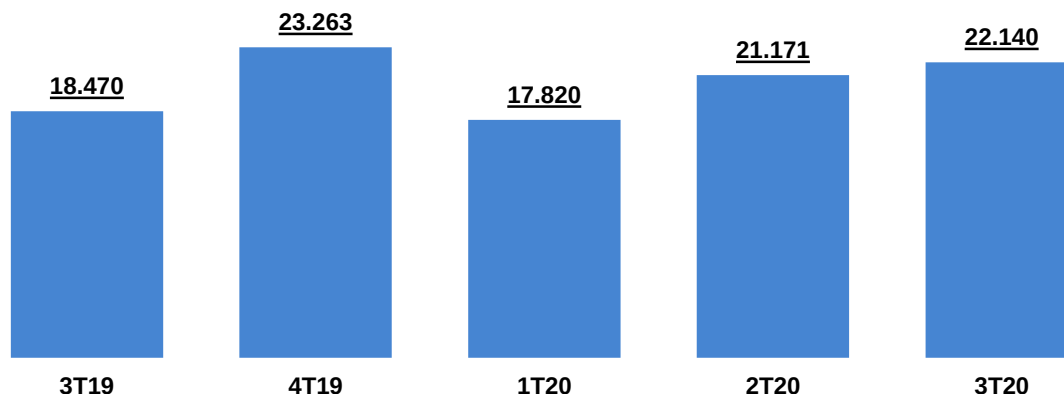
Créditos Renovados

Os créditos renovados são operações contratadas, para liquidação parcial ou integral de operação anterior que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas, inclusive com possibilidade de novos desembolsos.

No 3T20 foram renovados R\$ 22,1 bilhões, aumento de R\$ 3,7 bilhões frente ao 3T19. Esse movimento reflete as menores taxas de juros disponíveis nas operações, especialmente no crédito consignado. Cabe destacar que parte dessas operações foram realizadas com novos desembolsos, impulsionando

essa carteira. Os créditos renovados com operações vincendas podem estar contidos no total de prorrogações.

Figura 27. Renovados – R\$ milhões

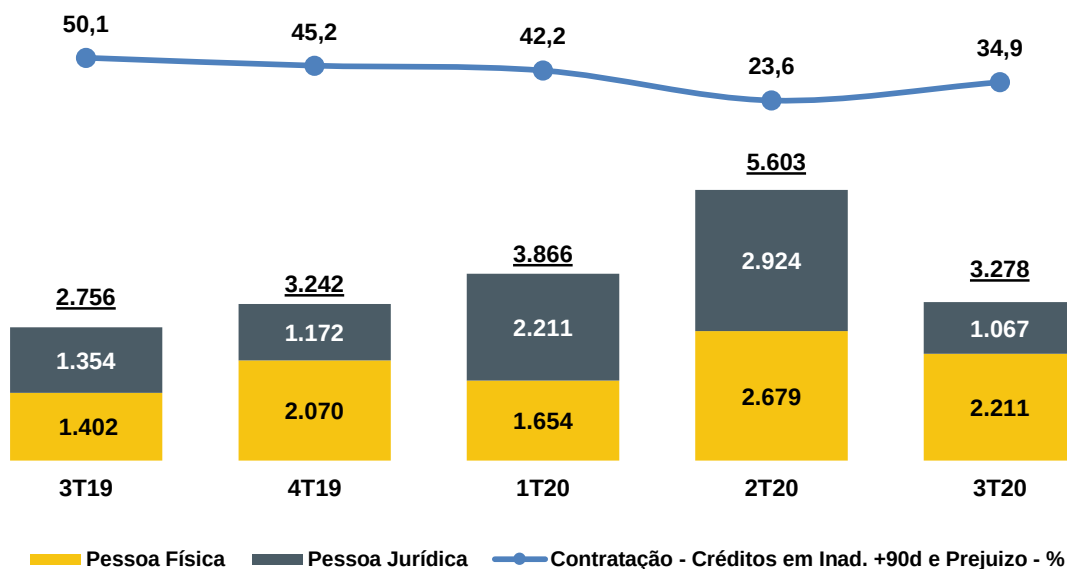


Créditos Renegociados por Atraso

As operações prorrogadas, no âmbito da atuação em tempo de pandemia, não estão contempladas na linha de Renegociados por Atraso do gráfico abaixo. A carteira renegociada também não contempla as operações prorrogadas da carteira de agronegócio.

Os créditos Renegociados por Atraso é uma composição de dívidas em virtude de atraso no pagamento. O Banco tem atuado de forma preventiva no sentido de readequar o portfólio dos clientes à sua capacidade de pagamento. Do total de operações contratadas no 3T20 na carteira renegociada por atraso, 39,3% estavam em atraso inferior a 15 dias, 25,8% estavam em atraso entre 15 e 90 dias, 19,4 % estavam atrasadas há mais de 90 dias e 15,5% estavam em perdas. O segmento PF foi responsável por 67,5% das contratações.

Figura 28. Créditos Renegociados por Atraso – Contratações no Banco Múltiplo¹ – R\$ milhões



(1) Conforme Nota Explicativa 12.j

No 3T20, o saldo final da carteira renegociada foi de R\$ 25,5 bilhões, o que representa um decréscimo de 0,1% no trimestre. Em 12 meses já foram recebidos mais de R\$ 8,4 bilhões, destaque para o crescimento de 53,2% em relação ao 3T19. De forma prudencial e conservadora, a cobertura da carteira de crédito renegociada por atraso atingiu 669,0%, o maior valor desde 1T15.

Tabela 59. Carteira de Crédito Renegociada – Banco Múltiplo¹ – R\$ milhões

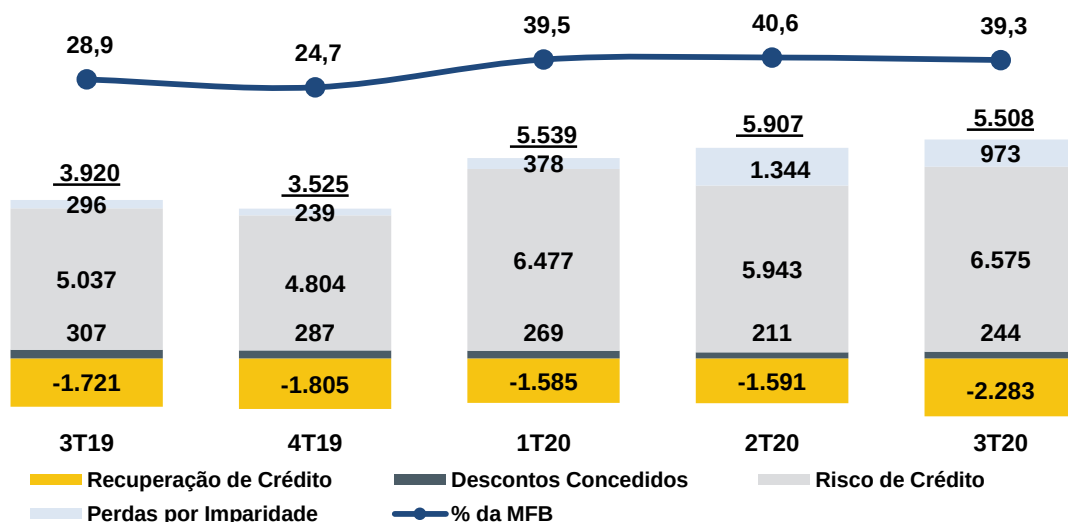
	3T19	4T19	1T20	2T20	3T20	Var. % s/	
						3T19	2T20
Saldo Inicial	22.669	23.141	23.657	24.262	25.497	12,5	5,1
Contratações	2.756	3.242	3.866	5.603	3.278	18,9	(41,5)
Sem atraso (0 a 14 dias)	670	808	1.089	3.242	1.287	92,2	(60,3)
15 a 90 dias	705	968	1.146	1.039	846	20,0	(18,6)
Acima de 90 dias	857	930	876	766	636	(25,7)	(17,0)
Em prejuízo	524	536	755	556	509	(3,0)	(8,6)
Recebimentos menos Juros Líquidos²	(1.213)	(1.531)	(2.350)	(2.644)	(1.857)	53,2	(29,8)
Baixas para Prejuízo	(1.071)	(1.194)	(911)	(1.723)	(1.444)	34,8	(16,2)
Saldo Final (A)	23.141	23.657	24.262	25.497	25.474	10,1	(0,1)
Créditos Renegociados por Atraso - Saldo da Provisão (B)	12.249	12.804	13.348	13.183	12.943	5,7	(1,8)
Créditos Renegociados por Atraso - Inadimplência + 90 dias (C)	3.554	3.156	3.588	2.489	1.935	(45,6)	(22,3)
Indicadores da Carteira Renegociada por Atraso - %							
Provisão/Carteira (B/A)	52,9	54,1	55,0	51,7	50,8		
Inadimplência + 90 dias/Carteira	15,4	13,3	14,8	9,8	7,6		
Índice de Cobertura	344,7	405,6	372,1	529,6	669,0		
Participação da Carteira Renegociada por Atraso na Classificada	3,7	3,8	3,7	3,9	3,8		

(1) Conforme Nota Explicativa 12.j

(2) Recebimentos de principal e juros menos juros capitalizados, incluindo operações alongadas no período.

Custo e Qualidade do Crédito

A PCLD Ampliada, composta pela despesa de PCLD líquida da recuperação de crédito, descontos concedidos e a imparidade, reduziram R\$ 398,8 milhões (-6,8%) frente ao 2T20, influenciada pelo aumento da recuperação de crédito (+R\$ 692,0 milhões e +43,5%) e redução das perdas por imparidade (-R\$ 371,4 milhões e -27,6%).

Figura 29. PCLD Ampliada – R\$ milhões

- Risco de Crédito⁵:** Crescimento de R\$ 631,8 milhões (+10,6%) frente ao 2T20. No trimestre, houve constituição de R\$ 2,0 bilhões em antecipações prudenciais de provisões. Destas R\$ 1,4 bilhão refere-se à antecipação de agravamentos de riscos de operações prorrogadas, sendo R\$ 894,2 milhões no segmento MPME e R\$ 542,3 milhões no segmento PF. No acumulado em 9 meses, houve um reforço prudencial de R\$ 6,1 bilhões sendo 34,8% na PF, 46,7% na PJ e 18,5% no Agro.
- Recuperação de Crédito⁶:** Crescimento de R\$ 692,0 milhões (+43,5%) frente ao 2T20, influenciado pela cessão de carteira de créditos, majoritariamente em perdas, conforme Comunicado ao Mercado de julho/20.

⁵ Despesas com Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD), conforme a Res.2.682/99.⁶ Recuperação de Operações em Perdas

- III. Descontos Concedidos⁷: Crescimento de R\$ 32,7 milhões (+15,5%) frente ao 2T20.
- IV. Perdas por Imparidade⁸: Redução de R\$ 371,4 milhões (-27,6%) frente ao 2T20. O trimestre anterior e o 3T20, em menor escala, foram impactados por operações do Large Corporate que já eram classificados como ativos problemáticos antes da pandemia.

Risco de Crédito

O Banco do Brasil vem mantendo níveis de provisão aderentes aos riscos de crédito. Os movimentos prudenciais de incorporação de provisão na Carteira têm ocorrendo de forma gradual, sem volatilidade excessiva, evidenciando uma postura mais cautelosa quanto à alocação necessária de recursos para absorver os impactos relacionados aos efeitos adversos, e sem precedentes, gerados pela crise da pandemia.

As provisões prudenciais estão amparadas em metodologias e no acompanhamento da dinâmica da carteira. Elas são individualizadas por clientes e por segmentos e para construí-las temos um modelo proprietário de inteligência analítica que considera diversos fatores como a dinâmica de negócios ou de renda do cliente, perspectiva para o segmento no qual o cliente está inserido e nível de endividamento.

A crise, e os efeitos inéditos dela derivados, isolamento social e suspensão dos negócios, estamos diante de um ambiente novo e desconhecido no comportamento da economia, com características diferentes de outras crises. O amplo escopo de medidas governamentais adotadas, entre elas a prerrogativa de renegociações e dívidas, atenuou de forma importante os impactos negativos, mas ainda assim, é esperada forte contração econômica neste ano, com impactos variados nos diferentes setores e atividades da economia.

Para entender esse comportamento, foi necessário buscar novos dados e instrumentos de forma a avaliar e monitorar o risco de crédito. Com base em avaliações no nível de impacto no faturamento das empresas nos diferentes setores de atividade da economia e na sua perspectiva futura com base em estudos internos e de mercado, foi criado o Indicador de Resiliência de empresas e pessoas físicas, considerando o fato de que alguns poderão ter maior ou menor dificuldade para atravessar esse período da economia mais lento até sua plena recuperação. partir de uma Matriz de Resiliência, que conjuga, dentre outras variáveis, as perspectivas setoriais com o Sensoriamento de Risco de Crédito, é possível atribuir o indicativo de resiliência de cada empresa, ao qual tem sido utilizado como instrumento para a adoção de estratégias diferenciadas para novas concessões de crédito e em especial, para tratamento das carteiras prorrogadas.

No trimestre, houve constituição de R\$ 2,0 bilhões em antecipações prudenciais de provisões. Destas R\$ 1,4 bilhão refere-se à antecipação de agravamentos de riscos de operações prorrogadas, sendo R\$ 894,2 milhões no segmento MPME e R\$ 542,3 milhões no segmento PF.

No 4T19 foi constituída provisão prudencial extraordinária no valor de R\$ 2,9 bilhões. Esta foi realizada da seguinte forma: R\$ 1,2 bilhão no segmento pessoa física, R\$ 1,1 bilhão no segmento pessoa jurídica e R\$ 570 milhões no segmento agroindustrial.

No acumulado do ano, houve um reforço prudencial de R\$ 6,1 bilhões sendo 34,8% na PF, 46,7% na PJ e 18,5% no Agro, conforme demonstrado a seguir.

⁷ Descontos concedidos em renegociações de operações de crédito ou de outras operações com características de concessão de crédito decorrente de empréstimos.

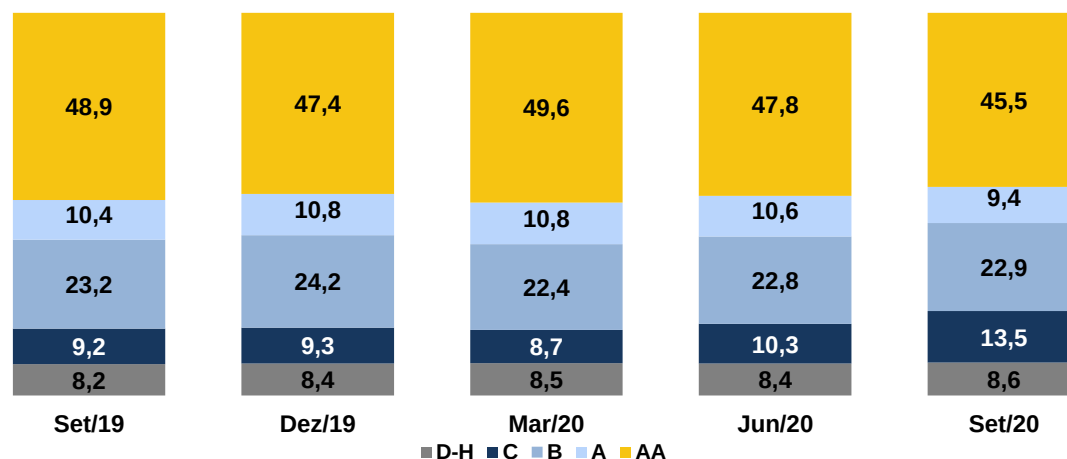
⁸ Grupamento de contas que registram as perdas permanentes em títulos e valores mobiliários, as despesas com provisão por imparidade em títulos e valores mobiliários e o resultado negativo apurado em operações de venda ou de transferência de ativos financeiros que foram baixados pela instituição vendedora ou cedente.

Tabela 60. Risco de Crédito – R\$ milhões

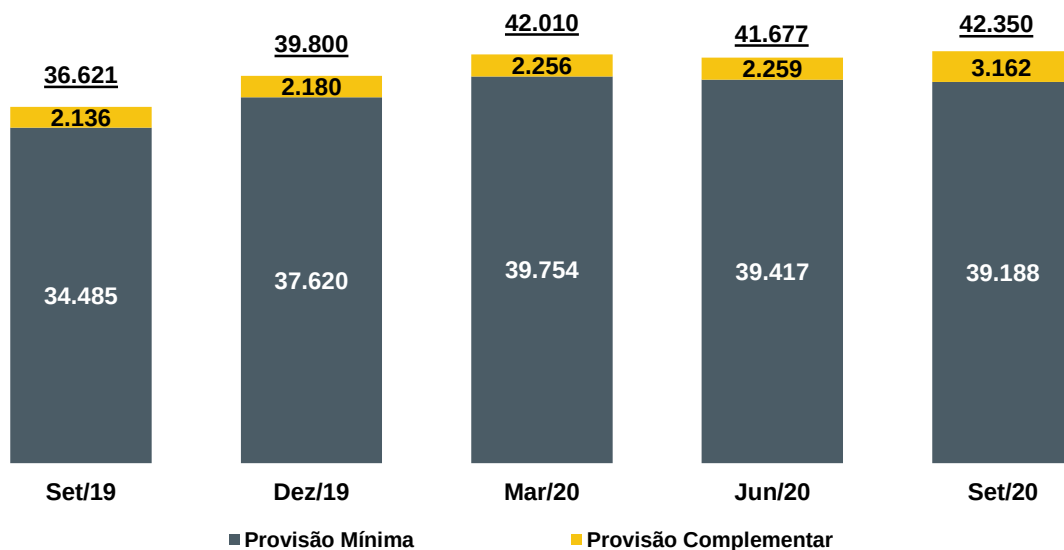
	3T19	4T19	1T20	2T20	3T20	Var. % s/	
						3T19	2T20
Risco de Crédito	(5.037)	(4.804)	(6.477)	(5.943)	(6.575)	30,5	10,6
Piora de Risco	(5.754)	(8.550)	(7.098)	(6.015)	(6.499)	13,0	8,0
Pessoa Física	(2.281)	(3.491)	(3.586)	(2.203)	(2.476)	8,5	12,4
Pessoa Jurídica	(2.085)	(2.968)	(1.854)	(1.457)	(2.946)	41,3	102,2
Agronegócio	(1.388)	(2.091)	(1.658)	(2.355)	(1.077)	(22,4)	(54,3)
Melhora de Risco	1.904	1.800	1.963	1.758	1.705	(10,4)	(3,0)
Pessoa Física	907	927	971	900	909	0,2	1,0
Pessoa Jurídica	483	490	592	403	341	(29,4)	(15,4)
Agronegócio	514	383	401	455	455	(11,3)	0,1
Contratações	(1.038)	(1.291)	(1.200)	(1.225)	(1.283)	23,6	4,7
Pessoa Física	(679)	(724)	(743)	(734)	(444)	(34,6)	(39,5)
Pessoa Jurídica	(248)	(472)	(395)	(386)	(700)	182,3	81,4
Agronegócio	(111)	(94)	(62)	(105)	(138)	25,1	32,5
Demais¹	(150)	3.237	(142)	(461)	(498)	232,9	8,2
Antecipação Prudencial	0	0	(2.041)	(2.006)	(2.050)	0,0	2,2
Pessoa Física	0	0	(1.171)	(412)	(540)	0,0	31,0
Pessoa Jurídica	0	0	(824)	(532)	(1.490)	0,0	180,1
Agronegócio	0	0	(46)	(1.061)	(20)	0,0	(98,2)

(1) A linha Demais representa o fluxo da Carteira de Crédito Externa e os Outros Impactos (a amortização, liquidação, liberação de parcelas e débito de encargos dos demais segmentos). No 4T19 foi constituída provisão prudencial extraordinária no valor de R\$ 2,9 bilhões.

Em relação a setembro/19, houve aumento do percentual das operações classificadas nos níveis de risco de D-H, acompanhado por aumento da provisão de crédito. Nos últimos três trimestres o Banco do Brasil realizou reforços e antecipações prudenciais de PCLD. O Saldo de provisão de crédito passou de R\$ 36,6 bilhões para R\$ 42,3 bilhões no mesmo período de comparação.

Figura 30. Carteira de Crédito Classificada por Nível de Risco – %

A próxima figura apresenta o saldo de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD), detalhando-se a provisão mínima, que é a provisão correspondente aos nove níveis de risco (AA a H) constantes da Resolução CMN nº 2.682/99, a provisão complementar, que corresponde à provisão dos 30 níveis intermediários estabelecidos pela Administração do BB, e a provisão requerida, que corresponde à soma das anteriores.

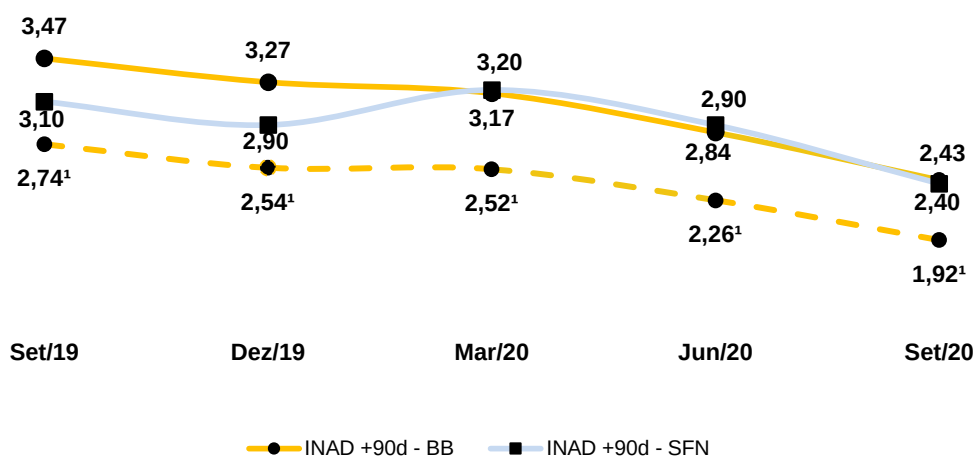
Figura 31. Provisão de Crédito – Carteira de Crédito Classificada – R\$ milhões

No 2T19, conforme reportado, houve entrada em recuperação judicial de um grupo do segmento *Large Corporate*. Dessa forma, os índices de cobertura da Carteira de Crédito foram afetados, explicando a oscilação em relação aos períodos anteriores. Com isso, para efeito de comparação, criamos uma base excluindo o caso específico de forma que se possa observar melhor as tendências da carteira. Demonstradas nas tabelas e nos gráficos dispostos ao longo da seção.

Para demonstrar como os índices estão se comportando estruturalmente, os gráficos foram ajustados, pela simulação de exclusão desse efeito, sendo representados pela linha tracejada.

O índice de inadimplência INAD+90d (relação entre as operações vencidas há mais de 90 dias e o saldo da carteira de crédito classificada) mostrou redução frente a junho e alcançou 2,43% em setembro/20. Ao desconsiderar o efeito de caso específico o índice seria de 1,92%.

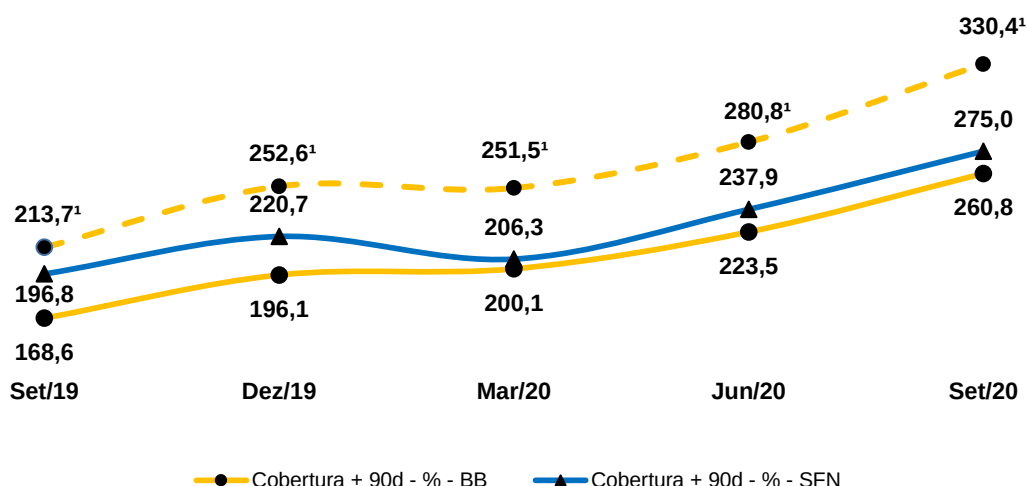
A redução da inadimplência no trimestre foi influenciada pelo crescimento da carteira de crédito, pelas ações que o BB implementou para apoiar os clientes no atual cenário a partir da readequação de seus compromissos financeiros com a realização de prorrogações e pelas operações baixadas para perdas.

Figura 32. INAD +90 – em % da Carteira de Crédito Classificada

(1) Simulação excluindo caso específico.

A seguir é apresentado o índice de cobertura das operações em atraso há mais de 90 dias, que exprime a relação entre o saldo total de provisão e o saldo das operações de crédito vencidas há mais de 90 dias.

O Banco mantém cobertura compatível com o perfil de risco de sua carteira. O índice de cobertura foi de 260,8% em setembro/20. Ao desconsiderar o efeito de caso específico o índice seria de 330,4%.

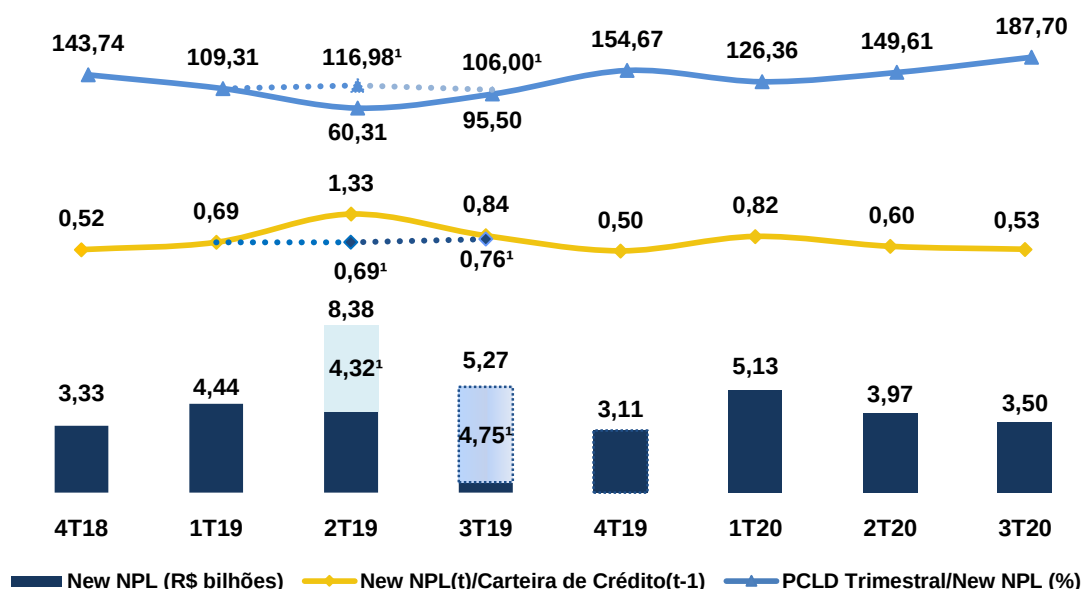
Figura 33. Índices de Cobertura da Carteira de Crédito Classificada¹

(1) Relação entre o saldo total de provisão e o saldo das operações de crédito vencidas há mais de 90 dias.

(2) Simulação excluindo caso específico.

No gráfico a seguir é possível observar o indicador *New NPL*/Carteira de Crédito que representa uma tendência da futura inadimplência. O indicador é apurado pela relação entre: (i) a variação trimestral do saldo das operações vencidas há mais de 90 dias, acrescida das baixas para prejuízo efetuadas no trimestre; e (ii) o saldo da carteira de crédito classificada do trimestre anterior.

É válido ressaltar que as baixas de operações para prejuízo seguem rigorosamente as determinações da Resolução CMN nº 2.682/99. As operações classificadas em risco H são contabilizadas como perdas somente depois de decorridos seis meses da sua classificação nesse nível de risco, não sendo admitido o registro em período inferior. O índice encerrou em 0,53% frente ao 0,60% apresentado no 2T20. A cobertura do New NPL foi de 187,70%.

Figura 34. *New NPL* – % da Carteira de Crédito Classificada

(1) Simulação excluindo caso específico

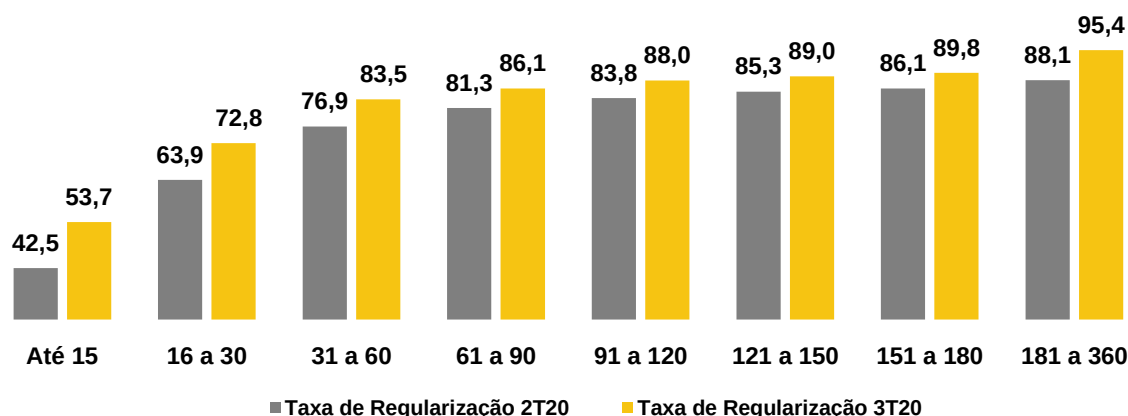
Recuperação de Créditos e Descontos Concedidos

Os descontos concedidos em renegociações de operações de crédito ou de outras operações com características de concessão de crédito decorrente de empréstimos apresentaram acréscimo de R\$ 32,7 milhões (+15,5%) frente ao 2T20.

A recuperação de créditos apresentou um crescimento de R\$ 692,0 milhões (+43,5%) frente ao 2T20, influenciado pela cessão de carteira de créditos, majoritariamente em perdas. A carteira cedida possuía valor contábil de R\$ 2,9 bilhões e o impacto financeiro da transação foi de R\$ 371 milhões, antes dos impostos, contabilizados no resultado do 3T20. Esta operação foi um piloto de um modelo de negócios recorrente que estamos desenvolvendo para dinamizar, ainda mais, a gestão do portfólio de crédito.

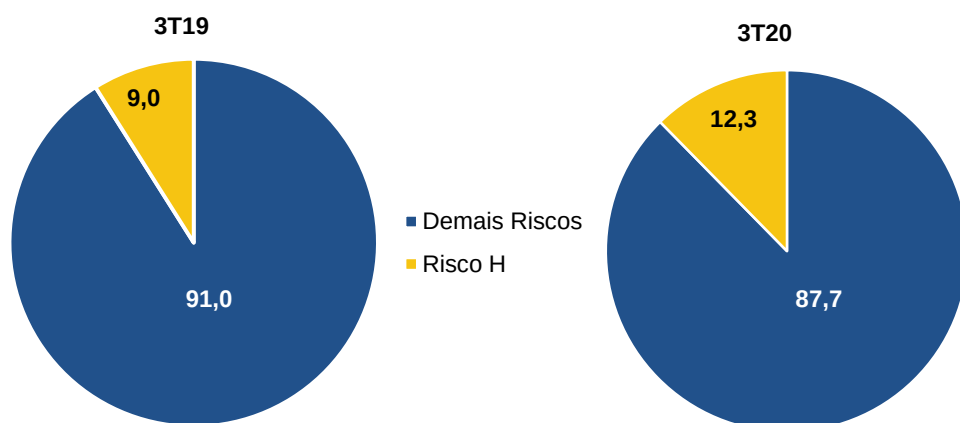
Do volume de crédito que ingressou em cobrança nos 12 meses anteriores a Setembro/20, 95,4% foram regularizados em até 360 dias.

Figura 35. Taxa de Regularização de Crédito pelo Período de Cobrança - %



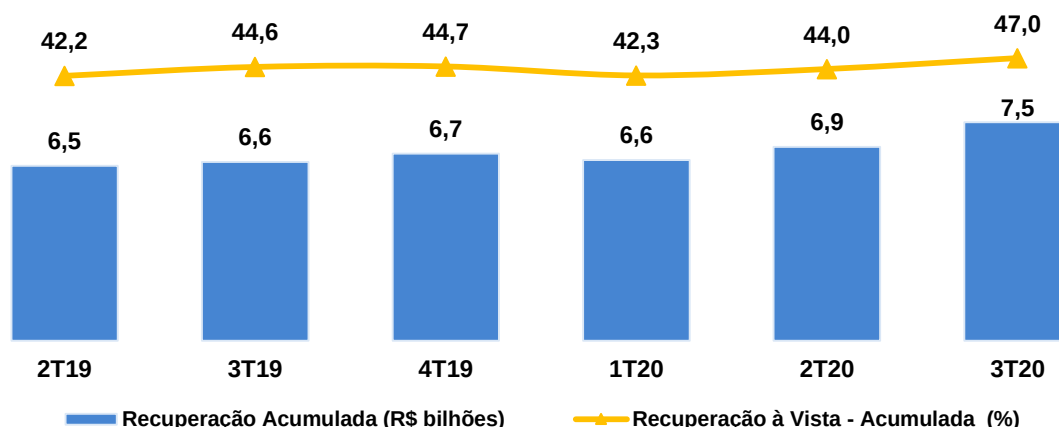
O Banco prioriza o recebimento de créditos em atraso no menor tempo possível, atuando inclusive preventivamente, de modo a evitar o agravamento de risco e o envio para perda. Nos últimos doze meses, os créditos em atraso cobrados e recebidos, classificados em risco H, representaram 12,3% do total recebido. Os outros 87,7% foram cobrados e regularizados enquanto estavam em melhores níveis de risco.

Figura 36. Cobrança e Regularização em Caixa antes do envio para Perdas¹ - %



(1) Acumulado em 12 meses

Nos últimos doze meses foram recuperados R\$ 7,5 bilhões. Desse total, o montante de R\$ 3,5 bilhões foi recebido em caixa, mantendo um percentual de recebimento à vista constante ao longo do tempo.

Figura 37. Recuperação Acumulada (R\$ bilhões) e Índice de Recuperação à Vista – %

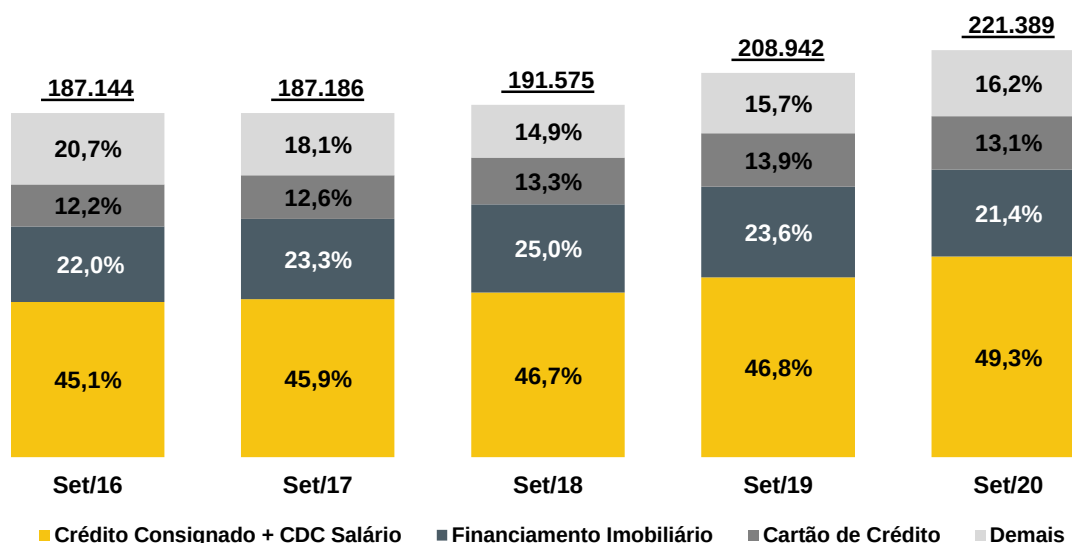
7.1. Carteira de Crédito Pessoa Física

Na comparação com junho/20, o crescimento da carteira ampliada PF (+R\$ 4,6 bilhões e +2,1%) pode ser explicado pelo retorno do crescimento da linha de cartão de crédito PF (+R\$ 3,3 bilhões e +13,0%) e do crédito consignado (+R\$ 3,8 bilhões e +4,5%).

Tabela 61. Carteira de Crédito Pessoa Física – R\$ milhões

	Set/19	Part. %	Jun/20	Part. %	Set/20	Part. %	Var. % s/	
							Set/19	Jun/20
Carteira Classificada Orgânica	203.363	97,0	208.862	95,8	214.712	96,5	5,6	2,8
CDC	107.978	51,5	116.858	53,6	119.703	53,8	10,9	2,4
Crédito Consignado	77.951	37,2	86.043	39,5	89.892	40,4	15,3	4,5
CDC Salário	19.789	9,4	19.555	9,0	19.184	8,6	(3,1)	(1,9)
Empréstimo Pessoal	10.238	4,9	11.259	5,2	10.627	4,8	3,8	(5,6)
Financiamento Imobiliário	49.261	23,5	47.939	22,0	47.358	21,3	(3,9)	(1,2)
Cartão de Crédito	29.087	13,9	25.659	11,8	28.999	13,0	(0,3)	13,0
Crédito Renegociado	10.268	4,9	12.160	5,6	12.330	5,5	20,1	1,4
Pessoa Física	6.195	3,0	7.378	3,4	7.907	3,6	27,6	7,2
Produtor Rural	4.073	1,9	4.781	2,2	4.423	2,0	8,6	(7,5)
Financiamento de Veículos	4.088	1,9	4.219	1,9	4.392	2,0	7,5	4,1
Cheque Especial	1.912	0,9	1.422	0,7	1.390	0,6	(27,3)	(2,3)
Microcrédito	309	0,1	276	0,1	269	0,1	(12,7)	(2,4)
Demais	461	0,2	330	0,2	270	0,1	(41,5)	(18,2)
Carteiras Adquiridas	5.579	2,7	7.972	3,7	6.677	3,0	19,7	(16,2)
Financiamento de Veículos	5.484	2,6	7.957	3,6	6.668	3,0	21,6	(16,2)
Crédito Consignado	95	0,0	14	0,0	9	0,0	(90,5)	(36,2)
Carteira de Crédito Classificada (a)	208.942	99,7	216.834	99,4	221.389	99,5	6,0	2,1
TVM Privados e Garantias (b)	688	0,3	1.213	0,6	1.211	0,5	76,0	(0,1)
Carteira de Crédito Ampliada (a+b)	209.630	100,0	218.047	100	222.600	100,0	6,2	2,1

No ano, a carteira de crédito classificada PF apresentou crescimento de R\$ 12,4 bilhões, com destaque para crédito consignado (+R\$ 11,9 bilhões). Pode-se observar a estratégia do BB de crescimento da participação na carteira nas linhas de consignado e salário de 45,1% em setembro/16 para 49,3% em setembro/20.

Figura 38. Composição Percentual e Carteira de Crédito Interna Pessoa Física – R\$ milhões

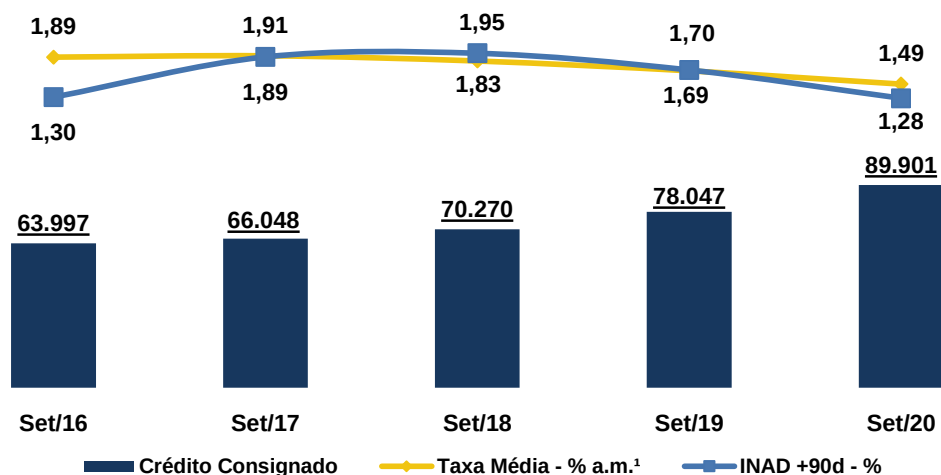
Um dos importantes componentes da metodologia de crédito é o histórico que o Banco do Brasil possui dos seus clientes. Daqueles com operações de crédito no BB, 94,7% possuem conta há pelo menos cinco anos. Considerando a carteira orgânica, as operações de CDC (Consignado, Salário e Empréstimo Pessoal), alcançaram R\$ 119,7 bilhões em setembro/20. Deste montante 91,0% foram realizados com Servidores Públicos e Aposentados e Pensionistas do INSS.

Crédito Consignado

A carteira de crédito consignado orgânica BB, de R\$ 89,9 bilhões em setembro/20 (+15,3% em 12 meses), é composta em quase sua totalidade, por operações com clientes servidores públicos e aposentados/pensionistas (97,9%). Esta composição reflete no comportamento estável da inadimplência acima de 90 dias de 1,30% em setembro/16 para 1,28% em setembro/20.

A maioria das operações de crédito consignado contratadas no Banco do Brasil no 3T20 tem prazo superior a 60 meses (84,3%). O perfil dessa carteira permite o alongamento do prazo e gera fidelização e oportunidade de oferta de outros produtos no decorrer desse período. O Banco do Brasil possui 21,8% de participação de mercado (+79,7 bps em 12 meses), o valor mais alto desde dezembro/16.

Parte dos convênios de crédito consignado permitem a cotação, liberação e contratação do produto via aplicativo do BB. Esses possuem a conveniência do “Duplo Sim”, quando a operação é formalizada pelo gerente de contas do cliente, porém é liberado via senha ou biometria pelo cliente diretamente no aplicativo, sem necessidade de comparecer à agência.

Figura 39. Crédito Consignado – R\$ milhões

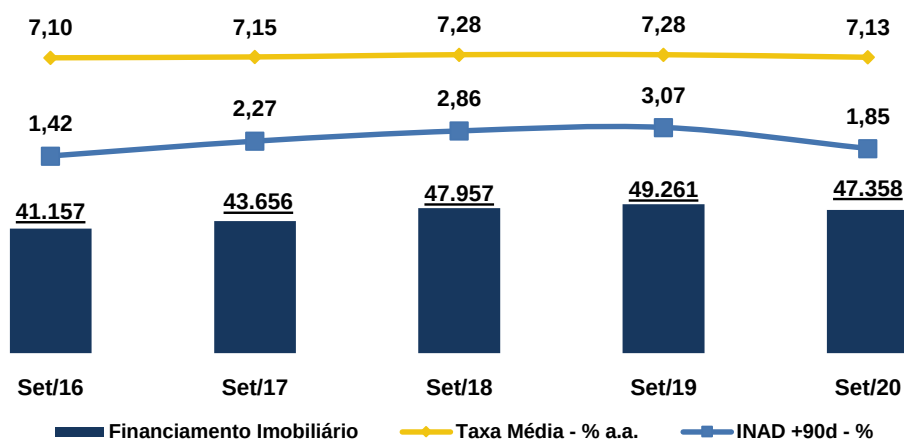
(1) Considera o portfólio

Financiamento Imobiliário

A carteira de financiamento imobiliário foi de R\$ 47,4 bilhões em setembro de 2020 (-3,9% em 12 meses) e o percentual financiado foi de 61,6% (*Loan-to-Value* LTV). No mesmo período, o prazo médio da carteira foi de 293 meses e a participação de mercado de 6,9% (-101,3 bps em 12 meses), a menor desde março/15. A inadimplência acima de 90 dias foi de 1,42% em setembro/16 para 1,85% em setembro/20, a redução em 12 meses foi influenciada pela baixa para prejuízo.

O BB tem implementado medidas para elevar a eficiência no processo de concessão de crédito, tais como a possibilidade do cliente contratar a operação de crédito pelo aplicativo, sendo necessário comparecer a agência somente na assinatura do contrato

Figura 40. Financiamento Imobiliário – R\$ milhões

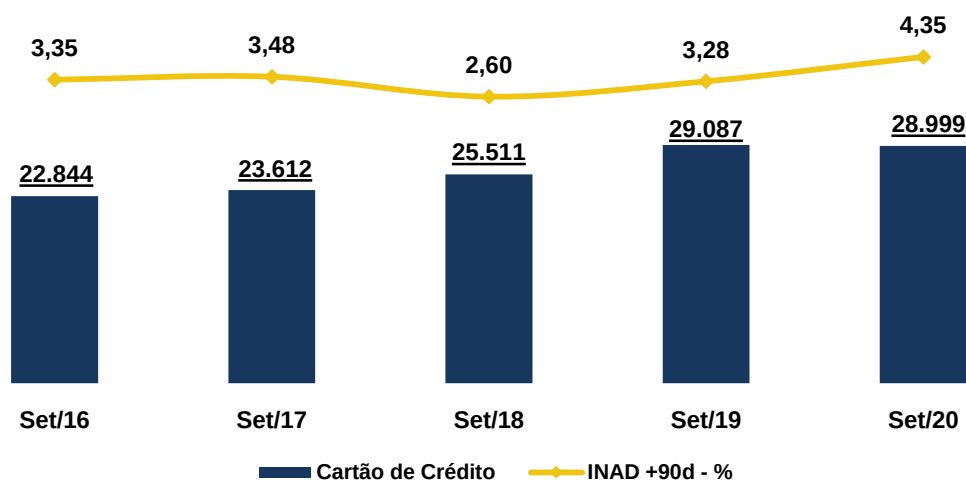


(1) Considera o portfólio.

Cartão de Crédito

Embora a linha de cartão de crédito tenha sido impactada pelos efeitos da pandemia do Covid-19, especialmente nos meses de abril e maio, em setembro houve retorno do crescimento (+R\$ 3,3 bilhões e +13,0% no trimestre) impulsionado pelo aumento do faturamento (+27,4%). A inadimplência acima de 90 dias apresentou crescimento em comparação a setembro/19 e redução em relação a junho/20, a elevação anual decorre principalmente da atual conjuntura.

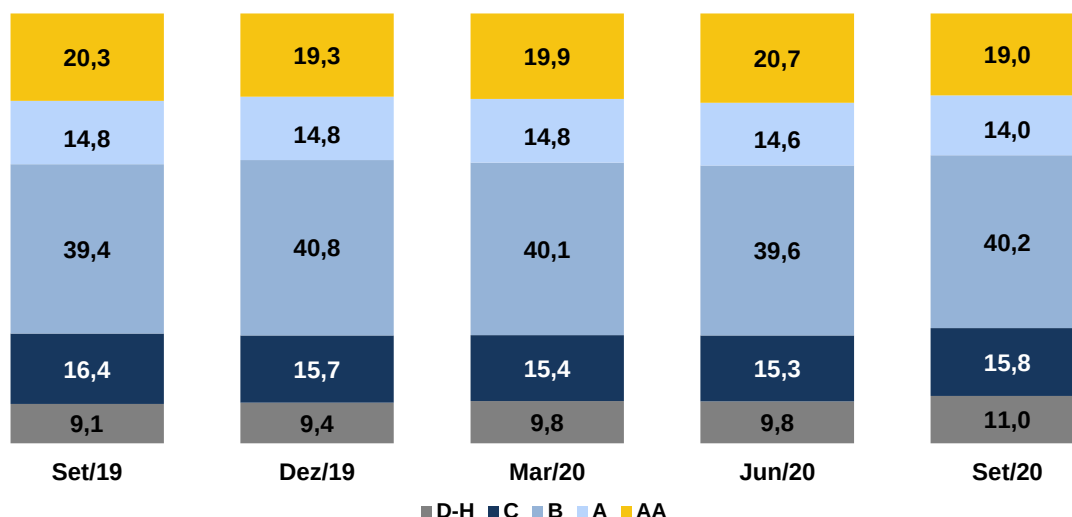
Figura 41. Cartão de Crédito – R\$ milhões



7.1.1. Qualidade do Crédito Pessoa Física

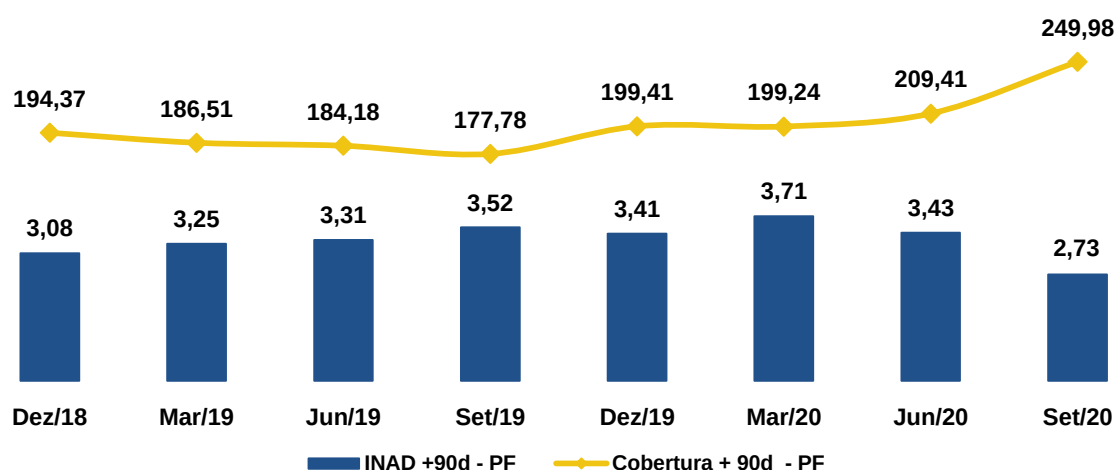
Em relação a setembro/19, houve aumento do percentual das operações classificadas nos níveis de risco de D-H (+R\$ 5,2 bilhões), acompanhado por aumento da provisão de crédito. Nos últimos três trimestres o Banco do Brasil realizou reforços e antecipações prudenciais de PCLD (+R\$ 2,1 bilhões). O Saldo de provisão de crédito PF passou de R\$ 13,1 bilhões para R\$ 15,1 bilhões no mesmo período de comparação.

Figura 42. Carteira de Crédito Classificada PF por Nível de Risco – %

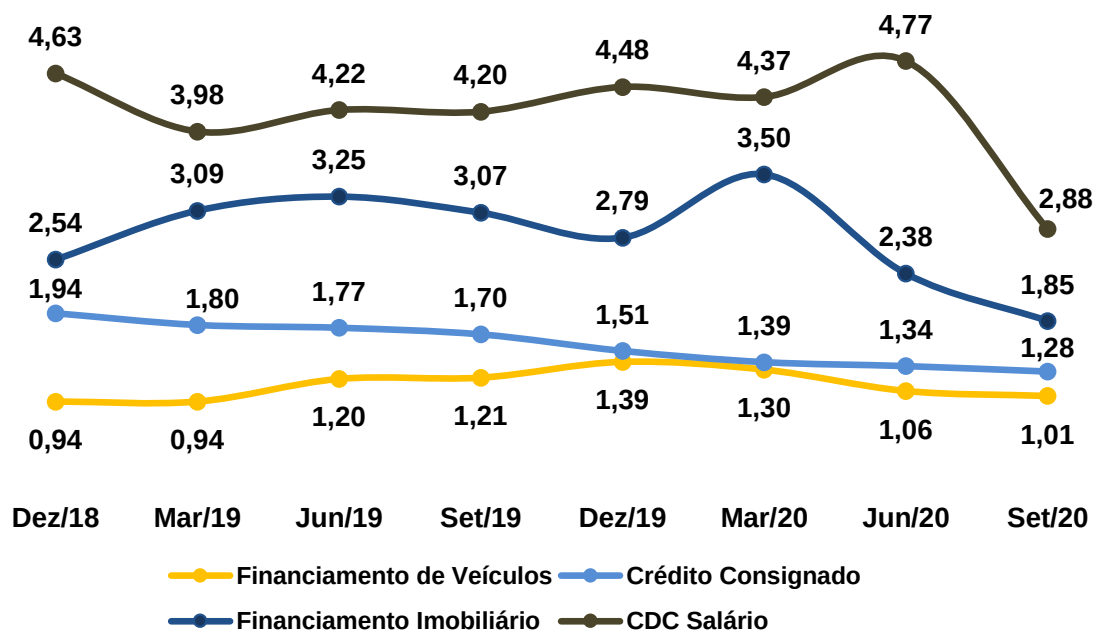


Em relação a junho/20, houve redução das operações em inadimplência com mais de 90 dias, influenciada pelas linhas de consignado e CDC salário e um aumento da cobertura que atingiu 249,98% em setembro/20.

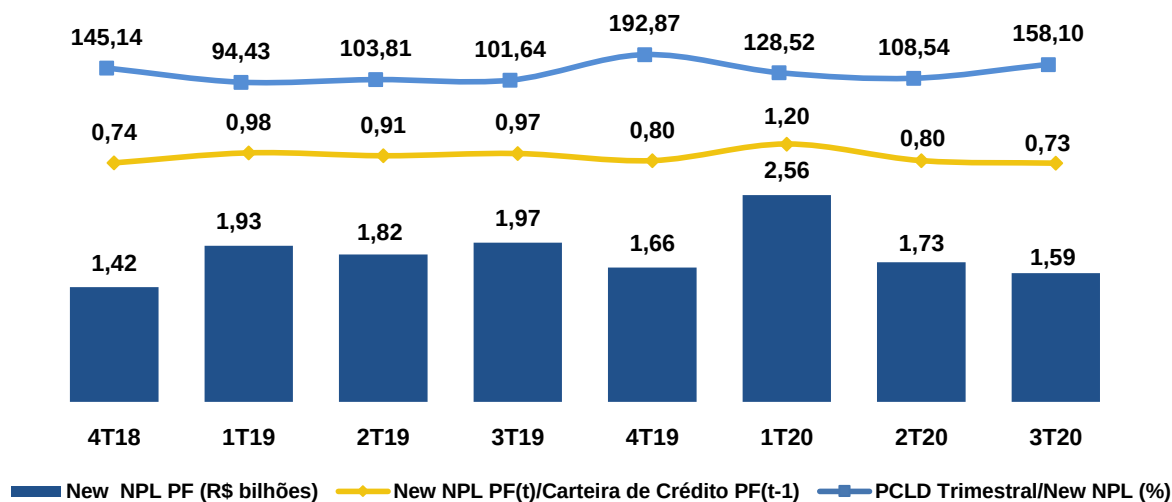
Figura 43. INAD +90d e Cobertura da Carteira Classificada PF – %



Em relação a junho/20, houve redução das operações em inadimplência com mais de 90 dias das principais linhas de crédito PF. A inadimplência das linhas de CDC salário e imobiliário foram impactadas pelo aumento das operações baixadas para perdas.

Figura 44. INAD +90d Carteira Classificada BB PF – em % por Linha de Crédito

O gráfico a seguir detalha a formação da inadimplência da carteira de crédito pessoa física nos últimos oito trimestres. O índice encerrou em 0,73% frente ao 0,80% apresentado no 2T20. A cobertura do New NPL foi de 158,10%.

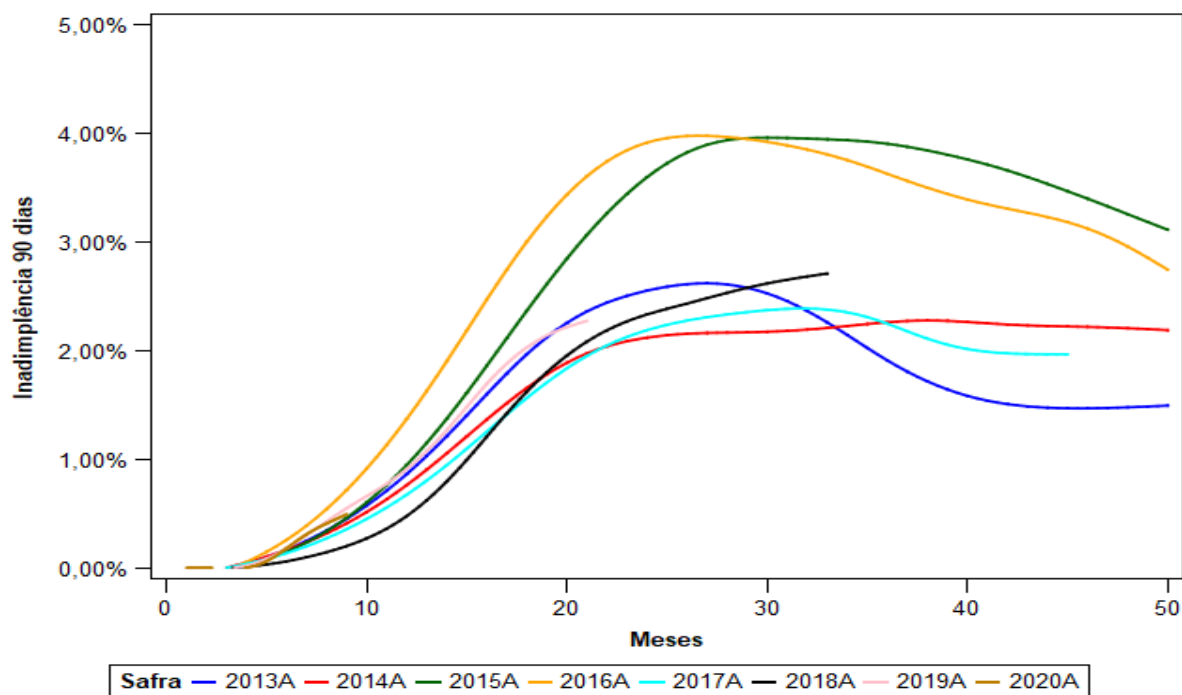
Figura 45. New NPL – Carteira de Crédito Pessoa Física

Acompanhamento por Safras

No gráfico seguinte é apresentado o acompanhamento da inadimplência da Carteira de Crédito de Pessoas Físicas por safras. Essa metodologia proporciona um detalhamento maior e mais próximo da carteira do que os indicadores tradicionais, o que permite avaliar, ao longo do tempo, como se comporta a inadimplência do conjunto de operações contratadas em determinado período.

Para o cálculo da inadimplência são consideradas as operações vencidas há mais de 90 dias. Em relação ao saldo da carteira de crédito pessoa física, ressalta-se que as operações de cheque especial e cartão de crédito são desconsideradas.

O gráfico a seguir traz o acompanhamento de safras na periodicidade anual, o que facilita a visualização e a interpretação dos dados.

Figura 46. Safra Anual – Crédito Pessoa Física

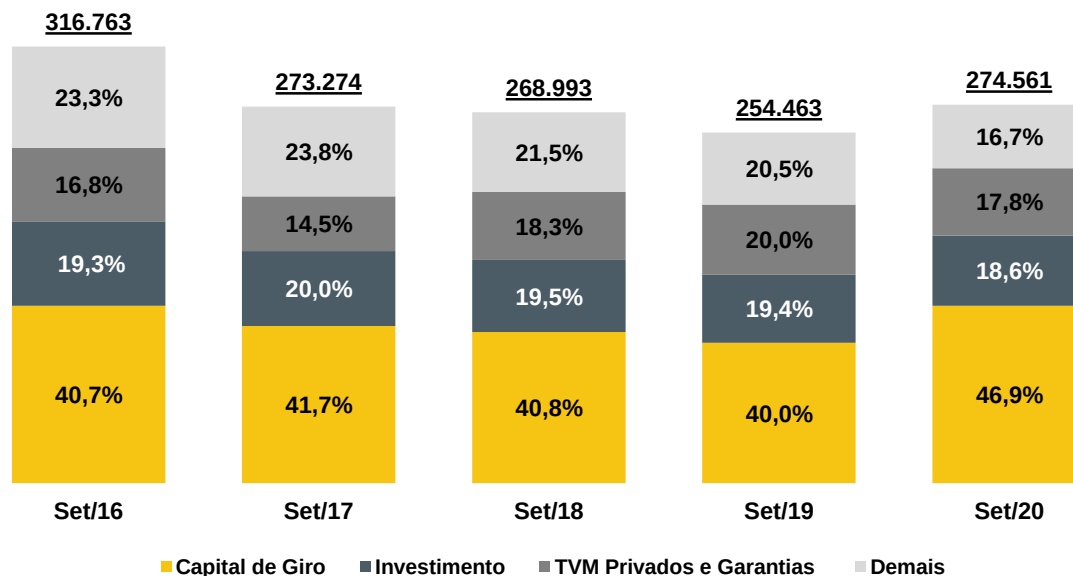
7.2. Carteira de Crédito Pessoa Jurídica

No trimestre, a Carteira de Crédito Pessoa Jurídica Ampliada alcançou o volume de R\$ 274,6 bilhões (+R\$ 3,1 bilhões e +1,2%), com destaque para a linha de Capital de Giro (+R\$ 8,3 bilhões e +6,9%) e para o retorno do crescimento de recebíveis (+R\$ 322,3 milhões e +3,6%).

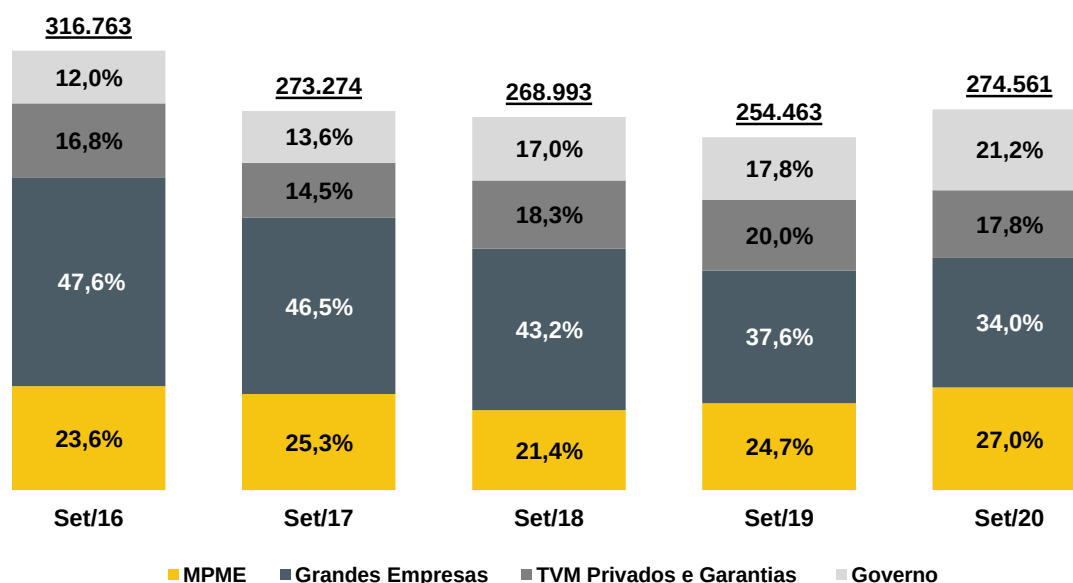
Tabela 62. Carteira de Crédito Pessoa Jurídica – R\$ milhões

	Set/19	Part. %	Jun/20	Part. %	Set/20	Part. %	Var. % s/	
							Set/19	Jun/20
Carteira de Crédito Classificada (a)	203.572	80,0	219.518	80,9	225.702	82,2	10,9	2,8
Capital de Giro Amplo	115.514	45,4	132.516	48,8	140.645	51,2	21,8	6,1
Capital de Giro	101.823	40,0	120.431	44,4	128.728	46,9	26,4	6,9
Recebíveis	11.510	4,5	8.939	3,3	9.261	3,4	(19,5)	3,6
Conta Garantida	1.782	0,7	2.816	1,0	2.355	0,9	32,2	(16,4)
Cheque Especial	399	0,2	330	0,1	300	0,1	(24,8)	(9,0)
Investimento	49.482	19,4	50.598	18,6	50.987	18,6	3,0	0,8
ACC/ACE	16.159	6,4	15.621	5,8	14.073	5,1	(12,9)	(9,9)
Crédito Renegociado	12.844	5,0	13.310	4,9	13.117	4,8	2,1	(1,4)
Cartão de Crédito	2.919	1,1	2.981	1,1	2.690	1,0	(7,9)	(9,8)
Crédito Imobiliário	4.353	1,7	2.495	0,9	2.241	0,8	(48,5)	(10,2)
Demais	2.303	0,9	1.997	0,7	1.949	0,7	(15,4)	(2,4)
TVM Privados e Garantias (b)	50.891	20,0	51.898	19,1	48.859	17,8	(4,0)	(5,9)
Carteira de Crédito Ampliada (a+b)	254.463	100,0	271.416	100	274.561	100,0	7,9	1,2

Podemos observar na figura a seguir a estratégia do BB de crescimento da participação na carteira nas linhas de Capital de Giro (de 40,7% para 46,9%) e de TVM Privados e Garantias (de 16,8% para 17,8%).

Figura 47. Carteira de Crédito Pessoa Jurídica – R\$ milhões

Podemos observar no gráfico de segmentação PJ a estratégia do BB de redução da exposição em MPME até 2018 (21,4% em setembro/18) e crescimento na participação a partir de 2019 (27,0% em setembro/20) e de redução em Grandes Empresas (de 47,6% em setembro/16 para 34,0% em setembro/20).

Figura 48. Segmentação da Carteira Pessoa Jurídica – R\$ milhões

Micro, Pequenas e Médias Empresas

Enquadram-se no segmento micro, pequenas e médias empresas aquelas com faturamento bruto anual de até R\$ 200 milhões.

A carteira MPME encerrou setembro/20 com saldo de R\$ 74,0 bilhões (+ R\$ 7,0 bilhões e +10,5% em relação a junho/20), com destaque para o crescimento nas operações de capital de giro (+R\$ 7,9 bilhões e +24,1%). Do saldo dessa carteira, 95,6% estão aplicados junto aos correntistas com tempo de relacionamento superior a dois anos.

Disponibilizamos em julho a linha de crédito BB Capital de Giro Pronampe Covid-19, desenvolvida com base no Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), programa do Governo Federal destinado ao desenvolvimento e ao fortalecimento dos pequenos negócios. O desembolso foi de aproximadamente R\$ 5,09 bilhões nas primeiras semanas do programa

sendo que mais de 80 mil clientes contrataram a operação. Na segunda fase da liberação do Pronampe, mais de 29 mil empresas se beneficiaram com os R\$ 1,71 bilhão destinados pelo programa ao Banco. A taxa da operação é Selic + 1,25% a.a., sendo que as operações são 100% garantidas pelo Fundo de Garantia de Operações (FGO) até o limite de 85% da carteira. Cabe ressaltar que essa operação possui baixa alocação de capital, sendo 12% o seu Fator de Ponderação de Risco (FPR).

Tabela 63. Carteira de Crédito MPME – R\$ milhões

	Set/19	Part. %	Jun/20	Part. %	Set/20	Part. %	Var. % s/	
							Set/19	Jun/20
Carteira de Crédito Classificada MPME	62.760	100,0	66.977	100,0	74.009	100,0	17,9	10,5
Capital de Giro Amplo	33.225	52,9	37.598	56,1	45.170	61,0	36,0	20,1
Capital de Giro	26.703	42,5	32.753	48,9	40.634	54,9	52,2	24,1
Recebíveis	4.553	7,3	3.316	5,0	3.355	4,5	(26,3)	1,2
Conta Garantida	1.572	2,5	1.201	1,8	882	1,2	(43,9)	(26,5)
Cheque Especial	397	0,6	328	0,5	299	0,4	(24,9)	(9,0)
Investimento	13.188	21,0	13.292	19,8	13.117	17,7	(0,5)	(1,3)
Crédito Renegociado	7.702	12,3	8.329	12,4	8.460	11,4	9,8	1,6
ACC/ACE	3.666	5,8	3.830	5,7	3.364	4,5	(8,2)	(12,2)
Cartão de Crédito	1.985	3,2	1.894	2,8	2.156	2,9	8,6	13,8
Crédito Imobiliário	2.244	3,6	1.424	2,1	1.360	1,8	(39,4)	(4,5)
Demais	751	1,2	610	0,9	382	0,5	(49,1)	(37,4)

Crédito para Governo

O Banco do Brasil apoia os estados, o Distrito Federal e os municípios em suas demandas, no financiamento de programas de investimento voltados à melhoria da qualidade e transparência da gestão pública, mobilidade urbana, saúde, educação e segurança pública, gerando benefícios efetivos para a população e contribuindo para o desenvolvimento do país.

O governo, assim como os demais segmentos, é um importante cliente para os negócios do banco, e assim como o objetivo do Banco era estar próximo aos seus clientes e auxiliá-los nesse momento, com o segmento governo não agimos de forma diferente. No 3T20, foram desembolsados R\$ 1,6 bilhão, em grande parte com garantia do Tesouro, para os estados e municípios para viabilizar despesas de capital e execução de programas de investimentos constantes do plano plurianual dos entes públicos.

Segundo a Circular Bacen nº 3.644/2013, artigo 37, deve ser aplicado o Fator de Ponderação de Risco (FPR) de 0% à parcela de exposição coberta por operações de crédito com garantias prestadas pelo Tesouro Nacional, não havendo assim, comprometimento de capital.

Concentração PJ por Macrossetor

A próxima tabela apresenta a concentração da carteira de crédito PJ e agronegócios PJ, considerando a carteira do Banco Múltiplo, operações com TVM e garantia e carteira externa.

Cada macrossetor é composto por diversos segmentos econômicos correlacionados. A carteira é constituída de acordo com o código de atividade principal no cadastro de cada cliente.

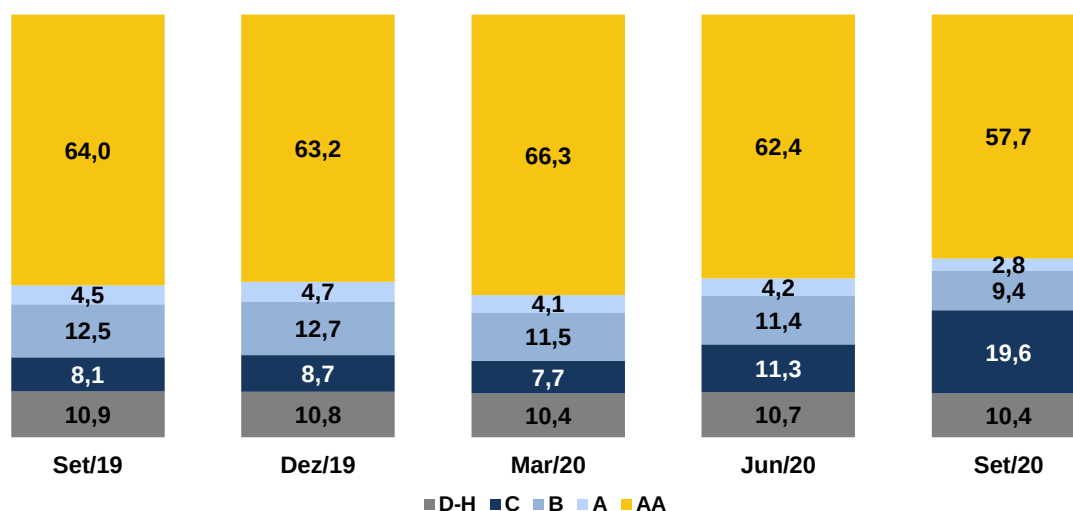
Tabela 64. Macrossetor: Concentração da Carteira PJ e Agro PJ – R\$ milhões¹

	Set/19	Part. %	Jun/20	Part. %	Set/20	Part. %	Var. % s/	
							Set/19	Jun/20
Total	313.438	100,0	329.622	100,0	329.387	100,0	5,1	(0,1)
Administração Pública	45.975	14,7	56.246	17,1	58.957	17,9	28,2	4,8
Agronegócio de Origem Vegetal	32.963	10,5	33.045	10,0	32.591	9,9	(1,1)	(1,4)
Petroleiro	22.916	7,3	28.562	8,7	28.646	8,7	25,0	0,3
Serviços	19.925	6,4	23.249	7,1	26.941	8,2	35,2	15,9
Transportes	22.987	7,3	22.481	6,8	22.641	6,9	(1,5)	0,7
Energia Elétrica	27.076	8,6	19.839	6,0	19.144	5,8	(29,3)	(3,5)
Mineração e Metalurgia	20.356	6,5	19.660	6,0	18.256	5,5	(10,3)	(7,1)
Automotivo	14.306	4,6	19.185	5,8	16.423	5,0	14,8	(14,4)
Comércio Varejista	11.437	3,6	13.080	4,0	13.281	4,0	16,1	1,5
Agronegócio de Origem Animal	12.914	4,1	12.602	3,8	11.325	3,4	(12,3)	(10,1)
Insumos Agrícolas	8.277	2,6	8.005	2,4	7.667	2,3	(7,4)	(4,2)
Imobiliário	9.963	3,2	7.972	2,4	7.953	2,4	(20,2)	(0,2)
Instituições e Serviços Financeiros	9.282	3,0	7.967	2,4	8.463	2,6	(8,8)	6,2
Fornecedores da Construção Civil	7.975	2,5	8.577	2,6	9.026	2,7	13,2	5,2
Eletroeletrônico	6.642	2,1	8.265	2,5	7.898	2,4	18,9	(4,4)
Químico	6.445	2,1	7.044	2,1	6.969	2,1	8,1	(1,1)
Comércio Atacadista e Ind. Diversas	6.237	2,0	6.621	2,0	6.409	1,9	2,8	(3,2)
Têxtil e Confecções	6.089	1,9	6.524	2,0	6.895	2,1	13,2	5,7
Telecomunicações	5.992	1,9	5.212	1,6	4.520	1,4	(24,6)	(13,3)
Papel e Celulose	4.461	1,4	4.337	1,3	4.608	1,4	3,3	6,2
Construção Pesada	4.053	1,3	3.945	1,2	3.414	1,0	(15,8)	(13,5)
Madeireiro e Moveleiro	4.075	1,3	3.891	1,2	4.017	1,2	(1,4)	3,2
Couro e Calçados	1.564	0,5	1.895	0,6	1.947	0,6	24,5	2,8
Bebidas	1.324	0,4	1.310	0,4	1.271	0,4	(3,9)	(2,9)
Demais Atividades	204	0,1	108	0,0	126	0,0	(38,4)	16,2
Carteira de Crédito Interna	231.184		242.684		247.502			
Carteira de Crédito Externa	25.964		27.485		24.720			
Garantias	15.156		19.464		17.914			
TVM	41.134		39.989		39.251			
Total	313.438		329.622		329.387			

(1) A carteira de agronegócio ampliada foi reprocessada a partir de dezembro/18 de forma a incluir o saldo em carteira do (CDCA).

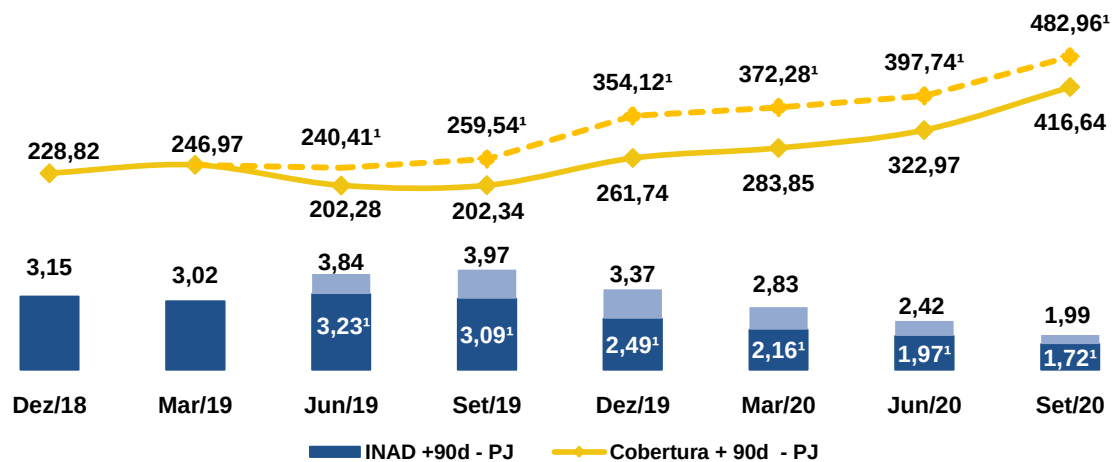
7.2.1. Qualidade do Crédito Pessoa Jurídica

Em relação a setembro/19, houve aumento do percentual das operações classificadas nos níveis de risco de C, acompanhado por aumento da provisão de crédito. O saldo de provisão de crédito PJ passou de R\$ 16,3 bilhões para R\$ 18,7 bilhões no mesmo período de comparação. Nos últimos três trimestres o Banco do Brasil realizou reforços e antecipações prudenciais de PCLD (+R\$ 2,8 bilhões).

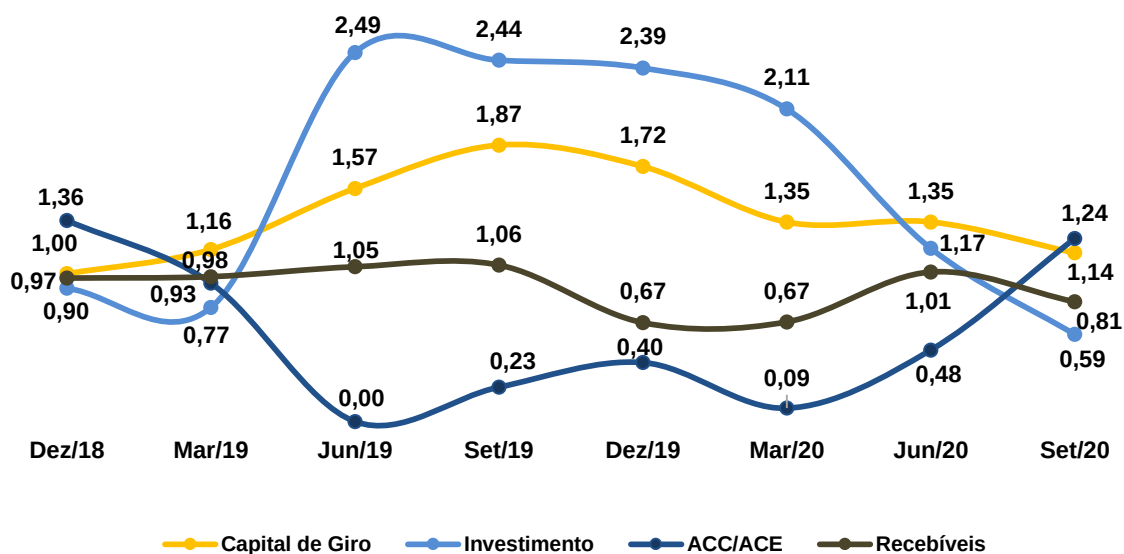
Figura 49. Carteira de Crédito Classificada PJ por Nível de Risco – %

O índice de inadimplência INAD+90d PJ (relação entre as operações vencidas há mais de 90 dias e o saldo da carteira de crédito classificada PJ) mostrou redução frente a junho/20 e alcançou 1,99% em setembro/20, o menor valor desde 2014. Ao desconsiderar o efeito de caso específico, o índice seria de 1,72%. O índice de cobertura foi de 416,64% em setembro/20, o maior valor desde 2014. Ao desconsiderar o efeito de caso específico o índice seria de 482,96%.

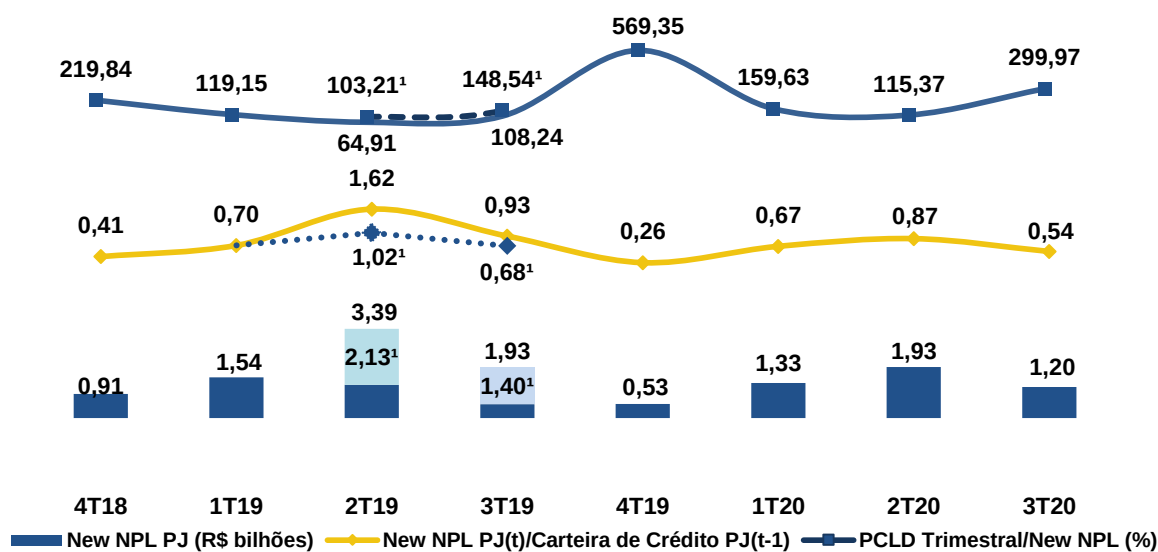
A redução da inadimplência no trimestre foi influenciada pelas ações que o BB implementou para apoiar os clientes no atual cenário, a partir da readequação de seus compromissos financeiros com a realização de prorrogações. Adicionalmente, houve impacto de operações baixadas para perdas, em linha com o movimento de constituição de provisões prudenciais extraordinárias do 4T19.

Figura 50. INAD +90d e Cobertura da Carteira Classificada PJ – %

(1) Simulação excluindo caso específico.

Figura 51. INAD. +90d Carteira Classificada BB PJ – em % por Linha de Crédito

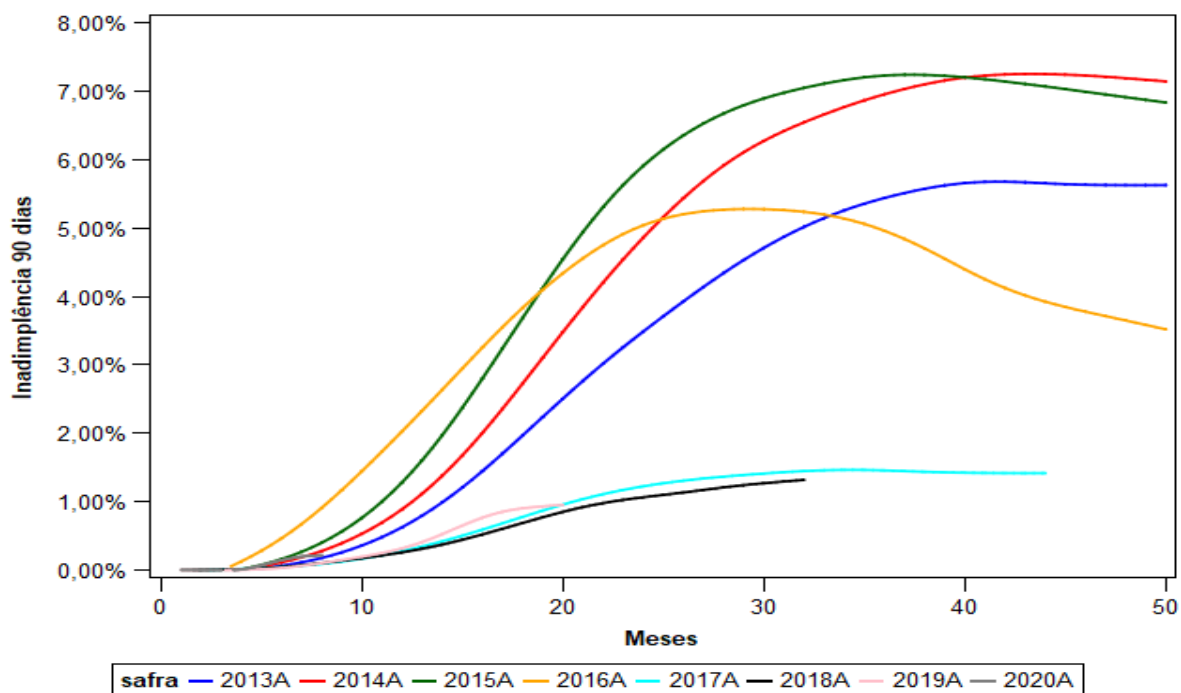
A próxima figura detalha a formação da inadimplência da Carteira de Crédito Pessoa Jurídica nos últimos oito trimestres. O índice encerrou em 0,54% frente ao 0,87% apresentado no 2T20. A cobertura do New NPL foi de 299,97%.

Figura 52. New NPL – Carteira de Crédito Pessoa Jurídica

(1) Simulação excluindo caso específico

O gráfico a seguir traz o acompanhamento de safras de crédito MPME na periodicidade anual, o que facilita a visualização e a interpretação dos dados.

Figura 53. Safra Anual – Carteira MPME



7.3. Carteira de Crédito Agronegócios

No trimestre, a Carteira de Crédito de Agronegócios alcançou o volume de R\$ 185,2 bilhões (+R\$ 2,8 bilhões e +1,5%), com o crescimento do Crédito Rural (+R\$ 3,0 bilhões e +1,8%) e a redução do crédito agroindustrial (-R\$ 212,7 milhões e -1,7%). Ao considerarmos os tipos de itens financiados, o maior crescimento foi em soja (+R\$ 1,5 bilhão e +7,8%), máquinas e implementos (+R\$ 1,0 bilhão e 3,6%) e bovinocultura (+R\$ 858,1 milhões e 1,9%). A redução da comercialização pode ser explicada pela alta no preço dos produtos agropecuários, tornando a venda dos produtos mais atrativa para o mercado, em detrimento à armazenagem.

A carteira de agronegócio ampliada foi reprocessada a partir de dezembro/18 de forma a incluir o saldo em carteira do Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA), um título de crédito nominativo. Com contratação a partir de dezembro/18, a carteira de CDCA atingiu o montante de R\$ 867 milhões no 3º trimestre de 2020.

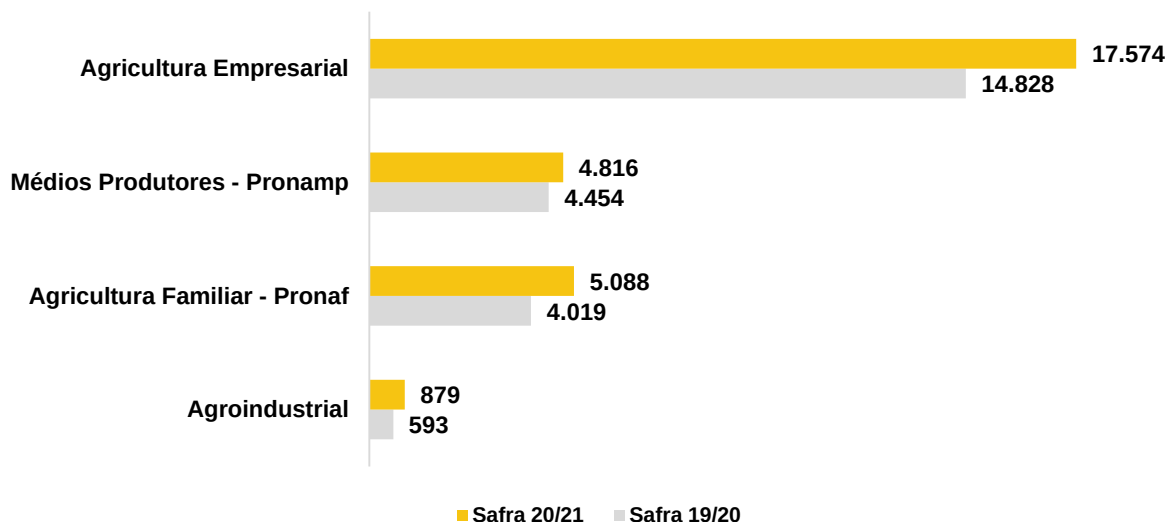
Tabela 65. Carteira de Crédito de Agronegócios¹ – R\$ milhões

	Set/19	Part. %	Jun/20	Part. %	Set/20	Part. %	Var. % s/	
							Set/19	Jun/20
Carteira de Crédito Classificada	178.694	97,7	182.393	97,2	185.166	97,2	3,6	1,5
Crédito Rural	164.317	89,9	169.976	90,6	172.962	90,8	5,3	1,8
Pronaf	42.885	23,5	44.496	23,7	45.252	23,8	5,5	1,7
Custeio Agropecuário	36.142	19,8	41.296	22,0	41.908	22,0	16,0	1,5
Pronamp	22.812	12,5	21.145	11,3	21.349	11,2	(6,4)	1,0
FCO Rural	18.911	10,3	20.824	11,1	21.202	11,1	12,1	1,8
Investimento Agropecuário	16.289	8,9	19.682	10,5	20.989	11,0	28,9	6,6
Programa ABC	8.449	4,6	7.630	4,1	7.926	4,2	(6,2)	3,9
BNDES/Finame Rural	6.453	3,5	6.231	3,3	5.918	3,1	(8,3)	(5,0)
Comercialização Agropecuária	8.948	4,9	5.065	2,7	4.807	2,5	(46,3)	(5,1)
Demais	3.428	1,9	3.607	1,9	3.610	1,9	5,3	0,1
Crédito Agroindustrial	14.377	7,9	12.417	6,6	12.204	6,4	(15,1)	(1,7)
Cédula de Produto Rural e Garantias	3.850	2,1	4.438	2,4	4.419	2,3	14,8	(0,4)
Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	289	0,2	857	0,5	867	0,5	200,5	1,1
Carteira de Crédito Ampliada	182.832	100,0	187.689	100	190.453	100,0	4,2	1,5

(1) A carteira de agronegócio ampliada foi reprocessada a partir de dezembro/18 de forma a incluir o saldo em carteira do (CDCA).

No primeiro trimestre da safra 2020/2021 (3º trimestre de 2020), o Banco do Brasil desembolsou R\$ 28,4 bilhões em operações de crédito rural, com posição final de setembro/2020. A figura seguinte mostra o comparativo do desembolso na safra 19/20 com o mesmo período da safra 20/21, detalhando o segmento do cliente.

Figura 54. Desembolsos por Segmento do Crédito Rural – R\$ milhões



Mitigadores de Risco

O Banco do Brasil estimula a vinculação de mecanismos mitigadores de risco à contratação das operações de custeio agrícola. Seja com a adesão ao Proagro ou a outro tipo de proteção contra intempéries climáticas, a estratégia é aperfeiçoada a cada nova safra, inclusive com a oferta massificada de opções e outros mecanismos, como por exemplo, o Seguro Faturamento.

A estratégia de mitigação considera diversas informações das operações demandadas pelos clientes, como o risco da atividade, a cultura a ser financiada e o local do financiamento. Essas informações permitem direcionar o mecanismo de proteção (seguro agrícola/Proagro ou opções) mais adequado ao perfil de risco de cada operação.

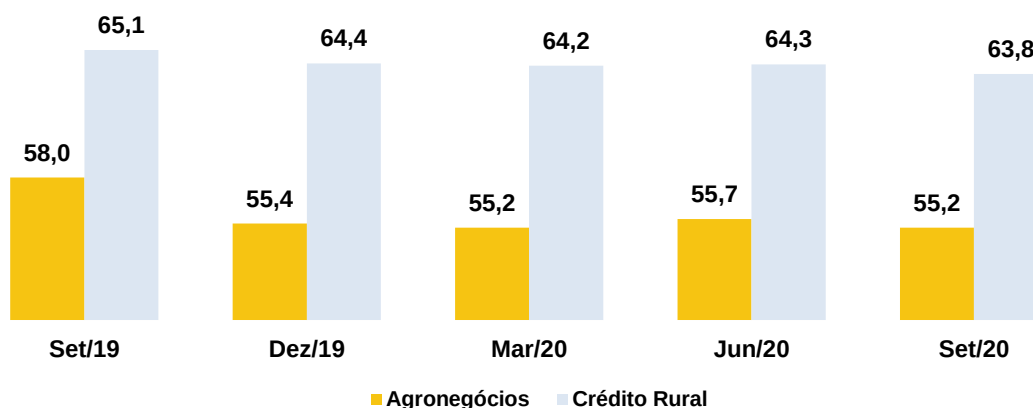
A tabela seguinte mostra o histórico recente de utilização de mitigadores de risco na contratação de operações de custeio agrícola, para as respectivas safras.

Tabela 66. Distribuição de Mitigadores no Custeio Agrícola – R\$ milhões

	Safra 18/19	Part. %	Safra 19/20	Part. %	Safra 20/21	Part. %
Custeio Agrícola	10.894	100,0	11.379	100,0	14.022	100,0
Total com Mitigador	6.106	56,0	6.855	60,2	8.423	60,1
Seguro Agrícola	3.633	33,3	4.512	39,7	6.578	46,9
Proagro	2.318	21,3	2.259	19,9	1.844	13,2
Proteção de Preço	155	1,4	84	0,7	1	0,0
Sem Mitigador	4.788	44,0	4.524	39,8	5.599	39,9

Os riscos assumidos em decorrência da contratação de seguro agrícola da safra 20/21 foram distribuídos da seguinte forma: 48,0% para o IRB Brasil Resseguros, 24,0% para Mapfre Re, 20,0% para a Brasilseg e 8,0% para a Munich Re.

O Banco mantém-se historicamente como o principal agente financeiro do agronegócio no país, contribuindo de forma expressiva para o atendimento da demanda de crédito do segmento. Conforme dados do Banco Central do Brasil, o BB detém 55,2% de participação nos financiamentos destinados ao setor, com posição em setembro/20. Se forem consideradas somente as operações de crédito rural, a participação do BB é de 63,8%.

Figura 55. Participação do BB nos Agronegócios e no Crédito Rural – %

A distribuição das operações de agronegócios por região do País mostra a participação de cada uma delas no desempenho do crédito.

Tabela 67. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios por Região – %

	Crédito Rural	Agroindustrial	Total
Centro-Oeste	32,5	8,6	30,9
Sudeste	24,3	74,5	27,6
Sul	26,0	13,6	25,2
Nordeste	9,0	2,5	8,6
Norte	8,1	0,9	7,6

Títulos do Agronegócio

O cenário macroeconômico de controle da inflação e redução da taxa Selic proporcionou uma redução da demanda por recursos subsidiados do crédito rural e um aumento das operações estruturadas por meio do mercado de capitais. Adicionalmente, as operações contratadas com taxas de juros mais altas e prazos mais curtos podem ser substituídas por adiantamentos dos pagamentos a receber, como por exemplo a Cédula de Produto Rural (CPR) e o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA). Entre Março/19 e Setembro/20, enquanto a taxa Selic reduziu de 6,5% a.a para 2% a.a. os títulos do agronegócio CPR e CDCA cresceram de R\$ 2,8 bilhões para R\$ 5,3 bilhões (+88,0%). Essa tendência deve se acentuar na safra 20/21.

Cédula de Produto Rural (CPR)

A CPR possibilita ao cliente gerar recursos financeiros com lastro em produção agropecuária pendente ou colhida. É um instrumento que tem ganhado importância no mercado de agronegócio por conta de suas vantagens e flexibilidade, podendo ser utilizado para aquisição de produtos e insumos, financiamento de produção e prestação de garantia, entre outras. Em junho/17 a CPR foi incluída no rol de ativos passíveis de cumprimento da exigibilidade a taxas controladas das captações em Letra de Crédito do Agronegócio (LCA). Em agosto/18, o BB lançou a emissão da CPR Digital para o produtor rural pessoa física. O cliente pode emitir o título de forma rápida e fácil pelo celular. Os produtos atualmente abrangidos pela CPR são o algodão em pluma, o boi gordo, o café, a cana-de-açúcar, o milho e a soja. Na safra 20/21 foi desembolsado R\$ 1,6 bilhão em CPR, sendo que 80% dos contratos foram formalizados pelo celular. A CPR não honrada pelo emitente passa a ser uma operação de crédito, a ter risco de crédito e a impactar o índice de inadimplência da carteira.

Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA)

O CDCA é um instrumento eficiente de ajuda aos setores do agronegócio, com liberação de recursos para financiar toda a cadeia produtiva. Pode ser emitido por agroindústrias, cooperativas de produtores rurais e outras pessoas jurídicas, que exerçam atividade de comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos e insumos agropecuários ou de máquinas e implementos utilizados na produção agropecuária. O CDCA traz a possibilidade de as empresas anteciparem seus fluxos de caixa, porque utiliza como lastro as vendas já negociadas dos produtos agropecuários ou a aquisição antecipada de produtos. Iniciamos a aquisição desses títulos no final de 2018 e o trabalho de

disseminação do conceito do título, junto aos possíveis emissores em 2019, levou a um aumento da procura em 2020, ganhando relevância.

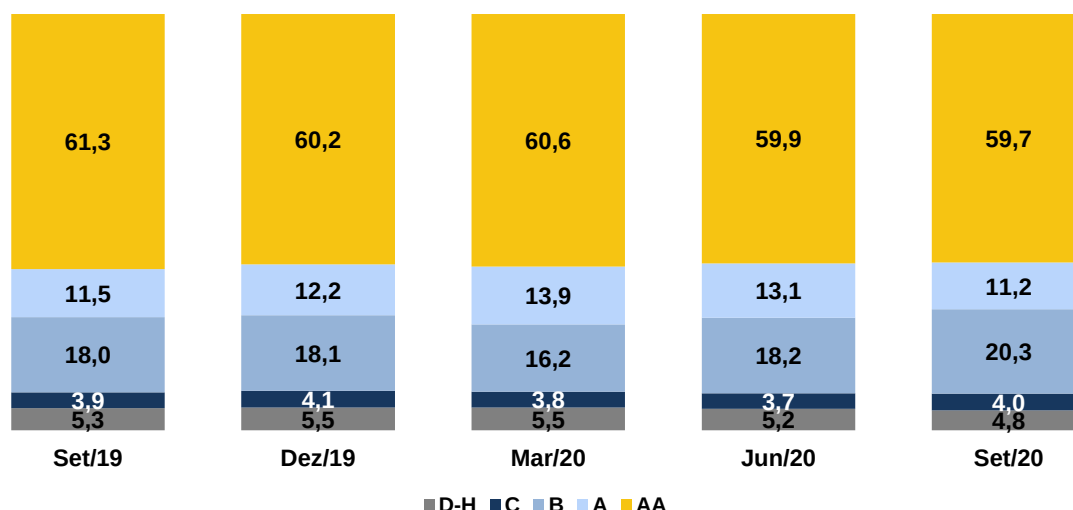
Programa ABC

Incentivamos a utilização de técnicas agrícolas sustentáveis que contribuam para melhorar a renda, reduzir as emissões de gases de efeito estufa e preservar os recursos naturais. Somos pioneiros na operacionalização do Programa Agricultura de Baixo Carbono (Programa ABC). O Programa objetiva financiar sistemas sustentáveis de produção agropecuária, com capacidade reconhecida de reduzir/sequestrar emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), e promover a produção de vegetação/biomassa, a produção de alimentos, o aumento da produtividade e renda e a preservação do meio ambiente. Desde 2011 até setembro de 2020, alcançamos mais de R\$ 16 bilhões em contratações nessa linha.

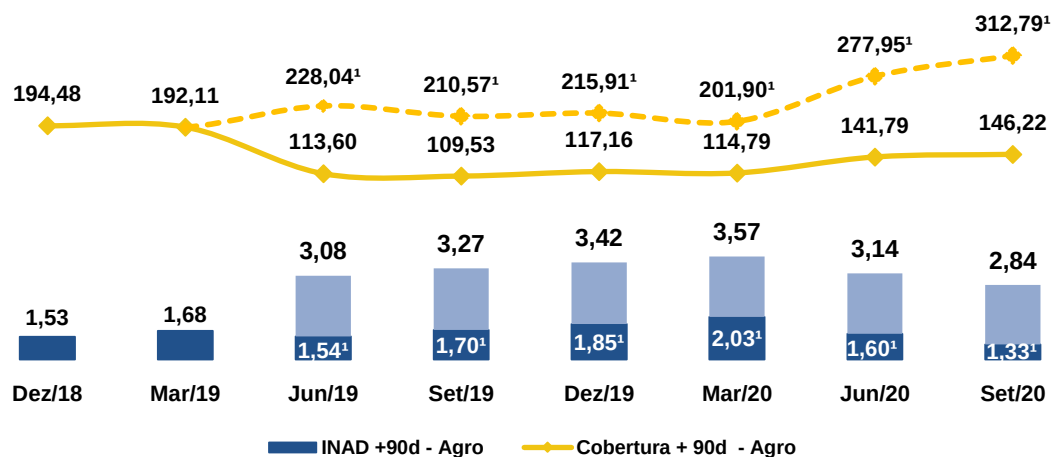
7.3.1. Qualidade do Crédito Agronegócios

Em relação a setembro/19 houve crescimento do nível de risco B e redução do nível de risco D-H. Neste período, o saldo de provisão aumentou de R\$ 6,4 bilhões para R\$ 7,7 bilhões.

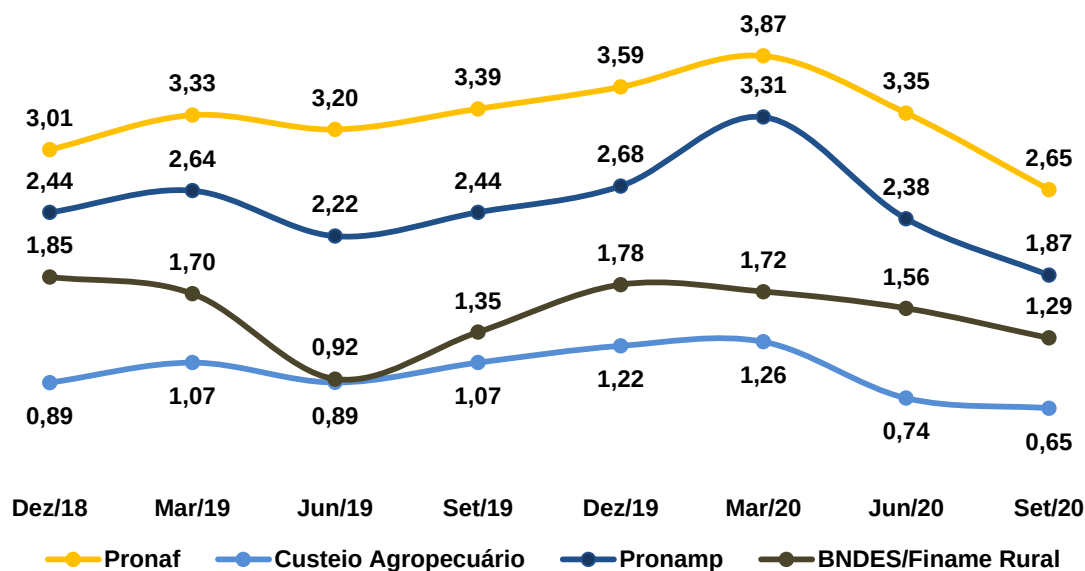
Figura 56. Carteira de Crédito Classificada de Agronegócios por Nível de Risco – %



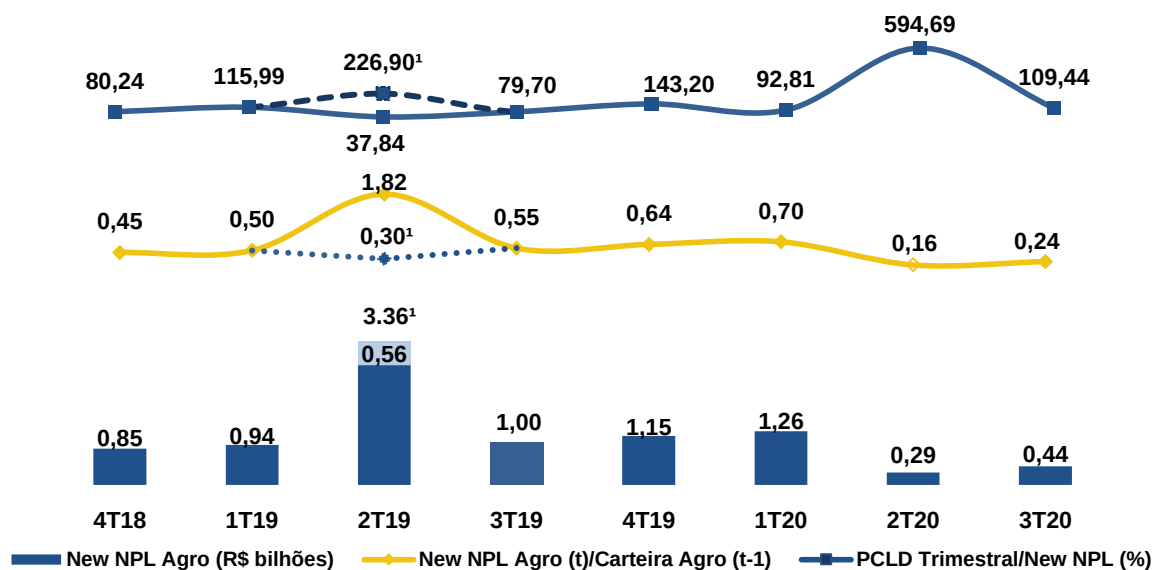
O gráfico a seguir detalha a formação da inadimplência da Carteira de Crédito do Agronegócio nos últimos oito trimestres. A inadimplência foi de 2,84% no trimestre (1,33% sem caso específico), enquanto a cobertura foi de 146,22% (312,79% sem caso específico). Considerando o saldo de CPR, pois o título não honrado pelo emitente passa a ser uma operação de crédito, a inadimplência seria de 2,78% e de 1,32% desconsiderando um caso específico.

Figura 57. INAD +90d e Cobertura da Carteira Classificada Agro – %

(1) Simulação excluindo caso específico

Figura 58. INAD. +90d Carteira Classificada Agronegócios – em % por Linha de Crédito

A próxima figura detalha a formação da inadimplência da Carteira de Crédito do Agronegócio nos últimos oito trimestres. O índice encerrou em 0,24% frente ao 0,16% apresentado no 2T20. A cobertura do New NPL foi de 109,44%.

Figura 59. New NPL – Carteira de Crédito do Agronegócio

(1) Simulação excluindo caso específico.

Operações Prorrogadas e Não Prorrogadas

O risco médio da carteira é influenciado pelas operações prorrogadas. A Resolução CMN nº 2.682/99, que disciplina a classificação de risco e constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, estabelece a manutenção do risco das operações renegociadas no nível de risco observado à época da renegociação. Em função desta regra, as operações renegociadas majoram o risco médio da Carteira de Crédito.

Tabela 68. Operações Prorrogadas e Não Prorrogadas do Agronegócio – R\$ milhões

	Operações Não Prorrogadas ¹			Operações Prorrogadas ¹		
	Saldo	Provisão Requerida	Atraso 90	Saldo	Provisão Requerida	Atraso 90
AA	106.698	0	0	3.027	0	0
A	19.342	108	0	1.368	8	0
B	34.588	405	0	3.222	42	0
C	5.757	240	55	1.847	76	8
D	603	53	115	577	61	21
E	552	97	192	611	182	58
F	283	141	195	349	175	63
G	290	203	224	279	195	82
H	1.891	1.832	1.280	3.881	3.880	2.972
Total	170.004	3.079	2.060	15.162	4.620	3.205
AA-C	166.385	752	55	9.465	126	8
D-H	3.620	2.326	2.005	5.697	4.494	3.197

(1) As operações em atraso no nível AA referem-se a crédito com risco de terceiros.

8 – Captações

8.1. Captações Comerciais e Institucionais

O montante de captações comerciais cresceu 1,6% em relação a Jun/20, influenciado principalmente pelo desempenho dos depósitos de poupança e dos depósitos à vista. Na comparação em 12 meses, o aumento de 12,4% foi influenciado pelo crescimento dos depósitos de poupança, a prazo e à vista, parcialmente compensados pela queda em Letras de Crédito do Agronegócio.

Tabela 69. Captações Comerciais – R\$ milhões

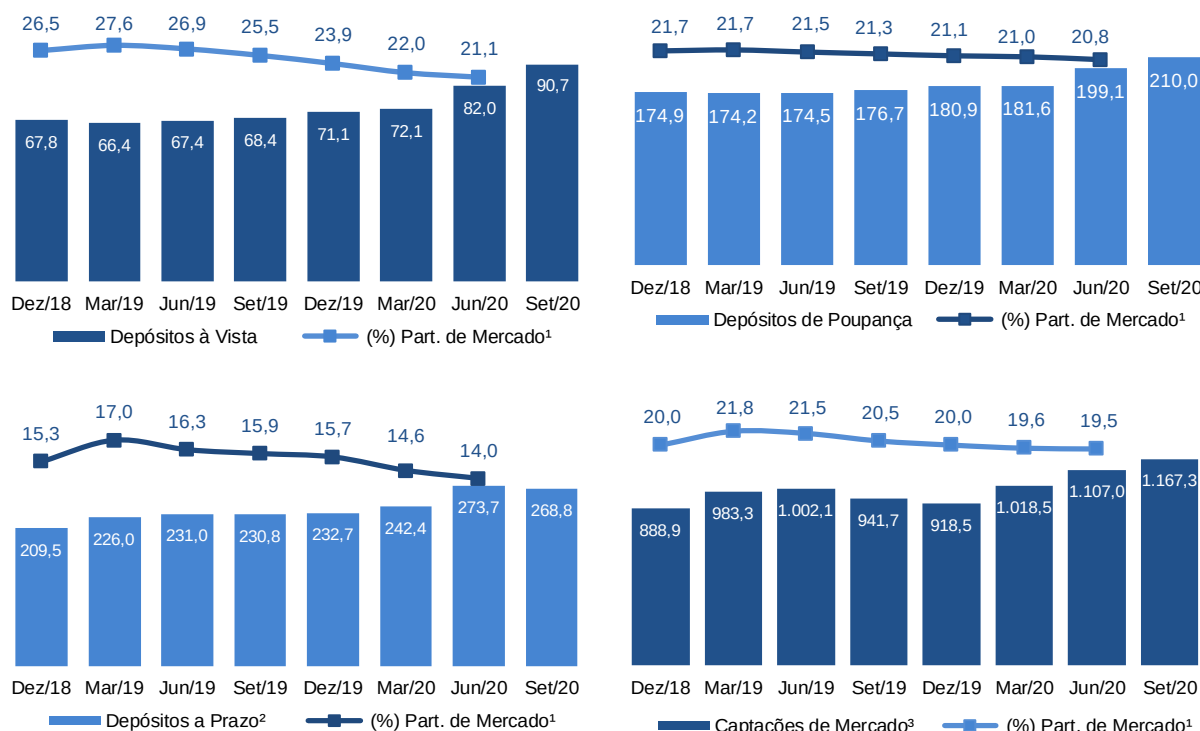
	Set/19	Part. %	Jun/20	Part. %	Set/20	Part. %	Var. (%)	
							Set/19	Jun/20
Captações Comerciais	618.872	100,0	684.147	100,0	695.367	100,0	12,4	1,6
Depósitos de Poupança	176.724	28,6	199.135	29,1	210.009	30,2	18,8	5,5
Depósitos Judiciais	156.764	25,3	164.810	24,1	160.233	23,0	2,2	(2,8)
Depósitos a Prazo ¹	74.249	12,0	109.222	16,0	108.916	15,7	46,7	(0,3)
Depósitos à Vista	68.433	11,1	81.998	12,0	90.715	13,0	32,6	10,6
Letras de Crédito do Agronegócio	82.222	13,3	74.526	10,9	73.352	10,5	(10,8)	(1,6)
Depósitos Interfinanceiros	32.512	5,3	30.511	4,5	28.280	4,1	(13,0)	(7,3)
Letras de Crédito Imobiliário ³	15.492	2,5	13.296	1,9	12.524	1,8	(19,2)	(5,8)
Oper. Compromissadas c/ Tit. Privados ²	12.478	2,0	10.649	1,6	11.338	1,6	(9,1)	6,5

(1) Inclui o saldo de Outros Depósitos constante das Notas Explicativas.

(2) Inclui parte dos saldos de Títulos Privados constante das Notas Explicativas.

(3) Inclui o saldo de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI).

Figura 60. Participação de Mercado das Captações do BB – R\$ bilhões



(1) As informações sobre participação de mercado no SFN são provenientes de relatórios do Bacen "Dados Seleccionados de Entidades Supervisionadas", disponível em < <https://www3.bcb.gov.br/infdata/#> >. Posição: Junho de 2020.

(2) Inclui os depósitos judiciais.

(3) Considera depósitos totais e captações no mercado aberto. Série histórica atualizada pelo Bacen.

A tabela a seguir mostra o saldo das captações institucionais do BB, que consistem, em sua maioria, nas emissões de títulos adquiridos por investidores institucionais.

Tabela 70. Captações Institucionais – R\$ milhões

	Set/19	Part. %	Jun/20	Part. %	Set/20	Part. %	Var. (%)	
							Set/19	Jun/20
Captações Institucionais	201.576	100,0	215.378	100,0	216.692	100,0	7,5	0,6
Op. de Emp., Cessões e Repasses	108.317	53,7	105.905	49,2	105.232	48,6	(2,8)	(0,6)
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	35.636	17,7	42.751	19,8	44.536	20,6	25,0	4,2
Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	31.080	15,4	40.951	19,0	41.785	19,3	34,4	2,0
Letras Financeiras	14.325	7,1	9.566	4,4	8.677	4,0	(39,4)	(9,3)
Dívida Subordinada no Exterior	12.219	6,1	16.205	7,5	16.463	7,6	34,7	1,6

As tabelas a seguir apresentam os saldos das captações no exterior (por modalidade e produto).

Tabela 71. Captações Comerciais no Exterior – Modalidade – US\$ milhões

	Set/19	Part. %	Jun/20	Part. %	Set/20	Part. %	Var. (%)	
							Set/19	Jun/20
Captações no Exterior	33.652	100,0	31.703	100,0	29.518	100,0	(12,3)	(6,9)
Títulos de Renda Fixa e Cert. de Depósitos	15.394	45,7	15.263	48,1	15.188	51,5	(1,3)	(0,5)
Depósitos e Empréstimos Interbancários	11.248	33,4	8.127	25,6	6.578	22,3	(41,5)	(19,1)
Pessoa Jurídica	3.516	10,4	4.794	15,1	4.232	14,3	20,4	(11,7)
Pessoa Física	3.095	9,2	3.231	10,2	3.234	11,0	4,5	0,1
Compromissadas	327	1,0	242	0,8	242	0,8	(26,0)	0,2
Special Account	71	0,2	46	0,1	44	0,1	(38,1)	(4,3)

As captações no exterior de depósitos à vista, a prazo e de poupança, compõem o saldo das captações comerciais do BB.

Tabela 72. Captações Comerciais no Exterior – Produto – US\$ milhões

	Set/19	Part. %	Jun/20	Part. %	Set/20	Part. %	Var. (%)	
							Set/19	Jun/20
Captações no Exterior	33.652	100,0	31.703	100,0	29.518	100,0	(12,3)	(6,9)
Títulos de Renda Fixa e Cert. de Depósitos	15.394	45,7	15.263	48,1	15.188	51,5	(1,3)	(0,5)
Depósitos a Prazo	9.055	26,9	8.564	27,0	6.916	23,4	(23,6)	(19,2)
Empréstimos	4.480	13,3	3.554	11,2	3.037	10,3	(32,2)	(14,5)
Depósitos à Vista	1.973	5,9	2.323	7,3	2.384	8,1	20,8	2,6
Depósitos de Poupança	1.085	3,2	1.183	3,7	1.073	3,6	(1,1)	(9,3)
Call Account	773	2,3	203	0,6	225	0,8	(70,9)	10,9
Compromissadas	327	1,0	242	0,8	242	0,8	(26,0)	0,2
Pledge	312	0,9	61	0,2	60	0,2	(80,7)	(1,1)
Over	180	0,5	265	0,8	348	1,2	93,8	31,4
Special Account	71	0,2	46	0,1	44	0,1	(38,1)	(4,3)

Fontes e Usos

Os indicadores apresentados na tabela a seguir demonstram a relação entre as fontes de captação e as aplicações dos recursos no Banco do Brasil. O BB busca diversificar suas fontes de captação, oferecendo alternativas atrativas aos clientes e que representem redução dos custos de captação para o Banco.

A carteira de crédito continua sendo o principal destino dos recursos captados com participação de 76,7% do total de usos. A tabela também apresenta o indicador carteira de crédito líquida ajustada sobre captações comerciais, que desconsidera o crédito com natureza de repasse.

Mais informações sobre a liquidez do Banco podem ser encontradas no Relatório de Gerenciamento de Riscos do BB (RGR), disponível em <https://ri.bb.com.br/>.

Tabela 73. Fontes e Usos – R\$ milhões

	Set/19	Part. %	Jun/20	Part. %	Set/20	Part. %	Var. (%)	
							Set/19	Jun/20
Fontes	778.433	100,0	852.049	100,0	867.228	100,0	11,4	1,8
Captações Comerciais	618.872	79,5	684.147	80,3	695.367	80,2	12,4	1,6
Depósitos Totais	508.681	65,3	585.676	68,7	598.152	69,0	17,6	2,1
LCA + LCI	97.713	12,6	87.822	10,3	85.877	9,9	(12,1)	(2,2)
Op. Compromissadas com Títulos Privados ¹	12.478	1,6	10.649	1,2	11.338	1,3	(9,1)	6,5
Obrigações por Repasses no País	62.207	8,0	58.573	6,9	57.215	6,6	(8,0)	(2,3)
Dívida Subordinada	50.570	6,5	51.307	6,0	50.953	5,9	0,8	(0,7)
Obrigações no Exterior ²	50.376	6,5	61.122	7,2	59.223	6,8	17,6	(3,1)
IHCD	35.636	4,6	42.751	5,0	44.536	5,1	25,0	4,2
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	16.772	2,2	20.929	2,5	21.614	2,5	28,9	3,3
Demais Letras Bancárias ³	5.271	0,7	807	0,1	538	0,1	(89,8)	(33,4)
Depósitos Compulsórios	(61.273)	(7,9)	(67.587)	(7,9)	(62.217)	(7,2)	1,5	(7,9)
Usos	778.433	100,0	852.049	100,0	867.228	100,0	11,4	1,8
Carteira de Crédito Líquida (a)	630.436	81,0	655.356	76,9	664.776	76,7	5,4	1,4
Carteira de Crédito Classificada	626.090	80,4	657.212	77,1	668.036	77,0	6,7	1,6
TVM Privados	40.967	5,3	39.820	4,7	39.090	4,5	(4,6)	(1,8)
Provisão para Risco de Crédito	(36.621)	(4,7)	(41.677)	(4,9)	(42.350)	(4,9)	15,6	1,6
Recursos Disponíveis	147.997	19,0	196.693	23,1	202.452	23,3	36,8	2,9
Linhas de Repasse no País (b)	108.504	13,9	105.948	12,4	105.295	12,1	(3,0)	(0,6)
Carteira de Crédito Líquida Ajustada (a) - (b)	521.932	67,0	549.408	64,5	559.481	64,5	7,2	1,8
Indicadores - %								
Carteira de Crédito Líquida / Depósitos Totais	123,94		111,90		111,14			
Carteira de Crédito Líquida / Captações Comerciais	101,87		95,79		95,60			
Cart. de Crédito Lq. Ajustada / Captações Comerciais	84,34		80,31		80,46			
Carteira de Crédito Líquida / Fontes	80,99		76,92		76,66			

(1) Inclui parte dos saldos de títulos privados constante das Notas Explicativas.

(2) Inclui obrigações por TVM no exterior, empréstimos no exterior e obrigações por repasses no exterior.

(3) Inclui letras financeiras e debêntures.

A próxima tabela apresenta os títulos de renda fixa vigentes emitidos pelo Banco do Brasil no mercado internacional de capitais.

O Banco informou no dia 20/10/2020 que exerceu a opção de recompra total do título de dívida perpétuo emitido em 2009 (Banbra 8,5%), vigente sob as regras de Basileia II. A recompra será feita por 100% do seu valor de face, acrescido dos juros incorridos e não pagos até esta data.

Tabela 74. Emissões Vigentes no Exterior

Data de Emissão	Data Vencimento	Call Date	Volume Emitido (US\$ mil)	Saldo Atual (US\$ mil)	Cupom (%) Freq. ¹	Preço de Emissão	Retorno Invest. (%)	Spread s/ Treasury	Moeda Emissão	Rating S&P/Moody's/Fitch
20/10/2009	PERPÉTUO	20/10/2020	1.500.000	851.012	8,500 S	100,00	8,50	518,8	USD	SR / B2 / SR
05/10/2010	15/01/2021		660.000	660.000	5,375 S	99,32	5,46	300	USD	SR / Ba3 / SR
26/05/2011	26/01/2022		1.500.000	1.490.000	5,875 S	98,70	6,04	287,5	USD	SR / Ba3 / SR
20/01/2012	PERPÉTUO	15/04/2023	1.000.000	535.950	9,250 S	100,00	9,25	732,7	USD	CCC+ / SR / SR
05/03/2012	PERPÉTUO	15/04/2023	750.000	750.000	9,250 S	108,50	8,49	-	USD	CCC+ / SR / SR
19/06/2012	19/01/2023		750.000	741.115	5,875 S	99,02	6,00	434,1	USD	B- / Ba3 / SR
10/10/2012	10/10/2022		1.925.000	1.809.700	3,875 S	98,98	4,00	237,5	USD	BB- / Ba2 / BB-
31/01/2013	PERPÉTUO	15/04/2024	2.000.000	1.950.000	6,250 S	100,00	6,25	439,8	USD	CCC+ / SR / SR
18/06/2014	PERPÉTUO	18/06/2024	2.500.000	2.150.000	9,000 S	100,00	9,00	636,2	USD	CCC+ / B2 / SR
23/10/2017	15/01/2025		1.000.000	1.000.000	4,625 S	99,55	4,70	250,9	USD	BB- / Ba2 / BB-
19/04/2018	19/04/2023		750.000	750.000	4,875 S	100,00	4,88	219,9	USD	BB- / Ba2 / BB-
20/03/2019	20/03/2024		750.000	750.000	4,750 S	100,00	4,75	232	USD	BB- / Ba2 / SR
02/07/2019	15/06/2026		200.000	200.000	3,70 T	100,00	3,70	ND	USD	BBB
02/07/2019	15/06/2024		100.000	100.000	1,20 + 3mL T	100,00	1,20 + 3mL	ND	USD	BBB
02/07/2019	15/06/2024		100.000	100.000	1,20 + 3mL T	100,00	1,20 + 3mL	ND	USD	BBB

(1) A: anual; S: semestral; T: trimestral.

9 – Assessoria em Investimentos

9.1. Estrutura para investimentos no Varejo

O mercado de investimentos brasileiro passou por grandes transformações nos últimos anos que alteraram a dinâmica de atuação de investidores, bancos e corretoras. As consecutivas reduções de taxa Selic, que atingiu o menor patamar histórico, a entrada de outros competidores no mercado, como as *fintechs* e boutiques de investimento e a mudança do comportamento do investidor, mais foram os principais motivadores dessas transformações.

O Banco do Brasil está atento a esse movimento do mercado. Em junho de 2017, uma nova estrutura foi criada, a Unidade Captação e Investimentos (UCI), com o objetivo de centralizar as soluções de portfólio de investimentos aos clientes varejo pessoas físicas e de mais alta renda (Estilo), bem como atuar em diversos processos relacionados aos clientes com perfil investidor, como: *suitability*, estratégia de alocação, estratégia de distribuição, assessoria, inovação e indução.

Os benefícios envolvem melhoria da experiência e da satisfação dos clientes com as soluções de assessoria especializada em investimentos, a rentabilização e fidelização dos investidores por meio da oferta qualificada e centralizada, aderente às necessidades e ao perfil de cada investidor, a ampliação da base de clientes investidores, incremento das receitas de forma sustentável e a diversificação das fontes de *funding* do Conglomerado.

9.1.1. Foco no cliente, qualidade e sustentabilidade das ações

O foco na assessoria em investimentos aperfeiçoou o modelo de indução de força de vendas e das métricas dos resultados atingidos, de modo a privilegiar os interesses e objetivos dos clientes, e assim promover resultados sustentáveis. Os gerentes de relacionamento e especialistas são avaliados por indicadores que mensuram a satisfação dos clientes e o saldo total aplicado, independentemente de quais produtos os clientes estejam contratando, o que reforça a visão centralizada no investidor e a isenção dos funcionários nas recomendações de investimentos.

Portfólio com características socioambientais

A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliário do BB (BB DTVM) reafirma o compromisso com as boas práticas sociais, ambientais e de governança (ASG), e continua avançando na geração de negócios sustentáveis.

Em junho de 2020, adotou a Diretriz de Investimento Responsável, que orienta a gestora nos critérios e procedimentos que devem ser utilizados para assegurar as melhores práticas no emprego do investimento responsável, incluindo os processos para avaliar, selecionar e engajar companhias, considerando os aspectos de ASG.

E esse é um caminho que já vem sendo traçado há pelo menos 10 anos:

- › Em 2010, se tornou signatária dos *Principles for Responsible Investment – PRI*;
- › Em 2016, aderiu ao Código Amec de Princípios e Deveres dos Investidores Institucionais – *Stewardship*;
- › Em 2018, assinou os Princípios de Empoderamento das Mulheres (*Women’s Empowerment Principals – WEPS*); e,
- › Em 2018, foi a primeira gestora a lançar um fundo com a temática da equidade de gênero no Brasil.

Atualmente a BB DTVM administra oito fundos de investimento com características socioambientais. A tabela a seguir detalha o saldo dos recursos administrados.

Tabela 75. Gestão de Fundos de Investimento com Características Socioambientais (R\$ milhões)

	Set/19	Jun/20	Set/20	Var. (%)	
				Set/19	Jun/20
Total	1.539	1.702	1.924	25,1	13,1
BB Previdenciário Ações Governança	575	828	900	56,5	8,7
BB Referenciado DI Social 50	443	399	306	(31,0)	(23,4)
BB Ações Equidade Private FIC	183	174	170	(7,0)	(2,2)
BB Multi Global Acqua LP Private FI	156	111	214	37,4	91,9
BB MM LP Global Vita Private FI	120	118	264	119,7	124,0
BB Ações Equidade FIC	45	44	42	-	(3,6)
BB Ações ISE JOVEM	12	23	25	112,2	5,9
BB Ações Carbono Sustent. FIA	4	4	3	(28,5)	(10,4)

Fonte: Comissão de Valores Mobiliários – CVM

9.2. Pilares de atuação

9.2.1. Portfólio completo, acessível e competitivo

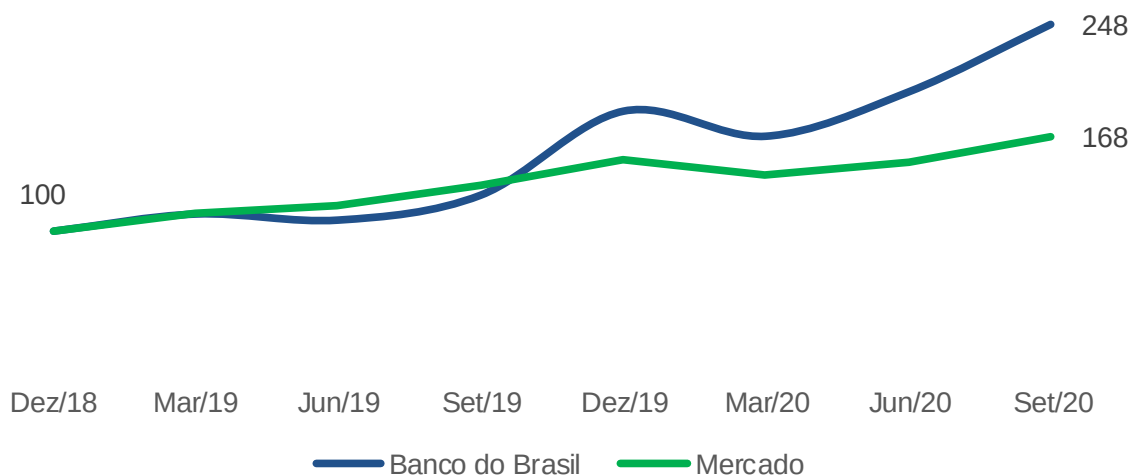
A estratégia em prestar assessoria em investimentos de excelência passa por oferecer um portfólio completo e diversificado para todos os investidores.

Em 2004 foi iniciado o processo de abertura da arquitetura de produtos de investimentos em nossa prateleira, com a disponibilização de fundos de outras empresas gestoras de ativos para os clientes Private. Em 2017, o mesmo movimento chegou aos clientes do segmento Varejo. Aliado a isso o Banco do Brasil revitalizou os fundos de investimento da BB DTVM ofertados, com iniciativas como a fusão de fundos com características similares (simplificação), a diminuição de valores de entrada (acessibilidade), a redução de taxas de administração (rentabilidade), a abertura de fundos do segmento Estilo para os clientes do varejo (democratização) e o lançamento de novos fundos sofisticados (diversificação). Em setembro de 2020 o BB reduziu o valor de aplicação inicial de todos os fundos de ações geridos pela BB DTVM para R\$ 0,01, o que consolidou nossa atuação em renda variável.

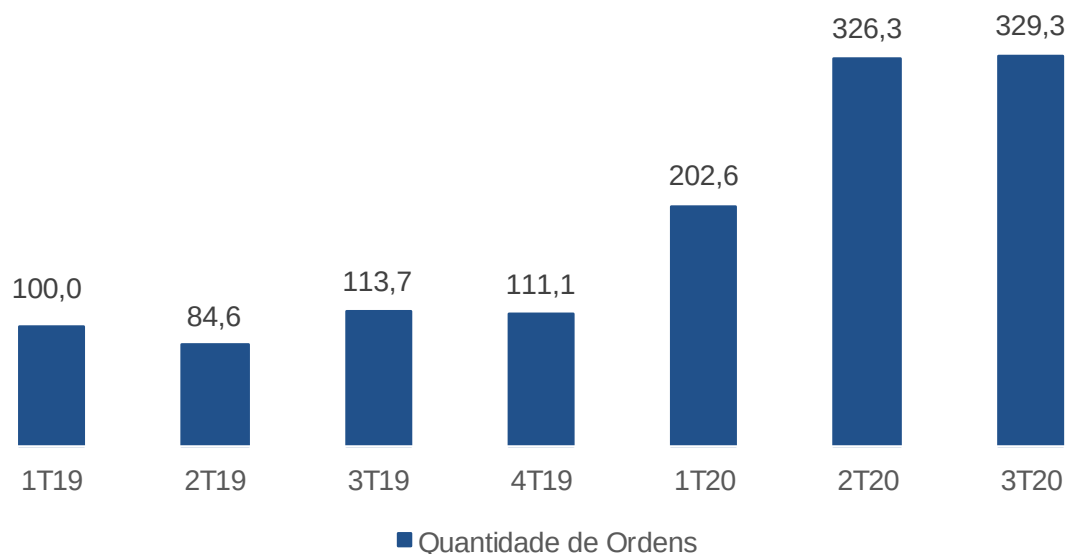
Dentre os novos produtos lançados, os fundos BB Ações Equidade e BB Ações US Biotech BDR Nível I reforçam o compromisso do BB com a sustentabilidade empresarial. O primeiro, que contempla ativos de companhias que assumam publicamente o compromisso de buscar a equidade de gênero, e o segundo, que foi o primeiro fundo no Brasil com estratégia voltada para investimento em empresas globais do setor de biotecnologia.

Para os clientes do segmento Varejo, ampliamos a quantidade de fundos com investimento em mercados internacionais. Neste contexto, foi lançado o fundo BB Ações Bolsa Americana, que acumula em 2020 um patrimônio líquido de R\$ 218,7 milhões e complementou o portfólio que já contava com o fundo BB Ações Globais BDR Nível I, com patrimônio líquido de R\$ 440,2 milhões.

A estratégia de democratização de acesso ao portfólio, aliada a uma acurácia na oferta de produtos apresentou resultados relevantes nos últimos trimestres. O Banco do Brasil registrou um crescimento de 33% no saldo de fundos de ações e multimercados para o segmento Varejo e Estilo em 2020, enquanto o crescimento do mercado, no mesmo período, foi de 11%, segundo a Anbima (agosto/2020).

Figura 61. Evolução do PL de fundos de ações e multimercados – Varejo e Estilo – Base 100

Em 2018, o BB zerou as taxas de custódia de Tesouro Direto e Renda Fixa. No primeiro semestre de 2020, a taxa de custódia de renda variável também foi zerada e a taxa de corretagem nos canais digitais foi reduzida. Essas ações elevaram a quantidade de ordens diárias no *home broker* em 188% nos nove primeiros meses de 2020, em comparação ao mesmo período de 2019.

Figura 62. Histórico trimestral da quantidade de ordens no Home Broker BB – Base 100

O Banco do Brasil está atento ao fato de que uma prateleira de investimentos diversificada e acessível pode, para alguns investidores, dificultar o processo de tomada de decisão. Por isso, a oferta de produtos segue uma estratégia de alocação centralizada, executada por carteiras sugeridas personalizadas conforme perfil e objetivos de cada investidor. O processo de *Suitability* define os percentuais máximos em cada classe de ativos, considerando níveis de risco e retorno compatíveis com cada cliente.

A depender dos objetivos do investidor, são disponibilizadas, além das carteiras sugeridas para os perfis conservador, moderado, arrojado e agressivo (esse último lançado no início de setembro), carteiras de ações, Fundos Imobiliários, Previdência e, em movimento recente, Tesouro Direto e BDRs. Cabe destaque, dentre as carteiras de renda variável, a Carteira 5+, que fechou julho e setembro de 2020 no primeiro lugar do Ranking Valor.

Além disso, dentro do compromisso do Banco do Brasil de educação financeira do investidor e do estímulo à diversificação, neste ano foram lançados dois novos fundos de investimento que seguem as estratégias de alocação das carteiras sugeridas dos perfis moderado e arrojado, com os fundos BB

Multimercado Carteira e BB Multimercado Carteira Plus, respectivamente. Juntos possuem patrimônio líquido de R\$ 1,34 bilhão.

9.2.2. Assessoria Humana isenta e especializada

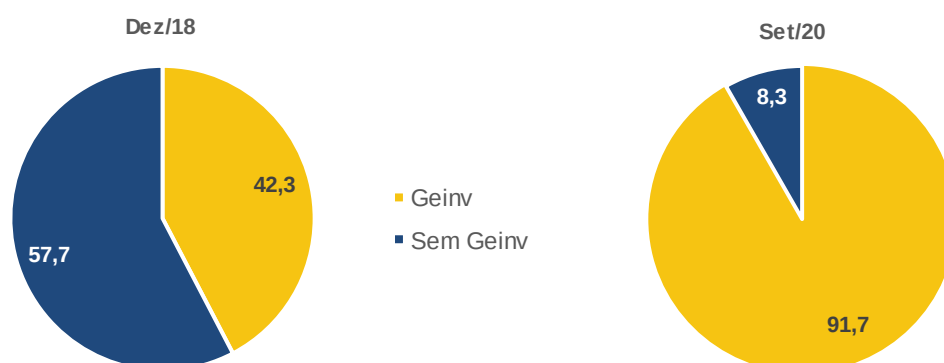
A disponibilização de produtos mais sofisticados e acessíveis está aliada à assessoria em investimentos. A última pesquisa Raio X do Investidor, divulgada pela Anbima em julho de 2020, mostrou que cerca de 40% dos brasileiros que aplicam em produtos financeiros buscam informações, presencialmente, com o gerente do banco. Essa relevância reforça o diferencial de mercado da capilaridade da rede de agências do Banco do Brasil e da sua força de vendas.

Todas as agências do BB possuem profissionais certificados pela Anbima (CPA-10 e/ou CPA-20) para oferta de produtos de investimento. Ao todo são 45.147 profissionais certificados na instituição. Os funcionários que atuam no atendimento aos clientes contam com o apoio de ferramentas automatizadas para auxiliar na oferta de produtos e carteiras de investimento personalizadas, conforme perfil e objetivos do investidor.

Com foco em assessoria humana isenta e mais especializada, foi criada, em 2018, a Gerência Assessoria em Investimentos (Geinv), que tem como objetivo prestar apoio às agências e realizar assessoria direta aos clientes. As assessorias são prestadas por especialistas em investimentos certificados, pelo menos, com a certificação CEA (Certificação de Especialista em Investimentos Anbima).

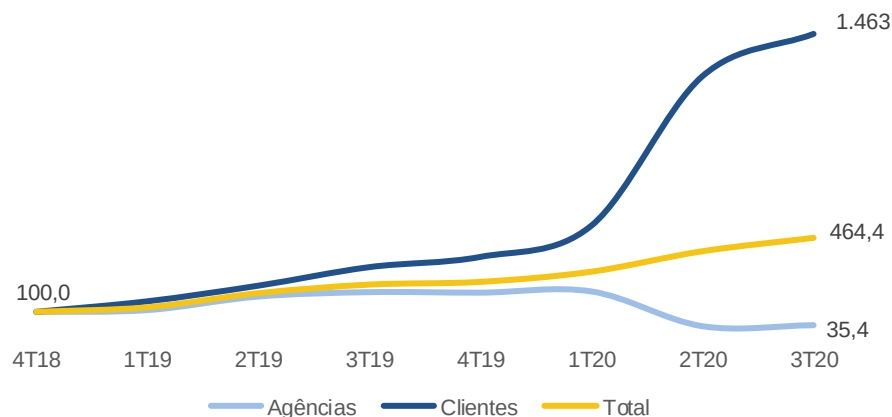
O Banco vem ampliando essa estrutura de atendimento especializado, principalmente aos clientes do segmento Estilo. A cobertura dos ativos sob gestão da Geinv cresceu de 42,3% em Dez/18 para 91,7% em Set/20.

Figura 63. Participação Geinv nos Ativos sob Gestão¹ no Segmento Estilo – %



(1) Não inclui poupança.

A figura a seguir apresenta a evolução no número de atendimentos dos gerentes de investimento no apoio às agências e diretamente aos clientes. É válido ressaltar, que em função da pandemia, o Banco do Brasil, a partir de março de 2020, priorizou o atendimento direto aos clientes com o aumento do acesso a profissionais especializados, utilizando também recursos de *chat* no app BB e vídeo chamadas, conforme pode ser observado na figura.

Figura 64. Quantidade de Atendimentos – Base 100

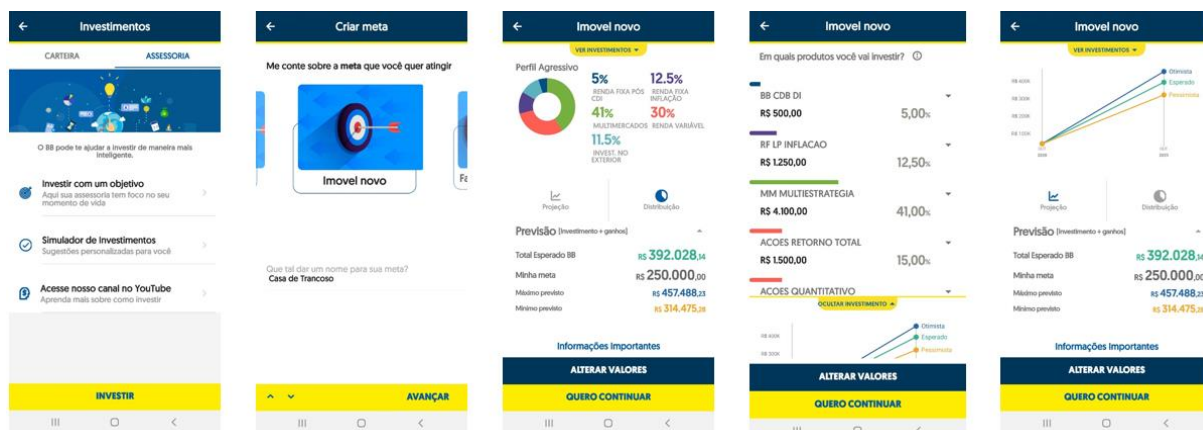
Além dos especialistas da Gerência Assessoria em Investimentos, clientes investidores do segmento Estilo são agrupados em carteiras e agências específicas e contam com o apoio de gerentes de *banking* com capacitação direcionada ao mundo dos investimentos. Atualmente, 8,9% dos gerentes de relacionamento Estilo atuam exclusivamente com clientes investidores.

9.2.3. Assessoria e soluções digitais

A pesquisa Raio X do Investidor, citada no item 9.2.2, também aponta que a escolha pelo atendimento presencial varia de acordo com a idade dos entrevistados e diminui entre os mais jovens. Dentro da estratégia de fornecer a melhor experiência aos investidores, o Banco do Brasil vem atuando de maneira intensiva no desenvolvimento de soluções de autoatendimento e ferramentas digitais.

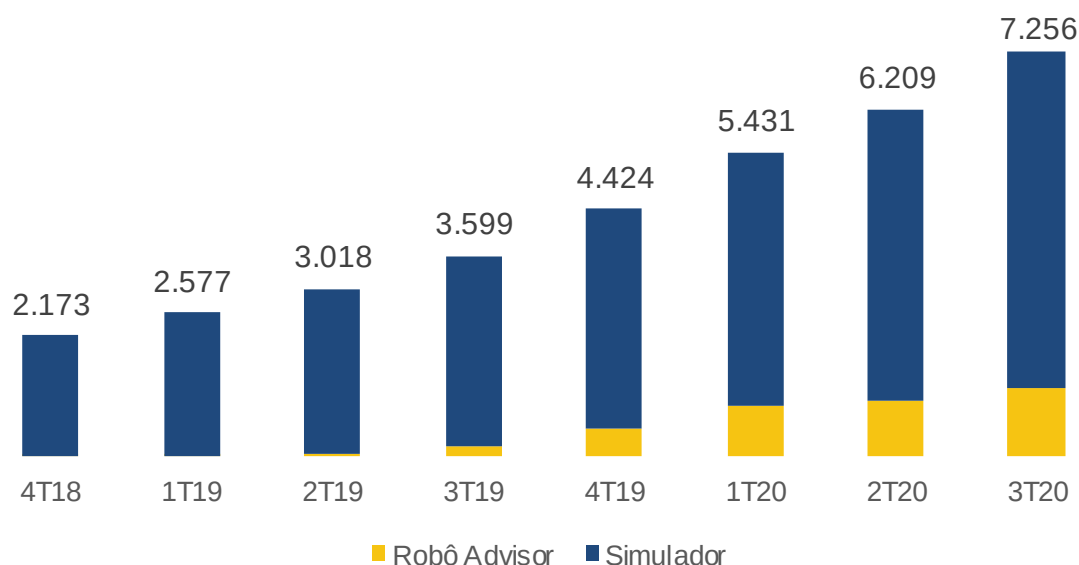
Aliando o uso de metodologias ágeis com a aplicação de algoritmos e análise de perfil de investidor, as soluções digitais trazem maior assertividade na sugestão de portfólios, adequados aos objetivos e momentos de vida do cliente.

O desenvolvimento do Robô Advisor possibilitou automatizar a assessoria em investimentos em grande escala para todos os clientes. A ferramenta simplifica o jeito de consumir carteiras de investimentos, tangibilizando o hábito de investir por meio de sonhos e objetivos. A solução, que foi reconhecida com o Prêmio eFinance de 2019, oferece opções personalizadas de portfólio, de acordo com perfil, objetivo, tolerância a risco, capacidade financeira e horizonte de tempo do cliente. O Robô utiliza finanças comportamentais e gamificação para auxiliar o investidor na conquista de seus objetivos. Desde seu lançamento, no 2º semestre de 2019, a ferramenta já captou mais de R\$ 1,23 bilhão, sendo que 42% das aplicações foram realizadas em produtos voltados à diversificação.

Figura 6. Jornada do Robô Advisor

Precursor do Robô Advisor, o Simulador de Investimentos, lançado em 2017, segue disponível no app BB e representa uma importante ferramenta para a ampliação da base de investidores e na educação financeira dos clientes do BB.

As duas soluções de assessoria digital, já apresentam resultados comerciais sólidos, além de simplificar o acesso aos produtos de diversificação, conforme dados abaixo:

Figura 65. Volume contratado pelo Robô Advisor e Simulador de investimentos – R\$ milhões

O Banco do Brasil concentra as suas soluções digitais para investidores em dois aplicativos: o App BB e o App Investimentos BB, além das suas versões no *Internet Banking*.

Com jornadas digitais complementares, o investidor tem acesso às simulações, aplicações e acompanhamento dos seus investimentos de forma distinta, e pode optar por qual ferramenta utilizar a partir do grau de sofisticação em que se encontra. No app Investimentos BB, o investidor mais sofisticado tem acesso a ferramentas para gestão de seu portfólio, *home broker*, participação em ofertas públicas, acesso a produtos de renda fixa, dentre outros. Em 2020 o número de usuários e de transações cresceram 37% e 93% respectivamente.

A assessoria digital do Banco do Brasil também contempla ações para levar informação e conhecimento para os investidores em mídias digitais. Em julho de 2019 foi lançada, no canal do BB no YouTube, a *playlist* InvesTalk. A programação da *playlist*, que já chegou a 22 milhões de *views*, conta com sugestões de investimentos, cenário econômico, análises de mercado, dicas, bate-papos entre outros, disseminando informação de qualidade e com foco na experiência prévia de cada investidor, de forma isenta e descomplicada. Atualmente, a assessoria digital também está no Spotify, por meio de *podcasts*, contando, inclusive, com análises diárias. De julho a setembro, os conteúdos sobre investimentos no Spotify tiveram um aumento de 194% no número de reproduções totais.

Figura 66. Ação de educação financeira na rede social

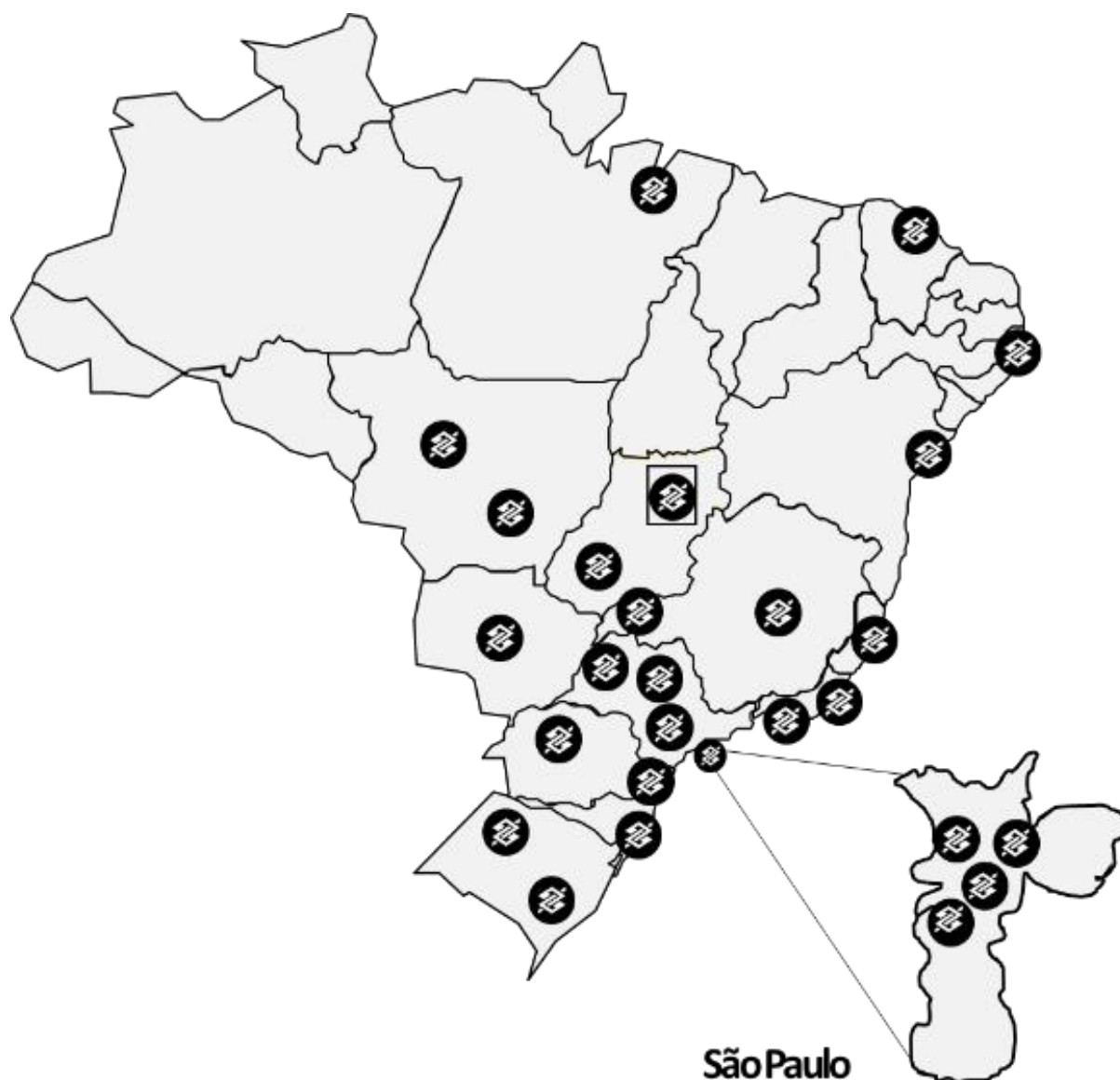


Qualquer cliente pode acessar também as sugestões de investimentos, relatórios e análises de mercado produzidas pelos especialistas do Banco do Brasil por meio da página bb.com.br/carteirasugerida.

9.3. BB Private

O Banco do Brasil atua há 16 anos no mercado de private banking e é um dos três maiores players em termos de AuM (*Assets Under Management*) do país, além de líder em carteira de crédito e RoCAL (Retorno sobre AuM e Crédito).

O BB possui a maior capilaridade de escritórios do Brasil, atendendo clientes investidores e mega produtores rurais em cerca de 80 cidades, com maior exposição em São Paulo e Rio de Janeiro, as duas mais importantes em termos de concentração e criação de riqueza. O segmento possui atendimento na agência BB Miami e no BB Securities, nos EUA, e na agência do BB Lisboa, em Portugal.

Figura 67. Capilaridade BB Private no Brasil

O segmento possui 263 *bankers* dedicados exclusivamente ao atendimento integral aos clientes, dos quais mais de 80% possuem a certificação CFP (*Certified Financial Planner*). Superando os parâmetros exigidos pela Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais), o Banco do Brasil é uma das instituições com o maior percentual de *bankers* certificados, fato que demonstra o compromisso do Banco com a especialização dos funcionários para prestar a melhor assessoria aos clientes do segmento.

A ambição do BB Private é agregar valor aos clientes em seus diferentes momentos de vida e objetivos em termos de gestão do patrimônio. Toda a estrutura, solidez e expertise de um grande banco na gestão do patrimônio atrai muitos clientes para o BB Private, mas o propósito está em construir relacionamentos de longo prazo, sustentáveis e baseados em confiança e credibilidade. Isso porque uma gestão de recursos global, ágil e eficiente em termos de rentabilidade e gestão de riscos é, na visão do BB, uma condição básica para competir nesse segmento tão exigente.

9.3.1. Gestão do Relacionamento

Recentemente o BB realizou alterações nas faixas de AuM para a segmentação com o objetivo de melhorar a experiência, definir a melhor abordagem e especializar ainda mais nível de serviço a ser oferecido aos clientes, a saber:

- Private (> R\$ 3 milhões < R\$ 15 milhões);
- Private Sofisticado (> R\$ 15 milhões < R\$ 50 milhões);

- UHNWI e *Family Office* (> R\$ 50 milhões).

Os diferenciais do relacionamento começam na entrega da proposta de valor aos clientes, com soluções pensadas de forma específica e particular para cada um deles através de conhecimento pessoal dos próprios *bankers*, CRM - *Customer Relationship Management*, análises de comportamento de consumo, pesquisas de satisfação e NPS e Conselho de Clientes.

Como forma de tangibilizar a percepção desse valor, realizamos eventos de experiência e relacionamento com clientes, sucessores e prospects no intuito de estreitar laços relacionais, melhorar a experiência do cliente e gerar buzz comunicacional.

Além disso, o Banco conta com a estrutura e a programação dos Centros Culturais Banco do Brasil, que oferecem atrações exclusivas, como visitas guiadas e exclusivas com os curadores das grandes exposições e até mesmo coquetéis com a presença dos próprios artistas que fazem parte da programação.

Há ainda oferta de vantagens e benefícios como, pré-venda exclusiva para shows musicais e eventos culturais, descontos em compras e bonificações em programas de relacionamento e de pontos (Nível).

9.3.2. Sofisticação da oferta e aconselhamento

O contexto econômico desafiador apresenta oportunidades para investidores que buscam geração de riqueza e perpetuação de seu patrimônio financeiro. No entanto, para aproveitá-las é preciso ter um plano de investimentos adequado aos objetivos e tolerância para as fortes oscilações de preços. O diferencial passa a ser a qualidade do aconselhamento na aplicação do conceito clássico de diversificação dos investimentos, uma característica fundamental para se destacar em qualquer mercado, e se reforça ainda mais quando se trata do mercado brasileiro de *private banking*.

Assim, a estratégia de fidelização de clientes *private* permeia quatro frentes:

- Relacionamento - estabelecimento de relação de longo prazo, confiança, disponibilidade e relacionamento com o Grupo Familiar (fidelizar gerações);
- Assessoria - especialização e visão holística do patrimônio;
- Soluções - oferta ampla em fundos de investimento, produtos de tesouraria (CDB, LCA, LCI, COE, etc), fundos exclusivos, renda variável, previdência e custódia qualificada de títulos públicos com condições competitivas, performance e instrumentos de longo prazo que visam proteger o patrimônio dos clientes no Banco.
- Posicionamento global - modelo de relacionamento e soluções disponíveis no Brasil e no exterior.

Dado o caráter multibancarizado dos clientes *private* e a pouca diferenciação dos produtos ofertados, o BB acredita no relacionamento e na assessoria holística para se tornar o “conselheiro de confiança do cliente”, o que notadamente resulta no aumento dos negócios. Isso representa tanto uma oportunidade de atração de clientes/negócios, quanto um ponto de atenção para manutenção da satisfação dos clientes atuais e retenção dos negócios conquistados.

O BB Private possui o MAPA, nosso Modelo de Alocação de Portfólio em Ativos, que é baseado na teoria de *asset allocation* com foco na obtenção de retornos consistentes e adequados. As estratégias são planejadas para reunir a melhor combinação de ativos e o modelo que tem como premissa propor aos clientes uma reflexão sobre suas atuais estratégias de investimento.

O BB percebeu que os investidores não mudam seu perfil ao longo da vida, mas suas estratégias de investimento sim. Por isso, a importância de o BB Private ter desenvolvido o modelo em questão, o qual confere dinamismo aos movimentos de alterações nos portfólios, sempre aderentes aos cenários que nossos estrategistas traçam.

9.3.3. Megaprodutor Rural

O Banco do Brasil foi um dos pioneiros no mercado a identificar o mega produtor rural como um cliente Private. A capilaridade no campo, a competência histórica do BB em apoiar o agronegócio e entender o potencial do interior do país fez com que fosse possível desenvolver estratégias sólidas de posicionamento para avançarmos nesse segmento.

Atualmente com metade da participação de mercado em crédito para o segmento Private, o Banco do Brasil tem foco na estratégia de qualificação da assessoria com visão holística, a partir do *wealth management* do cliente, proporcionando soluções personalizadas que abrangem alocação de recursos,

planejamento patrimonial, tributário e fiscal, consultoria em derivativos, proteção e mitigação de riscos, operações offshore, implantação de modelos de governança para o patrimônio, negócio e família, entre outros.

No contexto atual repleto de novos players e desafios importantes para o agronegócio, o BB reitera o compromisso em inovar e oferecer uma assessoria de referência e adequada para a gestão dos negócios rurais, fundamentais para o crescimento do nosso país.

9.3.4. *Wealth Management*: Clientes Ultra High Net Worth

O *wealth management* do BB Private, serviço disponível para clientes de elevada riqueza, é um conceito que contempla atendimento ultrapersonalizado realizado por profissionais altamente qualificados, serviços de gestão patrimonial, planejamento sucessório, operações estruturadas, abordagens de investimento em ASG (Ambiental, Social e Governança), planejamento filantrópico, além de investimentos *on* e *offshore* com base nos objetivos pessoais e no capital disponível. Essas soluções são estruturadas sob medida por meio de uma abordagem holística que envolve inclusive aspectos do contexto e histórico familiar.

Assessoramos o cliente desse segmento na construção de soluções para transmissão das participações societárias e outros bens, no Brasil e no exterior, além de criar estruturas para sucessão do patrimônio financeiro através de fundos fechados e de previdência, ou holdings patrimoniais.

Entre os benefícios previstos, a estrutura de *wealth management* do BB oferece contato direto com os maiores empreendedores do país, o que amplia a capacidade para captura de recursos em eventos de liquidez, como ofertas públicas de ações, venda de participações societárias, distribuições de lucros e dividendos, entre outras.

9.3.5. Clientes sucessores (Programa Generations)

Criado em 2018, o programa Generations tem como principal objetivo agregar valor a todas as fases das famílias assessoradas pelo BB Private. Através dele, o Banco busca contribuir na formação e desenvolvimento de novos líderes em temas como sucessão familiar, gestão patrimonial, inovação, transformação digital, comportamento humano, sustentabilidade e legado.

No programa, os clientes sucessores participam de encontros que abordam assuntos como sucessão, planejamento, gestão e soluções de *Wealth Management* do BB Private aderentes às suas realidades familiares, além de promover a troca de experiências entre os participantes. Os eventos são realizados através de experiências no Brasil e exterior, palestras imersivas e interativas (presenciais e on-line), com participações de palestrantes e convidados nacionais e internacionais.

9.3.6. Gestão de portfólio

Em 2019 iniciamos o processo de revisão das estratégias de investimentos, adequando os portfólios à nova realidade econômica do Brasil: menor taxa de juros e baixa inflação.

No segundo semestre daquele ano, lançamos três fundos de ações, um fundo de estratégia Valor da Gestora de Recursos da BB DTVM, dois multigestores, três para alocação no exterior e um focado em alocar recursos no setor de infraestrutura, possibilitando capturar o incentivo fiscal através destes instrumentos. Inauguramos também três fundos espelho e um fundo multigestor, baseados no conceito de arquitetura aberta em fundos de previdência. Em relação à *asset allocation*, iniciamos três fundos baseados na tradicional estratégia de investimentos, para diversificação, perpetuação de patrimônio e geração de riqueza.

Após o Covid-19, o BB acelerou a abertura de arquitetura para fundos tradicionais e de previdência, lançando outro fundo espelho de ações, um fundo espelho de estratégia macro, dois fundos de renda fixa, aproveitando a abertura da curva de juros no exterior, e mais três fundos espelho de previdência.

O BB lançou em fevereiro de 2020, como alternativa de investimento, o Fundo de Private Equity (FIP), que incentiva a expansão e o desenvolvimento do Porto de Itapoá em Santa Catarina. Trata-se de um dos mais modernos portos da iniciativa privada no Brasil, com alto potencial de retorno aos clientes. A vantagem é aplicar em um investimento que já está desenvolvido (*brownfield*), isso reduz o risco de obtenção de licenças para o início das operações.

9.3.7. Investimentos sustentáveis e de impacto

Cada vez mais os investimentos com pegada sustentável ganham relevância na decisão de muitos investidores, ciente da necessidade do engajamento em desenvolver este tipo de soluções, o BB revisita constantemente os produtos de investimento de forma a adequá-los a essa demanda crescente.

Com relançamento em julho/20, o fundo BB Multimercado Longo Prazo Global Green Private, foi o resultado da ampliação do escopo de um fundo que incluirá em sua carteira ações de empresas brasileiras e no exterior, com investimento relacionado à sustentabilidade e preservação do meio ambiente de forma global.

Além disso, com o objetivo de estimular os clientes UHNWI a desenvolver iniciativas de investimentos sociais, o BB convidou algumas famílias para o Fórum Brasileiro de Filantropos e Investidores Sociais (2019) organizado pelo IDIS, instituto ligado à CAF (Charities Aid Foundation).

O BB disponibilizou no ano diversos tipos de fundos aos clientes Private, como o BB Ações Equidade, que investe em empresas que praticam de equidade; o BB Global Vita Private, focado em qualidade de vida, investimento nos mercados brasileiro e offshore e o BB Global Innovation Private, que prioriza empresas reconhecidas como inovadoras no mundo todo, entre outros.

9.3.8. Participação em Redes Sociais

O BB Private ampliou sua presença em redes sociais através da distribuição de conteúdo próprio no LinkedIn, YouTube e Spotify com objetivos de relacionar-se de forma mais próxima e posicionar sua marca perante este público. Dentre eles, destaca-se o Start (resumo diário dos principais indicadores financeiros), o *PrivateCast (Morning Call)*, o Síntese Semanal (principais notícias da macroeconomia mundial), o Estratégia de Investimentos (análise e perspectivas do mês que inicia) e o *PrivateTalks* (conversas esporádicas com especialistas do mercado).

9.4 – Mercado de Capitais

Com a constituição do UBS BB, associação que nasceu da parceria com o UBS em 30 de setembro de 2020, o BB acelera sua estratégia de posicionamento na indústria de banco de investimentos em escala global, com uma oferta mais ampla e sofisticada de produtos e serviços aos seus clientes do segmento corporativo.

A parceria estratégica consolida-se em uma nova companhia e suas controladas, iniciando suas operações como uma plataforma de banco de investimentos completa, combinando a rede de relacionamentos do BB no Brasil e sua forte capacidade de distribuição para pessoas físicas, com a expertise e capacidade de distribuição global do UBS.

Os clientes corporativos do BB, além do atendimento e da oferta completa de soluções de corporate banking, por meio da rede de agências e escritórios especializados, passam a contar com a plataforma de alcance global do UBS, proporcionando acesso diferenciado a produtos e serviços de investment banking e com a ampliação da oferta de soluções integradas nesses mercados.

A atividade de distribuição de varejo será mantida no BB, assim o cliente pessoa física do BB continua contando com as soluções de investimento e o acesso ao mercado de capitais, por meio da rede de agências e ferramenta *home broker* BB.

9.4.1 - Protagonismo do cliente varejo no mercado de capitais

Os clientes não institucionais, especialmente nos segmentos Estilo e Private têm assumido papel central na estratégia de captação de recursos das empresas. Essa postura segue uma tendência de mercado e continua amparada pelo contexto macroeconômico doméstico.

Das ofertas de ações e renda fixa distribuídas pelo BB nos nove primeiros meses de 2020, os clientes não institucionais participaram com uma alocação de R\$ 3 bilhões, um crescimento de 9% em relação ao mesmo período de 2019. O BB é líder na distribuição varejo de renda variável no acumulado até setembro/20, com R\$ 2,4 bilhões (52% de *market share* ANBIMA).

Os clientes possuem à disposição um time de *research* premiado e completamente focado no mercado de varejo. A equipe, que acompanha os principais segmentos da economia e dos mercados, produz análises independentes e elabora recomendações mensais de ações.

Em outubro, três analistas do BB foram premiados entre os 10 melhores no Ranking Broadcast Analista 2020, promovido pela Agência Estado, incluindo a primeira e segunda colocação. O ranking é elaborado com base no retorno teórico das recomendações de 2019. Foi a sexta vez que os analistas do BB

figuraram entre os melhores deste ranking. A analista do segmento de varejo do BB também foi destaque entre os 3 melhores analistas do segmento em 2020 no ranking StarMine Analyst Awards, promovido pela Refinitiv.

Dentre as recomendações da equipe, diversas carteiras estão à disposição dos clientes, avaliado seu perfil e apetite ao risco, dentre elas a Carteira 5+, principal portfólio de recomendações que acumula de forma consistente retornos teóricos superiores ao Ibovespa (até set/20, a carteira 5+ acumula alta de 3,9%, contra Ibovespa -18,2%). O time produz ainda as carteiras Fundamentalista de Ações, Dividendos, Fundos Imobiliários e BDR.

A partir de outubro 2020, os clientes passaram a contar com a Seleção BB ESG das ações avaliadas pela equipe de analistas que mais se destacam na aplicação das melhores práticas de sustentabilidade, sob a ótica ambiental, social e de governança corporativa. No mercado de renda fixa, o time traz ineditismo ao lançar o índice BB Debitum para acompanhamento do mercado secundário de títulos privados, cuja trajetória de crescimento tem gerado uma demanda cada vez maior dos nossos clientes investidores.

10 – Serviços Financeiros

10.1. Meios de Pagamento

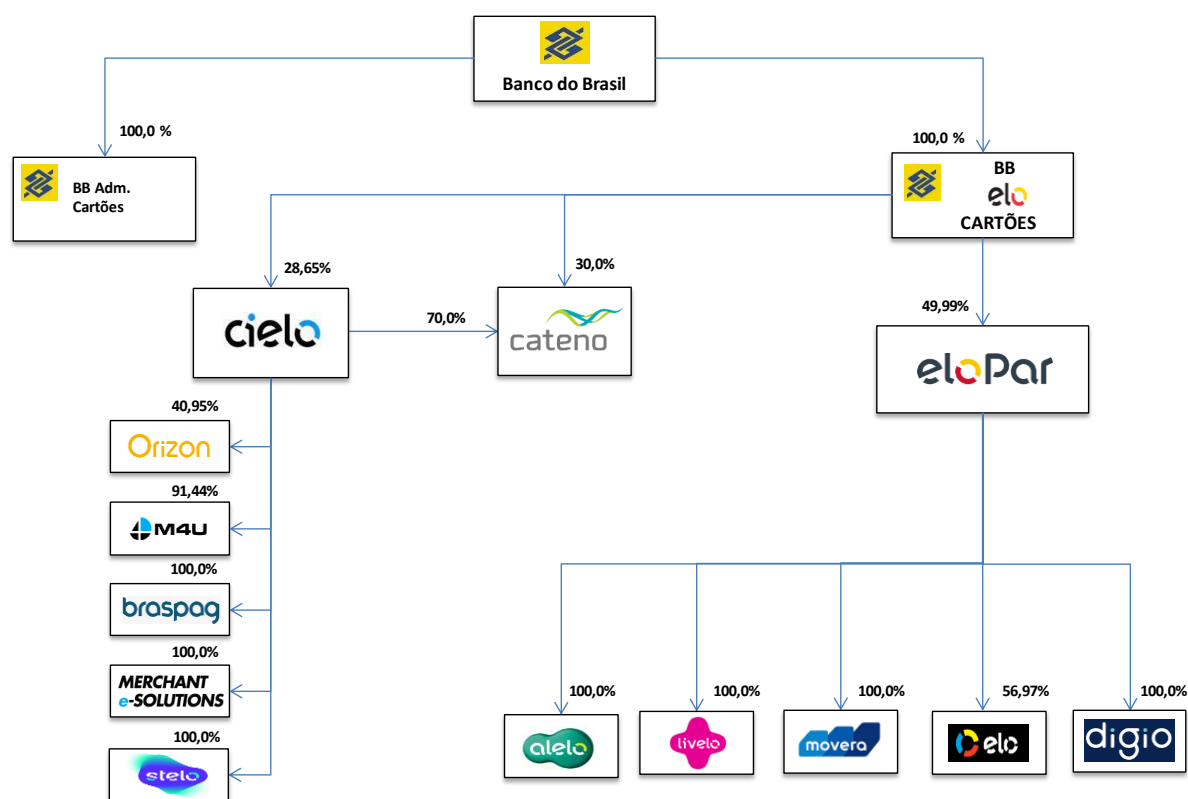
O Banco do Brasil é um dos líderes no mercado de meios eletrônicos de pagamento.

Com investimento permanente em tecnologia, o BB entrega aos seus clientes as últimas soluções tecnológicas disponíveis no segmento, objetivando a produtividade, agilidade e, principalmente, a satisfação dos clientes. Destaque para o amplo portfólio de soluções de pagamento para pessoa física, pessoa jurídica, agronegócio e governo.

Com foco em retenção e fidelização, o BB tem investido para tornar a experiência do cliente cada vez mais fluida, segura e digital, por meio da oferta de soluções como o autoatendimento na internet, o App Banco do Brasil, o App Ourocard, atendimento por meio do WhatsApp e o emprego da tecnologia de pagamento por aproximação (*Near Field Communication – NFC*). Além de otimizar a experiência do cliente, tais canais também proporcionam importante redução no custo de servir.

A figura abaixo apresenta o organograma dos negócios de meios eletrônicos de pagamento nos quais o Banco do Brasil possui participação societária direta ou indireta.

Figura 68. Organograma Meios de Pagamento – Principais Empresas¹



(1) Considera a posição de 30/09/2020.

10.1.1. Base de Cartões e Faturamento

A base de cartões com uso recorrente do Banco do Brasil é composta em sua maioria por plásticos com múltiplas funções (débito e crédito).

Em setembro/20 a base de cartões com uso recorrente na função crédito apresentou crescimento de 4,6% em comparação ao mesmo período do ano anterior. Na função débito, o desempenho foi de 5,5%. O crescimento da base de cartões no período é resultado das ações de comercialização e indução ao uso.

No 3T20 foram 620 mil novos cartões, evolução de 10,3% em relação ao mesmo período de 2019, com destaque para o aumento do número de clientes que passaram a utilizar a função crédito, com 460 mil cartões ativados (+13,4%).

No 9M20, foram ativados mais de 1,2 milhão de cartões, crescimento de 20,8% em comparação a 2019. Foram comercializados mais de 1,6 milhão de cartões, um crescimento de 9,1% comparado ao ano anterior. Destaque para a comercialização em ambiente digital, com mais de 1 milhão de cartões entre janeiro e setembro, crescimento de 106% em relação a 9M19.

A tabela a seguir apresenta a evolução da base de cartões com uso recorrente nas funções crédito e débito.

Tabela 76. Base de Cartões – Uso Recorrente^{1 2} – Milhões

	3T19	4T19	1T20	2T20	3T20	Var. (%)	
						3T19	2T20
Crédito	9,2	9,5	9,5	9,4	9,6	4,6	2,8
Débito	14,1	14,7	14,7	13,9	14,9	5,5	6,8

(1) Pelo menos uma utilização no trimestre.

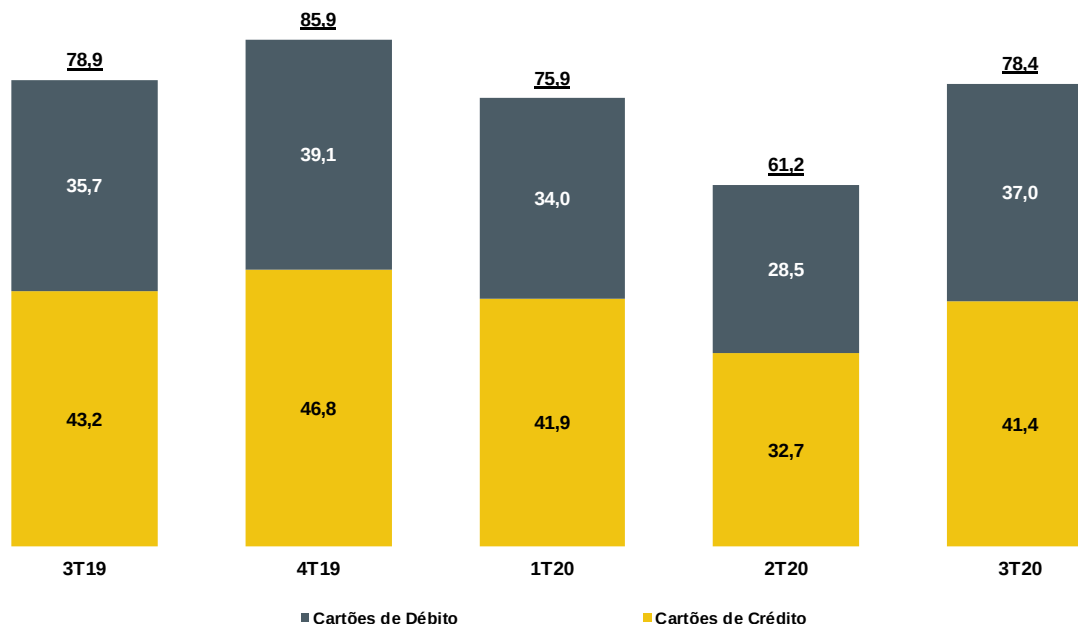
(2) Série Histórica revisada no 2T20.

O volume total faturado por meio dos cartões do Banco do Brasil no 3T20 foi de R\$ 78,4 bilhões, número superior ao observado no 1T20 (período pré-pandemia). Na comparação com o 3T19, houve redução de 0,7%. Na comparação com o 3T19, o volume faturado na função crédito apresentou redução de 4,1%. No débito, o volume faturado aumentou 3,4%.

No 9M20 o volume total faturado por meio dos cartões do Banco do Brasil foi de R\$ 215,5 bilhões, 2,7% menor que no 9M19. Nas transações de crédito a redução foi 4,2% e nas transações de débito redução de 0,7%.

Embora o faturamento com cartões pessoa física tenha sido impactado pelos efeitos da pandemia, especialmente nos meses de abril e maio, notou-se desde junho uma retomada no consumo, com a consequente evolução do faturamento.

Figura 69. Faturamento dos Cartões BB – R\$ bilhões



10.1.2. Resultado com Negócios de Cartões

O resultado líquido no 3T20 reduziu 26,6% em comparação ao mesmo período do ano anterior, impactado principalmente pelo aumento das despesas com provisões.

O resultado líquido com emissões registrou uma contração de 42,4% em comparação ao 3T19, e 62,1% em comparação ao 2T20.

Para os demais negócios, a redução observada de 14,7% na comparação com o 3T19, resultou principalmente do menor desempenho do mercado de credenciamento, afetado pelos impactos provocados pela pandemia e pela forte concorrência.

Tabela 77. Resultado com Negócios de Cartões¹ – R\$ milhões

	3T19	4T19	1T20	2T20	3T20	Var. (%)	
						3T19	2T20
Resultado Líquido	489	434	474	537	359	(26,6)	(33,1)
Resultado Líquido com Emissão no BB	210	172	261	319	121	(42,4)	(62,1)
Resultado dos Demais Negócios de Cartão	279	262	213	218	238	(14,7)	9,2

(1) Série histórica revisada no 2T20.

10.1.3. Soluções Digitais

O Ourocard está ainda mais digital. Agora os novos cartões PF contratados a partir de setembro terão como opção padrão a fatura digital ou por e-mail. O cliente poderá, a qualquer tempo, consultar seus gastos de forma online, acessando os Apps BB e Ourocard, o portal bb.com.br e o WhatsApp. A novidade incentiva a utilização dos canais digitais, contribui para a redução nas despesas e reforça o papel social e de sustentabilidade do Banco do Brasil.

Por meio do WhatsApp do BB, foram realizados 375 mil atendimentos relacionados a cartão no trimestre, um crescimento de 85% em comparação ao trimestre anterior. A quantidade de atendimentos no ano já ultrapassa os 600 mil. No 3T20 o App Ourocard, exclusivo para os cartões BB, apresentou crescimento de 58,3% em sua base de clientes ativos em comparação ao mesmo período de 2019, totalizando 1,42 milhão de usuários.

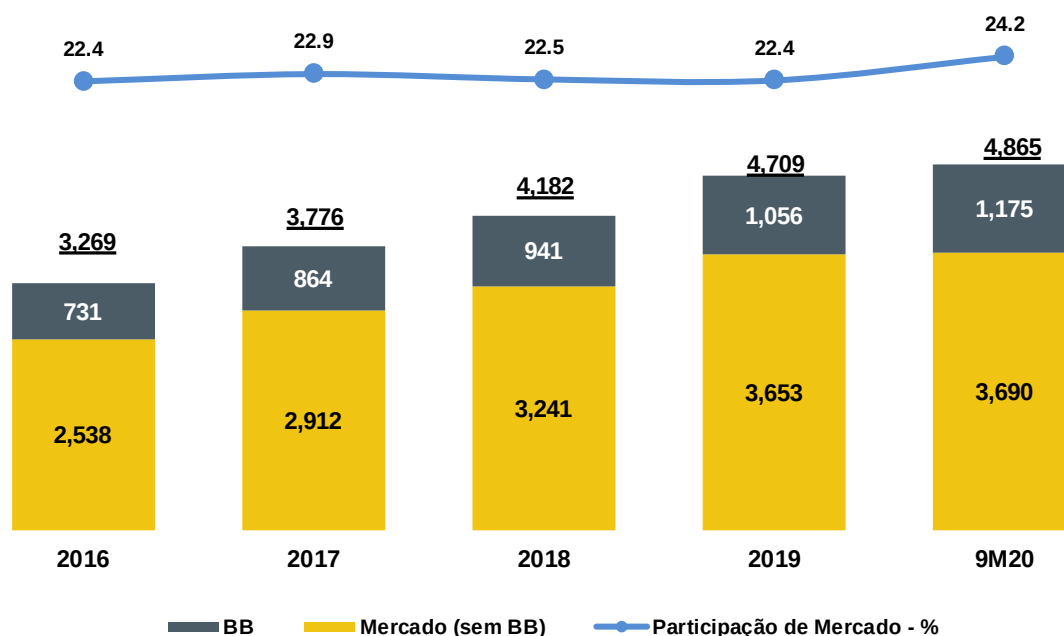
Outro ponto relevante no trimestre foi o atingimento de 10 milhões de cartões *contactless* entregues aos clientes. O volume em compras por aproximação cresceu 373,2% no 9M20 em comparação ao mesmo período de 2019.

10.2. Gestão de Recursos de Terceiros

A BB Gestão de Recursos DTVM S.A. tem como principais atividades a administração, a gestão e a distribuição de fundos e carteiras administradas.

O gráfico a seguir apresenta o saldo em recursos de terceiros administrados e a participação da BB DTVM no *Ranking* Global de Administração de Recursos da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - Anbima.

Figura 70. Administração Fiduciária e Participação de Mercado – R\$ bilhões



Fonte: Anbima

A indústria de fundos de investimento registrou captação líquida de R\$ 206,1 bilhões no 3º trimestre de 2020, sendo as classes Renda Fixa (R\$ 114 bilhões) e Multimercados (R\$ 51,5 bilhões) as que mais contribuíram para o movimento observado. Por outro lado, em ETF foram registrados resgates líquidos de R\$ 2,5 bilhões no período. A indústria de fundos obteve um incremento de R\$ 228,7 bilhões (4,9%) em seu patrimônio líquido quando comparado a junho/2020, encerrando o mês de setembro/2020 com R\$ 4,9 trilhões em recursos administrados.

No 3T20, a BB DTVM registrou captação líquida de R\$ 77,8 bilhões, sendo a categoria Renda Fixa (R\$ 72,7 bilhões) o segmento que mais influenciou esse movimento. Dentre as 5 maiores instituições do Ranking Global Anbima, a BB DTVM foi a que mais captou recursos no trimestre.

A BB DTVM encerrou o terceiro trimestre de 2020 com patrimônio líquido de R\$ 1,2 trilhão, o que representa 24,2% de participação de mercado, garantindo a liderança do Ranking Global de Administração de Recursos de Terceiros, assim como a liderança dos segmentos Investidores Institucionais, Poder Público e Varejo. A BB DTVM também ocupa a segunda posição nos segmentos Alta Renda, RPPS e Middle Market, além do terceiro lugar em Corporate.

Desde 1T20, a BB DTVM adotou um novo processo para gestão e captura de informações sobre o perfil dos cotistas de fundos de investimento, possibilitando maior alinhamento com a segmentação de clientes na visão Ranking ANBIMA. Essa alteração explica parte do crescimento dos fundos para o Setor Público, dado que poderiam estar listados como Pessoa Jurídica no passado.

As tabelas a seguir apresentam recursos administrados por segmento e classe Anbima.

Tabela 78. Fundos de Investimento e Carteiras Administradas por Segmento – R\$ milhões

	Set/19	Part. %	Jun/20	Part. %	Set/20	Part. %	Var. (%)	
							Set/19	Jun/20
Total	1.052.424	100,0	1.089.082	100,0	1.175.158	100,0	11,7	7,9
Investidor Institucional	455.372	43,3	434.763	39,9	449.943	38,3	(1,2)	3,5
Poder Público	162.026	15,4	225.776	20,7	280.431	23,9	73,1	24,2
Varejo	131.800	12,5	117.282	10,8	125.610	10,7	(4,7)	7,1
Alta Renda	71.721	6,8	100.460	9,2	100.800	8,6	40,5	0,3
Corporate	85.326	8,1	77.613	7,1	78.748	6,7	(7,7)	1,5
RPPS	63.575	6,0	60.753	5,6	62.171	5,3	(2,2)	2,3
Private	48.387	4,6	40.265	3,7	41.526	3,5	(14,2)	3,1
Middle Market	25.912	2,5	23.873	2,2	26.465	2,3	2,1	10,9
Investidor Estrangeiro	8.305	0,8	7.657	0,7	7.979	0,7	(3,9)	4,2
Fundos de Investimento	-	-	639	0,1	1.486	0,1	-	132,4

Fonte: Anbima

Tabela 79. Fundos de Investimento e Carteiras Administradas por Classe Anbima² – R\$ milhões

	Set/19	Part. %	Jun/20	Part. %	Set/20	Part. %	Var. (%)	
							Set/19	Jun/20
Total	1.052.424	100,0	1.089.082	100,0	1.175.159	100,0	11,7	7,9
Fundos de Investimentos	1.056.910	100,4	1.089.521	100,0	1.180.491	100,0	11,7	8,3
Renda Fixa	630.170	59,6	681.704	62,6	759.300	64,3	20,5	11,4
Renda Variável	51.178	4,8	38.764	3,6	45.432	3,8	(11,2)	17,2
Multimercado	17.202	1,6	23.716	2,2	28.246	2,4	64,2	19,1
Outros ¹	358.361	33,9	345.337	31,7	347.514	29,4	(3,0)	0,6
Carteiras Administradas	19.093	1,8	20.067	1,8	21.774	1,9	14,0	8,5
Renda Fixa	18.736	1,8	19.614	1,8	21.351	1,8	14,0	8,9
Renda Variável	357	0,0	453	0,0	423	0,0	18,6	(6,7)
Fundos de Terceiros	(23.579)	(2,2)	(20.507)	(1,9)	(27.106)	(1,9)	15,0	32,2

(1) Inclui Previdência, Cambial, FIDC, FIP, ETF, Fundo Imobiliário e Off Shore.

(2) Os dados acerca da distribuição por Classe Anbima são divulgados sem a dedução das cotas de fundos próprios e de terceiros que, em setembro de 2020, somaram R\$ 27,1 bilhões.

Fonte: Anbima

Custódia

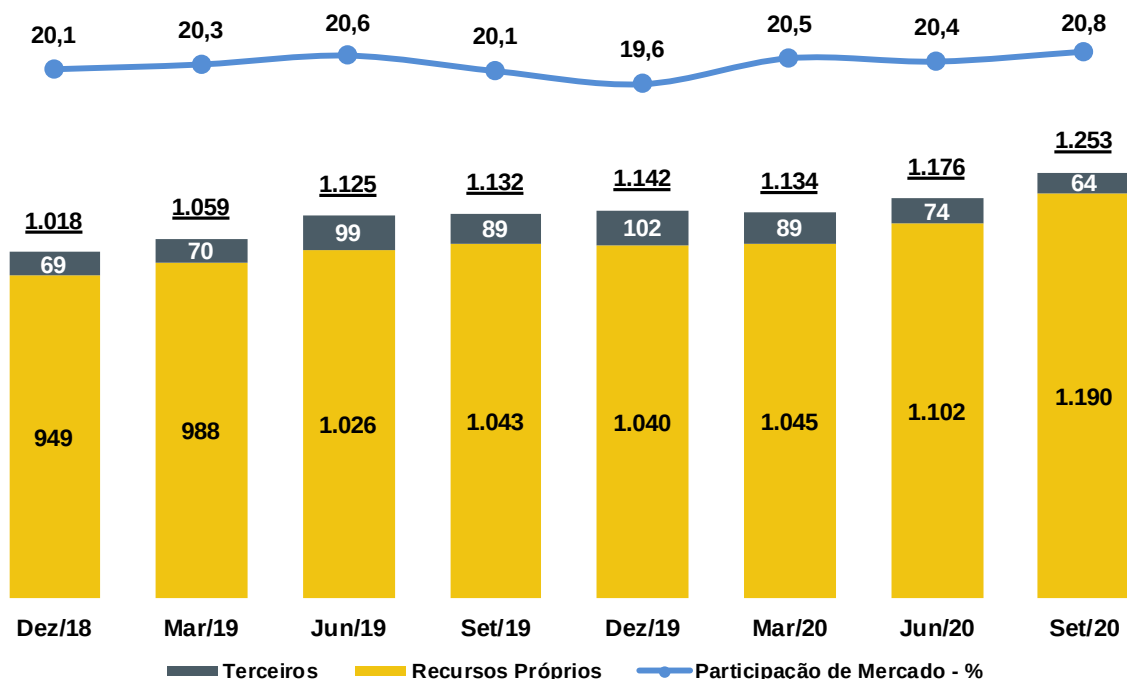
O Banco do Brasil é um dos principais líderes da indústria de custódia e controladoria de ativos. Em Set/20, o BB alcançou R\$ 1,25 trilhão sob custódia, evolução de 10,7% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em controladoria, o BB alcançou o volume de R\$ 2,0 trilhões no 3T20, aumento de 12,7% em comparação a setembro de 2019.

O avanço da indústria de fundos e a diversificação de portfólio têm garantido ao BB a constante expansão do volume de recursos sob custódia.

O gráfico a seguir apresenta a evolução dos recursos custodiados no Banco do Brasil.

Figura 71. Total de Ativos de Custódia Doméstica e Participação de Mercado – R\$ bilhões



Fonte: Anbima.

10.3. Mercado de Capitais

O mercado de capitais é uma das principais fontes de financiamento da atividade produtiva nas economias de todo o mundo. Os instrumentos de captação, além de viabilizarem o crescimento das empresas também contribuem para a geração e diluição do risco de novos investimentos.

O Banco do Brasil está presente com destaque no mercado de capitais brasileiro por meio de sua subsidiária integral, o BB - Banco de Investimento S.A. (BB-BI).

No portfólio do BB-BI estão serviços de excelência que envolvem a pesquisa de mercado, estruturação e distribuição de operações, liquidação e custódia de ativos, bem como produtos e serviços para pessoas físicas e jurídicas. Os principais produtos e serviços são destacados a seguir:

- I. **Fusões e aquisições:** O BB-BI presta assessoria financeira em operações de alienações, reorganizações societárias (fusões, cisões e incorporações) e colocações privadas para empresas.
- II. **Ouro:** O Banco oferece serviços de compra, venda e custódia de ouro escritural, em lotes de 25 gramas.
- III. **Private Equity:** O BB-BI é cotista de 13 fundos, com participação societária em 33 empresas localizadas em várias regiões do país, nos mais diversos segmentos (energia, infraestrutura, logística, consumo, educação, TI, serviços, agroindústria etc.) e em diferentes estágios de desenvolvimento (empresas consolidadas, emergentes e empresas com tecnologia inovadora).
- IV. **Renda Fixa:** (i) Mercado doméstico: através do BB-BI são ofertados os serviços de coordenação, estruturação e distribuição de debêntures, notas promissórias comerciais e letras financeiras. (ii)

Mercado internacional: atuação na coordenação, estruturação e distribuição de novos papéis e processos de gestão de dívida de empresas, bancos e governos por meio das corretoras localizadas em Londres, Nova Iorque e Cingapura, conferindo uma atuação global do BB no mercado de capitais.

- V. **Renda Variável:** O BB-BI oferece os serviços de assessoria em todas as etapas de ofertas públicas de ações. Atua também na estruturação e distribuição de Fundos de Investimento Imobiliários (FII). Para os investidores individuais, o portfólio em renda variável abrange os serviços de compra e venda de ações, e para os investidores do segmento *private* abrange também o serviço de aluguel de ações.
- VI. **Securitização:** O BB-BI atua na coordenação, estruturação e distribuição de operações de securitização, processo pelo qual um grupo relativamente homogêneo de ativos é convertido em títulos negociáveis, por intermédio dos seguintes produtos: Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA).

No mercado de capitais internacional, o conglomerado BB atua nas principais praças mundiais, com profissionais qualificados, por meio de suas subsidiárias integrais: BB Securites Ltd. (Londres), Banco do Brasil Securities LLC. (Nova Iorque) e BB Securities Asia Pte Ltd. (Cingapura).

Em setembro de 2020, o BB iniciou parceria estratégica com o UBS para atuação em atividades de banco de investimento e de corretora de valores mobiliários no segmento institucional no Brasil, Argentina, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai.

A parceria estratégica oferece uma plataforma de banco de investimentos completa, que combina a capacidade de relacionamento e a força financeira do BB no País com a experiência e a distribuição global do UBS.

A associação é constituída por meio de uma *holding* de participações, que conta com a contribuição de ativos do BB e do UBS. Consideradas as contribuições dos dois acionistas, o capital social total da companhia está dividido à proporção de 50,01% para o UBS e 49,99% para o BB.

Com a parceria, os clientes corporativos do BB, além do atendimento e da oferta completa de soluções de *corporate banking*, por meio da rede de agências e escritórios especializados, passam a contar com a plataforma de alcance global do UBS, proporcionando acesso diferenciado a produtos e serviços de *investment banking* e com a ampliação da oferta de soluções integradas nesses mercados.

Já os clientes investidores do BB, além do atual portfólio de produtos e serviços, também passam a ter acesso a uma crescente variedade de instrumentos de captação e investimento vinculados ao mercado de capitais.

A parceria estabelecida está alinhada à estratégia corporativa do BB e reafirma o compromisso com a melhoria do atendimento aos seus clientes e geração de valor aos acionistas.

Desempenho em Mercado de Capitais

No 3T20, foram R\$ 143 milhões em receitas derivadas de operações do mercado de capitais, aumento de 12,6% na comparação com o 2T20.

Renda Fixa – Mercado Doméstico

No 3T20 o BB-BI participou da originação de 11 operações, totalizando R\$ 13,5 bilhões em volume de negócios, sendo seis operações de debêntures, duas operações de securitização, duas operações de FII e uma operação de FIDC.

No Ranking Anbima de Originação, o BB-BI está na quinta colocação na categoria Renda Fixa Consolidado e na terceira colocação na Renda Fixa Securitização. No Ranking Anbima de Distribuição, o BB-BI está na terceira colocação na distribuição de FIDC e ocupa a quarta posição em Renda Fixa Consolidado e Securitização.

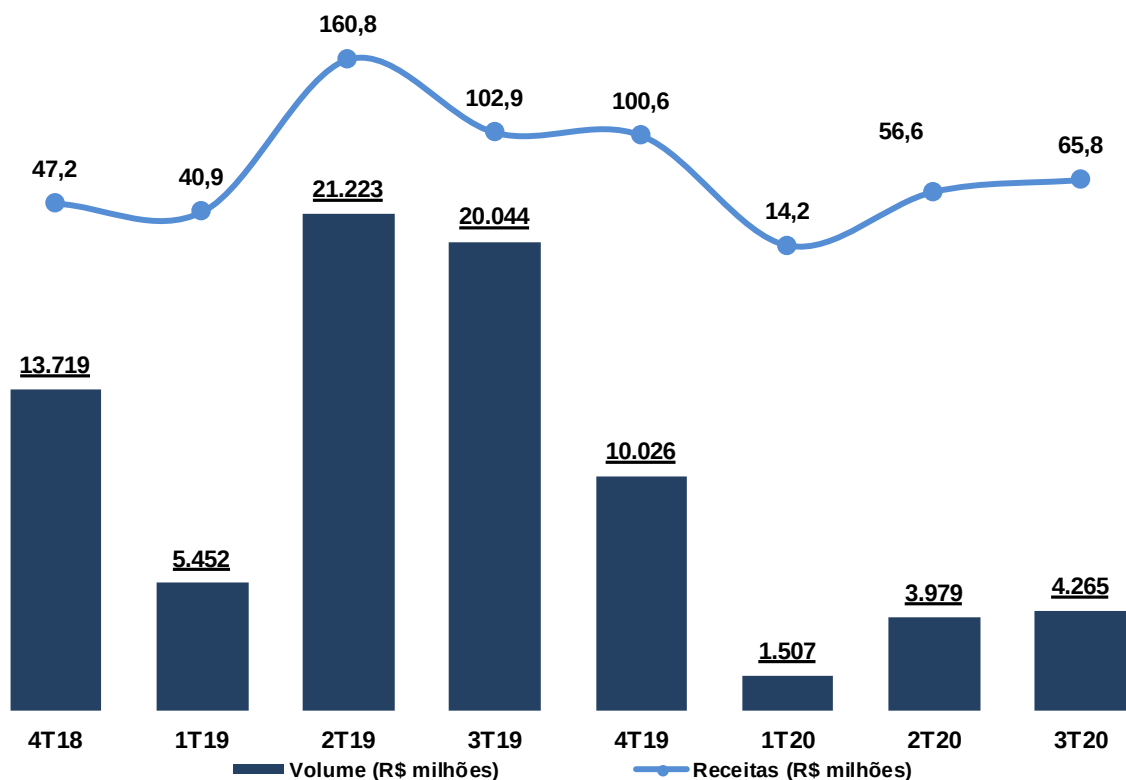
Renda Fixa – Mercado Externo

No 3T20 o mercado internacional de capitais (*bonds*) foi acessado por cinco emissores brasileiros, emitindo um total de US\$ 3,8 bilhões. O BB foi mandatado para atuar como *Lead-Manager* em quatro transações. Segundo o Ranking Anbima de Emissões Externas, o BB está na 14ª colocação. O BB também participou de três operações de *Liability Management*, que totalizaram um montante de US\$ 6 bilhões.

O BB participou como *Co-Manager* em duas transações de emissores estrangeiros, com volume total de US\$ 1,4 bilhão.

O gráfico a seguir demonstra o desempenho do BB na originação de títulos de renda fixa no Brasil e no exterior.

Figura 72. Originação de Títulos de Renda Fixa – Mercados Doméstico e Internacional



Renda Fixa Varejo – Mercado Secundário

Em 2019 o BB migrou a custódia dos ativos de renda fixa da BM&F Bovespa para a Cetip. No 3T20, o volume movimentado na Cetip foi de R\$ 1,7 bilhão, um incremento de 436% sobre o mesmo período do ano anterior. Em receitas, o crescimento observado foi de 531%, passando de R\$ 3,2 milhões no 3T19 para R\$ 20,3 milhões no 3T20.

Para os investidores de varejo, o BB-BI oferece a negociação dos ativos de renda fixa por meio da rede de agências e escritórios do BB, internet (<https://investimentos.bb.com.br>) e *mobile* (App Investimentos BB).

Renda Variável Atacado

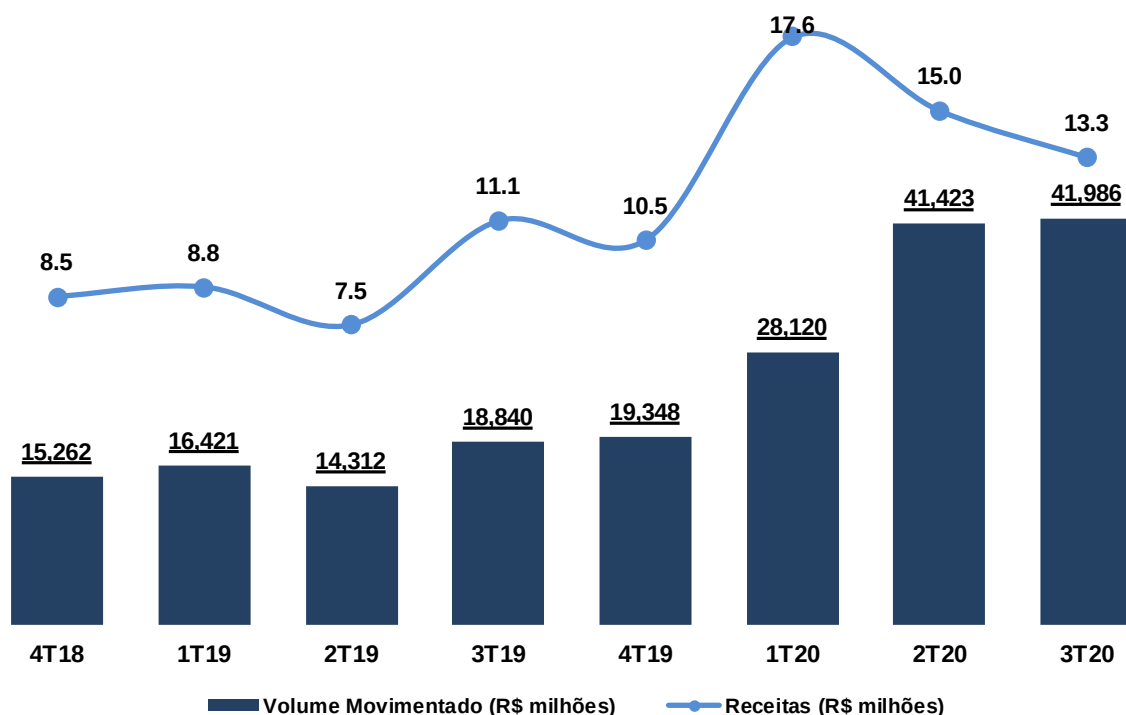
No 3T20 o BB-BI participou de cinco operações com volume de R\$ 10,5 bilhões, sendo quatro operações de *IPO*, com volume de R\$ 4,1 bilhões e uma operação de *follow-on*, com volume de R\$ 6,4 bilhões.

De acordo com o Ranking Anbima de Renda Variável, o BB-BI ocupa a quinta posição por número de operações, e nas operações que envolvem Ofertas Iniciais com e sem Partes Relacionadas, está em quarto no ranking. Em volume de ofertas, o BB-BI está na primeira colocação das Ofertas de Varejo.

Renda Variável Varejo – Mercado Secundário

No 3T20 o volume movimentado no BB foi de R\$ 42 bilhões, o que corresponde a um *market share* de 4,6% para o período.

Para os investidores de varejo, o BB-BI oferece o serviço de compra e venda de ações por meio da rede de agências do BB, *internet* (<https://investimentos.bb.com.br>) e *mobile* (App Investimentos BB).

Figura 73. Renda Variável Varejo - Mercado Secundário**Private Equity**

Na indústria de *private equity*, o BB-BI é cotista de 13 fundos, com 33 participações societárias em empresas localizadas em diferentes regiões do país. O total de capital comprometido pelo BB-BI na indústria de *private equity* é de R\$ 1,1 bilhão e o capital integralizado até o final do 3T20 foi de R\$ 743,3 milhões.

Assessoria em Estruturação de Financiamentos

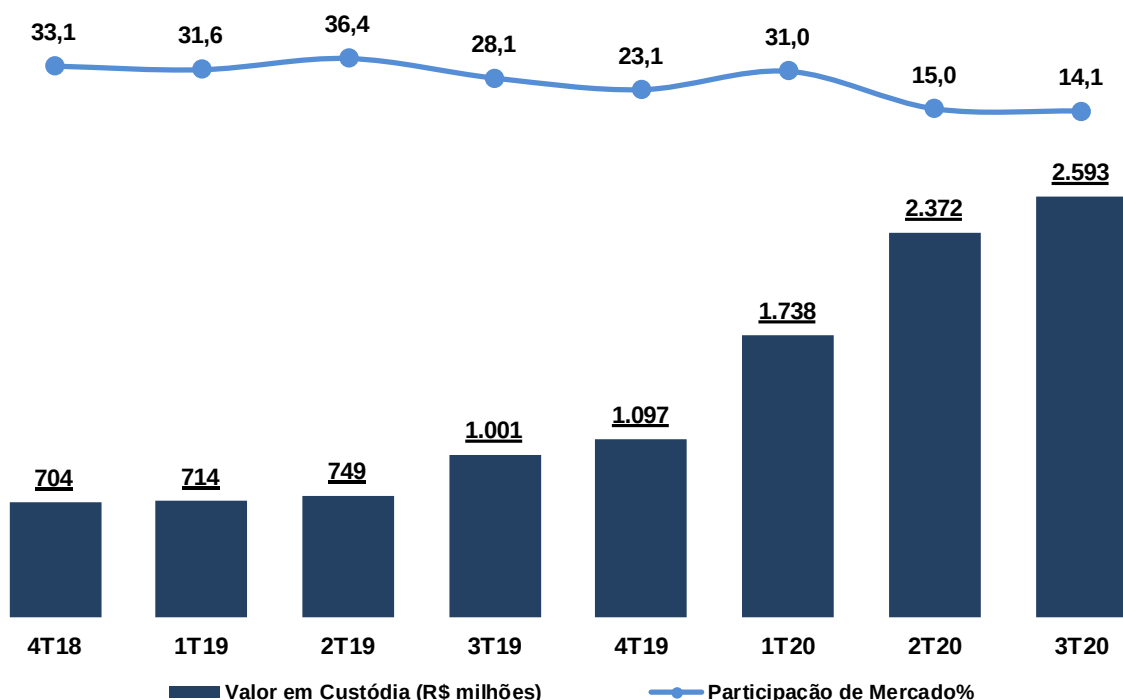
No 3T20 o BB-BI atuou na assessoria Pré-leilão de dois projetos de concessão de iluminação pública e em um projeto de concessão de saneamento e esgotamento sanitário.

Tabela 80. *Private Equity* – Participação Indireta – R\$ milhões

	Set/19		Jun/20		Set/20	
	Capital Comprometido do BB-BI	Participação no Capital Comprometido do Fundo	Capital Comprometido do BB-BI	Participação no Capital Comprometido do Fundo	Capital Comprometido do BB-BI	Participação no Capital Comprometido do Fundo
Total	1.095	Part.%	1.095	Part.%	1.095	Part.%
FIP Brasil Portos e Ativos Logísticos	169	18,8	169	18,8	169	18,8
FIP Brasil Agronegócio	160	19,0	160	19,0	160	19,0
FIP Fundo Brasil de Internacionalização de Empresas II	150	21,5	150	21,5	150	21,5
FIP Brasil Óleo e Gás	125	25,0	125	25,0	125	25,0
FIP Fundo Brasil de Internacionalização de Empresas	88	24,4	88	24,4	88	24,4
FIP Fundo Brasil de Governança Corporativa	83	13,8	83	13,8	83	13,8
FIP Angra Infraestrutura	60	8,1	60	8,1	60	8,1
FIP Logística Brasil	60	13,0	60	13,0	60	13,0
FIP Brasil Energia	60	5,8	60	5,8	60	5,8
FIP Infra Brasil	60	7,3	60	7,3	60	7,3
FIP Brasil Sustentabilidade	40	9,5	40	9,5	40	9,5
FMIEE Rio Bravo Nordeste II	20	15,1	20	15,1	20	15,1
FMIEE Jardim Botânico VC I	20	20,0	20	20,0	20	20,0

A figura a seguir apresenta o saldo e a participação de mercado de custódia no BB-BI no mercado de ouro.

Figura 74. Ouro – Custódia



10.4. Seguros, Previdência e Capitalização

A BB Seguros é o grupo segurador do Banco do Brasil. Constituído em 2012, a empresa representa o resultado de reorganizações societárias empreendidas desde 2008. Dentre as suas atividades estão a oferta de produtos de seguros, previdência aberta, capitalização e serviços de corretagem.

Outras informações sobre a empresa e negócios do segmento de seguros podem ser consultadas no relatório Análise do Desempenho da BB Seguros, disponível no site <http://www.bbseguridaderi.com.br/>.

10.5. Consórcios

De acordo com os últimos dados divulgados pela Associação Brasileira das Administradoras de Consórcios – ABAC, o mercado de consórcios fechou os oito primeiros meses de 2020 com R\$ 92,3 bilhões em volume de negócios, expansão de 8,6% em relação ao mesmo período de 2019. O número de participantes atingiu 7,5 milhões.

Entre janeiro e agosto deste ano foram comercializadas 1,8 milhão de novas cotas de consórcios, retração de 2,7% em relação ao mesmo período de 2019. Contudo, foram disponibilizados R\$ 33,8 bilhões em créditos, expansão de 22,6% na comparação com o ano anterior.

O Banco do Brasil atua no mercado de consórcios por meio de sua subsidiária, a BB Administradora de Consórcios S.A., que em agosto de 2020, alcançou 16,1% de participação de mercado, crescimento de 3,7 p.p. em relação ao mesmo período de 2019, conforme dados disponibilizados pelo Banco Central (agosto/2020).

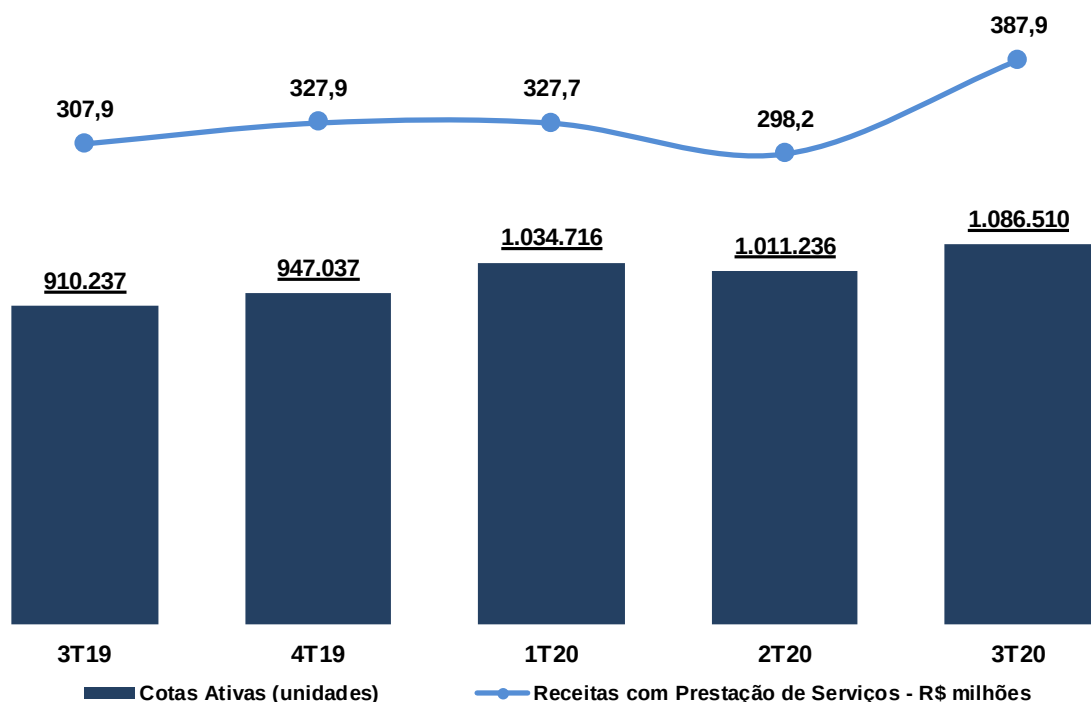
No 3T20, a BB Consórcios registrou a venda de mais de 75 mil novas cotas de consórcio, constituindo um montante de R\$ 4,2 bilhões em volume de negócios. O resultado é 9,5% maior que o mesmo período de 2019.

As vendas por meio dos canais alternativos alcançaram R\$ 471,6 milhões em contratações nos canais digitais (*Mobile*, *Internet* e *TAA*) e R\$ 519,5 milhões no canal parceiros.

Esse resultado é reflexo do foco estratégico e do aproveitamento de oportunidade de vendas, identificados a partir da observação do comportamento de clientes na busca das vantagens do planejamento financeiro que o produto consórcio oferece.

Tabela 81. Consórcios - Cotas Ativas por Tipo

	Set/19	Part. %	Jun/20	Part. %	Set/20	Part. %	Var. (%)	
							Set/19	Jun/20
Total	910.237	100,0	1.011.236	100,0	1.086.510	100,0	19,4	7,4
Automóveis	592.917	65,1	581.372	57,5	597.319	55,0	0,7	2,7
Moto	182.410	20,0	211.643	20,9	236.593	21,8	29,7	11,8
Serviços	42.927	4,7	86.535	8,6	105.190	9,7	145,0	21,6
Eletrodomésticos	37.038	4,1	59.294	5,9	69.846	6,4	88,6	17,8
Imóveis	42.751	4,7	50.311	5,0	53.013	4,9	24,0	5,4
Trator/Caminhão	12.194	1,3	22.081	2,2	24.549	2,3	101,3	11,2

Figura 75. Consórcios – Receitas com Prestação de Serviços e Cotas Ativas

As tabelas a seguir apresentam o comparativo entre saldo médio, prazo médio e taxa de administração média das cotas comercializadas no período.

Tabela 82. Consórcios - Ticket Médio – R\$

	3T19	4T19	1T20	2T20	3T20
Trator/Caminhão	130.536	118.854	126.536	130.925	141.976
Imóveis	118.695	121.286	99.423	146.375	123.650
Automóveis	47.894	45.500	46.314	51.965	49.063
Moto	17.315	16.486	16.472	15.798	15.723
Serviços	10.572	8.820	6.824	9.588	5.651
Eletrodomésticos	5.488	4.805	6.729	9.076	5.073

Tabela 83. Consórcios – Prazo Médio e Taxa de Administração Média

	3T19		2T20		3T20	
	Prazo Médio (meses)	Taxa Média (%)	Prazo Médio (meses)	Taxa Média (%)	Prazo Médio (meses)	Taxa Média (%)
Trator/Caminhão	100	11,4	95	13,4	90	14,2
Imóveis	194	17,7	147	17,4	156	17,9
Automóveis	81	15,5	71	15,0	56	15,8
Moto	63	19,9	57	19,8	51	19,6
Serviços	38	19,9	34	20,1	26	21,0
Eletrodomésticos	40	19,1	36	20,0	28	17,9

11 – Outras Informações

11.1. Ativo e Passivo Atuarial

11.1.1. Previ – Plano 1

O BB contabiliza em seu balanço os ativos e passivos atuariais decorrentes dos planos de benefícios concedidos aos seus empregados.

O ativo atuarial mais relevante é o Plano 1 da Previ, enquanto o passivo atuarial mais representativo é o plano de assistência administrado pela Cassi. Os valores são apurados semestralmente com fundamento em laudo de avaliação atuarial e sua disponibilidade é condicionada ao cumprimento dos requisitos estabelecidos em legislação e por autoridades reguladoras.

A mensuração do saldo atuarial do Plano é realizada semestralmente pelo Banco (junho e dezembro) e contempla: (i) o montante do *superavit/deficit* para o final do semestre corrente e (ii) a estimativa do resultado financeiro para o final do semestre subsequente, consideradas as projeções do custo do serviço corrente, contribuições, custos dos juros do passivo e rentabilidade dos ativos.

O BB efetua o reconhecimento antecipado mensal com base na estimativa de resultado financeiro do Plano para o final do semestre subsequente. O reconhecimento é feito na razão de 1/6 (um sexto) dos ganhos ou perdas projetadas, no decorrer do semestre ao qual se refere.

Os ativos do Plano são mensurados a valor justo com referência ao valor de mercado ou fluxo de caixa descontado, conforme composição apresentada na tabela a seguir.

O Banco, para definição dos valores relativos aos planos de benefício definido, utiliza métodos e premissas diferentes daqueles apresentados pelas entidades patrocinadas.

O pronunciamento técnico CPC 33 (R1) detalha a questão da contabilização assim como os efeitos ocorridos ou a ocorrer nas empresas patrocinadoras de planos de benefícios a empregados. Por sua vez, as entidades patrocinadas obedecem às normas emanadas do Ministério da Previdência Social, por intermédio do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc. As diferenças mais relevantes concentram-se na definição dos valores relativos ao Plano 1 – Previ. Conforme demonstrações financeiras do 1T20, nas notas 26 e 30 respectivamente, o BB informa que em 31.03.2020, foi realizada avaliação intermediária nos valores dos ativos garantidores e passivos atuariais, em face das mudanças significativas nos valores de mercado e nas taxas de juros, decorrentes dos impactos da Covid-19.

Em 30.09.2020, foi realizada avaliação intermediária nos valores dos ativos garantidores e passivos atuariais, em face das mudanças significativas nos valores de mercado e nas taxas de juros, decorrentes dos impactos da Covid-19.

Análise de Sensibilidade

As análises de sensibilidade são baseadas na mudança em uma das premissas, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer, e as mudanças em algumas das premissas podem ser correlacionadas.

Os métodos utilizados na elaboração da análise de sensibilidade não se alteraram em relação ao período anterior, sendo observadas as atualizações nos parâmetros de taxa de desconto.

Maiores detalhes sobre a Análise de Sensibilidade podem ser consultados na Nota Explicativa 29.d e no Relatório de Gerenciamento de Riscos (anual), publicado no [website ri.bb.com.br](http://ri.bb.com.br).

Tabela 84. Composição dos Ativos – %

	Set/19	Jun/20	Set/20
Renda Fixa	45,2	46,1	46,1
Renda Variável ¹	45,6	43,8	43,8
Investimentos Imobiliários	5,5	6,3	6,3
Empréstimos e Financiamentos	3,0	3,1	3,1
Outros	0,7	0,7	0,7
Montantes Incluídos no Valor Justo dos Ativos do Plano			
Em Instrumentos Financeiros Próprios da Entidade	5,2	3,6	3,6
Em Propriedades ou Outros Ativos Utilizados pela Entidade	0,0	0,1	0,1

(1) Inclui o valor de R\$ 26.805.347 mil (R\$ 42.137.086 mil em 31.12.2019), referente a ativos não cotados em mercado ativo.

Tabela 85. Principais Premissas Atuariais – %

	1S19	2019	1S20
Taxa Real de Desconto (a.a.) ¹	4,0	3,5	4,2
Taxa Nominal de Retorno dos Investimentos (a.a.)	8,6	7,1	7,9

(1) Em 30.09.2020, as taxas reais de desconto (a.a.) utilizadas na atualização intermediária dos planos foram de: Plano 1 – Previ 5,09%, Plano Informal – Previ 4,30%, Plano de Associados – Cassi 5,20% e Outros Planos 4,33%.

O ativo (passivo) atuarial do Plano 1 equivale a 50% (paridade) da diferença positiva ou negativa entre os ativos a valor justo e os passivos a valor presente.

Em virtude da mensuração semestral do resultado do Plano 1, o Banco do Brasil reconhece antecipadamente a variação projetada para o semestre seguinte, reduzindo a volatilidade do ativo/passivo atuarial.

As contribuições do item “f” (contribuição de fundos) da tabela a seguir são provenientes dos Fundos de Destinação do *Superavit*, cuja movimentação está detalhada na seção 11.1.2.

Tabela 86. Efeitos da Contabilização da Previ (Plano 1) –CVM nº 695/2012 – R\$ milhões

	3T19	4T19	1T20	2T20	3T20
(a) Valor Justo dos Ativos do Plano ¹	188.992	194.700	194.700	177.474	177.474
(b) Valor Presente das Obrigações Atuariais ¹	(195.325)	(211.165)	(211.165)	(190.767)	(190.767)
(c) Superavit/(Deficit) BB ¹ = [(a) + (b)] x 50%	(3.167)	(8.232)	(8.232)	(6.646)	(6.646)
(d) Saldo Inicial do Ativo Atuarial	(3.167)	(3.137)	(8.232)	(8.043)	(6.646)
(e) Resultado Financeiro Antecipado	(105)	(105)	(180)	(180)	(152)
(f) Contribuição de Fundos	134	368	137	170	135
(g) Remensuração Atuarial	-	(5.358)	232	1.407	-
(h) Remensuração atuarial intermediária ²					7.063
(i) Saldo do Ativo/(Passivo) Atuarial³ = (d) + (e) + (f) + (g) + (h)	(3.137)	(8.232)	(8.043)	(6.646)	400
Ativos/(passivos) atuariais atualizados após as movimentações intermediárias (conforme NE 29.d.3)					
Valor Justo dos Ativos do Plano				158.840	177.165
Valor Presente das Obrigações Atuariais				174.926	(176.365)
Superavit/(Deficit)				(16.087)	800
Ativo/(Passivo) Atuarial registrado³				(8.043)	400

(1) Em 30.09.2020, referem-se aos valores constantes da avaliação atuarial de 30.06.2020, antes da remensuração intermediária.

(2) Em 30.09.2020, houve atualização intermediária do valor justo dos ativos garantidores dos planos decorrente de alterações nos valores de mercado, bem como do valor presente das obrigações atuariais decorrente de alteração nas taxas de desconto utilizadas nos cálculos atuariais (Nota 29.d.8).

(3) Refere-se à parcela do patrocinador no superavit/deficit.

11.1.2. Fundos de Destinação do *Superavit* Previ (Plano 1)

Fundo de Utilização

O Fundo de Utilização foi constituído no 2T11 pela transferência de recursos do Fundo de Destinação (2010). Esse fundo representa o montante passível de resgate pelo Banco do Brasil e reflete a

contabilização na Previ da distribuição do *superavit*. Essa reserva é corrigida anualmente pela meta atuarial (INPC + 5% a.a.) e sua utilização está condicionada à comprovação da cobertura integral das obrigações do plano (art. 25, Deliberação CGPC nº 26/2008).

A partir do 1T14, com a retomada dos aportes periódicos, as contribuições do patrocinador passaram a ser realizadas por meio desse fundo.

Tabela 87. Previ (Plano 1) - Fundo de Utilização – R\$ milhões

	3T19	4T19	1T20	2T20	3T20
Saldo Inicial	9.648	9.648	9.572	9.598	9.521
Contribuições ao Plano 1	(134)	(368)	(137)	(170)	(135)
Atualização	134	292	163	94	271
Saldo Final	9.648	9.572	9.598	9.521	9.657

11.1.3. Cassi

O Banco é patrocinador do plano de assistência administrado pela Cassi, cujo principal objetivo é conceder auxílio para cobertura de despesas com a saúde dos associados e seus beneficiários inscritos.

Em 22 de julho de 2019, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) publicou a Resolução Operacional nº 2.439, que instaura a direção fiscal na Cassi. A ANS esclareceu que o regime de direção fiscal não é uma intervenção. A agência nomeou um diretor fiscal, sem poderes de gestão na operadora, para avaliar presencialmente a situação da Cassi. Cabe ao diretor analisar as medidas saneadoras propostas pela operadora e subsidiar a ANS em suas decisões. A direção fiscal tem duração de até 365 dias, podendo ser renovado o regime.

O Banco do Brasil S.A. (BB) comunicou em 31/10/2019 que o Conselho Diretor aprovou nova proposta de reforma estatutária apresentada pelo Conselho Deliberativo da Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil (Cassi). A proposta de reforma estatutária da Cassi tinha o propósito de promover modificações no modelo de custeio do Plano de Associados e de realizar melhorias na governança da Cassi.

A proposta de reforma, submetida aos seus associados, foi aprovada em processo de votação, realizada entre 18/11/2019 e 28/11/2019, com impacto adicional de R\$ 514 milhões em 2019. A proposta também previu a liquidação antecipada, pelo BB, de obrigação contratual de R\$ 450,9 milhões, referentes ao ressarcimento do *déficit* do Grupo dos Dependentes Indiretos, valor que não impactou o resultado. O aumento das despesas não impactou o passivo atuarial calculado de acordo com a Deliberação CVM 695.

A próxima tabela demonstra a evolução do passivo atuarial relacionado à Cassi, de acordo com a Deliberação CVM nº 695/2012.

Tabela 88. Efeitos da Contabilização da Cassi – CVM nº 695/2012 – R\$ milhões

	3T19	4T19	1T20	2T20	3T20
(a) Valor Justo dos Ativos do Plano ¹	242	162	162	162	162
(b) Valor Presente das Obrigações Atuariais ¹	(12.368)	(13.234)	(13.234)	(12.078)	(12.078)
(c) Deficit BB ¹ = [(a) + (b)]	(12.126)	(13.073)	(13.073)	(11.916)	(11.916)
(d) Saldo Inicial do Passivo Atuarial	(12.368)	(12.468)	(13.234)	(10.755)	(12.078)
(e) Valores Reconhecidos no Resultado	(275)	(275)	(248)	(304)	(458)
(f) Contribuição BB	176	234	623	(258)	382
(g) Remensuração Atuarial	-	(726)	2.103	(1.212)	-
(h) Reduções/Liquidações				451	-
(i) Remensuração atuarial intermediária ²					1.087
(j) Saldo do Passivo Atuarial³ = [(d) + (e) + (f) + (g) + (h) + (i)]	(12.468)	(13.234)	(10.755)	(12.078)	(11.066)
Ativos/(passivos) atuariais atualizados após as movimentações intermediárias (conforme Nota Explicativa 29.d.3)					
Valor Justo dos Ativos do Plano			162		162
Valor Presente das Obrigações Atuariais			(10.755)		(11.066)
Superavit/(Deficit)			(10.594)		(10.905)
Ativo/(Passivo) Atuarial registrado			(10.594)		(10.905)

(1) Em 30.09.2020, referem-se aos valores constantes da avaliação atuarial de 30.06.2020, antes da remensuração intermediária.

(2) Em 30.09.2020, houve atualização intermediária do valor justo dos ativos garantidores dos planos decorrente de alterações nos valores de mercado, bem como do valor presente das obrigações atuariais decorrente de alteração nas taxas de desconto utilizadas nos cálculos atuariais (Nota 29.d.8).

(3) Refere-se à parcela do patrocinador no superávit/deficit.

11.2. Negócios Internacionais

A presença do BB no exterior visa manter sua posição de referência para empresas e indivíduos brasileiros nos mercados internacionais.

A rede externa do Banco é composta por 23 dependências localizadas em 15 países. Em complemento a essa estrutura, o Banco do Brasil mantém acordo com outras instituições financeiras no exterior para atendimento aos seus clientes. No 3T20, havia 689 bancos atuando como correspondentes do BB em 92 países.

Tabela 89. Rede de Atendimento no Exterior

AGÊNCIAS	SUBAGÊNCIAS	UNIDADES DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS
Assunção - Paraguai	Hamamatsu - Japão	BB USA Servicing Center / Orlando - Estados Unidos
Frankfurt - Alemanha	Nagoia - Japão	BB Europa Servicing Center / Lisboa - Portugal
Grand Cayman - Ilhas Cayman		
Londres - Inglaterra	SUBSIDIÁRIAS	SECURITIES
Miami - Estados Unidos	BB Americas / Miami - Estados Unidos ¹	Banco do Brasil Securities LLC - Estados Unidos
Nova Iorque - Estados Unidos	Banco Patagonia / Buenos Aires - Argentina ²	BB Securities Ltd - Inglaterra
Santiago - Chile	BB AG (Aktiengesellschaft) / Viena - Áustria ³	BB Securities Asia Pte Ltd - Cingapura
Tóquio - Japão		
Xangai - China		

(1) O Banco do Brasil Americas possui agências em Miami, Boca Raton, Lighthouse Point, Orlando e Aventura.

(2) O Banco Patagonia possui rede de distribuição física em todas as províncias da Argentina.

(3) A BB AG Viena também possui sucursais localizadas nas cidades de Madri, Paris, Milão e Lisboa.

Tabela 90. Consolidado no Exterior – Itens Patrimoniais – R\$ milhões

	Set/19	Jun/20	Set/20	Var. (%)	
	Set/19	Jun/20	Set/20	Set/19	Jun/20
ATIVO	183.518	238.765	228.686	24,6	(4,2)
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	28.197	54.848	44.139	56,5	(19,5)
Titulos e Valores Mobiliários	18.428	28.941	33.951	84,2	17,3
Títulos Disponíveis para Negociação	3.879	6.919	7.162	84,6	3,5
Títulos Disponíveis para Venda	11.884	18.203	21.924	84,5	20,4
Títulos Mantidos até o Vencimento	2.665	3.819	4.865	82,6	27,4
Operações de Crédito	34.882	38.467	35.778	2,6	(7,0)
Setor Público	284	339	292	2,8	(13,9)
Setor Privado	34.598	38.128	35.486	2,6	(6,9)
Outros Ativos	5.095	10.230	8.916	75,0	(12,8)
Grupo BB	96.916	106.279	105.902	9,3	(0,4)
PASSIVO	183.518	238.765	228.686	24,6	(4,2)
Depósitos	55.108	69.323	62.432	13,3	(9,9)
Depósitos à Vista	8.326	12.799	13.535	62,6	5,8
Depósitos a Prazo	18.759	31.813	29.293	56,2	(7,9)
Depósitos Interfinanceiros	28.023	24.711	19.604	(30,0)	(20,7)
Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	25.930	34.259	34.850	34,4	1,7
Obrigações por Empréstimos	18.383	19.409	17.212	(6,4)	(11,3)
Dívidas Subordinadas e Bônus Perpétuos	39.528	50.753	52.782	33,5	4,0
Demais Passivos	4.874	5.592	5.636	15,6	0,8
Grupo BB	23.193	41.015	35.654	53,7	(13,1)
Patrimônio Líquido	16.502	18.414	20.120	21,9	9,3
Controlador	16.186	17.967	19.624	21,2	9,2
Participações Minoritárias ¹	316	447	496	57,0	11,0

(1) Refere-se apenas à participação de acionistas não controladores do Banco Patagonia.

Tabela 91. Consolidado no Exterior – Itens do Resultado – R\$ milhões

	3T19	2T20	3T20	Var. (%)		9M19	9M20	Var. (%)
				3T19	2T20			9M19
Lucro Após Impostos e Participações Estatutárias	459	691	498	8,5	(27,9)	1.724	2.097	21,6
Participações Minoritárias ¹	43	93	69	60,5	(25,8)	175	215	22,9
Lucro Líquido	502	784	567	13,0	(27,7)	1.898	2.313	21,9

(1) Refere-se apenas à participação de acionistas não controladores do Banco Patagonia.

11.2.1. Banco Patagonia

Todos os números apresentados neste capítulo refletem a integralidade dos saldos, contas patrimoniais e de resultado. Informações mais detalhadas estão disponíveis no site oficial do Banco Patagonia (<https://www.bancopatagonia.com.ar>).

Nas tabelas a seguir, apresentamos os principais destaques patrimoniais, de resultado e dados estruturais.

Tabela 92. Banco Patagonia – Destaques Patrimoniais – R\$ milhões

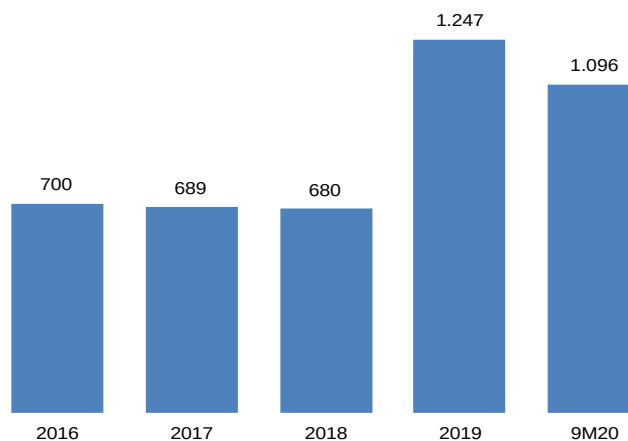
	Set/19	Jun/20	Set/20	Var. (%)	
				Set/19	Jun/20
Ativos	13.086	19.066	20.069	53,4	5,3
Operações de Crédito	6.226	7.173	7.309	17,4	1,9
Depósitos	8.298	14.113	14.917	79,8	5,7
Patrimônio Líquido	1.613	2.282	2.531	56,9	10,9

Tabela 93. Banco Patagonia – Captações – R\$ milhões

	Set/19	Jun/20	Set/20	Var. (%)	
				Set/19	Jun/20
Total	2.370	2.634	2.656	12,1	0,8
Pessoa Física	968	1.047	1.014	4,8	(3,2)
Pessoa Jurídica	950	1.476	1.570	65,3	6,4
Interbancário	358	97	59	(83,6)	(39,6)
Emissões	20	13	12	(41,0)	(7,5)
Compromissadas	73	1	1	(98,6)	-

Tabela 94. Banco Patagonia – Principais Linhas do Resultado – R\$ milhões

	3T19	2T20	3T20	Var. (%)		9M19	9M20	Var. (%)
				3T19	2T20			9M19
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	500	845	653	30,7	(22,6)	1.609	1.974	22,7
Receitas com Prestação de Serviços	193	220	230	18,9	4,3	604	649	7,5
Despesas Administrativas	(254)	(308)	(319)	25,5	3,6	(742)	(874)	17,8
Outros	(159)	(94)	(79)	(50,0)	(15,5)	(181)	(247)	36,4
Resultado Antes da Tributação s/Lucro	280	663	485	73,0	(26,9)	1.289	1.501	16,5
Imposto de Renda e Contribuição Social	(60)	(188)	(132)	117,9	(30,1)	(400)	(405)	1,5
Lucro Líquido	220	474	353	60,6	(25,6)	889	1.096	23,2

Figura 76. Banco Patagonia – Lucro Líquido – R\$ milhões

Em relação ao resultado de tesouraria, cabe destacar a existência de um contexto inflacionário na Argentina, que afeta a situação financeira, os resultados e os fluxos de caixa e, portanto, o impacto da inflação deve ser levado em consideração. Para gestão e controle, o Banco Patagonia possui ferramentas de mensuração, que permitem um gerenciamento integrado do risco de taxa de juros junto ao risco de liquidez (estratégia de ALM).

Tabela 95. Banco Patagonia – Margem Financeira Bruta – Gerencial – R\$ milhões

	3T19	2T20	3T20	Var. (%)		9M19	9M20	Var. (%)
				3T19	2T20			9M19
Margem Financeira Bruta	551	886	639	15,9	(27,9)	1.802	1.990	10,4
Receita Financeira com Operações de Crédito	462	454	411	(11,1)	(9,5)	1.420	1.289	(9,2)
Despesa Financeira de Captação	(476)	(295)	(453)	(4,8)	53,6	(1.392)	(1.084)	(22,1)
Despesa Financeira de Captação Institucional	(42)	(26)	(29)	(31,8)	9,3	(159)	(84)	(47,3)
Resultado de Tesouraria	608	753	710	16,8	(5,8)	1.933	1.868	(3,4)

Tabela 96. Banco Patagonia – Indicadores de Rentabilidade, Capital e Crédito – %

	3T19	2T20	3T20
Retorno sobre o Patrimônio Líquido ¹	70,6	38,3	36,2
Índice de Basileia	14,6	18,1	18,8
Índice de Cobertura (+90 dias)	193,6	213,8	223,5
Inad+90	2,6	2,3	2,0

(1) O cálculo é anualizado (multiplicação do resultado trimestral por quatro).

Glossário

Alavancagem: indicador financeiro que expressa a relação entre o ativo total e o patrimônio líquido da empresa.

Ativos Rentáveis: refletem a soma de todos os ativos que geram retorno financeiro para a instituição. O retorno total desses ativos está incluído na receita bruta de intermediação financeira (RIF).

Captações Comerciais: inclui Depósitos Totais, Letras de Crédito de Agronegócio (LCA), Letras de Crédito Imobiliárias (LCI) e Operações Compromissadas com Títulos Privados.

Captações Institucionais: inclui captações direcionadas a investidores institucionais, com a utilização de instrumentos como Dívida Sênior, Letras Financeiras, Instrumento Híbrido de Capital e Dívida (IHCD).

Carteira de Crédito Classificada: total das operações de empréstimos, financiamentos, arrendamentos mercantis, outras operações com características de crédito e aquisições de ativos de crédito.

Carteira de Crédito Ampliada: corresponde à carteira de crédito classificada adicionada das operações com títulos e valores mobiliários privados (TVM privados) e das garantias prestadas.

Carteira de Crédito Ampliada Interna: carteira de crédito ampliada, considerando-se apenas as operações realizadas no país.

Carteira de Crédito Ampliada Orgânica Interna: carteira de crédito ampliada interna, desconsiderando-se as operações de crédito adquirido.

Carteira de Crédito Atacado Pessoa Jurídica: composta pelas grandes empresas, com faturamento anual superior a R\$ 200 milhões, adicionadas ao crédito agroindustrial e TVM.

Carteira de Crédito Negócios Varejo: corresponde à carteira de crédito pessoa física ampliada orgânica adicionada da carteira de crédito classificada Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME).

Carteira de Crédito Orgânica: corresponde à carteira de crédito classificada do BB excluindo as carteiras adquiridas.

Carteira de Crédito Renegociada por Atraso: composta pelos créditos renegociados para composição de dívidas em virtude de atraso no pagamento pelos clientes. Não inclui operações prorrogadas da carteira de agronegócio.

Correspondentes no País: são empresas contratadas por instituições financeiras e demais instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil para a prestação de serviços de atendimento aos clientes e usuários dessas instituições.

Custo do crédito: razão entre a despesa de PCLD líquida e a carteira de crédito classificada média do período.

Custo de Oportunidade: instrumento de avaliação gerencial utilizado na comparação entre o resultado efetivo de operações ativas e o resultado hipotético da utilização em alternativa substitutiva. Em geral é considerada a Taxa Média Selic (TMS).

Despesa de PCLD – Risco de Crédito: despesa com Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD), conforme a Res. 2.682/99.

Despesa de PCLD líquida: despesa com PCLD, conforme a Res. 2.682/99, líquida de receita com recuperação de crédito.

Garantias: são operações em normalidade às quais o BB assegura a liquidação financeira dos contratos (aval e fiança).

Hedge Estrutural: operações realizadas para anular os efeitos de variações em moedas estrangeiras sobre os ativos no exterior.

Hedge Fiscal: operações realizadas para minimizar o efeito da tributação sobre resultados positivos decorrentes do Hedge Estrutural.

Imparidade: grupamento de contas que registra as perdas permanentes em títulos e valores mobiliários, as despesas com provisão por imparidade em títulos e valores mobiliários e o resultado negativo apurado em operações de venda ou de transferência de ativos financeiros que foram baixados pela instituição vendedora ou cedente.

Inad +15: indicador calculado pela razão entre o saldo de operações em atraso acima de 15 dias e o saldo da carteira.

Inad +60: indicador calculado pela razão entre o saldo de operações em atraso acima de 60 dias e o saldo da carteira.

Inad +90: indicador calculado pela razão entre o saldo de operações em atraso acima de 90 dias e o saldo da carteira.

Índices de Cobertura de despesas administrativas e despesas de pessoal - ajustados: Indica a grandeza da cobertura das rendas de tarifas sobre as despesas.

Índice de Eficiência ajustado: indicador de produtividade que expressa a relação entre as despesas administrativas e suas receitas operacionais. Quanto menor o índice, mais “eficiente” é a empresa.

Itens extraordinários: Receitas ou despesas relevantes identificadas no resultado do período e que não se referem aos negócios normais do Banco e/ou se referem a valores contabilizados em exercícios anteriores.

Lucro Líquido Ajustado: lucro líquido sem itens extraordinários.

Margem Financeira Bruta (MFB): é calculada pela diferença entre as receitas e despesas de intermediação financeira considerando as realocações. Representa o resultado das operações de intermediação financeira, antes da provisão para risco de crédito.

Margem Financeira Gerencial: é calculada com base nas receitas financeiras auferidas, deduzidos os custos de oportunidade. É definida de acordo com cada tipo de produto.

Margem de Lucro Líquida: diferença entre a taxa média de retorno dos ativos rentáveis e a taxa média de custo dos passivos onerosos.

Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME): clientes pessoas jurídicas com faturamento bruto anual de até R\$ 200 milhões.

MSD: Média de Saldos Diários.

Passivos Onerosos: engloba a soma de todos os passivos que acarretam despesa financeira para a instituição. O custo financeiro total desses passivos reflete a despesa de intermediação financeira.

PCLD Ampliada: corresponde à PCLD Líquida (despesas com PCLD, conforme a Res. 2.682/99, líquida da recuperação de crédito), adicionada aos descontos concedidos e a imparidade.

Realocações: ajustes realizados na Demonstração do Resultado Societário (DRE) com o objetivo de possibilitar melhor entendimento do negócio e do desempenho da empresa.

Receita Líquida de Juros: composta pela diferença entre os ganhos com os ativos rentáveis e os custos referentes aos passivos onerosos.

Retorno sobre Patrimônio Líquido Anualizado (RSPL): razão entre o lucro líquido e a média aritmética do patrimônio líquido do período em referência, excluída a participação de minoritários. Os valores são anualizados por capitalização simples.

Risco Médio: relação entre o saldo da provisão requerida e o total da carteira classificada.

RSPL Acionista: mede o retorno para o acionista do BB. É calculado pela razão entre o lucro ajustado e a média do PL contábil deduzidas as participações minoritárias e o instrumento elegível ao capital principal, que não é considerado no cálculo do indicador, pois o pagamento da sua remuneração é realizado com recursos provenientes de lucros acumulados e reservas de lucros. Os valores são anualizados por capitalização simples.

RSPL Ajustado: é calculado pela razão entre o lucro ajustado e a média do PL contábil deduzidas as participações minoritárias nas controladas e os planos de benefícios. Os valores são anualizados por capitalização simples.

RSPL Mercado: reflete a métrica que os principais analistas de mercado utilizam nas previsões de resultado. É calculado pela razão entre o lucro ajustado e a média do PL contábil deduzido das participações minoritárias. Os valores são anualizados por capitalização simples.

Spread Gerencial: é o resultado da margem financeira gerencial dividida pelos respectivos saldos médios. Na apuração da margem financeira gerencial são auferidas inicialmente as receitas financeiras, classificadas por tipo de carteira. Além disso, são deduzidos os custos de oportunidade definidos para cada uma das linhas que compõem as carteiras. Em relação ao crédito destinado para PF e PJ, com recursos livres, o custo de oportunidade é a taxa média Selic (TMS). No caso da carteira agrícola e

outros recursos direcionados, o custo de oportunidade é calculado de acordo com a origem do *funding* e com a necessidade ou não de aplicação obrigatória de parte dessa fonte de recurso.

Spread Global: aplicação do conceito de *spread* específico ao segmento bancário que é calculado dividindo-se a margem financeira bruta pelos ativos rentáveis médios.

TVM Privados: valores mobiliários (*commercial papers* e debêntures) emitidos principalmente por clientes pessoa jurídica e subscritos pelo BB.

Regulação do Capital no Banco do Brasil:

Ajustes Prudenciais: são deduções do Capital Principal de elementos patrimoniais cuja qualidade pode ser comprometida em decorrência de sua baixa liquidez, difícil avaliação ou dependência de lucro futuro para serem realizados.

Capital Complementar: são os IHCD que atendam aos requisitos definidos pela Resolução CMN nº 4.192/13 para compor o Capital Complementar, desde que autorizados pelo Bacen.

Capital Principal: composto pelo Patrimônio Líquido (PL) e contas de Resultado, sendo deduzidos os Ajustes Prudenciais.

Nível I: somatório do Capital Principal e Capital Complementar.

Nível II: são os Instrumentos de Dívidas Subordinadas (IDS) que atendam aos requisitos exigidos pela Resolução CMN nº 4.192/13 para compor o Nível II, desde que autorizados pelo Bacen.

Patrimônio de Referência (PR): é o somatório do Capital Nível I e II.

Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR): é o patrimônio exigido (volume de capital necessário) das instituições e dos conglomerados autorizados a funcionar pelo Bacen, para fazer face aos riscos a que estão expostos, em função das atividades por eles desenvolvidas, e é definido pela Resolução CMN nº 4.193/13.

Risk Weighted Asset (RWA): Ativo Ponderado pelo Risco.

RWA_{CPAD}: ponderação relativa às exposições ao risco de crédito, sujeita ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada.

RWA_{MPAD}: ponderação relativa às exposições ao risco de mercado, sujeita ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada.

RWA_{OPAD}: ponderação relativa ao cálculo do capital requerido para o risco operacional mediante abordagem padronizada.

Vice-Presidência de Gestão Financeira e Relações com Investidores

Vice-Presidente

Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo

Gerente Geral de Relações com Investidores e Sustentabilidade

Daniel Alves Maria

Gerentes Executivos

Ana Maria Rodrigues Borro Macedo

Janaína Marques Storti

Gerentes

Debora Stefani

Fabíola Lopes Ribeiro

Felipe de Mello Pimentel

Gabriel Maceron Santamaria

Henrique Leite de Vasconcellos

Hilzenar Souza Alves da Cunha

Marcio Luiz da Silva Gama

Coordenador

Marcelo Oliveira Alexandre

Assessores

Adriano Gonçalves de Souza

Alícia Tabata

Ana Paula Zago Udenal

Arthur Henrique Martins Ferreira

Bruno Santos Garcia

Caroline Rosa

Cleber Antonio Lima Rentroia

Daniela Priscila da Silva

Diogo Simas Machado

Elizabeth Calixto Abrao

Eva Maria Gitirana de Oliveira

Fabício da Costa Santin

Fernanda Vasconcelos de Meneses

Gabriel Mirabile Pinheiro

Gustavo Correia de Brito

Humberto Fernandes de Oliveira

Ítala Tonon

Jefferson Guarnieri Aquino

Jorge Andre Gildi dos Santos

Laura Daianna Fernandes Cunha

Luiz Fernando de Almeida

Marcelo Ottoni Nepomuceno

Marco Antonio Datolo Fernandes

Maria Angélica de Paiva Rezende

Miriam Martins de Souza Caruso

Regina Knysak

Rodrigo Gomes da Costa

Rosana Gehlen Loblein

Saulo Suassuna Santos

Tatiana Dias Coelho

Thiago Paro Presotto

Thiago Quiaratti

Vilmar Francisco Thewes

Vitor Lopes Rodrigues

Viviane de Sousa

William Barbosa Pontes Junior

William Oliveira Camelo

Banco do Brasil S.A.

Relatório de Asseguração Limitada do
Auditor Independente sobre o Processo de
Compilação e Apresentação das Informações
Contábeis Suplementares Incluídas no
Relatório de Análise do Desempenho
Referente aos Períodos de Três e Nove Meses
Findos em 30 de Setembro de 2020

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO LIMITADA DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE O PROCESSO DE COMPILAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS SUPLEMENTARES INCLUÍDAS NO RELATÓRIO DE ANÁLISE DO DESEMPENHO REFERENTE AOS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020

Ao Conselho de Administração, aos Acionistas e aos Administradores do Banco do Brasil S.A.

Introdução

Fomos contratados pelo Banco do Brasil S.A. ("Banco") para apresentar nosso relatório de asseguração limitada sobre o processo de compilação e apresentação das informações contábeis suplementares apresentadas nas demonstrações contábeis resumidas, incluídas no item 1 do Relatório de Análise de Desempenho do Banco ("informações contábeis suplementares") para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2020, preparadas pela e sob a responsabilidade da Administração do Banco.

As informações contábeis suplementares foram compiladas e apresentadas partindo das informações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2020, revisadas por nós de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente), sobre as quais emitimos relatório de revisão em 4 de novembro de 2020. As informações contábeis suplementares compiladas incluem realocações de acordo com as interpretações e os julgamentos da Administração do Banco, conforme critérios para elaboração descritos nos itens 1.2.1, 1.2.2 e 1.2.3 do Relatório de Análise de Desempenho.

Responsabilidades da Administração do Banco pelo processo de compilação e apresentação das informações contábeis suplementares incluídas no Relatório de Análise do Desempenho

A Administração do Banco é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco, referentes aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2020, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, bem como pelo processo de compilação e apresentação das informações contábeis suplementares apresentadas nas demonstrações contábeis resumidas incluídas no item 1 do Relatório de Análise de Desempenho do Banco, contendo certas realocações efetuadas pela Administração do Banco para uma análise adicional, as quais estão descritas nos itens 1.2.1, 1.2.2 e 1.2.3 do Relatório de Análise de Desempenho, cujos valores são obtidos das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco, revisadas por nós, ou dos registros contábeis do Banco.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Responsabilidades do auditor independente

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre o processo de compilação das informações contábeis suplementares apresentadas nas demonstrações contábeis resumidas incluídas no item 1 do Relatório de Análise de Desempenho do Banco para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2020, com base no trabalho de asseguarção limitada conduzido de acordo com a NBC TO 3000 - Trabalhos de Asseguarção Diferente de Auditoria e Revisão, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, que é equivalente à norma internacional ISAE 3000 - "Assurance Engagements other than Audits or Reviews of Historical Financial Information", emitida pela Federação Internacional de Contadores (IFAC), aplicável às informações não históricas.

Essa norma requer o cumprimento de exigências éticas, incluindo requisitos de independência, e que o trabalho seja executado com o objetivo de obter segurança limitada de que não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis suplementares apresentadas nas demonstrações contábeis resumidas incluídas no item 1 do Relatório de Análise de Desempenho do Banco, para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2020, não tenham sido compiladas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os critérios para elaboração descritos nos itens 1.2.1, 1.2.2 e 1.2.3 do Relatório de Análise de Desempenho do Banco.

Os referidos procedimentos de asseguarção foram considerados suficientes para permitir um nível de asseguarção limitada e não contemplam todos aqueles procedimentos que poderiam ser requeridos para fornecer um nível de asseguarção mais elevado e, conseqüentemente, não expressamos opinião.

Conclusão

Com base nos procedimentos de asseguarção limitada anteriormente descritos, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que o processo de compilação e apresentação das informações contábeis suplementares, apresentadas nas demonstrações contábeis resumidas, incluídas no item 1 do Relatório de Análise de Desempenho do Banco, para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2020, anteriormente referidas, não tenha sido seguido pela Administração do Banco, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os critérios para elaboração descritos nos itens 1.2.1, 1.2.2 e 1.2.3 do Relatório de Análise de Desempenho do Banco.

Brasília, 4 de novembro de 2020

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" DF

Luiz Carlos Oseliero Filho
Contador
CRC nº 1 SP 234751/O-6

Relatório da Administração

3º Trimestre de 2020



BANCO DO BRASIL

Carta da Administração

Senhoras e senhores,

É com o cliente no centro da nossa estratégia que desenvolvemos nosso negócio, para oferecer a melhor experiência.

O cenário competitivo traz tendências importantes que estamos atentos. A concorrência aumentou e está mais diversificada. As novas tecnologias trazem mudanças no relacionamento e vão transformar profundamente a indústria. O cliente mudou, o mercado também muda rapidamente e o Banco do Brasil vem construindo o seu posicionamento tendo em vista estes movimentos, concentrando seus esforços em oferecer um atendimento de excelência, com foco nas necessidades dos diversos segmentos de clientes que atendemos. Entendemos que o diferencial competitivo de uma empresa está no relacionamento com seus clientes, principalmente em um ambiente onde os produtos tendem a ter baixa diferenciação.

Sendo a tecnologia um importante vetor deste processo, temos investido fortemente na consolidação de negócios digitais. Em agosto, comunicamos investimentos adicionais de R\$ 2,3 bilhões em tecnologia para os próximos três anos, especialmente em *analytics*, big data e inteligência artificial. Isso se soma a mais de R\$ 2,3 bilhões investidos nessa área no BB apenas em 2020. Avançamos também em parcerias com fintechs e aprovamos nosso Programa de Investimento em Startups, para co-criar soluções que possam acelerar negócios e processos, tendo em vista a jornada dos clientes e a eficiência operacional. Além de potencializar parcerias, o programa traz benefícios como intercâmbio cultural com Startups, permite identificar e antecipar tendências e acelera o *time to market* no desenvolvimento de novas soluções. O Pix chegou como uma das mudanças mais inovadoras dos últimos tempos no setor financeiro, e nossa infraestrutura estava pronta, com antecedência, para disponibilizar uma solução adequada ao nosso cliente, bem como para trazer oportunidades de novos modelos negócios.

O equilíbrio entre o digital e o físico também é relevante em nossa atuação. O tamanho das agências e a sua forma de atender ao cliente já vem mudando e esse caminho é natural. Há clientes que gostam de ir à agência e outros que preferem o relacionamento virtual, e refletindo essas demandas dos clientes, nossa rede de distribuição e nossa plataforma de canais têm sido adaptadas para atender os clientes nos canais que lhes forem mais convenientes.

Mantemos o compromisso com controle de despesas e busca pela eficiência, rentabilidade e responsabilidade socioambiental. Em linha com esse propósito, mudamos nosso modelo de gestão de pessoas, que agora está mais orientado à performance, e implementamos um novo Plano de Cargos e Salários. Nesse mesmo contexto, lançamos o Flexy BB, projeto que vai otimizar a ocupação dos ambientes corporativos, trazendo um novo modelo de trabalho, além de eficiência imobiliária e redução de custos. Acreditamos na criação de valor coletivo, seja trabalhando em espaços físicos ou virtuais. O Flexy BB foi estruturado para revolucionar a forma como trabalhamos, com colaboradores cada vez mais integrados, engajados e conectados. Além disso, temos implementado medidas de ecoeficiência energética, que serão fundamentais para reduzir os impactos das operações no meio ambiente e ainda gerar eficiência ao negócio. Em seu conjunto, essas iniciativas trarão economia líquida de R\$ 3,3 bilhões nos próximos 5 anos.

A sustentabilidade está presente na dinâmica do nosso dia a dia há muitos anos, sendo aspecto angular na gestão dos negócios e dos processos. Isso permite ações de antecipação e de gerenciamento de riscos e oportunidades, o que, em um cenário de negócios competitivo e de mudanças estruturais, faz com que possamos resguardar nossa capacidade de prosperar no médio e longo prazo.

Por fim, completamos, em outubro, 212 anos de história e o que nos trouxe até aqui é exatamente o que nos levará adiante: a força dos nossos funcionários, sua capacidade de superar desafios, de se reinventar, de apoiar os nossos clientes e contribuir para o desenvolvimento do país. Isto somado aos pilares de foco no cliente, à cultura de inovação e à eficiência operacional continuarão guiando nossa atuação e suportando a geração de valor aos nossos públicos de relacionamento.

Atuação durante a pandemia

Diante do cenário de incertezas trazido pela pandemia do novo coronavírus (Covid-19), o Banco do Brasil tem atuado para prover suporte aos clientes com seriedade, rapidez e segurança, ao mesmo tempo em que fortalecemos o nosso compromisso com a sociedade, a partir de ações que visam apoiar o país a superar este momento de dificuldades.

Reconhecemos o empenho e a força dos nossos colaboradores que tem trabalhado para garantir a prestação de serviços financeiros de qualidade aos clientes e à sociedade. Neste contexto, o trabalho remoto foi priorizado rapidamente e atingiu mais de 55 mil funcionários. Além disso, foram feitos investimentos em tecnologia e em segurança da informação, reforçando o atendimento digital. Também tomamos todas as medidas necessárias para manter o atendimento presencial seguro.

Auxiliamos de maneira ágil nossos clientes a navegar por esse período turbulento, possibilitando a adequação financeira de seus compromissos a partir da repactuação das operações de crédito com carência para pagamento e alongamento do prazo, a depender da linha de crédito.

Dentre as ações de suporte à economia, destacamos ainda:

(i) os desembolsos de R\$ 6,8 bilhões para as empresas no Programa de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe); (ii) a disponibilização de linha de crédito especial voltada ao financiamento de até duas folhas de pagamento para empresas, de acordo com as regras previstas na Medida Provisória nº 944, de 03/04/2020, que superou R\$ 780 milhões até setembro; (iii) apoiamos o Governo Federal, por meio do Ministério da Cidadania, no pagamento do auxílio emergencial previsto na Lei 13.982, de 02 de abril de 2020 com a realização de mais de 6,7 milhões de créditos, totalizando R\$ 4,6 bilhões de abril a setembro/2020, (iv) fomos a principal instituição financeira no pagamento do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda – BEm - concedido aos trabalhadores que tiveram jornada reduzida ou contrato suspenso de forma a preservar seu emprego e sua renda. O BEm está sendo pago aos empregados das empresas que aderirem ao programa, independentemente do cumprimento de qualquer período aquisitivo, tempo de vínculo empregatício ou número de salários recebidos. Até 30/09, foram disponibilizados 15,6 milhões de benefícios em um montante de R\$ 12,7 bilhões, sendo R\$ 1,9 bilhão por meio de crédito automático em contas poupança BB, R\$ 8,8 bilhões de DOC's e R\$ 1,8 bilhão de créditos via Carteira Digital bB; (v) apoiamos em alguns Estados e Municípios o pagamento de auxílio emergencial para atendimento de necessidades básicas e merenda destinado a alunos da rede escolar pública que sejam beneficiários do programa bolsa família. Os créditos foram disponibilizados por meio Carteira Digital bB, a mais de 96 mil beneficiários e representantes dos alunos; (vi) negociamos outros convênios para pagamentos de benefícios oferecidos por meio da Carteira Digital bB, oferecidos por órgãos da administração pública federal, com abrangência nacional. Foi disponibilizada central de atendimento específica ao pagamento dos benefícios do Governo Federal (4003-5285) com 1,1 milhão de atendimentos telefônicos realizados e 610 mil atendimentos por meio de "chat" na Carteira Digital bB, case vencedor do prêmio Smart2020, categoria "Relacionamento Digital". (vii) Realizamos, por meio de acordo com o Ministério da Saúde, o pagamento de bonificações aos residentes e estudantes da área de saúde que participam da ação "O Brasil Conta Comigo", por meio da Carteira Digital bB. A ação do Ministério da Saúde possibilita a convocação de profissionais de saúde interessados em atuar junto ao Sistema Único de Saúde (SUS) em locais de necessidade, para o enfrentamento da pandemia gerada pela COVID-19.

Avaliamos e monitoramos os potenciais impactos da crise na carteira de crédito, considerando as peculiaridades dos diversos segmentos e linhas de crédito e temos adotado medidas proativas para a gestão do risco e do capital. Trabalhamos para preservar a continuidade das nossas operações e a perenidade de nossa empresa. Nos últimos nove meses realizamos provisões prudenciais de R\$ 6,1 bilhões, para reforçar nosso balanço em relação ao cenário a frente.

A adaptabilidade de nossa cultura organizacional e a nossa sólida governança corporativa têm sido a pedra angular para que a tomada de decisão compreenda uma abordagem integrada em todas dimensões do nosso negócio. Além disso, nossos investimentos em tecnologia e a inovação suportam nossos negócios, a segurança nos processos internos e externos e a busca pelo nosso propósito: Cuidar do que é valioso para as pessoas.

Cientes

O cliente permanece no centro de nossas atenções e temos trabalhado para atender da melhor maneira suas demandas e necessidades, preservando nossa histórica parceria e apoio às pessoas físicas, jurídicas, ao setor público e ao produtor rural, enfatizando o uso dos canais digitais como forma de atendimento, com comodidade e segurança.

Os nossos canais de comunicação estão sendo utilizados de forma prioritária para a divulgação de conteúdos que tragam segurança e comodidade para os clientes. Até o momento já fizemos campanhas relacionais ativando mais de 14,3 milhões de clientes via Push, com vistas a abordar os clientes com produtos e serviços que melhor se adequem ao seu perfil comportamental. Entre os temas tratados estão alteração de limites do cartão, orientações para beneficiários do INSS e seus familiares, facilidades do atendimento remoto para Empresas e estímulo ao uso dos canais de autoatendimento, principalmente o App.

Em agosto, lançamos o BB Digital PJ, um novo canal de atendimento digital para as empresas. O novo ambiente atende pessoas jurídicas de todos os portes e segmentos, assim como clientes Governo e futuramente Produtores Rurais. O canal foi repensado para maior facilidade de uso e melhor experiência de navegação, além de permitir a disponibilização de outros produtos 100% digitais aos clientes.

Nosso *web robot* (Bot) de inteligência artificial (pelo WhatsApp e pelos canais de mensagem do Twitter e Facebook) responde aos usuários, clientes e funcionários sobre as principais dúvidas e realiza um primeiro atendimento aos usuários e clientes cadastrados, dando agilidade aos atendimentos. Desde o início da pandemia, a quantidade de atendimentos realizados pelo WhatsApp se multiplicou em mais de três vezes com retenção e resolutividade de 62%. Por se tratar de uma tecnologia dinâmica, as respostas a cada dia evoluem em orientações gerais e procedimentos internos.

Disponibilizamos aos clientes a possibilidade de realização de operações bancárias, inclusive pagamento de tributos, via WhatsApp. No total, foram realizados aproximadamente 107 milhões de interações nos atendimentos remotos por meio deste canal, entre aqueles realizados pelo Bot e pelos colaboradores.

Ampliamos o atendimento humano qualificado no App BB ("Fale.Com"), atingindo mais de 12,6 milhões de clientes com acesso ao atendimento via chat. Somos pioneiros neste contexto de soluções para clientes. Por conta da pandemia, houve grande expansão do atendimento via chat, com habilitação de mais de 6,6 milhões de novos clientes. Foram habilitados diversos grupos, incluindo os que frequentam agências e/ou utilizam terminais de autoatendimento, produtores rurais e investidores. Esse movimento contribuiu para a redução da movimentação de pessoas em ambientes com aglomerações, entregando uma experiência prática e conveniente. Estes clientes podem tirar dúvidas, solicitar assessoria financeira, adquirir produtos e serviços, solicitar crédito e negociar dívidas diretamente com um funcionário de forma digital e remota.

O atendimento realizado pela Central de Relacionamento BB pelo telefone também foi mantido e 71% dos funcionários estão atendendo em situação de trabalho remoto. Disponibilizamos atendimento exclusivo para os benefícios emergenciais, realizando 2,1 milhões de atendimentos. A partir de agosto, a Central de Relacionamento passou a efetuar atendimentos na ferramenta Fale.Com aos segmentos PF e PJ, com média de 17 mil atendimentos/dia e a previsão de atingirmos 25 mil atendimentos/dia em dezembro/20.

A rede de correspondentes "Mais BB" está sendo ampliada para gerar maior comodidade para nossos clientes e ser um apoio ao atendimento ao fluxo de pessoas nas agências físicas, notadamente em tempos de pandemia.

Os meios de pagamento viabilizaram o consumo, especialmente em compras online e por aplicativos. Nesse período, ampliamos as ações de comunicação e orientação aos nossos clientes para uso das diversas soluções disponíveis, como cartões com tecnologia NFC, carteira digital Xpay, cartão virtual Ourocard-e, APP Ourocard e o compra por aproximação (NFC), que evoluiu mais de 373,2% em comparação ao 9M19.

Ampliamos o público atendido pela assessoria especializada em investimentos, com inclusão dos institutos de previdência que possuem regime próprio (RPPS) e dos clientes do segmento Estilo Agro, além dos já assessorados clientes do Varejo PF e Atacado PJ.

No resultado do Ranking de Reclamações Bacen do terceiro trimestre, permanecemos entre os menos demandados, mantendo a sétima colocação dentre as instituições financeiras com mais de quatro milhões de clientes e o quarto lugar na comparação com os 5 principais bancos. Seguimos nossa melhor sequência desde o estabelecimento do atual formato ao Ranking em 2017, o que demonstra nosso comprometimento com o melhor atendimento ao cliente.

Na Semana Brasil (iniciativa do Governo Federal para estimular a economia com oferta de produtos e serviços), que ocorreu entre 07 a 13 de setembro, oferecemos soluções adequadas ao momento de vida do cliente, com bom preço e vantagens exclusivas. Apenas nos quatro primeiros dias desembolsamos mais de R\$ 1,5 bilhão em créditos PF e PJ. Em celebração ao Dia do Cliente (15/09), as ofertas continuaram na Semana do Cliente, ocorrida entre 14 a 20 de setembro, com descontos especiais nas taxas das linhas de crédito, benefícios em contratação de seguros, vantagens nas compras com Ourocard, ofertas para recebíveis, Capital de Giro, maquininhas Cielo e muito mais.

Crédito

No início da pandemia, disponibilizamos até R\$ 100 bilhões para linhas de crédito voltadas para pessoas físicas (R\$ 24 bilhões), empresas (R\$ 48 bilhões), agronegócio (R\$ 25 bilhões) e suprimentos na área de saúde por prefeituras e governos (R\$ 3 bilhões). Os recursos visam reforçar a linhas de crédito já existentes, principalmente as voltadas para crédito pessoal e capital de giro. O valor já foi superado.

Disponibilizamos em julho a linha de crédito BB Capital de Giro Pronampe Covid-19, desenvolvida com base no Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), programa do Governo Federal destinado ao desenvolvimento e ao fortalecimento dos pequenos negócios. O desembolso foi de aproximadamente R\$ 5,09 bilhões nas primeiras semanas do programa sendo que mais de 80 mil clientes contrataram a operação. Na segunda fase da liberação do Pronampe, mais de 29 mil empresas se beneficiaram com os R\$ 1,71 bilhão destinados pelo programa ao Banco.

Disponibilizamos opção para que os clientes de micro e pequenas empresas (MPE) possam prorrogar o vencimento das parcelas de suas operações de crédito, inclusive pelo autoatendimento, via Internet e Mobile. Assim, as empresas podem reequilibrar o seu fluxo de caixa, liberando recursos para garantir o pagamento de funcionários e fornecedores. As parcelas prorrogadas migram para o final do cronograma da operação ou são redistribuídas em todo o cronograma de pagamentos, evitando o acúmulo de parcelas e a maior pressão no fluxo de caixa dos clientes. As principais linhas de crédito contempladas são capital de giro, investimentos e comércio exterior, além de linhas com recursos governamentais.

Para os clientes que estão em inadimplência, anunciamos e provemos uma série de medidas de apoio e orientação. São pessoas físicas, empresas e produtores rurais que passam a contar, dependendo da modalidade, com flexibilização de carências e redução nos percentuais de entrada. As unidades que atuam na recuperação de dívidas estão divulgando essas novas condições e enfatizando o uso de canais remotos para acessar estas soluções e dar mais fôlego àqueles que mais precisam.

Os clientes do Banco do Brasil já podem renegociar suas dívidas, de forma totalmente digital, por meio de um assistente virtual na Interface de Programação de Aplicações - API do WhatsApp Business. A API do WhatsApp Business permite a comunicação de empresas de médio e grande porte com os seus clientes através do WhatsApp. A solução, inédita no mercado financeiro nacional, faz uso de inteligência artificial e contabiliza mais de R\$ 14,7 milhões renegociados via chatbot, desde o início do mês de agosto, quando entrou em pleno funcionamento.

Aos estudantes que contrataram financiamento estudantil – FIES – disponibilizamos a possibilidade de suspensão do pagamento de até quatro parcelas. A manifestação pode ser feita pelo App BB. A Resolução CG-FIES nº 39, de 27/07/2020, determinou a ampliação das condições de suspensão de parcelas do FIES. A nova opção foi implementada nos sistemas do BB e disponível para adesão até o fim do mês de setembro, nas agências; e na primeira quinzena de outubro, no canal Mobile. Os estudantes financiados podem optar pelo benefício enquanto durar o estado de calamidade pública.

Além do apoio na prorrogação e repactuação das linhas de crédito que temos ordinariamente com esses clientes, disponibilizamos soluções tecnológicas em curto período que permitiram a prorrogação nas linhas de repasse, como no Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) e linhas de financiamento com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES Finame, BNDES Automático e BNDES Giro.

Considerando o contexto da pandemia, ampliamos o prazo do parcelamento do saldo total do cartão de 24 para 36 vezes e incentivamos a adesão à Avaliação Emergencial de Crédito, que permite ao Banco autorizar compras, pagamentos ou saques em valores superiores ao limite único contratado para o cartão. Também isentamos a tarifa para as empresas realizarem pagamentos de contas no cartão de crédito.

Comércio Exterior

Adotamos medidas para dar aos clientes importadores e exportadores alternativas em situações não previstas no momento das contratações das operações internacionais. Assim as linhas de Adiantamento sobre Contratos de Câmbio (ACC) e Adiantamento sobre Cambiais Entregues (ACE) e financiamento à importação foram prorrogadas ou refinanciadas, o que reforça o nosso compromisso de ser o principal parceiro dos clientes que atuam no Comércio Exterior.

Disponibilizamos a renovação, por até 60 dias, das operações de ACC em que o prazo exceda ao regulamentar (até 360 dias) e houve atraso no embarque da mercadoria. Já para o Refinanciamento de Importação foi excluída a exigência de amortização de 20% no valor da parcela do capital principal da operação para a realização da operação.

Ao longo do período onde as interações presenciais ficaram prejudicadas em função do isolamento social, nossos gerentes de relacionamento intensificaram os contatos de forma digital com nossos parceiros, visando dar suporte e oferecer as melhores soluções em negócios internacionais. Além disso, para nossos clientes que operam no comércio exterior, temos investido na produção e disseminação diária de conteúdo relevante para seus negócios.

Setor Público

Ampliamos o volume de recursos disponíveis para estados e municípios, sendo que mais de R\$ 3,028 bilhões já foram desembolsados.

Como apoio aos nossos clientes desse segmento, isentamos a cobrança do ressarcimento pelo uso da plataforma Licitações-e para pregões eletrônicos até dezembro de 2020.

Foi intensificada a expansão da interligação dos sistemas do Banco com os Tribunais, buscando a melhoria e a continuidade ao atendimento a sociedade, além de acelerar os pagamentos de alvarás por meio eletrônico. Por meio da interligação, no ano já realizamos pagamentos no valor de R\$ 22,9 bilhões.

Também em 2020, o BB distribuiu em nome do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) R\$ 124,3 bilhões aos estados, municípios e DF contribuindo com a universalização da educação no país.

Como parte integrante da estratégia do posicionamento do Banco do Brasil como interlocutor essencial do tema inovação junto ao Governo Federal, mantemos a parceria estabelecida em 2019 com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). A referida parceria tem como foco aprimorar e desenvolver soluções que visem à melhoria da experiência do

cidadão, estimulando a inovação na gestão pública. Destaca-se, neste momento, o apoio do BB aos desafios públicos, lançados pela ENAP na plataforma de inovação aberta, que buscam soluções para o enfrentamento do Covid-19.

Fornecedores

Estamos em contato constante com nossos fornecedores, que passam de 11.000 por todo país, para entender suas condições financeiras e de seus colaboradores, avaliando seus planos de contingência e capacidade de resposta às demandas do Banco, especialmente com aqueles que nos prestam serviços considerados estratégicos e essenciais.

Atentos ao nosso compromisso com a cadeia de valor, estamos aumentando as compras de fornecedores de pequeno porte (pequenas empresas ou prestadores de serviços autônomos), conquistando o fortalecimento do mercado local (think global, buy local), estimulando o cadastramento e ampliando o uso da nossa solução interna de gestão de pequenas contratações (bens, materiais e serviços), o Zápido (<https://fornecedor.bb.com.br/zapido/>). O Zápido é uma solução que conecta nossas dependências aos prestadores de serviços locais, que agora pode ser utilizada por todas as dependências do Brasil e contempla mais ramos de atividades, totalizando 17 especialidades, de chaveiro, marceneiro, vidraceiro, limpeza a compra de eletrodomésticos e materiais de expediente. Já são 4,8 mil fornecedores cadastrados na solução.

Colaboradores e Cultura Organizacional

Somos 92.106 colaboradores trabalhando com muita dedicação para trazer as melhores soluções para nossos diversos públicos de interesse. Entendemos que a particularidade do momento exige respostas rápidas e eficientes e estamos prontos para atuar como ponte no enfrentamento do atual cenário.

Com investimentos em tecnologia e em segurança da informação, expandimos o trabalho remoto que passou a ser uma realidade para 36 mil funcionários no 3T20, com possibilidade instalada de até 70 mil acessarem simultaneamente. Estão trabalhando em *home office* 86% dos funcionários da administração geral e 29% dos lotados na rede de agências. Juntamente com esse movimento, desenvolvemos cursos e trilhas completas de capacitação em nossa Universidade Corporativa para apoiar e facilitar o desenvolvimento do trabalho remoto.

Desde agosto todos os funcionários do BB contam com uma novidade: o cartão de visitas virtual. A funcionalidade permite compartilhar seu contato com clientes e parceiros de forma virtual, substituindo a velha troca de cartões, de um jeito mais moderno e sustentável.

Sociedade e Meio Ambiente

O Conglomerado Banco do Brasil adotou ações relevantes para contribuir com o combate aos efeitos do Covid-19. Destaque para as ações da Fundação Banco do Brasil, com recursos da BB Seguridade, no valor de R\$ 40 milhões, e pelo banco BV, no valor de R\$ 15 milhões. A doação foi destinada para compra de alimentos, produtos de higiene e limpeza. A Fundação também lançou site (coronavirus.fbb.org.br) para receber doações institucionais e de voluntários que queiram contribuir com as ações. Também financiamos a importação de EPI e ventiladores para hospitais de base que totalizaram US\$309 milhões.

Anunciamos ainda a doação de R\$ 20 milhões à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) para a produção de um milhão de kits de diagnósticos rápidos para o Covid-19, destinados ao Ministério da Saúde. Todos os kits já contam com tecnologia brasileira desenvolvida pela fundação, reconhecida internacionalmente e com amplo histórico nos campos da pesquisa científica e do desenvolvimento tecnológico na área da saúde. A doação ocorre através da holding EloPar, acionista majoritária das empresas Alelo, Livel, Veloe e Digio, além da Bandeira Elo.

As iniciativas atendem pessoas em situação de vulnerabilidade social em decorrência da pandemia. A ação também apoia micro e pequenos empreendedores que serão os principais fornecedores dos insumos, promovendo, assim, um ciclo de solidariedade. Os recursos serão disponibilizados à sociedade por meio de entidades assistenciais, sem fins lucrativos, em todas regiões do país.

O Programa Voluntariado do Banco do Brasil, que consolida os conceitos e pressupostos do voluntariado na cultura organizacional desde 2001, apoiando e incentivando o envolvimento dos funcionários (da ativa ou aposentados), familiares e amigos para a prestação de serviço voluntário, tem sido fundamental nesse cenário. Já foram arrecadados mais de R\$ 725 milhões, 156 mil pontos de programa de fidelidade, 5,1 mil cestas básicas, 347 mil kg de alimentos, 48 mil litros de alimentos, 188 mil itens de produtos de higiene pessoal e 41 mil unidades de material de limpeza desde o início da pandemia. Os projetos devem apoiar ações de geração de trabalho, emprego e renda, e de proteção ao meio ambiente.

Lançamos a iniciativa Plástico Zero, tendo o Distrito Federal como ponto de partida, devido à legislação local. Em breve, a campanha será ampliada para todo o Brasil. A distribuição dos copos plásticos descartáveis, tanto para café e lanche de funcionários, como nas máquinas de café dos prédios corporativos será inibida gradativamente, até a sua completa

eliminação. No 3T20, foi possível perceber a redução de 35% nas despesas com compras de descartáveis em relação ao trimestre anterior.

Acionistas e Detentores de instrumentos de dívida

O Banco do Brasil conta com uma base de mais de 750 mil acionistas, sendo 98% pessoas físicas e 2% pessoas jurídicas. Entre janeiro de 2018 e setembro de 2020 nossa base de acionistas PF mais que dobrou, saindo de 330 mil para 750 mil. Entre dezembro de 2019 e setembro de 2020, mais de 263 mil pessoas passaram a investir no Banco do Brasil. Tal feito demonstra a confiança de nossos acionistas e a solidez de nossa empresa em cenários de maior volatilidade.

Entendemos a importância de estar próximo dos nossos acionistas e dos detentores de instrumentos de dívidas, trazendo esclarecimentos sobre os potenciais impactos nos nossos resultados e atualizações sobre as ações tomadas para a gestão do negócio.

Participamos de 116 atendimentos, atingindo um total de 727 investidores, analistas de mercados e agências de rating.

Nossas ações (BBAS3) mantiveram presença em todos os pregões da B3 e representaram 2,34% do Ibovespa para o último quadrimestre. Mantivemos também um programa de ADR nível 1 (BDORY) negociado no mercado de balcão nos Estados Unidos.

Nossa composição acionária, ao final de setembro, era assim distribuída:

Tabela 1. Composição Acionária

	Set/20
Total	100,00%
(a) União Federal	50,00%
(b) Ações em circulação (Free Float)	49,57%
PF	13,23%
PJ	15,71%
Capital Estrangeiro	20,63%
Demais ¹	0,43%
Free Float Ex-Demais (%) - $b/(a+b)$ ¹	49,78%

(1) Demais é composto por Ações em Tesouraria, ações detidas por Membros do CA, CD e Diretoria Executiva e ações referentes a incorporação do BNC e BESC.

1. Estratégia Corporativa

No Banco do Brasil, a elaboração de uma estratégia corporativa clara e engajadora, por meio de um processo estruturado, participativo e baseado em metodologias consolidadas, fortalece as decisões sobre a atuação da empresa para os próximos cinco anos.

O cliente está no centro da nossa atuação e de nossas decisões, em todos os níveis organizacionais, de forma a propiciar-lhe a melhor experiência. Para isso, buscamos continuamente fortalecer o relacionamento com os clientes, tornando o BB seu principal banco, e oferecer-lhes soluções personalizadas e inovadoras, atendendo-os onde e como desejarem.

A consolidação digital, a ampliação do uso de modelos analíticos e a cultura de inovação, prezando por processos mais simples e objetivos, permitirão a melhoria da eficiência e a oferta de soluções mais adequadas às necessidades de cada um. Temos consolidado dia-a-dia, junto aos nossos funcionários, um dos principais componentes da Estratégia Corporativa Banco do Brasil, o Propósito de “Cuidar do que é valioso para as pessoas”. Isso significa que nosso foco recai sobre as pessoas e o que importa para elas (retorno sobre investimentos, segurança, preservação do patrimônio, realizações etc.), e não simplesmente sobre nossos produtos e serviços. Pessoas, por sua vez, abrangem nossos *stakeholders*, ou seja, clientes, acionistas, funcionários e a sociedade como um todo.

Os valores constituem princípios que guiam a organização, enfatizando o foco no cliente, a eficiência, a inovação, o senso de dono, a ética, a confiabilidade e o espírito público. Para o futuro, nossa Visão é “Ser a empresa que proporciona a melhor experiência para a vida das pessoas e promove o desenvolvimento da sociedade, de forma inovadora, eficiente e

sustentável". Para nos guiar nessa direção, o Banco do Brasil definiu seus principais objetivos para os próximos cinco anos, os quais estão distribuídos em cinco perspectivas de desempenho, enfatizando:

- a) Clientes: assumimos o compromisso e o desafio de proporcionar aos clientes experiências de valor em todos os canais de relacionamento, bem como priorizamos ações que ampliem negócios e favoreçam o aumento da satisfação, da retenção e da atração de novos clientes.
- b) Financeira: priorizamos o crescimento da rentabilidade de forma sustentável e buscamos otimizar a alocação do capital.
- c) Processos: continuamos evoluindo em nossa estratégia digital e investindo na transformação digital e no desenvolvimento de inteligência analítica, bem como mantendo o foco na eficiência operacional e no aperfeiçoamento dos processos, produtos e canais, tornando-os mais simples, ágeis, inovadores e integrados à experiência do cliente.
- d) Pessoas: buscamos transformar a cultura organizacional com foco no cliente, inovação, agilidade e resultado, bem como aprimorar práticas de atração, retenção e sucessão de talentos.
- e) Sustentabilidade: atentos ao nosso compromisso com a responsabilidade socioambiental e a incorporação dos aspectos sociais e ambientais nos negócios e nas práticas administrativas, procuramos manter a solidez da empresa, com a adoção das melhores práticas de governança corporativa e sustentabilidade empresarial, a fim de gerar valor para os nossos públicos de relacionamento, minimizar eventuais impactos negativos no meio ambiente e na sociedade.

2. Sustentabilidade Empresarial

A sustentabilidade empresarial está incorporada em nossa estratégia. Por isso, buscamos identificar e gerenciar riscos e oportunidades futuras e atuais a fim de gerar valor para os nossos públicos de relacionamento e rentabilidade e longevidade para o BB.

A Responsabilidade Socioambiental é um aspecto presente há anos na gestão dos nossos negócios e processos. Acreditamos na viabilidade de conciliar os interesses dos acionistas com negócios social e ambientalmente sustentáveis mediante o estabelecimento de relações éticas e responsáveis com os diversos públicos de interesse. Tudo isso amparados por uma sólida governança corporativa.

A Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) orienta o comportamento em relação à responsabilidade socioambiental e ao risco socioambiental. Seus princípios também estão expressos nas demais políticas, diretrizes e instruções normativas internas, o que resulta na ponderação de variáveis econômicas, sociais e ambientais no desenho e desenvolvimento dos processos, produtos e serviços.

Em junho divulgamos a nova versão das Diretrizes Socioambientais BB - Lista Restritiva e Lista de Exclusão, que visam dar publicidade às práticas adotadas pelo Banco do Brasil na análise e concessão de crédito para assuntos considerados controversos devido às suas características específicas, reforçando o atendimento aos normativos internos e à legislação vigente, e em cumprimento aos princípios de responsabilidade socioambiental constantes de nossas políticas gerais e específicas.

Modelo de Finanças Sustentáveis

Estruturamos nosso modelo de finanças sustentáveis, que permite ao Banco acessar o mercado de títulos de dívida categorizados como sustentáveis. O modelo é inédito no sistema financeiro brasileiro, pois foi desenhado prevendo além das categorias de financiamento com impacto ambiental (verde) e social, os padrões SLLP (*sustainable linked loan*) e SLBP (*sustainable linked bond*), que vinculam a remuneração sobre o capital devido ao desempenho positivo em indicadores ASG pela instituição demandante. São alguns exemplos de indicadores: Diversidade na composição do conselho, quantidade de energia renovável utilizada pela instituição e metas de sustentabilidade para os próximos anos.

A construção deste modelo teve início com o Acordo de Cooperação Técnica e Financeira entre o Banco do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e contou com o apoio técnico da consultoria Sitawi Finanças do Bem. O modelo foi revisado pela Sustainalytics, uma das principais empresas independentes do mundo de Segunda Opinião (SPO), o que adiciona mais robustez ao modelo, seguindo um conjunto de padrões e diretrizes internacionais.

O modelo aprovado está amparado na ampla carteira sustentável do BB, em especial projetos que utilizam sistemas preconizados pela agricultura de baixo carbono como ativos elegíveis.

Plano de Sustentabilidade – Agenda 30 BB

Há 15 anos as nossas ações são orientadas pelo Plano de Sustentabilidade, que mais recentemente, passou a ser denominado Agenda 30 BB, em alinhamento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU). Atentos ao cenário internacional e aos rumos do setor financeiro, por meio desse instrumento temos contribuído com a agenda de desenvolvimento sustentável e com a perpetuidade dos nossos negócios.

Imagem 1. Linha do tempo do ASG



Em sua sétima versão, o referido Plano possui 50 ações e 86 indicadores vinculados a 21 desafios, que impactam positivamente a agenda global do desenvolvimento sustentável. No momento estamos em processo de definição e priorização dos temas relevantes em sustentabilidade empresarial que irão orientar a gestão e o relato em sustentabilidade do BB nos próximos anos. Este processo é construído por meio de pesquisas junto aos públicos de relacionamento do Banco trazendo mais consistência ao processo.

Prêmios e Reconhecimentos

Alcançar impactos positivos sociais e ambientais, associados à rentabilidade na gestão de atividades e negócios, faz parte da nossa atuação, e os reconhecimentos recebidos demonstram que estamos no caminho certo.

Em 2020, fomos reconhecidos, pelo segundo ano consecutivo, como uma das empresas financeiras mais sustentáveis do mundo pelo Ranking Global 100, da Corporate Knights, em anúncio realizado no Fórum Econômico Mundial em Davos, na Suíça. Fomos a única empresa financeira da América Latina a integrar o índice em 2020 e a empresa financeira mais sustentável do mundo em 2019. E, pela primeira vez, recebemos a classificação "AA" do Morgan Stanley Capital International (MSCI) ESG Rating, com destaque para os temas relacionados à gestão de talentos, segurança cibernética e gerenciamento de riscos.

Recebemos a premiação na Classe Ouro no The Sustainability Yearbook 2020, divulgado pela S&P Global e RobecoSAM AG. O The Sustainability Yearbook é uma das publicações mundiais mais abrangentes sobre sustentabilidade corporativa. O Banco do Brasil foi considerado, ainda, um Industry Mover, por ter apresentado um avanço significativo no seu desempenho, comparativamente ao ano anterior, o que demonstra o forte comprometimento do BB com o tema e a geração de valor para os acionistas no longo prazo.

Fazemos parte também de índices de sustentabilidade internacionais e nacionais, como o Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI) da Bolsa de Nova Iorque, o FTSE4 Good Index Series da Bolsa de Valores de Londres, e o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3. Em 2019, voltamos a integrar a carteira "World" do DJSI, alcançando a

segunda posição no setor “Bancos”. Ressaltamos ainda a manutenção de nosso compromisso com as ações estabelecidas em nosso Plano de Sustentabilidade e com os 10 Princípios do Pacto Global.

Fomos indicados na ALAS20 (Agenda de Líderes Sustentáveis 2020) nas categorias “Empresa líder em governança corporativa” e “Empresa líder em relações com investidores”. A ALAS20 é uma iniciativa organizada pela empresa GovernArt, que busca promover o desenvolvimento sustentável na América Latina a partir da liderança na gestão de negócios e nas decisões de investimento.

Recebemos, pelo segundo ano consecutivo, o prêmio de “Banco mais inovador da América Latina” da revista Global Finance, com a solução desenvolvida no Google Assistant. A premiação The Innovators 2020, oferecida pela revista, é um reconhecimento das mais inovadoras instituições financeiras mundiais.

Alcançamos o primeiro lugar pelo segundo ano consecutivo no Ranking Top 5 Anual-2019, do Banco Central, na categoria “IGP-M Médio Prazo Anual”. E em segundo lugar na categoria “Taxa de Câmbio – Curto Prazo Anual”.

Recebemos a Certificação Top Employers por estarmos entre os melhores empregadores de empresas de 119 países, de acordo com o Top Employers Institute (TEI) que avalia as práticas e políticas de gestão de pessoas.

Fomos reconhecidos como o Melhor Banco no Brasil em 2020 pela revista Euromoney, uma das mais importantes premiações da indústria financeira internacional.

Fomos reconhecidos em várias categorias na premiação comemorativa de 50 anos do Top 1000 World Banks ranking - NEW performance ranking, pela revista The Banker (grupo Financial Times).

Fomos selecionados como uma das dez melhores iniciativas brasileiras no universo digital na categoria Bancos Digitais para o Prêmio iBest 2020, que é a premiação mais importante da internet do Brasil. O BB Digital é um conjunto de soluções oferecidas aos nossos clientes para atendimento não presencial.

Fomos destaque em duas categorias do Prêmio ClienteSA, principal reconhecimento às melhores práticas em gestão de clientes da América Latina. Nosso SAC foi o vencedor na categoria “Líder em Projeto Visionário” e nossa Ouvidoria Externa também foi premiada, na categoria “Projeto de Integração”, ao apresentar programas de capacitação e ferramentas de solução de conflitos utilizadas pelas agências e que fortalecem o papel dos funcionários no relacionamento e na confiança pelos clientes.

Pela quinta vez, fomos vencedores do Top of Mind de RH, premiação que reconhece as empresas mais lembradas pela comunidade de recursos humanos em votação espontânea. A Universidade Corporativa Banco do Brasil (UniBB) foi o destaque na categoria Educação Corporativa/e-Learning. Neste ano, completamos 55 anos de educação corporativa, sendo 18 anos de UniBB.

3. Cenário Macroeconômico

Mundo

A economia global apresentou os primeiros sinais de recuperação ao longo do terceiro trimestre, em linha com os planos de reabertura da atividade em alguns países. Porém, a velocidade e a duração desse processo ainda são incertas, enquanto o ritmo de crescimento entre os setores não é uniforme. Além disso, a aceleração do número de novos casos de coronavírus nos EUA e em outros países da Europa reacendeu a discussão sobre possíveis novos *lockdowns*. Além das preocupações com uma segunda onda pandêmica, as incertezas sobre as eleições americanas, as disputas comerciais entre EUA-China e o recrudescimento das dúvidas sobre uma saída organizada do Reino Unido da União Europeia (Brexit) afetaram os mercados mundiais e elevaram a volatilidade dos preços ativos. Nesse ambiente, os governos recorreram de forma expressiva à política fiscal para amenizar os efeitos da crise sobre a população e as empresas, enquanto os Bancos Centrais das principais economias mantiveram a política monetária em campo expansionista.

Brasil

Em meio ao processo de recuperação da economia global, a elevação da taxa de câmbio aumentou a competitividade dos produtos brasileiros no exterior e ajudou a estabelecer uma conjuntura mais benéfica para os setores exportadores. Esses fatores favoreceram a evolução da balança comercial e das contas externas. Essa dinâmica, somada ao impulso dado aos preços de commodities agrícolas pela alta demanda chinesa por esses produtos, contribuiu para sustentar o desempenho do agronegócio no período. Do ponto de vista regional, esse contexto trouxe resiliência às localidades com maior exposição a esse setor.

De forma complementar a esse movimento, os indicadores do terceiro trimestre apontam para uma relevante retomada do nível de atividade, liderada pelos setores do comércio e da indústria. A continuidade do auxílio emergencial, o início do saque emergencial do FGTS e as medidas de preservação de emprego impulsionaram o consumo de bens essenciais e de primeira necessidade.

Apesar da aceleração da inflação no período, impulsionada principalmente pelas altas dos preços de alimentos e do atacado, o patamar ainda confortável dos índices e o nível elevado de ociosidade da economia atuaram como elementos mitigadores dessas pressões, abrindo espaço para que a autoridade monetária levasse a taxa básica de juros para a mínima histórica de 2% a.a. Aliados à manutenção dos juros em níveis historicamente baixos, os programas de estímulo ao crédito patrocinados pelo governo e pelo Banco Central impulsionaram o volume de operações de empréstimo no Sistema Financeiro Nacional.

Essas medidas contribuíram para amenizar o impacto da crise sobre as camadas mais vulneráveis da sociedade e garantir a sobrevivência de empresas que tiveram seu fluxo de caixa afetado pelas medidas de distanciamento social. Finalmente, os ativos domésticos (câmbio, risco, bolsa de valores e mercado de juros) sofreram elevada volatilidade no período, influenciados tanto pelo ambiente externo como por fatores internos ligados às incertezas fiscais.

4. Consolidação Digital e Eficiência

Nossos investimentos em tecnologia e o foco na transformação digital nos últimos anos se mostraram fundamentais no atual cenário. Aprovamos para os próximos três anos investimentos adicionais de R\$ 2,3 bilhões para tecnologia e *Analytics*, para oferecer aos clientes novas experiências com opções mais práticas, seguras e rápidas no mundo digital.

Acreditamos que estar presente e interligados em todos canais, físicos e digitais, auxilia o atendimento integral das demandas de nossos clientes. Por isso, a estratégia de otimização de canais digitais (*Opt-channel*) é fundamental na centralidade do cliente, levando o Banco ao cliente onde ele estiver, melhorando a nossa percepção de presença e proporcionando uma maior entrega de valor ao cliente.

Alcançamos 19,5 milhões de clientes digitais, enquanto as transações realizadas pelos canais de atendimento internet e mobile representaram 86,7% das transações realizadas pelos nossos clientes. O App BB permaneceu como um dos mais bem avaliados da indústria financeira com avaliação de 4,7 no Google play (a avaliação já foi feita por mais de 2,4 milhões de usuários) e 4,7 na Apple Store (sendo avaliado por mais de 1,8 milhão de usuários). A pontuação máxima é 5.

O Portal BB (bb.com.br) é uma ferramenta importante no apoio aos novos negócios da Instituição. Diariamente mais de 1,4 milhão de pessoas transitam por essa plataforma. Até outubro de 2020, cerca de 89 milhões de novos usuários acessaram o Portal. Esse número representa um crescimento de aproximadamente 23,8% (21 milhões de novos usuários) quando comparado a 2019.

Em março, foi anunciado o resultado do CIO 100 Awards 2020, evento de premiação realizado pela revista americana CIO, do IDG-International Data Bank. Fomos premiados como uma das 100 principais organizações mundiais que impulsionam e agregam valor aos seus negócios por meio da inovação tecnológica. O Assistente Bancário BB no Google Assistant foi a solução tecnológica que nos representou e foi responsável pela nossa classificação.

Participamos de forma virtual, pela primeira vez, da 30ª edição do Ciab, maior evento tecnologia para o setor financeiro da América Latina, nos dias 23, 24 e 25 de junho/2020. O evento contou com a participação de nossos executivos em debates sobre *blockchain*, inteligência artificial e outras tendências tecnológicas para o mundo pós-pandemia.

Lançamos ainda, em nossa Universidade Corporativa (UniBB), o aprimoramento da Trilha de capacitação em Transformação Digital e realizamos parcerias específicas com a MBA Analytics, Portal Alura (Cursos de Tecnologia e Negócios Digitais) e DSA – Data Science Academy.

Obtivemos em setembro a certificação ISO 20000. Com isso, a marca BB mantém o reconhecimento oficial de padrão internacional de qualidade no gerenciamento de serviços de Tecnologia da Informação. A ISO 20000 tem validade de dois anos.

Um exemplo de inovação é a Plataforma Broto - www.broto.com.br, desenvolvida pela BB Seguridade e lançada em 2020. Com o propósito de ampliar a máxima produtividade econômica de quem atua no agronegócio brasileiro, a plataforma vai facilitar o acesso a produtos e serviços que contribuam para a gestão dos riscos e otimização dos fatores de produção. Ainda na sua fase de teste focada na venda de máquinas e equipamentos, alcançou um marco histórico com a primeira Feira Virtual Agro BB, com início em 26 de outubro e término em 27 de novembro de 2020.

Nas fases seguintes, a plataforma expandirá sua atuação para todas as etapas da cadeia produtiva do agronegócio brasileiro, em 3 pilares: (i) Máquinas e equipamentos, (ii) Serviços para melhorar a produtividade e gestão de riscos, (iii)

Informação, embarcando tecnologia e conceitos da economia compartilhada à rede de conhecimento desenvolvida pela tradicional atuação do BB nesse segmento.

Ecoeficiência Energética

Inauguramos em março de 2020 nossa primeira usina de energia solar na modalidade de geração distribuída. Em outubro, a segunda usina foi inaugurada e outras 5 usinas estão previstas para os próximos meses. Os dois empreendimentos em operação têm capacidade conjunta instalada de 6 MW, gerando 15 GWh/ano e vão garantir fornecimento de energia renovável para 141 agências permitindo à instituição economizar R\$ 53,7 milhões ao longo de 15 anos. Ambos os empreendimentos possibilitarão redução média de 45% na conta de energia de nossas agências e contribuirão com a diversificação da matriz energética renovável no Brasil. Quando todas as usinas estiverem em operação, 3.150 toneladas de dióxido de carbono deixarão de ser emitidas por ano, o que corresponde ao plantio de cerca de 21 mil árvores.

Abaixo, apresentamos nossa atuação nos principais temas de consolidação digital e eficiência:

Pix, só se for agora

O Pix é um Sistema de Pagamentos Instantâneos criado pelo Banco Central do Brasil, em que as transferências e pagamentos são realizados em segundos, 24 horas por dia, 7 dias por semana. Com ele, o Brasil vai reduzir a fabricação de papel-moeda, as emissões de boletos e os encargos das transferências. Ou seja, Pix é mais sustentável para você e para todo mundo. Somos o primeiro banco a atender as exigências do regulador. Para o Setor Público, estamos desenvolvendo soluções de arrecadação que incorporam o uso do Pix no pagamento de impostos, multas e taxas diversas. Com a novidade, os gestores públicos poderão ampliar a oferta dos canais de arrecadação atualmente disponíveis, sem a necessidade de novos investimentos.

Estamos preparados para atender com toda segurança, rapidez e custo-benefício para nossos clientes. Veja mais em www.bb.com.br/pix.

LGPD - Privacidade e Proteção de Dados Pessoais

Acreditamos no respeito à privacidade e na garantia da proteção aos dados pessoais como um dos balizadores para o exercício das suas atividades e para o constante desenvolvimento do bem-estar da sociedade, nos permitindo gerar serviços de maior qualidade, relevância e com processos ainda mais transparentes. Esses fatores são protagonistas na atual dinâmica de crescimento dos negócios digitais, uma vez que as pessoas buscam priorizar empresas comprometidas com um relacionamento justo e sustentável.

Diante da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), vigente a partir de 18/09/20, um dos nossos desafios é fazer com que os clientes reconheçam seus direitos, proporcionando clareza quanto às políticas de uso das informações e de seu conteúdo. Nossa decisão foi por disponibilizar informações claras em uma interface amigável e acessível, inclusive nos aplicativos móveis, para que os titulares conheçam seus dados e possam exercer seus direitos. Tanto no App BB quando no nosso *Internet Banking*, por meio da opção "minha privacidade", qualquer titular acessa seus dados pessoais, consulta sobre os tratamentos realizados por conta dos serviços do banco e solicita o documento para portabilidade de dados, por exemplo.

Open Banking

Para além do atendimento às exigências regulatórias, que determinam o compartilhamento de dados, produtos e serviços, o *Open Banking* traz oportunidades de distribuição de produtos e serviços próprios em canais de terceiros, com foco na ampliação da capilaridade digital, e, também, de oferta de produtos e serviços de terceiros nos canais próprios, com foco na experiência do cliente. De modo geral, essa abertura amplia as fronteiras de atuação, trazendo mais competitividade, mas também permitindo ofertas de maior valor agregado. Para permitir melhor experiência e eficiência na conexão com o ecossistema digital, o temos ampliado nosso portfólio de APIs e criamos, no Portal do Desenvolvedor, ambiente para teste antes da contratação.

Flexy BB

Acreditando no nosso propósito e no nosso compromisso com a transformação digital e cultural da nossa organização, lançamos o Flexy BB, pensado e estruturado para revolucionar a forma como trabalhamos, com colaboradores cada vez mais integrados, engajados e conectados. Acreditamos na criação de valor coletivo, seja trabalhando em espaços físicos ou virtuais. Para isso, a experiência do trabalho deve ser atraente e a melhor possível em qualquer hora, em qualquer

lugar. Isso vai acelerar a transformação da nossa cultura organizacional, com cada vez mais foco no cliente, na agilidade, na inovação e no resultado.

O Flexy BB vai otimizar a ocupação dos ambientes corporativos, trazendo um novo modelo de trabalho, além de eficiência imobiliária e redução de custos. Também melhorará a experiência de nosso cliente, pois as soluções serão cada vez mais integradas, inovadoras e totalmente digitais. Além disso, o uso mais racional dos nossos espaços, com menor deslocamento de pessoas, menor consumo de água, papel e energia, irá reforçar nosso compromisso com a sustentabilidade do nosso planeta e da perpetuidade de nosso negócio.

Leilões Virtuais

Em 2020 passamos a realizar leilões oficiais exclusivamente virtuais e a utilizar a plataforma seuimovelbb.com.br para as vendas dos imóveis liberados do uso, que o Banco não está mais ocupando, e os oriundos de dívidas inadimplidas. Por meio dos canais digitais, foram vendidos 71 imóveis nos leilões oficiais (seis no 3T20), no valor venal de R\$ 44 milhões, e 477 imóveis vendidos pela plataforma seuimovelbb.com.br (316 no 3T20), no valor venal de R\$ 67 milhões. A plataforma possibilitou ao Banco a disponibilização de nossas ofertas sete dias por semana e 24 horas por dia, além de possibilitar uma experiência totalmente digital para o comprador, desde a proposta até a escrituração e registro da compra do imóvel.

5. Destaques do Resultado das Demonstrações Contábeis

Lucro Líquido de R\$ 9,5 bilhões no 9M20

O lucro líquido foi de R\$ 9,5 bilhões no 9M20, decréscimo de 23,8% (-R\$ 3,0 bilhões) em relação ao 9M19. Em virtude do atual cenário desafiador para todo o sistema financeiro, o resultado foi impactado especialmente pelo aumento das provisões para perdas associadas ao risco de crédito em 31,9% (-R\$ 4,7 bilhões), cabendo destacar que houve um reforço prudencial de R\$ 6,1 bilhões. As despesas administrativas alcançaram R\$ 24,7 bilhões, alta de 1,7%, enquanto as receitas de prestação de serviços reduziram 1,8%. As provisões para demandas cíveis, fiscais e trabalhistas caíram R\$ 5,3 bilhões no 9M20 frente ao 9M19.

Apresentamos abaixo os principais números relativos ao nosso desempenho no ano.

	Demonstrações Contábeis Individuais		Demonstrações Contábeis Consolidadas	
	9M20	9M19	9M20	9M19
Resultado (R\$ milhões)				
Lucro Líquido	9.385	12.282	9.498	12.468
Resultado da Intermediação Financeira	11.338	21.436	20.067	25.285
Receita de Prestação de Serviços	14.350	14.883	21.313	21.701
Despesas Administrativas ¹	(23.469)	(23.185)	(24.721)	(24.301)
(1) Composta pela soma de Despesas de Pessoal e Outras Despesas Administrativas.				
	Set/20	Dez/19	Set/20	Dez/19
Patrimoniais (R\$ milhões)				
Ativos	1.839.773	1.550.760	1.769.923	1.481.095
Carteira de Crédito Classificada	654.637	610.786	668.036	621.345
Recursos de Clientes	549.793	473.726	569.872	485.002
Patrimônio Líquido	112.088	98.896	122.334	108.565

Tabela 3. Indicadores de Mercado

	Set/20	Dez/19
Valor Patrimonial por Ação - BBAS3 (R\$)	39,28	34,68
Cotação de Fechamento - BBAS3 (R\$)	29,62	52,82
Cotação ADR (US\$)	5,37	12,93
Índice de Basileia (%)	21,21	18,58
	9M20	9M19
Lucro por Ação (R\$)	3,29	4,41
JCP (R\$ milhões)	2.623	4.988

Resultado de Intermediação Financeira

O resultado da intermediação financeira corresponde à soma das receitas da intermediação financeira e das despesas da intermediação financeira e da provisão para perdas associadas ao risco de crédito (PCLD). No 9M20, totalizou R\$ 20,1 bilhões, redução de 20,6% na comparação com o 9M19.

Dentre os componentes das receitas da intermediação financeira, destaque para o resultado da carteira de crédito com crescimento de 13,5% no ano e da redução das despesas com recursos de clientes de 38,9%, que foram compensadas negativamente pelo aumento da PCLD e pelas despesas com recursos de instituições financeiras.

A estrutura de ativos do banco influenciou nesse resultado, dado o aumento da participação de títulos em nosso balanço, vis a vis o crescimento a carteira de crédito. Já as despesas com recursos de clientes vêm apresentando redução nas principais linhas, fruto da queda de 51,2% da TMS no período.

Receita de Prestação de Serviços

As receitas de prestação de serviços reduziram 1,8% em relação ao 9M19, totalizando R\$ 21,3 bilhões, fruto do atual momento macro econômico e da dinâmica de negócios em nossa rede.

Nas linhas de administração de fundos, aumento de 4,6%, fruto do aumento do saldo médio no período. O resultado foi parcialmente impactado pela redução das taxas de administração que trouxe efeitos negativos no desempenho em alguns fundos. Alcançamos R\$ 1,1 trilhão em ativos sob gestão.

Em Comissões de seguros, previdência e capitalização, o aumento de R\$ 199,4 milhões reflete o bom desempenho comercial observado nos seguros rural, prestamista e vida, bem como na arrecadação de títulos de capitalização. Adicionalmente, destaque para o montante de R\$ 371,3 milhões pelo recebimento de bônus de performance, que representa um crescimento de 37,7% em relação ao total do mesmo período de 2019 (R\$ 269,7 milhões).

A estratégia continua centrada no relacionamento, no atendimento segmentado e na melhoria constante da experiência do cliente.

Despesas Administrativas

As despesas administrativas alcançaram R\$ 24,7 bilhões no período, crescimento de 1,7% no período, abaixo da inflação oficial.

As despesas de pessoal cresceram R\$ 181,7 milhões, fruto especialmente do pagamento do abono negociado no Acordo Coletivo de 2020-2021. Esse aumento foi parcialmente compensado pela redução do quadro em 1.766 funcionários, por desligamento natural, e (b) as novas movimentações ocorridas desde 3 de fevereiro de 2020, data de lançamento do Programa Performa, com os respectivos salários alinhados ao novo modelo de remuneração dos funcionários.

Já as outras despesas administrativas cresceram R\$ 238,9 milhões, especialmente pelo aumento das despesas de transporte de numerários em função dos eventos decorrentes da pandemia e o acréscimo de R\$ 60 milhões devido à ampliação do público-alvo do programa Performa, que premia os funcionários com melhor performance.

6. Negócios do Conglomerado

Buscamos oferecer a solução financeira mais completa para os clientes. Além do crédito, o negócio mais relevante, nossas soluções contemplam operações de captação, investimentos, tesouraria, pagamentos e serviços de forma geral. Em sinergia com esses negócios, atuamos também por meio de empresas em diversos segmentos.

A seguir, trazemos os principais mercados em que atuamos:

Crédito

Nossa carteira de crédito atingiu R\$ 668,0 bilhões em setembro/2020, crescimento de 7,5% (+R\$ 46,7 bilhões) em relação a dezembro/19 com destaque para empréstimos e direitos creditórios descontados e para financiamentos que cresceram 14,2% (+R\$ 30,4 bilhões) e 9,9% (+R\$ 12,6 bilhões) respectivamente. As modalidades de financiamentos imobiliários e operações com cartão de crédito apresentaram decréscimo de 4,1% (-R\$ 2,2 bilhões) e 9,7% (-R\$ 3,0 bilhões) respectivamente.

Anunciamos R\$ 103 bilhões para o Plano Safra 2020/2021, dos quais R\$ 61 bilhões para custeio, R\$ 14,2 bilhões para comercialização e outras finalidades, R\$ 17,5 bilhões para investimentos e R\$ 10,3 bilhões se destinarão a empresas do setor. O valor é 11,3% superior aos R\$ 92,5 bilhões desembolsados pelo BB na safra 2019/2020.

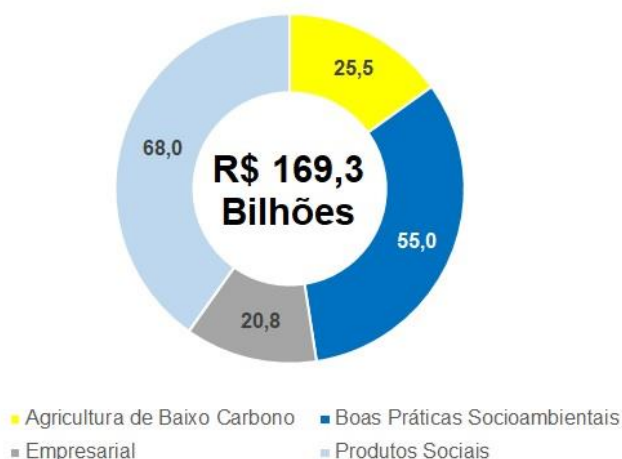
Incentivamos a utilização de técnicas agrícolas sustentáveis que contribuam para melhorar a renda, reduzir as emissões de gases de efeito estufa e preservar os recursos naturais. Somos pioneiros na operacionalização do Programa Agricultura de Baixo Carbono (Programa ABC). O Programa objetiva financiar sistemas sustentáveis de produção agropecuária, com capacidade reconhecida de reduzir/sequestrar emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), e promover a produção de vegetação/biomassa, a produção de alimentos, o aumento da produtividade e renda e a preservação do meio ambiente. Desde 2011 até setembro de 2020, alcançamos mais de R\$ 16 bilhões em contratações nessa linha.

Carteira de Negócios Sustentáveis

Com base em metodologia desenvolvida pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban), que trata da mensuração e identificação de recursos alocados em setores da Economia Verde, a carteira de negócios sustentáveis do BB apresentou um saldo de R\$ 169,3 bilhões em setembro/20. Ela é integrada por operações de crédito e empréstimos para os setores de energias renováveis, eficiência energética, construção, transporte e turismo sustentáveis, água, pesca, floresta, agricultura sustentável e gestão de resíduos. Além disso, para fomentar uma economia inclusiva, nessa carteira são consideradas áreas de cunho social, como: educação, saúde e desenvolvimento local e regional. O volume de recursos foi destinado aos clientes de todos os segmentos, como Pessoa Física (Varejo e Private), empresas de diferentes portes (MPE, Corporate, Atacado) e para o Setor Público.

Mais informações a respeito podem ser verificadas em nosso site de Relações com Investidores e Sustentabilidade.

Tabela 2. Composição da Carteira de Negócios Sustentáveis



Seguridade

A BB Seguridade é a empresa do Banco do Brasil que concentra os negócios de seguros, previdência aberta, capitalização, planos odontológicos e corretagem.

A BB Seguridade venceu outras nove finalistas para conquistar o primeiro lugar do Prêmio Broadcast Empresas relativo a 2019. Esse evento é realizado anualmente pela Agência Estado em parceria com a plataforma de informações financeiras Economática. O levantamento analisa o desempenho das companhias de capital aberto desde 2000. A metodologia avalia sete indicadores que fazem parte do dia a dia dos investidores e profissionais do mercado financeiro. A premiação contou com a participação de 187 companhias com ações acima de R\$ 10 milhões, balanços divulgados no prazo em lei e estarem em dia com seus credores no período analisado.

Outras informações sobre a BB Seguridade e os negócios do segmento de seguros podem ser consultados no seu relatório Análise do Desempenho, disponível no sítio de Relações com Investidores da BB Seguridade (bbseguridaderi.com.br).

Meios de Pagamento

Nossa ampla base de clientes, a qualidade e a diversidade dos serviços prestados nos tornam um dos principais emissores das bandeiras Elo, Visa e Mastercard, com plásticos de múltiplas funções. Somos pioneiros no uso de tecnologias emergentes que otimizam o desempenho dos meios de pagamentos, aumentam a base de cartões ativos e melhoram a experiência dos nossos clientes, além de reduzirem o custo de servir.

No segmento, a holding BB Elo Cartões Participações S.A. concentra a participação no capital da Cielo S.A, além dos negócios da Alelo, Cateno e Livelo. Informações adicionais sobre a Cielo, e a análise do seu resultado, podem ser consultadas no sítio Relações com Investidores (ri.cielo.com.br) da companhia.

Somos o primeiro banco a emitir mais de 10 milhões de cartões com a tecnologia NFC no Brasil. A solução está disponível em modalidades do cartão Ourocard desde 2018, mas entre março e junho de 2020 houve um aumento de 30% do uso de pagamentos por aproximação. Os motivos para esse crescimento são a conveniência, a higiene em tempos de pandemia, a possibilidade de uso no transporte público em algumas cidades, e principalmente, o aumento da emissão.

Gestão de Recursos

A BB Gestão de Recursos DTVM (BB DTVM) manteve a liderança na indústria de fundos de investimentos, com participação de mercado de 24,2% e um total de R\$ 1,1 trilhão em recursos administrados (incluem recursos geridos pela BB DTVM e por outras instituições), crescimento de 11,7% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A BB DTVM, por direcionamento estratégico, realiza ampla triagem de ativos considerando os aspectos socioambientais e de governança corporativa.

Por meio de metodologia ASG (análise ambiental, social e governança) própria, que utiliza uma combinação entre *screening* positivo e negativo, encerrou o período com R\$ 132,1 bilhões em ativos sujeitos a triagem positiva esta metodologia, representando 11,2% do total de ativos administrados. Os demais ativos que compõem o Patrimônio Líquido (PL) administrado não estão sujeitos a essa avaliação por serem títulos públicos federais ou de baixa liquidez. Desde 2002, com a criação do primeiro fundo, a gestora de recursos administra e distribui aos diferentes segmentos de investidor oito fundos de investimento com características socioambientais que somaram R\$ 1,9 bilhão de patrimônio líquido no 3T20.

Para ampliar o portfólio de produtos para diversificação aos nossos clientes, lançamos o fundo BB Ações US Biotech BDR Nível I, o primeiro fundo no Brasil com estratégia voltada para investimento em empresas globais que atuam no setor de biotecnologia.

Tabela 3. Fundos ASG – R\$ milhões

	Set/19	Jun/20	Set/20	Var. (%)	
				Set/19	Jun/20
Total	1.539	1.702	1.924	25,1	13,1
BB Previdenciário Ações Governança	575	828	900	56,5	8,7
BB Referenciado DI Social 50	443	399	306	(31,0)	(23,4)
BB Ações Equidade Private FIC	183	174	170	(7,0)	(2,2)

BB Multi Global Acqua LP Private FI	156	111	214	37,4	91,9
BB MM LP Global Vita Private FI	120	118	264	119,7	124,0
BB Ações Equidade FIC	45	44	42	-	(3,6)
BB Ações ISE JOVEM	12	23	25	112,2	5,9
BB Ações Carbono Sustent. FIA	4	4	3	(28,5)	(10,4)

Mercado de Capitais

Em 30 de setembro, o BB-Banco de Investimento S.A. ("BB-BI"), subsidiária integral do BB, e o UBS A.G. ("UBS") formalizaram os documentos definitivos que estabelecem o início da parceria estratégica para atuação em atividades de banco de investimento e de corretora de valores mobiliários no segmento institucional no Brasil, Argentina, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai, após cumpridas todas as condições precedentes para o fechamento da transação, sob os aspectos regulatórios e contratuais.

O capital social total da nova empresa, UBS BB Investment Bank ("UBS BB"), está dividido na proporção de 50,01% para o UBS e 49,99% para o BB-BI. O BB, por meio do BB-BI, integralizou o direito de acesso aos clientes corporativos para prospecção e originação de negócios típicos de banco de investimento e o UBS aportou sua plataforma operacional de banco de investimento na região e corretora de títulos e valores mobiliários no segmento institucional no País.

A parceria estratégica consolida-se em uma nova companhia e suas controladas, iniciando suas operações como uma plataforma de banco de investimentos completa, combinando a rede de relacionamentos do BB no Brasil e sua forte capacidade de distribuição para pessoas físicas, com a expertise e capacidade de distribuição global do UBS.

Os clientes corporativos do BB, além do atendimento e da oferta completa de soluções de corporate banking, por meio da rede de agências e escritórios especializados, passam a contar com a plataforma de alcance global do UBS, proporcionando acesso diferenciado a produtos e serviços de investment banking e com a ampliação da oferta de soluções integradas nesses mercados.

A atividade de distribuição de varejo será mantida no BB, assim o cliente pessoa física do BB continua contando com as soluções de investimento e o acesso ao mercado de capitais, por meio da rede de agências e ferramenta Home Broker BB. Além do atual portfólio de produtos e serviços, os investidores também passam a ter acesso a uma crescente variedade de instrumentos de captação e investimento deste mercado.

Até a efetivação da parceria, atuávamos no mercado de capitais doméstico por intermédio do BB-Banco de Investimento S.A. (BB-BI), e no exterior por meio das corretoras BB Securities Ltd (Londres), Banco do Brasil Securities LLC (Estados Unidos) e BB Securities Asia Pte. Ltd. (Cingapura), com foco em investidores de varejo e institucionais. Continuaremos atuando junto ao nosso público pessoa física oferecendo soluções de investimento e acesso ao mercado de capitais, atuando como uma corretora de varejo.

Já no mercado de renda variável total, o BB é líder na distribuição varejo de renda variável no acumulado 2020, com R\$ 2,4 bilhões (52% de participação) e avançou à 7ª posição, com participação na coordenação de ofertas, iniciais e subsequentes, que somam R\$ 1,9 bilhão em 2020, até setembro/2020, ante o 8º lugar nos últimos doze meses.

Desde junho, o BB está atuando como escriturador de Certificados de Descarbonização (CBIO), instrumento adotado como ferramenta para o atingimento de metas anuais de descarbonização para o setor de combustíveis. As metas de redução da emissão de carbono serão determinadas pela ANP de forma individualizada para cada distribuidor de combustíveis fósseis. Por meio da escrituração, custódia e negociação dos CBIOs, que são uma nova fonte de captação de recursos para os clientes produtores de biocombustível, o Banco apoia seus clientes na melhoria da matriz energética brasileira, contribuindo para o atingimento dos compromissos do País no âmbito do Acordo de Paris.

Estruturamos com exclusividade, em setembro, a emissão de uma debênture verde no valor de R\$ 160 milhões para empresa do setor de energia renovável. A emissão, que teve acesso preferencial aos papéis para os nossos clientes, reforça o posicionamento do BB de apoiar negócios sustentáveis com seus diversos públicos e contribui para a estratégia de diversificação de receitas no mercado de capitais.

Temos uma equipe de analistas que cobrem mais de 70 empresas de 15 diferentes setores da economia como Varejo, Siderurgia e Mineração, Agronegócios, Alimentos e Bebidas, Setor Financeiro, Educação, Óleo e Gás. Em 2020, tivemos uma analista de investimentos reconhecida pela Refinitiv StarMine Analyst Awards (antigo Thompson Reuters Analyst Awards) como uma das melhores analistas de mercado da América Latina no setor de varejo, e outros três no prêmio Broadcast Analistas do grupo Estadão, em parceria com o Insper, dos quais dois deles conquistaram o primeiro e segundo

lugar. Ao longo dos últimos anos, essa é a quarta vez que nossos analistas são contemplados no Refinitiv Analyst Awards e a sexta vez pelo prêmio da Agência estado.

A equipe de *research* lançou recentemente uma carteira recomendada de BRDs e uma Seleção de Empresas que se destacam nas ações ESG, em linha com a demanda dos mercados. As carteiras recomendadas do BB são destaque dentre as principais corretoras do mercado. A carteira 5+ ficou em primeiro lugar no ranking Valor Econômico de setembro/20 e acumulou alta de 3,9%, versus queda de 18,2% do Ibovespa no período.

Consórcios

Comercializamos mais de 329 mil novas cotas de consórcios, totalizando R\$ 10,3 bilhões em volume de negócios, aumento de 4,8% em relação ao 3T19. Desse total, 1,3 bilhão foram realizados via canais digitais. O volume de receita com prestação de serviços na visão acumulada até o terceiro trimestre de 2020 foi de R\$ 1 bilhão, crescimento de 13,2% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

Adotamos a utilização da biometria como alternativa nas contratações de consórcios. Com a nova funcionalidade, a solução traz maior segurança, tornando o processo de contratação mais simplificado e sustentável.

Demais negócios bancários

Banco BV

Com sede em São Paulo, o Banco BV é uma instituição criada por meio de parceria estratégica entre o Banco do Brasil e o Votorantim S.A., sendo o quinto maior banco privado do País em total de ativos. Notabiliza-se pela consistente liderança no mercado de financiamento de veículos usados no Brasil, além de atuar de forma diversificada em segmentos como financiamento ao consumo, *corporate banking*, mercado de capitais e gestão de recursos de terceiros.

Mais informações: <https://www.bancobv.com.br/web/site/pt/banco/relacoes-com-investidores/>

Banco Patagonia

O Banco Patagonia é um banco de varejo com sede na Argentina. Desde abril de 2011, o Banco do Brasil S.A. é o acionista majoritário, com uma participação no capital social de 80,39% em 30 de setembro de 2019. O Banco Patagonia é uma instituição sólida e atua junto a empresas locais, em especial na administração de folhas de pagamento e no varejo bancário. Além disso, oferece produtos e serviços a instituições educacionais, entidades financeiras bancárias e não bancárias e órgãos públicos de ordem nacional, provincial e municipal. Num quadro de constante evolução e transformação de serviços financeiros, investe em tecnologia e se concentra na inovação contínua de seus processos, sistemas, produtos e serviços. Orientado por sua vocação para com o cliente, desenvolve canais de atendimento eficientes, para que o vínculo com eles seja ágil, diferenciado e eficaz.

Mais informações: <https://www.bancopatagonia.com.ar/relacionconinversores/portugues/institucional.shtml>

7. Gestão de Pessoas

As políticas e práticas de gestão de pessoas são norteadas pela meritocracia, compromisso com os valores da empresa, foco na experiência do cliente, transformação digital e inovação. Apresentamos a seguir o perfil dos nossos funcionários:

Tabela 4. Perfil de Funcionários

	Set/20	Set/19
Perfil de Funcionários		
Funcionários	92.106	93.872
Feminino	38.757	39.273
Masculino	53.349	54.599
Escolaridade		
Ensino Médio	11.827	13.165
Graduação	32.602	35.600

Especialização, Mestrado e Doutorado	47.517	44.934
Demais	160	173
Distribuição Geográfica		
Norte	4.002	4.085
Nordeste	15.185	15.560
Centro-Oeste	16.469	16.593
Sudeste	40.243	41.132
Sul	16.207	16.502
Rotatividade de Funcionários (%)	0,32	0,48

Para impulsionar a estratégia digital e promover o alinhamento entre todos os níveis organizacionais, foram realizadas ações educacionais para desenvolvimento de capacidades críticas para a transformação cultural. Algumas dessas ações foram focadas na liderança, como a atualização da Trilha Alta Administração (dirigentes do Banco), o programa Líder 4.0 (gestores de unidades estratégicas) e o Game Líder em Ação (gestores de diversos segmentos).

Outras ações focaram em todos os funcionários do Banco com diferentes trilhas de aprendizagem compostas por ações educacionais sobre experiência do cliente, *hard skills*, *soft skills*, transformação cultural e líder da mudança. Foram criadas ainda trilhas de aprendizagem para discutir o contexto e o cenário de mudanças e que também possibilitaram o desenvolvimento de competências para o trabalho remoto e para o acompanhamento das transformações do mercado e do mundo, como autoconhecimento, cliente-centrismo, técnicas de proposição de valor, negociação e inteligência relacional.

Tabela 5. Remuneração e Benefícios

R\$ milhões	Demonstrações Contábeis Individuais		Demonstrações Contábeis Consolidadas	
	9M20	9M19	9M20	9M19
Folha de pagamento ¹	13.305	13.271	14.410	14.238
Previdência Complementar ²	1.255	1.211	1.255	1.211
Planos de Saúde ²	2.128	942	2.128	942
Participação nos Lucros e Resultados ³	1.223	1.598	1.227	1.604
Treinamento ⁴	25	43	28	47

(1) Despesas com proventos, benefícios, encargos sociais e provisões administrativas, conforme nota explicativa Despesas de Pessoal. (2) Custeio dos planos de previdência complementar e de saúde, conforme Nota Explicativa de Benefícios a Empregados. (3) Valor destinado à Participação nos Lucros e Resultados, conforme Demonstração do Resultado do Exercício. (4) Conforme Nota Explicativa Despesas de Pessoal.

8. Governança Corporativa

A estrutura de governança corporativa do BB é composta pela Assembleia Geral de Acionistas; pelo Conselho de Administração (CA) e seus comitês de assessoramento - Comitê de Auditoria (Coaud), Comitê de Riscos e de Capital (Coris); Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade (Corem) e Comitê de Tecnologia, Estratégia e Inovação (Cotei); pela Diretoria Executiva (Direx), formada pelo Conselho Diretor (Presidente e Vice-Presidentes) e demais Diretores estatutários; pelo Conselho Fiscal (CF); e pela Auditoria Interna (Audit).

O Conselho de Administração, órgão independente de decisão colegiada, tem, na forma prevista em Lei e no Estatuto Social do Banco do Brasil, atribuições estratégicas, orientadoras, eletivas e fiscalizadoras, é composto por oito membros eleitos pela Assembleia Geral, com prazo de gestão unificado de dois anos, sendo permitidas até três reconduções consecutivas. No mínimo 30% dos membros do Conselho de Administração são Conselheiros Independentes, assim definidos na legislação e no Regulamento do Novo Mercado da B3 e no Programa Destaque em Governança de Estatais, estando nessa condição os conselheiros eleitos pelos acionistas minoritários.

Em todos os níveis do Banco, as decisões são tomadas de forma colegiada e a administração se utiliza de comitês que garantem agilidade e segurança ao processo de tomada de decisão.

9. Capital

Solidez e confiabilidade são essenciais para um Banco. Por isso, possuímos Plano de Capital com visão prospectiva de três anos, considerando (a) a Declaração de Appetite e Tolerância a Riscos, (b) a Estratégia Corporativa e (c) o Orçamento Corporativo.

Atingimos 13,11% no Índice de Capital Principal (ICP) em setembro de 2020, enquanto o Índice de Basileia (IB) chegou a 21,21%. O Índice de Capital Nível I alcançou 17,34%.

Mantemos o foco na geração orgânica de capital. Além disso, seguindo a Declaração de Appetite e Tolerância a Risco e Plano de Capital, para janeiro de 2022, temos como meta manter pelo menos 11,0% de Índice de Capital Principal.

10. Gestão de Riscos, Controles Internos e Segurança Institucional

Atuamos com base nas políticas e processos aprovados pela administração, que se realizam nas atividades associadas à gestão de riscos, aos controles internos e à segurança institucional.

Gestão de Riscos

Por meio da Declaração de Appetite e Tolerância a Riscos - RAS (*Risk Appetite Statement*), o BB orienta o planejamento da estratégia, políticas e diretrizes relacionadas às atividades que envolvam assunção de riscos, direcionando orçamento e capital para a alocação sustentável e otimizada.

A estrutura de gerenciamento de riscos objetiva identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar riscos, além de garantir o aprimoramento contínuo da gestão. Para isso, foram realizados investimentos em plataforma Analytics, inteligência artificial e outros modelos de trabalho, com equipes matriciais e uso de metodologias ágeis.

Mediante a criação e aprovação da nova Política Específica de Gestão do Risco Climático, o BB fica alinhado aos padrões globais de desempenho e ao arcabouço regulatório sobre o tema. A elaboração de diretrizes para a atuação proativa na gestão deste risco favorece a incorporação de indicadores ambientais, sociais e de governança (ASG) nos negócios e processos.

As revisões do processo da estrutura de gestão do risco de modelo e do Modelo Referencial de Linhas de Defesa (MRLD) possibilitaram a construção de *framework* mais ágil, a fim de proporcionar eficiência e fluidez às decisões, preservando a qualidade, a segurança e as boas práticas de governança.

O Banco gerencia os riscos cibernéticos de forma integrada com participação ativa das áreas de Gestão de Riscos, de Segurança Institucional, de Tecnologia da Informação e de Controles Internos. Nesse contexto, o Banco avalia, permanentemente, a superfície de exposição ao risco e adota medidas proativas e reativas para mitigar os riscos. Ademais, o Banco investe relevantes recursos na segurança de suas infraestruturas, nos seus sistemas de tecnologia da informação, no aprimoramento dos seus processos, bem como adota treinamentos contínuos das equipes para assegurar a proteção das suas operações, dos seus negócios e das informações de seus clientes. Também faz parte da gestão do risco cibernético, a realização de cenários e avaliações de impacto e a revisão periódica do Plano de Prevenção e Resposta a Incidentes Cibernéticos, que fornecem importantes insumos para o aprimoramento contínuo da gestão.

Levando-se em consideração o aumento da superfície de exposição, em decorrência da estratégia de ampliação das ferramentas e dos canais digitais, e tendo em vista o compromisso do Banco do Brasil com o fortalecimento da resiliência cibernética, não somente para cumprimento de requisitos regulatórios previstos pela Resolução CMN 4.658/2018, mas, principalmente, visando a elevação do nível de maturidade, a cooperação internacional, a disseminação da cultura em segurança cibernética, o Banco vem adotando importantes esforços para aprimorar a resiliência e a gestão do risco cibernético da instituição, merecendo destaque:

- Realização perene de testes de resiliência cibernética;
- Estratégia de elevação do nível de maturidade em segurança cibernética;
- Estruturação de política de gestão do risco cibernético;
- Elevação do tema para o nível mais elevado da Estratégia Corporativa;
- Fortalecimento de parcerias e cooperação com outras instituições financeiras, órgãos de governo e empresas nacionais e internacionais do setor cibernético; e
- Implementação de programas de disseminação de cultura e capacitação em segurança e riscos cibernéticos

Controles Internos

Possuímos um Sistema de Controles Internos (SCI) robusto alicerçado no Modelo Referencial de Linhas de Defesa para assegurar as competências e responsabilidades de todas as áreas do Banco, por meio de uma estrutura integrada e coordenada, contribuindo para a efetividade dos controles internos e geração de resultados sustentáveis.

Entre as ações realizadas, podemos destacar o reforço do monitoramento da publicação de normas externas (leis, resoluções, portarias, dentre outros) que, em meio à pandemia, apresentou significativo aumento. Nesse sentido, foi implementada a ferramenta “Radar Regulatório” que realiza prospecção automática de mais de 400 fontes e utiliza solução de inteligência artificial (IA), possibilitando às Unidades Estratégicas maior eficiência e adoção de ações tempestivas para adequar os processos às regras vigentes. Também desenvolvemos e implementamos indicadores de gestão do risco de conformidade, visando assegurar o adequado estado da função conformidade do BB.

No que se refere ao relacionamento com nossos clientes e usuários, apresentamos evolução decorrente principalmente: (i) do envolvimento da Alta Administração; (ii) das ações de disseminação para todo corpo funcional; (iii) do aumento na quantidade e relevância dos indicadores relacionados a clientes nos programas internos de incentivos; e (iv) da definição de metodologia para tratamento dos públicos vulneráveis. Essa percepção foi ratificada pelo Banco Central em reunião semestral com a alta administração do BB.

Ainda sob a ótica da experiência do cliente, criamos indicador denominado Certificação de Produtos que visa avaliar a qualidade dos diversos produtos do Banco, da pré-contratação ao encerramento, de forma a induzir o aprimoramento constante das soluções ofertadas.

No contexto de estratégia digital, entre outros temas, realizamos avaliações referentes à implementação do PIX e do Open Banking, com foco em identificação de oportunidades e impactos na experiência do cliente, além da verificação do cumprimento das regulações vigentes, específicas sobre esses assuntos.

Também com foco na estratégia digital, juntamente com gestores de produtos, segurança e tecnologia, implementamos a assinatura por meio de biometria na contratação de empréstimos pessoais e consórcios, e na entrega e liberação de cartões. Além de ganhos em eficiência operacional e agilidade no atendimento aos nossos clientes, a assinatura eletrônica contribuirá para a mitigação de riscos operacionais. Com essa medida, estimamos a redução em até 14 milhões de impressões por ano.

Para mais informações sobre o Sistema de Controles Internos, Programas e Políticas, consulte o Formulário de Referência e o Programa de *Compliance*, disponíveis no site de Relações com Investidores (bb.com.br/ri).

Segurança Institucional

Em decorrência da manutenção de classificação pandêmica pela OMS intensificaram-se a atuação do Grupo Estratégico de Gestão de Crise – GEGC e as ações de contingência que primam pela proteção às pessoas (sociedade e colaboradores) e, diante do cenário desafiador em que temos a população ansiosa e insegura com o futuro, diversas ações de divulgação de informações, orientações e dicas de prevenção que já estavam em andamento, foram reforçadas. Também em consonância à legislação o Banco se adequou às novas Circulares Bacen 3978 e 4001 e ICVM 617 que envolveram, entre outras medidas, a implementação de novos índices e revisão dos vigentes, alguns específicos de monitoramento dos recursos emergenciais decorrente da Pandemia e a ampliação da identificação e autenticação de clientes e usuários em terminais de caixa e de autoatendimento.

Para mitigar riscos de incidentes e adequar à nova realidade procedimentos especiais no monitoramento de ambientes foram implementados, além do reforço nas orientações e melhores práticas de segurança física de nossos colaboradores, comunicados periódicos e medidas preventivas através de *lives*.

Dada à intensificação da utilização dos canais virtuais aprimorou-se a usabilidade e acesso a equipamentos melhorando a experiência do cliente sem prejuízo das ações de monitoramento, adotando medidas proativas e reativas na gestão do risco cibernético.

11. Informações Legais

Conforme critérios definidos pelo Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Geral da Micro e Pequena Empresa), 95,8% de nossos clientes pessoa jurídica do segmento varejo são classificados como micro e pequenas empresas. O volume de recursos utilizado por essas empresas atingiu R\$ 32 bilhões em setembro/2020. O saldo das operações de capital de giro contratadas pelas microempresas totalizou R\$ 3,2 bilhões e das pequenas empresas R\$ 22,2 bilhões. As operações de investimento destinadas às microempresas atingiram R\$ 481,9 milhões e para as pequenas empresas R\$ 5,9 bilhões.

Auditoria Independente – Instrução CVM nº 381

Na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, a fim de evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade dos auditores independentes, adotamos procedimentos fundamentados nas legislações e normas aplicáveis e nos melhores princípios internacionalmente aceitos relacionados ao tema. Esses princípios consistem em: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais em seu cliente e (iii) o auditor não deve promover interesses do cliente. Ademais, no Banco do Brasil, a contratação de serviços relacionados à auditoria externa deve ser precedida por parecer do Comitê de Auditoria.

Contratos de Não-Auditoria com o Auditor Independente

Empresa Contratante	Data de Contratação	Duração	Descrição dos Serviços
Banco Patagonia S.A.	01/07/2020	11 meses	Tax compliance e tax advisory
Banco Patagonia S.A.	01/07/2020	11 meses	Consultoria Tributária
Banco do Brasil AG - Espanha	26/10/2017	35 meses	Suporte na elaboração de relatórios financeiros (CIRBE)
Banco do Brasil AG - Espanha	26/10/2017	35 meses	Suporte na elaboração de relatórios financeiros (FINREP)

1 – Duração estimada em meses com base na data esperada de encerramento dos contratos.

Contratamos a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes para prestação de serviços não relacionados à auditoria externa inferiores a 5% pelos serviços de auditoria externa. Para esta avaliação, foram considerados todos os contratos vigentes entre Jan/2020 e Set/2020.

Justificativa dos Auditores Independentes

Em cumprimento à Instrução CVM 381/2003, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes não prestou serviços que pudessem afetar suas independências, ratificadas por meio da aderência de seus profissionais aos pertinentes padrões éticos e de independência, que cumpram ou excedam os padrões promulgados por IFAC, CFC, CVM, Bacen, Susep, Previc e pelas demais agências reguladoras. Estas políticas e procedimentos que abrangem áreas como a independência pessoal, as relações pós-emprego, rotação de profissionais, bem como a aprovação de serviços de auditoria e outros serviços, estão sujeitos a monitoramento constante.

Títulos e Valores Mobiliários

Em conformidade com o art. 8º da Circular Bacen 3.068/2001, afirmamos possuir a intenção e a capacidade financeira de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento”. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que não considera a possibilidade de venda desses títulos.

A abertura dos títulos por categoria e a reclassificação de títulos e valores mobiliários podem ser consultadas na nota explicativa 10 – Títulos e Valores Mobiliários. Os valores referentes a ganhos e perdas não realizados no período, relativos a títulos e valores mobiliários, estão divulgados na nota explicativa 30 – Gerenciamento de Riscos e de Capital.

Informações de Coligadas e Controladas

Em cumprimento ao artigo 243 da Lei 6.404/76, informamos que os investimentos da companhia em sociedades coligadas e controladas estão relacionados nas notas explicativas 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e 14 – Investimentos.

Esclarecimentos Adicionais

- I. Os investimentos fixos no período somaram o valor de R\$ 1,046.5 bilhão no 3T20, destacando o investimento em novos pontos de atendimento e na melhoria da ambiência das agências (R\$ 390,1 milhões) e em tecnologia da informação (R\$ 616,4 milhões).
- II. Possuímos R\$ 1,71 bilhão (individual) e R\$ 1,73 bilhão (consolidado) de créditos tributários não ativados apresentados na nota explicativa 22 - Tributos das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas (subitem “f”) em decorrência dos requisitos estabelecidos pelas Resoluções CMN 3.059/02 e 3.355/06.
- III. Mantivemos registrado em contas de compensação, conforme regras dispostas no Plano Contábil das Instituições Financeiras (Cosif), o montante de R\$ 11,6 bilhões decorrentes de Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas a clientes e empresas integrantes do Conglomerado Banco do Brasil.

IV. Publicamos anualmente, em nossa Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, disponível em nosso sítio (bb.com.br/ri), os investimentos realizados em decorrência do exercício de políticas públicas.

O Banco do Brasil, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal se comprometem a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia relacionada ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado por meio da Câmara de Arbitragem do Mercado da B3, conforme cláusula compromissória constante do Estatuto Social do Banco do Brasil.

Para mais informações, disponibilizamos no sítio de Relações com Investidores (bb.com.br/ri) o Formulário de Referência, Análise do Desempenho e Apresentação Institucional.

Demonstrações Contábeis

3º Trimestre de 2020



BANCO DO BRASIL

Índice	24
Demonstrações Contábeis	25
Balanco Patrimonial	25
Demonstração do Resultado	27
Demonstração do Resultado Abrangente	28
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	29
Demonstração dos Fluxos de Caixa	31
Demonstração do Valor Adicionado	32
Notas Explicativas	33
1 - O Banco e suas Operações	33
2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	34
3 - Resumo das Principais Práticas Contábeis	39
4 - Principais Julgamentos e Estimativas Contábeis	46
5 - Aquisições, Vendas e Reestruturações Societárias	49
6 - Informações por Segmento	51
7 - Caixa e Equivalentes de Caixa	55
8 - Depósitos Compulsórios em Bancos Centrais	55
9 - Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	56
10 - Títulos e Valores Mobiliários	57
11 - Instrumentos Financeiros Derivativos	63
12 - Carteira de Crédito	71
13 - Outros Ativos	81
14 - Investimentos	83
15 - Imobilizado de Uso	91
16 - Intangível	92
17 - Recursos de Clientes	93
18 - Recursos de Instituições Financeiras	96
19 - Recursos de Emissões de Títulos e Valores Mobiliários	99
20 - Outros Passivos	103
21 - Provisões	104
22 - Tributos	111
23 - Patrimônio Líquido	116
24 - Receitas de Prestação de Serviços	123
25 - Despesas de Pessoal	123
26 - Outras Despesas Administrativas	124
27 - Outras Receitas e Outras Despesas	125
28 - Partes Relacionadas	127
29 - Benefícios a Empregados	133
30 - Gerenciamento de Riscos e de Capital	145
31 - Outras Informações	157
32 - Eventos Subsequentes	166
Declaração dos Membros do Conselho Diretor sobre as Demonstrações Financeiras	169
Declaração dos Membros do Conselho Diretor sobre o Relatório dos Auditores Independentes	170
Membros da Administração	171

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
		30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019
Caixa e Equivalentes de Caixa	7	73.212.951	69.713.238	77.891.341	71.936.023
Ativos Financeiros		1.691.621.813	1.407.555.979	1.630.970.244	1.348.975.603
Depósitos compulsórios em bancos centrais	8	62.217.040	65.124.107	62.217.040	65.124.107
Aplicações interfinanceiras de liquidez	9	628.466.094	445.057.031	537.421.971	367.712.523
Títulos e valores mobiliários	10	240.784.923	192.997.852	254.599.834	202.120.768
Instrumentos financeiros derivativos	11	5.160.722	823.113	5.179.095	820.935
Carteira de crédito	12	654.636.741	610.786.159	668.035.546	621.344.555
Outros ativos financeiros	13	100.356.293	92.767.717	103.516.758	91.852.715
(Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito)		(44.343.805)	(41.558.545)	(44.934.725)	(41.995.019)
(Carteira de crédito)	12	(42.116.530)	(39.592.667)	(42.349.863)	(39.799.866)
(Outros ativos financeiros)	13	(2.227.275)	(1.965.878)	(2.584.862)	(2.195.153)
Ativos Fiscais		66.497.823	67.223.491	69.314.570	68.835.569
Correntes		7.929.751	8.792.228	9.205.084	9.372.637
Diferidos (créditos tributários)	22	58.568.072	58.431.263	60.109.486	59.462.932
Investimentos	14	32.464.313	28.297.912	15.489.128	14.959.449
Investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto		32.286.592	28.134.582	15.188.516	14.690.382
Outros investimentos		215.676	183.928	368.542	320.560
(Perdas por redução ao valor recuperável)		(37.955)	(20.598)	(67.930)	(51.493)
Imobilizado de Uso	15	7.730.126	7.698.876	7.925.262	7.882.695
Imobilizações de uso		18.972.744	18.183.285	19.392.770	18.554.259
(Depreciação acumulada)		(11.220.242)	(10.462.033)	(11.444.782)	(10.647.816)
(Perdas por redução ao valor recuperável)		(22.376)	(22.376)	(22.726)	(23.748)
Intangível	16	6.292.368	5.784.356	6.366.255	5.920.549
Ativos intangíveis		13.528.611	11.759.011	13.672.794	12.033.513
(Amortização acumulada)		(6.226.700)	(4.964.994)	(6.296.995)	(5.103.282)
(Perdas por redução ao valor recuperável)		(1.009.543)	(1.009.661)	(1.009.544)	(1.009.682)
Outros Ativos	13	6.297.810	6.044.802	6.901.124	4.580.295
TOTAL DO ATIVO		1.839.773.399	1.550.760.109	1.769.923.199	1.481.095.164

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
		30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019
Passivos Financeiros		1.656.198.009	1.374.118.210	1.568.688.063	1.286.176.843
Recursos de clientes	17	549.793.307	473.726.182	569.872.093	485.002.305
Recursos de instituições financeiras	18	775.438.465	605.979.736	672.312.448	512.689.942
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	19	216.859.300	209.499.082	215.587.645	206.330.526
Instrumentos financeiros derivativos	11	7.177.475	3.050.673	5.012.031	961.612
Outros passivos financeiros	20	106.929.462	81.862.537	105.903.846	81.192.458
Provisões	21	30.764.784	30.219.601	31.659.880	30.734.619
Fiscais, cíveis e trabalhistas		25.738.660	25.239.763	26.239.800	25.480.105
Outras provisões		5.026.124	4.979.838	5.420.080	5.254.514
Passivos Fiscais		10.467.474	9.798.845	13.663.149	12.571.121
Correntes		7.874.191	7.877.064	10.646.947	10.501.481
Diferidos	22	2.593.283	1.921.781	3.016.202	2.069.640
Outros Passivos	20	30.254.896	37.727.454	33.578.443	43.047.687
Patrimônio Líquido	23	112.088.236	98.895.999	122.333.664	108.564.894
Capital	23.b	90.000.000	67.000.000	90.000.000	67.000.000
Instrumento elegível ao capital principal	23.c	--	--	8.100.000	8.100.000
Reservas de capital	23.e	1.398.436	1.365.081	1.399.891	1.366.443
Reservas de reavaliação	23.d	2.057	2.169	2.057	2.169
Reservas de lucros	23.e	34.860.401	54.134.135	34.590.726	53.814.656
Outros resultados abrangentes	23.i	(16.932.283)	(23.280.948)	(16.932.283)	(23.282.394)
Lucros ou prejuízos acumulados		3.038.876	--	3.038.876	--
(Ações em tesouraria)	23.m	(279.251)	(324.438)	(280.706)	(339.636)
Participação dos não controladores	23.j	--	--	2.415.103	1.903.656
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.839.773.399	1.550.760.109	1.769.923.199	1.481.095.164

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	BB Banco Múltiplo				BB Consolidado			
		3º Trimestre/2020	3º Trimestre/2019	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019	3º Trimestre/2020	3º Trimestre/2019	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		26.328.148	37.570.669	103.452.864	100.535.418	26.616.669	37.796.810	103.714.786	100.555.412
Resultado da carteira de crédito	12.b	19.947.168	22.575.415	70.062.791	61.832.266	20.723.782	23.327.797	72.191.237	63.617.999
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	9.b	4.079.705	8.939.777	15.126.850	26.428.962	2.888.122	7.716.373	11.273.812	22.746.352
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	10.b	1.870.175	3.795.127	12.874.615	8.798.198	2.526.525	4.357.976	14.743.618	10.373.095
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	11.b	507.314	1.100.617	4.344.891	933.590	529.743	1.175.996	4.493.870	1.117.431
Resultado das aplicações compulsórias	8.b	266.169	602.017	1.070.634	1.834.377	266.169	602.017	1.070.634	1.834.377
Resultado de outros ativos financeiros	13.d	(342.383)	557.716	(26.917)	708.025	(317.672)	616.651	(58.385)	866.158
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(13.813.300)	(27.406.870)	(72.894.606)	(64.336.665)	(12.338.462)	(25.456.809)	(64.269.858)	(60.580.215)
Recursos de instituições financeiras	18.d	(8.638.324)	(17.914.266)	(53.470.253)	(37.375.684)	(6.664.308)	(15.474.298)	(43.616.097)	(32.206.950)
Recursos de clientes	17.c	(2.934.023)	(6.154.860)	(10.703.318)	(17.923.267)	(3.395.460)	(6.638.028)	(11.810.410)	(19.334.639)
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	19.e	(1.720.738)	(2.537.633)	(5.774.836)	(7.729.555)	(1.778.788)	(2.607.864)	(5.959.814)	(7.791.500)
Outras despesas de captação	20.c	(520.215)	(800.111)	(2.946.199)	(1.308.159)	(499.906)	(2.883.537)	(1.247.126)	
PROVISÃO PARA PERDAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(6.616.248)	(5.095.740)	(19.220.545)	(14.762.713)	(6.716.145)	(5.156.389)	(19.377.557)	(14.690.211)
Carteira de crédito	12.f	(6.577.054)	(4.982.047)	(18.957.680)	(15.091.938)	(6.574.533)	(5.037.239)	(18.993.409)	(14.944.046)
Outros ativos financeiros	13.b	(39.194)	(113.693)	(262.865)	329.225	(141.612)	(119.150)	(384.148)	253.835
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		5.898.600	5.068.059	11.337.713	21.436.040	7.562.062	7.183.612	20.067.371	25.284.986
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(2.348.135)	(302.909)	(2.785.217)	(4.080.457)	(2.527.773)	(2.567.676)	(7.559.173)	(5.446.666)
Receitas de prestação de serviços	24	4.788.840	5.096.832	14.349.696	14.883.180	7.280.554	7.466.391	21.312.928	21.700.668
Despesas de pessoal	25	(4.781.275)	(4.797.291)	(13.974.258)	(13.930.896)	(5.175.699)	(5.133.957)	(15.102.778)	(14.921.055)
Outras despesas administrativas	26	(3.183.678)	(3.150.600)	(9.494.753)	(9.254.210)	(3.220.160)	(3.204.130)	(9.618.586)	(9.379.651)
Despesas tributárias	22.c	(964.363)	(665.248)	(2.596.621)	(2.512.742)	(1.314.531)	(1.021.448)	(3.606.080)	(3.534.398)
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	14.a	2.505.868	4.697.557	11.151.870	8.593.833	781.781	1.027.550	2.171.023	3.066.887
Outras receitas/despesas	27	(713.527)	(1.484.159)	(2.221.151)	(1.859.622)	(879.718)	(1.702.082)	(2.715.680)	(2.379.117)
PROVISÕES	21.d	(801.271)	(1.976.473)	(2.419.242)	(7.621.655)	(1.053.156)	(2.047.564)	(2.708.774)	(7.719.668)
Fiscais, cíveis e trabalhistas		(667.810)	(2.045.464)	(2.199.915)	(7.694.524)	(919.332)	(2.116.653)	(2.489.898)	(7.793.364)
Outras		(133.461)	68.991	(219.327)	72.869	(133.824)	69.089	(218.876)	73.696
RESULTADO OPERACIONAL		2.749.194	2.788.677	6.133.254	9.733.928	3.981.133	2.568.372	9.799.424	12.118.652
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(2.570)	(10.796)	9.030	26.816	42.926	3.563.546	157.496	3.618.190
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		2.746.624	2.777.881	6.142.284	9.760.744	4.024.059	6.131.918	9.956.920	15.736.842
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	22.a	688.180	1.933.669	4.465.902	4.118.520	(103.634)	(125.153)	1.972.131	354.306
PARTICIPAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES NO LUCRO		(397.328)	(549.814)	(1.222.852)	(1.597.656)	(397.358)	(551.800)	(1.226.540)	(1.603.525)
PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	23.j	--	--	--	--	(438.165)	(1.198.825)	(1.204.180)	(2.019.390)
LUCRO LÍQUIDO		3.037.476	4.161.736	9.385.334	12.281.608	3.084.902	4.256.140	9.498.331	12.468.233
LUCRO LÍQUIDO ATRIBUÍVEL AOS ACIONISTAS									
Controladores		3.037.476	4.161.736	9.385.334	12.281.608	3.084.902	4.256.140	9.498.331	12.468.233
Não controladores		--	--	--	--	438.165	1.198.825	1.204.180	2.019.390
LUCRO POR AÇÃO	23.f								
Número médio ponderado de ações - básico		2.852.656.791	2.787.130.436	2.852.229.008	2.786.670.009	--	--	--	--
Número médio ponderado de ações - diluído		2.852.321.221	2.786.770.907	2.852.014.936	2.786.381.529	--	--	--	--
Lucro básico e diluído por ação (R\$)		1,06	1,49	3,29	4,41	--	--	--	--

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	BB Banco Múltiplo				BB Consolidado			
	3º Trimestre/2020	3º Trimestre/2019	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019	3º Trimestre/2020	3º Trimestre/2019	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019
Lucro Líquido atribuível aos acionistas controladores	3.037.476	4.161.736	9.385.334	12.281.608	3.084.902	4.256.140	9.498.331	12.468.233
Participação dos acionistas não controladores	--	--	--	--	438.165	1.198.825	1.204.180	2.019.390
Lucro líquido atribuível aos acionistas	3.037.476	4.161.736	9.385.334	12.281.608	3.523.067	5.454.965	10.702.511	14.487.623
Itens que podem ser reclassificados para a Demonstração do Resultado								
Ativos financeiros disponíveis para venda	69.189	574.126	(369.975)	1.899.889	38.052	634.888	(574.132)	1.949.727
Ganhos/(perdas) não realizados sobre ativos financeiros disponíveis para venda	(1.169.333)	279.952	(2.336.648)	2.195.074	(1.226.280)	395.451	(2.726.540)	2.274.747
(Ganhos)/perdas realizados sobre ativos financeiros disponíveis para venda – reclassificados para o resultado	804.314	523.856	1.592.039	424.623	793.887	510.994	1.623.069	405.700
Efeito fiscal	434.208	(229.682)	374.634	(719.808)	470.445	(271.557)	529.339	(730.720)
Participação no resultado abrangente de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto	108.867	67.398	(115.319)	104.999	110.838	23.245	63.638	63.363
Ganhos/(perdas) não realizados sobre ativos financeiros disponíveis para venda	125.813	112.305	(254.729)	202.911	144.579	39.866	61.170	157.074
Ganhos/(perdas) não realizados sobre hedge de fluxo de caixa	63.451	(20.523)	78.324	(78.285)	63.451	(20.523)	78.324	(78.285)
Ganhos/(perdas) não realizados em outros resultados abrangentes	--	--	6.787	(2.415)	--	--	6.787	(2.415)
Efeito fiscal	(80.397)	(24.384)	54.299	(17.212)	(97.192)	3.902	(82.643)	(13.011)
Ajustes de conversão de investimentos no exterior	(80.593)	(338.849)	433.177	(577.142)	(100.934)	(410.082)	479.610	(699.672)
Itens que não podem ser reclassificados para a Demonstração do Resultado								
Planos de benefício definido	4.759.994	--	6.400.782	(6.300.688)	4.759.994	--	6.400.782	(6.300.688)
Ganhos/(perdas) em remensurações relacionadas a planos de benefícios definidos	8.654.534	--	11.639.229	(10.504.518)	8.654.534	--	11.639.229	(10.504.518)
Efeito fiscal	(3.894.540)	--	(5.238.447)	4.203.830	(3.894.540)	--	(5.238.447)	4.203.830
Outros resultados abrangentes líquidos de efeitos tributários	4.857.457	302.675	6.348.665	(4.872.942)	4.807.950	248.051	6.369.898	(4.987.270)
Resultado abrangente do período	7.894.933	4.464.411	15.733.999	7.408.666	8.331.017	5.703.016	17.072.409	9.500.353
Resultado abrangente atribuível aos acionistas controladores	7.894.933	4.464.411	15.733.999	7.408.666	7.942.359	4.558.815	15.848.442	7.595.291
Resultado abrangente atribuível aos acionistas não controladores	--	--	--	--	388.658	1.144.201	1.223.967	1.905.062

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

BB Banco Múltiplo	Nota	Capital	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Ações em Tesouraria	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
					Reserva Legal	Reservas Estatutárias				
Saldos em 31.12.2018		67.000.000	13.468	2.240	7.738.497	35.221.664	(16.154.116)	(1.832.207)	--	91.989.546
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de tributos	23.i	--	--	--	--	--	2.053.462	--	--	2.053.462
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios, líquido de tributos	23.i	--	--	--	--	--	(6.302.283)	--	--	(6.302.283)
Variação cambial de investimentos no exterior	23.i	--	--	--	--	--	(577.142)	--	--	(577.142)
Hedge de fluxo de caixa	23.i	--	--	--	--	--	(46.979)	--	--	(46.979)
Transações com pagamento baseado em ações		--	44.705	--	--	--	--	36.258	--	80.963
Dividendos/JCP prescritos		--	--	--	--	--	--	--	4.749	4.749
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas	23.d	--	--	(53)	--	--	--	--	53	--
Lucro líquido	23.h	--	--	--	--	--	--	--	12.281.608	12.281.608
Destinações: - Reservas		--	--	--	405.993	7.250.681	--	--	(7.656.674)	--
- Juros sobre o capital próprio	23.g	--	--	--	--	(4.519.734)	--	--	(467.976)	(4.987.710)
Saldos em 30.09.2019		67.000.000	58.173	2.187	8.144.490	37.952.611	(21.027.058)	(1.795.949)	4.161.760	94.496.214
Mutações do período		--	44.705	(53)	405.993	2.730.947	(4.872.942)	36.258	4.161.760	2.506.668
Saldos em 31.12.2019		67.000.000	1.365.081	2.169	8.633.464	45.500.671	(23.280.948)	(324.438)	--	98.895.999
Aumento de capital - capitalização de reservas	23.b	23.000.000	--	--	--	(23.000.000)	--	--	--	--
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de tributos	23.i	--	--	--	--	--	(532.684)	--	--	(532.684)
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios, líquido de tributos	23.i	--	--	--	--	--	6.405.597	--	--	6.405.597
Variação cambial de investimentos no exterior	23.i	--	--	--	--	--	433.177	--	--	433.177
Hedge de fluxo de caixa	23.i	--	--	--	--	--	42.575	--	--	42.575
Transações com pagamento baseado em ações		--	32.536	--	--	--	--	45.187	--	77.723
Oferta subsequente de ações (follow on)		--	819	--	--	--	--	--	--	819
Dividendos/JCP prescritos		--	--	--	--	--	--	--	2.977	2.977
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas	23.d	--	--	(112)	--	--	--	--	112	--
Lucro líquido	23.h	--	--	--	--	--	--	--	9.385.334	9.385.334
Destinações: - Reservas		--	--	--	317.393	5.862.066	--	--	(6.179.459)	--
- Juros sobre o capital próprio	23.g	--	--	--	--	(2.453.193)	--	--	(170.088)	(2.623.281)
Saldos em 30.09.2020		90.000.000	1.398.436	2.057	8.950.857	25.909.544	(16.932.283)	(279.251)	3.038.876	112.088.236
Mutações do período		23.000.000	33.355	(112)	317.393	(19.591.127)	6.348.665	45.187	3.038.876	13.192.237

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BB Consolidado	Nota	Capital	Instrumento Elegível ao Capital Principal	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Ações em Tesouraria	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Participação dos não Controladores	Total
						Reserva Legal	Reservas Estatutárias					
Saldos em 31.12.2018		67.000.000	8.100.000	14.692	2.240	7.738.497	34.874.085	(16.154.116)	(1.833.431)	--	2.510.915	102.252.882
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de tributos	23.i	--	--	--	--	--	--	2.053.462	--	--	--	2.053.462
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios, líquido de tributos	23.i	--	--	--	--	--	--	(6.302.283)	--	--	--	(6.302.283)
Variação cambial de investimentos no exterior	23.i	--	--	--	--	--	--	(577.142)	--	--	--	(577.142)
Hedge de fluxo de caixa	23.i	--	--	--	--	--	--	(46.979)	--	--	--	(46.979)
Transações com pagamento baseado em ações		--	--	44.843	--	--	--	--	36.120	--	--	80.963
Dividendos/JCP prescritos		--	--	--	--	--	--	--	--	4.749	--	4.749
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas	23.d	--	--	--	(53)	--	--	--	--	53	--	--
Variação de participação dos não controladores		--	--	--	--	--	--	--	--	--	1.138.374	1.138.374
Lucro líquido	23.h	--	--	--	--	--	--	--	--	12.468.233	--	12.468.233
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal		--	--	--	--	--	--	--	--	(187.668)	--	(187.668)
Resultado não realizado		--	--	--	--	--	(1.043)	--	--	1.043	--	--
Destinações: - Reservas		--	--	--	--	405.993	7.250.681	--	--	(7.656.674)	--	--
- Juros sobre o capital próprio	23.g	--	--	--	--	--	(4.519.734)	--	--	(467.976)	--	(4.987.710)
Saldos em 30.09.2019		67.000.000	8.100.000	59.535	2.187	8.144.490	37.603.989	(21.027.058)	(1.797.311)	4.161.760	3.649.289	105.896.881
Mutações do período		--	--	44.843	(53)	405.993	2.729.904	(4.872.942)	36.120	4.161.760	1.138.374	3.643.999
Saldos em 31.12.2019		67.000.000	8.100.000	1.366.443	2.169	8.633.464	45.181.192	(23.282.394)	(339.636)	--	1.903.656	108.564.894
Aumento de capital - capitalização de reservas	23.b	23.000.000	--	--	--	--	(23.000.000)	--	--	--	--	--
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de tributos	23.i	--	--	--	--	--	--	(531.238)	--	--	--	(531.238)
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios, líquido de tributos	23.i	--	--	--	--	--	--	6.405.597	--	--	--	6.405.597
Variação cambial de investimentos no exterior	23.i	--	--	--	--	--	--	433.177	--	--	--	433.177
Hedge de fluxo de caixa	23.i	--	--	--	--	--	--	42.575	--	--	--	42.575
Transações com pagamento baseado em ações		--	--	32.629	--	--	--	--	45.094	--	--	77.723
Dividendos/JCP prescritos		--	--	--	--	--	--	--	--	2.977	--	2.977
Alienação de ações em tesouraria (follow on)		--	--	819	--	--	--	--	13.836	--	--	14.655
Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas	23.d	--	--	--	(112)	--	--	--	--	112	--	--
Variação de participação dos não controladores		--	--	--	--	--	--	--	--	--	511.447	511.447
Lucro líquido	23.h	--	--	--	--	--	--	--	--	9.498.331	--	9.498.331
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal		--	--	--	--	--	--	--	--	(63.193)	--	(63.193)
Resultado não realizado		--	--	--	--	--	49.804	--	--	(49.804)	--	--
Destinações: - Reservas		--	--	--	--	317.393	5.862.066	--	--	(6.179.459)	--	--
- Juros sobre o capital próprio	23.g	--	--	--	--	--	(2.453.193)	--	--	(170.088)	--	(2.623.281)
Saldos em 30.09.2020		90.000.000	8.100.000	1.399.891	2.057	8.950.857	25.639.869	(16.932.283)	(280.706)	3.038.876	2.415.103	122.333.664
Mutações do período		23.000.000	--	33.448	(112)	317.393	(19.541.323)	6.350.111	58.930	3.038.876	511.447	13.768.770

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Nota	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
		01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019
Fluxos de Caixa Provenientes das Operações					
Lucro antes dos Tributos e Participações		6.142.284	9.760.744	9.956.920	15.736.842
Ajustes ao lucro antes dos tributos e participações		27.768.561	14.346.815	31.347.696	15.824.139
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	12 e 13	19.220.545	14.762.713	19.377.557	14.690.211
Depreciações e amortizações		2.273.688	2.106.818	2.316.657	2.115.540
(Ganho) Perda cambial na conversão de ativos e passivos em moeda estrangeira		22.065.201	(717.151)	22.700.774	(4.312)
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos		17.723	982.690	16.681	983.757
Resultado de participação em controladas, coligadas e controladas em conjunto	14.a	(5.582.242)	(8.593.833)	(2.171.023)	(3.066.887)
(Lucro) Prejuízo na alienação de valores e bens		(47.491)	(47.991)	(53.752)	(91.790)
(Ganho) Perda de capital		39.148	47.132	(121.378)	(3.502.980)
Provisão (Reversão) para desvalorização de outros valores e bens		10.882	2.521	10.902	2.578
Amortização de ágio em investimentos	14.d	21.368	29.405	21.368	169.135
Despesas com provisões fiscais, cíveis e trabalhistas	21.d	2.199.915	6.417.203	2.489.898	6.472.359
Atualização de ativos/passivos atuariais e dos fundos de destinação do superávit		1.021.959	(333.834)	1.021.959	(333.834)
Comissões de corretagem diferidas		--	--	(185.879)	(272.777)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(13.477.268)	(1.921.110)	(14.079.722)	(752.940)
Outros ajustes		5.133	1.612.252	3.654	(583.921)
Lucro Ajustado antes dos Tributos e Participações		33.910.845	24.107.559	41.304.616	31.560.981
Variações Patrimoniais		8.745.500	34.536.619	16.605.721	27.978.749
(Aumento) Redução em depósitos compulsórios em bancos centrais		2.907.067	(1.262.861)	2.907.067	(2.157.861)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		(183.409.064)	(36.864.901)	(169.709.448)	(28.253.677)
(Aumento) Redução em títulos para negociação		88.596	629.468	(722.929)	(361.779)
(Aumento) Redução em instrumentos financeiros derivativos		(210.806)	(1.649.662)	(307.741)	(771.590)
(Aumento) Redução na carteira de créditos, líquida de provisões		(45.005.648)	(1.558.537)	(47.848.623)	1.557.617
(Aumento) Redução em outros ativos financeiros		1.260.731	2.757.782	559.240	(1.998.531)
(Aumento) Redução em outros ativos		(5.324.598)	112.023	(1.599.039)	3.500.166
Imposto de renda e contribuição social pagos		(37.213)	(321.994)	(2.909.688)	(4.201.343)
(Redução) Aumento em recursos de clientes		77.411.886	26.815.076	86.214.549	23.862.152
(Redução) Aumento em recursos de instituições financeiras		139.386.184	29.909.363	135.119.589	22.677.170
(Redução) Aumento em recursos de emissões de títulos e valores mobiliários		(765.179)	94.153	1.384.125	1.155.584
(Redução) Aumento em outros passivos financeiros		21.367.456	11.657.965	12.627.573	9.471.612
(Redução) Aumento em outros passivos		1.076.088	4.218.744	891.046	3.499.229
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES		42.656.345	58.644.178	57.910.337	59.539.730
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Investimento					
Aquisição de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		(124.488.773)	(121.617.524)	(135.827.203)	(122.754.214)
Alienação de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		79.761.908	86.278.729	87.722.874	88.522.550
Aquisição de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		(3.859.063)	(740.401)	(4.474.798)	(398.036)
Alienação de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		340.288	1.672.761	340.288	496.349
Dividendos recebidos de coligadas e controladas		6.799.508	7.088.032	1.842.657	1.873.702
Aquisição de imobilizado de uso		(1.051.291)	(847.245)	(1.086.281)	(870.139)
Alienação de imobilizado de uso		74.195	53.400	68.590	54.842
Aquisição de investimentos		--	(895.000)	(12.750)	--
Alienação de investimentos		--	--	2.625	--
Aquisição de intangíveis		(1.729.323)	(719.415)	(1.722.562)	(727.150)
Caixa recebido na redução de capital da BB Seguridade		1.791.795	--	--	--
Resgate de ações preferenciais da UBS BB	5.a	--	--	145.000	--
Caixa líquido recebido na alienação do IRB – Brasil Resseguros S.A.	5.b	--	--	--	4.181.779
Caixa líquido recebido na alienação da Neoenergia S.A.		--	--	--	1.732.689
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(42.360.756)	(29.726.663)	(53.001.560)	(27.887.628)
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Financiamento					
(Redução) Aumento em obrigações por dívida subordinada		(4.939.942)	(8.255.864)	(4.935.908)	(8.258.310)
(Redução) Aumento em instrumentos híbridos de capital e dívida		(2.023.146)	2.388.695	(2.023.296)	2.400.620
(Aquisição) alienação de ações em tesouraria		--	36.258	15.268	36.120
Dividendos pagos aos acionistas não controladores		--	--	(1.871.080)	--
Juros sobre o capital próprio pagos		(3.310.056)	(5.577.849)	(3.310.056)	(5.577.849)
Caixa pago aos acionistas não controladores na redução de capital da BB Seguridade		--	--	(908.109)	--
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(10.273.144)	(11.408.760)	(13.033.181)	(11.399.419)
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(9.977.555)	17.508.755	(8.124.404)	20.252.683
Início do período		69.713.238	56.063.399	71.936.023	60.335.451
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		13.477.268	1.921.110	14.079.722	752.940
Fim do período		73.212.951	75.493.264	77.891.341	81.341.074
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		(9.977.555)	17.508.755	(8.124.404)	20.252.683

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	Nota	BB Banco Múltiplo				BB Consolidado			
		01.01 a 30.09.2020		01.01 a 30.09.2019		01.01 a 30.09.2020		01.01 a 30.09.2019	
Receitas		94.431.447		94.671.758		100.777.091		102.436.112	
Receitas da intermediação financeira		103.452.864		100.535.418		103.714.786		100.555.412	
Receitas de prestação de serviços		14.349.696		14.883.180		21.312.928		21.700.668	
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		(19.220.545)		(14.762.713)		(19.377.557)		(14.690.211)	
Ganhos de capital		6.124		9.949		167.637		3.720.578	
Outras receitas/(despesas)		(4.156.692)		(5.994.076)		(5.040.703)		(8.850.335)	
Despesas da Intermediação Financeira		(72.894.606)		(64.336.665)		(64.269.858)		(60.580.215)	
Insumos Adquiridos de Terceiros		(5.528.124)		(5.532.572)		(5.450.055)		(5.430.401)	
Materiais, água, energia e gás	26	(392.572)		(432.152)		(412.181)		(452.828)	
Serviços de terceiros	26	(661.193)		(601.542)		(730.594)		(652.969)	
Comunicações	26	(509.031)		(530.590)		(554.817)		(565.559)	
Processamento de dados	26	(589.295)		(585.059)		(329.825)		(331.258)	
Transporte	26	(611.370)		(568.380)		(652.604)		(617.371)	
Serviços de vigilância e segurança	26	(842.466)		(839.338)		(865.738)		(858.726)	
Serviços do sistema financeiro	26	(598.169)		(545.537)		(671.409)		(600.945)	
Propaganda e publicidade	26	(259.683)		(296.751)		(266.283)		(316.130)	
Manutenção e conservação de bens	26	(713.450)		(742.341)		(546.462)		(566.800)	
Outras		(350.895)		(390.882)		(420.142)		(467.815)	
Valor Adicionado Bruto		16.008.717		24.802.521		31.057.178		36.425.496	
Despesas de amortização/depreciação	26	(2.295.056)		(2.136.223)		(2.338.025)		(2.281.259)	
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade		13.713.661		22.666.298		28.719.153		34.144.237	
Valor Adicionado Recebido em Transferência		11.151.870		8.593.833		2.171.023		3.066.887	
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto		11.151.870		8.593.833		2.171.023		3.066.887	
Valor Adicionado a Distribuir		24.865.531	100,00%	31.260.131	100,00%	30.890.176	100,00%	37.211.124	100,00%
Valor Adicionado Distribuído		24.865.531	100,00%	31.260.131	100,00%	30.890.176	100,00%	37.211.124	100,00%
Pessoal		14.701.224	59,12%	15.806.124	50,56%	15.784.259	51,10%	16.744.619	45,00%
Salários e honorários		8.937.949		10.124.301		9.764.749		10.843.262	
Participação de empregados e administradores no lucro		1.222.852		1.597.656		1.226.540		1.603.525	
Benefícios e treinamentos		2.533.840		2.323.780		2.643.938		2.423.206	
FGTS		523.951		544.077		543.852		564.176	
Outros encargos		1.482.632		1.216.310		1.605.180		1.310.450	
Impostos, Taxas e Contribuições		(179.695)	(0,72%)	2.212.975	7,08%	3.385.757	10,96%	4.973.520	13,37%
Federais		(984.877)		1.379.923		2.144.312		3.695.904	
Estaduais		626		1.055		626		1.055	
Municipais		804.556		831.997		1.240.819		1.276.561	
Remuneração de Capitais de Terceiros		958.668	3,86%	959.424	3,07%	1.017.649	3,29%	1.005.362	2,70%
Aluguéis	26	958.668		959.424		1.017.649		1.005.362	
Remuneração de Capitais Próprios		9.385.334	37,74%	12.281.608	39,29%	10.702.511	34,65%	14.487.623	38,93%
Juros sobre capital próprio da União		1.311.641		2.530.035		1.311.641		2.530.035	
Juros sobre capital próprio de outros acionistas		1.311.640		2.457.675		1.311.640		2.457.675	
Juros sobre o instrumento elegível ao capital da União		--		--		63.194		187.669	
Lucro retido		6.762.053		7.293.898		6.811.856		7.292.854	
Participação dos não controladores nos lucros retidos		--		--		1.204.180		2.019.390	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1 - O BANCO E SUAS OPERAÇÕES

O Banco do Brasil S.A. ("Banco do Brasil" ou "Banco") é uma companhia aberta de direito privado, de economia mista, controlada pelo Governo Federal, que explora atividade econômica, na forma do art. 173 da Constituição Federal, regida, sobretudo, pela legislação aplicável às sociedades por ações e pelas Leis n.º 4.595/1964, n.º 13.303/2016 e seu respectivo Decreto regulamentador. Sua matriz tem sede e domicílio localizados no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Brasília, Distrito Federal, Brasil.

O Banco tem suas ações negociadas no segmento denominado Novo Mercado da B3 S.A. (Brasil, Bolsa, Balcão), sob o código "BBAS3" e suas ADRs (*American Depositary Receipts*) no mercado de balcão dos Estados Unidos da América sob o código "BDORY". Seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal sujeitam-se às disposições do Regulamento do Novo Mercado da B3. Este regulamento prevalecerá sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas no Estatuto Social.

O Banco do Brasil é um banco múltiplo com atuação em todo o território nacional, desenvolvendo também atividades em importantes centros financeiros mundiais. Tem por objeto a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas, inclusive nas operações de câmbio e nas atividades complementares, destacando-se seguros, previdência privada, capitalização, corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de cartões de crédito/débito, consórcios, fundos de investimentos e carteiras administradas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Como agente de execução da política creditícia e financeira do Governo Federal, compete ao Banco, de modo a contribuir para o interesse público que justifica sua criação, exercer as seguintes funções atribuídas nas leis brasileiras, especificamente as previstas no art. 19 da Lei n.º 4.595/1964: (i) ser o agente financeiro do Tesouro Nacional; (ii) ser o principal executor dos serviços bancários de interesse do Governo Federal, inclusive suas autarquias; (iii) arrecadar depósitos voluntários, à vista, das instituições financeiras; (iv) executar os serviços de compensação de cheques e outros papéis; (v) realizar operações de compra e venda de moeda estrangeira por conta própria e, nas condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), por conta do Banco Central do Brasil (Bacen); (vi) realizar recebimentos ou pagamentos e outros serviços de interesse do Banco Central do Brasil; (vii) financiar a aquisição e instalação da pequena e média propriedade rural; (viii) difundir e orientar o crédito; entre outras atribuições.

Com 212 anos, o Banco atua de forma responsável para promover a inclusão social por meio da geração de emprego e renda.

O Banco financia o custeio da produção e a comercialização de produtos agropecuários, estimula os investimentos rurais como armazenamento, beneficiamento, industrialização de produtos agrícolas e modernização de máquinas e implementos, além da adequação de propriedades rurais à legislação ambiental. Assim, o Banco apoia o agronegócio brasileiro em todas as etapas da cadeia produtiva.

O Banco oferece às Micro e Pequenas Empresas (MPE) soluções de capital de giro, financiamentos de investimentos e comércio exterior, além de várias outras opções relacionadas a fluxo de caixa, seguridade, previdência e serviços. Os vários segmentos de Pessoas Jurídicas, incluindo Microempreendedores Individuais (MEI), encontram desde alternativas financeiras até modelos de negócios que promovem a transição para uma economia inclusiva.

No financiamento ao comércio exterior, o Banco opera instrumentos de política pública de desenvolvimento produtivo, empreendedorismo, inclusão social e financeira, entre eles o Programa de Geração e Renda – Exportação (Proger) e o Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

Outras informações a respeito das empresas que compõem o Conglomerado Banco do Brasil e a descrição dos segmentos de negócio em que o Banco opera estão relacionadas nas Notas 2 e 6, respectivamente.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), incluindo diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho Diretor do Banco do Brasil em 03.11.2020.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Banco. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil).

c) Continuidade

A Administração avaliou a capacidade de o Banco continuar operando normalmente e está convencida de que ele possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento sobre incerteza material que possa gerar dúvidas significativas a respeito de sua capacidade de continuar operando. Dessa forma, estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

Embora o desaquecimento econômico decorrente da adoção de medidas de isolamento social para conter a pandemia da Covid-19 tenha atingido diversas empresas no Brasil e no mundo, o Banco possui capital e liquidez suficientes para suportar eventuais perdas projetadas para os negócios nesse período e nos que se seguem. Entre outros motivos, isso está fundamentado no fato de que grande parte de suas operações negociais continua a ser conduzida em plataformas digitais com acesso e atendimento remotos, além de possuir uma assessoria de qualidade e condições especiais para crédito.

Apesar da gravidade e ineditismo da atual conjuntura na história recente, considerando a experiência do Banco no gerenciamento e monitoramento de riscos, do capital e da liquidez, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. Cabe acrescentar que as políticas econômicas anticíclicas adotadas por praticamente todos países ao redor do globo estão contribuindo para reduzir a incerteza, bem como os efeitos adversos sobre as empresas e as famílias.

d) Alterações nas políticas contábeis

As políticas e os métodos contábeis utilizados na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas equivalem-se àqueles aplicados às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício encerrado em 31.12.2019.

e) Alterações na apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Resolução CMN n.º 4.720/2019 e seus normativos complementares alteraram, a partir de 01.01.2020, os critérios gerais de elaboração e divulgação de demonstrações contábeis até então vigentes. Com base na referida Resolução e na Circular Bacen n.º 3.959/2019, o Banco realizou mudanças na apresentação das Demonstrações Contábeis atendendo à respectiva Circular, dentre as quais destacamos:

Balanço Patrimonial

- Apresentação das contas do ativo e do passivo exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade. A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas;
- Adoção de novas nomenclaturas e grupamentos de itens patrimoniais, tais como: caixa e equivalentes de caixa, ativos financeiros, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões.

Demonstração do Resultado

- Utilização de novas nomenclaturas de receitas e despesas de intermediação financeira em linha com os grupamentos apresentados no balanço patrimonial;
- Apresentação em destaque das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas;
- Evidenciação da participação dos acionistas controladores e não controladores no lucro líquido em linha específica.

Notas Explicativas

Readequação da estrutura de apresentação das notas explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e grupamentos de itens patrimoniais e de resultado. Inclusão da Nota Explicativa n.º 4 - Principais julgamentos e estimativas contábeis.

Outras informações

O Banco não adotou a prerrogativa da Resolução CMN n.º 4.720/2019 de elaborar demonstrações contábeis intermediárias condensadas e divulgação com notas explicativas selecionadas. Também de acordo com a referida Resolução, o Banco está apresentando como demonstração financeira obrigatória a Demonstração do Resultado Abrangente (DRA).

Em cumprimento à Circular Bacen n.º 3.959/2019, o Banco está apresentando as operações de arrendamento mercantil financeiro pelo valor presente dos montantes totais a receber previstos em contrato, incluindo a provisão para perdas associadas ao risco de crédito. O Banco observou também o requerido pelo CPC 41 para o cálculo do lucro por ação.

f) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as operações do Banco do Brasil realizadas por suas agências e subsidiárias no país e no exterior e as operações de suas controladas. Refletem os ativos, passivos, receitas e despesas do Banco do Brasil e de suas entidades controladas, elaboradas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas foram eliminados os valores oriundos de transações entre as empresas, compreendendo as participações acionárias de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas, despesas, bem como os lucros não realizados, líquidos dos efeitos tributários. As participações dos não controladores no patrimônio líquido e no resultado foram destacadas nas demonstrações contábeis consolidadas. Os ganhos e as perdas cambiais das operações das agências estão apresentados nos grupamentos de resultado nos quais são reconhecidos as rendas e encargos sobre essas operações. Os ganhos e as perdas cambiais incidentes sobre os investimentos no exterior são apresentados no grupamento de Recursos de instituições financeiras, com o objetivo de anular o efeito da proteção para as oscilações cambiais desses investimentos.

Nas demonstrações contábeis consolidadas, houve a reclassificação do instrumento elegível ao capital principal - IHCD para o patrimônio líquido. Esse procedimento também é adotado para as demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - IFRS, com o objetivo de melhorar a qualidade e transparência dessas demonstrações contábeis consolidadas.

Participações societárias incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas, segregadas por segmentos de negócios:

	Atividade	Moeda funcional	30.09.2020	31.12.2019
			% de Participação	
Segmento Bancário				
Banco do Brasil AG	Bancária	Real	100,00%	100,00%
BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	Arrendamento	Real	100,00%	100,00%
BB Securities Asia Pte. Ltd.	Corretora	Real	100,00%	100,00%
Banco do Brasil Securities LLC.	Corretora	Real	100,00%	100,00%
BB Securities Ltd.	Corretora	Real	100,00%	100,00%
BB USA Holding Company, Inc.	Holding	Real	100,00%	100,00%
BB Cayman Islands Holding	Holding	Real	100,00%	100,00%
Banco do Brasil Americas	Bancária	Dólar Americano	100,00%	100,00%
Banco Patagonia S.A.	Bancária	Peso Argentino	80,39%	80,39%
Segmento Investimentos				
BB Banco de Investimento S.A.	Banco de Investimento	Real	100,00%	100,00%
Segmento Gestão de Recursos				
BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Administração de Ativos	Real	100,00%	100,00%
Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Administração de Ativos	Real	99,62%	99,62%
Segmento Seguros, Previdência e Capitalização				
BB Seguridade Participações S.A. ⁽¹⁾	Holding	Real	66,36%	66,36%
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. ⁽¹⁾	Corretora	Real	66,36%	66,36%
BB Seguros Participações S.A. ⁽¹⁾	Holding	Real	66,36%	66,36%
Segmento Meios de Pagamento				
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	Prestação de Serviços	Real	100,00%	100,00%
BB Elo Cartões Participações S.A.	Holding	Real	100,00%	100,00%
Outros Segmentos				
Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros	Aquisição de Créditos	Real	100,00%	100,00%
Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	Aquisição de Créditos	Real	100,00%	100,00%
BB Administradora de Consórcios S.A.	Consórcio	Real	100,00%	100,00%
BB Tur Viagens e Turismo Ltda. ⁽²⁾	Turismo	Real	100,00%	100,00%
BB Asset Management Ireland Limited	Aquisição de Créditos	Real	100,00%	100,00%
BB Tecnologia e Serviços ⁽¹⁾	Informática	Real	99,99%	99,99%

(1) Refere-se ao percentual de participação efetiva, considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria.

(2) Demonstrações contábeis para consolidação relativas a agosto/2020.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem também os veículos de securitização e os fundos de investimentos controlados pelo Banco, direta ou indiretamente, descritos a seguir.

Dollar Diversified Payment Rights Finance Company (EPE Dollar)

A Dollar foi constituída sob as leis das Ilhas Cayman com os seguintes propósitos:

- emissão e venda de valores mobiliários no mercado internacional;
- uso dos recursos obtidos com a emissão de valores mobiliários para pagamento da compra, junto ao Banco, dos direitos sobre ordens de pagamento emitidas por banqueiros correspondentes localizados nos EUA e pela própria agência do BB Nova Iorque, em dólares norte-americanos, para qualquer agência do Banco no país ("Direitos sobre Remessa"); e
- realização de pagamentos de principal e juros dos valores mobiliários e demais pagamentos previstos nos contratos de emissão desses títulos.

As obrigações decorrentes dos valores mobiliários emitidos são pagas pela EPE com os recursos acumulados em sua conta. A EPE não possui ativo ou passivo relevantes que não os direitos e deveres provenientes dos contratos de emissão dos valores mobiliários, não possui subsidiárias e não tem empregados.

Loans Finance Company Limited (EPE Loans)

A Loans foi constituída sob as leis das Ilhas Cayman, com os seguintes propósitos:

- captação de recursos por meio da emissão de valores mobiliários no mercado internacional;

- contratação de operações compromissadas com o Banco, por meio da sua agência nas Ilhas Cayman, para utilização dos recursos captados; e
- contratação de proteção contra o risco de crédito do Banco, por meio de um derivativo de crédito denominado de *basis swap*, que é acionável somente em caso de *default* de alguma obrigação do Banco nas operações compromissadas.

As condições de moedas, valores, prazos, taxas e fluxos financeiros das operações compromissadas são idênticas àquelas das emissões de valores mobiliários. Portanto, todas as obrigações e despesas decorrentes dos valores mobiliários emitidos são cobertas totalmente pela EPE com os direitos e receitas provenientes das operações compromissadas, de modo que a Loans não gera resultados positivos nem negativos. A EPE não possui outros ativos e passivos que não aqueles provenientes das operações compromissadas e das emissões dos valores mobiliários.

Compesa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cia. Pernambucana de Saneamento (FI Compesa)

O FI Compesa foi constituído sob a forma de condomínio fechado e com prazo determinado de 96 meses a partir da data de subscrição inicial, com possibilidade de liquidação antecipada.

Tem por objetivo proporcionar aos seus cotistas, valorização de suas cotas por meio da aquisição de: (i) direitos creditórios do segmento de serviços de saneamento básico prestados pela Companhia Pernambucana de Saneamento (cedente); e (ii) ativos financeiros. Os direitos de crédito adquiridos pelo fundo são oriundos das contas de água e esgoto, arrecadados de acordo com os contratos de arrecadação do cedente.

BB Ações US Biotech BDR Nível I Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento (Fundo)

Em 17.09.2020, o Fundo foi constituído sob a forma de condomínio aberto e com prazo de duração indeterminado.

Tem como objetivo investir em fundos que possuam uma carteira de ativos financeiros direcionada, preferencialmente, por ativos relacionados a empresas norte-americanas pertencentes aos setores de biotecnologia, farmacêutico, saúde e intensivos em pesquisa e desenvolvimento relacionadas as áreas de saúde e biotecnologia.

Outras informações

Apesar do cenário econômico desafiador oriundo do enfrentamento da pandemia da Covid-19, o Conglomerado Banco do Brasil não realizou reestruturações societárias ou aumentou transações intragrupo significativas que não estavam inicialmente previstas pela Administração, de forma que não ocorreram alterações no processo de consolidação do Conglomerado.

g) Convergência às normas internacionais de contabilidade

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela CVM. O CMN e o Bacen aprovaram os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pelo Banco, quando aplicável:

Pronunciamento CPC	
CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro	Resolução CMN n.º 4.144/2012
CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Resolução CMN n.º 3.566/2008
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Resolução CMN n.º 4.720/2019
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	Resolução CMN n.º 4.636/2018
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	Resolução CMN n.º 3.989/2011
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Resolução CMN n.º 4.007/2011
CPC 24 - Evento Subsequente	Resolução CMN n.º 3.973/2011
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Resolução CMN n.º 3.823/2009
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	Resolução CMN n.º 4.424/2015
CPC 41 - Resultado por Ação	Circular Bacen n.º 3.959/2019
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	Resolução CMN n.º 4.748/2019

O CMN também editou normas proprietárias que incorporam parcialmente os pronunciamentos emitidos pelo CPC e são aplicáveis às demonstrações contábeis individuais e consolidadas:

Norma CMN	Pronunciamento CPC Equivalente
Res. CMN n.º 4.524/2016 – reconhecimento dos efeitos das variações cambiais resultantes da conversão de transações em moeda estrangeira e de demonstrações financeiras de investidas no exterior e às operações de <i>hedge</i> de variação cambial de investimentos no exterior.	CPC 02 (R2)
Res. CMN n.º 4.534/2016 – reconhecimento contábil e mensuração dos componentes do ativo intangível.	CPC 04 (R1)
Res. CMN n.º 4.535/2016 – reconhecimento e registro contábil dos componentes do ativo imobilizado de uso.	CPC 27

Além disso, foi editada a Resolução CMN n.º 3.533/2008, cuja adoção iniciou-se em janeiro de 2012, a qual estabeleceu procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

O Banco aplicou, ainda, os seguintes pronunciamentos que não são conflitantes com as normas do Bacen, conforme determina o art.22, § 2º, da Lei n.º 6.385/1976:

Pronunciamento CPC
CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA)
CPC 12 - Ajuste a Valor Presente
CPC 22 - Informações por Segmento
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas

h) Normas recentemente emitidas a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, a serem adotadas pelo Banco em data posterior à 30.09.2020:

Resolução CMN n.º 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A Resolução CMN n.º 4.817/2020 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN n.º 4.818, de 29 de maio de 2020. A norma consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas instituições financeiras. Define também para 1º de janeiro de 2022 a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias consolidadas adotando o padrão contábil internacional de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela *International Financial Reporting Standards Foundation* (IFRS Foundation).

A Resolução CMN n.º 4.818/2020 entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021, exceto para o disposto no art. 10, parágrafo único, que trata das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas adotando o padrão contábil internacional, que somente produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 2022, sendo vedada sua aplicação antecipada.

Resolução BCB n.º 2, de 12 de agosto de 2020. A norma consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento e os procedimentos para elaboração, divulgação e remessa de demonstrações financeiras que devem ser observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A Resolução teve como objetivo revisar, atualizar, simplificar e consolidar os atos normativos relativos à elaboração, divulgação e remessa ao Bacen de demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A Resolução consolida (e revoga) as seguintes normas: Circular Bacen n.º 3.578/2012, Circular Bacen n.º 3.901/2018, os arts. 1º a 14 da Circular Bacen n.º 3.950/2019, Circular Bacen n.º 3.959/2019 e Circular Bacen n.º 3.964/2019 em um ato normativo único, o que não altera a substância dos normativos vigentes.

A Resolução BCB n.º 2/2020 entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021, exceto para o disposto nos arts. 10 e 11, que tratam das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas adotando o padrão contábil internacional, que somente produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 2022.

O Banco iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas pelo Banco do Brasil são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis e de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas.

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Mensuração a Valor Presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob controle do Banco, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas – posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

e) Títulos e Valores Mobiliários – TVM

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Administração do Banco em três categorias distintas, conforme Circular Bacen n.º 3.068/2001:

Títulos para Negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados ativa e frequentemente, ajustados mensalmente pelo valor de mercado. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período;

Títulos Disponíveis para Venda: títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados mensalmente ao valor de mercado e suas valorizações e desvalorizações registradas, líquidas dos efeitos tributários, em conta de Outros Resultados Abrangentes no Patrimônio Líquido; e

Títulos Mantidos até o Vencimento: títulos e valores mobiliários que o Banco tem e dispõe de capacidade financeira e intenção para manter até o vencimento. Esses títulos não são ajustados pelo valor de mercado. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que desconsidera a possibilidade de venda desses títulos.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, a divulgação de preço indicativo pela Anbima, ou a relação entre o PU e o valor de negócio mais recente nos últimos 30 dias, ou ainda o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de risco de crédito, perspectiva interna de perda esperada, valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas e instrumentos financeiros semelhantes.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independente de como estão classificados, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos – IFD

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço de fechamento, ou de ajuste, quando for o caso, no dia da apuração ou, na falta desse, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização, ou ainda, o preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, a moeda ou indexador, e o risco de crédito associado à contraparte.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de ativos ou passivos financeiros, compromisso ou transação futura prevista, são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de Risco de Mercado: os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de *hedge*, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período; e

Hedge de Fluxo de Caixa: para os instrumentos financeiros enquadrados nessa categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se, líquida dos efeitos tributários, na conta Outros Resultados Abrangentes no Patrimônio Líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

g) Operações de Crédito, de Arrendamento Mercantil, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

As operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal. Para as operações anormais com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis de risco, conforme facultado pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como de risco nível H são baixadas contra a provisão existente, após decorridos seis meses de classificação nesse nível de risco, desde que apresente atraso superior a 180 dias.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Admite-se a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando houver fatos novos relevantes que justifiquem a mudança do nível de risco, conforme Resolução CMN n.º 2.682/1999.

A provisão para perdas associadas ao risco de crédito, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

h) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda (15,00% + adicional de 10,00%)	25,00%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL ⁽¹⁾	20,00%
PIS/Pasep ⁽²⁾	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins ⁽²⁾	4,00%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Até 5,00%

(1) Alíquota aplicada ao Banco do Brasil e ao Banco de Investimentos, de acordo com a Emenda Constitucional n.º 103, de 12.11.2019. As outras empresas financeiras e não financeiras de seguros, previdência e capitalização permanecem sujeitas à alíquota de 15%. Para as demais empresas não financeiras, a alíquota de CSLL corresponde a 9%.

(2) Para as empresas não financeiras optantes do regime de apuração não cumulativo, a alíquota do PIS/Pasep é de 1,65% e da Cofins é de 7,6%.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Diante da majoração da CSLL estabelecida no art. 32 da Emenda Constitucional n.º 103, de 12.11.2019, e do disposto na Circular Bacen n.º 3.171/2002, art. 1º, § 2º, foi considerada a alíquota majorada de 20% para a CSLL, a partir da data-base de dezembro/2019. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos, são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN n.ºs 3.355/2006, 4.192/2013 e 4.441/2015, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

i) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço ao Banco ocorrerão durante os exercícios seguintes. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

j) Ativo Permanente

Investimentos: os investimentos em empresas controladas e coligadas com influência significativa ou com participação de 20% ou mais no capital votante e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliados por equivalência patrimonial com base no valor do patrimônio líquido da controlada ou coligada.

Nas demonstrações contábeis consolidadas, as empresas controladas são consolidadas integralmente e as empresas coligadas e controladas em conjunto são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial.

Os ágios correspondentes ao valor pago excedente ao valor justo dos investimentos adquiridos, decorrentes da expectativa de rentabilidade futura, estão sustentados pelas avaliações econômico-financeiras que fundamentaram o preço de compra dos negócios, são amortizados com base nas projeções de resultado anual constantes nos respectivos estudos econômico-financeiros e são submetidos anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos.

Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas por desvalorização (*impairment*), quando aplicável.

Imobilizado de Uso: o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável de ativos e da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear pelo prazo de vida útil do ativo. A depreciação do imobilizado de uso é contabilizada em Outras Despesas Administrativas.

Intangível: o ativo intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pelo Banco, destinados à manutenção ou exercidos com essa finalidade.

Um ativo satisfaz o critério de identificação de um ativo intangível quando: for separável, ou seja, puder ser separado da empresa e vendido, transferido ou licenciado, alugado ou trocado individualmente ou junto a um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da empresa ou de outros direitos e obrigações.

Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente aos desembolsos para aquisição de direitos para prestação de serviços bancários (direitos de gestão de folhas de pagamento), amortizados de acordo com os prazos dos contratos; e *softwares*, amortizados pelo método linear pelo prazo de vida útil a partir da data da sua disponibilidade para uso. Os ativos intangíveis são ajustados por perda por desvalorização (*impairment*), quando aplicável. A amortização dos ativos intangíveis é contabilizada em Outras Despesas Administrativas.

k) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Os ativos não financeiros são revisados para verificar se há alguma indicação de que possam ter sofrido desvalorização, sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Havendo indicação de desvalorização, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior valor entre o seu valor justo, menos os custos para vendê-lo, e o seu valor em uso.

Se o valor contábil do ativo for maior que o seu valor recuperável, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável pelo registro de perda por desvalorização (*impairment*), reconhecida na Demonstração do Resultado.

Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos não financeiros:Imobilizado de Uso

Terrenos e edificações – na apuração do valor recuperável de terrenos e edificações, são efetuadas avaliações técnicas em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Sistemas de processamento de dados – na apuração do valor recuperável dos itens relevantes que compõem os sistemas de processamento de dados, são considerados o valor de mercado para itens com valor de mercado disponível ou o valor passível de ser recuperado pelo uso nas operações do Banco para os demais itens, cujo cálculo considera a projeção dos fluxos de caixa dos benefícios decorrentes do uso de cada bem durante a sua vida útil, descontada a valor presente com base na taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI.

Outros itens do imobilizado – embora sejam sujeitos à análise de indicativo de perda, os demais bens do imobilizado de uso são individualmente de pequeno valor e, em face da relação custo-benefício, o Banco não avalia o valor recuperável desses itens individualmente. No entanto, o Banco realiza inventário anualmente, onde os bens perdidos ou deteriorados são baixados na contabilidade.

Investimentos e Ágio na Aquisição de Investimentos

A metodologia de apuração do valor recuperável dos investimentos e dos ágios por expectativa de rentabilidade futura consiste em mensurar o resultado esperado do investimento por meio de fluxo de caixa descontado. Para mensurar esse resultado, as premissas adotadas são baseadas em (i) projeções das operações, resultados e planos de investimentos das empresas; (ii) cenários macroeconômicos desenvolvidos pelo Banco; e (iii) metodologia interna de apuração do custo do capital baseado no modelo *Capital Asset Pricing Model* – CAPM.

Intangível

Direitos de Gestão de Folhas de Pagamento – o modelo de avaliação do valor recuperável dos direitos de gestão de folhas de pagamento está relacionado ao acompanhamento da performance dos contratos, calculada a partir das margens de contribuição de relacionamento dos clientes vinculados a cada contrato, de forma a verificar se as projeções que justificaram a aquisição do ativo correspondem à performance observada. Para os contratos que não atingem a performance esperada, é reconhecida uma provisão para perda por redução ao valor recuperável.

Softwares – os *softwares*, substancialmente desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades do Banco, são constantemente objeto de investimentos para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para se implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos *softwares* consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um *software* entra em desuso, seu valor é baixado na contabilidade.

As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas respectivas notas explicativas.

I) Benefícios a Empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade do Banco relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Deliberação CVM n.º 695/2012 e pela Resolução CMN n.º 4.424/2015. As avaliações são realizadas semestralmente.

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco. Consequentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa e não existe ganho ou perda atuarial.

Nos planos de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente na entidade patrocinadora. Assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrer ganhos e perdas atuariais, podendo originar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, ou de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

O Banco reconhece os componentes de custo de benefício definido no próprio período em que foi realizado o cálculo atuarial, de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1), sendo que:

- o custo do serviço corrente e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos no resultado do período; e
- as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes, no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. E, conforme previsão normativa, esses efeitos reconhecidos diretamente no patrimônio líquido não devem ser reclassificados para o resultado em períodos subsequentes.

As contribuições devidas pelo Banco aos planos de assistência médica, em alguns casos, permanecem após a aposentadoria do empregado. Sendo assim, as obrigações do Banco são avaliadas pelo valor presente atuarial das contribuições que serão realizadas durante o período esperado de vinculação dos associados e beneficiários ao plano. Tais obrigações são avaliadas e reconhecidas utilizando-se os mesmos critérios dos planos de benefício definido.

m) Depósitos e Captações no Mercado Aberto

Os depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

n) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O Banco constitui provisões quando as condições mostram que:

- (i) o Banco possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de eventos passados;
- (ii) for provável que uma saída de benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; e
- (iii) o valor da obrigação pode ser apurado com segurança.

As provisões são constituídas com base na melhor estimativa de perdas prováveis.

O Banco monitora de forma contínua os processos judiciais em curso para avaliar, entre outras coisas:

- (i) sua natureza e complexidade;
- (ii) o andamento dos processos;
- (iii) a opinião dos advogados do Banco; e
- (iv) a experiência do Banco com processos similares.

Ao determinar se uma perda é provável, o Banco considera:

- (i) a probabilidade de perda decorrente de reclamações que ocorreram antes ou na data do balanço, mas que foram identificadas após aquela data, porém antes da divulgação das demonstrações contábeis; e
- (ii) a necessidade de divulgar as reclamações ou eventos que ocorrem após a data do balanço, porém antes da divulgação das demonstrações contábeis.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

O Banco também reconhece as obrigações tributárias objeto de discussão judicial sobre a constitucionalidade de leis que as tiverem instituídas, até a efetiva extinção dos créditos tributários correspondentes. Nessas situações, o Banco considera que existe, de fato, uma obrigação legal a pagar ao governo e reconhece, simultaneamente, uma obrigação e um depósito judicial pelo mesmo montante. Nenhum pagamento é feito até a decisão final ser proferida pela corte julgadora.

o) Despesas Associadas a Captações de Recursos

Nas operações de captação de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são apropriadas ao resultado de acordo com a fluência do prazo da operação e apresentadas como redutoras do passivo correspondente.

p) Outros Ativos e Passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

q) Lucro por Ação

O cálculo do lucro por ação é realizado de duas formas: (i) lucro por ação básico e (ii) lucro por ação diluído. O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação em cada um dos períodos apresentados.

O cálculo do lucro por ação diluído é efetuado mediante divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada das ações ordinárias em circulação, ajustada para refletir o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras.

r) Conversão de operações em moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Banco. A moeda funcional, que é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera, é o Real para todas as entidades do Grupo (exceto para o BB Américas e o Banco Patagonia).

As demonstrações contábeis das agências e controladas no exterior seguem os critérios contábeis vigentes no Brasil e são convertidas para a moeda Real pelo critério de taxas correntes, conforme previsto na Circular Bacen n.º 2.397/1993 e na Resolução CMN n.º 4.524/2016, e seus efeitos são reconhecidos no resultado, por meio da equivalência patrimonial para as que possuem moeda funcional igual a moeda nacional, e na conta de Outros Resultados Abrangentes no Patrimônio Líquido, para as que possuem moeda funcional diferente da moeda nacional.

4 - PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A elaboração de demonstrações contábeis exige a aplicação de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto material sobre essas demonstrações. Desse modo, requer que a Administração faça julgamentos e estimativas que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e pressupostos adotados são analisados em uma base contínua, sendo as revisões realizadas reconhecidas no período em que a estimativa é reavaliada, com efeitos prospectivos. Ressalta-se que os resultados realizados podem ser diferentes das estimativas.

Considerando que existem alternativas ao tratamento contábil, os resultados divulgados pelo Banco poderiam ser distintos, caso um tratamento diferente fosse escolhido. A Administração considera que as escolhas são apropriadas e que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentam, de forma adequada, a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os ativos e os passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas abrangem itens, principalmente, para os quais é necessária uma avaliação a valor justo. As aplicações mais relevantes do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem em:

a) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados não puder ser derivado de um mercado ativo, ele é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação que incluem o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis no mercado sempre que possível, mas quando os dados de mercado não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo.

Desde o 1º Trimestre/2020, o Banco adequou seus procedimentos para monitoramento diário do mercado financeiro, realizando simulações e projeções que visam identificar variações significativas no valor justo dos instrumentos financeiros mantidos ou negociados pelo Banco.

Os modelos de marcação a mercado existentes no Banco foram revisados para que observassem os possíveis impactos da Covid-19 nos indicadores econômico-financeiros utilizados na projeção de cenários, especialmente no cálculo de valor justo de instrumentos financeiros classificados no nível 2 e nível 3 na hierarquia de valor justo.

As alterações no valor justo dos instrumentos financeiros, identificadas até o momento em decorrência da pandemia, impactaram as presentes demonstrações contábeis.

b) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito da carteira de crédito (operações de crédito, arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio, outros créditos com característica de concessão de crédito e garantias prestadas)

A carteira de crédito é classificada de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco. Para tanto, leva-se em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco (*rating*), sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal. Para as operações anormais com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis de risco, conforme facultado pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

A provisão para perdas é constituída ou revertida de acordo com os níveis de risco estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, considerando-se os níveis de risco atribuídos às operações.

A pandemia ocasionada pela Covid-19 gerou um agravamento no risco de crédito de clientes localizados nos principais países afetados, nos quais ocorreu perceptível redução na atividade econômica e, portanto, possivelmente impactando na capacidade de que esses clientes honrem seus contratos.

A provisão é considerada suficiente pela Administração e atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

c) Perda permanente de títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são objeto de avaliação periódica pelo Fórum de Avaliação de Perda Permanente, colegiado responsável por identificar ativos problemáticos, nos termos da Resolução CMN n.º 4.557/2017, propor a marcação de novos ativos problemáticos, avaliar a necessidade do ativo ser submetido à avaliação de redução ao valor recuperável e o impacto de eventual perda no âmbito do Conglomerado Prudencial.

Caracteriza-se um ativo problemático quando houver pendência de liquidação há mais de noventa dias ou existirem indicativos de que o ativo não será realizado sem que seja necessário recorrer a garantias e colaterais. Constituem indicativos de que o ativo não será realizado quando o Banco considera que o devedor já não possui capacidade financeira para honrar sua obrigação, se o Banco reconhece contabilmente deterioração significativa da qualidade do crédito do devedor, se a operação é objeto de renegociação que implique concessão de vantagens ao devedor em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou de seus mitigadores (reestruturação de dívida), se o Banco pede a falência ou outra atitude similar em relação ao devedor, ou se o devedor solicita qualquer tipo de medida judicial que limite, atrase ou impeça o cumprimento de suas obrigações nas condições pactuadas.

Os ativos problemáticos podem ser revertidos à condição de ativos em curso normal desde que exista evidência de que o devedor retomou sua capacidade de honrar suas obrigações nas condições pactuadas. Para tanto, é analisado se o devedor não é responsável por qualquer pendência em atraso há mais de noventa dias, se o ativo já não atende aos critérios de caracterização de ativos problemáticos, se ocorreram pagamentos contínuos e efetivos em período não inferior a 3 meses e se a situação financeira do devedor melhorou de tal modo que a realização do ativo seja provável.

d) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Ao final de cada período de reporte, o Banco avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: (i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e (ii) o seu valor em uso.

Independentemente de haver indicação de desvalorização, o Banco testa o valor recuperável dos ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso e dos ágios na aquisição de investimentos, no mínimo anualmente, sempre na mesma época.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável pelo registro de perda por desvalorização.

A determinação do valor recuperável na avaliação de redução ao valor recuperável de ativos não financeiros requer que a Administração exerça julgamentos e adote premissas. Essas estimativas são baseadas em preços cotados no mercado, cálculos de valor presente ou outras técnicas de precificação, ou uma combinação de várias técnicas.

e) Impostos sobre os lucros

As receitas geradas pelo Banco estão sujeitas ao pagamento de impostos nas diversas jurisdições onde são desenvolvidas suas atividades operacionais. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas podem resultar num valor diferente de impostos sobre os lucros reconhecidos no período.

As autoridades fiscais podem rever os procedimentos adotados pelo Banco e pelas suas subsidiárias no prazo de cinco anos, contados a partir da data em que os tributos são considerados devidos. Desta forma, há a possibilidade dessas autoridades fiscais questionarem procedimentos adotados pelo Banco, principalmente aqueles decorrentes de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, a Administração acredita que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registrados nestas demonstrações contábeis.

f) Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) são calculados sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar, sendo reconhecidos contabilmente quando o Banco possuir expectativa de que gerará lucro tributável nos exercícios subsequentes, em montantes suficientes para compensar referidos valores. A realização esperada do crédito tributário do Banco é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos, em linha com a legislação fiscal atual.

As estimativas consideradas pelo Banco para o reconhecimento e avaliação de impostos diferidos são obtidas em função das expectativas atuais e das projeções de eventos e tendências futuras. As principais premissas identificadas pelo Banco que podem afetar essas estimativas estão relacionadas a fatores, como:

- (i) variações nos valores depositados, na inadimplência e na base de clientes;
- (ii) mudanças na regulamentação governamental que afetem questões fiscais;
- (iii) alterações nas taxas de juros;
- (iv) mudanças nos índices de inflação;
- (v) processos ou disputas judiciais adversas;
- (vi) riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de crédito e de investimento;
- (vii) mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro; e
- (viii) mudanças nas condições econômicas internas e externas.

g) Pensões e outros benefícios a empregados

O Banco patrocina planos de previdência na forma de planos de contribuição definida e planos de benefício definido, contabilizados de acordo com o CPC 33 (R1). A avaliação atuarial depende de uma série de premissas, entre as quais se destacam:

- (i) taxas de juros assumidas;
- (ii) tábuas de mortalidade;
- (iii) índice anual aplicado à revisão de aposentadorias;
- (iv) índice de inflação de preços;
- (v) índice anual de reajustes salariais; e
- (vi) método usado para calcular os compromissos relativos a direitos adquiridos dos funcionários ativos.

Alterações nesses pressupostos podem ter um impacto significativo sobre os valores determinados.

h) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

Uma provisão para os passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

Método Massificado: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, e cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico. Abrange os processos do tipo judicial de natureza cível, fiscal ou trabalhista (exceto processos de natureza trabalhista movidos por sindicatos da categoria e todos os processos classificados como estratégicos) com valor provável de condenação, estimado pelos assessores jurídicos, de até R\$ 1 milhão.

Método Individualizado: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Os passivos contingentes, de mensuração individualizada, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, sendo divulgados em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

5 - AQUISIÇÕES, VENDAS E REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS

a) Parceria Estratégica com UBS A.G.

Em 23.09.2019, o Banco comunicou ao mercado que firmou Memorando de Entendimentos de caráter não vinculante com o UBS A.G. (UBS), com vistas ao estabelecimento de parceria estratégica para atuação em atividades de banco de investimentos e de corretora de valores no segmento institucional no Brasil e em determinados países da América do Sul.

Em 06.11.2019, o Banco publicou Fato Relevante informando a celebração do Acordo de Associação com o UBS de caráter vinculante para atuação em atividades de banco de investimentos e de corretora de títulos e valores mobiliários no segmento institucional no Brasil e em determinados países da América do Sul.

Em 27.12.2019, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica, aprovou, sem restrições, a parceria estratégica, por meio do Ato de Concentração n.º 08700.005886/2019-11, sendo essa parceria autorizada pelo Bacen em 24.08.2020.

Em 30.09.2020, o Banco comunicou que o BB-Banco de Investimento S.A. (BB-BI), sua subsidiária integral, e o UBS A.G. (UBS), formalizaram os documentos definitivos que estabelecem o início da parceria estratégica para atuação em atividades de banco de investimento e de corretora de valores mobiliários no segmento institucional no Brasil, Argentina, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai, após cumpridas todas as condições precedentes para o fechamento da transação (closing), sob os aspectos regulatórios e contratuais.

A parceria estratégica consolida-se em uma nova companhia e suas controladas, iniciando suas operações como uma plataforma de banco de investimentos completa, combinando a rede de relacionamentos do Banco no Brasil e sua forte capacidade de distribuição para pessoas físicas, com a expertise e capacidade de distribuição global do UBS.

A governança e a gestão da nova companhia estão amparadas em um Acordo de Acionistas e um Acordo Operacional, observando as boas práticas globais de governança corporativa e gestão de negócios. Cada acionista indicará três membros para o Conselho de Administração, sendo o Presidente apontado pelo Banco e o Vice-Presidente pelo UBS. A diretoria executiva também será formada por profissionais das duas empresas e o UBS indicará o Diretor Presidente da companhia.

Com o lançamento da parceria, os clientes corporativos do Banco, além do atendimento e da oferta completa de soluções de corporate banking, por meio da rede de agências e escritórios especializados, passam a contar com a plataforma de alcance global do UBS, proporcionando acesso diferenciado a produtos e serviços de investment banking e com a ampliação da oferta de soluções integradas nesses mercados.

Já os clientes investidores do Banco, além do atual portfólio de produtos e serviços, também passam a ter acesso a uma crescente variedade de instrumentos de captação e investimento vinculados ao mercado de capitais.

O capital social total da companhia está dividido na proporção de 50,01% para o UBS e 49,99% para o BB-BI. O Banco, por meio do BB-BI, integralizou o direito de acesso aos clientes corporativos para prospecção e originação de negócios típicos de banco de investimento e o UBS aportou sua plataforma operacional de banco de investimento na região e corretora de títulos e valores mobiliários no segmento institucional no país.

O aporte do intangível ao patrimônio líquido da UBS Serviços representou R\$ 829.726 mil, conforme laudo técnico realizado por empresa independente. Em contrapartida, bem como para fins de equalização das participações societárias pretendidas, a UBS Serviços entregou ao BB-BI o montante de R\$ 145.000 mil, em moeda corrente, referente ao resgate, pelo valor contábil, de 100% das ações preferenciais pelo BB-BI, de modo que o investimento atual do BB-BI represente 49,99% do patrimônio líquido da nova empresa, ou seja R\$ 684.726 mil.

A conclusão da operação não gerou impacto no resultado do Banco, no período de 01.01 a 30.09.2020, uma vez que, concomitantemente ao reconhecimento do ganho de capital em contrapartida ao registro do investimento inicial no BB-BI, foi registrado resultado não realizado no mesmo montante, por existir também um compromisso contratual de acesso exclusivo à base de clientes que deve ser cumprido pelo BB-BI ao longo dos 15 anos da associação, de modo que o impacto no resultado observe o regime de competência, conforme quadro a seguir:

	30.09.2020
1) Ganho de capital do BB-BI	829.726
2) Tributos	(373.377)
3) Resultado no BB-BI, líquido de efeitos tributários (1+2)	456.349
4) Resultado não realizado (100% do item 3)	(456.349)
5) Impacto no Resultado Consolidado (3+4)	--

Dessa forma, o valor reconhecido como resultado não realizado corresponde ao valor integral do ativo intangível aportado na UBS Serviços, líquido dos efeitos tributários, e será realizado no mesmo cronograma de amortização daquele ativo, que equivale ao prazo da associação. Outras informações estão relacionadas na Nota 14.

b) IRB-Brasil Resseguros S.A. (IRB-Brasil RE)

Em 10.07.2019, o Conselho de Administração do Banco do Brasil deliberou pela aprovação de orientação aos representantes do Banco nos órgãos de governança da BB Seguridade Participações S.A. (empresa controlada do Banco) no sentido de que fosse dado início à oferta pública com esforços restritos de distribuição secundária de 15,23% das ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão do IRB-Brasil RE, de titularidade de sua subsidiária integral, a BB Seguros Participações S.A.

Em 19.07.2019, o Banco informou que foi fixado o preço por ação em R\$ 88,00, no âmbito da oferta pública com esforços restritos de distribuição secundária de ações do IRB-Brasil RE.

Dessa forma, com a alienação da participação indireta no capital do IRB-Brasil RE, o Banco registrou impacto positivo no resultado do exercício de 2019 no montante de R\$ 1.537.966 mil, líquido de tributos.

c) Movimento Societário BB-BI e BB Elo

Em 18.01.2019, o Banco do Brasil informou ao mercado que seu Conselho de Administração aprovou a cisão parcial do patrimônio do BB Banco de Investimento S.A. (BB-BI), referente a participação acionária na Cielo S.A. (Cielo) e a transferência da parte cindida para a BB Elo Cartões Participações S.A. (BB Elo).

O movimento societário pretendeu promover a centralização das participações em empresas do segmento de meios de pagamento sob uma única holding, a BB Elo, buscando alinhamento com a estratégia de simplificação da organização societária do Conglomerado BB.

Em 28.06.2019, houve a transferência da participação na empresa Cielo para a BB Elo. Ocorreu efeito residual reconhecido no resultado das empresas.

6 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento foram elaboradas considerando os critérios utilizados pelo Conselho Diretor na avaliação de desempenho, na tomada de decisões quanto à alocação de recursos para investimento e outros fins, considerando-se ainda o ambiente regulatório e as semelhanças entre produtos e serviços. Essas informações são preparadas com base em relatórios internos de gestão (Consolidado Gerencial), os quais são revisados regularmente pela Administração.

As operações do Banco são substancialmente realizadas no país e estão divididas basicamente em cinco segmentos: bancário, investimentos, gestão de recursos, seguridade (seguros, previdência e capitalização) e meios de pagamento. Além desses, o Banco participa de atividades econômicas tais como consórcios e outros serviços, que foram agregadas em Outros Segmentos.

A mensuração do resultado gerencial e do patrimônio gerencial por segmentos leva em conta todas as receitas e despesas bem como todos os ativos e passivos apurados pelas empresas controladas (Nota 2). Não há receitas ou despesas nem ativos ou passivos comuns alocados entre os segmentos por qualquer critério de distribuição.

As transações entre segmentos são eliminadas na coluna Eliminações Intersegmentos e são realizadas em condições e taxas compatíveis com os praticados com terceiros quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

O Banco não possui cliente que seja responsável por mais de 10% da receita líquida total da instituição.

a) Segmento Bancário

Resultado obtido preponderantemente no Brasil em grande diversidade de produtos e serviços, tais como depósitos, operações de crédito e prestação de serviços, que são disponibilizados aos clientes por meio dos mais variados canais de distribuição situados no país e no exterior.

As operações do segmento bancário abrangem os negócios com os mercados de varejo, atacado e governo, realizados por meio de rede e equipes de atendimento, e os negócios com microempreendedores e o setor informal, realizados por intermédio de correspondentes bancários.

b) Segmento de Investimentos

Nesse segmento, são realizados negócios no mercado de capitais doméstico, com atuação na intermediação e distribuição de dívidas no mercado primário e secundário, além de participações societárias e da prestação de serviços financeiros.

O resultado da intermediação financeira do segmento é obtido por meio de receitas auferidas nas aplicações em títulos e valores mobiliários deduzidas das despesas de captação de recursos junto a terceiros. As participações acionárias existentes estão concentradas nas empresas coligadas e controladas em conjunto. As receitas de prestação de serviços financeiros resultam de assessorias econômico-financeiras, de *underwriting* de renda fixa e variável.

c) Segmento de Gestão de Recursos

Composto essencialmente pelas operações inerentes à compra, venda, e custódia de títulos e valores mobiliários, administração de carteiras e administração de fundos e clubes de investimento. As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos investidores pela prestação desses serviços.

d) Segmento de Seguros, Previdência e Capitalização

Nesse segmento, são oferecidos produtos e serviços relacionados a seguros de vida, patrimonial e automóvel, planos de previdência complementar e títulos de capitalização.

O resultado advém principalmente das receitas com prêmios de seguros emitidos, contribuições de planos de previdência, títulos de capitalização e aplicações em títulos e valores mobiliários, deduzidas das despesas de comercialização, provisões técnicas e despesas com benefícios e resgates.

e) Segmento de Meios de Pagamento

Composto pela prestação dos serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações em meio eletrônico.

As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos estabelecimentos comerciais e bancários pela prestação dos serviços descritos no parágrafo anterior, além das rendas de aluguel, instalação e manutenção de terminais eletrônicos.

f) Outros Segmentos

Compreende os segmentos de consórcios e outros serviços, que foram agregados por não serem individualmente representativos.

Suas receitas são oriundas principalmente da prestação de serviços não contemplados nos segmentos anteriores, tais como: recuperação de créditos, administração de consórcios, desenvolvimento, fabricação, comercialização, aluguel e integração de equipamentos e sistemas de eletrônica digital, periféricos, programas, insumos e suprimentos de informática, além da intermediação de passagens aéreas, hospedagens e organização de eventos.

g) Informações sobre clientes externos por região geográfica

	01.01 a 30.09.2020		01.01 a 30.09.2019	
	Brasil	Exterior	Brasil	Exterior
RECEITAS COM CLIENTES EXTERNOS	125.022.860	6.553.513	127.190.970	6.511.453
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	98.275.816	5.438.970	95.252.569	5.302.843
Resultado da carteira de crédito	70.121.274	2.069.963	61.570.927	2.047.072
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	10.710.548	563.264	22.036.185	710.167
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	12.299.368	2.444.250	8.311.152	2.061.943
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	4.317.060	176.810	903.170	214.261
Resultado das aplicações compulsórias	1.070.634	--	1.834.377	--
Resultado de outros ativos financeiros	(243.068)	184.683	596.758	269.400
OUTRAS RECEITAS	26.747.044	1.114.543	31.938.401	1.208.610
Receitas de prestação de serviços	20.424.398	888.530	20.850.276	850.392
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto	2.171.023	--	3.066.887	--
Demais receitas	4.151.623	226.013	8.021.238	358.218
ATIVO NÃO CIRCULANTE ⁽¹⁾	29.332.933	447.712	26.521.320	371.575

(1) Exceto instrumentos financeiros, impostos diferidos ativos e ativos de benefício pós-emprego.

As receitas auferidas no exterior foram originadas principalmente em operações realizadas pelas dependências localizadas na América do Sul e na América Central no período de 01.01.2020 a 30.09.2020 (América do Sul e América do Norte no período de 01.01.2019 a 30.09.2019).

h) Informações Gerenciais por Segmento reconciliadas com o Contábil

	01.01 a 30.09.2020							
	Informações Gerenciais por Segmento							
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Eliminações Intersegmentos	BB Consolidado
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	103.516.985	141.484	27.695	10.381	83.659	146.000	(211.418)	103.714.786
Resultado da carteira de crédito	72.192.333	--	--	--	--	--	(1.096)	72.191.237
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	11.314.538	554	24.215	--	--	144.807	(210.302)	11.273.812
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	14.504.016	140.930	3.480	10.381	83.659	1.152	--	14.743.618
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	4.493.870	--	--	--	--	--	--	4.493.870
Resultado das aplicações compulsórias	1.070.634	--	--	--	--	--	--	1.070.634
Resultado de outros ativos financeiros	(58.406)	--	--	--	--	41	(20)	(58.385)
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(64.365.481)	(40.976)	--	--	--	(174.691)	311.290	(64.269.858)
Recursos de instituições financeiras	(43.886.386)	(40.976)	--	--	--	--	311.265	(43.616.097)
Recursos de clientes	(11.810.435)	--	--	--	--	--	25	(11.810.410)
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	(5.785.624)	--	--	--	--	(174.190)	--	(5.959.814)
Outras despesas de captação	(2.883.036)	--	--	--	--	(501)	--	(2.883.537)
PROVISÃO PARA PERDAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	(19.272.090)	(9.631)	22	--	--	(95.858)	--	(19.377.557)
Carteira de crédito	(18.993.409)	--	--	--	--	--	--	(18.993.409)
Outros ativos financeiros	(278.681)	(9.631)	22	--	--	(95.858)	--	(384.148)
OUTRAS RECEITAS	19.224.108	282.114	2.192.264	4.317.883	544.607	2.554.351	(1.253.740)	27.861.587
Receitas de prestação de serviços	15.112.013	254.274	2.188.263	2.730.774	27.081	1.774.171	(773.648)	21.312.928
Resultado de participações em coligadas e controladas	349.715	6.006	--	1.467.283	348.019	--	--	2.171.023
Demais receitas	3.762.380	21.834	4.001	119.826	169.507	780.180	(480.092)	4.377.636
OUTRAS DESPESAS	(33.979.541)	(138.612)	(272.538)	(622.745)	(27.602)	(1.376.094)	1.153.868	(35.263.264)
Despesas de pessoal	(14.661.628)	(38.903)	(77.873)	(46.890)	(3.860)	(277.090)	3.466	(15.102.778)
Outras despesas administrativas	(7.526.411)	(57.305)	(20.432)	(187.075)	(1.230)	(297.333)	809.225	(7.280.561)
Amortização	(1.359.516)	--	--	--	--	(2.363)	--	(1.361.879)
Depreciação	(961.849)	--	--	(7)	--	(14.290)	--	(976.146)
Despesas tributárias	(2.830.219)	(28.490)	(147.263)	(321.233)	(15.636)	(263.239)	--	(3.606.080)
Demais despesas	(6.639.918)	(13.914)	(26.970)	(67.540)	(6.876)	(521.779)	341.177	(6.935.820)
PROVISÕES	(2.451.787)	354	(13.983)	968	(204)	(244.122)	--	(2.708.774)
Fiscais, cíveis e trabalhistas	(2.232.911)	354	(13.983)	968	(204)	(244.122)	--	(2.489.898)
Outras	(218.876)	--	--	--	--	--	--	(218.876)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES	2.672.194	234.733	1.933.460	3.706.487	600.460	809.586	--	9.956.920
Imposto de renda e contribuição social	3.980.015	(100.825)	(772.997)	(765.279)	(95.774)	(273.009)	--	1.972.131
Participação de empregados e administradores no lucro	(1.222.853)	--	(1.686)	--	--	(2.001)	--	(1.226.540)
Participação dos não controladores	(214.887)	--	--	(989.307)	--	14	--	(1.204.180)
LUCRO LÍQUIDO	5.214.469	133.908	1.158.777	1.951.901	504.686	534.590	--	9.498.331
Saldos Patrimoniais								
Aplicações interfinanceiras de liquidez	539.230.099	18.562	1.610.278	1.818.105	469.098	5.677.628	(11.401.799)	537.421.971
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	253.849.707	1.317.222	10.168	1.051.100	3.175.357	503.467	(128.092)	259.778.929
Carteira de crédito líquida de provisões	625.685.683	--	--	--	--	--	--	625.685.683
Investimentos	20.839.970	899.366	46.252	3.810.549	5.505.917	27	(15.612.953)	15.489.128
Demais ativos	326.098.966	1.123.558	537.036	2.370.582	542.724	3.953.519	(3.078.897)	331.547.488
TOTAL DO ATIVO	1.765.704.425	3.358.708	2.203.734	9.050.336	9.693.096	10.134.641	(30.221.741)	1.769.923.199
Passivo								
Recursos de clientes	1.646.202.896	2.784.353	1.101.987	3.346.503	118.662	8.087.654	(14.052.520)	1.647.589.535
Recursos de instituições financeiras	570.037.085	--	--	--	--	--	(164.992)	569.872.093
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	681.904.868	1.809.379	--	--	--	--	(11.401.799)	672.312.448
Provisões	208.653.143	--	--	--	--	6.934.502	--	215.587.645
Demais passivos	31.260.454	1.300	18.075	17.735	430	380.496	(18.610)	31.659.880
Patrimônio Líquido	119.501.529	574.355	1.101.747	5.703.833	9.574.434	2.046.987	(16.169.221)	122.333.664
TOTAL DO PASSIVO	1.765.704.425	3.358.708	2.203.734	9.050.336	9.693.096	10.134.641	(30.221.741)	1.769.923.199

	01.01 a 30.09.2019									
	Informações Gerenciais por Segmento							Reconciliação do Gerencial para o Contábil		
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Eliminações Intersegmentos	Consolidado Gerencial	Ajustes de consolidação	BB Consolidado
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	104.943.053	35.390	46.496	3.101.163	345.649	162.021	(243.467)	108.390.305	(7.834.893)	100.555.412
Resultado da carteira de crédito	67.331.919	--	--	--	--	--	(5.328)	67.326.591	(3.708.592)	63.617.999
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	23.170.711	1.315	44.312	--	--	160.094	(332.742)	23.043.690	(297.338)	22.746.352
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	10.850.211	34.075	2.184	21.515	368.736	1.929	3.296	11.281.946	(908.851)	10.373.095
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	791.929	--	--	--	(23.087)	--	--	768.842	348.589	1.117.431
Resultado das aplicações compulsórias	1.852.060	--	--	--	--	--	--	1.852.060	(17.683)	1.834.377
Resultado de outros ativos financeiros	946.223	--	--	--	--	(2)	--	946.221	(80.063)	866.158
Resultado financeiro de operações de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	3.079.648	--	--	91.307	3.170.955	(3.170.955)	--
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(62.983.468)	(127.429)	--	(2.438.281)	(48.065)	(149.124)	529.014	(65.217.353)	4.637.138	(60.580.215)
Recursos de instituições financeiras	(33.716.434)	(127.429)	--	--	(48.065)	--	528.995	(33.362.933)	1.155.983	(32.206.950)
Recursos de clientes	(19.654.329)	--	--	--	--	--	19	(19.654.310)	319.671	(19.334.639)
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	(7.476.024)	--	--	--	--	(146.566)	--	(7.622.590)	(168.910)	(7.791.500)
Outras despesas de captação	(2.136.681)	--	--	--	--	(2.558)	--	(2.139.239)	892.113	(1.247.126)
Atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	(2.438.281)	--	--	--	(2.438.281)	2.438.281	--
PROVISÃO PARA PERDAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	(15.617.483)	(8.723)	(18)	--	--	(1.239)	--	(15.627.463)	937.252	(14.690.211)
Carteira de crédito	(15.886.048)	--	--	--	--	--	--	(15.886.048)	942.002	(14.944.046)
Outros ativos financeiros	268.565	(8.723)	(18)	--	--	(1.239)	--	258.585	(4.750)	253.835
OUTRAS RECEITAS	22.642.901	902.560	1.929.378	9.261.269	3.603.950	2.327.225	(1.740.207)	38.927.076	(5.780.065)	33.147.011
Receitas de prestação de serviços	16.109.805	779.572	1.925.981	2.315.103	3.011.585	1.708.724	(1.188.891)	24.661.879	(2.961.211)	21.700.668
Resultado de participações em coligadas e controladas	155.508	102.081	--	87.808	44.347	--	--	389.744	2.677.143	3.066.887
Resultado operacional com seguros, previdência e capitalização	--	--	--	2.958.178	--	--	173.528	3.131.706	(3.131.706)	--
Demais receitas	6.377.588	20.907	3.397	3.900.180	548.018	618.501	(724.844)	10.743.747	(2.364.291)	8.379.456
OUTRAS DESPESAS	(36.614.787)	(357.733)	(260.475)	(1.763.059)	(2.584.187)	(1.246.544)	1.454.660	(41.372.125)	6.396.638	(34.975.487)
Despesas de pessoal	(15.052.219)	(43.965)	(74.125)	(248.983)	(163.950)	(261.377)	5.417	(15.839.202)	918.147	(14.921.055)
Outras despesas administrativas	(7.905.593)	(56.312)	(20.307)	(420.259)	(415.099)	(316.120)	1.072.228	(8.061.462)	963.070	(7.098.392)
Amortização	(1.285.222)	(40.637)	--	(53.273)	(59.715)	(3.273)	--	(1.442.120)	87.415	(1.354.705)
Depreciação	(924.682)	--	--	(8.383)	(2.578)	(14.374)	--	(950.017)	23.463	(926.554)
Despesas tributárias	(2.924.531)	(60.572)	(130.680)	(582.605)	(355.159)	(251.438)	--	(4.304.985)	770.587	(3.534.398)
Demais despesas	(8.522.540)	(156.247)	(35.363)	(449.556)	(1.587.686)	(399.962)	377.015	(10.774.339)	3.633.956	(7.140.383)
PROVISÕES	(7.878.221)	(128)	(775)	(3.183)	(18.350)	(46.633)	--	(7.947.290)	227.622	(7.719.668)
Fiscais, civis e trabalhistas	(7.855.347)	(128)	(775)	(3.183)	(18.350)	(46.633)	--	(7.924.416)	131.052	(7.793.364)
Outras	(22.874)	--	--	--	--	--	--	(22.874)	96.570	73.696
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES	4.491.995	443.937	1.714.606	8.157.909	1.298.997	1.045.706	--	17.153.150	(1.416.308)	15.736.842
Imposto de renda e contribuição social	3.400.682	(166.753)	(684.423)	(2.773.609)	(397.244)	(328.784)	--	(950.131)	1.304.437	354.306
Participação de empregados e administradores no lucro	(1.670.588)	--	(1.546)	(20.236)	(18.704)	(4.322)	--	(1.715.396)	111.871	(1.603.525)
Participação dos não controladores	(174.431)	--	--	(1.844.954)	--	(5)	--	(2.019.390)	--	(2.019.390)
LUCRO LÍQUIDO	6.047.658	277.184	1.028.637	3.519.110	883.049	712.595	--	12.468.233	--	12.468.233
Saldo Patrimoniais										
Aplicações interfinanceiras de liquidez	402.338.654	7.679	960.364	6.105.758	450.562	4.137.769	(13.338.712)	400.662.074	(4.051.057)	396.611.017
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	198.346.949	1.024.478	34.738	225.736.082	6.965.161	229.189	(71.742)	432.264.855	(243.663.939)	188.600.916
Carteira de crédito líquida de provisões	616.092.991	--	--	--	--	--	(15.000)	616.077.991	(26.608.814)	589.469.177
Investimentos	16.233.526	866.672	39.637	23.816	1.429.801	27	(15.411.107)	3.182.372	11.982.441	15.164.813
Demais ativos	318.739.739	1.432.188	296.072	10.784.495	25.090.999	3.385.711	(6.619.483)	353.109.721	(29.792.832)	323.316.889
TOTAL DO ATIVO	1.551.751.859	3.331.017	1.330.811	242.650.151	33.936.523	7.752.696	(35.456.044)	1.805.297.013	(292.134.201)	1.513.162.812
Passivo	1.451.836.088	2.774.815	824.759	232.742.164	24.702.354	5.830.020	(19.310.068)	1.699.400.132	(292.134.201)	1.407.265.931
Recursos de clientes	483.959.674	--	--	--	--	--	(127.388)	483.832.286	(7.662.874)	476.169.412
Recursos de instituições financeiras	567.873.874	1.814.700	--	--	1.913.210	15.000	(13.353.711)	558.263.073	(10.892.973)	547.370.100
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	226.735.823	--	--	--	--	5.149.557	--	231.885.380	(19.714.414)	212.170.966
Provisões	29.430.851	1.624	6.589	3.882.969	735.631	148.961	(57.291)	34.149.334	(5.468.386)	28.680.948
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	224.575.228	--	--	(293)	224.574.935	(224.574.935)	--
Demais passivos	143.835.866	958.491	818.170	4.283.967	22.053.513	516.502	(5.771.385)	166.695.124	(23.820.619)	142.874.505
Patrimônio Líquido	99.915.771	556.202	506.052	9.907.987	9.234.169	1.922.676	(16.145.976)	105.896.881	--	105.896.881
TOTAL DO PASSIVO	1.551.751.859	3.331.017	1.330.811	242.650.151	33.936.523	7.752.696	(35.456.044)	1.805.297.013	(292.134.201)	1.513.162.812

7 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019
Disponibilidades	17.047.260	12.800.038	19.381.755	14.171.188
Disponibilidades em moeda nacional	12.406.447	8.004.888	12.407.742	8.006.672
Disponibilidades em moeda estrangeira	4.640.813	4.795.150	6.974.013	6.164.516
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	56.165.691	56.913.200	58.509.586	57.764.835
Aplicações no mercado aberto - revendas a liquidar - posição bancada	18.117.208	23.585.812	25.648.620	29.516.903
Aplicações em depósitos interfinanceiros	38.048.483	33.327.388	32.860.966	28.247.932
Total	73.212.951	69.713.238	77.891.341	71.936.023

(1) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

8 - DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS EM BANCOS CENTRAIS

a) Composição

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019
Depósitos de poupança	34.534.207	35.862.524	34.534.207	35.862.524
Depósitos à vista	15.356.229	12.955.660	15.356.229	12.955.660
Depósitos a prazo	11.883.366	15.870.135	11.883.366	15.870.135
Recursos de microfinanças	99.751	183.424	99.751	183.424
Outros	343.487	252.364	343.487	252.364
Ativo circulante	62.217.040	65.124.107	62.217.040	65.124.107
Ativo não circulante	--	--	--	--
Total	62.217.040	65.124.107	62.217.040	65.124.107

b) Resultado das Aplicações Compulsórias

	BB Banco Múltiplo				BB Consolidado			
	3º Trimestre/2020	3º Trimestre/2019	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019	3º Trimestre/2020	3º Trimestre/2019	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019
Depósitos de poupança	205.845	398.985	782.004	1.217.323	205.845	398.985	782.004	1.217.323
Exigibilidade sobre recursos a prazo	60.324	203.032	288.630	617.054	60.324	203.032	288.630	617.054
Total	266.169	602.017	1.070.634	1.834.377	266.169	602.017	1.070.634	1.834.377

9 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019
Aplicações no Mercado Aberto	536.764.190	367.223.883	530.737.374	361.325.268
Re vendas a Liquidar - Posição Bancada⁽¹⁾	1.256.991	--	1.271.149	90.588
Letras do Tesouro Nacional	--	--	13.135	--
Outros títulos	1.256.991	--	1.258.014	90.588
Re vendas a Liquidar - Posição Financiada	535.507.199	367.223.883	529.466.225	361.234.680
Letras Financeiras do Tesouro	330.227.953	339.355.977	324.328.096	333.457.363
Letras do Tesouro Nacional	38.699.512	26.515.023	38.601.255	26.515.023
Notas do Tesouro Nacional	162.725.523	1.049.994	162.682.663	1.049.994
Outros títulos	3.854.211	302.889	3.854.211	212.300
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros⁽¹⁾	91.701.904	77.833.148	6.684.597	6.387.255
Total	628.466.094	445.057.031	537.421.971	367.712.523
Ativo circulante	545.280.030	383.361.842	530.006.000	364.179.672
Ativo não circulante	83.186.064	61.695.189	7.415.971	3.532.851

(1) O saldo das operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias é reclassificado para o grupamento de Caixa e Equivalentes de Caixa.

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	BB Banco Múltiplo				BB Consolidado			
	3º Trimestre/2020	3º Trimestre/2019	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019	3º Trimestre/2020	3º Trimestre/2019	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019
Rendas de Aplicações no Mercado Aberto	2.751.760	7.498.809	10.581.219	21.985.787	2.813.469	7.515.876	10.694.144	22.044.004
Posição financiada	2.680.471	6.927.760	10.220.723	20.418.648	2.680.471	6.927.760	10.220.725	20.418.648
Posição bancada	71.289	571.049	360.496	1.567.139	132.998	588.116	473.419	1.625.356
Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.327.945	1.440.968	4.545.631	4.443.175	74.653	200.497	579.668	702.348
Total	4.079.705	8.939.777	15.126.850	26.428.962	2.888.122	7.716.373	11.273.812	22.746.352

10 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição

a.1) Composição da carteira por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	BB Banco Múltiplo										
	30.09.2020								31.12.2019		
	Valor de Mercado					Total			Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
1 - Títulos para Negociação	447	5.454	2.422	580.287	12.049.261	12.778.268	12.637.871	(140.397)	715.894	718.815	2.921
Títulos Públicos	--	5.454	--	577.057	11.984.206	12.707.517	12.566.717	(140.800)	707.947	710.806	2.859
Letras do Tesouro Nacional	--	5.454	--	574.234	11.513.619	12.232.111	12.093.307	(138.804)	301.959	304.070	2.111
Letras Financeiras do Tesouro	--	--	--	--	312.582	313.427	312.582	(845)	306.329	306.607	278
Notas do Tesouro Nacional	--	--	--	--	158.005	159.616	158.005	(1.611)	98.730	99.217	487
Títulos de Governos Estrangeiros	--	--	--	2.823	--	2.363	2.823	460	--	--	--
Outros	--	--	--	--	--	--	--	--	929	912	(17)
Títulos Privados	447	--	2.422	3.230	65.055	70.751	71.154	403	7.947	8.009	62
Debêntures	--	--	69	--	48.419	48.498	48.488	(10)	2.283	2.315	32
Certificado Recebíveis do Agronegócio	--	--	2.353	3.230	16.636	22.228	22.219	(9)	5.063	5.052	(11)
Cotas de Fundos de Investimentos	447	--	--	--	--	25	447	422	--	--	--
Certificado de Recebíveis Imobiliários	--	--	--	--	--	--	--	--	601	642	41
2 - Títulos Disponíveis para Venda	2.010.297	409.579	15.855.370	10.404.081	176.221.337	205.316.557	204.900.664	(415.893)	167.995.624	168.305.631	310.007
Títulos Públicos	--	8.014	13.356.522	7.945.249	152.569.786	173.889.739	173.879.571	(10.168)	134.358.288	135.237.963	879.675
Letras Financeiras do Tesouro	--	--	12.737.991	7.944.893	115.965.199	137.342.659	136.648.083	(694.576)	97.979.381	98.006.085	26.704
Títulos da Dívida Externa Brasileira	--	--	115.392	--	12.364.349	12.045.296	12.479.741	434.445	6.481.559	6.885.471	403.912
Notas do Tesouro Nacional	--	--	--	--	10.557.465	10.742.127	10.557.465	(184.662)	12.732.542	12.986.658	254.116
Letras do Tesouro Nacional	--	--	--	--	10.808.041	10.601.089	10.808.041	206.952	14.591.045	14.778.431	187.386
Títulos de Governos Estrangeiros	--	8.014	503.115	--	2.228.322	2.557.593	2.739.451	181.858	2.482.061	2.485.863	3.802
Títulos da Dívida Agrária	--	--	24	356	479	869	859	(10)	1.436	1.414	(22)
Outros	--	--	--	--	645.931	600.106	645.931	45.825	90.264	94.041	3.777
Títulos Privados	2.010.297	401.565	2.498.848	2.458.832	23.651.551	31.426.818	31.021.093	(405.725)	33.637.336	33.067.668	(569.668)
Debêntures	--	--	296.694	482.622	16.855.834	18.482.863	17.635.150	(847.713)	21.065.606	19.810.465	(1.255.141)
Eurobonds	--	--	260.626	--	3.698.025	4.359.196	3.958.651	(400.545)	2.250.560	1.998.693	(251.867)
Cédulas de Produto Rural - Commodities	--	393.748	1.939.624	1.938.040	113.550	4.305.473	4.384.962	79.489	4.027.011	4.083.073	56.062
Cotas de Fundos de Investimentos	2.010.253	--	--	--	1.260.858	2.572.723	3.271.111	698.388	4.025.005	4.963.532	938.527
Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio	--	--	274	31.926	843.661	867.099	875.861	8.762	287.989	287.872	(117)
Notas Promissórias	--	6.185	--	6.244	246.436	262.994	258.865	(4.129)	528.428	520.904	(7.524)
Certificados de Recebíveis Imobiliários	--	--	--	--	24.881	21.457	24.881	3.424	277.590	128.305	(149.285)
Ações	44	--	--	--	--	218	44	(174)	218	43	(175)
Certificados de Depósito Bancário	--	--	--	--	--	--	--	--	201.726	202.107	381
Outros	--	1.632	1.630	--	608.306	554.795	611.568	56.773	973.203	1.072.674	99.471

Vencimento em Dias	BB Banco Múltiplo										
	30.09.2020								31.12.2019		
	Valor de Mercado					Total			Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
3 - Mantidos até o Vencimento	--	--	1.241.320	245.400	20.438.103	23.246.388	21.924.823	(1.321.565)	23.973.406	23.032.037	(941.369)
Títulos Públicos	--	--	793.263	--	9.810.927	10.203.909	10.604.190	400.281	11.800.618	12.085.918	285.300
Letras do Tesouro Nacional	--	--	--	--	6.479.032	6.479.032	6.479.032	--	9.696.375	9.696.375	--
Títulos da Dívida Externa Brasileira	--	--	--	--	3.331.895	2.934.213	3.331.895	397.682	2.104.243	2.389.543	285.300
Títulos de Governos Estrangeiros	--	--	793.263	--	--	790.664	793.263	2.599	--	--	--
Títulos Privados	--	--	448.057	245.400	10.627.176	13.042.479	11.320.633	(1.721.846)	12.172.788	10.946.119	(1.226.669)
Debêntures	--	--	448.057	245.400	10.423.117	12.659.177	11.116.574	(1.542.603)	11.808.601	10.487.153	(1.321.448)
Certificados de Recebíveis Imobiliários	--	--	--	--	204.059	383.302	204.059	(179.243)	364.187	458.966	94.779
Total	2.010.744	415.033	17.099.112	11.229.768	208.708.701	241.341.213	239.463.358	(1.877.855)	192.684.924	192.056.483	(628.441)

a.2) Composição da carteira por rubricas de publicação e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	BB Banco Múltiplo										
	30.09.2020								31.12.2019		
	Valor de Mercado					Total			Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
Por Carteira	2.010.744	415.033	17.099.112	11.229.768	208.708.701	241.341.213	239.463.358	(1.877.855)	192.684.924	192.056.483	(628.441)
Carteira própria	2.010.744	415.033	8.996.084	7.454.399	152.361.071	173.124.015	171.237.331	(1.886.684)	135.531.376	134.581.124	(950.252)
Vinculados a compromissos de recompra	--	--	7.239.050	2.853.774	43.920.379	53.971.559	54.013.203	41.644	52.390.949	52.687.021	296.072
Vinculados à prestação de garantias	--	--	863.978	921.595	12.427.251	14.245.639	14.212.824	(32.815)	4.762.599	4.788.338	25.739

a.3) Composição da carteira por categoria e prazo de vencimento em anos

Vencimento em Anos	BB Banco Múltiplo									
	30.09.2020							31.12.2019		
	Valor de Mercado					Total		Total		
	Sem vencimento	A vencer em até um ano	A vencer entre 1 e 5 anos	A vencer entre 5 e 10 anos	A vencer após 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado	
Por Categoria	2.010.744	28.743.913	151.214.281	46.817.344	10.677.076	241.341.213	239.463.358	192.684.924	192.056.483	
1 - Títulos para Negociação	447	588.163	11.948.112	22.640	78.509	12.778.268	12.637.871	715.894	718.815	
2 - Títulos Disponíveis para Venda	2.010.297	26.669.030	124.173.137	41.449.634	10.598.565	205.316.557	204.900.664	167.995.624	168.305.631	
3 - Mantidos até o Vencimento	--	1.486.720	15.093.032	5.345.070	2	23.246.388	21.924.823	23.973.406	23.032.037	

a.4) Resumo da carteira por rubricas de publicação

	BB Banco Múltiplo					
	30.09.2020			31.12.2019		
	Valor Contábil			Valor Contábil		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Por Carteira	42.803.918	197.981.005	240.784.923	34.428.935	158.568.917	192.997.852
Carteira própria	30.926.789	141.577.133	172.503.922	22.662.464	112.906.332	135.568.796
Vinculados a compromissos de recompra	10.094.155	43.976.621	54.070.776	9.032.982	43.607.735	52.640.717
Vinculados à prestação de garantias	1.782.974	12.427.251	14.210.225	2.733.489	2.054.850	4.788.339

a.5) Resumo da carteira por categoria

	BB Banco Múltiplo			
	30.09.2020		31.12.2019	
Por Categoria				
1 - Títulos para Negociação	12.637.871	5%	718.815	1%
2 - Títulos Disponíveis para Venda	204.900.664	85%	168.305.631	87%
3 - Mantidos até o Vencimento	23.246.388	10%	23.973.406	12%
Valor Contábil da Carteira	240.784.923	100%	192.997.852	100%
Marcação a mercado da categoria 3	(1.321.565)	--	(941.369)	--
Valor de Mercado da Carteira	239.463.358	--	192.056.483	--

a.6) Composição da carteira consolidada por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	BB Consolidado										
	30.09.2020								31.12.2019		
	Valor de Mercado					Total			Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
1 - Títulos para Negociação	963.043	4.795.486	1.462.711	746.332	13.517.019	21.468.606	21.484.591	15.985	5.352.023	5.704.898	352.875
Títulos Públicos	--	4.795.486	1.362.579	737.743	12.612.310	19.628.505	19.508.118	(120.387)	3.945.705	4.161.706	216.001
Letras do Tesouro Nacional	--	5.454	--	574.234	11.513.619	12.232.111	12.093.307	(138.804)	301.959	304.070	2.111
Títulos de Governos Estrangeiros	--	4.790.032	929.914	147.861	434.345	6.281.970	6.302.152	20.182	2.756.325	2.970.153	213.828
Letras Financeiras do Tesouro	--	--	--	--	312.582	313.427	312.582	(845)	306.329	306.607	278
Notas do Tesouro Nacional	--	--	--	--	158.005	159.616	158.005	(1.611)	98.730	99.217	487
Títulos da Dívida Externa Brasileira	--	--	576	5.686	107.610	114.561	113.872	(689)	116.944	114.625	(2.319)
Outros	--	--	432.089	9.962	86.149	526.820	528.200	1.380	365.418	367.034	1.616
Títulos Privados	963.043	--	100.132	8.589	904.709	1.840.101	1.976.473	136.372	1.406.318	1.543.192	136.874
Debêntures	--	--	89.255	--	731.049	866.222	820.304	(45.918)	577.185	564.683	(12.502)
Cotas de Fundos de Investimento	886.492	--	--	--	--	748.148	886.492	138.344	679.328	809.319	129.991
Eurobonds	--	--	8.524	--	127.580	137.012	136.104	(908)	--	--	--
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	--	--	2.353	3.230	46.080	55.568	51.663	(3.905)	38.232	32.551	(5.681)
Ações	45	--	--	--	--	6	45	39	6	10	4
Certificado de Recebíveis Imobiliários	--	--	--	--	--	--	--	--	601	642	41
Outros	76.506	--	--	5.359	--	33.145	81.865	48.720	110.966	135.987	25.021
2 - Títulos Disponíveis para Venda	2.098.012	832.059	16.267.874	10.707.357	180.240.177	210.719.746	210.145.479	(574.267)	172.907.792	173.291.612	383.820
Títulos Públicos	--	265.942	13.654.586	8.140.482	153.034.394	175.071.888	175.095.404	23.516	135.170.320	136.072.642	902.322
Letras Financeiras do Tesouro	--	--	12.737.991	7.944.893	115.965.199	137.342.659	136.648.083	(694.576)	97.989.651	98.016.555	26.904
Títulos da Dívida Externa Brasileira	--	--	115.392	3.383	12.706.063	12.364.456	12.824.838	460.382	6.711.851	7.131.142	419.291
Notas do Tesouro Nacional	--	--	--	--	10.557.464	10.742.127	10.557.464	(184.663)	12.732.542	12.986.658	254.116
Letras do Tesouro Nacional	--	--	--	--	10.808.041	10.601.089	10.808.041	206.952	14.591.045	14.778.431	187.386
Títulos de Governos Estrangeiros	--	265.942	801.179	191.850	2.338.979	3.410.502	3.597.950	187.448	3.025.828	3.033.015	7.187
Títulos da Dívida Agrária	--	--	24	356	479	869	859	(10)	1.436	1.414	(22)
Outros	--	--	--	--	658.169	610.186	658.169	47.983	117.967	125.427	7.460
Títulos Privados	2.098.012	566.117	2.613.288	2.566.875	27.205.783	35.647.858	35.050.075	(597.783)	37.737.472	37.218.970	(518.502)
Debêntures	--	--	296.694	482.622	20.057.168	21.855.310	20.836.484	(1.018.826)	24.473.616	23.161.472	(1.312.144)
Eurobonds	--	--	275.043	--	3.886.800	4.546.935	4.161.843	(385.092)	2.250.560	1.998.693	(251.867)
Cédulas de Produto Rural - Commodities	--	393.748	1.939.624	1.938.040	113.550	4.305.473	4.384.962	79.489	4.027.011	4.083.073	56.062
Cotas de Fundos de Investimento	2.072.635	48.506	97.340	108.043	1.416.697	3.068.753	3.743.221	674.468	4.510.611	5.545.218	1.034.607
Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio	--	--	274	31.926	843.661	867.099	875.861	8.762	287.989	287.872	(117)
Notas Promissórias	--	6.185	--	6.244	246.436	262.994	258.865	(4.129)	528.428	520.904	(7.524)
Ações	25.377	--	--	--	--	37.725	25.377	(12.348)	2.947	3.155	208
Certificados de Recebíveis Imobiliários	--	--	--	--	28.330	25.086	28.330	3.244	281.176	131.976	(149.200)
Certificados de Depósito Bancário	--	--	2.683	--	--	2.683	2.683	--	206.124	206.505	381
Outros	--	117.678	1.630	--	613.141	675.800	732.449	56.649	1.169.010	1.280.102	111.092

Vencimento em Dias	BB Consolidado										
	30.09.2020								31.12.2019		
	Valor de Mercado					Total			Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
3 - Mantidos até o Vencimento	--	--	1.608.517	620.786	19.567.402	22.969.764	21.796.705	(1.173.059)	23.124.258	22.335.706	(788.552)
Títulos Públicos	--	--	885.914	279.887	10.605.034	11.343.618	11.770.835	427.217	12.266.255	12.552.443	286.188
Letras do Tesouro Nacional	--	--	--	--	6.479.032	6.479.032	6.479.032	--	9.696.375	9.696.375	--
Títulos da Dívida Externa Brasileira	--	--	--	--	3.331.896	2.934.212	3.331.896	397.684	2.104.243	2.389.543	285.300
Títulos de Governos Estrangeiros	--	--	885.914	279.887	794.106	1.930.374	1.959.907	29.533	465.637	466.525	888
Títulos Privados	--	--	722.603	340.899	8.962.368	11.626.146	10.025.870	(1.600.276)	10.858.003	9.783.263	(1.074.740)
Debêntures	--	--	448.057	245.400	8.554.944	10.669.434	9.248.401	(1.421.033)	9.863.313	8.691.508	(1.171.805)
Notas Promissórias	--	--	274.546	95.499	203.365	573.410	573.410	--	--	--	--
Certificados de Recebíveis Imobiliários	--	--	--	--	204.059	383.302	204.059	(179.243)	364.187	458.966	94.779
Eurobonds	--	--	--	--	--	--	--	--	105.897	108.183	2.286
Outros	--	--	--	--	--	--	--	--	524.606	524.606	--
Total	3.061.055	5.627.545	19.339.102	12.074.475	213.324.598	255.158.116	253.426.775	(1.731.341)	201.384.073	201.332.216	(51.857)

a.7) Composição da carteira consolidada por rubricas de publicação e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	BB Consolidado										
	30.09.2020								31.12.2019		
	Valor de Mercado					Total			Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
Por Carteira	3.061.055	5.627.545	19.339.102	12.074.475	213.324.598	255.158.116	253.426.775	(1.731.341)	201.384.073	201.332.216	(51.857)
Carteira própria	3.061.055	5.627.545	11.236.073	8.293.579	165.916.864	195.957.185	194.135.116	(1.822.069)	158.063.730	157.528.516	(535.214)
Vinculados a compromissos de recompra	--	--	7.239.050	2.859.301	34.959.989	44.935.149	45.058.340	123.191	38.551.617	38.991.785	440.168
Vinculados à prestação de garantias	--	--	863.979	921.595	12.447.745	14.265.782	14.233.319	(32.463)	4.768.726	4.811.915	43.189

a.8) Composição da carteira consolidada por categoria e prazo de vencimento em anos

Vencimento em Anos	BB Consolidado								
	30.09.2020							31.12.2019	
	Valor de Mercado					Total		Total	
	Sem vencimento	A vencer em até um ano	A vencer entre 1 e 5 anos	A vencer entre 5 e 10 anos	A vencer após 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
Por Categoria	3.061.055	37.041.122	151.192.036	51.166.726	10.965.836	255.158.116	253.426.775	201.384.073	201.332.216
1 - Títulos para Negociação	963.043	7.004.529	12.705.418	656.078	155.523	21.468.606	21.484.591	5.352.023	5.704.898
2 - Títulos Disponíveis para Venda	2.098.012	27.807.290	124.702.446	44.727.420	10.810.311	210.719.746	210.145.479	172.907.792	173.291.612
3 - Mantidos até o Vencimento	--	2.229.303	13.784.172	5.783.228	2	22.969.764	21.796.705	23.124.258	22.335.706

a.9) Resumo da carteira consolidada por rubricas de publicação

	BB Consolidado					
	30.09.2020			31.12.2019		
	Valor Contábil			Valor Contábil		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Por Carteira	53.619.196	200.980.638	254.599.834	40.619.432	161.501.336	202.120.768
Carteira própria	41.736.539	153.597.657	195.334.196	28.787.965	129.719.501	158.507.466
Vinculados a compromissos de recompra	10.099.683	34.935.236	45.034.919	9.074.507	29.726.878	38.801.385
Vinculados à prestação de garantias	1.782.974	12.447.745	14.230.719	2.756.960	2.054.957	4.811.917

a.10) Resumo da carteira consolidada por categoria

	BB Consolidado			
	30.09.2020		31.12.2019	
Por Categoria				
1 - Títulos para Negociação	21.484.591	8%	5.704.898	4%
2 - Títulos Disponíveis para Venda	210.145.479	84%	173.291.612	86%
3 - Mantidos até o Vencimento	22.969.764	8%	23.124.258	10%
Valor Contábil da Carteira	254.599.834	100%	202.120.768	100%
Marcação a mercado da categoria 3	(1.173.059)	--	(788.552)	--
Valor de Mercado da Carteira	253.426.775	--	201.332.216	--

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	BB Banco Múltiplo				BB Consolidado			
	3º Trimestre/2020	3º Trimestre/2019	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019	3º Trimestre/2020	3º Trimestre/2019	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019
Títulos de renda fixa	956.456	2.332.245	4.755.230	7.317.841	1.581.796	2.886.336	6.501.756	9.129.241
Títulos de renda variável	913.719	1.462.882	8.119.385	1.480.357	944.729	1.471.640	8.241.862	1.243.854
Total	1.870.175	3.795.127	12.874.615	8.798.198	2.526.525	4.357.976	14.743.618	10.373.095

c) Reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários

No período de 01.01 a 30.09.2020, o Banco realizou uma reclassificação de títulos (debêntures) da categoria "Títulos para Negociação" para categoria "Títulos Disponíveis para Venda", no montante R\$ 23.315 mil (valor de custo) e R\$ 21.438 mil (valor de mercado). A marcação a mercado negativa de R\$ 1.877 mil manteve-se no resultado do 1º Semestre/2020. A reclassificação ocorreu em virtude do critério de alocação de papéis na categoria "Títulos para Negociação", que estabelece prazo máximo para negociação de 270 dias. Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários durante o exercício de 2019.

11 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Banco do Brasil utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar, de forma consolidada, suas posições, administrar risco de crédito e atender às necessidades dos seus clientes, classificando as posições próprias em destinadas a hedge (de risco de mercado) e negociação, ambas com limites e alçadas no Banco. A estratégia de hedge das posições patrimoniais está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pelo Conselho Diretor.

O Banco do Brasil utiliza instrumentos financeiros derivativos compatíveis com os objetivos definidos, observando a melhor relação risco e retorno e considerando o cenário econômico. São consideradas, na gestão dos riscos dos instrumentos financeiros derivativos, as diversas categorias de riscos e adotada a visão consolidada dos diferentes fatores de riscos.

O Banco avalia a liquidez dos instrumentos financeiros derivativos e identifica, previamente, meios de reversão das posições. Utilizam-se sistemas e processos que permitem o registro, o acompanhamento e o controle das operações com instrumentos financeiros derivativos.

No mercado de opções, as posições ativas ou compradas têm o Banco como titular, enquanto as posições passivas ou vendidas têm o Banco como lançador.

Os principais riscos inerentes aos instrumentos financeiros derivativos, decorrentes dos negócios do Banco e de suas controladas são os de crédito, mercado, liquidez e operacional, sendo o processo de gestão apresentado na Nota 28.

Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revistos periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos.

O Banco conta com ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco.

As estratégias de posicionamento respeitam os limites de alçada e exposição a risco estabelecidos. Os posicionamentos são reavaliados diariamente e no início de cada dia é realizada uma avaliação das estratégias e desempenhos.

As estratégias são elaboradas com base em:

- análise de cenários econômicos;
- análise técnica (gráfica) e análise fundamentalista;
- simulação de resultados esperados;
- simulação de valor em risco (VaR, EVE, Estresse).

O Banco utiliza derivativo de crédito, na gestão proprietária de suas carteiras, posições e operações, tal como operações de *Credit Linked Notes*, com o objetivo de captar recursos e administrar risco de crédito. Para isto as agências externas fazem uso da modalidade *credit default swap* em mercado de balcão no exterior. Esta modalidade se refere ao acordo entre duas partes para compra ou venda de proteção de crédito em troca de pagamento de taxa de juros periódica.

O Banco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para hedge de posições próprias, para atendimento às necessidades dos clientes e para tomada de posições intencionais, segundo limites, alçadas e procedimentos previamente estabelecidos.

Os objetivos a serem alcançados com as operações de hedge são definidos de forma consolidada, garantida a efetividade de cada operação e observadas as regulamentações de cada jurisdição. Utilizam-se mecanismos de avaliação e acompanhamento da efetividade das operações de hedge com vistas a compensar efeitos da variação no valor de mercado ou no fluxo de caixa do item objeto de hedge.

O Banco documenta a identificação do item objeto de hedge das operações realizadas com a finalidade de compensar seus riscos desde a sua concepção.

A avaliação do risco das controladas é feita individualmente e o gerenciamento de forma consolidada.

O Banco utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco (VaR), de sensibilidade e análise de estresse.

O VaR é utilizado para estimar a perda potencial sob condições rotineiras no mercado, dimensionada diariamente em valores monetários, considerando um intervalo de confiança de 99,21%, horizonte temporal de 10 dias e série histórica de 252 dias úteis.

Para cálculo do VaR, o Banco utiliza a metodologia de Simulação Histórica, que assume a hipótese de que o comportamento retrospectivo dos retornos observados (histórico) dos fatores de risco constitui-se em informação relevante para a mensuração dos riscos de mercado.

Dessa forma, o valor em risco calculado para a carteira de derivativos do Banco Múltiplo, em 30.09.2020, foi de R\$ 257.135 mil (R\$ 158.277 mil em 30.09.2019).

A exposição de crédito em swap totalizou R\$ 210.390 mil em 30.09.2020 (R\$ 445.746 mil em 30.09.2019).

a) Composição
a.1) Composição da carteira de derivativos por indexador

Por Indexador	BB Banco Múltiplo						BB Consolidado					
	30.09.2020			31.12.2019			30.09.2020			31.12.2019		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Contratos de Futuros												
Compromissos de Compra	27.967.565	--	--	12.958.175	--	--	29.171.541	--	--	12.958.174	--	--
DI	10.373.875	--	--	4.439.418	--	--	10.373.875	--	--	4.439.417	--	--
Moedas	11.425.444	--	--	8.508.366	--	--	12.629.420	--	--	8.508.366	--	--
Libor	6.074.449	--	--	--	--	--	6.074.449	--	--	--	--	--
Commodities	93.797	--	--	10.391	--	--	93.797	--	--	10.391	--	--
Compromissos de Venda	12.574.204	--	--	6.252.392	--	--	13.151.265	--	--	6.263.653	--	--
DI	10.165.659	--	--	3.523.785	--	--	10.165.659	--	--	3.523.785	--	--
Moedas	2.154.790	--	--	7.957	--	--	2.731.851	--	--	19.218	--	--
Libor	--	--	--	2.521.629	--	--	--	--	--	2.521.629	--	--
Commodities	253.755	--	--	199.021	--	--	253.755	--	--	199.021	--	--
Operações a Termo												
Posição Ativa	24.132.445	3.302.298	3.371.950	9.945.595	289.348	318.781	24.188.669	3.320.677	3.390.329	10.031.354	294.545	323.981
Termo de título	644.146	644.146	644.146	--	--	--	644.146	644.146	644.146	--	--	--
Termo de moeda	23.314.797	2.639.798	2.709.514	9.745.577	271.151	239.261	23.371.021	2.658.177	2.727.893	9.831.336	276.348	244.461
Termo de mercadoria	173.502	18.354	18.290	200.018	18.197	79.520	173.502	18.354	18.290	200.018	18.197	79.520
Posição Passiva	11.282.314	(2.049.853)	(2.005.102)	12.790.620	(472.916)	(388.037)	12.010.358	(2.049.905)	(2.005.154)	12.879.633	(489.380)	(404.500)
Termo de título	644.146	(644.146)	(644.146)	--	--	--	644.146	(644.146)	(644.146)	--	--	--
Termo de moeda	10.377.675	(1.387.305)	(1.306.386)	12.760.071	(470.089)	(378.430)	11.105.719	(1.387.357)	(1.306.438)	12.849.084	(486.553)	(394.893)
Termo de mercadoria	260.493	(18.402)	(54.570)	30.549	(2.827)	(9.607)	260.493	(18.402)	(54.570)	30.549	(2.827)	(9.607)
Contrato de Opções												
De Compra - Posição Comprada	--	--	--	4.031	152	209	--	--	--	4.031	152	209
Moeda estrangeira	--	--	--	4.031	152	209	--	--	--	4.031	152	209
De Venda - Posição Comprada	--	--	--	565.000	183	12.612	--	--	--	565.000	183	12.612
Índice DI	--	--	--	565.000	183	12.612	--	--	--	565.000	183	12.612
De Compra - Posição Vendida	2.172.200	(29.685)	(63.624)	2.117.623	(28.814)	(23.654)	18.315	(1.179)	(11.875)	24.865	(1.219)	(1.253)
Moeda estrangeira	5.653	(328)	(397)	1.635	(43)	(3)	5.653	(328)	(397)	1.635	(43)	(3)
Pré-fixados	2.153.885	(28.506)	(51.749)	2.092.758	(27.621)	(22.427)	--	--	--	--	(26)	(26)
Índice Bovespa	16	(1)	(2)	58	(3)	1	16	(1)	(2)	58	(3)	1
Índice IPCA	3.335	(446)	(356)	6.913	(851)	(895)	3.335	(446)	(356)	6.913	(851)	(895)
Commodities	9.311	(404)	(11.120)	16.259	(296)	(330)	9.311	(404)	(11.120)	16.259	(296)	(330)

Por Indexador	BB Banco Múltiplo						BB Consolidado					
	30.09.2020			31.12.2019			30.09.2020			31.12.2019		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
De Venda - Posição Vendida	2.449.426	(2.131.049)	(2.098.952)	3.092.780	(2.084.255)	(2.108.253)	295.541	(5.670)	3.216	1.000.022	(6.736)	(25.134)
Moeda estrangeira	172.863	(2.204)	5.484	31.995	(904)	(1.131)	172.863	(2.204)	5.484	31.995	(904)	(1.131)
Pré-fixados	2.153.885	(2.125.379)	(2.102.168)	2.092.758	(2.077.519)	(2.083.119)	--	--	--	--	--	--
Índice DI	9.797	(146)	(706)	726.073	(1.069)	(15.069)	9.797	(146)	(706)	726.073	(1.069)	(15.069)
Commodities	112.881	(3.320)	(1.562)	241.954	(4.763)	(8.934)	112.881	(3.320)	(1.562)	241.954	(4.763)	(8.934)
Contratos de Swap												
Posição Ativa	8.985.968	1.653.935	1.656.758	9.069.205	433.087	466.072	6.832.083	1.653.935	1.656.745	9.069.206	433.088	466.072
DI	1.392.769	18.441	24.975	526.645	8.103	15.166	1.392.769	18.441	24.974	526.645	8.103	15.166
Moeda estrangeira	5.430.389	1.635.375	1.630.924	5.730.890	396.164	352.141	5.430.389	1.635.375	1.630.924	5.730.891	396.165	352.141
Pré-fixado	2.162.810	119	859	2.811.670	28.820	98.765	8.925	119	847	2.811.670	28.820	98.765
Posição Passiva	20.416.396	(2.730.830)	(2.876.083)	14.602.788	(411.212)	(439.850)	20.416.396	(2.730.830)	(2.876.083)	12.497.674	(411.212)	(439.846)
DI	28.293	(29)	(144)	6.799.758	(94.932)	(203.440)	28.293	(29)	(144)	4.694.644	(94.932)	(203.436)
Moeda estrangeira	20.234.515	(2.720.276)	(2.859.528)	7.471.831	(119.651)	(198.425)	20.234.515	(2.720.276)	(2.859.528)	7.471.831	(119.651)	(198.425)
Pré-fixado	134.288	(10.068)	(14.492)	297.199	(196.607)	(35.378)	134.288	(10.068)	(14.492)	297.199	(196.607)	(35.378)
IPCA	19.300	(457)	(1.919)	34.000	(22)	(2.607)	19.300	(457)	(1.919)	34.000	(22)	(2.607)
Derivativos de Crédito⁽¹⁾												
Posição Ativa												
Títulos Dívida Pública Brasileira	203.065	2.338	2.471	--	--	--	203.065	2.338	2.471	--	--	--
Posição Passiva												
Títulos Dívida Pública Brasileira	203.065	(2.338)	(2.471)	--	--	--	203.065	(2.338)	(2.471)	--	--	--
Outros Derivativos⁽²⁾												
Posição Ativa												
Moeda estrangeira	5.317.537	125.840	129.543	1.743.802	34.241	25.439	5.317.537	125.847	129.550	1.483.075	26.210	18.061
Posição Passiva												
Moeda estrangeira	3.389.718	(122.005)	(131.243)	6.156.241	(51.396)	(90.879)	3.125.072	(110.435)	(119.664)	6.167.502	(51.396)	(90.879)

(1) Referem-se a derivativos de crédito oriundos de estrutura envolvendo operações de CDS (Credit Default Swap) e CLN (Credit Linked Notes), cujo risco recebido e transferido se compensam. No período de 01.01.2020 a 30.09.2020, essas operações não geraram impacto no Patrimônio de Referência e não ocorreram eventos de crédito previstos no contrato.

(2) Referem-se, essencialmente, a operações realizadas no mercado Forex no exterior, registradas como contratos de moeda sem entrega física, apenas com liquidação financeira (Non Deliverable Forward - NDF). O NDF é operado em mercado de balcão e tem como objeto a taxa de câmbio de uma determinada moeda.

a.2) Composição da carteira de derivativos por vencimento (valor nominal)

Vencimento em Dias	BB Banco Múltiplo						BB Consolidado					
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	30.09.2020	31.12.2019	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	30.09.2020	31.12.2019
Contratos de Futuros	1.098.649	15.882.341	8.680.106	14.880.673	40.541.769	19.210.567	2.879.685	15.882.341	8.680.106	14.880.674	42.322.806	19.221.828
Contratos a Termo	4.503.895	12.049.289	13.231.569	5.630.006	35.414.759	22.736.215	5.288.163	12.049.289	13.231.569	5.630.006	36.199.027	22.910.987
Contratos de Opções	4.316.117	275.961	17.576	11.972	4.621.626	5.779.434	4.316.116	(4.031.808)	17.576	11.972	313.856	1.593.918
Contratos de Swap	942.085	5.979.396	15.870.592	6.610.291	29.402.364	23.671.993	942.084	3.825.512	15.870.592	6.610.291	27.248.479	21.566.880
Derivativos de crédito	--	11.280	394.850	--	406.130	--	--	11.280	394.850	--	406.130	--
Outros	2.549.967	4.683.363	1.154.614	319.311	8.707.255	7.900.043	2.285.321	4.683.363	1.154.614	319.311	8.442.609	7.650.577

a.3) Composição da carteira de derivativos por local de negociação e contraparte (valor nominal em 30.09.2020)

	BB Banco Múltiplo						BB Consolidado					
	Futuros	Termo	Opções	Swap	Derivativos de Crédito	Outros	Futuros	Termo	Opções	Swap	Derivativos de Crédito	Outros
Bolsa												
B3	34.467.320	--	122.192	--	--	--	36.248.357	--	122.192	--	--	--
Balcão												
Instituições Financeiras	6.074.449	1.288.292	4.307.770	24.587.989	406.130	8.707.255	6.074.449	2.072.560	--	22.434.104	406.130	8.442.609
Clientes	--	34.126.467	191.664	4.814.375	--	--	--	34.126.467	191.664	4.814.375	--	--

a.4) Composição da margem dada em garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019
Letras Financeiras do Tesouro	4.729.174	5.943.578	4.729.174	5.943.578

a.5) Composição da carteira de derivativos designados para hedge

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019
Hedge de risco de mercado				
Instrumentos de Hedge				
Passivo	(771.727)	(41.793)	(771.727)	(41.793)
Swap	(771.727)	(41.793)	(771.727)	(41.793)
Itens Objeto de Hedge				
Ativo	3.453.886	2.291.874	3.453.886	2.291.874
Aplicações em depósitos interfinanceiros	3.453.886	2.291.874	3.453.886	2.291.874
Passivo	(2.638.500)	(2.217.511)	(2.638.500)	(2.217.511)
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	(2.638.500)	(2.217.511)	(2.638.500)	(2.217.511)

O Banco utiliza swap (*Cross Currency Interest Rate Swap*) para hedge de captações e aplicações externas como proteção de eventuais variações no valor justo desses instrumentos financeiros. As operações de hedge citadas foram avaliadas como efetivas, de acordo com o estabelecido na Circular Bacen n.º 3.082/2002, cuja comprovação da efetividade do hedge corresponde ao intervalo de 80% a 125%.

a.6) Ganhos e perdas no resultado dos instrumentos de hedge e dos objetos de hedge

	BB Banco Múltiplo				BB Consolidado			
	3º Trimestre/2020	3º Trimestre/2019	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019	3º Trimestre/2020	3º Trimestre/2019	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019
Perdas dos itens objeto de hedge	(170.455)	--	(216.928)	(114.209)	(170.455)	--	(216.928)	(114.209)
Ganhos dos instrumentos de hedge	166.425	--	212.882	114.209	166.425	--	212.882	114.209
Efeito líquido	(4.030)	--	(4.046)	--	(4.030)	--	(4.046)	--
Ganhos dos itens objeto de hedge	174.207	91.339	880.398	193.889	174.207	91.339	880.398	193.889
Perda dos instrumentos de hedge	(174.230)	(91.359)	(877.480)	(191.674)	(174.230)	(91.359)	(877.480)	(191.674)
Efeito líquido	(23)	(20)	2.918	2.215	(23)	(20)	2.918	2.215

a.7) Instrumentos financeiros derivativos segregados em circulante e não circulante

	BB Banco Múltiplo				BB Consolidado			
	30.09.2020		31.12.2019		30.09.2020		31.12.2019	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ativo								
Operações a Termo	2.920.753	451.197	285.502	33.279	2.939.132	451.197	290.702	33.279
Contratos de Opções	--	--	12.821	--	--	--	12.821	--
Contratos de Swap	1.542.056	114.702	88.397	377.675	1.542.043	114.702	88.397	377.675
Derivativos de crédito	2.471	--	--	--	2.471	--	--	--
Outros Derivativos	129.543	--	25.439	--	129.550	--	18.061	--
Total	4.594.823	565.899	412.159	410.954	4.613.196	565.899	409.981	410.954
Passivo								
Operações a Termo	(1.926.491)	(78.611)	(324.663)	(63.374)	(1.926.543)	(78.611)	(341.126)	(63.374)
Contratos de Opções	(2.161.598)	(978)	(2.130.728)	(1.179)	(7.681)	(978)	(25.208)	(1.179)
Contratos de Swap	(1.889.415)	(986.668)	(258.478)	(181.372)	(1.889.415)	(986.668)	(258.474)	(181.372)
Derivativos de crédito	(2.471)	--	--	--	(2.471)	--	--	--
Outros Derivativos	(111.913)	(19.330)	(90.879)	--	(100.334)	(19.330)	(90.879)	--
Total	(6.091.888)	(1.085.587)	(2.804.748)	(245.925)	(3.926.444)	(1.085.587)	(715.687)	(245.925)

b) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

	BB Banco Múltiplo				BB Consolidado			
	3º Trimestre/2020	3º Trimestre/2019	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019	3º Trimestre/2020	3º Trimestre/2019	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019
Swap	(470.141)	423.995	(1.249.259)	685.274	(470.223)	432.286	(1.249.979)	693.473
Termo	575.484	311.092	3.441.293	250.546	597.653	314.419	3.479.509	252.291
Opções	(10.500)	(44.087)	(41.383)	(163.777)	638	3.331	7.718	170
Futuro	353.994	430.601	2.064.278	(14.720)	339.304	430.601	2.045.013	(14.720)
Derivativos de crédito	763	--	1.128	--	763	--	1.128	--
Outros Derivativos	57.714	(20.983)	128.834	176.268	61.608	(4.640)	210.481	186.218
Total	507.314	1.100.617	4.344.891	933.590	529.743	1.175.996	4.493.870	1.117.431

12 - CARTEIRA DE CRÉDITO
a) Carteira de Crédito por Modalidade

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019
Operações de Crédito	602.325.816	557.348.266	614.183.495	566.632.869
Empréstimos e direitos creditórios descontados	236.416.698	207.510.278	244.662.242	214.293.911
Financiamentos	139.823.340	127.457.654	140.560.722	127.931.373
Financiamentos rurais	176.480.545	169.651.248	176.480.545	169.651.248
Financiamentos imobiliários	49.329.454	52.398.335	52.204.207	54.425.586
Operações de crédito vinculadas a cessão ⁽¹⁾	275.779	330.751	275.779	330.751
Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito	52.310.925	53.437.893	53.679.785	54.520.375
Operações com cartão de crédito	26.695.014	29.986.587	28.063.874	31.069.069
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (Nota 13.c)	14.100.558	12.205.192	14.100.558	12.205.192
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ⁽²⁾	6.677.076	4.522.612	6.677.076	4.522.612
Aquisição de recebíveis	4.071.093	5.737.671	4.071.093	5.737.671
Avais e fianças honrados	220.403	446.862	220.403	446.862
Diversos	546.781	538.969	546.781	538.969
Operações de Arrendamento Mercantil	--	--	172.266	191.311
Total da Carteira de Crédito	654.636.741	610.786.159	668.035.546	621.344.555
Ativo circulante	152.920.396	167.953.102	160.629.477	174.376.432
Ativo não circulante	501.716.345	442.833.057	507.406.069	446.968.123
Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	(42.116.530)	(39.592.667)	(42.349.863)	(39.799.866)
(Provisão para operações de crédito)	(39.998.282)	(37.560.369)	(40.203.917)	(37.751.311)
(Provisão para outros créditos com características de concessão de crédito)	(2.118.248)	(2.032.298)	(2.141.774)	(2.044.773)
(Provisão para arrendamento mercantil)	--	--	(4.172)	(3.782)
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	612.520.211	571.193.492	625.685.683	581.544.689

(1) Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

(2) Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.

b) Resultado da Carteira de Crédito

	BB Banco Múltiplo				BB Consolidado			
	3º Trimestre/2020	3º Trimestre/2019	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019	3º Trimestre/2020	3º Trimestre/2019	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019
Resultado de operações de crédito	19.892.832	22.455.839	69.843.935	61.484.049	20.662.101	23.196.258	71.948.015	63.509.673
Empréstimos e direitos creditórios descontados	10.434.881	11.093.457	31.976.807	33.153.618	10.844.135	11.512.838	33.220.529	34.482.727
Financiamentos	2.901.297	4.786.872	18.842.530	8.312.894	2.904.744	4.822.031	18.878.843	8.406.498
Financiamentos rurais	2.913.509	2.695.986	8.388.875	8.024.526	2.913.509	2.695.986	8.388.875	8.024.526
Recuperação de créditos baixados como prejuízo ⁽¹⁾	1.973.049	1.475.378	4.779.676	4.469.768	2.282.694	1.721.139	5.458.664	4.940.599
Financiamentos imobiliários	970.687	997.388	2.839.377	3.084.168	1.013.663	1.033.625	2.971.074	3.192.319
Equalização de taxas – Safra agrícola – Lei n.º 8.427/1992	260.961	722.281	1.224.381	2.319.718	260.961	722.281	1.224.381	2.319.718
Financiamentos de moedas estrangeiras	138.613	164.722	718.507	350.607	139.080	161.728	715.408	346.329
Financiamentos à exportação	196.017	365.195	711.388	1.226.982	196.017	365.195	711.388	1.226.982
Aquisição de recebíveis	42.431	83.431	178.881	256.400	42.431	83.431	178.881	256.400
Adiantamentos a depositantes	49.962	59.752	130.373	199.266	53.442	66.627	146.832	227.473
Avais e fianças honrados	2.682	992	26.132	53.679	2.682	992	26.132	53.679
Demais	8.743	10.385	27.008	32.423	8.743	10.385	27.008	32.423
Resultado de Arrendamento Mercantil	--	--	--	--	6.698	10.216	21.758	33.551
Resultado de venda ou transferência de ativos financeiros	54.336	119.576	218.856	348.217	54.983	121.323	221.464	74.775
Total	19.947.168	22.575.415	70.062.791	61.832.266	20.723.782	23.327.797	72.191.237	63.617.999

(1) Foram recuperadas, por meio de cessões de crédito sem coobrigação a entidades não integrantes do Sistema Financeiro Nacional, conforme Resolução CMN n.º 2.836/2001, operações baixadas em prejuízo no montante de R\$ 97.599 mil no 3º trimestre de 2020 (com impacto no resultado de R\$ 51.183 mil, líquido de tributos) e R\$ 117.081 mil no 3º trimestre de 2019 (com impacto no resultado de R\$ 66.982 mil, líquido de tributos), R\$ 163.600 mil no período de 01.01.2020 a 30.09.2020 (com impacto no resultado de R\$ 85.796 mil, líquido de tributos) e R\$ 234.703 mil no período de 01.01.2019 a 30.09.2019 (com impacto no resultado de R\$ 134.273 mil, líquido de tributos). Os valores contábeis dessas operações eram de R\$ 102.757 mil, R\$ 80.265 mil, R\$ 242.951 mil e R\$ 209.820 mil, respectivamente.

c) Carteira de Crédito por Setores de Atividade Econômica

	BB Banco Múltiplo				BB Consolidado			
	30.09.2020	%	31.12.2019	%	30.09.2020	%	31.12.2019	%
Setor Público	74.416.158	11,4	62.163.139	10,2	74.707.703	11,2	62.401.684	10,0
Administração pública	57.929.003	8,9	44.612.404	7,3	58.220.548	8,7	44.830.623	7,2
Petroleiro	12.044.694	1,8	11.202.797	1,8	12.044.694	1,8	11.202.797	1,8
Energia elétrica	3.733.325	0,6	4.586.334	0,8	3.733.325	0,6	4.586.334	0,7
Serviços	469.121	0,1	567.709	0,1	469.121	0,1	567.709	0,1
Demais atividades	240.015	--	1.193.895	0,2	240.015	--	1.214.221	0,2
Setor Privado	580.220.583	88,6	548.623.020	89,8	593.327.843	88,8	558.942.871	90,0
Pessoa Física	385.639.908	58,9	370.298.322	60,6	389.286.981	58,3	373.080.297	60,0
Pessoa Jurídica	194.580.675	29,7	178.324.698	29,2	204.040.862	30,5	185.862.574	30,0
Agronegócio de origem vegetal	29.893.086	4,6	28.240.078	4,6	30.634.536	4,6	28.982.816	4,7
Serviços	21.668.874	3,3	15.673.616	2,6	23.035.003	3,4	16.535.921	2,7
Transportes	16.392.858	2,5	14.377.246	2,3	16.547.596	2,5	14.513.945	2,4
Automotivo	14.713.573	2,2	11.066.997	1,8	15.363.555	2,3	11.829.036	1,9
Mineração e metalurgia	13.887.620	2,1	12.586.496	2,1	14.313.922	2,1	13.215.136	2,1
Comércio varejista	10.741.984	1,6	9.278.186	1,5	10.986.043	1,6	9.518.827	1,5
Agronegócio de origem animal	10.450.615	1,6	9.539.048	1,6	10.791.788	1,6	9.849.103	1,6
Imobiliário	6.498.319	1,0	7.339.434	1,2	7.291.466	1,1	7.923.857	1,3
Energia elétrica	7.058.119	1,1	7.093.564	1,2	7.175.706	1,1	7.111.590	1,1
Combustíveis	6.534.536	1,0	6.244.745	1,0	7.158.042	1,1	6.755.371	1,1
Insumos agrícolas	6.948.353	1,1	7.524.061	1,2	6.995.587	1,0	7.528.519	1,2
Atividades específicas da construção	6.455.204	1,0	6.450.447	1,1	6.723.799	1,0	6.632.904	1,1
Instituições e serviços financeiros	5.133.278	0,8	7.069.520	1,2	6.645.219	1,0	7.693.137	1,2
Comércio atacadista e indústrias diversas	5.787.562	0,9	5.721.452	0,9	6.543.673	1,0	6.244.586	1,0
Químico	6.084.040	0,9	5.433.130	0,9	6.506.580	1,0	6.051.352	1,0
Têxtil e confecções	5.933.919	0,9	5.293.135	0,9	5.984.703	0,9	5.344.701	0,9
Eletroeletrônico	5.939.711	0,9	5.623.337	0,9	5.982.799	0,9	5.662.511	0,9
Madeireiro e moveleiro	3.863.597	0,6	4.026.577	0,7	3.894.077	0,6	4.058.347	0,7
Papel e celulose	3.250.953	0,5	3.072.689	0,5	3.422.307	0,5	3.252.891	0,5
Construção pesada	2.277.446	0,3	2.140.691	0,3	2.472.903	0,4	2.343.976	0,4
Telecomunicações	2.119.152	0,3	1.957.723	0,3	2.243.886	0,3	2.128.727	0,3
Demais atividades	2.947.876	0,5	2.572.526	0,4	3.327.672	0,5	2.685.321	0,4
Total	654.636.741	100,0	610.786.159	100,0	668.035.546	100,0	621.344.555	100,0

d) Carteira de Crédito por Níveis de Risco e Prazos de Vencimento

	BB Banco Múltiplo										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30.09.2020	31.12.2019
	Operações em Curso Normal										
Parcelas Vincendas											
01 a 30	11.836.483	4.380.579	11.885.788	10.476.447	961.376	152.024	43.565	123.743	294.196	40.154.201	40.554.119
31 a 60	8.868.447	2.472.336	4.859.402	3.938.229	481.039	224.102	29.078	161.153	176.885	21.210.671	19.994.266
61 a 90	8.987.397	2.459.592	4.198.574	3.029.262	267.838	192.210	26.225	21.905	467.970	19.650.973	16.865.861
91 a 180	24.714.831	5.944.924	9.860.599	8.097.484	873.119	1.492.000	65.735	52.461	515.829	51.616.982	55.102.638
181 a 360	44.586.851	6.702.838	26.642.186	12.886.242	1.239.070	768.797	127.498	92.128	984.222	94.029.832	86.833.188
Acima de 360	201.722.943	36.135.647	87.851.015	48.912.354	8.177.007	6.250.203	1.060.814	1.078.852	11.139.447	402.328.282	361.452.788
Parcelas Vencidas											
Até 14 dias	334.538	29.019	60.509	89.872	31.901	28.401	7.838	2.529	41.906	626.513	498.423
Subtotal	301.051.490	58.124.935	145.358.073	87.429.890	12.031.350	9.107.737	1.360.753	1.532.771	13.620.455	629.617.454	581.301.283
	Operações em Curso Anormal										
Parcelas Vincendas											
01 a 30	--	--	30.373	161.648	92.977	117.173	33.097	36.920	155.255	627.443	645.380
31 a 60	--	--	18.939	38.937	41.437	27.500	17.045	26.595	94.706	265.159	346.198
61 a 90	--	--	15.326	38.483	38.327	29.551	24.891	15.016	88.355	249.949	326.433
91 a 180	--	--	41.930	91.628	100.518	96.402	54.890	36.451	331.174	752.993	969.193
181 a 360	--	--	99.109	185.160	190.408	178.585	107.259	78.666	675.417	1.514.604	2.031.481
Acima de 360	--	--	2.572.918	1.358.630	1.122.622	1.345.168	1.188.598	557.146	6.429.866	14.574.948	18.012.353
Parcelas Vencidas											
01 a 14	--	--	2.887	10.642	19.528	50.555	6.396	4.626	31.473	126.107	120.030
15 a 30	--	--	74.338	130.328	61.853	29.574	17.297	11.430	110.199	435.019	487.224
31 a 60	--	--	15.136	225.928	113.562	99.697	42.814	20.437	212.472	730.046	946.801
61 a 90	--	--	1	15.776	178.797	59.534	22.543	19.542	531.679	827.872	580.552
91 a 180	--	--	--	10.656	43.079	280.688	235.890	257.328	671.886	1.499.527	1.551.547
181 a 360	--	--	--	11	2	34.538	68.779	44.250	2.028.725	2.176.305	2.500.491
Acima de 360	--	--	199	462	--	3.134	1.765	89	1.233.666	1.239.315	967.193
Subtotal	--	--	2.871.156	2.268.289	2.003.110	2.352.099	1.821.264	1.108.496	12.594.873	25.019.287	29.484.876
Total	301.051.490	58.124.935	148.229.229	89.698.179	14.034.460	11.459.836	3.182.017	2.641.267	26.215.328	654.636.741	610.786.159

	BB Consolidado										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30.09.2020	31.12.2019
	Operações em Curso Normal										
Parcelas Vincendas											
01 a 30	12.166.165	6.748.654	13.436.172	10.479.583	962.543	152.350	43.667	123.885	297.448	44.410.467	42.340.964
31 a 60	8.874.032	2.606.698	4.869.132	3.949.098	481.119	224.138	29.086	161.155	177.712	21.372.170	20.514.037
61 a 90	9.217.716	2.678.848	4.246.064	3.109.439	267.878	192.248	26.228	21.909	468.771	20.229.101	17.272.575
91 a 180	25.100.940	6.661.929	9.912.257	8.102.113	873.887	1.492.069	65.776	52.477	523.699	52.785.147	56.113.551
181 a 360	44.956.661	7.477.058	26.816.496	12.895.413	1.239.783	769.041	127.673	92.171	990.778	95.365.074	87.660.025
Acima de 360	203.361.919	36.889.370	90.943.458	48.979.894	8.180.640	6.251.074	1.061.520	1.097.464	11.170.408	407.935.747	365.897.883
Parcelas Vencidas											
Até 14 dias	334.538	39.683	125.717	97.322	31.980	28.425	7.856	2.545	42.018	710.084	1.910.187
Subtotal	304.011.971	63.102.240	150.349.296	87.612.862	12.037.830	9.109.345	1.361.806	1.551.606	13.670.834	642.807.790	591.709.222
	Operações em Curso Anormal										
Parcelas Vincendas											
01 a 30	--	--	30.373	161.653	92.977	117.173	33.097	36.919	155.275	627.467	645.474
31 a 60	--	--	18.939	38.943	41.437	27.500	17.045	26.595	94.724	265.183	346.290
61 a 90	--	--	15.326	38.489	38.327	29.551	24.891	15.016	88.369	249.969	326.494
91 a 180	--	--	41.930	91.646	100.518	96.402	54.890	36.451	331.214	753.051	969.350
181 a 360	--	--	99.109	185.192	190.408	178.585	107.259	78.666	675.490	1.514.709	2.031.623
Acima de 360	--	--	2.572.918	1.358.659	1.122.622	1.345.168	1.188.598	557.146	6.430.024	14.575.135	18.012.638
Parcelas Vencidas											
01 a 14	--	--	2.887	10.642	19.528	50.555	6.396	4.626	31.485	126.119	120.054
15 a 30	--	--	161.532	131.186	62.170	29.635	17.306	11.441	111.050	524.320	517.892
31 a 60	--	--	15.136	249.992	114.025	99.831	42.896	20.468	213.538	755.886	976.393
61 a 90	--	--	1	15.776	190.869	59.617	22.581	19.558	532.871	841.273	601.543
91 a 180	--	--	--	10.656	43.079	284.348	237.523	259.724	674.364	1.509.694	1.568.735
181 a 360	--	--	--	11	2	34.538	68.779	44.250	2.052.894	2.200.474	2.524.225
Acima de 360	--	--	199	462	--	3.134	1.765	89	1.278.827	1.284.476	994.622
Subtotal	--	--	2.958.350	2.293.307	2.015.962	2.356.037	1.823.026	1.110.949	12.670.125	25.227.756	29.635.333
Total	304.011.971	63.102.240	153.307.646	89.906.169	14.053.792	11.465.382	3.184.832	2.662.555	26.340.959	668.035.546	621.344.555

e) Constituição da Provisão para Perdas com a Carteira de Crédito por Níveis de Risco

Nível de Risco	% Mínimo de Provisão	BB Banco Múltiplo							
		30.09.2020				31.12.2019			
		Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão complementar ⁽¹⁾	Total	Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão complementar ⁽¹⁾	Total
AA		301.051.490	--	--	--	291.882.829	--	--	--
A	0,5	58.124.935	290.625	37.888	328.513	62.798.880	313.994	41.906	355.900
B	1	148.229.229	1.482.292	581.250	2.063.542	146.204.422	1.462.044	543.035	2.005.079
C	3	89.698.179	2.690.945	2.339.834	5.030.779	58.049.783	1.741.493	1.382.653	3.124.146
D	10	14.034.460	1.403.446	191.916	1.595.362	9.970.630	997.063	196.197	1.193.260
E	30	11.459.836	3.437.951	4.513	3.442.464	6.808.195	2.042.459	8.699	2.051.158
F	50	3.182.017	1.591.009	646	1.591.655	3.772.255	1.886.128	5.939	1.892.067
G	70	2.641.267	1.848.887	--	1.848.887	7.764.132	5.434.892	1.132	5.436.024
H	100	26.215.328	26.215.328	--	26.215.328	23.535.033	23.535.033	--	23.535.033
Total		654.636.741	38.960.483	3.156.047	42.116.530	610.786.159	37.413.106	2.179.561	39.592.667

(1) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da escala interna de classificação de risco de crédito.

Nível de Risco	% Mínimo de Provisão	BB Consolidado							
		30.09.2020				31.12.2019			
		Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão complementar ⁽¹⁾	Total	Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão complementar ⁽¹⁾	Total
AA		304.011.971	--	--	--	294.239.332	--	--	--
A	0,5	63.102.240	315.511	37.928	353.439	66.827.896	334.139	41.956	376.095
B	1	153.307.646	1.533.076	581.775	2.114.851	150.152.446	1.501.524	543.278	2.044.802
C	3	89.906.169	2.697.185	2.345.143	5.042.328	58.086.001	1.742.580	1.382.759	3.125.339
D	10	14.053.792	1.405.379	191.927	1.597.306	9.997.194	999.719	196.216	1.195.935
E	30	11.465.382	3.439.615	4.513	3.444.128	6.819.860	2.045.958	8.699	2.054.657
F	50	3.184.832	1.592.416	647	1.593.063	3.780.796	1.890.398	5.939	1.896.337
G	70	2.662.555	1.863.789	--	1.863.789	7.784.871	5.449.410	1.132	5.450.542
H	100	26.340.959	26.340.959	--	26.340.959	23.656.159	23.656.159	--	23.656.159
Total		668.035.546	39.187.930	3.161.933	42.349.863	621.344.555	37.619.887	2.179.979	39.799.866

(1) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da escala interna de classificação de risco de crédito.

f) Movimentação da Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Compreende as operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito.

	BB Banco Múltiplo				BB Consolidado			
	3º Trimestre/2020	3º Trimestre/2019	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019	3º Trimestre/2020	3º Trimestre/2019	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019
Saldo Inicial	41.409.210	35.266.540	39.592.667	33.791.305	41.676.660	35.546.921	39.799.866	34.350.503
Constituição/(reversão)	6.577.054	4.982.047	18.957.680	15.091.938	6.574.533	5.037.239	18.993.409	14.944.046
Provisão mínima requerida	5.679.038	4.831.693	17.981.194	15.243.738	5.671.789	4.886.806	18.011.455	15.095.859
Provisão complementar ⁽¹⁾	898.016	150.354	976.486	(151.800)	902.744	150.433	981.954	(151.813)
Variação cambial - provisões no exterior	21.850	41.839	166.627	33.365	7.626	(28.602)	211.183	(64.008)
Baixas para prejuízo	(5.891.584)	(3.894.559)	(16.600.444)	(12.520.741)	(5.908.956)	(3.934.512)	(16.654.595)	(12.609.495)
Saldo Final	42.116.530	36.395.867	42.116.530	36.395.867	42.349.863	36.621.046	42.349.863	36.621.046

(1) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da escala interna de classificação de risco de crédito.

g) Carteira de Arrendamento Mercantil Financeiro por Prazo de Vencimento

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019
Até 1 ano ⁽¹⁾	--	--	90.377	98.526
De 1 a 5 anos	--	--	81.889	92.781
Acima de 5 anos	--	--	--	4
Total a Valor Presente	--	--	172.266	191.311

(1) Inclui os valores relativos às parcelas vencidas.

h) Concentração das Operações de Crédito

	30.09.2020	% da Carteira	31.12.2019	% da Carteira
Maior Devedor	13.806.104	2,1	12.112.454	1,9
10 Maiores devedores	66.928.709	10,0	58.823.503	9,5
20 Maiores devedores	87.453.012	13,1	76.023.142	12,2
50 Maiores devedores	116.745.860	17,5	101.665.529	16,4
100 Maiores devedores	136.297.245	20,4	119.396.953	19,2

i) Créditos Renegociados

	BB Banco Múltiplo				BB Consolidado			
	3º Trimestre/2020	3º Trimestre/2019	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019	3º Trimestre/2020	3º Trimestre/2019	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019
Créditos Renegociados no Período	25.417.494	21.225.501	73.876.991	58.329.097	25.418.926	21.225.760	73.878.423	58.329.356
Renegociados por atraso ⁽¹⁾	3.277.615	2.755.721	12.746.355	7.828.045	3.277.615	2.755.721	12.746.355	7.828.045
Renovados ⁽²⁾	22.139.879	18.469.780	61.130.636	50.501.052	22.141.311	18.470.039	61.132.068	50.501.311
Movimentação dos Créditos Renegociados por Atraso								
Saldo Inicial	25.497.445	22.668.793	23.657.317	22.874.209	25.497.445	22.668.793	23.657.317	22.874.209
Contratações ⁽¹⁾	3.277.615	2.755.721	12.746.355	7.828.045	3.277.615	2.755.721	12.746.355	7.828.045
(Recebimento) e apropriação de juros	(1.857.475)	(1.212.539)	(6.851.738)	(3.493.681)	(1.857.475)	(1.212.539)	(6.851.738)	(3.493.681)
Baixas para prejuízo	(1.444.041)	(1.071.317)	(4.078.390)	(4.067.915)	(1.444.041)	(1.071.317)	(4.078.390)	(4.067.915)
Saldo Final ⁽³⁾	25.473.544	23.140.658	25.473.544	23.140.658	25.473.544	23.140.658	25.473.544	23.140.658
Provisão para créditos da carteira renegociada por atraso			12.943.072	12.248.833			12.943.072	12.248.833
(%) PCLD sobre a carteira renegociada por atraso			50,8%	52,9%			50,8%	52,9%
Inadimplência 90 dias da carteira renegociada por atraso			1.934.645	3.554.053			1.934.645	3.554.053
(%) Inadimplência sobre a carteira renegociada por atraso			7,6%	15,4%			7,6%	15,4%

(1) Créditos renegociados no período para composição de dívidas em virtude de atraso no pagamento pelos clientes.

(2) Créditos renegociados de operações não vencidas para prorrogação, novação, concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

(3) Inclui o valor de R\$ 26.190 mil (R\$ 38.823 mil em 30.09.2019) referente a créditos rurais renegociados. Não está incluído o valor de R\$ 9.793.550 mil (R\$ 8.815.337 mil em 30.09.2019) dos créditos prorrogados da carteira rural com amparo em legislação específica.

j) Informações Complementares

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019
Créditos contratados a liberar	126.638.699	121.564.344	127.215.980	121.903.680
Garantias prestadas ⁽¹⁾	10.532.640	8.308.383	10.134.443	7.993.661
Créditos de exportação confirmados	400.304	273.383	404.121	275.571
Créditos abertos para importação contratados	406.788	351.064	461.166	375.438
Recursos vinculados	327.439	80.924	343.928	92.698

(1) O Banco mantém provisão para garantias financeiras prestadas registrada em Provisões (Nota 21.c).

k) Operações de Crédito por Linha do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT

Linhas do FAT	TADE ⁽¹⁾	30.09.2020	31.12.2019
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		73.289	397.271
Proger Urbano Capital de Giro	01/2016	72.853	394.530
FAT Turismo - Capital de Giro	02/2012	436	2.741
Financiamentos		1.062.918	1.555.034
Proger Urbano Investimento	18/2005	938.899	1.360.858
FAT Taxista	02/2009	117.921	174.361
FAT Turismo - Investimento	01/2012	5.541	15.720
Proger Exportação	27/2005	557	4.095
Financiamentos Rurais		3.282	5.619
Pronaf Investimento	05/2005	2.544	4.303
Proger Rural Investimento	13/2005	518	1.029
Pronaf Custeio	04/2005	218	283
Proger Rural Custeio	02/2006	2	4
Total		1.139.489	1.957.924

(1) TADE: Termo de Alocação de Depósito Especial.

l) Programa Emergencial de Suporte a Empregos (PESE)

Por meio da Resolução CMN n.º 4.846, de 24.08.2020, o Banco Central permitiu a participação das instituições financeiras no Programa Emergencial de Suporte a Empregos, nos termos da Lei n.º 14.043/2020.

As instituições financeiras participantes do PESE podem financiar a folha salarial de empresários, sociedades empresárias e sociedades cooperativas, excetuadas as sociedades de crédito, sendo 15% do valor de cada financiamento custeado com recursos próprios das instituições financeiras participantes e 85% do valor de cada financiamento custeado com recursos da União. O risco de inadimplemento das operações de crédito e as eventuais perdas financeiras decorrentes serão suportados na mesma proporção da participação.

Apresentamos a seguir o saldo das operações de crédito contratadas no âmbito do PESE, assim como a classificação por nível de risco das operações e o montante de provisão constituída para cada nível.

Nível de Risco	% Mínimo de Provisão	30.09.2020			
		Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão complementar ⁽¹⁾	Total
AA		669.940	--	--	--
A	0,5	668	3	--	3
B	1	29.950	300	292	592
C	3	86.936	2.608	3.863	6.471
D	10	156	16	6	22
E	30	402	121	--	121
F	50	--	--	--	--
G	70	--	--	--	--
H	100	--	--	--	--
Total		788.052	3.048	4.161	7.209

(1) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da escala interna de classificação de risco de crédito.

13 - OUTROS ATIVOS

a) Composição

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019
Financeiros	100.356.293	92.767.717	103.516.758	91.852.715
Devedores por depósitos em garantia	53.002.585	51.950.286	53.679.446	52.630.037
Carteira de câmbio (Nota 13.c)	23.223.186	15.961.855	23.273.988	15.986.126
Fundos de destinação do superávit - Previ (Nota 29.f)	9.656.822	9.572.386	9.656.822	9.572.386
Títulos e créditos a receber ⁽¹⁾	2.681.898	3.604.086	3.219.752	4.109.067
Rendas a receber	2.600.769	6.445.082	3.805.633	3.674.305
Fundo de compensação de variações salariais	2.534.550	2.431.268	2.534.550	2.431.268
Demais	6.656.483	2.802.754	7.346.567	3.449.526
Ativo circulante	68.757.031	62.858.024	70.864.155	61.139.165
Ativo não circulante	31.599.262	29.909.693	32.652.603	30.713.550
Não Financeiros	6.297.810	6.044.802	6.901.124	4.580.295
Devedores diversos	3.699.681	4.097.239	4.143.393	2.525.747
Bens não de uso próprio e materiais em estoque	786.262	692.110	844.512	760.045
Ativos atuariais	605.450	160.728	605.450	160.728
Créditos específicos ⁽²⁾	392.414	392.414	392.908	392.908
Despesas antecipadas	311.708	262.769	358.598	308.924
Demais	502.295	439.542	556.263	431.943
Ativo circulante	5.221.678	5.398.188	5.731.059	3.914.642
Ativo não circulante	1.076.132	646.614	1.170.065	665.653

(1) Inclui títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional, no montante de R\$ 806.947 mil (R\$ 788.948 mil em 31.12.2019), provenientes de subvenções em operações com recursos do MCR 6-2, MCR 6-4 (Manual de Crédito Rural) e amparadas por legislação específica, a exemplo de Resoluções do CMN, do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Resolução CMN n.º 2.960/2002) e dos Fundos de Desenvolvimento Regionais (FDNE e FDCO). O Banco ainda detém créditos a receber da União, provenientes das operações rurais alongadas e securitizadas ao amparo da Lei n.º 9.138/1995, cedidos por meio da MP n.º 2.196/2001, no montante de R\$ 133.574 mil, em processo de conciliação junto à Secretaria do Tesouro Nacional. O Banco possui obrigações a pagar à União registradas em Outros Passivos – Credores Diversos (Nota 20.a).

(2) Créditos a receber da União, provenientes das operações rurais alongadas e securitizadas ao amparo da Lei n.º 9.138/1995, cedidos por meio da MP n.º 2.196/2001, em processo de conciliação junto à Secretaria do Tesouro Nacional. O Banco possui obrigações a pagar à União registradas em Outras Obrigações – Credores Diversos no País (Nota 20.a).

b) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019
Títulos e créditos a receber	(1.123.343)	(1.116.641)	(1.480.733)	(1.345.719)
Devedores diversos	(864.108)	(609.193)	(864.305)	(609.390)
Rendas a receber	(172.157)	(172.298)	(172.157)	(172.298)
Demais	(67.667)	(67.746)	(67.667)	(67.746)
Total	(2.227.275)	(1.965.878)	(2.584.862)	(2.195.153)

Movimentação da Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

	BB Banco Múltiplo				BB Consolidado			
	3º Trimestre/2020	3º Trimestre/2019	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019	3º Trimestre/2020	3º Trimestre/2019	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019
Saldo Inicial	(2.188.137)	(1.821.803)	(1.965.878)	(2.265.367)	(2.443.391)	(2.042.664)	(2.195.153)	(2.418.364)
(Constituição)/reversão	(39.194)	(113.693)	(262.865)	329.225	(141.612)	(119.150)	(384.148)	253.835
Variação cambial – provisões no exterior	--	184	--	203	133	(195)	(6.297)	2.242
Baixas para prejuízo/outros ajustes	56	4.990	1.468	5.617	8	6.031	736	6.309
Saldo Final	(2.227.275)	(1.930.322)	(2.227.275)	(1.930.322)	(2.584.862)	(2.155.978)	(2.584.862)	(2.155.978)

c) Carteira de Câmbio

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019
Outros ativos financeiros				
Câmbio comprado a liquidar	20.528.620	15.277.485	20.556.823	15.277.485
Cambiais e documentos a prazo em moedas estrangeiras	69.637	49.759	69.637	49.759
Direitos sobre vendas de câmbio	24.842.753	16.058.047	24.865.352	16.082.318
(Adiantamentos em moeda nacional/estrangeira recebidos)	(22.218.636)	(15.424.590)	(22.218.636)	(15.424.590)
Valores em moedas estrangeiras a receber	812	1.154	812	1.154
Total	23.223.186	15.961.855	23.273.988	15.986.126
Ativo circulante	23.218.696	15.956.182	23.269.498	15.980.453
Ativo não circulante	4.490	5.673	4.490	5.673
Outros Passivos Financeiros (Nota 20.a)				
Câmbio vendido a liquidar	31.279.510	16.612.793	31.279.558	16.628.955
Obrigações por compras de câmbio	17.770.108	15.107.873	17.820.929	15.115.959
(Adiantamentos sobre contratos de câmbio) (Nota 12.a)	(14.100.558)	(12.205.192)	(14.100.558)	(12.205.192)
Valores em moedas estrangeiras a pagar	2.022	1.197	71.989	52.511
Total	34.951.082	19.516.671	35.071.918	19.592.233
Passivo circulante	34.951.082	10.009.003	35.071.918	10.084.565
Passivo não circulante	--	9.507.668	--	9.507.668
Carteira de Câmbio Líquida	(11.727.896)	(3.554.816)	(11.797.930)	(3.606.107)
Contas de Compensação				
Créditos abertos para importação	569.151	439.700	623.529	464.074
Créditos de exportação confirmados	400.304	273.383	404.121	275.571

d) Resultado de Outros Ativos Financeiros

	BB Banco Múltiplo				BB Consolidado			
	3º Trimestre/2020	3º Trimestre/2019	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019	3º Trimestre/2020	3º Trimestre/2019	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019
Resultado de Operações de Câmbio	(380.241)	518.250	(138.988)	792.945	(355.530)	577.183	(170.454)	951.078
Demais	37.858	39.466	112.071	(84.920)	37.858	39.468	112.069	(84.920)
Total	(342.383)	557.716	(26.917)	708.025	(317.672)	616.651	(58.385)	866.158

14 - INVESTIMENTOS
a) Movimentações nas Participações em Controladas, Coligadas e Controladas em Conjunto

	BB Banco Múltiplo											
	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro/(Prejuízo) líquido	Quantidade de Ações (em milhares)		Participação do Capital Social %	Saldo contábil	Movimentações - 01.01 a 30.09.2020			Saldo contábil	Resultado de equivalência
			01.01 a 30.09.2020	Ordinárias	Preferenciais			31.12.2019	Dividendos	Outros eventos ⁽¹⁾		
No País							23.029.635	(1.488.104)	(43.805)	4.632.169	26.129.895	6.939.279
BB Elo Cartões Participações S.A.	7.734.513	9.532.899	486.120	17.703	--	100,00%	9.009.550	--	37.890	485.459	9.532.899	605.472
BB Seguridade Participações S.A. ⁽²⁾⁽³⁾	3.396.767	5.703.833	2.941.011	1.325.000	--	66,36%	3.044.982	(1.159.713)	(52.013)	1.951.902	3.785.158	3.519.110
BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	3.261.860	4.772.925	50.214	3.000	--	100,00%	4.731.770	(9.059)	--	50.214	4.772.925	124.693
Banco Votorantim S.A. ⁽⁴⁾	8.130.372	10.652.101	717.695	26.880.148	25.815.588	50,00%	4.949.987	(25.795)	37.538	359.922	5.321.652	515.893
BB Banco de Investimento S.A.	376.000	651.748	291.029	3.790	--	100,00%	468.953	(41.697)	(65.717)	290.209	651.748	642.618
BB Tecnologia e Serviços ⁽⁴⁾	254.655	202.725	(107.557)	248.458	248.586	99,99%	298.253	--	--	(105.993)	192.260	41.689
BB Administradora de Consórcios S.A.	280.583	654.203	430.288	14	--	100,00%	280.582	(56.667)	--	430.288	654.203	448.393
BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	109.698	1.095.710	1.159.212	100.000	--	100,00%	133.174	(195.173)	(1.503)	1.159.212	1.095.710	1.028.891
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	9.300	43.559	19.227	398.158	--	100,00%	24.332	--	--	19.227	43.559	20.041
Outras Participações							88.052	--	--	(8.271)	79.781	(7.521)
No Exterior							5.104.947	(1.489.881)	(3.978.070)	6.519.701	6.156.697	1.654.554
Banco Patagonia S.A.	53.253	2.531.184	1.095.779	578.117	--	80,39%	1.476.498	(512.924)	190.339	880.891	2.034.804	715.051
BB Cayman Islands Holding	1.359.538	1.652.987	70.311	241.023	--	100,00%	1.819.191	(976.957)	740.442	70.311	1.652.987	36.656
Banco do Brasil AG	421.779	1.301.345	(34.149)	638	--	100,00%	921.264	--	414.230	(34.149)	1.301.345	8.833
BB Securities LLC	28.204	471.171	20.377	5	--	100,00%	321.961	--	128.833	20.377	471.171	14.006
Banco do Brasil Americas ⁽⁵⁾	346.903	374.838	12.674	11.086	--	100,00%	231.576	--	104.938	12.672	349.186	12.262
BB USA Holding Company	--	1.002	(29)	--	--	100,00%	737	--	294	(29)	1.002	--
Ágio na aquisição de investimentos no exterior							333.720	--	12.482	--	346.202	--
Ganhos/(perdas) cambiais nas agências							--	--	(4.442.993)	4.442.993	--	716.896
Ganhos/(perdas) cambiais nas coligadas e controladas							--	--	(1.094.061)	1.094.061	--	143.946
Ganhos/(perdas) cambiais em outras participações							--	--	(32.574)	32.574	--	6.904
Total das Participações em Controladas, Coligadas e Controladas em Conjunto							28.134.582	(2.977.985)	(4.021.875)	11.151.870	32.286.592	8.593.833
(Provisão para perdas)							(228)	--	--	--	(228)	--

(1) Referem-se basicamente a variação cambial sobre investimentos no exterior e a ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.

(2) Em 30.09.2020, o valor de mercado da ação da BB Seguridade S.A. foi de R\$ 24,27.

(3) Refere-se ao percentual de participação efetiva, considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria.

(4) Excluído resultado não realizado decorrente de transações com o Banco Múltiplo.

(5) Incluída a provisão para perda por redução ao valor recuperável (impairment) sobre o investimento no Banco do Brasil Americas no valor de R\$ 25.651 mil, constituída em exercícios anteriores.

	BB Consolidado											
	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro/(Prejuízo) líquido	Quantidade de Ações (em milhares)		Participação do Capital Social %	Saldo contábil	Movimentações - 01.01 a 30.09.2020			Saldo contábil	Resultado de equivalência
			01.01 a 30.09.2020	Ordinárias	Preferenciais		31.12.2019	Dividendos	Outros eventos ⁽¹⁾	Resultado de equivalência	30.09.2020	01.01 a 30.09.2019
No País							14.356.662	(1.855.930)	170.559	2.171.023	14.842.314	3.066.887
Banco Votorantim S.A. ⁽²⁾	8.130.372	10.652.101	717.695	26.880.148	25.815.588	50,00%	4.949.987	(25.795)	37.538	359.922	5.321.652	515.893
Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. ⁽³⁾	414.000	12.136.008	250.290	2.397.200	1.198.600	30,00%	3.668.271	(102.539)	--	75.071	3.640.803	138.492
Cielo S.A. ⁽²⁾⁽⁴⁾	5.700.000	11.189.293	283.632	778.320	--	28,75%	3.121.102	(18.486)	114.590	31.571	3.248.777	341.907
Brasilprev Seguros e Previdência S.A. ⁽²⁾⁽⁵⁾	1.729.259	3.242.960	791.610	572	1.145	75,00%	2.426.192	(623.901)	(696)	592.454	2.394.049	745.104
BB Mapfre Participações S.A. ⁽⁵⁾	1.469.848	1.462.965	1.053.515	944.858	1.889.339	74,99%	1.171.609	(780.421)	(84.140)	790.030	1.097.078	820.790
Brasilcap Capitalização S.A. ⁽⁵⁾	231.264	452.910	126.246	107.989	107.989	66,66%	321.183	(63.639)	(39.789)	84.155	301.910	55.367
Neoenergia S.A. ⁽⁶⁾	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	92.584
Elo Participações S.A. ⁽⁷⁾	1.052.000	2.888.458	486.416	525.895	--	49,99%	1.429.932	(228.034)	665	241.377	1.443.940	243.806
UBS BB Serviços de Assessoria Financeira e Participações S.A. ⁽⁸⁾	2.300.491	1.369.726	24.502	1.954.245	--	49,99%	--	--	684.726	--	684.726	--
Outras Participações ⁽⁹⁾							184.405	(13.115)	55.536	(3.557)	223.269	112.944
Ágio/(Deságio) na aquisição de investimentos							(1.561)	--	--	--	(1.561)	--
Resultado não realizado ⁽¹⁰⁾							(2.914.458)	--	(597.871)	--	(3.512.329)	--
No Exterior							333.720	--	12.482	--	346.202	--
Ágio na aquisição de investimentos no exterior							333.720	--	12.482	--	346.202	--
Total das Participações em Coligadas e Controladas em Conjunto							14.690.382	(1.855.930)	183.041	2.171.023	15.188.516	3.066.887
(Provisão para perdas)							(22.240)	--	920	--	(21.320)	--

(1) Referem-se basicamente a reestruturações societárias e ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.

(2) Excluído resultado não realizado decorrente de transações com o BB Banco Múltiplo.

(3) Participação indireta do Banco na Cateno, por meio de sua controlada BB Elo Cartões Participações S.A. A participação total do Banco é de 50,13%, em virtude de a Cielo S.A. deter 70% de participação direta na Cateno.

(4) Refere-se ao percentual de participação efetiva, considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria.

(5) Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. Inclui ajustes de harmonização de práticas contábeis.

(6) Investimento alienado em junho de 2019.

(7) A equivalência patrimonial da Elo Participações S.A. é calculada na proporção da contribuição mensal da BB Elo Cartões nos negócios da empresa, conforme acordo de 01.11.2017, entre a BB Elo Cartões e a Bradescard.

(8) Companhia oriunda da parceria estratégica entre o BB-Banco de Investimentos S.A. e o UBS A.G. para atuação em atividades de banco de investimentos e de corretora de valores mobiliários (Nota 5).

(9) Inclui a alienação do investimento no IRB Brasil Resseguros, ocorrida em julho de 2019.

(10) Contempla o resultado não realizado proveniente da parceria estratégica entre a BB Elo Cartões e a Cielo, constituindo a Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A, e o resultado não realizado decorrente da parceria estratégica entre o BB-BI e o UBS A.G.

b) Informações Financeiras Resumidas das Coligadas e Controladas em Conjunto e não Ajustadas pelos Percentuais de Participação Detidos pelo Banco

Balanco Patrimonial	30.09.2020						
	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Banco Votorantim S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	BB Mapfre Participações S.A.	Cielo S.A.	Demais Participações	Total
Ativo Total	301.392.783	121.327.164	12.757.707	15.765.771	81.158.087	17.543.619	549.945.131
Disponibilidades	61.634	323.023	560	10.751	240.383	1.115.518	1.751.869
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	11.035.672	56.674	--	--	16.395	11.108.741
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (IFD)	299.701.164	40.062.568	2.545.204	6.440.244	3.546.608	8.602.114	360.897.902
Operações de crédito	--	47.976.582	--	--	--	--	47.976.582
Outros créditos e outros valores e bens	1.394.267	19.475.204	721.659	9.295.221	64.463.308	4.955.611	100.305.270
Permanente	235.718	2.454.115	9.433.610	19.555	12.907.788	2.853.981	27.904.767
Passivo Total	298.149.823	110.675.064	621.699	14.302.806	69.968.794	12.986.037	506.704.223
Depósitos, captações, empréstimos, IFD e demais repasses	--	90.770.060	--	--	61.049.734	--	151.819.794
Outras obrigações	298.149.823	19.905.004	621.699	14.302.806	8.919.060	12.986.037	354.884.429
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	297.605.455	--	--	10.550.675	--	8.173.699	316.329.829
Dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital e dívida	--	112.013	--	--	--	--	112.013
Demais	544.368	19.792.991	621.699	3.752.131	8.919.060	4.812.338	38.442.587
Patrimônio Líquido	3.242.960	10.652.100	12.136.008	1.462.965	11.189.293	4.557.582	43.240.908
% de Participação	75,00%	50,00%	30,00%	74,99%	28,75%	--	--
Patrimônio Líquido (proporcional à participação)	2.432.058	5.326.050	3.640.803	1.097.078	3.216.922	2.152.504	17.865.415
Ágio/(Deságio) na aquisição de investimentos	(1.561)	--	--	--	--	346.202	344.641
Outros valores ⁽¹⁾	(38.009)	(4.398)	(3.512.329)	--	31.855	501.341	(3.021.540)
Saldo do investimento	2.392.488	5.321.652	128.474	1.097.078	3.248.777	3.000.047	15.188.516

(1) Referem-se, principalmente, a resultados não realizados e a ajustes de exercícios anteriores e de harmonização de práticas contábeis das empresas não financeiras ao Cosif.

Demonstração do Resultado	01.01 a 30.09.2020						
	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Banco Votorantim S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	BB Mapfre Participações S.A.	Cielo S.A.	Demais Participações	Total
Resultado bruto da intermediação financeira	18.984	2.120.504	--	224.341	493.959	186.889	3.044.677
Receitas de prestação de serviços	2.160.104	409.819	2.044.428	--	6.194.751	3.999.300	14.808.402
Outras despesas administrativas	(152.602)	(1.117.044)	(613.168)	(191.532)	(746.494)	(3.201.845)	(6.022.685)
Outras receitas/despesas operacionais	(724.568)	(1.278.362)	(1.050.027)	1.403.050	(5.297.882)	(10.827)	(6.958.616)
Resultado não operacional	--	(4.964)	--	1.198	(35.686)	(59.402)	(98.854)
Resultado antes da tributação	1.301.918	129.953	381.233	1.437.057	608.648	914.115	4.772.924
Tributação sobre o lucro e participações	(510.308)	587.742	(130.943)	(383.542)	(325.016)	(79.111)	(841.178)
Lucro Líquido	791.610	717.695	250.290	1.053.515	283.632	835.004	3.931.746
% de Participação	75,00%	50,00%	30,00%	74,99%	28,73%	0,00%	--
Lucro Líquido (proporcional à participação)	593.668	358.848	75.087	790.030	81.483	361.443	2.260.559
Outros valores ⁽¹⁾	(1.214)	1.074	(16)	--	(49.912)	(39.468)	(89.536)
Resultado de equivalência patrimonial	592.454	359.922	75.071	790.030	31.571	321.975	2.171.023

(1) Referem-se, principalmente, a resultados não realizados e a ajustes de exercícios anteriores e de harmonização de práticas contábeis das empresas não financeiras ao Cosif.

Balanco Patrimonial	31.12.2019						
	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Banco Votorantim S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	BB Mapfre Participações S.A. - Brasilseg	Cielo S.A.	Demais Participações	Total
Ativo Total	295.002.727	96.885.219	12.990.633	14.646.376	94.882.641	17.378.609	531.786.205
Disponibilidades	3.474	271.869	623	14.931	93.247	1.060.726	1.444.870
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	3.830.434	125.350	--	--	28.943	3.984.727
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (IFD)	292.318.871	29.392.863	2.188.724	7.203.815	8.065.191	8.888.013	348.057.477
Operações de crédito	--	46.168.114	--	--	--	--	46.168.114
Outros créditos e outros valores e bens	2.452.332	15.058.340	955.022	7.192.984	75.378.931	5.045.070	106.082.679
Permanente	228.050	2.163.599	9.720.914	234.646	11.345.272	2.355.857	26.048.338
Passivo Total	291.718.527	86.974.296	763.062	13.084.022	84.049.732	12.227.885	488.817.524
Depósitos, captações, empréstimos, IFD e demais repasses	--	72.533.804	--	--	70.311.923	15.000	142.860.727
Outras obrigações	291.718.527	14.440.492	763.062	13.084.022	13.737.809	12.212.885	345.956.797
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	289.811.313	--	--	9.654.221	--	8.587.810	308.053.344
Dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital e dívida	--	3.247.094	--	--	--	--	3.247.094
Demais	1.907.214	11.193.398	763.062	3.429.801	13.737.809	3.625.075	34.656.359
Patrimônio Líquido	3.284.200	9.910.923	12.227.571	1.562.354	10.832.909	5.150.724	42.968.681
% de Participação	75,00%	50,00%	30,00%	74,99%	28,69%	--	--
Patrimônio Líquido (proporcional à participação)	2.462.986	4.955.462	3.668.271	1.171.609	3.108.124	2.347.025	17.713.477
Ágio/(Deságio) na aquisição de investimentos	(1.561)	--	--	--	--	333.720	332.159
Outros valores ⁽¹⁾	(36.794)	(5.475)	(2.914.458)	--	12.978	(411.505)	(3.355.254)
Saldo do investimento	2.424.631	4.949.987	753.813	1.171.609	3.121.102	2.269.240	14.690.382

(1) Referem-se, principalmente, a resultados não realizados e a ajustes de exercícios anteriores e de harmonização de práticas contábeis das empresas não financeiras ao Cosif.

Demonstração do Resultado	01.01 a 30.09.2019						
	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Banco Votorantim S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	BB Mapfre Participações S.A. - Brasilseg	Cielo S.A.	Demais Participações	Total
Resultado bruto da intermediação financeira	412.266	2.815.321	--	312.515	477.710	1.103.035	5.120.847
Receitas de prestação de serviços	2.103.244	381.108	2.243.380	--	4.453.782	3.869.075	13.050.589
Outras despesas administrativas	(203.140)	(1.043.761)	(641.682)	(190.829)	(564.546)	(3.304.235)	(5.948.193)
Outras receitas/despesas operacionais	(713.775)	(532.576)	(898.674)	1.432.360	(2.612.413)	1.239.709	(2.085.369)
Resultado não operacional	(470)	7.338	--	210	(8.147)	(87.122)	(88.191)
Resultado antes da tributação	1.598.125	1.627.430	703.024	1.554.256	1.746.386	2.820.462	10.049.683
Tributação sobre o lucro e participações	(646.240)	(584.281)	(241.346)	(451.246)	(423.385)	(237.516)	(2.584.014)
Lucro Líquido	951.885	1.043.149	461.678	1.103.010	1.323.001	2.582.946	7.465.669
% de Participação	74,99%	50,00%	30,00%	74,99%	28,69%	--	--
Lucro Líquido (proporcional à participação)	713.866	521.575	138.503	827.147	379.503	651.838	3.232.432
Outros valores ⁽¹⁾	31.238	(5.682)	(11)	(6.357)	(37.596)	(147.137)	(165.545)
Resultado de equivalência patrimonial	745.104	515.893	138.492	820.790	341.907	504.701	3.066.887

(1) Referem-se, principalmente, a resultados não realizados e a ajustes de exercícios anteriores e de harmonização de práticas contábeis das empresas não financeiras ao Cosif.

c) Outros Investimentos

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019
Investimentos por incentivos fiscais	9.877	10.821	62.912	63.856
Títulos patrimoniais	57	57	57	57
Ações e cotas	73.968	73.925	87.538	84.514
Outros investimentos	3.094	3.022	3.985	3.709
Outras participações no exterior	128.680	96.103	214.050	168.424
Total	215.676	183.928	368.542	320.560
(Provisão para perdas)	(37.727)	(20.370)	(46.610)	(29.253)

d) Ágios na Aquisição de Investimentos

Movimentação dos ágios	BB Banco Múltiplo				BB Consolidado			
	3º Trimestre/2020	3º Trimestre/2019	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019	3º Trimestre/2020	3º Trimestre/2019	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019
Saldo Inicial	370.856	460.262	333.720	572.809	370.856	551.089	333.720	761.060
Reduções	--	--	--	--	--	(5.968)	--	(5.968)
Amortizações ⁽¹⁾	(6.886)	(8.513)	(21.368)	(29.405)	(6.886)	(50.819)	(21.368)	(169.135)
Variação cambial ⁽²⁾	(17.768)	(84.697)	33.850	(176.352)	(17.768)	(84.697)	33.850	(176.352)
Saldo Final	346.202	367.052	346.202	367.052	346.202	409.605	346.202	409.605

(1) Registradas em Outras Despesas Administrativas.

(2) Incidente sobre o ágio do Banco Patagonia.

e) Expectativa de Amortização dos Ágios

	2020	2021	2022	Após 2022	Total
Banco Patagonia ⁽¹⁾	6.960	27.841	27.841	241.365	304.007
Efeitos tributários	(3.132)	(12.528)	(12.528)	(108.614)	(136.802)
Total Líquido	3.828	15.313	15.313	132.751	167.205

(1) O ágio a ser amortizado não considera o montante de R\$ 42.195 mil referente ao ativo intangível de vida útil indefinida e outros ativos não passíveis de amortização.

(2) 25% de IRPJ e 20% de CSLL para as empresas financeiras.

A expectativa de amortização dos ágios gerados nas aquisições de participações societárias respalda-se em projeções de resultado que fundamentaram os negócios, elaboradas por empresas especializadas ou por área técnica do Banco, contemplando os prazos das estimativas e taxas de desconto utilizadas na apuração do valor presente líquido dos fluxos de caixa esperados.

f) Teste de Valor Recuperável dos Ágios

O valor recuperável dos ágios na aquisição de investimentos é determinado com base no valor em uso, calculado pela metodologia de Fluxo de Caixa Descontado, que se fundamenta na projeção de um fluxo de caixa para a empresa investida (unidade geradora de caixa) e na determinação da taxa que irá descontar esse fluxo. Para avaliação dos bancos, foi utilizada a metodologia de Fluxo de Caixa Livre para o Acionista, descontado pelo custo de capital próprio apurado para cada instituição.

As premissas adotadas para estimar esse fluxo são baseadas em informações públicas, no orçamento e no plano de negócios das empresas avaliadas. As premissas consideram o desempenho atual e passado, bem como o crescimento esperado no respectivo mercado de atuação e em todo ambiente macroeconômico.

O fluxo de caixa da empresa relacionada a seguir foi projetado pelo período de 5 anos e 6 meses, perpetuando-se a partir do último período, com taxa de crescimento estabilizada. Para os períodos de fluxo de caixa excedentes aos prazos das projeções dos orçamentos ou planos de negócios, as estimativas de crescimento utilizadas estão em linha com aquelas adotadas pela empresa. A taxa de desconto nominal foi calculada, ano a ano, com base no modelo Capital Asset Pricing Model – CAPM ajustado ao mercado e a moeda de cada país.

Empresas (Unidades Geradoras de Caixa)	Taxa de Crescimento a.a. ⁽¹⁾	Taxa de Desconto a.a. ⁽²⁾
Banco Patagonia	7,0%	30,2%

(1) Crescimento nominal na perpetuidade.

(2) Média geométrica das projeções utilizadas nas Avaliações Econômicas.

De acordo com a análise de sensibilidade realizada, não há a indicação de que mudanças em premissas possam fazer o valor contábil da unidade geradora de caixa exceder o seu respectivo valor recuperável.

Nos períodos apresentados, não houve reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável sobre os ágios na aquisição dos investimentos.

15 - IMOBILIZADO DE USO

	BB Banco Múltiplo							
	Taxa anual de depreciação	31.12.2019	01.01 a 30.09.2020		30.09.2020			
		Saldo contábil	Movimentações	Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	Perdas por redução ao valor recuperável	Saldo contábil
Edificações	4 a 10%	3.393.051	354.458	(297.246)	8.265.266	(4.792.669)	(22.334)	3.450.263
Móveis e equipamentos	10%	1.617.473	121.513	(216.376)	3.608.250	(2.085.602)	(38)	1.522.610
Equipamentos de processamento de dados	10 a 20%	1.359.233	539.784	(375.768)	4.517.621	(2.994.372)	--	1.523.249
Imobilizações em curso	--	648.437	(73.494)	--	574.943	--	--	574.943
Terrenos	--	323.083	(652)	--	322.431	--	--	322.431
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	214.879	21.169	(34.177)	655.074	(453.199)	(4)	201.871
Instalações	10%	138.943	14.367	(21.707)	1.019.608	(888.005)	--	131.603
Veículos	10%	2.882	(37)	(572)	8.668	(6.395)	--	2.273
Imobilizado em estoque	--	895	(12)	--	883	--	--	883
Total		7.698.876	977.096	(945.846)	18.972.744	(11.220.242)	(22.376)	7.730.126

	BB Consolidado								
	Taxa anual de depreciação	31.12.2019	01.01 a 30.09.2020			30.09.2020			
		Saldo contábil	Movimentações	Depreciação	Reversão de perdas	Valor de custo	Depreciação acumulada	Perdas por redução ao valor recuperável	Saldo contábil
Edificações	4 a 10%	3.428.531	360.858	(302.661)	325	8.350.951	(4.841.564)	(22.334)	3.487.053
Móveis e equipamentos	10%	1.719.029	120.042	(234.363)	--	3.776.300	(2.171.429)	(163)	1.604.708
Equipamentos de processamento de dados	10 a 20%	1.362.266	591.348	(382.239)	697	4.641.088	(3.068.791)	(225)	1.572.072
Imobilizações em curso	--	661.397	(68.243)	--	--	593.154	--	--	593.154
Terrenos	--	331.533	(335)	--	--	331.198	--	--	331.198
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	222.350	8.630	(34.177)	--	659.919	(463.112)	(4)	196.803
Instalações	10%	152.410	5.326	(21.805)	--	1.028.386	(892.455)	--	135.931
Veículos	10%	4.284	77	(901)	--	10.891	(7.431)	--	3.460
Imobilizado em estoque	--	895	(12)	--	--	883	--	--	883
Total		7.882.695	1.017.691	(976.146)	1.022	19.392.770	(11.444.782)	(22.726)	7.925.262

16 - INTANGÍVEL
a) Movimentação e Composição

	BB Banco Múltiplo										
		31.12.2019	01.01 a 30.09.2020					30.09.2020			
	Taxa anual de amortização	Saldo contábil	Aquisições	Variação cambial	Baixas	Amortização	Reversão de perdas ⁽¹⁾	Valor de custo	Amortização acumulada	Perdas por redução ao valor recuperável	Saldo contábil
Direitos de gestão de folhas de pagamento ⁽²⁾	Contrato	3.257.872	1.225.155	--	(17.917)	(1.038.420)	118	7.879.503	(3.447.613)	(1.005.082)	3.426.808
Softwares	10%	2.496.267	614.807	22.327	(14.885)	(273.001)	--	5.610.511	(2.764.996)	--	2.845.515
Outros ativos intangíveis	Contrato	30.217	375.000	--	(368.750)	(16.422)	--	38.597	(14.091)	(4.461)	20.045
Total		5.784.356	2.214.962	22.327	(401.552)	(1.327.843)	118	13.528.611	(6.226.700)	(1.009.543)	6.292.368

	BB Consolidado										
		31.12.2019	01.01 a 30.09.2020					30.09.2020			
	Taxa anual de amortização	Saldo contábil	Aquisições	Variação Cambial	Baixas	Amortização	Reversão de perdas ⁽¹⁾	Valor de custo	Amortização acumulada	Perdas por redução ao valor recuperável	Saldo contábil
Direitos de gestão de folhas de pagamento ⁽²⁾	Contrato	3.257.872	1.225.155	--	(17.917)	(1.038.420)	118	7.879.503	(3.447.613)	(1.005.082)	3.426.808
Softwares	10%	2.632.460	653.220	63.517	(144.146)	(285.669)	20	5.754.694	(2.835.291)	(1)	2.919.402
Outros ativos intangíveis	Contrato	30.217	375.000	--	(368.750)	(16.422)	--	38.597	(14.091)	(4.461)	20.045
Total		5.920.549	2.253.375	63.517	(530.813)	(1.340.511)	138	13.672.794	(6.296.995)	(1.009.544)	6.366.255

(1) Os valores das reversões de perdas são registrados em outras receitas operacionais na demonstração do resultado.

(2) Os valores de aquisições e baixas incluem contratos renegociados no período, em que o valor do novo contrato é ativado e o valor do contrato anterior é baixado sem impacto no resultado.

b) Estimativa de Amortização

	BB Banco Múltiplo						
	4º Trimestre/2020	2021	2022	2023	2024	Após 2024	Total
Valores a amortizar	423.625	1.445.493	1.108.196	834.947	781.680	1.698.427	6.292.368

	BB Consolidado						
	4º Trimestre/2020	2021	2022	2023	2024	Após 2024	Total
Valores a amortizar	425.473	1.452.882	1.115.585	842.336	789.069	1.740.910	6.366.255

17 - RECURSOS DE CLIENTES
a) Depósitos

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019
Depósitos à vista	86.583.485	68.570.333	90.714.579	71.066.575
Pessoas físicas	47.284.722	36.473.942	48.330.583	37.199.373
Pessoas jurídicas	23.495.811	20.239.410	26.744.301	22.098.179
Governos	1.768.031	2.020.811	1.768.031	2.020.811
Vinculados	11.088.880	7.454.902	11.102.090	7.500.959
Moedas estrangeiras	653.887	648.824	653.887	648.824
Ligadas	935.165	397.592	843.755	323.618
Instituições do sistema financeiro	894.390	526.188	813.332	466.974
Especiais do Tesouro Nacional	246.884	170.968	246.884	170.968
Domiciliados no exterior	41.708	87.690	37.709	84.075
Outros	174.007	550.006	174.007	552.794
Depósitos de poupança	210.008.950	180.942.854	210.008.950	180.942.854
Pessoas físicas	202.579.445	174.201.660	202.579.445	174.201.660
Pessoas jurídicas	7.022.228	6.355.740	7.022.228	6.355.740
Ligadas	390.555	368.622	390.555	368.622
Instituições do sistema financeiro	16.722	16.832	16.722	16.832
Depósitos a prazo	252.810.099	223.969.826	268.757.791	232.749.707
Judiciais	160.070.840	153.943.823	160.232.573	154.065.246
Moeda nacional	71.779.534	52.257.226	71.779.534	52.257.226
Moedas estrangeiras	13.163.997	9.741.385	28.949.956	18.399.844
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (Nota 17.d)	1.828.695	2.465.968	1.828.695	2.465.968
Funproger (Nota 17.e)	469.622	456.613	469.622	456.613
Garantias de terceiros ⁽¹⁾	1.941.002	1.650.490	1.941.002	1.650.490
Regime especial ⁽²⁾	2.341.925	2.219.742	2.341.925	2.219.742
Outros	1.214.484	1.234.579	1.214.484	1.234.578
Outros Depósitos	390.773	243.169	390.773	243.169
Total	549.793.307	473.726.182	569.872.093	485.002.305
Passivo circulante	483.748.894	427.072.395	503.075.491	437.802.883
Passivo não circulante	66.044.413	46.653.787	66.796.602	47.199.422

(1) Correspondem a acordos de cooperação firmados entre os tribunais ou conselhos para atender às disposições da Resolução n.º 98/2009 do Conselho Nacional de Justiça.

(2) Valores depositados em conta especial dos Tribunais de Justiça, para atender aos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, conforme disposto na Emenda Constitucional n.º 99/2017.

b) Segregação de Depósitos por Prazo de Exigibilidade

	BB Banco Múltiplo						
	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	30.09.2020	31.12.2019
Depósitos a prazo ⁽¹⁾	166.848.006	9.324.658	10.593.022	17.806.195	48.238.218	252.810.099	223.969.826
Depósitos de poupança	210.008.950	--	--	--	--	210.008.950	180.942.854
Depósitos à vista	86.583.485	--	--	--	--	86.583.485	68.570.333
Outros depósitos	390.773	--	--	--	--	390.773	243.169
Total	463.831.214	9.324.658	10.593.022	17.806.195	48.238.218	549.793.307	473.726.182

(1) Inclui o valor de R\$ 67.025.418 mil (R\$ 48.167.226 mil em 31.12.2019), relativo a depósitos a prazo com cláusula de recompra antecipada (compromisso de liquidez), considerados os prazos de vencimento originais.

	BB Consolidado						
	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	30.09.2020	31.12.2019
Depósitos a prazo ⁽¹⁾	166.848.006	23.341.731	11.771.452	18.365.521	48.431.081	268.757.791	232.749.707
Depósitos de poupança	210.008.950	--	--	--	--	210.008.950	180.942.854
Depósitos à vista	90.714.579	--	--	--	--	90.714.579	71.066.575
Outros depósitos	390.773	--	--	--	--	390.773	243.169
Total	467.962.308	23.341.731	11.771.452	18.365.521	48.431.081	569.872.093	485.002.305

(1) Inclui o valor de R\$ 67.025.418 mil (R\$ 48.167.226 mil em 31.12.2019), relativo a depósitos a prazo com cláusula de recompra antecipada (compromisso de liquidez), considerados os prazos de vencimento originais.

c) Despesas com Recursos de Clientes

	BB Banco Múltiplo				BB Consolidado			
	3º Trimestre/2020	3º Trimestre/2019	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019	3º Trimestre/2020	3º Trimestre/2019	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019
Depósitos de poupança	(1.583.813)	(2.991.543)	(5.103.245)	(8.174.956)	(1.583.813)	(2.991.543)	(5.103.245)	(8.174.956)
Depósitos a prazo	(1.350.210)	(3.163.317)	(5.600.073)	(9.748.311)	(1.811.647)	(3.646.485)	(6.707.165)	(11.159.683)
Judiciais	(890.469)	(2.339.694)	(3.731.200)	(7.437.948)	(891.779)	(2.341.154)	(3.733.614)	(7.442.555)
Demais	(459.741)	(823.623)	(1.868.873)	(2.310.363)	(919.868)	(1.305.331)	(2.973.551)	(3.717.128)
Total	(2.934.023)	(6.154.860)	(10.703.318)	(17.923.267)	(3.395.460)	(6.638.028)	(11.810.410)	(19.334.639)

d) Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

	Resolução/ TADE ⁽¹⁾	Devolução de Recursos		30.09.2020			31.12.2019		
		Forma ⁽²⁾	Data inicial	Disponível TMS ⁽³⁾	Aplicado TJLP e TLP ⁽⁴⁾	Total	Disponível TMS ⁽³⁾	Aplicado TJLP e TLP ⁽⁴⁾	Total
Proger Rural e Pronaf				484	11.913	12.397	1.484	12.974	14.458
Pronaf Custeio	04/2005	RA	11/2005	6	135	141	13	155	168
Pronaf Investimento	05/2005	RA	11/2005	291	10.982	11.273	1.211	11.790	13.001
Rural Custeio	02/2006	RA	11/2005	--	1	1	2	1	3
Rural Investimento	13/2005	RA	11/2005	187	795	982	258	1.028	1.286
Proger Urbano				634.005	1.025.060	1.659.065	484.478	1.731.421	2.215.899
Urbano Investimento	18/2005	RA	11/2005	204.921	947.708	1.152.629	224.748	1.338.427	1.563.175
Urbano Capital de Giro	01/2016	RA	06/2016	134.265	71.968	206.233	259.730	392.994	652.724
Urbano Capital de Giro 2020	01/2020	RA	04/2020	294.819	5.384	300.203	--	--	--
Outros				33.703	123.530	157.233	43.690	191.921	235.611
Proger Exportação	27/2005	RA	11/2005	1.110	383	1.493	4.085	3.019	7.104
FAT Taxista	02/2009	RA	09/2009	28.640	117.859	146.499	34.513	173.767	208.280
FAT Turismo Investimento	01/2012	RA	08/2012	3.953	5.288	9.241	5.092	15.135	20.227
Total				668.192	1.160.503	1.828.695	529.652	1.936.316	2.465.968

(1) TADE: Termo de Alocação de Depósito Especial.

(2) RA - Retorno Automático (mensalmente, 2% sobre o saldo total).

(3) Recursos remunerados pela Taxa Média Selic (TMS).

(4) Recursos remunerados: Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para recursos liberados até 31.12.2017 e Taxa de Longo Prazo (TLP) para aqueles liberados a partir de 01.01.2018.

O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei n.º 7.998/1990, vinculado ao Ministério da Economia e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat). O Codefat é um órgão colegiado, de caráter tripartite e paritário, composto por representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do governo, que atua como gestor do FAT.

As principais ações para a promoção do emprego financiadas com recursos do FAT estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei n.º 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais, incorporando, entre outros, o próprio Programa de Geração de Emprego e Renda – Proger, nas modalidades Urbano – Investimento e Capital de Giro, Empreendedor Popular, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, além das linhas especiais tais como FAT taxista, FAT Turismo Investimento e FAT Turismo Capital de Giro.

Os depósitos especiais do FAT alocados junto ao Banco do Brasil, enquanto disponíveis, são remunerados pela Taxa Média Selic (TMS) pro rata die. À medida que são aplicados nos financiamentos, passam a ser remunerados pela TLP (Taxa de Longo Prazo) a partir de 1º de janeiro de 2018 e TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) para os recursos liberados até 31 de dezembro de 2017, durante o período de vigência dos financiamentos. As remunerações sobre os recursos alocados no Banco são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado nas Resoluções Codefat n.º 439/2005, 489/2006 e 801/2017.

e) Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger)

O Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger) é um fundo especial de natureza contábil, criado em 23.11.1999 pela Lei n.º 9.872/1999, alterada pela Lei n.º 10.360/2001 e pela Lei n.º 11.110/2005, regulamentado pela Resolução Codefat n.º 409/2004 e alterações posteriores, gerido pelo Banco do Brasil com a supervisão do Codefat, cujo saldo em 30.09.2020 é de R\$ 469.622 mil (R\$ 456.613 mil em 31.12.2019).

O objetivo do Funproger é conceder aval a empreendedores que não disponham das garantias necessárias para contratação de financiamentos do Proger Urbano e do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), mediante o pagamento de uma comissão para a concessão de aval. Para formação do patrimônio do Funproger, foram aportados recursos provenientes da diferença entre a aplicação da TMS e a TJLP na remuneração dos saldos disponíveis de depósitos especiais do FAT. Outras fontes de recursos que compõem o Fundo são as receitas decorrentes de sua operacionalização e a remuneração de suas disponibilidades pelo Banco do Brasil, gestor do Fundo.

18 - RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

a) Composição

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019
Captações no mercado aberto (b)	583.107.662	422.258.227	569.103.108	404.355.327
Obrigações por empréstimos e repasses (c)	164.527.730	154.165.316	74.653.429	78.875.614
Depósitos interfinanceiros	27.527.523	29.225.667	28.280.361	29.128.475
Obrigações por operações vinculadas a cessão	275.550	330.526	275.550	330.526
Total	775.438.465	605.979.736	672.312.448	512.689.942
Passivo circulante	660.011.846	502.329.225	636.725.531	469.932.087
Passivo não circulante	115.426.619	103.650.511	35.586.917	42.757.855

b) Captações no Mercado Aberto

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019
Carteira Própria	52.408.436	55.292.888	44.444.856	43.366.024
Títulos privados	11.337.926	12.957.635	11.337.926	12.957.635
Letras do Tesouro Nacional	--	23.462	--	23.462
Letras Financeiras do Tesouro	34.990.337	38.003.792	31.704.228	29.347.224
Títulos no exterior	6.080.173	4.307.999	1.402.702	1.037.703
Carteira de Terceiros	530.699.226	366.965.339	524.658.252	360.989.303
Letras Financeiras do Tesouro	330.082.221	339.310.200	324.182.364	333.424.753
Letras do Tesouro Nacional	38.699.511	26.514.556	38.601.254	26.514.556
Notas do Tesouro Nacional	161.917.494	1.049.994	161.874.634	1.049.994
Títulos no exterior	--	90.589	--	--
Total	583.107.662	422.258.227	569.103.108	404.355.327
Passivo circulante	572.733.641	405.013.048	563.412.211	390.523.489
Passivo não circulante	10.374.021	17.245.179	5.690.897	13.831.838

c) Obrigações por Empréstimos e Repasses

Obrigações por Empréstimos

	BB Banco Múltiplo					30.09.2020	31.12.2019
	até 90 dias	de 91 a 360 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	--		
No Exterior	4.912.024	12.454.418	48.857.190	--	--	66.223.632	62.955.142
Tomados junto ao Grupo BB no exterior	--	3.251.469	46.575.113	--	--	49.826.582	45.810.616
Tomados junto a banqueiros no exterior	4.840.271	9.127.852	2.282.077	--	--	16.250.200	17.047.390
Importação	71.753	75.097	--	--	--	146.850	97.136
Total	4.912.024	12.454.418	48.857.190	--	--	66.223.632	62.955.142
Passivo circulante						17.366.442	18.275.893
Passivo não circulante						48.857.190	44.679.249

	BB Consolidado					30.09.2020	31.12.2019
	até 90 dias	de 91 a 360 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	--		
No Exterior	5.768.716	9.243.687	2.285.134	141.019	--	17.438.556	17.966.872
Tomados junto a banqueiros no exterior	5.696.966	9.168.593	2.285.134	141.019	--	17.291.712	17.869.740
Importação	71.750	75.094	--	--	--	146.844	97.132
Total	5.768.716	9.243.687	2.285.134	141.019	--	17.438.556	17.966.872
Passivo circulante						15.012.403	15.966.594
Passivo não circulante						2.426.153	2.000.278

Obrigações por Repasses
Do País - Instituições Oficiais

Programas	Taxas de Atualização	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
		30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019
Tesouro Nacional - Crédito Rural		188.371	167.215	188.371	167.215
Pronaf	TMS (se disponível) ou Pré 0,50% a.a. a 4,00% a.a. (se aplicado)	31.171	16.968	31.171	16.968
Cacau	IGP-M + 8,00% a.a. ou TJLP + 0,60% a.a. ou Pré 6,35% a.a.	141.822	136.518	141.822	136.518
Recoop	Pré 5,75% a.a. a 8,25% a.a. ou IGP-DI + 1,00% a.a. ou IGP-DI + 2,00% a.a.	10.770	10.770	10.770	10.770
Outros		4.608	2.959	4.608	2.959
BNDES	Pré 0,00% a.a. a 8,00% a.a. TJLP + 0,00% a.a. a 4,00% a.a. IPCA + 7,02% a.a. a 9,41% a.a. Selic + 2,08% a.a. Var. Camb. + 0,90% a.a. a 3,00% a.a. TLP + 1,30% a.a. a 2,10% a.a.	16.849.103	17.838.581	16.849.103	17.838.581
Caixa Econômica Federal	Pré 4,89% a.a. (média)	30.595.961	30.936.767	30.595.961	30.936.767
Finame	Pré 0,00% a.a. a 8,50% a.a. TJLP + 0,90% a.a. a 4,00% a.a. Var. Camb. + 1,40% a.a. a 3,00% a.a. Selic + 2,08% a.a. a 2,45% a.a. TLP + 1,42% a.a. a 2,25% a.a.	9.434.213	11.932.266	9.434.213	11.932.325
Outras Instituições Oficiais		147.225	33.854	147.225	33.854
Funcafé	TMS (se disponível) Pré 5,25% a.a. a 6,75% a.a.	147.197	33.826	147.197	33.826
Outros		28	28	28	28
Total		57.214.873	60.908.683	57.214.873	60.908.742
Passivo circulante		36.252.670	37.178.104	36.252.670	37.178.163
Passivo não circulante		20.962.203	23.730.579	20.962.203	23.730.579

Do Exterior

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019
Recursos livres - Resolução CMN n.º 3.844/2010	41.089.225	30.301.491	--	--
Total	41.089.225	30.301.491	--	--
Passivo circulante	11.045.488	15.428.550	--	--
Passivo não circulante	30.043.737	14.872.941	--	--

d) Despesas com Recursos de Instituições Financeiras

	BB Banco Múltiplo				BB Consolidado			
	3º Trimestre/2020	3º Trimestre/2019	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019	3º Trimestre/2020	3º Trimestre/2019	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019
Captações no Mercado Aberto	(3.019.075)	(7.732.908)	(11.600.297)	(22.621.766)	(2.935.007)	(7.507.221)	(11.243.041)	(22.081.646)
Carteira de terceiros	(2.685.650)	(6.900.457)	(10.209.047)	(20.332.459)	(2.646.497)	(6.728.378)	(9.993.711)	(19.912.593)
Carteira própria	(333.425)	(832.451)	(1.391.250)	(2.289.307)	(288.510)	(778.843)	(1.249.330)	(2.169.053)
Depósitos Interfinanceiros	(123.428)	(274.868)	(505.561)	(848.411)	(130.033)	(272.003)	(512.982)	(837.463)
Obrigações por Empréstimos	(3.061.851)	(5.948.496)	(25.594.509)	(7.380.112)	(2.267.048)	(5.252.554)	(23.162.414)	(5.130.336)
Obrigações por Repasses	(2.433.970)	(3.957.994)	(15.769.886)	(6.525.395)	(1.965.194)	(1.429.059)	(14.267.288)	(3.289.760)
Do exterior	(1.729.921)	(3.164.659)	(13.631.759)	(4.001.590)	(1.261.145)	(635.724)	(12.129.161)	(765.953)
Caixa Econômica Federal	(385.901)	(386.918)	(1.167.630)	(1.142.548)	(385.901)	(386.918)	(1.167.630)	(1.142.549)
BNDES	(244.158)	(315.509)	(742.893)	(1.085.130)	(244.158)	(315.509)	(742.893)	(1.085.130)
Finame	(59.606)	(73.379)	(190.061)	(224.499)	(59.606)	(73.379)	(190.061)	(224.500)
Tesouro Nacional	(6.504)	(4.649)	(16.498)	(30.542)	(6.504)	(4.649)	(16.498)	(30.542)
Outras	(7.880)	(12.880)	(21.045)	(41.086)	(7.880)	(12.880)	(21.045)	(41.086)
Ganhos/(perdas) cambiais sobre investimentos no exterior⁽¹⁾	--	--	--	--	632.974	(1.013.461)	5.569.628	(867.745)
Total	(8.638.324)	(17.914.266)	(53.470.253)	(37.375.684)	(6.664.308)	(15.474.298)	(43.616.097)	(32.206.950)

(1) As movimentações credoras apresentadas decorrem da variação cambial negativa do período (desvalorização do Real frente ao Dólar).

19 - RECURSOS DE EMISSÕES DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019
Recursos de aceites e emissão de títulos (b)	121.308.630	124.672.862	128.199.221	129.650.920
Dívidas subordinadas (c)	51.005.390	50.527.724	50.952.701	50.487.374
Instrumentos híbridos de capital e dívida (d)	44.545.280	34.298.496	36.435.723	26.192.232
Total	216.859.300	209.499.082	215.587.645	206.330.526
Passivo circulante	38.470.976	49.507.023	38.540.074	49.570.961
Passivo não circulante	178.388.324	159.992.059	177.047.571	156.759.565

b) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

Captações	Moeda	Valor Emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	BB Consolidado	
						30.09.2020	31.12.2019
Banco Múltiplo						121.308.630	124.672.862
Programa "Global Medium - Term Notes"						16.860.395	14.488.650
	USD	500.000	6,00%	2010	2020	--	2.067.578
	USD	1.000.000	4,63%	2017	2025	5.671.209	4.096.037
	BRL	293.085	10,15%	2017	2027	343.522	367.073
	USD	750.000	4,88%	2018	2023	4.319.885	3.049.310
	COP	160.000.000	8,51%	2018	2025	311.626	232.007
	USD	750.000	4,75%	2019	2024	4.230.802	3.058.215
	BRL	398.000	9,50%	2019	2026	464.840	467.185
	MXN	1.900.000	8,50%	2019	2026	572.522	457.127
	COP	520.000.000	6,50%	2019	2027	945.989	694.118
"Senior Notes"						10.348.914	7.311.966
	USD	1.809.700 ⁽¹⁾	3,88%	2012	2022	10.348.914	7.311.966
Notas Estruturadas						325.876	88.145
	EUR	18.400	2,22 a 3,55%		2021	122.550	84.097
	USD	36.000	2,21 a 4,10%		2021	203.326	4.048
Certificados de Depósitos ⁽²⁾						7.359.008	4.606.715
Curto prazo			1,17 a 3,08%			5.827.190	4.108.987
Longo prazo			2,75 a 3,80%		2022	1.531.818	497.728
Certificados de Operações Estruturadas						2.340	18.641
Curto prazo			2,85% a 3,59% do DI			597	16.411
Longo prazo			3,93 a 10,07% do DI		2023	1.743	2.230
Letras de Crédito Imobiliário			50,00 a 96,00% do DI TR + 7,7151%			12.524.432	16.992.681
Curto Prazo						1.889.217	3.411.597
Longo Prazo					2026	10.635.215	13.581.084
Letras de Crédito do Agronegócio			70,00 a 101,50% do DI Pré 1,91 a 5,24%			73.352.330	75.882.064
Curto prazo						17.760.440	34.689.326
Longo prazo					2023	55.591.890	41.192.738
Letras Financeiras			98,25 a 102,00% do DI Pré 7,20 a 8,70%			535.335	5.284.000
Curto prazo						533.987	4.872.746
Longo prazo					2022	1.348	411.254
Banco Patagonia			299 a 417 pontos + Badlar			69.098	69.733
Curto prazo	ARS					69.098	69.733
Longo prazo	ARS					--	--
Entidades de Propósitos Específicos - EPE no Exterior ⁽³⁾						6.934.502	4.937.535
Securitização do fluxo futuro de ordens de pagamento do exterior ⁽³⁾							
	USD	200.000	Libor 3m+1,20%	2019	2024	1.120.735	807.318
	USD	200.000	3,70%	2019	2026	1.129.619	807.466
Notas estruturadas ⁽⁴⁾							
	USD	500.000	Libor 6m + 2,50%	2014/2015	2034	2.859.705	2.030.194
	USD	320.000	Libor 6m + 3,20%	2015	2030	1.824.443	1.292.557
Valor Eliminado na Consolidação ⁽⁴⁾						(113.009)	(29.210)
Total						128.199.221	129.650.920
Passivo circulante						26.283.855	49.238.035
Passivo não circulante						101.915.366	80.412.885

(1) Refere-se ao valor *outstanding*, uma vez que ocorreram recompras parciais.

(2) Títulos emitidos no exterior em USD.

(3) Informações sobre as EPEs podem ser obtidas na Nota 2.f.

(4) Referem-se a títulos emitidos pelo Conglomerado Banco do Brasil, em poder de dependências/controladas no exterior.

c) Dívidas Subordinadas

Captações	Moeda	Valor Emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	30.09.2020	31.12.2019
Recursos FCO – Fundo Constitucional do Centro-Oeste						26.403.208	29.336.898
Dívidas Subordinadas no exterior						16.462.642	11.999.497
	USD	660.000	5,38%	2010	2021	3.764.268	2.724.052
	USD	1.500.000	5,88%	2011	2022	8.478.674	6.181.924
	USD	750.000	5,88%	2012	2023	4.219.700	3.093.521
Letras Financeiras Subordinadas						8.139.540	9.191.329
		150.500	112,50% do CDI 5,45% + IPCA	2012	2020	--	330.801
		540.623	112,00% a 114,00% do CDI	2014	2020	--	972.139
		3.868.384	113,00% a 115,00% do CDI	2014	2021	7.244.517	7.059.258
		400.000	8,08% + IPCA	2014	2022	895.023	829.131
Total das dívidas subordinadas – Banco Múltiplo						51.005.390	50.527.724
Valores eliminados na consolidação						(52.689)	(40.350)
Total das dívidas subordinadas – BB Consolidado ⁽¹⁾						50.952.701	50.487.374
Passivo circulante						12.071.252	332.926
Passivo não circulante						38.881.449	50.154.448

(1) O montante de R\$ 29.755.480 mil (R\$ 35.796.321 mil em 31.12.2019) compõe o nível II do Patrimônio de Referência (PR).

d) Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida

Captações	Moeda	Valor Emitido ⁽¹⁾	Remuneração a.a.	Data Captação	30.09.2020	31.12.2019
Bônus Perpétuos						
	USD	851.012	8,50%	10/09	4.982.649	3.680.805
	USD	1.285.950	9,25%	01 e 03/2012	7.686.448	5.428.215
	USD	1.950.000	6,25%	01/13	11.296.510	8.101.231
	BRL	8.100.000	5,50% ⁽²⁾	09/12	8.163.194	8.334.618
	USD	2.150.000	9,00%	06/14	12.416.479	8.753.627
Total – Banco Múltiplo					44.545.280	34.298.496
Valores eliminados na consolidação					(9.557)	(6.264)
Total reclassificado para o Patrimônio Líquido (Nota 23.c)					(8.100.000)	(8.100.000)
Total – BB Consolidado					36.435.723	26.192.232
Passivo circulante					184.967	--
Passivo não circulante					36.250.756	26.192.232

(1) Referem-se, nas captações em dólar, ao *outstanding value*, uma vez que ocorreram recompras parciais desses instrumentos.

(2) A partir de 28.08.2014, a remuneração passou a ser integralmente variável (Nota 23.c).

Do total dos bônus perpétuos, o montante de R\$ 32.631.760 mil compõe o Patrimônio de Referência – PR (R\$ 25.091.108 mil em 31.12.2019), sendo o montante de R\$ 30.318.762 mil (R\$ 21.665.013 mil em 31.12.2019) registrado no grupamento Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 30.c).

Os bônus emitidos em outubro de 2009, no valor de USD 1.500.000 mil (*outstanding value* USD 851.012 mil), têm opção de resgate por iniciativa do Banco a partir de 2020 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, desde que autorizado previamente pelo Banco Central do Brasil (Bacen). Caso o Banco não exerça a opção de resgate em outubro de 2020, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos nessa data para 7,782% mais o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-Americano de dez anos. A partir dessa data, a cada dez anos, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos levando-se em consideração o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-Americano de dez anos (Nota 32).

Os bônus emitidos em janeiro e março (reabertura) de 2012, nos valores de USD 1.750.000 mil (*outstanding value* USD 1.285.950 mil) e os bônus emitidos em janeiro de 2013, no valor de USD 2.000.000 mil (*outstanding value* USD 1.750.000 mil), tiveram, em 27.09.2013 seus termos e condições alterados com a finalidade de ajustá-los às regras da Resolução CMN n.º 4.192/2013 do Bacen, que regulamenta a implementação de Basileia III no Brasil. As alterações entraram em vigor em 01.10.2013, quando os instrumentos foram submetidos ao Bacen para a obtenção de autorização para integrarem o Capital Complementar (Nível I) do Banco. A autorização foi concedida em 30.10.2013.

Os bônus emitidos em junho de 2014, no valor de USD 2.500.000 mil (*outstanding value* USD 2.150.000 mil), têm opção de resgate por iniciativa do Banco a partir de 18.06.2024 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, desde que autorizado previamente pelo Banco Central do Brasil. Caso o Banco não exerça a opção de resgate em junho de 2024, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos nessa data para 6,362% mais o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-Americano de dez anos.

Caso o Banco não exerça a opção de resgate em abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, e em junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, a taxa de juros dos títulos será redefinida naquela data e a cada dez anos de acordo com os Títulos do Tesouro Norte-Americano de dez anos vigente na época mais o spread inicial de crédito. Os títulos apresentam as seguintes opções de resgate, sujeitas a autorização prévia do Bacen:

- (i) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, em abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, e em junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, pelo preço base de resgate;
- (ii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão desde que anterior a abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, a abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013 e a junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, em função de evento tributário, pelo preço base de resgate;
- (iii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão e desde que anterior a abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012 e em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, em função de evento regulatório, pelo maior valor entre o preço base de resgate e o Make-whole amount;
- (iv) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão desde que anterior a junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, em função de evento regulatório, pelo preço base de resgate.

Os bônus emitidos em outubro de 2009 determinam que o Banco suspenda os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos emitidos (que não serão devidos, nem acumulados) caso:

- (i) o Banco não esteja enquadrado ou o pagamento desses encargos não permita que esteja em conformidade com os níveis de adequação de capital, limites operacionais ou seus indicadores financeiros estejam abaixo do nível mínimo exigido pela regulamentação aplicável a bancos brasileiros;
- (ii) o Bacen ou as autoridades regulatórias determinem a suspensão dos pagamentos dos referidos encargos;
- (iii) algum evento de insolvência ou falência ocorra;
- (iv) alguma inadimplência ocorra; ou
- (v) o Banco não tenha distribuído o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos portadores de ações ordinárias referentes ao período de cálculo de tais juros e/ou acessórios.

Os bônus emitidos em janeiro e março de 2012, em janeiro de 2013 e em junho de 2014 determinam que o Banco suspenda os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos emitidos (que não serão devidos, nem acumulados) caso:

- (i) os lucros distribuíveis no período não sejam suficientes para a realização do referido pagamento (condição discricionária para o Banco);
- (ii) o Banco não esteja enquadrado ou o pagamento desses encargos não permita que esteja em conformidade com os níveis de adequação de capital, limites operacionais ou seus indicadores financeiros estejam abaixo do nível mínimo exigido pela regulamentação aplicável a bancos brasileiros;
- (iii) o Bacen ou as autoridades regulatórias determinem a suspensão dos pagamentos dos referidos encargos;
- (iv) algum evento de insolvência ou falência ocorra;
- (v) alguma inadimplência ocorra.

De acordo com as regras de Basileia III, os bônus emitidos em janeiro e março de 2012, em janeiro de 2013 e em junho de 2014, contam com mecanismos de “absorção de perdas” (loss absorption). Além disso, caso o item (i) ocorra, o pagamento de dividendos pelo Banco aos seus acionistas ficará limitado ao mínimo obrigatório determinado pela legislação aplicável até que os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos tenham sido retomados integralmente. Por fim esses bônus serão extintos de forma permanente e em valor mínimo correspondente ao saldo computado no capital de Nível I do Banco caso:

- (i) o capital principal do Banco for inferior a 5,125% do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA);
- (ii) seja tomada a decisão de fazer uma injeção de capital do setor público ou suporte equivalente ao Banco, a fim de manter o Banco em situação de viabilidade;
- (iii) o Bacen, em avaliação discricionária regulamentada pelo CMN, determinar por escrito a extinção dos bônus para viabilizar a continuidade do Banco.

e) Despesas com Emissões de Títulos e Valores Mobiliários

	BB Banco Múltiplo				BB Consolidado			
	3º Trimestre/2020	3º Trimestre/2019	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019	3º Trimestre/2020	3º Trimestre/2019	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019
Recursos de aceites e emissões de títulos	(787.141)	(1.789.598)	(3.112.731)	(5.531.131)	(865.646)	(1.923.448)	(3.360.902)	(5.780.744)
Letras de Crédito do Agronegócio – LCA	(350.012)	(1.123.728)	(1.531.766)	(3.346.762)	(350.012)	(1.123.728)	(1.531.766)	(3.346.762)
Letras Financeiras	(75.816)	(242.942)	(313.211)	(795.034)	(75.816)	(242.942)	(313.211)	(795.034)
Emissão de títulos e valores mobiliários no exterior	(300.293)	(232.709)	(977.407)	(801.835)	(378.798)	(366.559)	(1.225.578)	(1.051.448)
Letras de Crédito Imobiliário – LCI	(60.953)	(189.046)	(290.099)	(582.286)	(60.953)	(189.046)	(290.099)	(582.286)
Certificados de Operações Estruturadas	(67)	(1.173)	(248)	(5.214)	(67)	(1.173)	(248)	(5.214)
Dívidas subordinadas	(227.887)	(169.660)	(648.054)	(498.398)	(227.887)	(169.660)	(648.054)	(498.398)
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida – IHCD	(705.710)	(578.375)	(2.014.051)	(1.700.026)	(685.255)	(514.756)	(1.950.858)	(1.512.358)
Total	(1.720.738)	(2.537.633)	(5.774.836)	(7.729.555)	(1.778.788)	(2.607.864)	(5.959.814)	(7.791.500)

20 - OUTROS PASSIVOS

a) Composição

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019
Financeiros	106.929.462	81.862.537	105.903.846	81.192.458
Carteira de câmbio (Nota 13.c)	49.051.640	31.721.863	49.172.476	31.797.425
Operações com cartão de crédito/débito	26.523.748	28.110.672	26.759.666	28.114.307
Fundos financeiros e de desenvolvimento (b)	21.614.028	17.012.893	21.614.028	17.012.893
Demais	9.740.046	5.017.109	8.357.676	4.267.833
Passivo circulante	92.807.111	49.777.955	93.699.375	50.566.088
Passivo não circulante	14.122.351	32.084.582	12.204.471	30.626.370
Não Financeiros	30.254.896	37.727.454	33.578.443	43.047.687
Passivos atuariais (Nota 29.e)	14.148.428	25.509.836	14.148.428	25.509.836
Credores diversos ⁽¹⁾	3.606.535	3.824.791	6.540.238	6.543.049
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	5.733.347	444.627	5.734.314	449.068
Obrigações de pagamento em nome de terceiros	3.009.303	2.104.665	3.009.303	2.104.665
Obrigações sociais e estatutárias	1.044.411	2.598.421	1.161.966	4.790.252
Obrigações por convênios oficiais	965.598	1.132.122	965.598	1.132.122
Rendas antecipadas	--	--	145.000	--
Demais	1.747.274	2.112.992	1.873.596	2.518.695
Passivo circulante	30.175.972	37.669.704	32.047.285	41.751.839
Passivo não circulante	78.924	57.750	1.531.158	1.295.848

(1) Inclui o montante de R\$ 492.918 mil (R\$ 492.918 mil em 31.12.2019) referente a obrigações com a União, provenientes das operações rurais alongadas e securitizadas ao amparo da Lei n.º 9.138/1995, cedido por meio da MP n.º 2.196/2001, em processo de conciliação junto à Secretaria do Tesouro Nacional.

b) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019
Marinha Mercante	8.740.534	7.663.597	8.740.534	7.663.597
Fundo Constitucional do Centro Oeste - FCO ⁽¹⁾	8.940.311	4.066.726	8.940.311	4.066.726
Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE	1.541.892	1.641.809	1.541.892	1.641.809
Pasep ⁽²⁾	280.970	1.374.355	280.970	1.374.355
Fundo de Desenvolvimento do Centro Oeste - FDCO	784.584	1.074.649	784.584	1.074.649
Fundos do Governo do Estado de São Paulo	878.027	879.565	878.027	879.565
Outros	447.710	312.192	447.710	312.192
Total	21.614.028	17.012.893	21.614.028	17.012.893
Passivo circulante	10.024.807	8.659.015	10.024.807	8.659.015
Passivo não circulante	11.589.221	8.353.878	11.589.221	8.353.878

(1) A Resolução CMN n.º 4.192/2013 limita a utilização dos recursos do FCO para composição no nível II do Patrimônio de Referência – PR (Nota 19.c). O montante divulgado refere-se ao que excede esse valor, sendo R\$ 8.388.932 mil de recursos aplicados (remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o del credere da instituição financeira, conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989) e R\$ 551.379 mil de recursos disponíveis (remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Bacen, conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989).

(2) O Banco é administrador do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), garantindo rentabilidade mínima equivalente à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

c) Outras Despesas de Captação

	BB Banco Múltiplo				BB Consolidado			
	3º Trimestre/2020	3º Trimestre/2019	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019	3º Trimestre/2020	3º Trimestre/2019	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019
Obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento	(366.491)	(617.425)	(2.508.787)	(887.740)	(366.491)	(617.424)	(2.508.787)	(887.739)
Demais	(153.724)	(182.686)	(437.412)	(420.419)	(133.415)	(119.195)	(374.750)	(359.387)
Total	(520.215)	(800.111)	(2.946.199)	(1.308.159)	(499.906)	(736.619)	(2.883.537)	(1.247.126)

21 - PROVISÕES
a) Composição

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019
Fiscais, cíveis e trabalhistas (b)	25.738.660	25.239.763	26.239.800	25.480.105
Demandas cíveis	8.739.158	8.697.684	9.130.931	8.851.582
Demandas trabalhistas	3.893.652	3.610.333	3.951.503	3.663.769
Demandas fiscais	380.610	382.388	424.958	415.396
Provisão para riscos fiscais (atualização do depósito) ⁽¹⁾	12.725.240	12.549.358	12.732.408	12.549.358
Outras Provisões	5.026.124	4.979.838	5.420.080	5.254.514
Pagamentos a efetuar	4.369.797	4.543.424	4.763.268	4.817.378
Garantias financeiras prestadas (c)	656.327	436.414	656.812	437.136
Total	30.764.784	30.219.601	31.659.880	30.734.619

(1) Inclui, no BB Consolidado, o montante de R\$ 7.168 mil referente à BB Consórcios.

b) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais
Ativos Contingentes

Em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis.

Ações Trabalhistas

O Banco é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados, sindicatos da categoria ou ex-empregados de empresas prestadoras de serviços (terceirizados). Esses processos contêm vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de gratificação de função, responsabilidade subsidiária e outros.

Ações Fiscais

O Banco, a despeito de seu perfil conservador, está sujeito – em fiscalizações realizadas pelas autoridades fiscais tributárias – a questionamentos com relação a tributos e condutas fiscais, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – dedutibilidades; e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos geradores. A maioria das ações judiciais oriundas das autuações versa sobre ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins, IOF e Contribuições Previdenciárias Patronais. Para garantia destas ações, quando necessário, existem penhoras em dinheiro, títulos públicos, imóveis, ou depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão, de forma a impedir a inclusão do Banco em cadastros restritivos, bem como a não obstar a renovação semestral de sua Certidão de Regularidade Fiscal.

Ações de Natureza Cível

Os processos judiciais de natureza cível consistem, principalmente, em ações de clientes e usuários pleiteando indenização por danos materiais e morais relativos a produtos e serviços bancários, expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos sobre aplicações financeiras, depósitos judiciais e crédito rural, devolução de valores pagos em razão de revisão de cláusulas contratuais de encargos financeiros e ações de exigir contas propostas por clientes para esclarecer lançamentos havidos em conta corrente.

As indenizações por danos materiais e morais, geralmente, têm como fundamento a legislação de defesa do consumidor, na maioria das vezes processadas e julgadas nos Juizados Especiais Cíveis, cujo valor está limitado a quarenta salários mínimos.

Entre as ações judiciais de natureza cível, destacam-se as de cobrança da diferença de correção monetária de cadernetas de poupança e depósitos judiciais relativos ao período dos Planos Econômicos (Plano Bresser, Plano Verão e Planos Collor I e II), bem como a repetição de indébito correspondente ao índice de correção monetária cobrado em operações rurais em março de 1990 (Plano Collor I).

Embora o Banco do Brasil tenha cumprido a legislação e regulamentação vigentes à época, os referidos processos vêm sendo provisionados, considerando as ações em que o Banco é citado e as correspondentes perspectivas de perdas, consideradas depois de analisada cada demanda, tendo em vista a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF).

Em relação aos litígios que versam sobre os expurgos inflacionários em cadernetas de poupança, o STF suspendeu o andamento dos processos que estavam na fase de conhecimento, até que haja pronunciamento definitivo daquela Corte quanto ao direito discutido. Cumpre ressaltar que, no final de 2017, a Febraban e as entidades representativas dos poupadores firmaram acordo em relação às demandas envolvendo os planos econômicos em cadernetas de poupança, que já foi objeto de homologação pelo STF. A partir de maio de 2018, os poupadores puderam aderir ao acordo, por meio de ferramenta disponibilizada pela Febraban. Em 12.03.2020, o acordo foi prorrogado por mais 30 meses, prorrogáveis por mais 30 meses, conforme Aditivo firmado pelas entidades representativas das instituições financeiras e dos consumidores bem como acórdão homologatório proferido pelo Plenário do STF em 29.05.2020, acórdão publicado em 18.06.2020.

No que se refere às demandas que versam sobre expurgos inflacionários em depósitos judiciais, o Ministro Edson Fachin, do STF, após o reconhecimento da repercussão geral da matéria constitucional versada nos Recursos Extraordinários interpostos pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, União e Febraban (RE n.º 1.141.156/RJ), determinou a suspensão dos processos que tratem da matéria e que tramitam no território nacional, o que restou confirmado pelo Plenário do STF em 11.09.2019.

Em relação ao Plano Collor I incidente sobre o crédito rural, o Banco é parte passiva em ações nas quais os mutuários cobram a diferença de correção monetária utilizada pelo Banco para corrigir os empréstimos e a que eles consideram correta. Sobre esse tema, no final de 2015, foi julgado RESP 1.319.232-DF nos autos da ACP 94.008514-1, onde foi imposta condenação solidária da União, do Banco Central do Brasil e do Banco do Brasil ao pagamento das diferenças apuradas entre o IPC de março de 1990 (84,32%) e o BTN fixado em idêntico período (41,28%), corrigindo monetariamente os valores a contar do pagamento a maior, pelos índices aplicáveis aos débitos judiciais, acrescidos de juros de mora. A ação ainda não transitou em julgado, em razão da interposição de recursos extraordinários pelo Banco Central, pela União e pelo Banco do Brasil. Foi atribuído efeito suspensivo ao Recurso Extraordinário interposto pelo Banco do Brasil até o julgamento, pelo STF, do Recurso Extraordinário 1.101.937/SP, que versa sobre a extensão territorial da sentença coletiva.

Provisões para Demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis – Prováveis

O Banco constitui provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis com risco de perda “provável”, quantificada utilizando metodologia individualizada ou massificada (contempla os processos com probabilidade de êxito do autor igual a remoto, possível ou provável), de acordo com a natureza e/ou valor do processo.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações, pelo julgamento da administração da entidade, por meio da opinião dos assessores jurídicos com base nos elementos do processo, complementadas pela complexidade e pela experiência de demandas semelhantes.

A Administração do Banco considera suficientes as provisões constituídas para atendimento às perdas decorrentes de demandas trabalhistas, fiscais e cíveis.

Movimentações nas provisões para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, classificadas como prováveis

	BB Banco Múltiplo				BB Consolidado			
	3º Trimestre/2020	3º Trimestre/2019	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019	3º Trimestre/2020	3º Trimestre/2019	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019
Demandas Trabalhistas								
Saldo Inicial	3.824.105	3.388.780	3.610.333	2.467.663	3.878.798	3.441.620	3.663.769	2.520.968
Constituição	488.204	510.661	1.379.657	2.622.140	494.094	513.279	1.391.812	2.634.917
Reversão da provisão	(64.209)	(45.173)	(320.067)	(747.420)	(65.806)	(49.268)	(327.802)	(761.125)
Baixa por pagamento	(416.762)	(414.098)	(952.179)	(1.027.814)	(418.574)	(414.473)	(955.903)	(1.030.179)
Atualização monetária e variação cambial	62.314	48.683	175.908	174.284	62.991	49.181	179.627	175.758
Saldo Final	3.893.652	3.488.853	3.893.652	3.488.853	3.951.503	3.540.339	3.951.503	3.540.339
Demandas Fiscais								
Saldo Inicial	385.303	398.672	382.388	227.592	419.459	428.610	415.396	262.724
Constituição	34.682	35.455	126.163	294.990	46.074	38.815	140.091	300.707
Reversão da provisão	(32.059)	(21.309)	(102.106)	(78.316)	(33.037)	(21.803)	(106.449)	(84.392)
Baixa por pagamento	(8.497)	(7.051)	(31.317)	(46.455)	(8.497)	(7.721)	(31.317)	(47.955)
Atualização monetária e variação cambial	1.181	3.717	5.482	11.673	959	2.066	7.237	8.883
Saldo Final	380.610	409.484	380.610	409.484	424.958	439.967	424.958	439.967
Demandas Cíveis								
Saldo Inicial	8.590.707	7.499.861	8.697.684	6.906.062	8.761.751	7.587.893	8.851.582	6.997.444
Constituição	876.496	1.128.447	2.129.659	6.944.023	1.114.858	1.200.101	2.389.250	7.032.158
Reversão da provisão	(25.316)	(11.132)	(275.287)	(2.983.713)	(38.377)	(19.761)	(303.813)	(3.008.352)
Baixa por pagamento	(763.342)	(1.159.332)	(1.975.102)	(3.546.451)	(764.529)	(1.159.725)	(1.978.202)	(3.548.449)
Atualização monetária e variação cambial	60.613	41.619	162.204	179.542	57.228	38.098	172.114	173.805
Saldo Final	8.739.158	7.499.463	8.739.158	7.499.463	9.130.931	7.646.606	9.130.931	7.646.606
Total das Demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	13.013.420	11.397.800	13.013.420	11.397.800	13.507.392	11.626.912	13.507.392	11.626.912

Cronograma esperado de desembolsos

	BB Banco Múltiplo			BB Consolidado		
	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis
Até 5 anos	3.216.996	206.896	7.467.086	3.274.242	237.494	7.818.739
Acima de 5 anos	676.656	173.714	1.272.072	677.261	187.464	1.312.192
Total	3.893.652	380.610	8.739.158	3.951.503	424.958	9.130.931

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saída.

Passivos Contingentes – Possíveis

As demandas trabalhistas, fiscais e cíveis são classificadas como passivos contingentes possíveis quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota, ficando dispensadas de constituição de provisão.

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019
Demandas Trabalhistas	106.987	162.432	165.708	229.907
Demandas Fiscais ⁽¹⁾	13.019.923	10.679.385	13.774.466	11.426.347
Demandas Cíveis	2.232.281	2.012.078	2.405.250	2.184.916
Total	15.359.191	12.853.895	16.345.424	13.841.170

(1) As principais contingências têm origem em (i) autos de infração lavrados pelo INSS, visando o recolhimento de contribuições incidentes sobre abonos salariais pagos nos acordos coletivos do período de 1995 a 2006, no valor de R\$ 1.355.909 mil, verbas de transporte coletivo e utilização de veículo próprio por empregados do Banco do Brasil, no valor de R\$ 951.192 mil, e participações nos lucros e resultados de funcionários, correspondentes ao período de abril de 2001 a outubro de 2003, no valor de R\$ 1.233.239 mil e (ii) autos de infração lavrados pelas Fazendas Públicas dos Municípios visando a cobrança de ISSQN, no montante de R\$ 1.705.863 mil.

Depósitos em Garantia de Recursos
Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019
Demandas Trabalhistas	6.190.948	5.602.024	6.227.713	5.633.273
Demandas Fiscais	8.822.943	8.649.092	9.375.393	9.208.340
Demandas Cíveis	18.674.386	18.565.730	18.720.452	18.624.033
Total	33.688.277	32.816.846	34.323.558	33.465.646

Obrigações Legais

O Banco mantém registrado em Provisões – Fiscais, cíveis e trabalhistas e em Passivos Fiscais – Correntes o montante de R\$ 19.296.913 mil (R\$ 19.121.031 mil em 31.12.2019), relativo à seguinte ação:

Em 1998, o Banco pleiteou a compensação integral dos prejuízos fiscais acumulados de Imposto de Renda e das bases de cálculo negativas de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Desde então, o Banco passou a compensar integralmente prejuízos fiscais e bases negativas com o valor devido de Imposto de Renda e de Contribuição Social, realizando depósito integral do montante devido (70% do valor compensado), o que ensejou o despacho judicial, determinando a suspensão da exigibilidade dos referidos tributos.

Em 26.06.2019, o STF finalizou o julgamento de recurso extraordinário (RE 591.340-SP) e concluiu que é constitucional a limitação (30%) do direito de compensação de prejuízos fiscais e da base negativa. Essa conclusão do STF repercutirá no julgamento do Recurso Extraordinário do Banco.

A compensação dos valores decorrentes de prejuízos fiscais e de CSLL a compensar tem como efeito a baixa de créditos tributários ativados, observada a limitação de 30%.

Os tributos diferidos (IRPJ e CSLL) sobre a atualização dos depósitos judiciais vêm sendo compensados com os créditos tributários decorrentes da provisão para perda da referida atualização, em conformidade com o art. 1º, inciso II, § 2º, da Resolução CMN n.º 3.059/2002, sem efeito no resultado.

Após o julgamento do Recurso Extraordinário do Banco, os valores depositados judicialmente serão convertidos em renda a favor da União Federal e serão reclassificadas, para a rubrica representativa de ativo IRPJ a compensar e CSLL a compensar, as parcelas de créditos tributários de IRPJ sobre prejuízos fiscais e CSLL a compensar, respectivamente, que poderiam ter sido utilizadas desde a competência outubro de 2005 e fevereiro de 2009, observada a limitação de 30%.

Esses tributos a compensar, que decorrerão das retificações das Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica, correspondem a R\$ 6.010.012 mil, em 30.09.2020, e sua atualização pela Taxa Selic a R\$ 5.133.146 mil. Esses valores alcançariam o montante necessário para anular integralmente o risco inerente à hipótese de perda.

Valores relacionados à referida ação

	30.09.2020	31.12.2019
Depósitos Judiciais	19.296.913	19.121.031
Montante realizado (70%)	7.817.011	7.817.011
Atualização monetária	11.479.902	11.304.020
Obrigação Legal – Provisão para Processo Judicial	19.296.913	19.121.031
Prejuízos fiscais de IRPJ (Passivos Fiscais – Correntes)	3.002.033	3.002.033
Bases negativas de CSLL/CSLL a compensar (Passivos Fiscais – Correntes)	3.569.640	3.569.640
Provisão para riscos fiscais (atualização do depósito)	12.725.240	12.549.358

c) Garantias Financeiras Prestadas

	BB Banco Múltiplo				BB Consolidado			
	30.09.2020		31.12.2019		30.09.2020		31.12.2019	
	Valores Garantidos	Provisão	Valores Garantidos	Provisão	Valores Garantidos	Provisão	Valores Garantidos	Provisão
Outras garantias financeiras prestadas ⁽¹⁾	3.245.758	471.311	2.317.173	151.648	2.836.463	471.796	2.032.243	152.370
Vinculadas a licitações, leilões, prestação de serviços ou execução de obras	967.799	112.360	1.286.557	241.828	967.799	112.360	1.286.645	241.828
Aval ou fiança em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal	463.454	43.073	458.456	39.246	334.388	43.073	329.390	39.246
Outras fianças bancárias	5.590.974	29.457	3.877.136	3.574	5.728.745	29.457	3.974.682	3.574
Vinculados ao fornecimento de mercadorias	179.012	112	280.689	108	179.012	112	280.689	108
Vinculadas ao comércio internacional de mercadorias	85.643	14	88.372	10	85.643	14	88.372	10
Outros avais	--	--	--	--	2.393	--	1.640	--
Total	10.532.640	656.327	8.308.383	436.414	10.134.443	656.812	7.993.661	437.136

(1) Referem-se, principalmente, a garantias prestadas em moeda estrangeira.

As operações de garantias financeiras prestadas são avaliadas através dos modelos de classificação de risco de operações vigentes na instituição, no mesmo formato das operações de crédito, as quais seguem os preceitos das Resoluções CMN n.º 2.682 e n.º 2.697, divulgadas em 21.12.1999 e 24.02.2000, respectivamente, que estabelecem os critérios de classificação das operações de crédito e as regras para constituição de provisões para perdas associadas ao risco de crédito.

A classificação de risco das operações é realizada mediante a aplicação de metodologias desenvolvidas que consideram as características dos clientes, das operações e garantias. O resultado final da classificação é a atribuição de risco conforme escala constante na Resolução CMN n.º 2.682, que define o percentual de provisão que deve ser alocada à operação.

d) Resultado de Provisões

	BB Banco Múltiplo				BB Consolidado			
	3º Trimestre/2020	3º Trimestre/2019	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019	3º Trimestre/2020	3º Trimestre/2019	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019
Fiscais, cíveis e trabalhistas	(667.810)	(2.045.464)	(2.199.915)	(7.694.524)	(919.332)	(2.116.653)	(2.489.898)	(7.793.364)
Fiscais e cíveis	(191.229)	(1.550.627)	(1.006.219)	(5.682.831)	(436.858)	(1.627.913)	(1.283.152)	(5.779.897)
Trabalhistas	(476.581)	(494.837)	(1.193.696)	(2.011.693)	(482.474)	(488.740)	(1.206.746)	(2.013.467)
Outras	(133.461)	68.991	(219.327)	72.869	(133.824)	69.089	(218.876)	73.696
Garantias financeiras prestadas	(133.461)	68.991	(219.327)	72.869	(133.824)	69.089	(218.876)	73.696
Total	(801.271)	(1.976.473)	(2.419.242)	(7.621.655)	(1.053.156)	(2.047.564)	(2.708.774)	(7.719.668)

22 - TRIBUTOS
a) Composição da Receita (Despesa) de IR e CSLL

	BB Banco Múltiplo				BB Consolidado			
	3º Trimestre/2020	3º Trimestre/2019	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019	3º Trimestre/2020	3º Trimestre/2019	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019
Valores Correntes	(28.566)	72.916	(68.183)	59.308	(965.997)	(1.961.883)	(2.642.447)	(3.653.137)
IR e CSLL no país	(824)	84.937	(2.676)	97.062	(804.679)	(1.873.006)	(2.169.231)	(3.209.736)
Imposto de Renda no exterior	(27.742)	(12.021)	(65.507)	(37.754)	(161.318)	(88.877)	(473.216)	(443.401)
Valores Diferidos	716.746	1.860.753	4.534.085	4.059.212	862.363	1.836.730	4.614.578	4.007.443
Passivo Fiscal Diferido	(155.967)	(223.878)	(850.235)	(692.984)	(464.865)	(207.756)	(1.174.408)	(686.684)
Operações de leasing - ajuste da carteira e depreciação incentivada	--	--	--	--	(1.849)	969	(3.763)	5.658
Marcação a mercado	25.237	22.071	(17.974)	(14.021)	26.315	37.224	(30.257)	(13.379)
Atualização de depósitos judiciais fiscais	(17.940)	(47.840)	(79.147)	(142.582)	(17.940)	(47.840)	(79.147)	(142.582)
Lucros do exterior	(161.036)	(165.864)	(743.484)	(457.738)	(161.036)	(165.864)	(743.484)	(457.738)
Operações realizadas em mercados de liquidação futura	(49.030)	(9.162)	(43.195)	(8.543)	(49.030)	(9.162)	(43.195)	(8.543)
Créditos recuperados a prazo	46.802	(23.083)	33.565	(70.100)	46.802	(23.083)	33.565	(70.100)
Resultado Não Realizado (BB-BI)	--	--	--	--	(308.127)	--	(308.127)	--
Ativo Fiscal Diferido	872.713	2.084.631	5.384.320	4.752.196	1.327.228	2.044.486	5.788.986	4.694.127
Diferenças temporárias	587.080	2.333.916	2.431.572	3.125.183	1.033.341	2.298.001	2.814.766	3.073.619
Prejuízos fiscais/bases negativas de CSLL	264.242	(198.039)	2.907.378	1.750.447	264.242	(198.038)	2.907.378	1.750.447
Marcação a mercado	64.230	(8.415)	45.370	(123.434)	72.484	(12.646)	66.842	(129.939)
Operações realizadas em mercados de liquidação futura	(42.839)	(42.831)	--	--	(42.839)	(42.831)	--	--
Total	688.180	1.933.669	4.465.902	4.118.520	(103.634)	(125.153)	1.972.131	354.306

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

	BB Banco Múltiplo				BB Consolidado			
	3º Trimestre/2020	3º Trimestre/2019	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019	3º Trimestre/2020	3º Trimestre/2019	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019
Resultado Antes dos Tributos e Participações	2.746.624	2.777.881	6.142.284	9.760.744	4.024.059	6.131.918	9.956.920	15.736.842
Encargo total do IR (25%) e da CSLL (20%) ⁽¹⁾	(1.235.981)	(1.111.152)	(2.764.028)	(3.904.298)	(1.810.827)	(2.452.767)	(4.480.614)	(6.294.737)
Encargos sobre JCP	382.103	676.057	1.180.476	1.995.084	382.103	676.057	1.180.476	1.995.084
Resultado de participações em coligadas/controladas	1.127.641	1.879.023	5.018.342	3.437.533	351.801	411.020	976.960	1.180.803
Participação de empregados no lucro	176.292	216.269	542.766	632.968	175.868	216.744	542.920	634.097
Outros valores ⁽²⁾	238.125	273.472	488.346	1.957.233	797.421	1.023.793	3.752.389	2.839.059
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	688.180	1.933.669	4.465.902	4.118.520	(103.634)	(125.153)	1.972.131	354.306

(1) Majoração da alíquota de CSLL de 15% para 20%, conforme Art. 32 da Emenda Constitucional n.º 103/2019.

(2) Inclui, no BB Consolidado, no período de 01.01 a 30.09.2020, o montante de R\$ 2.506.333 mil referente ao ganho cambial sobre investimentos no exterior (R\$ 347.098 mil no período de 01.01 a 30.09.2019).

c) Despesas Tributárias

	BB Banco Múltiplo				BB Consolidado			
	3º Trimestre/2020	3º Trimestre/2019	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019	3º Trimestre/2020	3º Trimestre/2019	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019
Cofins	(590.046)	(333.596)	(1.541.924)	(1.443.790)	(755.643)	(506.474)	(2.019.090)	(1.924.808)
ISSQN	(230.327)	(240.856)	(679.753)	(698.747)	(300.343)	(309.747)	(873.238)	(903.436)
PIS/Pasep	(95.911)	(54.236)	(249.516)	(235.900)	(129.268)	(88.681)	(345.215)	(331.632)
Outras	(48.079)	(36.560)	(125.428)	(134.305)	(129.277)	(116.546)	(368.537)	(374.522)
Total	(964.363)	(665.248)	(2.596.621)	(2.512.742)	(1.314.531)	(1.021.448)	(3.606.080)	(3.534.398)

d) Passivo Fiscal Diferido

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	688.148	825.448	698.336	882.228
Atualização de depósitos judiciais fiscais	361.318	361.318	361.318	361.318
Créditos recuperados a prazo	604.069	637.634	604.069	637.634
Dependências no exterior	46.987	10.743	132.472	86.466
Ajuste da carteira de leasing	--	--	19.119	15.356
Lucros do exterior	743.484	--	743.484	--
Ajustes patrimoniais positivos de planos de benefícios	42.395	27.632	42.395	27.632
Operações em mercados de liquidação futura	54.343	6.467	54.343	6.467
Outros	52.539	52.539	360.666	52.539
Total dos Passivos Fiscais Diferidos	2.593.283	1.921.781	3.016.202	2.069.640
Imposto de Renda	1.272.413	1.026.315	1.515.869	1.117.350
Contribuição Social ⁽¹⁾	1.246.855	811.425	1.425.213	862.531
Cofins	63.250	72.293	64.201	77.212
PIS/Pasep	10.765	11.748	10.919	12.547

(1) No período de 31.12.2018 a 30.11.2019, os ativos e passivos diferidos foram reconhecidos à alíquota de 15%. A majoração da alíquota de 15% para 20% ajustou esses ativos e passivos diferidos em 31.12.2019.

e) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário)

	BB Banco Múltiplo			
	31.12.2019	01.01 a 30.09.2020		30.09.2020
	Saldo	Constituição	Baixa	Saldo
Diferenças temporárias	55.346.702	16.409.936	19.179.445	52.577.193
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	28.331.536	10.100.720	7.618.515	30.813.741
Provisões passivas – fiscais e previdenciárias	1.072.618	3.338	3.188	1.072.768
Provisões passivas – outras	12.793.023	2.242.604	3.348.765	11.686.862
Ajustes patrimoniais negativos de planos de benefícios	10.136.488	2.373.028	7.212.585	5.296.931
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	766.020	1.068.671	752.028	1.082.663
Outras provisões	2.247.017	621.575	244.364	2.624.228
CSLL escriturada a 18% (MP n.º 2.158/2001)	636.752	--	214	636.538
Prejuízo fiscal/Base negativa	2.447.809	4.973.052	2.066.520	5.354.341
Total dos Ativos Fiscais Diferidos	58.431.263	21.382.988	21.246.179	58.568.072
Imposto de Renda	31.718.179	10.955.108	10.834.509	31.838.778
Contribuição Social ⁽¹⁾	26.640.077	10.304.571	10.337.533	26.607.115
Cofins	62.802	106.072	63.774	105.100
PIS/Pasep	10.205	17.237	10.363	17.079

(1) No período de 31.12.2018 a 30.11.2019, os ativos e passivos diferidos foram reconhecidos à alíquota de 15%. A majoração da alíquota de 15% para 20% ajustou esses ativos e passivos em 31.12.2019.

	BB Consolidado			
	31.12.2019	01.01 a 30.09.2020		30.09.2020
	Saldo	Constituição	Baixa	Saldo
Diferenças temporárias	56.316.276	17.031.345	19.281.706	54.065.915
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	28.403.885	10.143.225	7.620.616	30.926.494
Provisões passivas – fiscais e previdenciárias	1.082.639	8.274	5.016	1.085.897
Provisões passivas - outras	12.853.046	2.246.691	3.350.997	11.748.740
Ajustes patrimoniais negativos de planos de benefícios	10.136.488	2.373.028	7.212.585	5.296.931
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	807.896	1.189.946	802.484	1.195.358
Outras provisões	3.032.322	1.070.181	290.008	3.812.495
CSLL escriturada a 18% (MP n.º 2.158/2001)	636.752	-	214	636.538
Prejuízo fiscal/Superveniência de depreciação	41.012	185	5.344	35.853
Prejuízo fiscal/Base negativa	2.468.892	4.973.585	2.071.297	5.371.180
Total dos Ativos Fiscais Diferidos	59.462.932	22.005.115	21.358.561	60.109.486
Imposto de Renda	32.562.363	11.322.170	10.917.374	32.967.159
Contribuição Social ⁽¹⁾	26.822.949	10.546.268	10.361.889	27.007.328
Cofins	66.770	117.572	68.213	116.129
PIS/Pasep	10.850	19.105	11.085	18.870

(1) No período de 31.12.2018 a 30.11.2019, os ativos e passivos diferidos foram reconhecidos à alíquota de 15%. A majoração da alíquota de 15% para 20% ajustou esses ativos e passivos em 31.12.2019.

f) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário - Não Ativado)

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019
Créditos tributários no exterior	1.706.274	1.092.996	1.706.274	1.092.996
Prejuízo fiscal/Base negativa	--	--	19.327	16.910
Diferenças temporárias	--	--	4.355	7.095
Total dos Ativos Fiscais Diferidos Não Ativados	1.706.274	1.092.996	1.729.956	1.117.001
Imposto de Renda	947.930	683.123	965.293	700.742
Contribuição Social	758.344	409.873	764.663	416.259

Expectativa de Realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 30.06.2020, sendo o valor presente apurado com base na taxa média de captação do Banco Múltiplo.

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	Valor Nominal	Valor Presente	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2020	13.470.792	13.427.074	13.621.036	13.450.003
Em 2021	22.279.428	21.874.733	22.532.609	21.915.750
Em 2022	22.211.257	21.507.936	22.522.112	21.600.650
Em 2023	3.227.505	3.056.137	3.288.313	3.081.787
Em 2024	112.382	102.830	124.452	111.390
Em 2025	164.434	145.426	459.984	343.588
Em 2026	113.214	96.776	117.796	99.132
Em 2027	14.018	11.581	16.945	13.327
Em 2028	--	--	1.257	747
Em 2029	9.447	7.290	9.823	7.458
Em 2030	18.812	13.628	19.173	13.730
Total de Créditos Tributários em 30.06.2020	61.621.289	60.243.411	62.713.500	60.637.562

No período de nove meses findo em 30.09.2020, observou-se a realização de créditos tributários no Banco Múltiplo no montante de R\$ 21.246.179 mil, correspondente a 121,92% da respectiva projeção de utilização para o período de 2020, que constava no estudo técnico elaborado em 31.12.2019.

A realização dos valores nominais de créditos tributários ativados, considerando a recomposição daqueles baixados durante o trâmite da ação judicial (Nota 21.b), baseada em estudo técnico realizado pelo Banco em 30.06.2020, está projetada para 10 anos, nas seguintes proporções:

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar ⁽¹⁾	Diferenças Temporárias ⁽²⁾	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar ⁽¹⁾	Diferenças Temporárias ⁽²⁾
Em 2020	52%	19%	51%	19%
Em 2021	19%	38%	20%	37%
Em 2022	18%	38%	18%	38%
Em 2023	10%	3%	10%	4%
Em 2024	1%	1%	1%	1%
A partir de 2025	--	1%	--	1%

(1) Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes.

(2) A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).

23 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Valor Patrimonial e Valor de Mercado por Ação Ordinária**

	30.09.2020	31.12.2019
Patrimônio Líquido do Banco do Brasil	112.088.236	98.895.999
Valor patrimonial por ação (R\$) ⁽¹⁾	39,28	34,68
Valor de mercado por ação (R\$)	29,62	52,82
Patrimônio Líquido Consolidado	122.333.664	108.564.894

(1) Calculado com base no Patrimônio Líquido do Banco do Brasil.

b) Capital Social

O capital social do Banco do Brasil, totalmente subscrito e integralizado, de R\$ 90.000.000 mil (R\$ 67.000.000 mil em 31.12.2019) está dividido em 2.865.417.020 ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal. A União Federal é a maior acionista, detendo o controle.

O aumento do Capital Social no período de 31.12.2019 a 30.09.2020, no valor de R\$ 23.000.000 mil, decorreu da utilização da Reserva Estatutária para Margem Operacional, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30.07.2020 e pendente de autorização pelo Banco Central do Brasil.

O Banco poderá, independentemente de reforma estatutária, por deliberação e nas condições determinadas pela Assembleia Geral dos Acionistas, aumentar o Capital Social até o limite de R\$ 120.000.000 mil, mediante a emissão de ações ordinárias, concedendo-se aos acionistas, preferência para a subscrição do aumento de capital, na proporção do número de ações que possuem.

c) Instrumento Elegível ao Capital Principal

Em 26.09.2012, o Banco do Brasil firmou Contrato de Mútuo com a União, na qualidade de instrumento híbrido de capital e dívida, no valor de até R\$ 8.100.000 mil, cujos recursos foram destinados ao financiamento agropecuário. Em 28.08.2014, através de termo aditivo, nos termos da Lei n.º 12.793, de 02.04.2013, o instrumento cumpriu os requisitos de elegibilidade ao capital principal, conforme definido no art. 16 da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

Desde a assinatura do termo aditivo, a remuneração do referido instrumento é integralmente variável e os juros são devidos por períodos coincidentes com o exercício social do Banco, iniciando-se sua contagem em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Os juros relativos a cada exercício social são pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até 30 dias corridos, contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

O pagamento da remuneração é realizado apenas com recursos provenientes de lucros e reservas de lucros passíveis de distribuição no último período de apuração, sujeito à discricionariedade da Administração em realizá-lo. Não haverá cumulatividade dos encargos não pagos. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive sob a forma de juros sobre capital próprio) até 31 de dezembro do exercício social seguinte, os encargos financeiros que não houverem sido pagos deixarão de ser exigíveis definitivamente.

Caso o saldo dos lucros acumulados, das reservas de lucros, inclusive a reserva legal, e das reservas de capital do Banco não sejam suficientes para a absorção de seus eventuais prejuízos apurados quando do fechamento do balanço do exercício social, o Banco do Brasil estará desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos a título de juros vencidos e o saldo de principal, nesta ordem, até o montante necessário para a compensação dos prejuízos, sendo considerada, para todos os fins, devidamente quitada a dívida a que se refere o contrato até o valor compensado.

O instrumento não possui data de vencimento e poderá ser liquidado apenas em situações de dissolução da instituição emissora ou de recompras autorizadas pelo Banco Central do Brasil. No caso de dissolução do Banco, o pagamento do principal e encargos da dívida ficará subordinado ao pagamento dos demais passivos. Em nenhuma hipótese haverá remuneração preferencial do instrumento, inclusive em relação a outros elementos patrimoniais classificados no Patrimônio de Referência.

Tendo em vista sua elegibilidade ao capital principal, para fins de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, o instrumento é reclassificado para o patrimônio líquido.

d) Reservas de Reavaliação

As Reservas de Reavaliação, no valor de R\$ 2.057 mil (R\$ 2.169 mil em 31.12.2019), referem-se às reavaliações de ativos efetuadas por empresas controladas/coligadas.

No período de 01.01 a 30.09.2020, foram realizadas reservas no montante de R\$ 112 mil (R\$ 53 mil no período de 01.01 a 30.09.2019) decorrentes de depreciação, transferidas para a conta Lucros ou Prejuízos Acumulados, líquido de impostos. Conforme a Resolução CMN n.º 3.565/2008, o saldo remanescente será mantido até a data de sua efetiva realização.

e) Reservas de Capital e de Lucros

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019
Reservas de Capital	1.398.436	1.365.081	1.399.891	1.366.443
Reservas de Lucros	34.860.401	54.134.135	34.590.726	53.814.656
Reserva legal	8.950.857	8.633.464	8.950.857	8.633.464
Reservas Estatutárias	25.909.544	45.500.671	25.639.869	45.181.192
Margem operacional	19.071.422	39.140.389	18.697.262	38.699.369
Equalização de dividendos	6.838.122	6.360.282	6.942.607	6.481.823

A Reserva de Capital destina-se, dentre outros, ao registro dos valores relativos a transações com pagamento baseado em ações ou outros instrumentos de capital a serem liquidados com a entrega de instrumentos patrimoniais, bem como do lucro apurado na alienação de ações em tesouraria.

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, a qual não excederá 20% do capital social.

A Reserva Estatutária para Margem Operacional tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações do Banco e é constituída em até 100% do lucro líquido, após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 80% do capital social.

A Reserva Estatutária para Equalização de Dividendos assegura recursos para o pagamento dos dividendos, sendo constituída pela parcela de até 50% do lucro líquido após as destinações legais, inclusive dividendos, até o limite de 20% do capital social.

f) Lucro por Ação

	3º Trimestre/2020	3º Trimestre/2019	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019
Lucro líquido (R\$ mil)	3.037.476	4.161.736	9.385.334	12.281.608
Número médio ponderado de ações (básico)	2.852.656.791	2.787.130.436	2.852.229.008	2.786.670.009
Número médio ponderado de ações (diluído)	2.852.321.221	2.786.770.907	2.852.014.936	2.786.381.529
Lucro por ação (básico e diluído) (R\$)	1,06	1,49	3,29	4,41

O número médio ponderado de ações diluído considera a distribuição futura de ações aos Administradores do Banco em função do Programa de Remuneração Variável (Nota 23.n).

g) Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos

Em conformidade com as Leis n.º 9.249/1995, n.º 9.430/1996 e com o Estatuto do Banco, a Administração decidiu pelo pagamento aos seus acionistas de juros sobre o capital próprio, imputados ao valor dos dividendos. Em atendimento à Resolução CMN n.º 4.820/2020, a remuneração do capital foi limitada ao mínimo obrigatório definido no estatuto social (25% do lucro líquido ajustado).

Para atendimento da legislação de imposto de renda, bem como da contribuição social, os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido ajustado e limitados à variação, pro rata die, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor, sendo dedutíveis na apuração do lucro real.

O total dos juros sobre o capital próprio, no período de 01.01 a 30.09.2020, foi de R\$ 2.623.281 mil (R\$ 4.987.710 mil no período de 01.01 a 30.09.2019), proporcionando redução na despesa com encargos tributários no montante de R\$ 1.180.476 mil (R\$ 1.995.084 mil no período de 01.01 a 30.09.2019).

Apresentamos os valores e o cronograma de pagamento dos juros sobre o capital próprio e dos dividendos:

	Valor	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre/2020				
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	517.440	0,181	11.03.2020	31.03.2020
2º Trimestre/2020				
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	1.256.723	0,441	21.08.2020	31.08.2020
3º Trimestre/2020				
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	293.382	0,103	11.09.2020	30.09.2020
Juros sobre o capital próprio complementares ⁽¹⁾	555.736	0,195	16.11.2020	27.11.2020
Total destinado aos acionistas	2.623.281	0,920		

(1) Valores sujeitos à retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, com exceção de acionistas comprovadamente isentos ou imunes.

	Valor	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre/2019				
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	435.000	0,156	11.03.2019	29.03.2019
Juros sobre o capital próprio complementares ⁽¹⁾	1.155.939	0,415	21.05.2019	31.05.2019
2º Trimestre/2019				
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	476.640	0,171	11.06.2019	28.06.2019
Juros sobre o capital próprio complementares ⁽¹⁾	1.229.989	0,441	21.08.2019	30.08.2019
3º Trimestre/2019				
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	649.308	0,233	11.09.2019	30.09.2019
Juros sobre o capital próprio complementares ⁽¹⁾	1.040.834	0,373	21.11.2019	29.11.2019
Total destinado aos acionistas	4.987.710	1,789		

(1) Valores sujeitos à retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, com exceção de acionistas comprovadamente isentos ou imunes.

h) Conciliação do Lucro Líquido e do Patrimônio Líquido

	Lucro Líquido				Patrimônio Líquido	
	3º Trimestre/2020	3º Trimestre/2019	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019	30.09.2020	31.12.2019
BB Banco Múltiplo	3.037.476	4.161.736	9.385.334	12.281.608	112.088.236	98.895.999
Instrumento elegível a capital principal ⁽¹⁾	20.455	63.619	63.193	187.668	8.100.000	8.100.000
Resultado não realizado ⁽²⁾	26.971	30.785	49.804	(1.043)	(269.675)	(319.479)
Participação dos não controladores	--	--	--	--	2.415.103	1.903.656
Oferta subsequente de ações (follow on)	--	--	--	--	--	(15.282)
BB Consolidado	3.084.902	4.256.140	9.498.331	12.468.233	122.333.664	108.564.894

(1) Nas demonstrações contábeis individuais, o instrumento elegível a capital principal foi registrado no passivo e seus encargos financeiros reconhecidos como despesas de operações de captação no mercado. Nas demonstrações contábeis consolidadas, esse instrumento foi reclassificado para o patrimônio líquido. (Notas 2.f e 23.c).

(2) Refere-se a resultados não realizados decorrentes de cessão de créditos do Banco do Brasil para a Ativos S.A.

i) Outros Resultados Abrangentes

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019
Banco do Brasil				
Títulos disponíveis para venda	(150.287)	219.688	(150.287)	219.688
Ganhos/(perdas) atuariais - planos de benefícios	(15.761.724)	(22.162.506)	(15.761.724)	(22.162.506)
Controladas, coligadas e controladas em conjunto				
Títulos disponíveis para venda	(7.565)	155.144	(7.565)	153.698
Hedge de fluxo de caixa	(20.948)	(63.523)	(20.948)	(63.523)
Variação cambial de investimentos no exterior	(991.759)	(1.424.936)	(991.759)	(1.424.936)
Outros	--	(4.815)	--	(4.815)
Total	(16.932.283)	(23.280.948)	(16.932.283)	(23.282.394)

j) Participação dos Não Controladores

	Lucro Líquido				Patrimônio Líquido	
	3º Trimestre/2020	3º Trimestre/2019	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019	30.09.2020	31.12.2019
Banco Patagonia S.A.	69.196	43.080	214.889	174.432	496.380	360.184
Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	(1)	--	(2)	(1)	23	24
BB Tecnologia e Serviços	(16)	2	(14)	5	26	41
BB Seguridade S.A.	368.986	1.155.743	989.307	1.844.954	1.918.674	1.543.407
Participação dos não Controladores	438.165	1.198.825	1.204.180	2.019.390	2.415.103	1.903.656

k) Participações Acionárias (Quantidade de Ações)

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil em que os acionistas sejam titulares, direta ou indiretamente, de mais de 5% das ações:

Acionistas	30.09.2020		31.12.2019	
	Ações	% Total	Ações	% Total
União Federal	1.432.708.542	50,0	1.453.493.742	50,7
Tesouro Nacional	1.432.708.542	50,0	1.432.708.542	50,0
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - FND	--	--	20.785.200	0,7
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ	135.180.814	4,7	137.257.114	4,8
Ações em Tesouraria ⁽¹⁾	12.178.134	0,4	14.459.169	0,5
Outros acionistas	1.285.349.530	44,9	1.260.206.995	44,0
Total	2.865.417.020	100,0	2.865.417.020	100,0
Residentes no país	2.274.295.076	79,4	2.141.139.495	74,7
Residentes no exterior	591.121.944	20,6	724.277.525	25,3

(1) Inclui, em 30.09.2020, 31.496 ações do Banco do Brasil mantidas na BB DTVM (32.900 em 31.12.2019).

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil, de titularidade do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria:

	Ações ON ⁽¹⁾	
	30.09.2020	31.12.2019
Conselho de Administração (exceto Presidente do Banco, que consta na Diretoria Executiva)	3.581	3.581
Diretoria Executiva	112.697	77.674
Comitê de Auditoria	57	18

(1) A participação acionária do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria representa aproximadamente 0,004% do capital do Banco.

l) Movimentação de Ações em Circulação/Free Float

	30.09.2020		31.12.2019	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Ações em circulação (<i>free float</i>) no início do período	1.397.382.845	48,8	1.331.861.026	46,5
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - FND	20.785.200		--	
Oferta subsequente de ações (<i>follow on</i>)	--		64.000.000	
Outras movimentações ⁽¹⁾	2.246.012		1.521.819	
Ações em circulação (<i>free float</i>) no fim do período ⁽²⁾	1.420.414.057	49,6	1.397.382.845	48,8
Total emitido	2.865.417.020	100,0	2.865.417.020	100,0

(1) Inclui as movimentações oriundas de Órgãos Técnicos e Consultivos.

(2) Conforme Lei n.º 6.404/1976 e regulamento do Novo Mercado da B3. Não considera as ações em poder do Conselho de Administração e Diretoria Executiva. As ações detidas pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ integram o montante de ações em circulação.

m) Ações em Tesouraria

Em 03.10.2019, o Banco do Brasil comunicou que foi disponibilizado Prospecto Preliminar da oferta pública de distribuição secundária de 64.000.000 ações ordinárias de emissão do Banco mantidas em tesouraria. Em 23.10.2019, foi comunicado o encerramento da oferta pública de distribuição secundária das ações ordinárias, ao preço de R\$ 44,05 por ação.

Demonstramos a seguir a composição das ações em tesouraria:

	BB Banco Múltiplo				BB Consolidado			
	30.09.2020		31.12.2019		30.09.2020		31.12.2019	
	Ações	% Total	Ações	% Total	Ações	% Total	Ações	% Total
Ações em Tesouraria	12.146.638	100,0	14.112.120	100,0	12.178.134	100,0	14.459.169	100,0
Recebidas em dação de pagamento (Fundo de Garantia para a Construção Naval – FGCN)	8.075.350	66,5	8.075.350	57,2	8.075.350	66,3	8.075.350	55,8
Programas de Recompra (ocorridos entre 2012 e 2015) ⁽¹⁾	3.767.151	31,0	5.710.078	40,5	3.767.151	30,9	5.710.078	39,5
Programa de Remuneração Variável	304.074	2,5	326.629	2,3	335.570	2,8	359.529	2,5
Oferta subsequente de ações (<i>follow on</i>)	--	--	--	--	--	--	314.149	2,2
Incorporações	63	--	63	--	63	--	63	--
Valor Contábil	(279.251)		(324.438)		(280.706)		(339.636)	

(1) Redução decorrente da alienação de ações em tesouraria.

n) Pagamento Baseado em Ações
Programa de Remuneração Variável

O programa de remuneração variável do Banco do Brasil foi elaborado sob vigência da Resolução CMN n.º 3.921, de 25.11.2010, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

O programa tem periodicidade anual, sendo estabelecido em função dos riscos e da atividade dos administradores e tem como pré-requisitos: a Ativação do Programa de Participação nos Lucros e Resultados e o atingimento de lucro contábil positivo pelo BB.

A apuração da remuneração variável tem como base indicadores que mensuram o atingimento das metas corporativas, da unidade e individuais, baseadas na Estratégia Corporativa do Banco do Brasil – ECBB para o período. O programa ainda determina que 50% da remuneração seja paga em espécie (CPC 33) e que os demais 50% sejam pagos em ações.

A quantidade de ações do Banco do Brasil a ser destinada a cada participante é apurada mediante a divisão do valor líquido equivalente a 50% dos honorários a que fizer jus, a título de remuneração variável, pelo preço médio da ação na semana anterior à do pagamento. O preço médio é a média aritmética simples dos preços médios diários da semana anterior à do pagamento. No momento da apuração das parcelas diferidas, caso ocorram frações, estas são acumuladas na primeira parcela a ser disponibilizada.

A distribuição da remuneração em ações ocorre de forma que 20% é imediatamente transferido para a titularidade do beneficiário e 80% é diferido pelo prazo de quatro anos, sendo: 20% no prazo de um ano, 20% no prazo de dois anos, 20% no prazo de três anos e 20% no prazo de quatro anos.

A BB DTVM, em decorrência da resolução supracitada, também aprovou política de remuneração variável para sua diretoria, adquirindo diretamente ações em tesouraria do Banco. Todas as ações adquiridas são BBAS3 e seu valor justo é o preço de mercado cotado na data de sua outorga.

Apresentamos o demonstrativo das ações adquiridas, sua distribuição e o respectivo cronograma de transferências:

	Total de Ações do Programa	Custo Médio	Ações Distribuídas	Ações a Distribuir	Cronograma Estimado de Transferências
Programa 2016					
Banco do Brasil	99.348	33,78	79.502	19.846	03/2021
Total de ações a distribuir				19.846	
BB DTVM	10.397	32,84	8.319	2.078	03/2021
Total de ações a distribuir				2.078	
Programa 2017					
Banco do Brasil	193.976	42,65	116.452	38.762	03/2021
				38.762	03/2022
Total de ações a distribuir				77.524	
BB DTVM	20.270	42,65	12.166	4.052	03/2021
				4.052	03/2022
Total de ações a distribuir				8.104	
Programa 2018					
Banco do Brasil	127.860	53,44	51.192	25.556	03/2021
				25.556	03/2022
				25.556	03/2023
Total de ações a distribuir				76.668	
BB DTVM	14.218	53,44	5.692	2.842	03/2021
				2.842	03/2022
				2.842	03/2023
Total de ações a distribuir				8.526	
Programa 2019					
Banco do Brasil	162.641	46,05	32.605	32.509	03/2021
				32.509	03/2022
				32.509	03/2023
				32.509	03/2024
Total de ações a distribuir				130.036	
BB DTVM	15.998	46,07	3.210	3.197	03/2021
				3.197	03/2022
				3.197	03/2023
				3.197	03/2024
Total de ações a distribuir				12.788	

Programa de Desempenho Gratificado (PDG):

O Programa de Desempenho Gratificado (PDG) é uma premiação vinculada ao resultado e ao desempenho dos participantes, concedida semestralmente, que visa o reconhecimento do esforço individual e coletivo dos participantes que atingirem resultados superior ao ordinariamente esperado, contribuindo para a construção do resultado do Banco.

A qualificação e a classificação dos participantes são realizadas por meio de indicadores que mensuram o atingimento das metas corporativas e individuais, baseado na Estratégia Corporativa do Banco do Brasil – ECBB para o período.

O programa determina que 50% da premiação seja pago por meio de ações do Banco e 50% em cartão Alelo premiação. O preço médio das ações é a média aritmética simples dos preços médios diários da semana anterior à do pagamento. No período de 01.01 a 30.09.2020 foram distribuídas 1.764.288 ações em tesouraria (1.494.485 no período de 01.01 a 30.09.2019).

24 - RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	BB Banco Múltiplo				BB Consolidado			
	3º Trimestre/2020	3º Trimestre/2019	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019	3º Trimestre/2020	3º Trimestre/2019	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019
Conta corrente	1.820.307	1.986.899	5.659.356	5.753.082	1.821.164	1.987.365	5.661.577	5.754.286
Administração de fundos	981.715	1.062.214	2.928.347	2.977.540	1.699.110	1.733.475	5.095.438	4.870.358
Comissões de seguros, previdência e capitalização	77.681	75.755	208.171	239.641	1.078.132	969.859	2.938.946	2.739.529
Rendas de cartões	448.368	430.617	1.313.805	1.345.859	527.506	499.499	1.532.070	1.558.574
Operações de crédito e garantias prestadas	438.554	460.525	1.191.519	1.360.182	438.577	460.543	1.191.427	1.359.864
Taxas de administração de consórcios	--	--	--	--	387.856	307.914	1.013.820	895.216
Cobrança	350.024	334.203	981.929	944.104	360.360	346.010	1.010.379	980.140
Arrecadações	240.878	276.721	739.201	835.180	234.667	276.261	720.651	833.842
Rendas do mercado de capitais	25.595	22.071	69.812	63.110	142.989	231.215	354.671	693.096
Tesouro Nacional e administração de fundos oficiais	93.768	109.888	289.880	312.602	93.768	109.888	289.880	312.602
Interbancária	28.268	37.377	96.268	110.872	28.268	37.377	96.268	110.872
Outras	283.682	300.562	871.408	941.008	468.157	506.985	1.407.801	1.592.289
Total	4.788.840	5.096.832	14.349.696	14.883.180	7.280.554	7.466.391	21.312.928	21.700.668

25 - DESPESAS DE PESSOAL

	BB Banco Múltiplo				BB Consolidado			
	3º Trimestre/2020	3º Trimestre/2019	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019	3º Trimestre/2020	3º Trimestre/2019	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019
Proventos	(2.292.013)	(2.082.561)	(6.694.245)	(6.642.906)	(2.580.711)	(2.322.005)	(7.505.725)	(7.342.758)
Benefícios	(772.589)	(732.541)	(2.404.594)	(2.219.766)	(808.029)	(765.206)	(2.511.700)	(2.315.298)
Encargos sociais	(709.852)	(716.686)	(2.111.096)	(2.157.416)	(772.210)	(773.799)	(2.297.102)	(2.329.069)
Provisões administrativas de pessoal	(791.334)	(1.042.023)	(2.095.076)	(2.251.088)	(791.334)	(1.042.023)	(2.095.076)	(2.251.088)
Previdência complementar	(198.826)	(200.884)	(618.846)	(594.975)	(201.823)	(203.706)	(627.875)	(603.189)
Honorários de diretores e conselheiros	(8.154)	(7.208)	(25.129)	(21.966)	(11.996)	(10.501)	(37.031)	(32.980)
Treinamento	(8.507)	(15.388)	(25.272)	(42.779)	(9.596)	(16.717)	(28.269)	(46.673)
Total	(4.781.275)	(4.797.291)	(13.974.258)	(13.930.896)	(5.175.699)	(5.133.957)	(15.102.778)	(14.921.055)

26 - OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	BB Banco Múltiplo				BB Consolidado			
	3º Trimestre/2020	3º Trimestre/2019	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019	3º Trimestre/2020	3º Trimestre/2019	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019
Amortização	(464.441)	(397.380)	(1.349.210)	(1.239.370)	(469.462)	(443.990)	(1.361.879)	(1.354.705)
Aluguéis	(319.757)	(317.895)	(958.668)	(959.424)	(340.685)	(331.104)	(1.017.649)	(1.005.362)
Depreciação	(327.684)	(294.734)	(945.846)	(896.853)	(338.194)	(303.234)	(976.146)	(926.554)
Serviços de vigilância e segurança	(286.637)	(285.383)	(842.466)	(839.338)	(295.038)	(292.332)	(865.738)	(858.726)
Serviços de terceiros	(251.350)	(204.919)	(661.193)	(601.542)	(279.175)	(222.677)	(730.594)	(652.969)
Serviços do sistema financeiro	(227.359)	(205.416)	(598.169)	(545.537)	(253.855)	(220.925)	(671.409)	(600.945)
Transporte	(167.257)	(198.697)	(611.370)	(568.380)	(181.070)	(215.753)	(652.604)	(617.371)
Comunicações	(172.309)	(170.979)	(509.031)	(530.590)	(187.397)	(183.603)	(554.817)	(565.559)
Manutenção e conservação de bens	(234.684)	(244.431)	(713.450)	(742.341)	(178.731)	(186.895)	(546.462)	(566.800)
Água, energia e gás	(97.425)	(111.084)	(337.634)	(372.195)	(100.947)	(114.706)	(348.164)	(383.399)
Processamento de dados	(197.849)	(209.068)	(589.295)	(585.059)	(105.226)	(124.144)	(329.825)	(331.258)
Serviços técnicos especializados	(78.632)	(88.362)	(236.970)	(247.043)	(96.158)	(111.252)	(287.541)	(303.280)
Propaganda e publicidade	(82.166)	(149.149)	(259.683)	(296.751)	(84.349)	(154.680)	(266.283)	(316.130)
Promoções e relações públicas	(20.087)	(38.134)	(92.006)	(98.623)	(20.656)	(40.159)	(97.389)	(102.391)
Material	(14.512)	(19.478)	(54.938)	(59.957)	(19.465)	(22.229)	(64.017)	(69.429)
Viagem no país	(3.168)	(14.090)	(21.919)	(45.216)	(6.986)	(20.059)	(35.212)	(62.143)
Outras	(238.361)	(201.401)	(712.905)	(625.991)	(262.766)	(216.388)	(812.857)	(662.630)
Total	(3.183.678)	(3.150.600)	(9.494.753)	(9.254.210)	(3.220.160)	(3.204.130)	(9.618.586)	(9.379.651)

27 - OUTRAS RECEITAS E OUTRAS DESPESAS

a) Outras Receitas Operacionais

	BB Banco Múltiplo				BB Consolidado			
	3º Trimestre/2020	3º Trimestre/2019	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019	3º Trimestre/2020	3º Trimestre/2019	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019
Recuperação de encargos e despesas	504.909	631.882	1.673.461	1.881.750	426.578	533.080	1.401.249	1.585.930
Atualização de depósitos em garantia	229.758	489.257	864.249	1.497.870	229.758	489.257	864.249	1.497.870
Atualização das destinações do superávit - Previ Plano 1 (Nota 29.f)	270.605	134.246	527.279	601.726	270.605	134.246	527.279	601.726
Operações com cartões	21.368	108.010	263.977	532.302	25.893	108.544	277.760	541.408
Reversão de provisões - despesas administrativas e de pessoal	74.682	49.759	163.877	249.290	74.682	49.759	163.877	249.290
Reversão de provisões - outras	40.170	17.368	62.841	98.813	46.358	16.543	97.841	102.789
Receitas das empresas controladas não financeiras	--	--	--	--	15.013	35.520	50.689	143.086
Rendas de títulos e créditos a receber	12.135	14.357	37.307	91.329	12.135	14.357	37.307	91.329
Atualização de impostos a compensar	11.519	100.546	25.001	213.818	11.519	100.546	25.001	213.818
Receitas decorrentes de condenações, custas e acordos judiciais	5.317	4.461	20.425	11.571	5.317	4.461	20.425	11.571
Atualização de ativo atuarial	4.044	2.709	9.774	184.038	4.044	2.709	9.773	184.038
Dividendos recebidos	2.481	32.342	37.317	70.047	1.175	(3.955)	5.394	1.855
Outras	214.016	215.744	416.276	565.974	231.140	245.630	510.306	401.311
Total	1.391.004	1.800.681	4.101.784	5.998.528	1.354.217	1.730.697	3.991.150	5.626.021

b) Outras Despesas Operacionais

	BB Banco Múltiplo				BB Consolidado			
	3º Trimestre/2020	3º Trimestre/2019	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019	3º Trimestre/2020	3º Trimestre/2019	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019
Atualização das obrigações atuariais	(418.331)	(393.883)	(1.289.264)	(1.000.190)	(418.331)	(393.883)	(1.289.264)	(1.000.190)
Operações com cartões	(372.716)	(461.836)	(1.152.200)	(1.238.642)	(398.136)	(484.839)	(1.233.126)	(1.305.946)
Bônus de relacionamento negocial	(302.440)	(398.761)	(904.018)	(1.247.785)	(302.439)	(398.761)	(904.017)	(1.247.785)
Descontos concedidos em renegociação	(243.495)	(307.389)	(723.260)	(781.082)	(243.515)	(307.408)	(723.280)	(781.101)
Serviços de terceiros	(233.604)	(274.615)	(674.710)	(858.513)	(218.432)	(245.145)	(626.938)	(787.231)
Autoatendimento	(132.651)	(58.861)	(365.499)	(157.533)	(132.651)	(58.861)	(365.499)	(157.533)
Despesas das empresas controladas não financeiras	--	--	--	--	(115.459)	(131.297)	(332.718)	(357.446)
Convênio INSS	(60.676)	(57.999)	(186.927)	(170.572)	(60.676)	(57.999)	(186.927)	(170.572)
Remuneração pelas transações de correspondentes bancários	(64.758)	(72.428)	(179.261)	(210.987)	(64.758)	(72.428)	(179.261)	(210.987)
Prêmio de seguro de vida - crédito direto ao consumidor	(48.411)	(36.575)	(138.358)	(108.894)	(48.411)	(36.575)	(138.358)	(108.894)
Falhas/fraudes e outras perdas	(37.377)	(31.339)	(93.733)	(92.182)	(40.381)	(33.830)	(101.694)	(99.445)
Remuneração pelas transações do Banco Postal	--	(38.820)	(17.580)	(113.120)	--	(38.820)	(17.580)	(113.120)
Bônus de adimplência	(3.112)	(25.130)	(16.115)	(109.341)	(3.112)	(25.130)	(16.115)	(109.341)
Outras despesas de provisões operacionais	(37)	(6.715)	(23.434)	(19.418)	(88)	(10.299)	(28.080)	(23.560)
Despesa de ajuste a valor recuperável sobre direitos de gestão de folhas de pagamento	--	(982.690)	--	(982.690)	--	(982.690)	--	(982.690)
Outras	(186.923)	(137.799)	(558.576)	(767.201)	(187.546)	(154.814)	(563.973)	(549.297)
Total	(2.104.531)	(3.284.840)	(6.322.935)	(7.858.150)	(2.233.935)	(3.432.779)	(6.706.830)	(8.005.138)

28 - PARTES RELACIONADAS

a) Pessoal-chave da administração

Custos com remuneração e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração do Banco do Brasil, formado pelos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	3º Trimestre/2020	3º Trimestre/2019	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019
Benefícios de curto prazo	11.238	14.480	40.309	43.689
Honorários e encargos sociais	7.394	8.191	23.212	25.032
Diretoria Executiva	7.259	8.049	22.894	24.726
Conselho de Administração	135	142	318	306
Remuneração variável (pecúnia) e encargos sociais	2.648	5.194	13.986	16.180
Outros ⁽¹⁾	1.196	1.095	3.111	2.477
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	--	14	607	535
Remuneração baseada em ações	--	--	10.801	15.290
Total	11.238	14.494	51.717	59.514

(1) Inclui, principalmente, contribuições patronais aos planos de saúde e de benefício pós-emprego, auxílio moradia, auxílio mudança, seguro de grupo, entre outros.

De acordo com a política de remuneração variável do Banco do Brasil, estabelecida em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.921/2010, parte da remuneração variável da Diretoria Executiva é paga em ações (Nota 23.n).

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao pessoal-chave da administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco.

b) Transações com partes relacionadas

O Banco possui política de transações com partes relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração e divulgada ao mercado. A política visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas envolvendo partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesse, sejam tomadas observando os interesses do Banco e de seus acionistas. A política se aplica a todos os colaboradores e administradores do Banco.

Dentre outras orientações, a política veda a realização de transações com partes relacionadas em condições diversas às de mercado ou que possam prejudicar os interesses da instituição. Sendo assim, as transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável e não envolvem riscos anormais de recebimento, conforme informações constantes em outras notas explicativas.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banco são eliminados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Dentre as transações realizadas pelo Banco com suas partes relacionadas, destacamos:

- transações bancárias, tais como aplicações em depósitos interfinanceiros, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, obrigações por empréstimos e repasses, prestação de serviços e de garantias, avais ou fianças;
- operações de alongamento de crédito rural, que são direitos junto ao Tesouro Nacional, decorrentes de cessação de operações de crédito rural alongadas na forma da Resolução CMN n.º 2.238/1996, bem como os valores a receber do Tesouro Nacional referentes à equalização de taxa de juros de programas incentivados pelo Governo Federal, na forma da Lei n.º 8.427/1992. A equalização de taxas, modalidade de subvenção econômica, representa o diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acrescido dos custos administrativos e tributários e os encargos cobrados do tomador final do crédito rural. O valor da equalização é atualizado pela Taxa Média Selic desde a sua apuração até o pagamento pelo Tesouro Nacional, que é realizado segundo programação orçamentária daquele Órgão, conforme estabelece a Legislação, preservando assim a adequada remuneração ao Banco;

- iii. disponibilização dos sistemas internos para a Previ, para votações, processos seletivos e acesso a normas internas de interesse comum, o que gera uma economia de custos para ambas as partes envolvidas;
- iv. contratos de comodato, onde o Banco figura basicamente como cessionário, utilizando-se dos espaços, principalmente, para instalação de terminais de autoatendimento, de postos de atendimento bancário e de agências, não representando volume significativo, uma vez que os contratos dessa natureza são realizados na maior parte com terceiros;
- v. disponibilização de estrutura para controladas e entidades patrocinadas, para desempenho de atividades operacionais mediante o ressarcimento dos custos e despesas apurados devido à utilização dos recursos humanos, materiais, tecnológicos e administrativos. O compartilhamento de estrutura visa obter ganho de eficiência operacional para o Conglomerado. Informações complementares, com relação à cessão de pessoal, constam da Nota 31.d – Cessão de empregados a órgãos externos;
- vi. aluguéis de imóveis de propriedade de entidades patrocinadas para desempenho das atividades do Banco;
- vii. aquisição de carteiras de operações de crédito cedidas pelo Banco Votorantim;
- viii. cessão de créditos oriundos de operações baixadas como prejuízos para a Ativos S.A; e
- ix. contratação de serviços especializados da BB Tecnologia S.A. (BBTS) para assistência técnica especializada, digitalização e reprodução de documentos, telemarketing, cobrança extrajudicial, suporte e apoio a processos de negócios financeiros e não financeiros, monitoramento, supervisão e execução de atividades inerentes a equipamentos e ambientes, desenvolvimento, sustentação e teste de *software*, suporte e operação em *data center*, gerenciamento de mensagens eletrônicas de telefonia celular, *outsourcing* e monitoria de sistemas de segurança física e *outsourcing* de telefonia.

Em 2019, o Banco estabeleceu Teto de Cartão de Crédito PJ para pagamento de contas da Cielo S.A. em condições financeiras usuais de mercado.

Em 2020, o Banco e a Caixa Econômica Federal (CEF), assinaram Contrato de Abertura de Crédito destinado à contratação de operações de crédito, no âmbito das áreas de habitação popular e demais operações habitacionais, no valor de até R\$ 4.100.200 mil, relativo ao orçamento de 2020.

As transações acima que envolvam valores são demonstradas adiante no quadro “Sumário das Transações com Partes Relacionadas”, segregados por natureza e categoria de entidades relacionadas.

Algumas transações constam em outras notas explicativas: os recursos aplicados em títulos públicos federais, estão relacionados na Nota 10; as informações referentes aos fundos públicos estão relacionadas na Nota 20; e as informações referentes aos repasses e demais transações com entidades patrocinadas estão relacionadas na Nota 29.

O Banco instituiu a Fundação Banco do Brasil (FBB) que tem por objetivo promover, apoiar, incentivar e patrocinar ações nos campos da educação, cultura, saúde, assistência social, recreação e desporto, ciência e tecnologia e assistência a comunidades urbano-rurais. No período de 01.01 a 30.09.2020, o Banco e suas subsidiárias realizaram contribuições para a FBB no valor de R\$ 81.287 mil (R\$ 49.621 mil no período de 01.01 a 30.09.2019).

c) Aquisição de carteiras de operações de crédito cedidas pelo Banco Votorantim

	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019
Cessão com retenção substancial de riscos e benefícios (com coobrigação)	7.856.098	3.107.504

d) Sumário das transações com partes relacionadas

	BB Banco Múltiplo					
	30.09.2020					
	Controlador ⁽¹⁾	Controladas ⁽²⁾	Joint ventures e Coligadas ⁽³⁾	Pessoal-chave da administração ⁽⁴⁾	Outras partes relacionadas ⁽⁵⁾	Total
Ativos						
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	94.667.301	1.948.274	--	355.586	96.971.161
Títulos e valores mobiliários	--	1.989.756	141.154	--	611.432	2.742.342
Carteira de crédito ⁽⁶⁾	--	--	6.688.786	4.271	15.152.852	21.845.909
Valores a receber de ligadas	--	55.830	299.892	--	9.408	365.130
Outros ativos ⁽⁷⁾	2.352.081	612.564	33.977	--	275.281	3.273.903
Garantias recebidas ⁽⁸⁾	--	--	34.199	--	1.442.068	1.476.267
Passivos						
Depósitos à vista	1.923.825	179.377	289.117	1.006	369.236	2.762.561
Depósitos de poupança	1.421	--	--	880	247.866	250.167
Depósitos a prazo	4.942.641	1.057.250	528.494	211	13.179.608	19.708.204
Captações no mercado aberto	43.306	14.010.208	6.454	--	11.626.026	25.685.994
Obrigações por empréstimos e repasses	188.371	90.915.812	--	--	57.026.502	148.130.685
Outros passivos ⁽⁹⁾	9.307.260	4.761.977	9.352.700	17.758	1.419.400	24.859.095
Garantias prestadas e outras coobrigações ⁽¹⁰⁾	--	1.041.826	5.009.492	--	716.078	6.767.396
	3º Trimestre/2020					
Receitas da intermediação financeira	327.727	1.288.588	113.999	100	220.580	1.950.994
Receitas de prestação de serviços	8.526	10.265	155.530	--	136.083	310.404
Outras receitas ⁽¹¹⁾	4.603	103.898	123.053	--	1.145	232.699
Despesas da intermediação financeira	(79.040)	(1.373.912)	(2.922)	(84)	(785.829)	(2.241.787)
Outras despesas	--	(270.464)	(151.995)	--	(177.959)	(600.418)
	01.01 a 30.09.2020					
Receitas da intermediação financeira	1.291.192	4.112.522	348.784	295	742.909	6.495.702
Receitas de prestação de serviços	26.188	29.317	376.203	--	314.184	745.892
Outras receitas ⁽¹¹⁾	11.879	330.332	391.411	--	6.242	739.864
Despesas da intermediação financeira	(256.713)	(4.383.215)	(12.675)	(339)	(2.421.333)	(7.074.275)
Outras despesas	--	(792.645)	(433.849)	--	(512.002)	(1.738.496)

(1) União (Tesouro Nacional e órgãos da Administração Direta do Governo Federal).

(2) Empresas relacionadas na Nota 2.f.

(3) Referem-se, principalmente, ao Banco Votorantim, Cielo, BB Mapfre Participações, Brasilprev, Brasilcap, Alelo, Cateno e Tecban.

(4) Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

(5) Inclui as transações mais significativas com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF, BNDES e Eletrobras. Fundos do Governo: Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger. Além dessas, entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

(6) A carteira de crédito possui R\$ 280 mil de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Houve reforço de provisão de R\$ 203 mil no 3º trimestre/2020 (reversão de provisão de R\$ 890 mil no período de 01.01 a 30.09.2020).

(7) As transações com o Controlador referem-se, principalmente, às operações de alongamento de crédito rural – Tesouro Nacional, equalização de taxas – safra agrícola, títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional.

(8) Referem-se, principalmente, a garantia do Tesouro Nacional, cobrança com registro, direitos creditórios resultantes de contrato, dentre outras.

(9) Referem-se, principalmente, a instrumentos financeiros derivativos e letras financeiras. Os saldos evidenciados na coluna "Joint ventures e coligadas" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos às transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.

(10) Inclui o Contrato de Abertura de Linha de Crédito Interbancário Rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

(11) Inclui o montante de R\$ 172.984 mil no 3º trimestre/2020 relativo aos ressarcimentos de custos e despesas provenientes do compartilhamento de estrutura (R\$ 539.268 mil no período de 01.01 a 30.09.2020).

	BB Banco Múltiplo					
	31.12.2019					
	Controlador ⁽¹⁾	Controladas ⁽²⁾	Joint ventures e Coligadas ⁽³⁾	Pessoal-chave da administração ⁽⁴⁾	Outras partes relacionadas ⁽⁵⁾	Total
Ativos						
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	79.522.814	559.618	--	652.514	80.734.946
Títulos e valores mobiliários	--	1.952.666	883.865	--	385.191	3.221.722
Carteira de crédito ⁽⁶⁾	--	314.307	4.522.222	4.996	16.080.604	20.922.129
Valores a receber de ligadas	--	55.150	263.634	--	9.634	328.418
Outros ativos ⁽⁷⁾	2.997.540	1.817.557	2.836	--	231.855	5.049.788
Garantias recebidas ⁽⁸⁾	--	--	18.918	--	2.314.822	2.333.740
Passivos						
Depósitos à vista	538.447	139.175	64.653	1.045	269.947	1.013.267
Depósitos de poupança	720	--	--	323	235.704	236.747
Depósitos a prazo	4.538.116	1.534.675	490.122	112	12.049.321	18.612.346
Captações no mercado aberto	42.337	17.955.353	35.672	--	8.759.749	26.793.111
Obrigações por empréstimos e repasses	167.215	76.112.113	--	--	60.741.468	137.020.796
Outros passivos ⁽⁹⁾	9.724.112	3.823.678	12.093.992	14.394	1.881.962	27.538.138
Garantias prestadas e outras coobrigações ⁽¹⁰⁾	--	826.654	5.011.026	403	714.055	6.552.138
	3º Trimestre/2019					
Receitas da intermediação financeira	722.307	1.256.603	132.174	119	361.017	2.472.220
Receitas de prestação de serviços	11.725	3.291	102.102	--	83.599	200.717
Outras receitas ⁽¹¹⁾	2.573	136.048	116.250	--	6.089	260.960
Despesas da intermediação financeira	(124.933)	(1.467.863)	(7.870)	(255)	(950.746)	(2.551.667)
Outras despesas	--	(301.391)	(155.450)	--	(240.130)	(696.971)
	01.01 a 30.09.2019					
Receitas da intermediação financeira	2.320.488	3.942.633	417.635	337	1.242.417	7.923.510
Receitas de prestação de serviços	32.682	7.309	289.829	--	236.397	566.217
Outras receitas ⁽¹¹⁾	36.893	366.614	342.576	--	15.044	761.127
Despesas da intermediação financeira	(349.156)	(4.220.308)	(24.792)	(803)	(3.003.165)	(7.598.224)
Outras despesas	--	(817.756)	(455.309)	--	(713.581)	(1.986.646)

(1) União (Tesouro Nacional e órgãos da Administração Direta do Governo Federal).

(2) Empresas relacionadas na Nota 2.f.

(3) Referem-se, principalmente, ao Banco Votorantim, Cielo, BB Mapfre Participações, Brasilprev, Brasilcap, Alelo, Cateno e Tecban.

(4) Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

(5) Inclui as transações mais significativas com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF, BNDES e Eletrobras. Fundos do Governo: Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger. Além dessas, entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

(6) A carteira de crédito possui R\$ 1.244 mil de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Houve reversão de provisão de R\$ 60 mil no 3º trimestre/2019 (reforço de R\$ 68 mil no período de 01.01 a 30.09.2019).

(7) As transações com o Controlador referem-se, principalmente, às operações de alongamento de crédito rural – Tesouro Nacional, equalização de taxas – safra agrícola, títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional.

(8) Referem-se, principalmente, a garantia do Tesouro Nacional, navios petroleiros, dentre outras.

(9) Referem-se, principalmente, a instrumentos financeiros derivativos e letras financeiras. Os saldos evidenciados na coluna "Joint ventures e coligadas" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos às transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.

(10) Inclui o Contrato de Abertura de Linha de Crédito Interbancário Rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

(11) Inclui o montante de R\$ 201.831 mil no 3º trimestre/2019 relativo aos ressarcimentos de custos e despesas provenientes do compartilhamento de estrutura (R\$ 602.336 mil no período de 01.01 a 30.09.2019).

	BB Consolidado				
	30.09.2020				
	Controlador ⁽¹⁾	Joint ventures e Coligadas ⁽²⁾	Pessoal-chave da administração ⁽³⁾	Outras partes relacionadas ⁽⁴⁾	Total
Ativos					
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	1.948.274	--	355.586	2.303.860
Títulos e valores mobiliários	--	3.316.236	--	645.708	3.961.944
Carteira de crédito ⁽⁵⁾	--	6.688.786	4.271	15.152.852	21.845.909
Valores a receber de ligadas	--	318.260	--	12.240	330.500
Outros ativos ⁽⁶⁾	2.352.081	55.500	--	295.481	2.703.062
Garantias recebidas ⁽⁷⁾	--	34.199	--	1.442.068	1.476.267
Passivos					
Depósitos à vista	1.923.825	289.117	1.006	369.236	2.583.184
Depósitos de poupança	1.421	--	880	247.866	250.167
Depósitos a prazo	5.084.517	528.494	211	13.179.608	18.792.830
Captações no mercado aberto	43.306	6.454	--	11.626.026	11.675.786
Obrigações por empréstimos e repasses	188.371	--	--	57.026.502	57.214.873
Outros passivos ⁽⁸⁾	1.207.260	11.691.877	17.758	1.419.425	14.336.320
Garantias prestadas e outras coobrigações ⁽⁹⁾	--	5.009.492	--	716.078	5.725.570
	3º Trimestre/2020				
Receitas da intermediação financeira	327.727	132.916	100	221.771	682.514
Receitas de prestação de serviços	8.652	1.319.734	--	147.968	1.476.354
Outras receitas ⁽¹⁰⁾	4.603	171.306	--	1.145	177.054
Despesas da intermediação financeira	(58.585)	(2.922)	(84)	(785.829)	(847.420)
Outras despesas	--	(151.995)	--	(178.345)	(330.340)
	01.01 a 30.09.2020				
Receitas da intermediação financeira	1.291.192	432.403	295	747.720	2.471.610
Receitas de prestação de serviços	26.559	3.540.767	--	346.732	3.914.058
Outras receitas ⁽¹⁰⁾	11.879	547.606	--	6.242	565.727
Despesas da intermediação financeira	(193.519)	(12.675)	(339)	(2.421.333)	(2.627.866)
Outras despesas	--	(433.849)	--	(513.455)	(947.304)

(1) União (Tesouro Nacional e órgãos da Administração Direta do Governo Federal).

(2) Referem-se, principalmente, ao Banco Votorantim, Cielo, BB Mapfre Participações, Brasilprev, Brasilcap, Alelo, Cateno e Tecban.

(3) Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

(4) Inclui as transações mais significativas com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF, BNDES e Eletrobras. Fundos do Governo: Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger. Além dessas, entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

(5) A carteira de crédito possui R\$ 280 mil de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Houve reforço de provisão de R\$ 203 mil no 3º trimestre/2020 (reversão de provisão de R\$ 890 mil no período de 01.01 a 30.09.2020).

(6) As transações com o Controlador referem-se, principalmente, às operações de alongamento de crédito rural – Tesouro Nacional, equalização de taxas – safra agrícola, títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional.

(7) Referem-se, principalmente, a garantia do Tesouro Nacional, cobrança com registro, direitos creditórios resultantes de contrato, dentre outras.

(8) Referem-se, principalmente, a instrumentos financeiros derivativos e letras financeiras. Os saldos evidenciados na coluna "Joint ventures e coligadas" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos às transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.

(9) Inclui o Contrato de Abertura de Linha de Crédito Interbancário Rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

(10) Inclui o montante de R\$ 70.590 mil no 3º trimestre/2020 relativo aos ressarcimentos de custos e despesas provenientes do compartilhamento de estrutura (R\$ 242.053 mil no período de 01.01 a 30.09.2020).

	BB Consolidado				
	31.12.2019				
	Controlador ⁽¹⁾	Joint ventures e Coligadas ⁽²⁾	Pessoal-chave da administração ⁽³⁾	Outras partes relacionadas ⁽⁴⁾	Total
Ativos					
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	559.618	--	652.514	1.212.132
Títulos e valores mobiliários	--	4.294.074	--	397.893	4.691.967
Carteira de crédito ⁽⁵⁾	--	4.522.222	4.996	16.080.604	20.607.822
Valores a receber de ligadas	--	271.209	--	9.637	280.846
Outros ativos ⁽⁶⁾	2.997.540	129.948	--	259.704	3.387.192
Garantias recebidas ⁽⁷⁾	--	18.918	--	2.314.822	2.333.740
Passivos					
Depósitos à vista	540.503	64.653	1.045	269.947	876.148
Depósitos de poupança	720	--	323	235.704	236.747
Depósitos a prazo	4.631.093	490.122	112	12.049.322	17.170.649
Captações no mercado aberto	42.337	35.672	--	8.759.749	8.837.758
Obrigações por empréstimos e repasses	167.215	--	--	60.741.527	60.908.742
Outros passivos ⁽⁸⁾	1.624.112	13.096.727	14.394	1.881.962	16.617.195
Garantias prestadas e outras coobrigações ⁽⁹⁾	--	5.011.026	403	714.055	5.725.484
	3º Trimestre/2019				
Receitas da intermediação financeira	722.307	189.372	119	362.271	1.274.069
Receitas de prestação de serviços	12.905	1.096.030	--	127.445	1.236.380
Outras receitas ⁽¹⁰⁾	2.573	263.731	--	6.089	272.393
Despesas da intermediação financeira	(61.313)	(7.870)	(255)	(950.746)	(1.020.184)
Outras despesas	--	(156.753)	--	(240.949)	(397.702)
	01.01 a 30.09.2019				
Receitas da intermediação financeira	2.320.488	587.552	337	1.246.797	4.155.174
Receitas de prestação de serviços	33.862	3.123.893	--	284.188	3.441.943
Outras receitas ⁽¹⁰⁾	36.893	702.030	--	15.044	753.967
Despesas da intermediação financeira	(161.487)	(24.792)	(803)	(3.003.168)	(3.190.250)
Outras despesas	--	(456.633)	--	(715.528)	(1.172.161)

(1) União (Tesouro Nacional e órgãos da Administração Direta do Governo Federal).

(2) Referem-se, principalmente, ao Banco Votorantim, Cielo, BB Mapfre Participações, Brasilprev, Brasilcap, Alelo, Cateno e Tecban.

(3) Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

(4) Inclui as transações mais significativas com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF, BNDES e Eletrobras. Fundos do Governo: Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger. Além dessas, entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

(5) A carteira de crédito possui R\$ 1.244 mil de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Houve reversão de provisão de R\$ 60 mil no 3º trimestre/2019 (reforço de R\$ 68 mil no período de 01.01 a 30.09.2019).

(6) As transações com o Controlador referem-se, principalmente, às operações de alongamento de crédito rural – Tesouro Nacional, equalização de taxas – safra agrícola, títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional.

(7) Referem-se, principalmente, a garantia do Tesouro Nacional, navios petroleiros, dentre outras.

(8) Referem-se, principalmente, a instrumentos financeiros derivativos e letras financeiras. Os saldos evidenciados na coluna "Joint ventures e coligadas" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos as transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.

(9) Inclui o Contrato de Abertura de Linha de Crédito Interbancário Rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

(10) Inclui o montante de R\$ 102.181 mil no 3º trimestre/2019 relativo aos ressarcimentos de custos e despesas provenientes do compartilhamento de estrutura (R\$ 304.335 mil no período de 01.01 a 30.09.2019).

29 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco do Brasil é patrocinador das seguintes entidades de previdência privada e de saúde complementar, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários:

	Planos	Benefícios	Classificação
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil	Previ Futuro	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida
	Plano de Benefícios 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Informal	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
Cassi - Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Plano de Associados	Assistência médica	Benefício definido
Economus – Instituto de Seguridade Social	Prevmais	Aposentadoria e pensão	Contribuição variável
	Regulamento Geral	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Regulamento Complementar 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Grupo B'	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS	Assistência médica	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS II	Assistência médica	Benefício definido
	Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC	Assistência médica	Benefício definido
Fusesc - Fundação Codesc de Seguridade Social	Multifuturo I	Aposentadoria e pensão	Contribuição variável
	Plano de Benefícios I	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
SIM - Caixa de Assistência dos Empregados dos Sistemas Besc e Codesc, do Badesc e da Fusesc	Plano de Saúde	Assistência médica	Contribuição definida
Prevbep – Caixa de Previdência Social	Plano BEP	Aposentadoria e pensão	Benefício definido

Número de Participantes Abrangidos pelos Planos de Benefícios Patrocinados pelo Banco

	30.09.2020			31.12.2019		
	N.º de participantes			N.º de participantes		
	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
Planos de Aposentadoria e Pensão	94.542	120.043	214.585	95.971	120.303	216.274
Plano de Benefícios 1 - Previ	6.908	99.849	106.757	7.470	100.057	107.527
Plano Previ Futuro	75.005	2.271	77.276	75.735	2.073	77.808
Plano Informal	--	2.590	2.590	--	2.661	2.661
Outros Planos	12.629	15.333	27.962	12.766	15.512	28.278
Planos de Assistência Médica	95.184	106.214	201.398	96.631	106.837	203.468
Cassi	84.977	99.945	184.922	86.383	100.145	186.528
Outros Planos	10.207	6.269	16.476	10.248	6.692	16.940

Contribuições do Banco para os Planos de Benefícios

	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019
Planos de Aposentadoria e Pensão	1.254.679	1.211.251
Plano de Benefícios 1 - Previ ⁽¹⁾	442.842	464.987
Plano Previ Futuro	527.978	489.276
Plano Informal	104.182	108.550
Outros Planos	179.677	148.438
Planos de Assistência Médica	2.127.509	942.379
Cassi ⁽²⁾	2.004.872	809.853
Outros Planos	122.637	132.526
Total	3.382.188	2.153.630

(1) Refere-se às contribuições relativas aos participantes amparados pelo Contrato 97 e ao Plano 1, sendo que essas contribuições ocorreram respectivamente através da realização do Fundo Paridade até 2018 e do Fundo de Utilização (Nota 29.f). O Contrato 97 tem por objeto disciplinar a forma do custeio necessário à constituição de parte equivalente a 53,7% do valor garantidor do pagamento do complemento de aposentadoria devido aos participantes admitidos no Banco até 14.04.1967 que tivessem se aposentado ou viessem a se aposentar após essa data, exceto aqueles participantes que fazem parte do Plano Informal.

(2) No período de 01.01 a 30.09.2020, inclui contribuições retroativas a janeiro/2019, referentes à taxa de administração temporária e contribuição patronal sobre dependentes, bem como a liquidação antecipada do Banco para com o Grupo dos Dependentes Indiretos (GDI) (Nota 31.g).

Em 30.06.2020, as contribuições do Banco para os planos de benefício definido (pós-emprego) foram estimadas em R\$ 956.753 mil para os próximos 6 meses e R\$ 1.789.587 mil para os próximos 12 meses.

Valores Reconhecidos no Resultado

	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019
Planos de Aposentadoria e Pensão	(1.273.099)	(747.741)
Plano de Benefícios 1 - Previ	(512.187)	(10.765)
Plano Previ Futuro	(527.978)	(489.276)
Plano Informal	(82.341)	(78.453)
Outros Planos	(150.593)	(169.247)
Planos de Assistência Médica	(1.553.472)	(1.208.793)
Cassi	(1.425.370)	(1.070.290)
Outros Planos	(128.102)	(138.503)
Total	(2.826.571)	(1.956.534)

Informações detalhadas em relação aos planos de benefício definido constam na Nota 29.d.4.

a) Planos de Aposentadoria e Pensão

Previ Futuro (Previ)

Plano destinado aos funcionários do Banco admitidos na empresa a partir de 24.12.1997. Os participantes ativos contribuem com 7% a 17% do salário de participação na Previ. Os percentuais de participação variam em função do tempo de empresa e do nível do salário de participação. Não há contribuição para participantes inativos. O patrocinador contribui com montantes idênticos aos dos participantes, limitado a 14% da folha de salários de participação desses participantes.

Plano de Benefícios 1 (Previ)

Participam os funcionários do Banco que nele se inscreveram até 23.12.1997. Os participantes, tanto os ativos quanto os aposentados, contribuem com um percentual entre 1,8% e 7,8% do salário de participação ou dos complementos de aposentadoria.

Plano Informal (Previ)

É de responsabilidade exclusiva do Banco do Brasil, cujas obrigações contratuais incluem:

(a) pagamento de aposentadoria dos participantes fundadores e dos beneficiários dos participantes falecidos até 14.04.1967;

(b) pagamento da complementação de aposentadoria aos demais participantes que se aposentaram até 14.04.1967 ou que, na mesma data, já reuniam condições de se aposentar por tempo de serviço e contavam com pelo menos 20 anos de serviço efetivo no Banco do Brasil; e

(c) aumento no valor dos proventos de aposentadoria e das pensões além do previsto no plano de benefícios da Previ, decorrente de decisões judiciais e de decisões administrativas em função de reestruturação do plano de cargos e salários e de incentivos criados pelo Banco.

Em 31.12.2012, o Banco do Brasil e a Previ formalizaram contrato por meio do qual o Banco do Brasil integralizou, com recursos do Fundo Paridade, 100% das reservas matemáticas relativas ao Grupo Especial, de responsabilidade exclusiva do Banco, cuja operacionalização migrou do Plano Informal para o Plano de Benefícios 1 da Previ. O Grupo Especial abrange os participantes do Plano de Benefícios 1 da Previ, integrantes do parágrafo primeiro da cláusula primeira do contrato de 24.12.1997, que obtiveram complementos adicionais de aposentadoria decorrentes de decisões administrativas e/ou decisões judiciais.

Prevmais (Economus)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.11.2009) inscritos a partir de 01.08.2006 e os participantes anteriormente vinculados ao plano de benefícios do Regulamento Geral que optaram pelo saldamento. O custeio para os benefícios de renda é paritário, limitado a 8% dos salários dos participantes. O plano oferece também benefícios de risco – suplementação de auxílio doença/acidente de trabalho, invalidez e pensão por morte.

Regulamento Geral (Economus)

Plano do qual fazem parte os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa inscritos até 31.07.2006. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

Regulamento Complementar 1 (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. Oferece os benefícios de complementação do auxílio-doença e pecúlios por morte e por invalidez. O custeio do plano é de responsabilidade da patrocinadora, dos participantes e dos assistidos.

Grupo B' (Economus)

Grupo de funcionários e aposentados oriundos do Banco Nossa Caixa admitidos no período de 22.01 a 13.05.1974 e seus assistidos. O nível do benefício, a ser concedido quando da implementação de todas as condições previstas em regulamento, é conhecido *a priori*.

Plano Multifuturo I (Fusesc)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco do Estado de Santa Catarina – Besc (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.09.2008) inscritos a partir de 12.01.2003 e os participantes anteriormente vinculados ao Plano de Benefícios I da Fusesc que optaram por este plano. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente entre 2,33% e 7% do salário de participação, conforme decisão contributiva de cada participante.

Plano de Benefícios I (Fusesc)

Voltado aos funcionários oriundos do Besc inscritos até 11.01.2003. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

Plano BEP (Prevbep)

Participam os funcionários oriundos do Banco do Estado do Piauí – BEP (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.11.2008). Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

b) Planos de Assistência Médica**Plano de Associados (Cassi)**

O Banco é contribuinte do plano de saúde administrado pela Cassi, que tem como principal objetivo conceder auxílio para cobertura de despesas com a promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde do associado e seus beneficiários inscritos. O Banco contribui mensalmente com importância equivalente a 4,5% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, além de 3% por dependente de funcionário da ativa (até três dependentes), mais uma taxa de administração temporária, correspondente a 10% sobre o somatório das contribuições patronais e pessoais (titulares em atividade), até 2021.

A contribuição mensal dos associados e beneficiários de pensão é de 4% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, coparticipação em alguns procedimentos, além de contribuição por dependente, seguindo as regras previstas no Estatuto da Cassi e no regulamento do plano.

Plano Unificado de Saúde – PLUS (Economus)

Plano dos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa, inscritos até 31.12.2000. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes (preferenciais e não preferenciais).

Plano Unificado de Saúde – PLUS II (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa, inscritos a partir de 01.01.2001. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes preferenciais e filhos maiores. O plano não prevê a inclusão de dependentes não preferenciais.

Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC (Economus)

Voltado para os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa lotados no estado de São Paulo. São titulares do plano os empregados aposentados por invalidez dos Grupos “B” (Regulamento Complementar 1) e “C” (Regulamento Geral) e os seus dependentes, que participam do custeio na medida de sua utilização e de acordo com tabela progressiva e faixa salarial.

Plano SIM Saúde (SIM)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Besc, além dos vinculados a outros patrocinadores (Badesc, Codesc, Bescor, Fusesc e a própria SIM). A contribuição mensal dos beneficiários titulares ativos é de 4,55% do valor da remuneração bruta, incluindo o 13º salário, dos titulares inativos é de 11,72%, e dos patrocinadores 7,17%. Os beneficiários também contribuem com 0,99% por dependente. O plano também prevê coparticipação em procedimentos ambulatoriais.

c) Fatores de Risco

O Banco pode ser requerido a efetuar contribuições extraordinárias para Previ, Economus, Fusesc e Prevbep, o que pode afetar negativamente o resultado operacional.

Os critérios utilizados para apuração da obrigação do Banco com o conjunto de Planos destas Entidades Patrocinadas incorporam estimativas e premissas de natureza atuarial e financeira de longo prazo, bem como aplicação e interpretação de normas regulamentares vigentes. Assim, as imprecisões inerentes ao processo de utilização de estimativas e premissas podem resultar em divergências entre o valor registrado e o efetivamente realizado, resultando em impactos negativos ao resultado das operações do Banco.

d) Avaliações Atuariais

As avaliações atuariais são elaboradas semestralmente e as informações constantes nos quadros a seguir referem-se àquelas efetuadas nas datas base de 30.06.2020, 31.12.2019 e 30.06.2019, exceto quando indicado de outra forma.

d.1) Mudanças no valor presente das obrigações atuariais de benefício definido

	Plano 1 - Previ			Plano Informal - Previ			Plano de Associados - Cassi			Outros Planos		
	1º Sem/2020	Exerc/2019	1º Sem/2019	1º Sem/2020	Exerc/2019	1º Sem/2019	1º Sem/2020	Exerc/2019	1º Sem/2019	1º Sem/2020	Exerc/2019	1º Sem/2019
Saldo Inicial	(211.164.640)	(172.028.674)	(172.028.674)	(1.100.658)	(940.374)	(940.374)	(13.234.231)	(9.394.601)	(9.394.601)	(11.833.607)	(9.719.429)	(9.719.429)
Custo de juros	(7.172.102)	(15.808.281)	(7.819.489)	(34.205)	(80.681)	(40.437)	(451.379)	(954.302)	(447.989)	(403.900)	(901.862)	(443.203)
Custo do serviço corrente	(160.305)	(332.022)	(156.869)	--	--	--	(43.872)	(92.546)	(48.698)	(5.594)	(16.776)	(11.666)
Custo do serviço passado	--	--	--	(25.843)	(26.175)	(14.178)	(56.700)	--	--	--	--	--
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	6.566.434	12.572.211	6.215.852	73.093	157.629	76.046	365.590	745.828	335.642	337.312	701.391	318.825
Reduções/liquidações ⁽¹⁾	--	--	--	--	--	--	450.920	--	--	--	--	--
Remensurações de ganhos/(perdas) atuariais	21.163.536	(35.567.874)	(21.535.533)	32.254	(211.057)	(157.240)	891.803	(3.538.610)	(2.812.795)	998.453	(1.896.931)	(1.306.960)
Ajuste de experiência	3.223.095	(3.586.618)	(2.297.045)	8.097	(98.337)	(91.565)	(273.693)	(1.258.362)	(1.123.449)	49.194	98.144	(217.989)
Alterações premissas biométricas/demográficas	--	--	--	--	--	--	--	1.089	--	--	(258.911)	--
Alterações premissas financeiras	17.940.441	(31.981.256)	(19.238.488)	24.157	(112.720)	(65.675)	1.165.496	(2.281.337)	(1.689.346)	949.259	(1.736.164)	(1.088.971)
Saldo Final	(190.767.077)	(211.164.640)	(195.324.713)	(1.055.359)	(1.100.658)	(1.076.183)	(12.077.869)	(13.234.231)	(12.368.441)	(10.907.336)	(11.833.607)	(11.162.433)
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	(177.474.280)	(194.700.370)	(188.991.543)	--	--	--	(161.500)	(161.500)	(242.250)	(7.212.339)	(7.416.701)	(6.881.798)
Valor presente das obrigações atuariais a descoberto	(13.292.797)	(16.464.270)	(6.333.170)	(1.055.359)	(1.100.658)	(1.076.183)	(11.916.369)	(13.072.731)	(12.126.191)	(3.694.997)	(4.416.906)	(4.280.635)

(1) Liquidação da obrigação contratual do Banco para com o Grupo dos Dependentes Indiretos (GDI), pertencente ao Plano de Associados, administrado pela Cassi.

d.2) Mudanças no valor justo dos ativos do plano

	Plano 1 - Previ			Plano Informal - Previ			Plano de Associados - Cassi			Outros Planos ⁽¹⁾		
	1º Sem/2020	Exerc/2019	1º Sem/2019	1º Sem/2020	Exerc/2019	1º Sem/2019	1º Sem/2020	Exerc/2019	1º Sem/2019	1º Sem/2020	Exerc/2019	1º Sem/2019
Saldo Inicial	194.700.370	179.197.455	179.197.455	--	--	--	161.500	242.250	242.250	7.416.701	6.045.154	6.045.154
Receita de juros	6.611.673	15.909.119	8.164.485	--	--	--	--	--	--	255.661	559.710	275.625
Antecipação de contraprestação ⁽²⁾	--	--	--	--	--	--	--	(80.750)	--	--	--	--
Contribuições recebidas	580.994	1.413.748	600.885	73.093	157.629	76.046	365.590	745.828	335.642	190.622	350.595	139.870
Participantes	273.572	580.991	270.204	--	--	--	--	--	--	70.944	128.259	48.963
Empregador ⁽³⁾	307.422	832.757	330.681	73.093	157.629	76.046	365.590	745.828	335.642	119.678	222.336	90.907
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	(6.566.434)	(12.572.211)	(6.215.852)	(73.093)	(157.629)	(76.046)	(365.590)	(745.828)	(335.642)	(337.312)	(701.391)	(318.825)
Ganho/(perda) atuarial sobre os ativos do plano	(17.852.323)	10.752.259	7.244.570	--	--	--	--	--	--	(313.333)	1.162.633	739.974
Saldo Final	177.474.280	194.700.370	188.991.543	--	--	--	161.500	161.500	242.250	7.212.339	7.416.701	6.881.798

(1) Refere-se aos seguintes planos: Regulamento Geral (Economus), Prevmias (Economus), Regulamento Complementar 1 (Economus), Multifuturo I (Fusesc), Plano I (Fusesc) e Plano BEP (Prevbep).

(2) Refere-se ao adiantamento de contribuições patronais incidentes sobre a gratificação de natal (13º salário) correspondente ao período de 2018 a 2021.

(3) No Plano 1 – Previ, inclui o valor de R\$ 33.850 mil (R\$ 251.766 mil no Exercício/2019 e R\$ 60.477 mil no 1º Semestre/2019), referente ao Contrato 97 e Grupo Especial.

Em 30.09.2020, foi realizada avaliação intermediária nos valores dos ativos garantidores e passivos atuariais, em face das mudanças significativas nos valores de mercado e nas taxas de juros, decorrentes dos impactos da Covid-19.

d.3) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019
1) Valor justo dos ativos do plano ⁽¹⁾	177.474.280	194.700.370	--	--	161.500	161.500	7.212.339	7.416.701
2) Valor presente das obrigações atuariais ⁽¹⁾	(190.767.077)	(211.164.640)	(1.055.359)	(1.100.658)	(12.077.869)	(13.234.231)	(10.907.336)	(11.833.607)
3) Superávit/(déficit) (1+2) ⁽¹⁾	(13.292.797)	(16.464.270)	(1.055.359)	(1.100.658)	(11.916.369)	(13.072.731)	(3.694.997)	(4.416.906)
4) Superávit/(déficit) - parcela patrocinadora ⁽¹⁾	(6.646.399)	(8.232.135)	(1.055.359)	(1.100.658)	(11.916.369)	(13.072.731)	(2.504.150)	(2.943.584)
5) Remensuração atuarial intermediária ⁽²⁾	7.062.669	--	27.191	--	1.086.886	--	477.788	--
6) Valores reconhecidos no resultado	(151.820)	--	(22.293)	--	(457.677)	--	(87.239)	--
7) Valores recebidos dos fundos no 3º Trimestre/2020	135.420	--	--	--	--	--	--	--
8) Benefícios pagos	--	--	31.089	--	382.268	--	95.018	--
9) Ativo/(passivo) atuarial líquido registrado (4+5+6+7+8) ⁽³⁾	399.870	(8.232.135)	(1.019.372)	(1.100.658)	(10.904.892)	(13.072.731)	(2.018.583)	(2.943.584)
Ativos/(passivos) atuariais atualizados após as movimentações acima								
Valor justo dos ativos do plano	177.165.170	194.700.370	--	--	161.500	161.500	7.280.575	7.416.701
Valor presente das obrigações atuariais	(176.365.431)	(211.164.640)	(1.019.372)	(1.100.658)	(11.066.392)	(13.234.231)	(10.490.005)	(11.833.607)
Superávit/(déficit)	799.739	(16.464.270)	(1.019.372)	(1.100.658)	(10.904.892)	(13.072.731)	(3.209.430)	(4.416.906)
Ativo/(passivo) atuarial líquido registrado ⁽³⁾	399.870	(8.232.135)	(1.019.372)	(1.100.658)	(10.904.892)	(13.072.731)	(2.018.583)	(2.943.584)

(1) Em 30.09.2020, referem-se aos valores constantes da avaliação atuarial de 30.06.2020, antes da remensuração intermediária.

(2) Em 30.09.2020, houve atualização intermediária do valor justo dos ativos garantidores dos planos decorrente de alterações nos valores de mercado, bem como do valor presente das obrigações atuariais decorrente de alteração nas taxas de desconto utilizadas nos cálculos atuariais (Nota 29.d.8).

(3) Refere-se à parcela do patrocinador no superávit/(déficit).

d.4) Detalhamento dos valores reconhecidos no resultado relativos aos planos de benefício definido

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019
Custo do serviço corrente	(108.974)	(122.223)	--	--	(69.114)	(70.622)	(3.877)	(7.110)
Custo dos juros	(5.365.441)	(5.906.942)	(51.255)	(60.559)	(679.237)	(701.145)	(341.526)	(374.267)
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	4.962.228	6.018.400	--	--	--	--	195.745	208.362
Custo do serviço passado não reconhecido	--	--	(31.086)	(17.894)	(56.700)	--	--	--
Despesa com funcionários da ativa	--	--	--	--	(620.319)	(298.523)	(130.691)	(137.606)
Outros ajustes/reversão	--	--	--	--	--	--	1.654	2.871
(Despesa)/receita reconhecida na DRE	(512.187)	(10.765)	(82.341)	(78.453)	(1.425.370)	(1.070.290)	(278.695)	(307.750)

d.5) Valores reconhecidos no patrimônio líquido

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	30.09.2020 ⁽¹⁾	31.12.2019	30.09.2020 ⁽¹⁾	31.12.2019	30.09.2020 ⁽¹⁾	31.12.2019	30.09.2020 ⁽¹⁾	31.12.2019
Saldo Inicial	(17.490.891)	(11.560.758)	(226.025)	(119.938)	(3.208.963)	(1.377.520)	(1.236.626)	(1.027.497)
Ajustes de avaliação patrimonial	8.701.350	(12.533.690)	59.445	(211.058)	1.978.689	(3.538.612)	899.744	(537.526)
Efeitos fiscais	(3.915.608)	6.603.557	(26.750)	104.971	(890.410)	1.707.169	(405.679)	328.397
Saldo Final	(12.705.149)	(17.490.891)	(193.330)	(226.025)	(2.120.684)	(3.208.963)	(742.561)	(1.236.626)

(1) Em 30.09.2020, houve atualização intermediária dos ativos garantidores e passivos atuariais, em face das mudanças significativas nos valores de mercado e nas taxas de juros, decorrentes dos impactos da Covid-19.

d.6) Perfil de vencimento das obrigações atuariais de benefício definido - Posição em 30.06.2020

	<i>Duration</i> ⁽¹⁾	Pagamentos de benefícios esperados ⁽²⁾				
		Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Acima 3 anos	Total
Plano 1 (Previ)	11,79	13.654.512	13.484.641	13.359.206	290.327.009	330.825.368
Plano Informal (Previ)	6,35	153.123	136.200	120.680	905.322	1.315.325
Plano de Associados (Cassi)	13,03	864.203	854.205	849.634	21.640.515	24.208.557
Regulamento Geral (Economus)	12,06	521.904	524.063	526.242	12.881.962	14.454.171
Regulamento Complementar 1 (Economus)	14,24	2.807	2.943	3.088	133.791	142.629
Plus I e II (Economus)	15,30	44.524	45.563	46.908	1.833.408	1.970.403
Grupo B' (Economus)	10,57	19.235	19.109	18.965	371.378	428.687
Prevmais (Economus)	16,34	13.669	14.635	15.501	748.318	792.123
Multifuturo I (Fusesc)	19,28	6.734	6.873	7.023	476.575	497.205
Plano I (Fusesc)	9,64	44.177	43.450	42.683	691.642	821.952
Plano BEP (Prevbep)	12,05	5.196	5.635	5.836	140.375	157.042

(1) Duração média ponderada, em anos, da obrigação atuarial de benefício definido.

(2) Valores considerados sem descontar a valor presente.

d.7) Composição dos ativos dos planos, antes da avaliação intermediária nos valores dos ativos garantidores

	Plano 1 - Previ		Outros Planos	
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
Renda fixa	81.762.401	84.655.721	5.802.399	5.791.610
Renda variável ⁽¹⁾	77.769.229	92.404.796	611.700	821.833
Investimentos imobiliários	11.251.869	10.747.460	318.292	331.681
Empréstimos e financiamentos	5.501.703	5.548.961	169.861	167.758
Outros ⁽²⁾	1.189.078	1.343.432	471.587	465.319
Total	177.474.280	194.700.370	7.373.839	7.578.201
Montantes incluídos no valor justo dos ativos do plano				
Em instrumentos financeiros próprios da entidade	6.461.752	9.371.430	30.605	33.563
Em propriedades ou outros ativos utilizados pela entidade	89.597	90.463	39.119	39.967

(1) No Plano 1 – Previ, inclui o valor de R\$ 26.805.347 mil (R\$ 42.137.086 mil em 31.12.2019), referente a ativos não cotados em mercado ativo.

(2) Em Outros Planos, inclui o valor de R\$ 161.500 mil referente aos ativos da Cassi.

d.8) Principais premissas atuariais adotadas em cada período de relatório

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
Taxa de inflação (a.a.)	3,55%	3,54%	3,55%	3,56%	3,56%	3,53%	3,53%	3,53%
Taxa real de desconto (a.a.) ⁽¹⁾	4,19%	3,48%	3,46%	3,17%	4,29%	3,50%	4,23%	3,49%
Taxa nominal de retorno dos investimentos (a.a.)	7,89%	7,14%	--	--	--	--	7,92%	7,15%
Taxa real de crescimento salarial esperado (a.a.)	0,93%	0,93%	--	--	--	--	0,92%	0,92%
Tábua de sobrevivência	BR-EMSsb-2015		BR-EMSsb-2015		BR-EMSsb-2015		AT-2000 / AT-83	
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado	

(1) Em 30.09.2020, as taxas reais de desconto (a.a.) utilizadas na atualização intermediária dos planos foram de: Plano 1 – Previ 5,09%, Plano Informal – Previ 4,30%, Plano de Associados – Cassi 5,20% e Outros Planos 5,12%.

O Banco, para definição dos valores relativos aos planos de benefício definido, utiliza métodos e premissas diferentes daqueles apresentados pelas entidades patrocinadas.

O pronunciamento técnico CPC 33 (R1) detalha a questão da contabilização assim como os efeitos ocorridos ou a ocorrer nas empresas patrocinadoras de planos de benefícios a empregados. Por sua vez, as entidades patrocinadas obedecem às normas emanadas do Ministério da Economia, por intermédio do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc. As diferenças mais relevantes concentram-se na definição dos valores relativos ao Plano 1 – Previ.

d.9) Diferenças de premissas do Plano 1 - Previ - Posição em 30.06.2020

	Banco	Previ
Taxa real de desconto (a.a.) ⁽¹⁾	4,19%	4,75%
Avaliação de ativos		
Títulos públicos	Valor de mercado	Custo Amortizado
Participações acionárias	Valor de mercado	Média Ponderada ⁽²⁾
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado	Método Agregado

(1) Em 30.09.2020, a taxa real de desconto (a.a.) utilizada pelo Banco na atualização intermediária foi de 5,09%.

(2) A Previ, na metodologia de avaliação para o seu investimento na Litel, utiliza a precificação ao final de cada mês e considera uma média ponderada das cotações dos três meses anteriores.

d.10) Conciliação dos valores apurados no Plano 1 - Previ/Banco

	Ativos do Plano		Obrigações Atuariais		Efeito no Superávit/(Déficit)	
	30.09.2020 ⁽¹⁾	31.12.2019	30.09.2020 ⁽¹⁾	31.12.2019	30.09.2020 ⁽¹⁾	31.12.2019
Valor apurado - Previ	158.258.439	167.103.388	(166.332.676)	(164.817.351)	(8.074.237)	2.286.037
Incorporação dos valores do contrato 97	12.415.645	12.926.132	(12.415.645)	(12.926.132)	--	--
Incorporação dos valores do Grupo Especial	1.057.558	1.093.684	(1.057.558)	(1.093.684)	--	--
Ajuste no valor dos ativos do plano ⁽²⁾	5.433.528	13.577.166	--	--	5.433.528	13.577.166
Ajuste nas obrigações - taxa de desconto/regime de capitalização	--	--	3.440.448	(32.327.473)	3.440.448	(32.327.473)
Valor apurado - Banco	177.165.170	194.700.370	(176.365.431)	(211.164.640)	799.739	(16.464.270)

(1) Em 30.09.2020, houve atualização intermediária dos ativos garantidores e passivos atuariais, em face das mudanças significativas nos valores de mercado e nas taxas de juros, devido aos impactos da Covid-19.

(2) Refere-se principalmente aos ajustes efetuados pelo Banco na apuração do valor justo dos investimentos na Litel e em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.

d.11) Análise de Sensibilidade

As análises de sensibilidade são baseadas na mudança em uma das premissas, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer, e as mudanças em algumas das premissas podem ser correlacionadas.

Os métodos utilizados na elaboração da análise de sensibilidade não se alteraram em relação ao período anterior, sendo observadas as atualizações nos parâmetros de taxa de desconto.

A tabela abaixo apresenta a análise de sensibilidade das premissas atuariais mais relevantes, demonstrando o aumento/(redução) nas obrigações dos benefícios definidos, com as variações razoavelmente possíveis para 30.06.2020.

	Taxa de Desconto		Expectativa de Vida		Crescimento Salarial	
	+0,25%	-0,25%	+1 ano	-1 ano	+0,25%	-0,25%
Plano 1 (Previ)	(5.017.012)	5.263.187	3.567.025	(3.596.720)	59.058	(58.633)
Plano Informal (Previ)	(15.794)	16.303	37.527	(36.608)	--	--
Plano de Associados (Cassi)	(315.379)	331.602	182.877	(182.937)	1.217	(1.186)
Regulamento Geral (Economus)	(219.618)	229.829	170.801	(174.146)	--	--
Regulamento Complementar 1 (Economus)	(2.426)	2.546	(1.453)	1.475	--	--
Plus I e II (Economus)	(31.980)	30.293	43.771	(45.833)	--	--
Grupo B' (Economus)	(6.386)	6.650	6.798	(6.928)	--	--
Prevmais (Economus)	(10.611)	11.182	2.152	(2.041)	1.821	(1.791)
Multifuturo I (Fusesc)	(6.311)	6.779	1.299	(1.298)	3.001	(2.846)
Plano I (Fusesc)	(11.986)	12.471	13.212	(13.263)	1	(1)
Plano BEP (Prevbep)	(2.448)	2.567	1.626	(1.649)	51	(51)

e) Resumo dos ativos/(passivos) atuariais registrados no Banco

	Ativo Atuarial		Passivo Atuarial	
	30.09.2020 ⁽¹⁾	31.12.2019	30.09.2020 ⁽¹⁾	31.12.2019
Plano 1 (Previ)	399.870	--	--	(8.232.135)
Plano Informal (Previ)	--	--	(1.019.372)	(1.100.658)
Plano de Associados (Cassi)	--	--	(10.904.892)	(13.072.731)
Regulamento Geral (Economus)	--	--	(1.029.553)	(1.758.159)
Regulamento Complementar 1 (Economus)	--	--	(3.400)	(7.545)
Plus I e II (Economus)	--	--	(920.718)	(1.043.226)
Grupo B' (Economus)	--	--	(270.492)	(295.382)
Prevmais (Economus)	67.570	45.824	--	--
Multifuturo I (Fusesc)	63.123	37.998	--	--
Plano I (Fusesc)	56.565	58.044	--	--
Plano BEP (Prevbep)	18.322	18.862	--	--
Total	605.450	160.728	(14.148.427)	(25.509.836)

(1) Em 30.09.2020, houve atualização intermediária dos ativos garantidores e passivos atuariais, em face das mudanças significativas nos valores de mercado e nas taxas de juros, devido aos impactos da Covid-19.

f) Destinações do Superávit do Plano 1 - Previ

	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019
Fundo de Utilização ⁽¹⁾		
Saldo Inicial	9.572.386	9.511.761
Contribuição ao Plano 1	(442.842)	(464.987)
Atualização	527.278	601.725
Saldo Final	9.656.822	9.648.499

(1) Constituído por recursos transferidos do Fundo de Destinação (oriundo do superávit do plano). Pode ser utilizado pelo Banco, como forma de reembolso ou como redução nas contribuições futuras, após cumpridas as exigências estabelecidas pela legislação aplicável. É corrigido pela meta atuarial (INPC + 5% a.a.).

30 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

a) Processo de Gestão de Riscos

O Banco do Brasil considera o gerenciamento de riscos e de capital como um dos principais vetores para o processo de tomada de decisão.

A instituição possui processo para identificação dos riscos que compõem o seu inventário de riscos, realizada a partir da análise dos segmentos de negócios explorados, direta ou indiretamente, incluídas as entidades ligadas ao Banco.

A partir do inventário de riscos e seus respectivos conceitos, é realizada a definição da relevância dos riscos considerando critérios quantitativos e qualitativos definidos em Manual Corporativo. Os riscos considerados como relevantes são:

- a) Risco de Crédito;
- b) Risco de Mercado;
- c) Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária;
- d) Risco de Liquidez;
- e) Risco Operacional;
- f) Risco Legal;
- g) Risco Socioambiental;
- h) Risco Climático;
- i) Risco de Estratégia;
- j) Risco de Reputação;
- k) Risco de Entidades Fechadas de Previdência Complementar e de Operadoras de Planos Privados de Saúde a Funcionários;
- l) Risco de Modelo;
- m) Risco Cibernético;
- n) Risco de TI;
- o) Risco de Contágio;
- p) Risco de Conformidade (*Compliance*); e
- q) Risco de Conduta.
- r) Risco de Fornecedor

Os riscos Residual, de Concentração e de Fronteira constam na Taxonomia de Riscos do Banco do Brasil, porém com definição de relevância "Muito Baixa".

No Banco, a gestão colegiada dos riscos é realizada de forma totalmente segregada das unidades de negócios. As políticas de gestão de riscos são aprovadas pelo Conselho de Administração, com o assessoramento do Comitê de Riscos e de Capital (Coris). O Comitê Executivo de Gestão de Riscos, Controles Internos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital (CEGRC) é responsável pela implantação e acompanhamento dessas políticas, bem como pela aprovação das diretrizes a elas relacionadas.

Para conhecer mais sobre o processo de gestão de riscos e de capital no Banco do Brasil, acesse as informações disponíveis no Relatório de Gerenciamento de Riscos e no Plano de Recuperação na seção Gerenciamento de Riscos no website bb.com.br/ri.

Instrumentos Financeiros - Valor Justo

Instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, comparadas ao valor justo:

	30.09.2020		31.12.2019		Ganho/(Perda) não Realizado sem Efeitos Fiscais			
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	No Resultado		No Patrimônio Líquido	
					30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019
Ativos								
Caixa e equivalentes de caixa	77.891.341	77.891.341	71.936.023	71.936.023	--	--	--	--
Depósitos compulsórios em bancos centrais	62.217.040	62.217.040	65.124.107	65.124.107	--	--	--	--
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	537.421.971	537.519.912	367.712.523	367.726.882	97.941	14.359	97.941	14.359
Títulos e valores mobiliários	254.599.834	253.426.775	202.120.768	201.332.216	(1.747.326)	(404.733)	(1.173.059)	(788.552)
Ajuste a mercado de títulos disponíveis para venda (Nota 10.a)					(574.267)	383.819	--	--
Ajuste a mercado de títulos mantidos até o vencimento (Nota 10.a)					(1.173.059)	(788.552)	(1.173.059)	(788.552)
Instrumentos financeiros derivativos	5.179.095	5.179.095	820.935	820.935	--	--	--	--
Carteira de Crédito	668.035.546	689.007.245	621.344.555	613.306.814	20.971.699	(8.037.741)	20.971.699	(8.037.741)
Outros ativos financeiros	103.516.758	103.516.758	91.852.715	91.852.715	--	--	--	--
Passivos								
Recursos de clientes	569.872.093	570.117.164	485.002.305	484.853.574	(245.071)	148.731	(245.071)	148.731
Recursos de instituições financeiras	672.312.448	673.623.515	512.689.942	511.216.031	(1.311.067)	1.473.911	(1.311.067)	1.473.911
Recursos de emissão de títulos e valores mobiliários	215.587.645	215.587.645	206.330.526	206.330.526	--	--	--	--
Instrumentos financeiros derivativos	5.012.031	5.012.031	961.612	961.612	--	--	--	--
Outros passivos financeiros	105.903.846	105.903.846	81.192.458	81.192.458	--	--	--	--
Ganho/(Perda) não Realizado(a) sem Efeitos Fiscais					17.766.176	(6.805.473)	18.340.443	(7.189.292)

Determinação do Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez: O valor justo foi obtido pelo desconto dos fluxos de caixa futuros, adotando as taxas de juros praticadas pelo mercado em operações semelhantes na data do balanço.

Títulos e Valores Mobiliários: Contabilizados pelo valor de mercado, em conformidade com o estabelecido pela Circular Bacen n.º 3.068/2001, excetuando-se desse critério os títulos mantidos até o vencimento. A apuração do valor justo dos títulos, inclusive dos títulos mantidos até o vencimento, é dada com base nas taxas coletadas junto ao mercado.

Operações de Crédito: Para as operações pós-fixadas, foi considerado como valor justo o próprio valor contábil, devido à equivalência entre os mesmos. As operações remuneradas a taxas prefixadas de juros foram valorizadas à taxa de contratação, com seus fluxos futuros de caixa descontados a taxas de mercado vigentes na data do balanço. O aprimoramento da aplicação das metodologias de valor justo teve como consequência a elevação dos patamares de ganhos em relação aos critérios anteriormente adotados em 31.12.2019.

Depósitos Interfinanceiros: O valor justo foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos futuros de caixa e as taxas atualmente praticadas no mercado para operações pré-fixadas. No caso de operações pós-fixadas, cujos vencimentos não ultrapassavam 30 dias, o valor contábil foi considerado aproximadamente equivalente ao valor justo.

Depósitos a Prazo: Na apuração do valor justo são utilizados os mesmos critérios adotados para os depósitos interfinanceiros.

Obrigações por Operações Compromissadas: Para as operações com taxas pré-fixadas, o valor justo foi apurado calculando o desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando taxas de desconto equivalentes às taxas praticadas em contratações de operações similares no último dia de mercado. Para as operações pós-fixadas, os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo.

Obrigações por Empréstimos e Repasses: Tais operações são exclusivas do Banco, sem similares no mercado. Face às suas características específicas, taxas exclusivas para cada recurso ingressado, inexistência de mercado ativo e instrumento similar, o valor justo dessas operações é equivalente ao valor contábil.

Outras Obrigações: O valor justo foi apurado por meio do cálculo do fluxo de caixa descontado, considerando as taxas de juros oferecidas no mercado para obrigações cujos vencimentos, riscos e prazos são similares.

Instrumentos Financeiros Derivativos: Os derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, conforme a Circular Bacen n.º 3.082/2002. A apuração do valor de mercado dos derivativos é estimada de acordo com modelo de precificação interno, observadas as taxas divulgadas para operações com prazo e indexadores similares no último dia de negociação do exercício.

Demais Instrumentos Financeiros: Constantes ou não do balanço patrimonial, o valor justo é aproximadamente equivalente ao correspondente valor contábil.

Níveis de Informação Referentes a Ativos e Passivos Mensurados a Valor Justo no Balanço

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco são as seguintes:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 – são usadas informações na definição do valor justo que não estão disponíveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, o Banco estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

Ativos e Passivos Financeiros Mensurados a Valor Justo no Balanço Consolidado

	Saldo em 30.09.2020	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	240.263.051	197.739.581	38.756.015	3.767.455
Aplicações em depósitos interfinanceiros com hedge	3.453.886	--	3.453.886	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado	21.484.591	19.116.067	2.365.828	2.696
Instrumentos financeiros derivativos	5.179.095	--	3.522.350	1.656.745
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	210.145.479	178.623.514	29.413.951	2.108.014
Passivos	(7.650.531)	--	(4.774.448)	(2.876.083)
Captação com hedge	(2.638.500)	--	(2.638.500)	--
Instrumentos financeiros derivativos	(5.012.031)	--	(2.135.948)	(2.876.083)

	Saldo em 31.12.2019	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	182.109.320	143.826.631	29.643.371	8.639.318
Aplicações em depósitos interfinanceiros com hedge	2.291.874	--	2.291.874	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado	5.704.898	3.794.682	1.910.216	--
Instrumentos financeiros derivativos	820.935	--	354.863	466.072
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	173.291.613	140.031.949	25.086.418	8.173.246
Passivos	(3.179.123)	--	(2.739.277)	(439.846)
Captação com hedge	(2.217.511)	--	(2.217.511)	--
Instrumentos financeiros derivativos	(961.612)	--	(521.766)	(439.846)

	Saldo em 30.09.2019	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	170.101.627	131.474.831	30.743.202	7.883.594
Aplicações em depósitos interfinanceiros com hedge	1.258.389	--	1.258.389	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado	6.543.532	4.902.300	1.641.232	--
Instrumentos financeiros derivativos	1.685.993	--	1.260.736	425.257
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	160.613.713	126.572.531	26.582.845	7.458.337
Passivos	(2.117.190)	--	(1.862.993)	(254.197)
Captação com hedge	(1.076.748)	--	(1.076.748)	--
Instrumentos financeiros derivativos	(1.040.442)	--	(786.245)	(254.197)

No segundo trimestre de 2019, foram aprimorados os critérios para classificação de instrumentos financeiros entre os níveis da hierarquia de valor justo. As mudanças alcançaram principalmente os títulos privados (Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI), Debêntures, Notas Promissórias (NP) e Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)), para os quais nem sempre há disponibilidade de informações de mercado para apuração de seus valores justos.

Assim, instrumentos cuja preponderância de avaliação ocorreu com base em dados e metodologias internas, notadamente para instrumentos sujeitos ao risco de crédito, inclusive instrumentos financeiros derivativos (swaps), passaram a ser considerados no Nível 3.

Análise de Sensibilidade (Instrução CVM n.º 475/2008)

Alinhado às melhores práticas de mercado, o Banco do Brasil gerencia seus riscos de forma dinâmica, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar as exposições aos riscos de mercado de suas posições próprias. Para isso, o Banco considera os limites de riscos estabelecidos pelos Comitês Estratégicos e possíveis cenários para atuar de forma tempestiva na reversão de eventuais resultados adversos.

O Banco do Brasil, em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.557/2017 e com a Circular Bacen n.º 3.354/2007, visando maior eficiência na gestão de suas operações expostas ao risco de mercado, segrega as suas operações, inclusive instrumentos financeiros derivativos, da seguinte forma:

1) Carteira de Negociação (Trading Book): formada por todas as operações de posições próprias realizadas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* da carteira de negociação, para as quais haja a intenção de serem negociadas antes de seu prazo contratual, observadas as condições normais de mercado, e que não contenham cláusula de inegociabilidade.

2) Carteira Bancária (Banking Book): formada por operações não classificadas na Carteira de Negociação, tendo como característica principal a intenção de manter tais operações até o seu vencimento.

A análise de sensibilidade para todas as operações ativas e passivas do Balanço Patrimonial, em atendimento à Instrução CVM n.º 475/2008, não reflete adequadamente a gestão dos riscos de mercado adotada pela Instituição, bem como não representa as práticas contábeis adotadas pelo Banco.

Para determinar a sensibilidade do capital das posições do Banco do Brasil aos movimentos das variáveis de mercado, foram realizadas simulações com três possíveis cenários, sendo dois deles com resultado adverso para o Banco. Os cenários utilizados estão apresentados como segue:

Cenário I: Situação provável, a qual reflete a percepção da alta administração do Banco em relação ao cenário com maior probabilidade de ocorrência, para um horizonte de três meses, considerando fatores macroeconômicos e informações de mercado (B3, Anbima, etc.). Premissas utilizadas: taxa de câmbio reais/dólar de R\$ 5,20 e manutenção da taxa Selic em 2,00% ao ano, com base nas condições de mercado observadas em 30.09.2020.

Cenário II: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque de 25% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 30.09.2020, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco e, consequentemente, não considerando a racionalidade entre as variáveis macroeconômicas.

Cenário III: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque de 50% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 30.09.2020, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco e, consequentemente, não considerando a racionalidade entre as variáveis macroeconômicas.

No quadro abaixo, encontram-se sintetizados os resultados para a Carteira de Negociação (*Trading*), composta por títulos públicos e privados, instrumentos financeiros derivativos e recursos captados por meio de operações compromissadas:

Fator de Risco	Conceito	Cenário I					
		30.09.2020		31.12.2019		30.09.2019	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Manutenção	--	Manutenção	--	Redução	22.192
Cupom de IPCA	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	--	Manutenção	--	Redução	3.552
Taxas de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(63.043)	Redução	(2.733)	Redução	(36.969)

Fator de Risco	Conceito	Cenário II					
		30.09.2020		31.12.2019		30.09.2019	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(69.783)	Aumento	(43.412)	Aumento	(31.928)
Cupom de IPCA	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(11.308)	Aumento	(921)	Aumento	(2.153)
Taxas de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(201.728)	Redução	(141.386)	Redução	(145.568)

Fator de Risco	Conceito	Cenário III					
		30.09.2020		31.12.2019		30.09.2019	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(133.128)	Aumento	(82.650)	Aumento	(61.510)
Cupom de IPCA	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(21.326)	Aumento	(1.819)	Aumento	(4.241)
Taxas de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(403.456)	Redução	(282.772)	Redução	(291.137)

Para as operações classificadas na Carteira Bancária, a valorização ou a desvalorização em decorrência de mudanças nas taxas de juros praticadas no mercado, não representam impacto financeiro e contábil significativo sobre o resultado do período. Isso porque esta carteira é composta, majoritariamente, por operações de crédito (crédito direto ao consumidor, agronegócios, capital de giro, etc.), captações de varejo (depósitos à vista, a prazo e de poupança) e títulos e valores mobiliários, cujo registro contábil é realizado, principalmente, pelas taxas pactuadas na contratação das operações. Adicionalmente, destaca-se o fato dessa carteira apresentar como principal característica a intenção de manter as respectivas operações até o vencimento, com exceção dos títulos “disponíveis para venda”, não sofrendo, portanto, os efeitos das oscilações em taxa de juros, ou pelo fato dessas operações estarem atreladas naturalmente a outros instrumentos (*hedge* natural), minimizando dessa forma os impactos em um cenário de estresse.

No quadro abaixo, encontram-se sintetizados os resultados para a Carteira de Negociação (*Trading*) e da Carteira Bancária (*Banking*), das entidades financeiras e não financeiras controladas pelo Banco:

Fator de Risco	Conceito	Cenário I					
		30.09.2020		31.12.2019		30.09.2019	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Manutenção	--	Manutenção	--	Redução	7.117.651
Cupom de TR	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Manutenção	--	Manutenção	--	Redução	(6.540.647)
Cupom de TBF		Aumento	639	Aumento	23	Aumento	(1.313)
Cupom de TJLP		Aumento	362.067	Aumento	475.433	Redução	(661.852)
Cupom de TMS e CDI		Aumento	(448.142)	Aumento	(887.667)	Redução	(543.341)
Cupom de IGP-M	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	--	Manutenção	--	Redução	57.740
Cupom de INPC		Manutenção	--	Manutenção	--	Redução	170.661
Cupom de IPCA		Manutenção	--	Manutenção	--	Redução	27.638
Cupom de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Aumento	1.198.403	Aumento	943.906	Aumento	1.232.506
Taxa de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(234.391)	Redução	(17.962)	Redução	(234.575)

Fator de Risco	Conceito	Cenário II					
		30.09.2020		31.12.2019		30.09.2019	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(11.002.708)	Aumento	(11.243.321)	Aumento	(9.996.363)
Cupom de TR	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Redução	(8.014.733)	Redução	(6.365.512)	Redução	--
Cupom de TBF		Redução	(184)	Redução	(238)	Redução	(352)
Cupom de TJLP		Redução	(166.541)	Redução	(431.684)	Redução	(316.668)
Cupom de TMS e CDI		Aumento	(74.204)	Aumento	(1.033)	Aumento	(18.570)
Cupom de IGP-M	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(19.636)	Aumento	(28.241)	Aumento	(2.351)
Cupom de INPC		Aumento	(54.702)	Aumento	(68.805)	Aumento	(69.714)
Cupom de IPCA		Aumento	(43.429)	Aumento	(4.327)	Aumento	(18.654)
Cupom de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Redução	(534.489)	Redução	(771.269)	Redução	(1.015.106)
Taxa de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(750.018)	Redução	(929.228)	Redução	(923.662)

Fator de Risco	Conceito	Cenário III					
		30.09.2020		31.12.2019		30.09.2019	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(21.165.019)	Aumento	(21.742.022)	Aumento	(19.333.721)
Cupom de TR	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Redução	(16.431.099)	Redução	(12.913.290)	Redução	--
Cupom de TBF		Redução	(368)	Redução	(477)	Redução	(704)
Cupom de TJLP		Redução	(335.556)	Redução	(882.031)	Redução	(643.365)
Cupom de TMS e CDI		Aumento	(148.336)	Aumento	(2.065)	Aumento	(37.125)
Cupom de IGP-M	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(38.995)	Aumento	(55.950)	Aumento	(58.167)
Cupom de INPC		Aumento	(108.887)	Aumento	(136.787)	Aumento	(138.582)
Cupom de IPCA		Aumento	(83.690)	Aumento	(8.393)	Aumento	(36.488)
Cupom de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Redução	(1.079.918)	Redução	(1.574.660)	Redução	(2.075.278)
Taxa de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(1.500.036)	Redução	(1.858.457)	Redução	(1.847.324)

Os cenários utilizados para elaboração do quadro de análise de sensibilidade devem, necessariamente, utilizar situações de deterioração de, pelo menos, 25% e 50% por variável de risco, vista isoladamente, conforme determina a Instrução CVM n.º 475/2008. Logo, a análise conjunta dos resultados fica prejudicada. Por exemplo, choques simultâneos de aumento na taxa pré-fixada de juros e redução no cupom de TR não são consistentes do ponto de vista macroeconômico.

Especificamente com relação às operações de derivativos existentes na Carteira Bancária, as mesmas não representam risco de mercado relevante para o Banco do Brasil, haja vista que essas posições são originadas, principalmente, para atender às seguintes situações:

- Troca de indexador de remuneração de captações e aplicações de recursos realizadas para atender às necessidades dos clientes;
- *Hedge* de risco de mercado, cujo objeto e sua efetividade estão descritos na Nota 11.a.5. Também nessa operação, a variação na taxa de juros e na taxa de câmbio não produz efeito no resultado do Banco.

Em 30.09.2020, o Banco do Brasil não possuía qualquer operação classificada como derivativo exótico, conforme descrito na Instrução CVM n.º 475/2008, anexo II.

b) Gerenciamento de CapitalObjetivos e políticas:

A Resolução CMN n.º 4.557/2017, define o escopo e os requisitos da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital para as instituições financeiras.

Em cumprimento à Resolução, o Conselho de Administração (CA) do Banco instituiu o Comitê de Riscos e de Capital (Coris) e definiu o Vice-presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos como o Chief Risk Officer (CRO), sendo responsável pelo gerenciamento de riscos e de capital.

A gestão de capital visa assegurar a solvência futura da Instituição concomitante à implementação das estratégias de negócios.

O gerenciamento de capital é realizado por meio de estrutura organizacional adequada à natureza das operações, à complexidade dos negócios e à dimensão da exposição aos riscos relevantes.

São definidas e documentadas estratégias para o gerenciamento de capital que estabelecem mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível a Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos (RAS).

Além disso, o Banco conta com políticas específicas, aprovadas pelo CA, que visam orientar o desenvolvimento de funções ou comportamentos, por meio de direcionadores estratégicos que norteiam as ações de gerenciamento de capital. Essas políticas específicas aplicam-se a todos os negócios que envolvam riscos e capital no Banco.

Elementos compreendidos pela gestão do capital:

Os planos estratégicos, as metas negociais e os orçamentos respeitam o apetite e tolerância a riscos e os indicadores de adequação de capital e de retorno ajustado a risco.

O Plano de Capital é elaborado de forma consistente com a estratégia negocial, buscando manter os indicadores de capital em níveis adequados. Esse Plano evidencia o planejamento de capital do Banco do Brasil e a avaliação prospectiva de eventual necessidade de aporte de capital.

A elaboração do Plano de Capital é referenciada nos direcionadores e limites constantes da Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos (RAS) e do Orçamento do Conglomerado Banco do Brasil (Orçamento BB), considerando que este representa a materialização das diretrizes da Estratégia Corporativa do Banco do Brasil (ECBB), do Plano Diretor (PD), do Plano de Negócios dos Mercados, do Plano de Investimentos Fixos e do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação.

Os valores orçados devem corresponder às metas e objetivos definidos pela Alta Administração para o Conglomerado Banco do Brasil. Desta forma, premissas como o crescimento dos negócios, o crescimento do crédito em operações de maior rentabilidade, as restrições da atuação em segmentos de menor rentabilidade, entre outros, estão contidas no Orçamento BB.

Além disso, o Orçamento BB considera o cenário macroeconômico elaborado pela Diretoria Estratégia e Organização (Direo) e a legislação aplicada ao Sistema Financeiro Nacional (SFN).

A revisão da ECBB e do PD resulta da aplicação de um conjunto de metodologias de planejamento estratégico, observadas as melhores práticas de mercado. Destaca-se que a revisão da ECBB e do PD ocorre de forma integrada ao processo orçamentário, à RAS e aos demais documentos da arquitetura estratégica, o que garante o alinhamento entre tais documentos, dando maior consistência interna ao processo de planejamento estratégico.

O Orçamento BB segue as diretrizes definidas na ECBB, respeita a RAS e visa atender aos pisos e tetos definidos nos indicadores aprovados no PD. O Orçamento possibilita a quantificação em valores financeiros dos objetivos estratégicos definidos na ECBB.

A RAS é o documento estratégico que orienta o planejamento da estratégia de negócios, direcionando orçamento e capital para uma alocação sustentável e otimizada, de acordo com a capacidade da Instituição de assunção a riscos e de seus objetivos estratégicos, além de promover o entendimento e disseminação da cultura de riscos.

Esta declaração é aplicada ao Banco e considera potenciais impactos no capital do Conglomerado Prudencial Banco do Brasil. Espera-se que as Entidades Ligadas ao Banco do Brasil (ELBB) definam seus direcionadores a partir dessas orientações considerando necessidades específicas e aspectos legais e regulamentares a que estão sujeitas.

De acordo com o definido na RAS, o apetite a riscos é o nível máximo de risco que a Instituição aceita incorrer para atingir seus objetivos, materializado por indicadores que definam uma visão agregada da exposição a riscos. A tolerância, por sua vez, induz a gestão de riscos de forma mais granular, considerando o apetite definido.

A RAS define limites mínimos prudenciais que tem o objetivo de perpetuar a estratégia de reforço da estrutura de capital do Banco. Esses limites são estabelecidos acima do mínimo regulatório, representam o Apetite a Riscos do Banco e tem vigência a partir de janeiro de cada ano.

A meta de capital é o nível de capital desejado pelo Banco, por isso suas ações de gestão devem nortear-se por esse direcionador. As metas distinguem-se da tolerância e do apetite a riscos pelo fato de este último definir o nível a partir do qual a Instituição não aceita operar, devendo tomar medidas tempestivas para readequação, podendo acionar as medidas de contingência.

Integração:

Adotando postura prospectiva, o Banco avalia o estado de capital, classificado em Crítico, Alerta ou de Vigilância, em função do horizonte temporal que antecede ao prazo projetado para início do descumprimento dos limites mínimos prudenciais de capital definidos pela Alta Administração e detalhados na RAS, conforme figura a seguir:

Indicadores de Capital		Quando as projeções indicarem prazo de descumprimento dos limites (em meses)					
		0 a 6	7 a 12	13 a 18	19 a 24	25 a 30	acima de 31
Meta ¹	ICP	ALERTA			VIGILÂNCIA		
Apetite ²	ICP Prudencial	CRÍTICO			ALERTA		VIGILÂNCIA
	ICN I Prudencial	CRÍTICO		ALERTA		VIGILÂNCIA	
	IB Prudencial	CRÍTICO	ALERTA		VIGILÂNCIA		

¹ nível de capital desejado pela Instituição
² nível máximo de risco que a Instituição aceita incorrer para atingir seus objetivos

A identificação do estado de capital do Banco é de responsabilidade do Fórum de Capital e ocorre por meio do controle do Índice de Capital Principal (ICP), do Índice de Capital Nível I (ICN I) e do Índice de Basileia Prudencial (IBP) projetados para o horizonte temporal de, no mínimo, 36 meses. Quando as projeções indicarem potencial descumprimento dos limites mínimos prudenciais de capital (Apetite a Riscos), a Instituição terá tempo suficiente para promover alterações estratégicas que evitem a extrapolação, de acordo com os prazos definidos para cada indicador.

A avaliação da suficiência do capital mantido pelo Banco contempla horizonte temporal de 3 anos e considera i) os tipos de riscos e respectivos níveis a que a Instituição está exposta e disposta a assumir; ii) a capacidade de a Instituição gerenciar riscos de forma efetiva e prudente; iii) os objetivos estratégicos da Instituição; e iv) as condições de competitividade e o ambiente regulatório em que atua.

Em observância ao disposto na Circular Bacen n.º 3.846, de 13.09.2017, essa análise também faz parte do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap) e deve abranger, no mínimo:

I – a avaliação e a mensuração da necessidade de capital para cobertura dos riscos de crédito (inclui o risco de concentração e de crédito da contraparte), de mercado, de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB) e operacional;

II – a avaliação da necessidade de capital para cobertura dos demais riscos relevantes a que a Instituição está exposta, considerando, no mínimo, os riscos de estratégia, de reputação e socioambiental; e

III - a avaliação da necessidade de capital em função dos resultados do programa de testes de estresse.

O *Icaap*, implementado no Banco do Brasil em 30.06.2013, segue o disposto na Resolução CMN n.º 4.557/2017. No Banco, a responsabilidade pela coordenação do *Icaap* foi atribuída à Diretoria Gestão de Riscos. Por sua vez, a Diretoria de Controles Internos é a responsável institucional pela validação do *Icaap*. Por fim, a Auditoria Interna detém a responsabilidade institucional por avaliar anualmente o processo de gerenciamento de capital.

Processos:

O gerenciamento de capital é um processo contínuo de planejamento, avaliação, controle e monitoramento do capital. Subsidia a Alta Administração na tomada de decisões que levam a Instituição a adotar postura capaz de absorver eventuais perdas decorrentes dos riscos nos negócios ou de alterações no ambiente financeiro.

São realizadas simulações de capital, integrando os resultados dos testes de estresse de riscos e de negócios, baseados em cenários macroeconômicos e/ou idiossincráticos. Os testes de estresse são realizados periodicamente e seus impactos são avaliados sob a ótica de capital.

É realizado acompanhamento mensal das variáveis utilizadas na elaboração do Plano de Capital decorrente da revisão do comportamento projetado na elaboração do Orçamento BB, com base nos números observados, nas expectativas de mercado e na dinâmica dos negócios. Os desvios relevantes são apresentados e discutidos, pelas Diretorias participantes do processo, nas reuniões mensais do Fórum de Capital.

Os relatórios gerenciais de adequação de capital são reportados para as áreas e para os comitês estratégicos intervenientes, constituindo-se em subsídio para o processo de tomada de decisão pela Alta Administração do Banco.

A adoção de postura prospectiva, mediante a realização de avaliações contínuas da necessidade de capital, viabiliza a identificação, de forma proativa, de eventos com probabilidade não nula de ocorrência ou de mudanças nas condições do mercado que possam exercer efeito adverso sobre a adequação de capital, inclusive em cenários de estresse.

c) Índice de Basileia

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e n.º 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do PRMR em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

A partir de outubro/2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

I – nova metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido dos Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar;

II – nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.

Seguem os ajustes prudenciais considerados na apuração do Capital Principal:

- ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura;
- ativos intangíveis;
- ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;

- investimentos significativos (superiores a 10% do capital social) em: entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas; sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar; e instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen que não compõem o Conglomerado Prudencial;
- participação de não controladores;
- créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação;
- créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido;
- valor da diferença a menor entre o valor provisionado e o montante dos ajustes resultantes da avaliação prevista na Resolução CMN n.º 4.277/2013.

Em 28.08.2014, o Instrumento Híbrido de Capital e Dívida no valor de R\$ 8.100.000 mil, foi autorizado pelo Banco Central do Brasil a integrar o Capital Principal, na condição de Elemento Patrimonial, conforme descrito na Nota Explicativa 23.c.

De acordo com as Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e 4.193/2013, a apuração do PR e do montante do RWA deve ser elaborada com base nas demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.

	30.09.2020	31.12.2019
PR - Patrimônio de Referência	163.255.006	132.150.432
Nível I	133.499.526	96.380.201
Capital Principal (CP)	100.867.766	71.289.093
Patrimônio Líquido	112.314.964	98.921.447
Instrumento Elegível a Capital Principal	8.100.000	8.100.000
Ajustes prudenciais	(19.547.198)	(35.732.354)
Capital Complementar	32.631.760	25.091.108
IHCD autorizados em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013	30.318.762	21.665.013
IHCD autorizados segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013 ⁽¹⁾	2.312.998	3.426.095
Nível II	29.755.480	35.770.231
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	29.755.480	35.796.321
Dívidas Subordinadas autorizadas em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013 - Letras Financeiras	192.751	1.743.504
Dívidas Subordinadas autorizadas segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013	29.562.729	34.052.817
Recursos captados do FCO ⁽²⁾	26.403.208	29.336.898
Recursos captados com Letras Financeiras e CDB ⁽³⁾	3.159.521	4.715.919
Dedução do Nível II	--	(26.090)
Instrumentos de captação emitidos por instituição financeira	--	(26.090)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	769.680.055	711.401.976
Risco de Crédito (RWA _{CPAD})	682.591.913	612.629.806
Risco de Mercado (RWA _{MPAD})	19.405.013	21.392.666
Risco Operacional (RWA _{OPAD})	67.683.129	77.379.504
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) ⁽⁴⁾	61.574.404	56.912.158
Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PR-PRMR) ⁽⁵⁾	101.680.602	75.238.274
Índice de Capital Nível I (Nível I/RWA) ⁽⁵⁾	17,34%	13,55%
Índice de Capital Principal (CP/RWA) ⁽⁵⁾	13,11%	10,02%
Índice de Basileia (PR/RWA) ⁽⁵⁾	21,21%	18,58%

(1) Em 30.09.2020, o Banco do Brasil aplicou o limitador de 20%, conforme estabelecido no artigo 28 Incisos I a X da Resolução CMN n.º 4.192/2013, sobre os instrumentos de dívida elegíveis ao capital Nível I, autorizados pelo Bacen a compor o PR de acordo com a Resolução CMN n.º 3.444/2007.

(2) Em cumprimento ao disposto no Artigo 29º-A da Resolução CMN n.º 4.192/2013, os saldos do FCO correspondem à aplicação do limitador de 90% ao montante computado no Nível II em 30.06.2018.

(3) Em 30.09.2020, foi considerado o saldo dos instrumentos de Dívida Subordinada que compunham o PR em 31.12.2012, aplicando-se sobre ele o limitador de 20%, conforme determina a Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(4) Em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.193/2013, corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a 8%.

(5) Valores oriundos do DLO (Demonstrativo de Limites Operacionais).

Ajustes Prudenciais deduzidos do Capital Principal:

	30.09.2020	31.12.2019
Investimentos significativos e créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam da geração de lucros (excesso dos 15%)	(7.166.799)	(12.297.448)
Ativos intangíveis	(6.358.892)	(5.913.962)
Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam da geração de lucros (excesso dos 10%)	(2.127.343)	(15.473.213)
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido ⁽¹⁾	(1.734.508)	(1.732.650)
Investimentos significativos (excesso dos 10%) ⁽²⁾	(1.322.910)	--
Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados	(563.056)	(133.096)
Participação de não controladores ⁽³⁾	(133.400)	(90.223)
Valor da diferença a menor entre o valor provisionado e o montante dos ajustes resultantes da avaliação prevista na Resolução CMN n.º 4.277/2013	(61.163)	(7.682)
Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	(43.274)	(43.068)
Créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação	(35.853)	(41.012)
Total	(19.547.198)	(35.732.354)

(1) Aplica-se o disposto no §13º, Artigo 5º da Resolução CMN n.º 4.192/2013, que determina a não dedução dos créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, decorrentes de posição vendida em moeda estrangeira realizada com o objetivo de proporcionar hedge para participação em investimentos no exterior, reconhecidos no período de 01.01.2018 a 31.12.2020.

(2) Refere-se a investimentos significativos em assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, em sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização, entidades abertas de previdência complementar e em instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, não consolidadas.

(3) A dedução da participação dos acionistas não controladores corresponde à aplicação do §1º, Artigo 9º da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

d) Índice de Imobilização e Margem

	30.09.2020	31.12.2019
Índice de imobilização	13,83%	14,28%
Margem em relação ao limite de imobilização	59.041.581	47.199.718

Conforme definido pelo Bacen, o índice de imobilização indica o percentual de comprometimento do Patrimônio de Referência com o ativo permanente imobilizado. O índice máximo permitido é de 50%, conforme determina a Resolução CMN n.º 2.669/1999.

A margem se refere à diferença entre o limite de 50% do Patrimônio de Referência e o total de imobilizações.

e) Indicadores Regulatórios versus Indicadores Observados

A Resolução CMN n.º 4.783/2020 reduziu, por prazos determinados, percentuais a serem aplicados ao montante RWA, para fins de apuração da parcela ACP Conservação de que trata a Resolução CMN n.º 4.193/2013. Entre 1º de abril de 2020 e 31 de março de 2021, aplica-se 1,25% ao RWA na apuração do ACP Conservação. Essa redução impactou a exigência mínima regulatória, conforme quadro a seguir:

	Regulatório	30.09.2020
Índice de Capital Principal (ICP) ⁽¹⁾	6,75%	13,11%
Índice de Capital Nível 1 (ICN1) ⁽¹⁾	8,25%	17,34%
Índice de Basileia (IB) ⁽¹⁾	10,25%	21,21%
Índice de imobilização	Até 50%	13,83%

(1) Inclui os adicionais de capital principal de conservação, contracíclico e sistêmico

Em 30.09.2020, observa-se o cumprimento dos indicadores regulatórios. O Banco, por meio das estratégias de gerenciamento de capital já elencadas, visa superar os indicadores mínimos regulatórios, mantendo-os em patamares capazes de perpetuar a estratégia de reforço da estrutura de capital do Banco. Dessa forma, o Banco define os limites mínimos prudenciais de indicadores de capital e a meta de capital principal a serem atingidos em cada período. Seguindo a Declaração de Appetite e Tolerância a Riscos e o Plano de Capital, a meta para 2022 é manter no mínimo 11% de Índice de Capital Principal.

f) Instrumentos elegíveis a capital

Os instrumentos elegíveis a capital estão descritos nas Nota Explicativas 19.c, 19.d e 23.c.

Para as Letras Financeiras Subordinadas emitidas até a presente data, não há possibilidade de recompra ou resgate, total ou parcial, pelo detentor do título e os fluxos de caixa esperados ocorrerão apenas no vencimento ou no exercício da opção de recompra pelo Banco, conforme aplicável.

Para os títulos emitidos no exterior não há, até o momento, possibilidade de o detentor do título solicitar a recompra ou o resgate, total ou parcial. Os fluxos de caixa esperados ocorrerão quando do pagamento de cupom, no vencimento ou no exercício da opção de recompra pelo Banco, conforme aplicável.

O Instrumento Elegível ao Capital Principal não possui data de vencimento e poderá ser liquidado apenas em situações de dissolução da instituição emissora ou de recompras autorizadas pelo Banco Central do Brasil. Os fluxos de caixa esperados ocorrem apenas pelo pagamento dos juros remuneratórios anuais.

Em relação à dinâmica do FCO, os fluxos mensais contemplam, de um lado, as entradas/origens, como os repasses do Tesouro Nacional decorrentes da arrecadação de impostos (efetuados a cada decêndio do mês), retornos originários de pagamentos de operações de crédito e remuneração sobre os recursos disponíveis e, de outro lado, as saídas, como os ressarcimentos de bônus de adimplência/rebate, as despesas de auditoria, de del credere, de provisão e de remuneração na operacionalização do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. A utilização dos recursos do FCO como instrumento elegível a capital obedece aos limites estabelecidos no Art. 29-A da Resolução CMN 4.192/2013.

31 - OUTRAS INFORMAÇÕES
a) Administração de Fundos de Investimentos

Posição dos fundos de investimentos administrados pela BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

	Número de Fundos/Carteiras (em Unidades)		Saldo	
	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019
Patrimônio Administrado	938	876	1.175.159.398	1.055.895.208
Fundos de investimentos	931	865	1.153.385.405	1.037.112.395
Carteiras administradas	7	11	21.773.993	18.782.813

b) Informações de Filiais, Subsidiárias e Controladas no Exterior

	BB Banco Múltiplo		BB Consolidado	
	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019
Ativo				
Grupo BB	108.203.984	88.782.426	105.901.767	87.026.515
Terceiros	90.006.879	68.132.042	122.784.325	88.956.826
TOTAL DO ATIVO	198.210.863	156.914.468	228.686.092	175.983.341
Passivo				
Grupo BB	36.576.136	25.847.085	35.654.018	24.435.879
Terceiros	147.376.131	118.931.850	172.912.125	134.576.828
Patrimônio Líquido	14.258.596	12.135.533	20.119.949	16.970.634
Atribuível à controladora	14.258.596	12.135.533	19.623.569	16.610.450
Participação dos não controladores	--	--	496.380	360.184
TOTAL DO PASSIVO	198.210.863	156.914.468	228.686.092	175.983.341

	BB Banco Múltiplo				BB Consolidado			
	3º Trimestre/2020	3º Trimestre/2019	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019	3º Trimestre/2020	3º Trimestre/2019	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019
Lucro	167.933	247.867	1.168.208	950.786	567.218	502.340	2.312.793	1.898.023
Atribuível à controladora	167.933	247.867	1.168.208	950.786	498.022	459.259	2.097.904	1.723.589
Participações dos não controladores	--	--	--	--	69.196	43.081	214.889	174.434

c) Recursos de Consórcios

	30.09.2020	31.12.2019
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	516.962	453.641
Obrigações do grupo por contribuições	22.978.936	20.443.355
Consortiados - bens a contemplar	21.026.183	18.717.384
(Em Unidades)		
Quantidade de grupos administrados	217	194
Quantidade de consorciados ativos	1.085.775	947.037
Quantidade de bens a entregar a consorciados contemplados	86.492	132.369

	3º Trimestre/2020	3º Trimestre/2019	01.01 a 30.09.2020	01.01 a 30.09.2019
Quantidade de bens (em unidades) entregues no período	52.389	23.070	116.419	85.549

d) Cessão de Empregados a Órgãos Externos

As cessões para o Governo Federal são regidas pela Lei n.º 10.470/2002 e pelo Decreto n.º 9.144/2017.

	3º Trimestre/2020		3º Trimestre/2019		01.01 a 30.09.2020		01.01 a 30.09.2019	
	Quantidade de Empregados Cedidos ⁽¹⁾	Custo no Período	Quantidade de Empregados Cedidos ⁽¹⁾	Custo no Período	Quantidade de Empregados Cedidos ⁽¹⁾	Custo no Período	Quantidade de Empregados Cedidos ⁽¹⁾	Custo no Período
Com ônus para o Banco								
Entidades sindicais	209	10.804	215	10.391	209	32.560	215	30.400
Outros órgãos/entidades	2	236	2	251	2	677	2	770
Entidades controladas e coligadas	3	663	3	652	3	1.946	3	1.930
Sem ônus para o Banco⁽²⁾								
Governos Federal, Estadual e Municipal	167	--	175	--	167	--	175	--
Órgãos externos (Cassi, Previ, Economus, Fusesc e PrevBep)	535	--	549	--	535	--	549	--
Entidades dos funcionários	73	--	79	--	73	--	79	--
Entidades controladas e coligadas	553	--	570	--	553	--	570	--
Total	1.542	11.703	1.593	11.294	1.542	35.183	1.593	33.100

(1) Posição no último dia do período.

(2) No 3º Trimestre/2020, o Banco foi ressarcido em R\$ 132.191 mil e, no período de 01.01 a 30.09.2020, em R\$ 377.475 mil (R\$ 97.375 mil no 3º Trimestre/2019 e R\$ 340.008 mil no período de 01.01 a 30.09.2019), referente aos custos com empregados cedidos sem ônus.

e) Remuneração de Empregados e Dirigentes

Remuneração mensal paga aos funcionários e à Administração do Banco do Brasil (Em Reais):

	30.09.2020	31.12.2019
Menor salário	3.022,37	2.977,70
Maior salário	50.569,51	49.822,18
Salário médio	8.302,08	7.796,44
Presidente	68.781,86	68.781,86
Vice-presidente	61.564,83	61.564,83
Diretor	52.177,45	52.177,45
Conselho Fiscal	5.914,84	5.948,54
Conselho de Administração	5.914,84	5.948,54
Comitê de Auditoria - Titular	46.959,71	46.959,71
Comitê de Riscos e de Capital	46.959,71	46.959,71

f) Política de Seguros de Valores e Bens

Não obstante o reduzido grau de risco a que estão sujeitos seus ativos, o Banco do Brasil contrata, para seus valores e bens, seguros considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros.

Seguros vigentes em 30.09.2020

Riscos Cobertos	Valores Cobertos	Valor do Prêmio
Seguro imobiliário para as imobilizações próprias relevantes	1.170.028	4.072
Seguro de vida e acidentes pessoais coletivo para a Diretoria Executiva ⁽¹⁾	143.260	305
Demais	1.400	1
Total	1.314.688	4.378

(1) Refere-se à cobertura individual dos membros da Diretoria Executiva.

g) Cassi

Em 22.07.2019, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) publicou a Resolução Operacional n.º 2.439, que instaura a direção fiscal na Cassi. A ANS esclarece que o regime de direção fiscal não é uma intervenção. A agência nomeou um diretor fiscal, sem poderes de gestão na operadora, para avaliar presencialmente a situação da Cassi. Cabe ao diretor analisar as medidas saneadoras propostas pela operadora e subsidiar a ANS em suas decisões. A direção fiscal tem duração de até 365 dias, podendo ser renovado o regime.

Após 90 dias de auditoria contábil financeira, a ANS emitiu a Instrução Diretiva n.º 12, datada de 23.10.2019, ratificando que a Caixa de Assistência cumpre os preceitos exigidos pelos normativos de controle contábil e recomendando dois ajustes pontuais. Além disso, a Diretora Fiscal deu o prazo de 30 dias para que seja apresentado um Programa de Saneamento, que deve conter ações e metas para reverter todos os indicadores que estão em desconformidade.

Em 31.10.2019, o Banco comunicou que o Conselho Diretor aprovou nova proposta de reforma estatutária apresentada pelo Conselho Deliberativo da Cassi. Em 28.11.2019, o Banco comunicou que a reforma foi aprovada pelos associados. Assim, no exercício/2019, houve despesa adicional de R\$ 549 milhões, referente ao custeio do novo modelo, sendo reconhecida em Despesas de Pessoal.

Em 17.01.2020, o Banco divulgou Comunicação sobre Transações entre Partes Relacionadas informando a liquidação antecipada do Banco para com o Grupo dos Dependentes Indiretos (GDI), pertencente ao Plano de Associados, administrado pela Cassi, pelo valor de R\$ 451 milhões. A liquidação desta obrigação representa baixa nas provisões do Banco, decorrentes da Deliberação CVM 695/2012, não gerando, dessa forma, impacto no resultado do Banco.

Em 20.01.2020, o Banco divulgou Comunicação sobre Transações entre Partes Relacionadas informando a realização dos seguintes pagamentos, retroativos a janeiro de 2019: R\$ 124 milhões da Taxa de Administração e R\$ 425 milhões da Contribuição Patronal sobre Dependentes. O aumento destas despesas não impacta o passivo atuarial, calculado de acordo com a Deliberação CVM 695/2012.

Em 15.06.2020, a ANS publicou a Resolução Operacional n.º 2.556, anunciando o encerramento do regime especial de direção fiscal na CASSI. A decisão atesta que a CASSI regularizou todos os indicadores econômico-financeiros que levaram à instauração da direção em julho de 2019 e cumpre as projeções que compõem o Programa de Saneamento, apresentado à ANS em dezembro do mesmo ano.

h) BB Seguridade - Proposta de redução do capital

Em 25.09.2019, o Conselho de Administração da BB Seguridade Participações S.A. (BB Seguridade), empresa controlada do Banco do Brasil, aprovou a submissão de proposta à Assembleia Geral Extraordinária de acionistas para redução do capital social no montante de R\$ 2,7 bilhões, sem cancelamento de ações, por considerá-lo excessivo, nos termos do artigo 173 da Lei n.º 6.404/1976.

Em 30.10.2019, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da BB Seguridade a proposta submetida para redução do capital social, que se tornará efetiva 60 (sessenta) dias após a publicação da ata da Assembleia.

Em 30.04.2020, o Banco recebeu, a título de restituição de parte do valor de suas ações, o montante aproximado de R\$ 1,8 bilhão. O referido montante não impactou o resultado do Banco do Brasil.

i) Cessão de carteira de crédito

Em 01.07.2020, o Banco realizou cessão de carteira de créditos, majoritariamente em perdas, a Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não-Padronizado e Exclusivo (FIDC-NP), administrado pelo BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM.

A carteira cedida possui valor contábil de R\$ 2,9 bilhões e o impacto financeiro da transação foi de R\$ 371 milhões, antes dos impostos, contabilizados no resultado do 3º Trimestre/2020.

j) Pandemia Coronavírus (Covid-19)

Nos primeiros nove meses de 2020, a economia mundial foi impactada negativamente pela propagação da doença respiratória ocasionada pelo novo Coronavírus (Covid-19), elevada ao nível de pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

O Conglomerado Banco do Brasil adotou diversas medidas preventivas recomendadas por especialistas, pelo Ministério da Saúde e pelas autoridades dos países onde atua, reafirmando o compromisso com a saúde e segurança dos funcionários, colaboradores, clientes e a sociedade.

Ao mesmo tempo, o Banco do Brasil tem trabalhado para garantir serviços financeiros de qualidade, estando preparado para continuar atendendo às demandas, conforme comunicado ao mercado em 24.03.2020.

Entre as ações adotadas, destacam-se:

Acordo Coletivo de Trabalho

O Banco assinou o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) com as Entidades Sindicais no dia 16.07.2020, tendo por finalidade minimizar os impactos decorrentes da pandemia da Covid-19. As novas regras são específicas para este período e temporárias e passam a ter validade de 2 (dois) anos a contar da sua assinatura. Principais temas celebrados no presente Acordo Coletivo:

- Home office, teletrabalho ou trabalho à distância: prioriza a utilização para os funcionários pertencentes ao grupo de risco.
- Férias: passam a ser comunicadas com 5 dias de antecedência, serão preservados 15 dias do período em aquisição para utilização futura quando houver antecipação; e abono dos dias 7, 8, 9, 28 e 29 de abril para os funcionários que receberam comunicado de férias por iniciativa da empresa e encontravam-se em situação diferente de força de trabalho real.
- Banco de horas negativo: aplica-se a todos os funcionários sujeitos a controle de jornada, sem necessidade de adesão; prazo de 18 meses para compensação das horas negativas realizadas desde o dia 07.04.2020; para o uso do banco de horas, permanece a necessidade de negociação entre o funcionário e o gestor; desconto de 10% sobre o saldo das horas negativas acumuladas até julho e, sobre o saldo mês a mês a partir de agosto até dezembro/2020.
- Demais compromissos decorrentes da negociação: não descomissionamento por desempenho durante a pandemia; possibilidade de utilização do saldo positivo do banco de horas, juntamente com outras situações de ausências, para descanso pós-pandemia, prioritariamente para os funcionários que se encontram no atendimento presencial; manutenção da possibilidade, mesmo que em rodízio, de o gestor abonar 1 ou 2 horas para os funcionários que estão em atendimento presencial nas agências.

Além da assinatura do acordo, destacam-se as seguintes ações adotadas pelo Banco:

Funcionários e colaboradores

- Comunicação com os funcionários, visando a constante orientação específica para o trabalho e atendimento, conforme a evolução da doença no País.
- Criação de Grupo Estratégico de Gestão de Crise para tratar do assunto de forma adequada, garantindo unicidade e tempestividade na disseminação de informações para o público interno e externo.
- Suspensão de viagens internacionais e nacionais.
- Substituição de reuniões físicas por videoconferências e audioconferências.
- Reforço da higienização dos ambientes e espaços.
- Afastamento por 14 dias de funcionários que tenham sintomas e que tiveram contato com casos confirmados ou suspeitos (isolamento social).
- Afastamento por sete dias dos funcionários oriundos de qualquer país a contar da data de saída do exterior (isolamento social).
- Priorização do trabalho remoto (home office) de acordo com a criticidade do processo e natureza do trabalho e para funcionários considerados como grupo de risco.
- Flexibilização dos horários de trabalho, de alteração de período de férias e da utilização de licenças.

Clientes e usuários

- Manutenção dos serviços bancários essenciais à população, priorizando a abertura das salas de autoatendimento, abastecimento e funcionamento dos caixas eletrônicos.
- Atendimento presencial para os serviços considerados essenciais, que serão prestados excepcionalmente nas agências.
- Horário especial (9h00 às 10h00) exclusivo para atendimento de aposentados do INSS e público de maior risco.
- Estímulo ao uso de ferramentas e canais digitais para serviços e relacionamento pela internet e celular, com ampliação do acesso para diversos perfis de clientes com atendimento por mensagem, além de realização de operações bancárias diretamente por aplicativo de mensagens para todos os clientes.

- Disponibilidade de até R\$ 100 bilhões para linhas de crédito voltados para pessoas físicas, empresas, agronegócio, além de suprimentos na área de saúde por prefeituras e governos. Os recursos referem-se a linhas de crédito já existentes, principalmente as voltadas para crédito pessoal e capital de giro.
- Em linha com nota emitida pela Febraban, em 16.03.2020, e com o objetivo de minimizar os impactos momentâneos dessa situação, o Banco disponibilizou opção para prorrogação das parcelas vincendas nos próximos 60 dias, mediante manifestação do cliente que poderá ser realizada pelos canais digitais do Banco. Os clientes também poderão readequar seus compromissos financeiros a partir da repactuação de operações de crédito, com carência para pagamento da primeira parcela entre 60 e 180 dias, a depender da linha de crédito, e alongamento do prazo de pagamento. Este processo de repactuação também poderá ser realizado pelos canais digitais do Banco do Brasil.

Sociedade

- Doação de recursos por empresas do Conglomerado para fomentar as ações de combate à pandemia.
- Atuação da Fundação Banco do Brasil em ações de implementação de projetos assistenciais e de conscientização junto às comunidades.

O Banco do Brasil continua avaliando e monitorando os potenciais impactos na carteira de crédito, considerando os diversos segmentos e setores e tem adotado medidas proativas para a gestão do risco.

Adicionalmente, o Banco está trabalhando para preservar a regularidade de suas atividades e a continuidade de suas operações.

Implicações Contábeis e de Capital Relacionadas aos Efeitos da Covid-19

A pandemia está ocasionando impactos significativos no ambiente econômico dos países afetados pelo vírus. Apesar das ações mitigadoras adotadas até o presente momento, são esperadas implicações sobre as demonstrações contábeis do Conglomerado. Os principais reflexos e medidas são apresentados a seguir.

i) Principais julgamentos e incertezas

Como resultado das incertezas ocasionadas pelo cenário de pandemia, alguns julgamentos e estimativas adotados historicamente pelo Banco do Brasil foram revisados para que as informações contábeis originadas desses julgamentos e estimativas refletissem com maior nível de confiabilidade a posição patrimonial e o resultado do período divulgados pelo Banco.

ii) Consolidação

Apesar do cenário econômico desafiador oriundo do enfrentamento da pandemia, o Conglomerado Banco do Brasil não realizou reestruturações societárias ou aumentou transações intragrupo significativas que não estavam inicialmente previstas pela Administração do Banco, de forma que não ocorreram alterações no processo de consolidação do Conglomerado.

iii) Distribuição de Lucros

Conforme fato relevante divulgado em 07.04.2020, e em cumprimento ao art. 2º da Resolução CMN n.º 4.820, de 29 de maio de 2020, a remuneração do capital (juros sobre o capital próprio e dividendos) fica limitada ao mínimo obrigatório definido no estatuto social, equivalente a 25% do lucro líquido ajustado, conforme o art.48 do Estatuto Social do Banco do Brasil (Nota 23.g).

iv) Gerenciamento de riscos e capital

- Capitalização - Suficiência para proteção em um evento de estresse.

Redução do Adicional de Conservação de Capital Principal dos Bancos - Resolução CMN n.º 4.783/2020

A alíquota do Adicional de Conservação de Capital Principal (ACCP) caiu de 2,5% para 1,25% pelo prazo de um ano, com reversão gradual até março de 2022. Essa medida também melhora as condições para realização de eventuais renegociações, ajudando as instituições financeiras a manter, ou mesmo ampliar, o fluxo de concessão de crédito. A redução da alíquota amplia a folga de capital do SFN, o que permite uma expansão na concessão de crédito (Nota 30.c).

Overhedge de investimentos em participações no exterior - Resolução 4.192/2013 (alterada pela Resolução CMN n.º 4.851/2020)

Os bancos deixam de ser obrigados a deduzir do seu capital os efeitos tributários das operações de *hedge* de moeda estrangeira para sua participação em investimentos no exterior, um dos mecanismos usados pelos bancos para se protegerem das variações cambiais. A medida dará segurança para as instituições financeiras implementarem, ou mesmo para ampliarem, seus planos de concessão de crédito.

Liquidez - Suficiência para suportar longos períodos de estresse.

Aperfeiçoamento nas regras do *Liquidity Coverage Ratio* - Circular Bacen n.º 3.986/2020

A medida reduziu com segurança os requerimentos de liquidez para as instituições brasileiras. A redução na necessidade de as instituições financeiras carregarem outros ativos líquidos de alta qualidade permitirá que se amplie a capacidade de conceder crédito.

Crédito, Mercado e Negócios - Estratégia para mitigar aumento na volatilidade no resultado (como limites de concentração e estímulos a diversificação de receitas).

Risco Operacional - Identificação e mitigação de eventos de riscos operacionais (trabalho remoto, monitoramento de ocorrências, prevenção de fraudes).

Reputação - Acompanhamento da assertividade das medidas e de seus impactos de forma a mitigar eventuais consequências negativas no valor de marca e reputação.

Risco de crédito - Monitoramento, provisionamento, revisão de políticas e apetite ao risco.

v) Redução ao valor recuperável dos ativos

O Banco do Brasil realizou estudos para identificar se seus ativos não financeiros apresentavam indícios de desvalorização pela redução do seu valor em uso ou pelos fluxos de caixa descontados, os quais podem indicar redução no valor recuperável do ativo.

Não foram identificados impactos relevantes nos valores recuperáveis de ativos imobilizados, investimentos e intangíveis.

vi) Valor justo dos instrumentos financeiros

Conforme estabelecido no item de gerenciamento de riscos e capital, o Banco do Brasil adequou seus procedimentos para monitoramento diário do mercado financeiro, realizando simulações e projeções que visavam identificar variações significativas no valor justo dos instrumentos financeiros mantidos ou negociados pelo Banco.

Os modelos de marcação a mercado existentes no Banco foram revisados para que observassem os possíveis impactos da Covid-19 nos indicadores econômico-financeiros utilizados na projeção de cenários, especialmente no cálculo de valor justo de instrumentos financeiros classificados no nível 2 e nível 3 na hierarquia de valor justo.

As alterações no valor justo dos instrumentos financeiros, identificadas até o momento em decorrência da pandemia já impactaram as presentes demonstrações contábeis.

Não houve alteração na intenção de manter ou negociar títulos e valores mobiliários do Conglomerado que venha a ensejar mudança na categoria de instrumentos financeiros, conforme definido na Circular Bacen 3.068/2001, que inicialmente seriam mantidos até o vencimento e contabilizados ao custo amortizado.

O Banco revisou o valor de mercado dos principais papéis registrados no ativo e identificou a necessidade de contabilização de *impairment* da ordem de R\$ 2,6 bilhões para alguns dos instrumentos.

vii) Cálculo da provisão para perdas associadas ao risco de crédito

O modelo interno desenvolvido para cumprimento da Resolução 2.682/99 implica na atribuição de um risco ao cliente, ao grupo econômico a qual este cliente pertença e o risco país em que o cliente conduz seus principais negócios.

A pandemia ocasionada pela Covid-19 gerou um agravamento no risco de crédito de clientes localizados nos principais países afetados, nos quais ocorreu perceptível redução na atividade econômica e, portanto, possivelmente na capacidade de que esses clientes honrem seus contratos.

No período, foi realizada reforço de provisão prudencial, da ordem de R\$ 6,1 bilhões, contemplando segmentos tomadores de crédito, cujos efeitos constam registrados nas respectivas notas explicativas.

viii) Aproveitamento dos créditos tributários ativados

Foram realizados estudos para aproveitamento dos créditos tributários ativados, tendo em vista as projeções de resultado do Banco ou de suas subsidiárias pelo período de 10 anos.

O estudo realizado concluiu que não haverá alteração na expectativa de realização dos créditos tributários.

ix) Impactos na taxa de desconto e no valor justo dos ativos garantidores de planos de benefícios definidos

No período foram identificadas oscilações importantes nas premissas utilizadas nos cálculos atuariais, especialmente no que diz respeito a alterações na taxa de desconto e no valor justo de certos ativos garantidores dos planos de benefícios. Tais efeitos geraram em conjunto ajustes nos passivos atuariais, com impacto no patrimônio líquido da ordem de R\$ 6,4 bilhões líquido de tributos (Nota 29.d.5). No entanto, dada a situação de incerteza do momento econômico presente, observamos que essas duas premissas permanecem apresentando volatilidade as quais estarão sendo monitoradas.

x) Provisão para Riscos por Demandas Contingentes

Foram reavaliados os riscos envolvidos, especialmente no que se refere às demandas cíveis e trabalhistas, não tendo sido identificados impactos relevantes, até o momento, em face das provisões existentes.

xi) Planos de reestruturação

Não há expectativa de que ocorram reestruturações como a venda ou fechamento de parte do negócio ou a redução de operações em decorrência da crise ocasionada pela Covid-19.

xii) Outros possíveis efeitos identificados/esperados

Assistência governamental

Durante o período de enfrentamento da pandemia, ocorreram medidas governamentais e regulatórias que proporcionaram apoio aos negócios e melhoria na performance do Banco. Relacionamos algumas dessas medidas e seus impactos no âmbito do sistema financeiro nacional:

Tributos próprios:

Postergação de recolhimento de tributos, conforme Portaria n.º 139/2020 do Ministério da Economia. O Conglomerado não adotou a faculdade concedida.

Apoio aos negócios:

Mudanças temporárias na taxa do imposto aplicável à entidade (repassado ao cliente) – IOF (Decreto n.º 10.414 - Zera a alíquota do IOF para as operações de crédito que especifica, quando contratadas entre 03.04.2020 e 02.10.2020).

Programa Emergencial de Suporte a Empregos oferece financiamento emergencial de folha de pagamento de pequenas e médias empresas – Resolução CMN n.º 4.846/2020

O Programa foi instituído pela Lei n.º 14.043, de 19 de agosto de 2020. O valor total do crédito passou para R\$ 29 bilhões, sendo R\$ 12 bilhões para concessão de garantias a empréstimos do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) e R\$ 17 bilhões a ser injetado pelo governo federal no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para custeio da linha de crédito em questão (PESE). Os recursos continuam sendo 85% provenientes do BNDES e o restante das instituições financeiras participantes. A medida prevê devolução, ao Governo Federal, de até 50% dos recursos não repassados pelos bancos a partir de 30 de setembro de 2020. No 3º Trimestre de 2020, o Banco liberou R\$ 6,8 bilhões pelo programa.

Redução adicional do compulsório – Resolução Bacen n.º 21, de 02.10.2020

A Resolução revogou a Circular Bacen n.º 3.993/2020, contudo, nesta Resolução, o BC manteve a redução de 17% da alíquota até março de 2021 e determina uma alíquota de 20% para março/2021. A medida mantém a estratégia de aumento da liquidez para a economia. As liberações se somam ao montante de R\$ 50 bilhões já liberados a partir de 16 de março, decorrentes da redução anterior de 31% para 25%.

Repos de títulos soberanos em dólar - Circular Bacen n.º 3.990/2020

O Banco Central passou a fazer operações de oferta de liquidez em dólares por meio da compra com compromisso de revenda (repos) de títulos soberanos do Brasil denominados em dólar (global bonds) de posse de instituições financeiras nacionais. Os títulos serão comprados pelo Banco Central com desconto de 10% em relação aos preços de mercado. A medida visa garantir o bom funcionamento dos mercados e entrou em vigor em 18 de março.

Novo Depósito a Prazo com Garantias Especiais - Resolução CMN n.º 4.785/2020

O Novo Depósito a Prazo com Garantias Especiais (NDPGE) é uma opção a mais de captação de recursos acessível a todas as instituições financeiras associadas ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Trata-se da possibilidade de essas instituições captarem depósitos garantidos pelo FGC, o que também contribui para a continuidade da oferta de crédito para o setor real. A cobertura do FGC, antes limitada a R\$ 20 milhões, foi ampliada para R\$ 40 milhões por titular. Essa garantia não envolve recursos públicos, pois o FGC é uma entidade 100% privada.

Flexibilização nas Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs) - Resolução CMN n.º 4.787/2020

Para permitir que mais instituições possam captar recursos com as LCAs, aumentando sua liquidez, a base de cálculo foi ajustada. Assim, foram flexibilizadas as regras para aplicação dos recursos provenientes da captação nas atividades do agronegócio.

Empréstimo com lastro em debêntures - Resolução CMN n.º 4.786/2020

O Banco Central passa a ter a possibilidade de realizar empréstimos para as instituições financeiras com lastro em debêntures (títulos privados). Essas operações têm também a garantia dos recursos que as instituições financeiras mantêm compulsoriamente em suas contas de reservas no próprio Banco Central, eliminando o risco para a autoridade monetária. Trata-se de uma Linha Temporária Especial de Liquidez que visa garantir a liquidez e o normal funcionamento do mercado de crédito cooperativo privado durante a crise.

Maior possibilidade de os bancos recomprarem suas próprias letras financeiras - Resolução CMN n.º 4.788/2020

Os maiores bancos poderão recomprar um volume maior de suas próprias letras financeiras. Com isso, os detentores desses papéis (em sua maioria, fundos de investimento) terão maior facilidade para resgatar os recursos aplicados, caso necessário. O percentual de recompra permitido passou de 5% para 20%.

Empréstimo com lastro em letras financeiras garantidas por operações de crédito

O Banco Central está desenvolvendo o arcabouço legal e operacional para conceder empréstimos às instituições financeiras tendo como garantia as carteiras de crédito das instituições. A medida dará liquidez e garantirá o normal funcionamento do mercado de crédito no país.

Injeção de recursos de prazos mais longos pelo BC via operações compromissadas com lastro em Títulos Públicos Federais (TPFs)

Em momentos de crise, as instituições podem ter dificuldades de acessar recursos líquidos por prazos mais longos. Para prover liquidez para o SFN, o Banco Central passou a ofertar operações compromissadas mais longas na ponta doadora de recursos, por meio de suas operações de mercado aberto. Com isso, as instituições podem obter recursos líquidos por prazos mais longos em contraposição à demanda por liquidez de curtíssimo prazo por parte dos agentes de mercado. A medida também facilita a gestão da liquidez em seus balanços, pois provê a redução do custo de manter uma carteira de mais longa duração (custo de *duration*).

Linha de swap de liquidez em dólares americanos

O Banco Central estabeleceu uma linha de swap de liquidez em dólares americanos no valor de US\$ 60 bilhões em cooperação com o Federal Reserve (Fed), o banco central dos Estados Unidos. A linha amplia a oferta potencial de dólares no mercado doméstico e não implica condicionalidades de política econômica; caso necessário, poderá ser utilizada para incrementar os fundos disponíveis para as atuações no mercado de câmbio pelo Banco Central. O acordo de swap entre o BC e o FED permanecerá em vigor por pelo menos seis meses.

Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas (CGPE)

Em 16.07.2020, foi publicada a Medida Provisória n.º 992 que dispõe, entre outras finalidades, sobre o financiamento a microempresa e empresa de pequeno e médio porte no âmbito do Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas (CGPE). Além disso, prevê a utilização de crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias e o compartilhamento de alienação fiduciária. Em 21.07.2020, foi publicada a Resolução CMN 4.838, que dispõe sobre operações de crédito contratadas no âmbito do CGPE. Até 30.09.2020, o Banco registrou o montante de R\$ 6,3 bilhões em operações do programa.

32 - EVENTOS SUBSEQUENTES**Opção de recompra total de título de dívida perpétuo**

O Banco do Brasil exerceu em 20.10.2020 a opção de recompra total do título de dívida perpétuo emitido em 2009 (Banbra 8,5%), vigente sob as regras de Basileia II. A recompra foi realizada por 100% do seu valor de face, acrescido dos juros contabilizados e não pagos até a data, totalizando R\$ 4,953 bilhões.

A operação de recompra foi realizada com recursos provenientes do caixa do Banco e não trouxe impactos relevantes para os níveis de liquidez e de capital da instituição.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Ao Conselho de Administração, aos Administradores e aos Acionistas do
Banco do Brasil S.A.

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial individual e consolidado do Banco do Brasil S.A. ("Banco") em 30 de setembro de 2020 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, anteriormente referidas, não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banco do Brasil S.A., em 30 de setembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações para os períodos de três e nove meses findos naquela data e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o período de nove meses findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas anteriormente referidas incluem as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado ("DVA") referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação está sendo realizada de forma voluntária. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Brasília, 4 de novembro de 2020

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" DF

Luiz Carlos Oseliero Filho
Contador
CRC nº 1 SP 234751/O-6

*Documento original assinado.

**DECLARAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DIRETOR SOBRE
AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Em conformidade com o artigo 25, inciso VI, da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaramos que revisamos as Demonstrações Financeiras do Banco do Brasil S.A. relativas ao período findo em 30 de setembro de 2020 e, baseados nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondentes aos períodos apresentados.

Brasília (DF), 03 de novembro de 2020.

André Guilherme Brandão
Presidente

Bernardo de Azevedo Silva Rothe
Vice-Presidência de Negócios de Atacado

Carlos Motta dos Santos
Vice-Presidência de Negócios de Varejo

Fabio Augusto Cantizani Barbosa
Vice-Presidência de Desenvolvimento de
Negócios e Tecnologia

Mauro Ribeiro Neto
Vice-Presidência Corporativo

Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo
Vice-Presidência de Gestão Financeira e de
Relações com Investidores

Carlos Renato Bonetti
Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão de
Riscos

João Pinto Rabelo Júnior
Vice-Presidência de Agronegócios e Governo

**DECLARAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DIRETOR SOBRE
O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Em conformidade com o artigo 25, inciso V, da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaramos que, baseados em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não havendo qualquer discordância.

Brasília (DF), 03 de novembro de 2020.

André Guilherme Brandão
Presidente

Bernardo de Azevedo Silva Rothe
Vice-Presidência de Negócios de Atacado

Carlos Motta dos Santos
Vice-Presidência de Negócios de Varejo

Fabio Augusto Cantizani Barbosa
Vice-Presidência de Desenvolvimento de
Negócios e Tecnologia

Mauro Ribeiro Neto
Vice-Presidência Corporativo

Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo
Vice-Presidência de Gestão Financeira e de
Relações com Investidores

Carlos Renato Bonetti
Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão de
Riscos

João Pinto Rabelo Júnior
Vice-Presidência de Agronegócios e Governo

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

André Guilherme Brandão

VICE-PRESIDENTES

Bernardo de Azevedo Silva Rothe
Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo
Carlos Motta dos Santos
Carlos Renato Bonetti
Fabio Augusto Cantizani Barbosa
João Pinto Rabelo Júnior
Mauro Ribeiro Neto

DIRETORES

Ana Cláudia Kakinoff Corrêa
Ana Paula Teixeira de Sousa
Antonio Carlos Wagner Chiarello
Camilo Buzzi
Carla Nesi
Daniel André Stieler
Edson Rogério da Costa
Eduardo Cesar Pasa
Ênio Mathias Ferreira
Fabiano Macanhan Fontes
Felipe Guimarães Geissler Prince
Francisco Augusto Lassalvia
Gerson Eduardo de Oliveira
Gustavo de Souza Fosse
José Avelar Matias Lopes
José Ricardo Fagonde Forni
Julio Cesar Rodrigues da Silva
Lucinéia Possar
Luiz Fernando Ferreira Martins
Marco Túlio de Oliveira Mendonça
Marvio Melo Freitas
Mauricio Nogueira
Paula Sayão Carvalho Araujo
Rodrigo Felipe Afonso
Ronaldo Simon Ferreira
Thompson Soares Pereira César

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

André Guilherme Brandão
Débora Cristina Fonseca
Hélio Lima Magalhães
José Guimarães Monforte
Luiz Serafim Spinola Santos
Paulo Roberto Evangelista de Lima
Waldery Rodrigues Júnior

CONSELHO FISCAL

Aloisio Macário Ferreira de Souza
Mauricio Graccho de Severiano Cardoso
Paulo Antonio Spencer Uebel
Rafael Cavalcanti de Araújo
Samuel Yoshiaki Oliveira Kinoshita

COMITÊ DE AUDITORIA

Egidio Otmar Ames
Luiz Serafim Spinola Santos
Marcos Tadeu de Siqueira

CONTADORIA

Eduardo Cesar Pasa
Contador Geral
Contador CRC-DF 017601/O-5
CPF 541.035.920-87

Adelar Valentim Dias
Contador CRC-DF 022560/O
CPF 296.062.179-49



BANCO DO BRASIL